

**FUNDAMENTOS E DIMENSOES
DA ANÁLISE DO DISCURSO**

A532

1999

v. 2

**HUGO MARI
SUELI PIRES
AMADEU ROSELLI CRUZ
IDA LÚCIA MACHADO**
Org.

**Aparecida L. Pauliukonis - Beth Brait - Carlos Alberto Faraco
Célio Garcia - César Guimarães - Dominique Maingueneau
Eddy Roulet - Eliana Amarante de M. Mendes - Eliana S. Muzzi
Haydée Ribeiro Coelho - Javier Herrero - José Luiz Fiorin
Leonor Lopes Fávero - Leonor Werneck dos Santos
Lucrécia Escudero Chauvel - Luiz Carlos Travaglia
Maria Emilia Torres Lima - Maria Nazareth S. Fonseca
Patrick Charaudeau - Paulo Roberto Margutti
Rosa Maria Nery - Rousiley C. M. Maia - Samuel M. da Silva
Sigrid Castro Gavazzi - Simone Bonnafous - Sírio Possenti
Vera Lúcia M. de O. Paiva - Vera Regina V. França**

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

**Núcleo de Análise do Discurso
Fale-UFMG
CAROL BORGES
Editora**

**Belo Horizonte
1999**

106

Direitos Autorais reservados - Lei 5988/73

Copyright © 1999 - Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG

Os capítulos assinados são de responsabilidade de seus autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião do NAD/Fale-UFMG, e/ou da Carol Borges Editora.

ISBN: 85.87082-01-9

Os capítulos deste livro, no todo ou em partes, podem ser reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, porém, é vedada sua comercialização, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, Lei 5988/73.

Hugo Mari - Sueli Pires - Ida Lúcia Machado

Projeto Científico

Amadeu Roselli Cruz - Hugo Mari

Projeto Editorial e Capa

Carlos Faria de Azevedo Filho

Assistente de Produção

Ficha Catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE-UFMG

A 532

Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso

Hugo Mari...[et al.] (org.). - Belo Horizonte:

Carol Borges, 1999.

UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso:

484 p.: il.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 85.87082-01-9

1. Análise do discurso. 2. Linguística. I. Mari, Hugo

CDD - 418

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso 418

2. Linguística 410

Núcleo de Análise do Discurso

Faculdade de Letra - UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte-MG - Cep 31.270-010

Tel. (031) 499-5125 - Fax (031) 499-5113

E-mail: discurso@letras.ufmg.br

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
PROJETO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA
Série - Análises Discursivas**

Volumes Publicados

- 1. Teorias e Práticas Discursivas.
Estudos em Análise do Discurso**
- 2. Metáforas do Cotidiano**
- 3. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**

CONSELHO EDITORIAL

**Amadeu Roselli Cruz
Adriana Silvina Pagano
Antônio Augusto Moreira de Lima
Célia Maria Magalhães
Deise Prina Dutra
Hugo Mari
Ida Lúcia Machado
Paulo Henrique Aguiar Mendes
Sueli Pires
Vera Lúcia Menezes de O. Paiva**

**Núcleo de Análise do Discurso
Fale-UFGM
Av. Antônio Carlos, 6627 - Belo Horizonte-MG - Cep 21.270-010
Tel. (031) 499-5125 - Fax (031) 499-5113
E-mail: discurso@letras.ufmg.br**

SUMÁRIO

Apresentação	15
Colaboradores	11

PARTE I: FUNDAMENTOS DO DISCURSO

1. Análise do discurso controvérsias e perspectivas Patrick Charaudeau	27
2. L'analyse des discours constituants Dominique Maingueneau	45
3. Discurso na visão da pragmática transcendental Javier Herrero	59
4. Discursos práticos e a busca pela ética Rousiley C. M. Maia	73
5. Análise do discurso e argumentação Paulo Roberto Margutti	87
6. Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação César Guimarães	107
7. Discursos e psicanálise Célio Garcia	123

PARTE II: DIMENSÕES TEÓRICAS DO DISCURSO

8. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso Eddy Roule	139
9. Harris - o discurso e a questão da forma: controvérsias e perspectivas Samuel Moreira da Silva	173
10. Bakhtin: <i>precursor</i> ? Carlos Alberto Faraco	189

11. Do enunciado à enunciação: Benveniste Eliana Scotti Muzzi	201
12. Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe Sírio Possenti	211
13. Semântica e análise do discurso José Luiz Fiorin	225
14. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações Hugo Mari	239
15. Análise do discurso literário: pontos de vistas e controvérsias Maria Nazareth Soares Fonseca	259
16. Produção lexical, exterioridade e sentido Luiz Carlos Travaglia	269
17. Lugar da sintaxe nas antigas gramáticas luso-brasileiras Leonor Lopes Fávero	287

PARTE III: PRÁTICAS DE ANÁLISE DISCURSIVA

18. Puente del alma: la emergencia de la subjetividad en el escenario mediatico Lucrecia Escudero Chauvel	299
19. L'analyse du discours politique Simone Bonnafous	317
20. A paródia vista sob a luz da análise do discurso Ida Lúcia Machado	327
21. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia Beth Brait	335
22. Discurso, interação e linguagem escrita Sueli Pires	349
23. Diários online na aprendizagem de língua inglesa mediada por computador Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva	359

24. Análise semiolinguística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo erótico, sexual e suas correlações com o machismo Amadeu Roselli Cruz	379
25. A questão do oral/escrito nos telejornais Eliana Amarante de Mendonça Mendes	403
26. Discurso da mídia: telejornais e ensino de língua portuguesa Maria Aparecida L. Pauliukonis, Leonor Werneck dos Santos, Sigrid Castro Gavazzi	415
27. Análise do discurso e ensino de línguas estrangeiras Rosa Maria Nery	431
28. A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas Maria Emilia Amarante Torres Lima	445
29. Hélio Costa: do candidato como produto à política como campo de atualização dos desejos Vera Regina Veiga França	453
30. Mito e suas encruzilhadas Haydée Ribeiro Coelho	465
ÍNDICE ONOMÁSTICO	479

SUMÁRIO

Apresentação	15
Colaboradores	11

PARTE I: FUNDAMENTOS DO DISCURSO

1. Análise do discurso controvérsias e perspectivas Patrick Charaudeau	27
2. L'analyse des discours constituants Dominique Maingueneau	45
3. Discurso na visão da pragmática transcendental Javier Herrero	59
4. Discursos práticos e a busca pela ética Rousiley C. M. Maia	73
5. Análise do discurso e argumentação Paulo Roberto Margutti	87
6. Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação César Guimarães	107
7. Discursos e psicanálise Célio Garcia	123

PARTE II: DIMENSÕES TEÓRICAS DO DISCURSO

8. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso Eddy Roule	139
9. Harris - o discurso e a questão da forma: controvérsias e perspectivas Samuel Moreira da Silva	173
10. Bakhtin: <i>precursor</i> ? Carlos Alberto Faraco	189

11. Do enunciado à enunciação: Benveniste Eliana Scotti Muzzi	201
12. Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe Sírio Possenti	211
13. Semântica e análise do discurso José Luiz Fiorin	225
14. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações Hugo Mari	239
15. Análise do discurso literário: pontos de vistas e controvérsias Maria Nazareth Soares Fonseca	259
16. Produção lexical, exterioridade e sentido Luiz Carlos Travaglia	269
17. Lugar da sintaxe nas antigas gramáticas luso-brasileiras Leonor Lopes Fávero	287

PARTE III: PRÁTICAS DE ANÁLISE DISCURSIVA

18. Puente del alma: la emergencia de la subjetividad en el escenario mediatico Lucrecia Escudero Chauvel	299
19. L'analyse du discours politique Simone Bonnafous	317
20. A paródia vista sob a luz da análise do discurso Ida Lúcia Machado	327
21. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia Beth Brait	335
22. Discurso, interação e linguagem escrita Sueli Pires	349
23. Diários online na aprendizagem de língua inglesa mediada por computador Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva	359

24. Análise semiolinguística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo crótico, sexual e suas correlações com o machismo Amadeu Roselli Cruz	379
25. A questão do oral/escrito nos telejornais Eliana Amarante de Mendonça Mendes	403
26. Discurso da mídia: telejornais e ensino de língua portuguesa Maria Aparecida L. Pauliukonis, Leonor Werneck dos Santos, Sigrid Castro Gavazzi	415
27. Análise do discurso e ensino de línguas estrangeiras Rosa Maria Nery	431
28. A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas Maria Emilia Amarante Torres Lima	445
29. Hélio Costa: do candidato como produto à política como campo de atualização dos desejos Vera Regina Veiga França	453
30. Mito e suas encruzilhadas Haydée Ribeiro Coelho	465
ÍNDICE ONOMÁSTICO	479

COLABORADORES

Amadeu Roselli Cruz
CEDUSU/Departamento de Farmacologia – ICB-UFMG

Beth Brait
Departamento de Lingüística-USP

Carlos Alberto Faraco
Universidade Federal de Santa Catarina

Célio Garcia
Departamento de Filosofia-FAFICH-UFMG

César Guimarães
Departamento de Comunicação Social – FAFICH-UFMG

Dominique Maingueneau
Université d'Amiens-France

Eddy Roulet
Université de Genève

Eliana Amarante de Mendonça Mendes
Departamento de Letras Vernáculas-FALE/UFMG

Eliana Scotti Muzzi
Departamento de Letras Românicas-FALE/UFMG

Haydée Ribeiro Coelho
Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura-FALE/UFMG

Hugo Mari
Departamento de Letras Vernáculas-FALE/UFMG

Ida Lúcia Machado
Departamento de Letras Românicas-FALE/UFMG

Javier Herrero
Departamento de Filosofia-FAFICH/UFMG

José Luiz Fiorin
Departamento de Lingüística-USP

Leonor Lopes Fávero
Departamento de Lingüística-USP

Leonor Werneck dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucrecia Escudero Chauvel
Université de Lille III

Luiz Carlos Travaglia
Universidade Federal de Uberlândia

Maria Aparecida L. Pauliukonis
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Emilia Amarante Torres Lima
Departamento de Psicologia-FAFICH/UFMG

Maria Nazareth Soares Fonseca
Pontificia Universidade Católica-MG

Patrick Charaudeau
Université Paris XIII
Centre d'Analyse du Discours

Paulo Roberto Margutti
Departamento de Filosofia-FAFICH/UFMG

Rosa Maria Nery
Centro de Ensino de Línguas – UNICAMP

Rousiley C. M. Maia
Departamento de Comunicação Social-FAFICH-UFMG

Samuel Moreira da Silva
Departamento de Lingüística-FALE/UFMG

Sigrid Castro Gavazzi
Universidade Federal Fluminense

Simone Bonnafous
Université Paris XII-Val de Marne
Laboratoire "Lexicométrie et textes politiques" de l'ENS de Saint Cloud

Sírio Possenti
Instituto de Estudos da Linguagem-UNICAMP

Sueli Pires
Departamento de Letras Vernáculas-FALE/UFMG

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
Departamento de Letras Germânicas-FALE/UFMG

Vera Regina Veiga França
Departamento de Comunicação Social-FAFICH/UFMG

Apresentação

O corpo de hipóteses, princípios e procedimentos que, no interior das Ciências da Linguagem, costuma ser denominado Análise do Discurso (AD) decorre, ao mesmo tempo, de um movimento de confronto com um certo modo de *fazer lingüística*, como também de um movimento de continuidade que soube captar percepções, intuições dispersas, em campos diversos do conhecimento, e fazê-las confluir numa nova concepção de prática de linguagem.

As condições de sua emergência, pelo lado do confronto, colocam a AD como uma estratégia metodológica capaz de desafiar o *império da estrutura* e o *domínio do enunciado*. Assim, desde o projeto em curso no século XIX, marcado pela ênfase num certo evolucionismo mecânico, a Lingüística buscou uma aproximação direta com teses positivistas, principalmente, aquelas que apontavam para uma forma de fazer ciência pelo isolamento do sujeito. O sucesso deste empreendimento, ainda que de modo localizado, mesmo dentro da Lingüística, acabou por propiciar, na etapa seguinte - o Estruturalismo - condições favoráveis à continuidade deste modo de operar com os fatos de linguagem. Importa acentuar, como transição entre estas duas etapas na História da Lingüística, o papel da Fonologia, como disciplina lingüística mais bem sucedida; e foi em razão dela, precisamente, que o conceito de *estrutura* se fixou de forma plena, servindo até de padrão para análise de outros aspectos da linguagem. Embalada pelo sucesso da estrutura, a Lingüística recrudescer ainda mais as exigências formais sobre o seu objeto de estudo e possibilitou, ainda que fundada em bases filosóficas distintas, o surgimento da Gramática Gerativa, a partir do qual, e em consequência do avanço da Sintaxe alcançado nesta abordagem, se consolidou o *domínio do enunciado*.

O modo pelo qual devemos, então, entender um confronto com este quadro não pode ser pelo simples descredenciamento de todo esse progresso alcançado sobre a reflexão teórica na linguagem. A AD, ainda que em muitas circunstâncias estivesse, legitimamente, comprometida com questões amplas da ordem do social, e nem caberia dela se esperar outra coisa, não poderia, na sua pretensão de se constituir como uma disciplina lingüística, relegar, por exemplo, os avanços obtidos pela Sintaxe e pela Semântica. É claro, todavia, que a afoiteza inicial de alguma abordagem de se constituir como disciplina independente pode ter levado a uma neutralização momentânea destes avanços. Quanto àquelas que se mantiveram mais próximas dos

modelos lingüísticos vigentes, ficou claro, também, que parte da elegância formal construída em torno de aspectos sintáticos e semânticos, os mais identificados com abordagens da AD, precisava ser revista, por força da necessidade de ajustamentos implicados nas práticas sociais efetivas.

A AD desafia, portanto, com este *status quo* da Lingüística, não em razão daquilo que ela conseguiu realizar (bem ou mal), mas, precisamente, em razão daquilo que ela não realizou, ou até mesmo desconsiderou, ou, mais precisamente, tenha isolado em função de compromissos teóricos. A AD apontou para uma impossibilidade pragmática de se pensar a experiência da linguagem, distante daqueles que a constituem de forma efetiva: os sujeitos históricos. Assim, esta intimidade circular construída em torno do binômio estrutura/enunciado deveria ser rompida, a fim de abrigar uma nova ordem de fatores. Esta nova ordem, por sua vez, esteve sempre a apontar, de modo fundamental, para o processo da enunciação. Nesta dimensão, ele propiciou o confronto, ao fazer intervir, sobre a inanência de estrutura e sobre a lógica do enunciado, o acontecimento enunciativo. É evidente que esta transformação não deixa incólumes as categorias originais da relação: dependendo da natureza conceitual atribuída à estrutura (a priori, não a priori, por exemplo) resultará nas possibilidades ou não de alterações; quanto ao enunciado, as mudanças se tornam irremediáveis, sobretudo, no âmbito das inferências que dele extraímos. A AD, com base na modificação proposta, acaba por fazer precipitar a necessidade de modelos de análise da linguagem cada vez mais poderosos, cada vez mais integradores dos fatos que compõem as práticas sociais de linguagem.

Em que extensão, pode-se entender agora o caráter de continuidade, na compreensão dos fatos de linguagem, na forma como foi concebida pela AD, nas suas diversas abordagens ?

O primeiro aspecto da questão já foi incorporado à discussão anterior: trata-se, de algum modo, da assimilação de grande parte do trabalho que foi desenvolvido pela Lingüística, nos últimos tempos. A AD, nesta dimensão, nada mais é do que um modelo de análise lingüística que tenta se fazer valer em razão de outros fatos, específicos ou globais, relacionados ao uso da linguagem, em situações históricas determinadas, por sujeitos concretos.

Entretanto, o teor de continuidade que nos interessa aqui decorre, de forma mais determinante, daqueles diversos momentos em que questões afeitas à problemática da AD foram pensadas, além dos domínios da Lingüística.

É evidente que, ao propor aqui este movimento de continuidade, não se está assumindo uma absorção total de hipóteses "alienígenas"; a AD precisou também de desenvolver instrumentos lingüísticos adequados para adaptá-las, sem arrefecer o clamor pela linguagem nas práticas sociais, sem ferir as

exigências conceituais para reflexão dos objetos lingüísticos. Assim, por exemplo, a AD que aparece nos anos 60, na França, pode, com freqüência, ser apresentada como uma tentativa de superação das deficiências da Análise de Conteúdo (AC), principalmente aquelas associadas ao estatuto teórico da linguagem; afinal, AC sempre foi vista como uma abordagem pré-lingüística. No entanto, a AD, na sua dimensão teórica específica, representa também a continuidade das hipóteses gerais sobre a importância da linguagem no processo histórico, pretensão associada à AC, mesmo quando a expressa na construção de léxicos, como critérios de aferição de comportamentos culturais, sociais, políticos etc. Por fim, considerar que a AD se construiu, num dado momento, como uma alternativa, teoricamente mais refinada, para os propósitos da AC não é de todo falso, pelas razões que acabamos de apresentar.

Outro aspecto da continuidade que compensa destacar, nesta tentativa de a AD se efetivar como modelo de análise lingüística, é a preocupação com a linguagem na sua dimensão social, não apenas como um mero instrumento de mediação social, isso já estava contido na AC, mas na extensão de se conceber o social numa dimensão orgânica, como uma instância de produção do lingüístico. O argumento era, relativamente, simples: se as práticas de linguagem são historicamente determinadas, é preciso que o seu processo de produção já esteja antes comprometido com o histórico. É lógico que este projeto se dispôs a avaliar disciplinas como a Sociolingüística, mas logo preteridas em razão da forma exterior com que os fatos sociais eram ali encarados.

As fontes que conduziram a AD para este problema são dispersas, mas o seu ponto de partida costuma lembrar a dicotomia saussureana de *langue/parole*, na medida em que o próprio autor a utilizou para falar do contraste entre o social e o individual na linguagem. Embora não exista uma recusa aos termos desta formulação, já que foi, em algumas circunstâncias, usada para uma caracterização preliminar de discurso, o texto de Saussure apontava para a questão, de um modo mais decisivo, no capítulo sobre valor lingüístico. Ali o autor declara o seu compromisso com a História, ao importar dos economistas clássicos, como ele próprio declara, o conceito de valor; e mais, de fazê-lo constitutivo tanto na instância do significante, quanto na do significado. A repercussão desta descoberta pode ser aferida em diversas circunstâncias em que se comparou, por exemplo, a importância do conceito de valor em Marx, como determinante de diversas relações na infraestrutura, e a aplicação do conceito de valor aos fatos de linguagem. O saldo mais importante desta questão não é apenas a adequação deste conceito, na avaliação de aspectos dos objetos de estudo da Economia Política e da Lingüística, mas, antes, o fato de valor se constituir como uma perspectiva para avaliar a dimensão ideológica dos signos. Dar conta desta dimensão do signo lingüístico representou, no início da AD na França, senão o objetivo

último, ao menos, um aspecto fundamental do seu método de análise, quase sempre associado a uma Teoria Geral das Ideologias.

Com certeza, muitos outros fatos poderiam ser aqui incluídos para uma localização mais precisa daquilo que tem representado, apesar do elenco de dificuldades teóricas, um novo espaço de reflexão sobre a linguagem. O recorte feito acima, todavia, parece-nos, no limite desta introdução, necessário para apontar questões que foram determinantes na construção da AD. Como todo recorte, este também mantém os seus termos (confronto e continuidade) no limite: para cada fato lembrado como confronto existe também uma versão de continuidade possível de ser considerada e vice-versa.

Quanto a autores que estiveram comprometidos, diretamente, com a construção da AD, fazemos uma menção específica, na seção seguinte, incluindo aquela dimensão em que sua contribuição foi mais efetiva. É evidente que, nas circunstâncias atuais, seria oneroso, em demasia, prover uma listagem com nomes, categorias e fatos que fosse representativa para este histórico. Procuramos fazê-lo, de um modo genérico, abstraindo-se de todos estes acidentes que, certamente, são relevantes. Ainda assim, seria importante destacar que toda esta "aventura" tornou-se factível na Linguística, apesar de todas as controvérsias, pela intervenção de Harris (HARRIS, Z. *Discourse Analysis*) e de Pêcheux (PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969).

Estágio atual da AD

A diversidade de fontes, as dificuldades metodológicas não impediram uma certa evolução dispersiva da AD. Por esta razão, não é mais possível, no presente momento, concebê-la, como uma abordagem única e fechada, centrada numa só metodologia, num só tipo de *corpus* e organizada em torno de uma só grande escola. A natureza diversa do *objeto-discurso*, os múltiplos interesses que nele são projetados possibilitam a existência de escolas distintas, a ampliação do quadro metodológico e uma fundamentação teórica em pressupostos cada vez mais amplos. O resultado é um elenco de abordagens cada vez mais apuradas e orientadas para recortes temáticos específicos dos universos discursivos. Neste elenco, podem ser destacados processos e temas que, de algum modo, estão associados às preocupações correntes da AD: o processo enunciativo (heterogeneidade, polifonia, argumentação...); o processo histórico (social, ideológico, cultural...); o processo interativo (estratégias de persuasão, de preservação dos espaços de interlocução...); o processo lingüístico (anáforas, estrutura sintático-semântica...).

As conseqüências desta pluralidade de orientação para análise devem ser avaliadas não apenas em função de uma qualificação específica daquilo que é produzido, mas também dos tipos de *corpus* que passaram a integrar o

escopo destas abordagens. Assim, nenhum formato de *corpus* exhibe as condições preferenciais da AD, no momento presente; as seleções contingentes decorrem da necessidade de localizar fenômenos a serem analisados e não de uma orientação conceitual da teoria. A AD, nas suas diferentes dimensões e na extensão em que é hoje praticada, perpassa uma produção discursiva vasta: textos publicitários, políticos, didáticos, jurídicos, humorísticos, enfim, textos ligados às práticas sociais de linguagem, no seu formato lingüístico o mais diverso (escrito/falado, formal/informal, pessoal/público, literário/não-literário etc.).

A forma de abordar estes *corpus*, como já o dissemos, comporta um grau bastante variado de princípios; duas orientações, porém, parecem prevalecer de modo mais enfático. De um lado, ressalta-se um esforço de análise voltado para a desconstrução do discurso, de modo a melhor entender seu funcionamento implícito; de outro, destaca-se a preocupação com os problemas voltados para sua recepção, ou ainda com os procedimentos interativos determinantes da produção/percepção. Em uma e outra visão, é comum a ênfase voltada para pesquisas sobre a heterogeneidade constitutiva dos discursos, a multiplicidade dos lugares enunciativos, os procedimentos e operadores argumentativos e a implementação de estratégias de persuasão e sedução, entre outros.

Outro dado a notar, na conjuntura atual onde se desenvolve a AD, é que, embora sua base de sustentação se faça representar pelas práticas de linguagem, não é só a Lingüística o único suporte de seu desenvolvimento. A AD, fundamentalmente, é, na grande maioria das suas versões, interdisciplinar, podendo transitar, de acordo com objetivos do pesquisador, pela História, pela Sociologia, pela Antropologia, pela Psicologia, pelas Ciências Políticas, pela Semiótica, etc., conforme veremos na seqüência.

Perspectivas para a AD

Se a diversificação das fontes a que a AD recorre na tentativa de sua construção - por exemplo, à análise de segmentação estrutural de enunciados (Harris), ao funcionalismo sócio-antropológico da Análise de Conteúdo (Lasswell, Dumphy, Stone)¹, à dimensão ideológica dos objetos, das trocas sociais (Althusser, Foucault)², à dimensão enunciativa das práticas de linguagem (Bakhtin, Benveniste, Todorov)³ - seja na forma de adoção de princípios, seja na recusa de certos postulados, ou, ainda, no aprimoramento metodológico, tudo isso acaba por propiciar também, como vimos acima, uma diversificação correspondente nas formas pelas quais concebemos, a partir de cada uma das abordagens instituídas, o seu objeto de estudo. Ao constituir-se como modelos com relativa independência conceitual no interior da Lingüística, as ADs produziram um impacto importante: a ampliação do leque de questões que foram resgatadas nas práticas cotidianas de linguagem.

Esta ampliação, ao mesmo tempo que representa um instrumento de captação de novas dimensões dos fenômenos lingüísticos, também possibilitou que sobre elas incidisse um tratamento lingüístico específico. Um tópico como a *argumentação* serve para ilustrar o que acabamos de afirmar: trata-se de uma questão que sempre obteve atenção dentro dos tratados de Retórica. Entretanto, o tratamento que antes lhe fora dispensado implicava apelo a figuras de estilo, recorrência a situações típicas, procedimentos comportamentais do orador frente a sua audiência etc. A sua absorção pela AD tornou possível compreendê-la, de modo mais efetivo, na dimensão da sua estruturação lingüística.

Por outro lado, a importância e as dificuldades de se pensar as condições, seja para uma compatibilização metodológica entre estas diversas abordagens, seja para um formato aproximado entre o produto final da análise e até mesmo para uma certa unificação teórica, não devem ser assumidas como um obstáculo irremovível no caminho da AD em direção a outros campos da atividade acadêmica. Essa diversidade, ao ter buscado estender, paulatinamente, o seu alcance conceitual, talvez esteja sendo responsável por criar, entre a AD e os campos acima referidos, por exemplo, uma interface de interesses intercambiáveis. Os aspectos que sobressaem em cada uma das abordagens costumam ressaltar aquilo que melhor possibilita a integração. É, neste particular, a saber, numa convergência recíproca de interesses, que vamos destacar abaixo algumas dimensões onde a AD pode contribuir para outras áreas de conhecimento que assumam a linguagem como parte integrante do seu objeto de estudo. Que aspectos da AD, portanto, podem configurar-se como relevantes na perspectiva de sua integração com outras disciplinas acadêmicas?

Nesta exposição, vamos selecionar três perspectivas da correlação entre AD e outros campos do saber contemporâneo: os processos enunciativos, a argumentação e a metodologia, sobre as quais tem existido algum tipo de preocupação mais sistemática.

Quanto aos processos enunciativos, no dizer de Kristeva,⁴ teria sido a Psicanálise, de modo particular, quem primeiro avançou na tentativa de compreender a linguagem nesta dimensão. Enquanto uma certa Lingüística positiva se fundamentava na base de propriedades formais do enunciado, a Psicanálise teria apontado para a importância da compreensão de fenômenos da linguagem naqueles aspectos que ultrapassavam o domínio dos algoritmos em construção. Ainda que na sua origem os termos da questão possam ser postos desta forma, sabemos que desenvolvimentos recentes da AD apresentam instrumentos importantes de captação de fenômenos de linguagem que também se situam fora do domínio do enunciado. Estes instrumentos materializam, por exemplo, todo um refinamento amplo do processo interlocutivo, ao propiciar um certo desdobramento dos lugares enunciativos.

de locutor e de alocutário, (Charaudcau) e ao justificar, com propriedade, não só o papel de sujeitos que assumem cada um destes lugares, como ainda o jogo enunciativo que se estrutura a partir deles, nas circunstâncias efetivas de práticas discursivas. Desse modo, se, historicamente, foi válido para a prática psicanalítica reconhecer uma instância de efeitos de sentido que se produzia além das estruturas rígidas do enunciado, é válido reconhecer agora que a AD foi capaz de retrabalhar esta descoberta de uma forma eficaz, na medida em que buscou nela a fundamentação de mecanismos adequados à explicação, na sua dimensão enunciativa, de fenômenos linguageiros como o *ato falho*, o *trocadilho*, o *chiste*, a *ironia*, a *mentira* e tantos outros. Neste particular, pode-se dizer que uma integração entre estas duas dimensões do conhecimento acadêmico tende a fortalecer uma e outra. Se uma compreensão apurada do jogo interlocutivo pode contribuir para a prática analítica, supõe-se que a AD tenha muito a usufruir com avaliações do esquema enunciativo em situações discursivas efetivas e diferenciadas, como aquelas que representam a prática analítica.

Uma segunda perspectiva da AD, que devemos ressaltar, como importante neste esforço de integração, diz respeito ao interesse desta abordagem com os processos lingüísticos da construção argumentativa, como já mencionamos. Argumentação, na extensão de discursos sociais na área da filosofia, da política e da publicidade, sempre foi uma categoria de importante utilização. Sua compreensão, todavia, quase sempre se restringiu a uma concepção oriunda da Retórica, que postulava o manejo de certas figuras de estilo, o domínio de técnicas de grandiloquência como formas de captura de uma platéia etc. Assim, uma análise dos procedimentos argumentativos, num dado discurso político, podia ser concebida em razão da escansão de figuras, de tropos (pleonasmos, hipérboles, eufemismos, alegorias etc.), de arranjos locucionais, de toda uma *mise-en-scène*, recorrentes neste mesmo discurso. As ADs, de um modo geral, não relegam a importância deste trabalho, mas têm se esforçado por redimensionar a argumentação em duas orientações distintas: (a) a argumentação, aparadas diferenças locais, é uma condição inerente ao uso da linguagem e não um fenômeno típico de práticas discursivas localizadas; ela emerge de lugares distintos do processo enunciativo da produção e se orienta para a diversidade dos lugares enunciativos da percepção; (b) a argumentação é, lingüisticamente, construída por força da apropriação particular de certos arranjos da língua por sujeitos-enunciadores, efetivados em práticas discursivas; do lugar da sua emergência ou do lugar para o qual se orienta é sempre possível determinar e reconhecer um formato específico de apropriação do código, isto é, dos procedimentos e dos operadores postos em funcionamento.

Ao instrumentalizar a argumentação com procedimentos desta natureza, a AD possibilita buscar um território de convergência com áreas como, por exemplo: (a) Direito, na extensão prática da avaliação de peças jurídicas,

produzidas na forma de defesa/acusação, ou ainda como instrumento heurístico para interpretação de Leis; (b) Comunicação Social, em razão da necessidade de se dar conta de valores históricos, construídos, naturalizados e propagados pela mídia; (c) Ciências, pela importância constitutiva da linguagem nos processos de articulação, de confronto e de acordos numa sociedade e a conseqüente dificuldade de avaliá-los sob este ponto-de-vista.

Muitas outras áreas de conhecimento, que mantenham qualquer tipo de interface com a linguagem, certamente poderiam ser aqui destacadas em razão de alguma particularidade, de algum interesse qualquer. A preocupação nossa aqui foi apenas lembrar, dentro das perspectivas mencionadas - processo enunciativo e argumentação - aquelas que mantêm, no estágio atual da pesquisa, relações mais estreitas com a AD. Vejamos uma outra perspectiva, de natureza diferente, que julgamos ilustrativa deste desenvolvimento que a AD tem propiciado aos estudos da linguagem.

Uma terceira perspectiva aponta na direção de certos cuidados metodológicos que têm sido visados nas diversas abordagens da AD. Antes, porém, é importante assinalar que não existe, no território dos fenômenos linguageiros, nenhuma metodologia “prête-à-porter”, que reúna condições necessárias e suficientes para dar conta de todas as questões de linguagem. A inexistência desta metodologia, na amplitude constatada, tem reforçado a importância, a cada etapa de ajustamento teórico, de se construir (ou de se reconstruir) os procedimentos de análise. Muito se conseguiu, nos últimos tempos, em torno desta questão; todavia, o fato de a AD pretender alcançar certos fenômenos numa extensão que sobrepassa o meramente lingüístico acaba por torná-la vulnerável nestas regiões fronteiriças. Aqui, portanto, situa-se a importância da sua integração com outras disciplinas: é necessário pensar a construção de uma metodologia que seja apropriada aos procedimentos de uma análise integrada. Intercâmbios conceituais, trocas de experiências de análise devem ser ressaltados, quando se colocam em jogo os objetivos mencionados.

Por último, seria importante destacar que a intervenção da AD no cenário atual dos estudos lingüísticos tem trazido, como resultados imediatos, a compreensão do fenômeno da linguagem numa extensão mais ampla. Esta amplitude, em hipótese alguma, resultou em qualquer descaracterização dos avanços teóricos e metodológicos que a Lingüística produziu a partir do Estruturalismo. Toda especificidade sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem continua sendo o ponto de partida das diversas abordagens da AD, apenas reorientada em razão de outros objetivos a serem alcançados, de outras questões a serem avaliadas e de outros domínios a conquistar. Ao expandir os limites do seu objeto de estudo, a AD aceita o desafio de confrontar-se com outros projetos: já não se trata apenas de dar conta de certos fatos da estrutura de uma língua ou de certas propriedades da natureza da linguagem, mas ainda de justificar o modo pelo qual os falantes interagem

quando colocam em funcionamento uma língua, quando agem em função dela, quando a usam para informar ou para desinformar, quando a acionam para reproduzir convenções ou para manifestar intenções, quando dela fazem uso para comunicar ou para mandar calar.

Assim, a edição deste volume surgiu como uma oportunidade fundamental para a aglutinação de textos que visam à consecução de objetivos em torno de um intercâmbio teórico-conceitual, de práticas de análise e de efetivação de projetos. Além do mais, é ainda por apostar nas possibilidades de efetivar as condições emergentes de um programa interdisciplinar, ancorado pela AD, e na necessidade de um trabalho cada vez mais integrado dos fenômenos de linguagem, que nos propusemos organizar a presente publicação.

Embora já seja possível diagnosticar no âmbito da UFMG, em particular, e de outras instituições, no geral, uma efetiva consolidação da Análise do Discurso nos estudos sobre a linguagem, a organização deste volume objetiva, em linhas gerais, reunir textos de pesquisadores brasileiros e europeus de correntes diferentes, de centros distintos, num trabalho conjunto, capaz de propiciar, para a comunidade acadêmica, um balanço sobre o seu desenvolvimento, um perfil dos problemas emergentes, um diagnóstico da sua integração a outras áreas, uma perspectiva da sua relevância para atividades sociais mais amplas.

Assim, pretendemos, na reunião de textos que aqui se apresentam, enfatizar um conjunto de avaliações teóricas, de relatos de pesquisa e de projeções que, ao menos, objetive:

- uma avaliação histórico-conceitual da AD que seja capaz de localizar os princípios básicos da sua constituição como um objeto de estudo;
- uma análise que aponte para diferenças e semelhanças entre as diversas abordagens concorrentes no interior da AD;
- uma análise dos problemas, das dificuldades teórico-metodológicas que a AD tem enfrentado na avaliação das práticas de linguagem;
- uma demonstração do alcance efetivo da AD na compreensão de aspectos dos discursos sociais;
- uma avaliação das perspectivas da AD na sua interação com outras disciplinas não-lingüísticas, mas que têm o discurso como base de sua reflexão.

A primeira e a segunda partes deste volume são destinadas aos textos de autores que se ocupam da reflexão sobre os grandes problemas, os desafios, as alternativas que vêm determinando o desenvolvimento teórico e metodológico da AD. Já na terceira parte, procurou-se reunir textos voltados para a construção de diferentes práticas de análise discursiva.

A consolidação desse livro só se tornou viável pela ajuda financeira da

FAPEMIG, da CAPES, da Congregação da Faculdade de Letras, do Colegiado de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos/FALE-UFMG e do Departamento de Letras Vernáculas/FALE-UFMG.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a Dylia Lysardo Dias, Eliane Aparecida de Souza, Emilia Mendes Lopes, Helcira Maria Rodrigues de Lima, João Batista Martins, José Pereira da Silva Júnior, Sueli Campos Paiva, William Menezes e Wiliane Viriato Rolim, alunos do Curso de Pós-Graduação dessa Faculdade, bem como à professora Graciela Ines Ravetti de Gomez, do Departamento de Letras Românicas, pela colaboração na revisão final dos textos.

¹ STONE, P. J et al. *The general inquirer: A computer approach to Content Analysis*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1966.

² ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença, ;
FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

³ BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981: Língua, Fala e Enunciação / A Interação Verbal; TODOROV, T. L'Énonciation. *Langages*, n. 17, 1970; BENVENISTE, É.. *Problemas de Lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989: *Aparelho Formal da Enunciação*.

⁴ Cf. KRISTEVA, J. *História da Linguagem*. Lisboa: Ed. 70, [s.d.].

Parte I

PARTE I: FUNDAMENTOS DO DISCURSO

1. Análise do discurso controvérsias e perspectivas Patrick Charaudeau	27
2. L'analyse des discours constituants Dominique Maingueneau	45
3. Discurso na visão da pragmática transcendental Javier Herrero	59
4. Discursos práticos e a busca pela ética Rousiley C. M. Maia	73
5. Análise do discurso e argumentação Paulo Roberto Margutti	87
6. Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação César Guimarães	107
7. Discursos e psicanálise Célio Garcia	123

Análise do discurso: controvérsias e perspectivas¹

PATRICK CHARAUDEAU

1. Introdução

Fazer uma conferência inaugural é uma tarefa sempre delicada, pois isso implica em apresentar o tema do colóquio. Ora, aqui, o tema, «Controvérsias e perspectivas em análise do discurso», exige que seja feito um balanço da situação passada e presente dessa disciplina.

Quem pode, contudo, ter a pretensão (ou a distância necessária) de poder fazer o balanço de uma disciplina que não tem mais que quarenta anos? E como fazê-lo diante de seus próprios colegas, pois vocês sabem - em todo caso é o que eu defendo em minha teorização - que o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido. Não é o mesmo fazer esta apresentação se dirigindo aos estudantes que se iniciam em análise do discurso, ou a colegas e pesquisadores que vocês são.

Porém, quem não arrisca, não petisca. Um pouco de audácia é sempre necessário e mesmo no domínio científico, onde corre-se o risco de ser criticado por seus pares, deve-se tentar a aventura. Eu vou, pois, propor a vocês uma reflexão pessoal sobre a forma como eu vejo atualmente a situação da análise do discurso e os problemas que ela evoca. Não me limitei, para isso, a minha própria teorização e, não obstante, assumo a subjetividade do ponto de vista que irei desenvolver, sentindo-me incapaz de objetivar esse campo.

Não pretendo expor aqui a história da constituição da disciplina nem tampouco fazer um percurso pelas diferentes teorias existentes sobre o assunto. De um lado porque fazê-lo exigiria mais do que uma conferência e, por outro lado, porque é difícil estar ao mesmo tempo dentro e fora de uma teoria mesmo quando a conhecemos bem e, finalmente, porque os representantes de algumas dessas teorias, estando aqui presentes, irão certamente expô-las com mais precisão do que eu.

A reflexão que eu vou desenvolver é de ordem epistemológica. Ela consiste, em primeiro lugar, em problematizar esse campo do estudo do discurso (vejam que eu não falo de análise do discurso) com o auxílio de algumas noções centrais dessa problemática que, para mim, diferenciam uma «lingüística da língua» de uma «lingüística do discurso» : trata-se, em particular, das noções de *objeto*, de *sujeito* e de *corpus*, três noções básicas que são aliás interligadas. É em torno dessas categorias que eu buscarei, em um segundo momento, mostrar como se situam as diferentes teorias do discurso, quais são os problemas que elas levantam e como, finalmente, se esboçam algumas perspectivas.

Antes de tudo, gostaria de lembrar dois pontos, sem me prolongar neles, pois isto já foi amplamente discutido :

- o primeiro ponto refere-se ao uso polissêmico do termo discurso. Fala-se, sem que estejamos seguros de que se trata do mesmo sentido, de : discurso político, científico, religioso ; discurso administrativo, jornalístico, publicitário ; discurso didático, informativo, demonstrativo ; discurso populista, demagógico, terrorista ; discurso polêmico, humorístico, irônico ; discurso narrativo, descritivo, argumentativo ; e ainda, com uma extensão maior, de discurso de autoridade/ submissão, de discurso de fechamento, de exclusão, etc.
- o segundo ponto que merece ser recordado diz respeito às diferentes definições de discurso que foram propostas por vários lingüistas, semióticos ou filósofos. Maingueneau (1976) repertoriou seis (além de outras que ele não enumerou em 1976)², entre as quais eu mencionarei as seguintes : a de Benveniste, que opõe «Discurso a História» ; a de Harris, que designa pelo termo discurso uma nova unidade dita «transfrástica» ; a de Ducrot, que relaciona esta noção a seu «componente retórico» e a uma situação de enunciação particular ; a da escola denominada francesa, que opõe discurso a enunciado e relaciona a noção de discurso às «condições de produção» de um texto ; sem contar Foucault, Kristeva e Derrida, que fazem do termo discurso um uso que Maingueneau qualifica de «paralingüístico», na medida em que ele se junta a uma reflexão que integra várias disciplinas como a História, a Filosofia, a Semiologia e mesmo a Psicanálise.

A esse primeiro inventário de definições seria preciso acrescentar ainda :

- a da pragmática anglo-saxônica que, sem dizê-lo explicitamente, associa o discurso aos efeitos ilocutórios e perlocutórios da linguagem ;

- a sociolinguística e a etnometodologia norte-americana, de diferentes maneiras e sem construir teorias do discurso, se encontram também no centro de uma problemática discursiva, já que elas se interrogam sobre a relação entre o ato de linguagem e suas condições externas (sociológicas, psicossociológicas, antropológicas) de realização.

Enfim, sem pretender ser exaustivo, seria importante mencionar ainda algumas correntes das ciências cognitivas que se interessam pelo discurso, seja através do léxico (distinguindo «saber prototípico» e «saber enciclopédico») ³, seja através da produção textual (processos de *mise en discours* a partir de «roteiros, esquemas e *scripts*») ⁴, essa última corrente tendo reativado os estudos sobre a «coerência e a coesão textual» ⁵.

2. Reflexão epistemológica

Vejamos, pois, a reflexão epistemológica que podemos obter a partir de uma tal diversidade conceitual da noção de discurso sem nos posicionarmos a favor de uma ou outra dessas abordagens.

Sentido da língua/ sentido do discurso

Se nos interessamos pelo ponto de vista de quem recebe as mensagens e que é, por conseguinte, levado a compreender e interpretar os enunciados que as compõem, três coisas, correlativas entre si, me parecem centrais no estabelecimento da diferença entre sentido lingüístico e sentido discursivo.

A primeira é que o receptor busca nos enunciados produzidos não tanto o sentido das palavras ou o resultado da simples combinação entre elas, mas o seu sentido comunicativo e social. Para fazê-lo, e considerando que ele próprio se encontra em uma situação de troca social particular, ele precisa estabelecer uma relação entre os enunciados e os dados da situação onde se desenvolve a interação. Em outras palavras, os vocábulos, assim como os enunciados

produzidos, não significam em si mesmos, pois eles só se tornam interpretáveis quando são relacionados a um «*ailleurs*» «mais ou menos sobredeterminante, espaço de um «condicionamento» do ato de linguagem.

Evidentemente, esse espaço de condicionamento pode ser diverso. Digamos, sem entrar no mérito das diferentes posições existentes sobre o assunto, que esse «*ailleurs*», pode se referir, como diz Widdowson (1992), às «circunstâncias de uso»⁶ ou aos «modos de prática social (...) no interior dos quais as instituições estabelecem as ideologias para o controle das idéias»⁷. Seja como for, o objetivo do interpretante não é tanto o sentido das palavras, mas a significação social que resulta de seu emprego, assim como da relação deste com algo que lhe é exterior e que, de algum modo, sobredetermina essa relação.

A segunda coisa que distingue o sentido lingüístico do sentido discursivo é que, por consequência do que foi dito acima, é exigido um novo tipo de competência tanto para quem produz um ato de linguagem (aqui, num sentido amplo) como para quem o interpreta. Quando utilizamos os termos de «competência comunicativa», «competência situacional», «competência pragmática» ou «competência dialógica» (no sentido Bakhtiniano), trata-se de assinalar o que acaba de ser dito, ou seja, que a competência de produção/interpretação ultrapassa o simples conhecimento das palavras e de suas regras de combinação e requer um saber bem mais global, que compreende outros elementos da interação social e que, não obstante, fazem parte do processo de enunciação.

Isto já foi dito várias vezes, mas aquilo sobre o qual se insistiu talvez pouco até agora é que essa nova competência enunciativa implica a existência de um sujeito da linguagem que precisa ainda ser teorizado. Todo ato de enunciação (considerado sob o ponto de vista do locutor ou do interlocutor) tem por origem um sujeito de linguagem que se encontra em uma dupla relação de *intersubjetividade* ao outro e de *subjetividade* a si. Assim, podemos dizer, como os filósofos da linguagem, que o ato de linguagem traz a marca da «intencionalidade»⁸. Evidentemente, a concepção do sujeito irá variar de acordo com a abordagem teórica, como veremos mais tarde. Todavia, se o sentido lingüístico pode se abster de uma teoria do sujeito ao se referir ao mundo de maneira transparente (sustentado,

nesse caso, por um «locutor-ouvinte-ideal»⁹), o sentido discursivo caracteriza-se por sua opacidade face ao mundo, já que ele se refere ao próprio processo de enunciação e a um sujeito que se define em relações múltiplas de intersubjetividade.

O terceiro ponto que caracteriza o sentido do discurso, opondo-o ao sentido lingüístico, resulta dessa relação de opacidade que se instaura entre a linguagem e o mundo. O sentido lingüístico, como acabamos de dizer, constrói uma visão decerto simbolizada (não há linguagem sem processo de simbolização referencial), mas essencialmente referencial do mundo. Ela pode, pois, operar com um signo lingüístico capaz de associar o significante a um significado pleno nas suas relações sintagmáticas e paradigmáticas. O sentido discursivo, ao contrário, não pode mais operar com este tipo de unidade. Certamente, o signo remete a algum significado, mas este não pode ser visto a partir de um valor absoluto, pleno e autônomo. Ele atua no discurso apenas como uma proposição de sentido, como um sentido potencial cuja articulação com outros signos e com esse «*ailleurs*» de que falamos contribui para construir o sentido discursivo.

De imediato, não podemos mais considerar que há bi-univocidade sistêmica entre o plano da forma e o plano do conteúdo. O plano da forma é constituído por um conjunto de marcas que atuam como sintomas do sentido e que, ao mesmo tempo, são traços de múltiplos sentidos possíveis. Entre esses dois planos, como observou Roland Barthes, não há senão relações de «difração»¹⁰.

Assim, somos levados a recorrer a novos conceitos capazes de avaliar mais claramente a diferença entre sentido lingüístico e sentido discursivo : a distinção entre «explícito» e «implícito» na linguagem (com seus pressupostos, subentendidos e topoi), «sentido literal» e «sentido indireto» (como na teoria dos atos de fala), entre «compreensão» do sentido lingüístico e «interpretação» do sentido discursivo, entre «tematização» do ato enunciativo e «problematização» do ato discursivo, distinções estas que indicam que o sentido discursivo se constrói como a resultante de duas forças : uma centrífuga, que remete às condições extralingüísticas da enunciação, e uma outra, centrípeta, que organiza o sentido em uma sistematicidade intralingüística.

Essas diferenças marcadas entre o sentido da língua e o sentido do discurso mostram que as condições de pertinência de uma lingüística

do discurso são radicalmente diferentes das condições de uma lingüística da língua. Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social.

As diferentes problemáticas da AD

Após avaliarmos o campo do discurso em oposição ao campo da língua, é preciso admitir que há várias maneiras de analisar o discurso. De fato, diferentes teorizações se desenvolveram, a partir dos anos 50, muitas delas possuindo pouca coisa em comum, salvo as características gerais evocadas acima.

Como ressaltai no início desta conferência, há várias formas de se proceder a classificações, e cada classificação revela um ponto de vista, critérios e opções daquele que classifica. Toda tipologia é, por assim dizer, subjetiva. Michel Pêcheux (1990) havia proposto, em sua época, três correntes de estudo da linguagem¹¹ para fazer em seguida a crítica das mesmas e a fim de demonstrar a especificidade de sua própria abordagem.

A minha classificação será diferente, pois ela possui uma outra finalidade. Trata-se, no meu caso, de buscar definir problemáticas do estudo do discurso a partir de três parâmetros : o *objeto* de estudo que cada uma das problemáticas constrói, o tipo de *sujeito* do discurso que ela concebe, e o tipo de *corpus* que ela organiza.

Eu percebo três grandes problemáticas, não necessariamente correspondentes às teorias que lhe são associadas, muitas delas se servindo atualmente de mais de uma dessas problemáticas. Buscarei discutir, em um primeiro momento, o que parece definir cada uma dessas problemáticas. Em seguida, mostrarei como certas teorias se relacionam com as problemáticas em questão.

a) uma problemática dita cognitiva e categorizante :

- aqui, o objeto de estudo é considerado como um conjunto de mecanismos discursivos: trata-se, pois, de analisar a existência e os modos de agenciamento desses mecanismos no interior de uma produção discursiva qualquer (texto ou

enunciados aleatórios) —é o caso quando se estuda, por exemplo, os jogos de coerência e coesão em um texto, assim como certas palavras do discurso (conectores, modalidades). Trata-se, também, de descrever o modo de funcionamento desses mecanismos e, em particular, seu modo de produção - é o caso dos trabalhos de certos psico-cognitivistas da linguagem que buscam determinar percursos « *down* » ou « *up* » de realização de esquemas, *scripts* e roteiros na organização discursiva¹². Em ambos os casos, obtêm-se categorias instrumentais de análise que servem para analisar ou produzir configurações discursivas.

- o sujeito correspondente a um tal objeto será chamado de sujeito cognitivo, na medida em que é considerada a sua aptidão em produzir e reconhecer operações e articulações discursivas: relações anafóricas ou catafóricas, conexões coordenadas ou subordinadas, condições de coerência como a repetição, a progressão e a não contradição ; regras de argumentação ou ainda atos de fala, etc..
- isto explica porque o *corpus* que é construído dentro de uma tal problemática não tem necessidade de ser organizado em função de uma situação de comunicação particular. Nesta perspectiva, o *corpus* pode ser chamado de *aleatório*, e ele sofre restrição apenas dos contextos lingüísticos nos quais aparecem os mecanismos em questão.

Essa problemática dá lugar a modelos que tentam pôr em correspondência a macroestrutura textual com o conteúdo sobre representação do acontecimento.

b) uma problemática dita comunicativa e descritiva

- aqui, o objeto de estudo é empírico, ou melhor, ele é determinado (todo objeto de estudo é o resultado de uma construção elaborada em função de um certo número de parâmetros) pela observação (mais ou menos ingênua) das manifestações do mundo fenomenal. Desse modo, nós podemos observar que os comportamentos dos indivíduos nos seus atos de interação social são mais ou menos recorrentes, o que fundamenta a hipótese de que eles estão submetidos a certas condições de realização e que obedecem a certas regras. o que nos autoriza a constitui-los em objeto

de análise. Assim, existem atos de comunicação que podemos determinar em função de um certo número de variáveis: a *identidade* dos parceiros da interação, a *finalidade* acional (*but*) da situação em que eles se encontram (para falar como E. Roulet, poderíamos dizer que trata-se de uma «praxeologia situacional»), as *circunstâncias materiais* da comunicação.

O objeto de estudo que se obtém nesse tipo de empiria se estruturaria em «tipos ideais» (no sentido durkheimiano) de comunicação a partir, e no interior, dos quais são descritas as características discursivas correspondentes a cada um deles.

Uma tal abordagem resulta, entre outras coisas, no estabelecimento de diversas tipologias ditas de discurso, de textos, de gêneros, ou de situações comunicativas¹³, mas pressupõe também uma teorização desses tipos ideais de comunicação.

Essa problemática pode ser chamada de descritiva, já que ela visa a descrever estes tipos ideais de situação comunicativa. Trata-se, porém, de uma descrição «construtivista», visto que a realidade comunicativa é apreendida como uma construção ao mesmo tempo histórica (ela depende do que foi construído anteriormente), e existencial (ela é operada em um dado instante por atores individuais e coletivos).

Em consequência, essa realidade social, ao mesmo tempo que ela reproduz parte do que recebe como herança, se transforma e inventa novas formas de comunicação, num movimento dialético de «internalização do exterior» e de «externalização do interior»

(Sartre - 1986)¹⁴. Aqui o sujeito se define nessa empiria de trocas comunicativas, mas ele é também construído e teorizado em função da maneira como construímos e teorizamos as trocas.

O sujeito é, pois, um sujeito de comunicação definido por sua identidade psicológica e social, por um comportamento finalizado e pelas restrições que ele sofre se ele quer se inserir na interação (nessa perspectiva, ele é um «isso»). Ele se define também por suas próprias intenções para com o outro (e nessa perspectiva, ele é um «eu»).

Diversas teorizações desse sujeito são possíveis. Seja qual for o ponto de vista adotado, o sujeito se encontra aqui em uma relação de intersubjetividade com o outro da linguagem (alteridade), ele representa vários papéis de acordo com sua posição de produtor ou

de receptor do ato de linguagem e possui uma dupla identidade : externa, de ser psicológico e social ; interna, de ser discursivo.

- o *corpus*, aqui também construído, é produto dessa visão empírica do objeto de estudo. Ele é, em geral, constituído de textos (= toda produção discursiva em situação) que são reunidos por pertencerem a um certo tipo de situação comunicativa.

Por exemplo, textos publicitários, textos jornalísticos, textos de manuais escolares, textos administrativos, textos de programas políticos, e diversos textos conversacionais (conversações telefônicas, pedidos de informação, entrevistas, bate-papos, debates, etc.).

Esse tipo de organização nos permite em seguida proceder a comparações em torno de um mesmo invariante ou tipo situacional. Comparações no tempo, por exemplo, entre os telejornais de 20 anos atrás e os telejornais atuais; comparações no espaço, por exemplo, entre a publicidade (ou a imprensa) francesa e a publicidade (ou a imprensa) brasileira.

Isso dá lugar a modelos de representação da situação empírica de trocas comunicativas em relação com modelos de organização discursiva (gêneros e tipologias).

c) uma problemática dita representacional e interpretativa

Eu poderia tê-la chamado de «problemática ideologizante», mas temo pelos mal-entendidos. O qualificativo « ideologizante» é tirado da palavra «ideologia» que, desde a sua criação no âmbito da filosofia do século XVIII (Destutt de Tracy, 1796), foi objeto de várias discussões, surgindo, por conseqüência, definições diferentes de acordo com o tipo de teorização adotado.

Ora, eu não pretendo entrar aqui no mérito dessa discussão para a qual precisaríamos de um colóquio específico, mas tão somente apontar uma atividade do pensamento social que ultrapassa o âmbito de uma teoria particular.

Para mim, trata-se de assinalar aqui que a realidade social é objeto de uma construção significativa através de uma atividade mental¹⁵ consistindo, por si mesma, em produzir discursos de racionalização, de explicação e de justificação dessa realidade e que faz com que esta se constitua como real. Eu não vou discutir aqui a questão de

saber se esse real construído é verdadeiro ou falso ou se ele mascara ou não um outro real (Marx # Ricoeur). O que parece ser significativo aqui é que são construídos discursos de representação que revelam sistemas de valores dos quais se servem os indivíduos para julgar a realidade. De imediato, esses indivíduos podem se definir e se reconhecer como pertencendo a um grupo social em função dos discursos de representação aos quais eles aderem ou, ao contrário, em função dos discursos de representação que eles rejeitam. É construída assim uma «consciência social» do sujeito, consciência essa que não é necessariamente consciente e que o sobredetermina parcialmente.

Falar de «problemática representacional» me permite evitar mal-entendidos, mesmo admitindo que estamos aqui em uma problemática da ideologia, ressaltando-se que ela trata da questão dos sistemas de valores veiculados pelos discursos de representação. Isto implica que:

- o objeto de estudo dessa problemática é definido através de hipóteses sobre a existência de representações sócio-discursivas dominantes em um dado momento de uma sociedade (elas seriam, pois, sócio-históricas) e caracterizando um ou outro grupo social.

Elas são, portanto, interpretativas, já que é necessário possuir, *a priori*, uma hipótese sobre o que são os «posicionamentos sociais», assim como sobre a relação destes com as «práticas discursivas» e com os «tipos de sujeitos» correspondentes.

A dificuldade dessa problemática reside justamente na necessidade de construção dessas hipóteses, pois, para construí-las, apóia-se em manifestações discursivas extremamente diversas, nem sempre explícitas, mas com frequência difusas e de difícil controle, o que coloca o problema da constituição do *corpus*.

- aqui também, o sujeito constitui um problema. De um lado, situando-se no centro das práticas discursivas que constroem as representações, ele pode ser considerado como um sujeito *ativo*. Por outro lado, e considerando que essas práticas são compartilhadas pelos outros indivíduos do grupo e que elas lhe retornam sob a forma de representações dos sistemas de valores que o sobredetermina, pode-se dizer que esse sujeito é *passivo* e se dilui na consciência do grupo social.

Dai, duas posições :

- uma radical, defendida sobretudo pela dita Escola Francesa de Análise do Discurso, que não confere a esse sujeito outra existência que a de uma «ilusão» (efeito Munchausen), pois ele seria completamente sobredeterminado pelo que Pêcheux chama de «pré-construído» das «formas discursivas». O sujeito é apenas o resultado de um produto, ele não se pertence, ele é falado por um *ailleurs* que será denominado ora ideologia (Althusser), ora inconsciente (Authier-Revuz). Em ambos os casos, o sujeito não é um «eu», mas um «isso» (ideológico ou inconsciente) que fala através de um sujeito falante. Não é por acaso que os defensores dessa posição sempre operaram um paralelismo (abusivo, na minha opinião) entre ideologia e inconsciente.
- a outra posição é menos globalizante. Ela não nega o jogo da sobredeterminação do sujeito, mas no lugar de fazer dele uma ilusão, ele faz dele algo positivo. Em toda sociedade existem discursos de doxa (topoi, lugares comuns, estereótipos, saberes compartilhados) que circulam e se distribuem de maneira mais ou menos aleatória em meio aos diferentes grupos sociais. Todo sujeito é, pois, portador, de um lado (isso também revela uma diferença), de alguns desses discursos e, por outro lado, essa apropriação revela (com frequência, sem que ele se dê conta) seu posicionamento social. Podemos dizer, assim, que esse sujeito é «responsável» (entre aspas, é claro) por suas representações. É uma posição que nós qualificaremos de sociológica e que é defendida na França por alguns sociólogos que procuram analisar as representações do espaço público nas mídias (Quérc), e que caminha junto com o ponto de vista de uma sociologia construtivista tal como ela é concebida por Bourdieu.
- o *corpus* varia segundo uma ou outra das duas posições. Ele é , contudo, um problema comum às duas posições: as representações sociais perpassam os suportes, as situações e os gêneros, e devem ser reconhecidas de maneira transversal através de diferentes «suportes pretextos». Isto torna difícil a constituição do *corpus* e é por isso que, com

freqüência , por razões de comodidade e de controle da análise, os *corpus* são construídos em torno de um gênero.

Na primeira posição, o *corpus* é constituído por um conjunto de textos-arquivos que são selecionados pelo seu valor emblemático de discurso dominante, com freqüência ligado a uma instituição social : dicionários, enciclopédias, produções discursivas de grupos constituídos (livro de queixas, partidos políticos, sindicatos) e toda produção possuindo um valor de discurso fundador, o que Maingueneau chama de «textos constituintes» (religiosos, científicos, filosóficos, literários, jurídicos, etc.).

Na segunda posição, o *corpus* é constituído por um conjunto de signos-sintomas e que representam , de forma emblemática, sistemas de valores. Esses signos podem ser palavras («racismo», «imigração», etc.) e são objetos de estudos lexicológicos¹⁶ (grupo de Saint-Cloud) , mas eles podem igualmente representar certas recorrências verbais (maneiras de falar) ou icônicas (*mises en scène* de imagens) que permitem estudar, por exemplo, as «representações da mulher» nas publicidades ou a «violência» na televisão.

Mas esse aspecto das coisas é muito complexo, pois podemos levantar a hipótese de que os gêneros e os dispositivos, em função de suas configurações, revelam igualmente valores e ideologias. Por exemplo, se comparamos a forma como a imprensa concebia sua rubricagem e seus gêneros de redação há 50 anos e agora, podemos ver que sua ideologia, no que diz respeito ao papel que ela representa no simbolismo democrático, mudou.

Essa problemática dá lugar a modelos de representação da «estrutura de opinião em relação com os traços lingüísticos dessa representação. Eu não me prolongarei nesse assunto, mas faço questão de ressaltá-lo para que os campos de pesquisa não se fechem, mas, ao contrário, se abram .

O posicionamento das diferentes abordagens teóricas

A definição das diferentes problemáticas poderia servir de base a uma classificação dos diferentes pontos de vista teóricos em AD. Seria perfeitamente legítimo, depois de tudo, construir uma tipologia das teorias assim como se faz uma tipologia dos gêneros discursivos. Meu objetivo, contudo, não é esse.

Eu gostaria apenas de mostrar, com o auxílio de alguns exemplos, que não é simples classificar diferentes correntes em AD, o que deveria nos incitar a uma certa modéstia, quando muitas vezes se transforma uma abordagem teórica em campo de poder.

Certas correntes são mais fáceis de classificar que outras. Por exemplo, os trabalhos de Ducrot —seja os do período da pressuposição, das palavras do discurso, da argumentação na língua ou atualmente dos *topoi*— podem ser associados à problemática cognitiva e categorizante. O mesmo pode ser dito sobre os trabalhos relacionados à teoria dos atos de fala, assim como aqueles que visam a descrever os conectores e outros *embrayeurs* (Moeschler). Podem ser igualmente associados a essa mesma problemática os trabalhos sobre a gramática do texto que tratam dos problemas de coerência e de coesão textuais (Van Dijk et Kintsch, 1983; Charolles, 1978), bem como os trabalhos dos psico-cognitivistas que se interessam pelos processos de produção/compreensão dos textos (Richard, Fayol + norte-americanos).

Por exemplo, também é fácil classificar, mas de maneira diferente, os trabalhos em AD que seguem a linha de Pêcheux : podem ser associados à problemática representacional e interpretativa na medida em que esse declara que ele se situa dentro de um campo sócio-histórico «onde se constroem os sentidos, na obscuridade inevitável das ilusões do sujeito»¹⁷. Certos trabalhos de lexicometria, nos quais a situação comunicativa era secundária, podem igualmente ser associados a essa problemática.

Por outro lado, outras correntes são mais difíceis de classificar, pois elas se servem de várias problemáticas ao mesmo tempo. Por exemplo, os estudos que procuram determinar os gêneros discursivos seriam classificados como problemática cognitiva quando eles estabelecem categorias de distinções baseadas em recorrências de marcas formais (construções de frases, emprego de pronomes e de conectores), o que os aproxima das gramáticas de texto. Entretanto, quando esses estudos se interrogam sobre as correlações entre essas recorrências e as condições de produção situacionais (discurso publicitário, discurso didático, discurso de vulgarização, etc.), eles entram numa problemática comunicativa.

Por exemplo, os estudos sobre a argumentação pertencem a uma problemática categorizante quando eles focalizam a mecânica

argumentativa em si mesma, Entretanto, eles participam de uma problemática comunicativa quando buscam esclarecer as estratégias argumentativas de um tipo de sujeito em uma dada situação (Plantin, Bonnafous), bem como de uma problemática representacional, como é o caso quando eles tentam interpretar essas estratégias em termos ideológicos (o discurso populista).

Por exemplo, as análises centradas nos diversos discursos que constituem um domínio de prática social (a empresa¹⁸, a escola, os mídias) se situam plenamente dentro de uma problemática comunicativa; mas quando elas recorrem a hipóteses interpretativas de ordem sociológica, elas se filiam a uma problemática representacional (a ideologia da empresa, a ideologia da escola, a ideologia das mídias).

Quanto aos estudos ditos conversacionais, interacionistas, etnometodológicos e sociolinguísticos, eles fazem parte de uma linguística do discurso, embora seja muito difícil classificá-los devido à diversidade das análises que vão das mais mecanicistas às mais interpretativas. Eles obedecem à linha cognitiva quando buscam categorizar os turnos de fala, os tipos de intervenção ou os rituais linguageiros; eles se inserem em uma problemática comunicativa quando descrevem as características das trocas interlocutórias em função dos dados da situação de comunicação¹⁹; eles podem igualmente se servir da problemática representacional quando eles se interessam pelas interpretações ideologizantes²⁰. Também merece mencionar aqui a tentativa de J.P. Bronckart da Universidade de Genebra que consiste em ligar aspectos «cognitivos» da aprendizagem com uma teoria dos gêneros dentro de uma perspectiva interdiscursiva (Vygotsky).

Notem que eu não procurei classificar os trabalhos de quem se encontra presente neste colóquio. Eu não quero cometer a injúria de obrigá-los a se reconhecer dentro de uma ou outra das problemáticas, e, aliás, eles são melhor situados do que eu para falar de seus trabalhos. Eu lhes deixo portanto este espaço de liberdade.

Enfim, eu deveria talvez dizer onde eu próprio me situo. Eu não vou, para tanto, fazer uma segunda conferência, mas me contentarei em resumir minha posição declarando, de forma cavalheira, que segundo meus objetivos de análise, eu me sirvo das três problemáticas: em primeiro lugar, da problemática comunicativa, já que eu abordo

sempre os fatos de discurso menos por suas marcas lingüísticas que por suas condições situacionais de produção (é aqui onde eu situo meu «contrato de comunicação»²¹) ; em seguida, sirvo-me da problemática representacional, já que meu trabalho sobre o reconhecimento das estratégias discursivas deve resultar na descrição do que eu denomino os «imaginários sociodiscursivos» de base ; enfim, é importante que isto seja descrito com as categorias que eu chamo de «semiolingüísticas», o que implica que eu considere o que me propõem os estudos que se situam na problemática cognitiva. Mas, no que diz respeito a esse último empréstimo, quem pode rejeitar em uma lingüística do discurso a utilização desse gênero de categorias?²²

Como podem ver, a posição do lingüista do discurso não é nada confortável. Digamos que ela é exigente, pois não se pode analisar um discurso sem operar com categorias que possuem um certo valor generalizante, sem se interrogar sobre a base praxeológica e situacional na qual ele se inscreve, nem se abstendo de tirar deles os ensinamentos de ordem ideológica (no sentido que eu dei a essa noção).

Considerem esta reflexão como um instrumento de trabalho, como um quadro que permite interrogar a posição epistemológica dentro da qual se encontra uma ou outra teoria do discurso, e não, de forma alguma, como uma tipologia fixa e definitiva. Muitos problemas continuam em suspenso, mas eu não poderia tratá-los todos aqui e, ademais, confesso que eu não poderia tratá-los todos.

Perguntaram-me recentemente se eu accitaria fazer um manual de apresentação da análise do discurso. Eu forneci três respostas :

- a primeira é que já existiam manuais muito bem feitos sobre o assunto;
- a segunda é que se eu fizer um, seria para apresentar esse imenso campo que eu chamo de «lingüística do discurso», para me demarcar da análise do discurso que eu considero muito restritiva pelo fato de ter sido confundida com uma teoria particular (a de Michel Pêcheux) ;
- a terceira coisa que eu respondi ao editor, que demonstrou aliás um grande interesse pelo meu projeto, é que atualmente eu não me sentia capaz de fazê-lo. Meu editor ficou desolado

e, além disso, nesse dia, ele não me convidou para almoçar (e Deus sabe que as refeições dos editores são feitas sempre em excelentes restaurantes !).

Mas eu estava em paz com minha alma (e Deus, ou o Diabo, sabe que é preciso desconfiar dela !).

Agora, na minha opinião, nos anos próximos, a pesquisa sobre o discurso, qualquer que seja sua forma, deveria ser, dentro das ciências da linguagem, a perspectiva mais importante dado que abranje tanto aspectos empíricos como cognitivos e representacional da comunicação humana.

Anexo 1

As diferentes problemáticas

	COGNITIVA	COMUNICATIVA	REPRESENTACIONAL
OBJETO	- mecanismos - categorias	- empírico - situação de comunicação	- representações socio-discursivas - interpretativa
SUJEITO	- cognitivo - operador de articulações discursivas	- identidades - intersubjetividade	- ativo/passivo - "isso" ideologia - "isso" doxa
CORPUS	- aleatório - contexto linguístico	- texto-situação - comparação	- transversal - texto-arquivo - signo-sintoma

NOTAS

- ¹- Texto traduzido por Wander Emediato de Souza
- ²- *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours.*, Paris : Hachette, 1976.
- ³ Ver *Langages*, n. 100, Paris : Larousse, déc. 1990.
- ⁴- Ver *Psychologie française*, n. 36-2. Paris : Dunod, 1991 ; particularmente «Les modèles de compréhension basés sur les structures de connaissance».
- ⁵- CHAROLLES, M. *Introduction aux problèmes de la cohérence des textes.* *Langue française*, n. 38, Paris : Larousse, 1978. HALLIDAY, M.A.K., HASAN, R. *Cohesion in English.* London : Longman, 1976. VANDIJK, T.A., KINTSCH, W. *Strategies of discourse Comprehension.* New York : Academic Press, 1983.

- ⁶- « discurso : a forma na qual a língua é explorada e organizada para adquirir sentido em circunstâncias de uso », *Discursos de indagación y condiciones de pertinencia*, *Discurso*. n. 13, Mexico : 1992.
- ⁷- op. cit., p. 4.
- ⁸- SEARLE, J.R., *L'intentionnalité*. Paris : Ed. de Minuit, 1983.
- ⁹- Tanto para o estruturalismo saussuriano como para o gerativismo chomskiano
- ¹⁰- *Communications*, n. 8, Paris : Le Seuil.
- ¹¹ «Remontons de Foucault à Spinoza» (1977), in *L'inquiétude du discours* Paris : Ed. des Cendres, 1990.
- ¹² Tanto na pesquisa norte americana (Schank, Abelson, Kintsch e van Dijk) como na francesa (Denhière, Richard).
- ¹³ Vejam os trabalhos anglo-saxônicos de Sydney (Halliday) e Birmingham (Coulthard).
- ¹⁴- *Questions de méthode*. Paris : Gallimard , 1986 (1 éd. 1960).
- ¹⁵ Deste ponto de vista, tudo pode ser chamado modelo de «representação mental». Alguns, todavia, seriam de forma e outros de conteúdo.
- ¹⁶ S. Bonnafous e o grupo de Saint-Cloud.
- ¹⁷- « Mise au point et perspectives à propos de l'Analyse du Discours », *Langage*, n. 37, Paris : Larousse, 1975. O trabalho de J. Authier-Revuz, ao contrário, possui uma dupla associação: quando esta descreve os mecanismos da « heterogeneidade constitutiva et da heterogeneidade mostrada», ela se associa à problemática de categorias, mas, quando passa a interpretação dos mesmos, ela situa-se em uma problemática ideologizante.
- ¹⁸ Na França, o grupo de pesquisa « Linguagem e trabalho » (Gardin, Boutet)
- ¹⁹ Como nós fizemos no CAD ao analisar os debates e talk shows. Vejam CHARAUDEAU, P. (ed.). *La télévision. Les débats culturels. Apostrophes* Paris : Didier Erudition, 1991. CHARAUDEAU, P., GHIGLIONE, R. *La parole confisquée. Un genre télévisuel : le talk show*. Paris : Dunod, 1997.
- ²⁰ De todo modo, o problema do que se chama «análise da conversação» está em saber se pertence a uma problemática interacional ou discursiva.
- ²¹ Veja-se *Le discours d'information médiatique*. Paris : Nathan-Ina, 1997.
- ²² O percurso de um van Dijk é representativo, para mim, dessa preocupação entre o texto, as categorias cognitivas e a ideologia.

L'Analyse des discours constituants

DOMINIQUE MAINGUENEAU

La notion de "discours constituant" définit pour moi davantage un espace à stabiliser qu'un territoire de recherche sûr de ses frontières. Mais comme c'est une des fonctions essentielles des congrès que de permettre d'ouvrir des pistes encore incertaines, de lancer des idées, je profite de l'occasion pour évoquer cette problématique sur laquelle je travaille depuis quelques années.

Cette notion de "discours constituant" s'est progressivement imposée à moi à la suite des recherches que j'ai menées sur des corpus divers, en particulier sur le discours religieux, scientifique, philosophique, littéraire. Quand on travaille ainsi sur des discours de prime abord très différents et que l'on s'aperçoit que bien des catégories sont aisément transférables de l'un à l'autre, on en vient de manière très naturelle à l'hypothèse qu'il existe une aire spécifique au sein de la production verbale d'une société, les discours que je propose d'appeler **constituants**, qui partagent un certain nombre de propriétés quant à leurs conditions d'émergence, de fonctionnement et de circulation.

Une première approche

Pour éclairer les choses, on peut partir d'une remarque banale: quand il y a débat sur un problème de société, on va solliciter les avis de sujets qui parlent au nom de la religion, de la science, de la philosophie... On a en effet l'impression que les discours dont ils sont les porte-parole sont en quelque sorte des discours ultimes, au-delà desquels il n'y a plus que de l'indicible, qu'ils se confrontent à l'Absolu. Comme ces discours sont ceux qui donnent sens aux actes de la collectivité, qu'ils sont les garants des multiples autres, le journaliste aux prises avec un "débat de société" en appellera tout naturellement à leur autorité. Mais l'inverse n'est pas vrai. Il y a là une asymétrie fondamentale, que rend tangible l'existence de pratiques exégétiques: le véritable exégète lit le texte qui, en fait, lui

apprend comment il faut lire... Les discours constituants possèdent en effet un statut singulier: zones de parole parmi d'autres *et* paroles qui se prétendent en surplomb de toute autre. Discours limites, placés sur une limite *et* traitant de la limite, ils doivent gérer textuellement les paradoxes qu'implique leur statut. Avec eux se posent dans toute leur acuité les questions relatives au charisme, à l'Incarnation, à la délégation de l'Absolu: pour ne s'autoriser que d'eux-mêmes ils doivent se poser comme liés à une Source légitimante.

Parler ainsi de "discours constituant", c'est définir une catégorie au statut typologique bien incertain. Si l'on en croit la typologie des typologies des discours d'André Petitjean¹, les analystes de discours manipulent habituellement des typologies reposant sur des critères de trois ordres:

- Les typologies *linguistiques*, c'est-à-dire en fait *énonciatives* pour les plus intéressantes, sont indépendantes des contenus et des finalités des discours. Elles s'appuient en général sur la problématique ouverte par E. Benveniste² quand il opposait des énoncés ancrés dans leur situation d'énonciation ("discours") et des énoncés coupés de leur situation d'énonciation ("histoire" ou "récit").

- Les typologies *fonctionnelles* divisent les discours selon leur finalité. Ces classifications oscillent entre la mise à jour de fonctions très abstraites, d'ordre communicationnel, comme c'est le cas dans le célèbre modèle de R. Jakobson, et des fonctions d'ordre nettement sociologique (fonction ludique, de connaissance, de maintien du lien social, etc.).

- Les typologies *situationnelles* sont réalisées à partir de *genres de discours* définis sur des critères socio-historiques: le journal télévisé, le roman policier, l'éditorial, le sermon... Ces genres de discours sont eux-mêmes inclus dans des *types de discours* correspondant à des secteurs d'activité sociale (discours politique, médiatique, littéraire...). On peut aussi s'intéresser à des *institutions* singulières (l'hôpital, le tribunal...) ou à des *positionnements idéologiques* (discours patronal, communiste...).

Qu'en est-il de la notion de "discours constituant"? Il me semble qu'elle ne se laisse enfermer dans aucun de ces trois types de typologie, mais qu'elle les traverse. Elle fait appel à des propriétés à la fois énonciatives, fonctionnelles et situationnelles. En effet, le regroupement de discours comme le religieux, le scientifique, le

littéraire, le philosophique, pour citer les plus évidents, implique une certaine fonction (fonder et n'être pas fondé par un autre discours), un certain découpage des situations de communication d'une société (il y a des lieux, des genres attachés à ces discours constituants) et un certain nombre d'invariants énonciatifs. On peut donc parler ici d'une catégorie proprement *discursive*, qui ne se laisse réduire ni à une grille strictement linguistique ni à une grille d'ordre sociologique ou psycho-sociologique. Ces discours partagent de nombreuses propriétés liées à leur manière spécifique de s'inscrire dans l'interdiscours, de faire émerger leurs énoncés et de les faire circuler. Au-delà de leurs différences manifestes de contenu, c'est de tels invariants qu'il s'agit de dégager.

L'archéion

Nous l'avons dit, la prétention attachée au statut de discours constituant, c'est de fonder et de n'être pas fondé. Il est à la fois *auto-* et *hétéroconstituant*, ces deux faces se supposant réciproquement: seul un discours qui *se constitue* en thématissant sa propre constitution peut jouer un rôle *constituant* à l'égard d'autres discours. Cela ne signifie pas que les multiples autres types d'énonciations (les conversations, la presse, les documents administratifs, etc.) n'ont pas d'action sur eux; bien au contraire, il existe une interaction continue entre discours constituants et non-constituants, de même qu'entre discours constituants. Mais il est dans la nature de ces derniers de dénier cette interaction ou de prétendre la soumettre à des principes.

Les discours constituants mobilisent ce qu'on pourrait appeler *l'archéion* de la production verbale d'une société. Ce terme grec, étymon du latin *archivum*, présente une polysémie intéressante pour notre perspective: lié à l'*archè*, "source", "principe", et à partir de là "commandement", "pouvoir", *l'archéion*, c'est le siège de l'autorité, un palais par exemple, un corps de magistrats, mais aussi les archives publiques. *L'archéion* associe ainsi intimement le travail de *fondation* dans et par le discours, la détermination d'un *lieu* associé à un *corps d'énonciateurs consacrés*, et une élaboration de la *mémoire*.

Même en s'en tenant aux discours constituants de notre type de société, pour l'essentiel issus du monde grec, il apparaît périlleux d'en dresser une liste. Non seulement parce qu'il est difficile de répertorier les discours qui répondent à ce critère, mais encore parce

que la simple liste ne permet pas de définir exactement les relations entre les divers discours constituants. Le statut, par exemple, du discours juridique est loin d'être clair: de même celui du discours politique ou de la psychanalyse, du moins quand elle n'est pas ramenée à une simple technique psychothérapeutique. Il me semble que la psychanalyse serait un bon candidat au statut de discours constituant, elle qui prétend cumuler une part des pouvoirs du discours scientifique, religieux, philosophique, voire littéraire. A l'inverse, le discours politique ne me paraît pas relever de cette catégorie: il s'appuie sur les discours constituants (invoquant la science, la religion, la philosophie, etc.) mais pour les faire entrer en relation avec les lieux communs d'une société. C'est là un terrain d'investigation ouvert.

L'un des points les plus remarquables est que les discours constituants sont multiples, en concurrence, bien que chacun puisse avoir à un moment ou un autre la prétention d'être seul détenteur de l'*archéion*. Cette pluralité est à la fois irréductible et constitutive de ces discours, tissés de leur déchirement même. On doit sur ce point récuser le point de vue spontané et poser que l'interdiscours prime le discours: chaque discours constituant ne fait qu'un avec la gestion de cette pluralité, de cette impossible coexistence, il apparaît ainsi à la fois intérieur et extérieur aux autres, qu'il traverse et dont il est traversé. Longtemps le discours philosophique a géré cette pluralité en se conférant le droit d'assigner sa place à chaque discours, prétention constamment contestée par ceux qu'il entendait se subordonner. Le discours scientifique ne peut se poser sans conjurer à chaque instant la menace que les autres représentent pour lui, eux qui à leur tour ne cessent de renégocier leur statut par rapport à lui. Etc.

Les trois dimensions de la "constitution"

Nous n'avons pas encore justifié le choix de l'adjectif "constituant" pour caractériser notre groupement de discours. Il présente l'intérêt de pouvoir exploiter trois valeurs sémantiques associées au verbe *constituer* et à son dérivé nominal *constitution*:

- La *constitution* comme action d'établir légalement permet de caractériser le discours comme instaurant les modalités de sa propre émergence dans l'interdiscours. On s'inscrit ici dans le prolongement de certains courants pragmatiques qui lient étroitement l'énonciation et sa légitimation.

- La *constitution* comme mode d'organisation, agencement de *constituants*, permet de mettre en évidence la cohésion/cohérence des totalités textuelles.
- La *constitution* comme ensemble de dispositions légales déterminant les droits et devoirs de chacun dans une collectivité permet de souligner que le discours constituant est précisément voué à servir de norme et de garant aux comportements d'une collectivité, à délimiter le lieu commun des paroles qui peuvent y circuler.

Une analyse de la *constitution* des discours constituants doit ainsi s'attacher à montrer *la connexité de l'intradiscursif et de l'extradiscursif, l'intrication d'une représentation du monde et d'une activité énonciative*. Leur énonciation ne fait qu'un avec la manière dont elle gère sa propre émergence, l'événement de parole qu'elle institue. A travers les opérations énonciatives par lesquelles s'*institue* le discours s'articulent l'organisation textuelle et l'organisation *institutionnelle* que tout à la fois il pré suppose et structure.

Positionnement et communauté discursive

Le conflit ne s'exerce pas seulement *entre* les divers discours constituants, il s'exerce à *l'intérieur* des discours constituants eux-mêmes, qui se présentent comme un champ, comme un espace de conflit permanent entre divers positionnements. C'est du moins une caractéristique des sociétés modernes que les cadres de référence idéologiques y fassent l'objet d'un débat constant.

Cette notion de "positionnement" (doctrine, école, théorie, parti, tendance...) est très pauvre: elle implique seulement que l'on rapporte les énoncés à diverses identités productrices de discours qui se définissent les unes les autres. C'est là un thème rémanent de l'analyse du discours, du moins en France: l'unité d'analyse pertinente n'est pas le discours en lui-même, mais le système de relation aux autres discours à travers lequel il se constitue et se maintient, le rapport aux autres et le rapport à soi ne sont qu'illusoirement distinguables, l'interdiscours ne se trouve pas à l'extérieur d'Une identité refermée sur ses propres opérations³. Certes, le positionnement prétend naître d'un retour aux choses, d'une juste appréhension du Beau, du Vrai, etc. que les autres positionnements auraient déformé, oublié, subverti, mais cette visée d'un terme absolu, au-delà du discours est en réalité traversée par ces autres discours.

Les diverses écoles philosophiques du monde hellénistique ne sont pas les courants ou écoles des sciences humaines ou les laboratoires de la physique contemporaine, mais dans tous les cas le positionnement suppose l'existence de groupes plus ou moins institutionnalisés, de communautés discursives, qui n'existent que par et dans l'énonciation de textes qu'elles produisent et font circuler. Le positionnement n'est donc pas seulement une doctrine, l'articulation d'idées, c'est l'intrication d'une certaine configuration textuelle et d'un mode d'existence pour un ensemble d'hommes. C'est une des leçons que j'ai tirées de mes recherches sur le discours dévot au XVII^e siècle⁴ où je me suis aperçu que le même modèle sémantique était valide aussi bien pour les textes que pour l'organisation des groupes où ils s'élaboraient.

Parler ainsi de "communauté discursive", c'est poser que par un mouvement d'enveloppement réciproque la communauté est cimentée par des discours qui sont pourtant le produit de cette communauté. Cette problématique de la "communauté discursive" converge avec d'autres travaux menés en analyse du discours, en particulier sur le discours scientifique. Mais elle n'est pas encore suffisamment élaborée; il est vraisemblable qu'elle est très sensible à la diversité des discours constituants concernés, mais aussi des positionnements à l'intérieur de chaque champ. Dans le discours religieux, par exemple, les conflits entre positionnements correspondent à l'évidence à des modes de vie distincts; ce qui n'est pas nécessairement le cas avec les positionnements scientifiques, qui peuvent exploiter des divergences moins visibles.

Au-delà de la question de la communauté discursive, on est renvoyé à une problématique de la *médiation*: les discours constituants ont une portée *globale*, ils concernent l'ensemble de la société, mais ils sont élaborés *localement*, dans des lieux institutionnels restreints qui ne s'effacent pas derrière leur production, qui la façonnent à travers une manière de vivre. Dans cette perspective, toute étude de discours constituant qui ne prendrait pas en compte la manière dont fonctionnent les groupes qui les produisent et les gèrent ne peut qu'être insuffisante, pour peu qu'on s'interroge sur leur mode d'émergence, de circulation et de consommation. Dans le champ philosophique, par exemple, l'école épicurienne centrée sur la figure d'un maître vénéré et référée à un corpus dogmatique, s'oppose aux sceptiques pyrrhoniens, pour qui l'idée même d'école est contradictoire avec

l'esprit du scepticisme. Dans un cas comme dans l'autre doctrine et fonctionnement institutionnel sont indissociables. De même, on ne peut concevoir le romantisme sans la "bohème", ni les écrivains des Lumières du XVIII^e siècle en faisant abstraction du réseau international de la "République des lettres".

Inscription et médium

Le caractère *constituant* d'un discours confère une autorité particulière à ses énoncés. Plutôt que d'"énoncé", de "texte", voire d'"oeuvre", on peut parler ici d'*inscriptions*. Le concept d'inscription déjoue toute distinction empirique entre oral et graphique: *inscrire*, ce n'est pas forcément écrire. Les littératures orales sont "inscrites", comme nombre d'énoncés mythiques oraux, mais cette inscription passe par des voies distinctes de celles du code graphique. L'inscription est radicalement exemplaire, elle suit des exemples et donne l'exemple. Produire une inscription, ce n'est pas tant parler en son nom que suivre la trace d'un Autre invisible, qui associe les énonciateurs modèles de son positionnement et, au-delà, la présence de cette Source qui fonde le discours constituant: la Tradition, la Vérité, la Beauté...

L'inscription est creusée par le décalage d'une répétition constitutive, celle d'un énoncé qui se place dans une réseau serré d'autres énoncés (par filiation ou par rejet) et s'ouvre à la possibilité d'une réactualisation. C'est une des caractéristiques des énoncés appartenant aux discours constituants que d'être à la fois plus ou moins fermés sur leur organisation interne et réinscriptibles dans d'autres discours. Par sa manière de se situer dans un interdiscours, une inscription se donne en même temps comme *citabile* (on sait par exemple quel usage les philosophes font des formules généralisantes ou des aphorismes). Plus largement, un style en littérature, un schème de démonstration scientifique, quoique consubstantiels à une oeuvre, peuvent être réactualisés et réinscrits dans des contextes différents.

La notion d'"inscription" suppose une référence à la dimension *médiologique* des énoncés, pour reprendre un terme de R. DEBRAY⁵ (1991), c'est-à-dire aux modalités de support et de transport des énoncés. On ne peut pas se contenter de parler de la "diffusion" d'un "contenu" qui serait indépendant du dispositif de transmission: les conditions médiologiques d'un discours sont partie prenante de son identité, au même titre que ses "contenus". Il est bien connu que l'exercice de la philosophie ou de la science n'a pu se développer

dans une société sans écriture, ou qu'entre le caractère oral de l'épopée, ses modes d'organisations textuelle, ses contenus, il existe une relation essentielle. Le "support" n'est pas véritablement extérieur à ce qu'il est censé "véhiculer". Sur ce point comme en d'autres, il s'agit de dépasser les immémoriales oppositions de l'analyse de texte: l'action et la représentation, le fond et la forme, le texte et le contexte, la production et la réception... Au lieu d'opposer des contenus et des modes de transmission, un intérieur du texte et un environnement de pratiques non-verbales, il faut déployer un dispositif où l'activité énonciative noue une manière de dire et un mode de transport des énoncés qui implique un mode de relation entre les hommes. Cela est vrai de tout discours, mais prend un tour spécifique, s'agissant de discours constituants: il suffit de voir comment les modifications dans la circulation des textes scientifiques modifie l'exercice même de la science. Le sens n'est pas enfermé dans un texte comme dans une boîte, il implique l'ensemble du dispositif de communication qui rend l'énoncé possible.

La hiérarchie des genres

L'inscription qui relève d'un discours constituant se place inévitablement à l'intérieur d'une hiérarchie de genres de discours. C'est d'ailleurs là une propriété essentielle de cette catégorie de discours: il y a des énoncés plus "prestigieux" que d'autres, car plus proches de la Source authentifiante. Une hiérarchie s'instaure entre les textes qui sont censés autoconstituants et ceux qui s'appuient sur eux pour les commenter, les résumer, les interpréter... Certains textes acquièrent un statut d'inscriptions ultimes, ils deviennent ce qu'on pourrait appeler des archétextes. Ainsi l'*Ethique* de Spinoza ou la *République* de Platon pour la philosophie, la *Déclaration des Droits de l'Homme* pour le discours juridique, les écrits des Pères de l'Eglise pour le discours chrétien... Mais bien entendu, l'établissement du canon des archétexte légitimes fait l'objet d'un incessant débat entre les positionnements, chacun cherchant à imposer ses propres archétextes et l'interprétation qu'il juge orthodoxe.

L'analyse des discours constituants ne doit pas se réduire à l'étude de quelques textes (les oeuvres des grands savants, les grands textes religieux, etc.) ou de quelques types de textes privilégiés (les productions théologiques pour théologiens, les articles scientifiques pour chercheurs scientifiques, etc.). Pour appréhender le

fonctionnement des discours constituants, il faut prendre pour unité d'analyse *l'ensemble de cette hiérarchie*, partir du principe que le discours constituant recouvre un espace de production *foncièrement hétérogène*. La grande philosophie, la haute théologie, la science noble... sont toujours doublées d'autres genres, moins nobles, qui sont tout aussi nécessaires à l'archéion: manuels scolaires, sermons dominicaux, revues de vulgarisation scientifique... Cette diversité des régimes de production discursive n'est pas contingente. Ce n'est pas un accident extérieur à l'essence de la philosophie qu'elle fasse l'objet de manuels d'enseignement: elle ne peut échapper à la didacticité. De même, le fait que les oeuvres littéraires fassent l'objet de critiques dans les journaux ou suscitent des émissions télévisées participe du fait littéraire.

Plus largement, on admettra, même si cela heurte la façon commune de penser, que c'est d'un même mouvement que s'instaurent le texte à interpréter et son commentaire: le **cadre herméneutique** assigne leur interprétabilité aux énoncés, au lieu que ce soit un énoncé autosuffisant qui s'adjoigne de manière contingente un commentaire. Dès lors que ce cadre est en place, tout texte qui y figure s'y voit prescrire un certain statut pragmatique, un mode de circulation dans l'interdiscours. De par ce statut, la richesse de son sens est censée excéder les capacités des interprètes, il y a en lui une *réserve* essentielle, un déficit irréductible de toute interprétation à l'égard de l'"*herméncia*", du message qu'à travers lui la Source délivre au commun des mortels. Il faut bien que le texte soit réputé premier pour qu'on puisse et qu'on doive le soumettre à interprétation, mais il faut bien que le texte soit soumis à interprétation pour qu'on puisse le dire premier... Il ne saurait être pris en défaut, il n'y a que des interprètes déficients. Il bénéficie ainsi d'un statut qu'en pragmatique on dirait "hyperprotégé": il peut prendre des libertés avec les lois du discours, sans que cela porte atteinte à son prestige, on s'efforce de restituer et de préserver son signifiant dans son "authenticité". Il est monument, ce qui demeure, toujours au-delà de la contingence des interprètes qui s'attachent à lui. Il n'est pas tant opaque qu'*énigmatique*, tissé dans son énigme. Un texte qui n'est plus objet d'interprétation cesse d'être énigmatique; c'est l'accroissement des interprétations qui le rend toujours plus interprétable et le met toujours plus hors d'accès.

Mais sur ce point il faut être sensible à la diversité des discours. Par

exemple, pour le discours juridique la Loi prescrit qui est compétent pour l'interpréter, alors que pour commenter les œuvres littéraires il existe un conflit permanent entre deux instances de légitimation: les savants, légitimés par l'École, et les amateurs, qui se réclament d'une relation privilégiée, personnelle avec les textes.

Pour être plus précis, à l'intérieur d'une hiérarchie de discours coritituant on doit distinguer:

- Entre discours premiers (ou discours sources) et discours seconds, distinction qui est à la base des problématiques de vulgarisation: d'un côté les discours qui sont supposés produire les contenus dans leur "pureté", de l'autre les discours qui ne feraient que résumer, expliciter, etc. une doctrine déjà constituée en amont. De ce point de vue, un article dans une revue scientifique sera "premier", mais non un manuel d'université ou un article dans une revue destinée au grand public.
- Entre discours fermés et discours ouverts: d'une part des discours dont les lecteurs sont des scripteurs potentiels ou effectifs d'énoncés du même genre (c'est en particulier la cas du discours scientifique), d'autre part des discours où les lecteurs, en nombre beaucoup plus restreint que les scripteurs, ne sont pas en position d'écrire des énoncés du même genre (c'est le cas d'un journal quotidien, par exemple). Cette notion d'"ouverture" est d'un maniement délicat pour les discours constituants; en philosophie, par exemple, elle peut concerner aussi bien la prétention originelle des textes à être ouvert ou fermé que la réalité de leur mode de consommation. Un texte a la prétention d'être ouvert ou fermé quand cette caractéristique découle de la manière dont il construit sa propre scène d'énonciation. De ce point de vue, les *Méditations* de Descartes, écrites en latin, seraient "fermées", et son *Discours de la méthode* serait "ouvert". Mais cette prétention peut ne pas correspondre à l'usage effectif qui en sera fait; bien des œuvres philosophiques se lisent en effet à plusieurs niveaux: il existe une lecture "grand public" de Platon ou de Nietzsche.

- Entre textes fondateurs et textes non-fondateurs. Distinction ambiguë qui désigne tantôt les textes à prétention fondatrice, c'est-à-dire ceux qui se présentent comme tels, et tantôt ceux que la postérité a jugés fondateurs rétrospectivement, eu égard à l'histoire de la pensée. Ainsi, le *Discours de la méthode* est fondateur aussi bien d'un point de vue que de l'autre, bien que ce ne soit pas une œuvre "fermée". Il en va de même pour l'*Interprétation des rêves* de Freud, qui se présente comme fondateur et a été reconnu comme tel. Les énoncés reconnus comme fondateurs ne sont par définition qu'une petite minorité; ils sont censés définir une nouvelle manière de faire de la philosophie, de la physique, du Droit, etc.

Quelques concepts⁶

Le discours constituant n'est pas un simple vecteur d'idées, il articule, à travers le dispositif énonciatif, textualité et espace institutionnel. Il investit l'institution qui le rend possible tout en légitimant (ou en le délégitimant) l'univers social où elle s'inscrit. Il y a *constitution*, précisément, dans la mesure où le dispositif énonciatif fonde, de manière en quelque sorte performative, sa propre possibilité, tout en faisant comme s'il tenait cette légitimité d'une Source qu'il ne ferait qu'incarner (le Verbe révélé, la Nature, la Raison, la Loi...). Ce processus joue sur trois registres:

- Le discours montre sa scénographie, la re-présentation qu'il construit de sa propre situation d'énonciation;
- La mobilisation d'un code langagier lui permet de valider son autorité en jouant de la diversité irréductible des langues et des zones et registres de langue;
- A travers sa voix il confère à son instance énonciatrice un corps, fixant ainsi l'éthos associé à sa scénographie et à son code langagier.

Scénographie

La situation d'énonciation n'est pas un simple cadre empirique, elle est construite comme scénographie à travers l'énonciation. Cette *-graphie* est processus d'inscription légitimante qui trace une boucle paradoxale: le discours implique un énonciateur et un coénonciateur,

un lieu et un moment d'énonciation à travers lesquels se configure un monde qui, en retour, les valide par son déploiement même: en ce sens, la scénographie est à la fois en amont et en aval de l'œuvre. La "doctrine" apparaît ainsi inséparable de la scénographie qui la porte.

Le *Discours de la méthode*, par exemple, est indissociable d'une scénographie qui, loin de n'être qu'un procédé au service d'une pensée, a modifié le statut même de la philosophie. Dans cette scénographie un sujet qui se pose comme simple détenteur de raison, honnête homme dégagé des institutions religieuses et scolaires, affirme l'excellence de la "méthode", de l'enchaînement des raisons pour un lecteur dont il n'est présumé qu'une propriété: être doué de "bon sens". Le *Discours* construit ainsi sa légitimation en outrepassant les frontières normalement imparties à la parole philosophique. Il place en position d'arbitre autorisé les honnêtes gens: "*ceux qui ne se servent que de leur raison naturelle toute pure jugeront mieux de mes opinions que ceux qui ne croient qu'aux livres anciens*". De ce point de vue, l'abondante correspondance entre Descartes et la Princesse Elisabeth n'est pas anecdotique: en correspondant avec une femme du grand monde, le philosophe atteste de manière en quelque sorte performative que sa philosophie excède son cercle traditionnel de diffusion, que son destinataire est tout être doué de bon sens et appliqué à l'étude.

Code langagier

Les textes premiers ne peuvent se poser qu'en définissant leur "code langagier". Ils ne se développent pas dans la compacité d'une langue, mais à travers une *interlangue*, l'espace de confrontation des variétés langagières: variétés "internes" (usages sociaux variés, niveaux de langue, dialectes...) ou variétés "externes" (idiomes "étrangers")⁸. Distinction au reste relative dans la mesure où l'écart entre langue "étrangère" et "non-étrangère" n'est pas invariante (pour un européen lettré le latin, pendant longtemps, n'a pas été une langue "étrangère"). Dans cette notion de "code langagier" s'associent l'acceptation de système sémiotique permettant la communication et celle de code prescriptif: le code langagier que mobilise le discours est en effet celui à travers lequel il prétend qu'il *faut* énoncer, le seul légitime eu égard à l'univers de sens qu'il instaure.

Il est compréhensible que les discours constituants entretiennent ainsi un rapport essentiel à l'interlangue. Dès lors qu'on opère sur la

frontière du dicible et de l'indicible la question de la langue devient cruciale: l'"inscription", pour être telle, doit être fondée et implique donc une évaluation des ressources langagières disponibles. Si l'on reprend l'exemple du *Discours de la méthode*, on notera qu'à cette époque la langue française participe de la même dynamique idéologique que celle que Descartes. Le travail d'épuration que mènent les lettrés et l'Académie française qui vient d'être fondée va de pair avec le développement d'un discours sur la clarté du français, sur sa supposée conformité avec un ordre naturel de la pensée, qui n'est pas "extérieur" au discours de Descartes. La dynamique éclairante de la méthode cartésienne investit une langue qui en fait est elle-même traversée par la dynamique d'un cheminement vers la clarté. Il se produit ainsi un étayage réciproque des deux forces. Les œuvres cartésiennes écrits "en français" libèrent des catégories qui permettent précisément de penser les supposés privilèges de cette langue et de légitimer obliquement l'énonciation philosophique qui s'est portée sur elle.

Ethos

Un positionnement implique également un investissement imaginaire du corps, l'adhésion "physique" à un certain univers de sens. Les "idées" s'y présentent à travers une manière de *dire* qui est aussi une manière *d'être*, associée à des représentations et des normes de "tenue" du corps en société. Le discours constituant unit ses consommateurs en *montrant* (au sens de la pragmatique) un *éthos*, une certaine manière d'habiter son corps. A travers cet *éthos* l'énonciateur est pourvu d'une identité et en confère une à son auditeur/lecteur. Discours d'assignation des référentiels ultimes, construction d'un lieu énonciatif qui donne sens aux pratiques d'une collectivité, les discours constituants, même s'ils déniaient cette dimension, se révèlent inséparables d'une schématisation du corps, à la mesure du monde qu'ils instaurent dans leurs énoncés.

La légitimation du discours ne passe donc pas seulement par l'articulation de propositions, elle est portée par l'évidence d'une "corporalité" qui se donne dans le mouvement même de la lecture. L'énonciation cartésienne chemine sercinement et inexorablement comme ce voyageur dont le texte ne cesse de parler. Un voyageur qui n'est pas seulement un actant dans un programme narratif mais encore chair vocale et corps en mouvement.

Conclusion

Nous avons été extrêmement allusif si l'on songe à l'ampleur du domaine concerné. Mais il ne s'agissait que d'évoquer une recherche encore très programmatique. Nous finirons sur une question qu'il est impossible d'éluder, celle de la relation entre discours constituants et analyse du discours. Cette dernière est en effet prise dans un paradoxe insurmontable puisqu'elle relève des discours constituants, de par son appartenance au discours scientifique, mais prétend aussi surplomber le caractère constituant de tout discours. A prétendre nier ce paradoxe, l'analyse du discours se trouverait prise dans les mêmes naïvetés que la Philosophie, la Théologie, la Science, quand elles prétendent régner sur l'ensemble du dicible. Comme il ne peut pas être question pour l'analyse du discours de s'autoproclamer seule instance de légitimation, force lui est d'assumer sa condition, d'accepter d'être prise dans le domaine d'investigation qu'elle prétend analyser: elle prend le discours philosophique, psychanalytique, littéraire, etc. pour objet, mais chacun de ces discours peut aussi, dans son ordre propre, interroger cette prétention.

NOTAS

- ¹ Les typologies textuelles. *Pratiques*, n° 62, p. 86-125, Metz: 1989.
- ² L'homme dans la langue. In: *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- ³ C'est ce que nous essayons de développer dans notre *Genèses du discours* (1984).
- ⁴ Voir notre *Sémantique de la polémique*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.
- ⁵ *Cours de médiologie générale* Paris: Gallimard, 1991.
- ⁶ Pour une présentation plus détaillée voir notre *Contexto da obra literaria*. Sao Paulo: Martins Fontes, 1995, chapitre 5, 6.
- ⁷ *Œuvres philosophiques*, p.649. C'est nous qui soulignons.
- ⁸ Sur ces concepts de "code langagier" et d'"interlangue" voir Maingueneau (1993: chap. 5)

O discurso na visão da pragmática transcendental

F. JAVIER HERRERO

Nesta comunicação pretendo mostrar o lugar decisivo que ocupa e assume o discurso argumentativo na vida humana em geral e em particular na Ética na visão da pragmática transcendental. Para isso mostrarei, em primeiro lugar, o que entendemos por discurso argumentativo. Em seguida mostrarei que a ética já está presente, necessariamente, em todo discurso da vida dos homens, na medida em que a lei moral fundamental é uma das condições de possibilidade do sentido do discurso, condição decisiva, porque ela justamente prescreve resolver, racional e responsavelmente, todos os conflitos e problemas da vida humana. A partir daí poderemos descobrir a fecundidade do discurso para todas as dimensões da vida humana.

1. O discurso argumentativo

Depois de se ter percebido que a linguagem é uma mediação necessária constitutiva de todo sentido, o discurso argumentativo deixou de ser uma prerrogativa meramente individual. A argumentação ou o discurso argumentativo é um tipo de comunicação, mesmo quando ele é realizado solitariamente, porque também ele é mediado pelos sinais lingüísticos, e todo sinal lingüístico é algo que representa algo diferente de si para os intérpretes de uma língua, de forma que na base de todo conhecimento há sempre um entendimento mútuo sobre o sentido e o significado dos sinais lingüísticos. Isso significa: todo sentido, portanto, também o sentido de um discurso argumentativo, é interpretação intersubjetiva de algo como algo significativo mediado pelos sinais. Nesse sentido, todo conhecimento conseguido através de um discurso argumentativo, que é, por sua vez, mediado pelos sinais lingüísticos, só pode ser concebido como a compreensão comunicativa e formação do consenso sobre algo do mundo. Que o discurso seja um tipo de compreensão, que, se deve ter algum sentido, terá que ser intersubjetivo, é claro depois da virada lingüística realizada na segunda metade deste século.

Mas o discurso não é apenas um tipo de comunicação, cujo sentido é

intersubjetivo, ele é também a "forma pública reflexivamente intransponível do pensar". Evidentemente, há muitos tipos de discursos e cada um deles terá suas peculiaridades próprias. Mas todo discurso levanta pretensões de validade. Mesmo o discurso que tenta estabelecer as diferenças irreduzíveis entre os diferentes discursos, levanta também pretensões de validade. Até o discurso que tentasse negar que todo discurso levanta pretensões de validade, reivindica validade e, portanto, levanta pretensões, que poderão ser satisfeitas ou não e, por isso, o discurso poderá ser válido ou inválido. Impossível é não levantar pretensões. Então o discurso, mesmo o realizado por um sujeito solitário, é uma forma pública do pensar, porque ao argumentar com pretensões de validade, o sujeito do discurso é referido, na resolução argumentativa dessas pretensões, à comunidade de argumentação em princípio ilimitada. Assim todo pensar só pode reivindicar validade porque ele já tem uma estrutura discursiva, i. é, ele levanta a pretensão de poder defender o conteúdo pensado com boas razões diante de si mesmo e de todo possível contra-argumentante. Reivindicar validade significa pois levantar pretensões que só podem ser satisfeitas por razões válidas intersubjetivamente. Nesse sentido, o pensar solitário tem que ser entendido, na sua estrutura, como auto-entendimento argumentativo com pretensão intersubjetiva de validade. Por isso o pensador solitário terá que considerar, em princípio, no seu ato de pensar, no qual ele não pode enganar-se a si mesmo, as possíveis objeções de todos os possíveis parceiros do discurso. Assim a validade de seu discurso solitário exige e implica a justificação intersubjetiva de uma comunidade de argumentação, que ele interioriza num diálogo de si consigo mesmo, mas cuja validade é pública.

Mas o discurso, cuja validade é pública, é a forma reflexivamente intransponível do pensar, porque ele representa a instância última filosófica, científica e política na qual e diante da qual tem que justificar-se a responsabilidade comum dos homens pelo seu próprio pensar e pelo seu próprio agir, pelas suas teorias científicas e por toda fundamentação científica ou filosófica e, em geral, por todas as pretensões possíveis que possam ser levantadas no mundo da vida. Nenhuma fundamentação da ciência ou da ética, nenhuma justificação da racionalidade lógico-matemática ou de qualquer outra racionalidade ou até da tentativa de mostrar a impossibilidade do discurso ser instância última, nada disso é possível sem passar pela

mediação do discurso e do discurso entendido em toda a sua radicalidade. Neste sentido o discurso argumentativo é metódica e reflexivamente intransponível.

Descobrimos assim que o discurso representa uma situação que embora seja contingente e relativa nos seus conteúdos e contextos, é uma situação da qual não podemos sair, é uma situação que reflexivamente se descobre como última, porque queiramos ou não, aceitemos ou não, não podemos negar que ao pensar já sempre estamos levantando pretensões de validade com nossas proposições e proferimentos, que toda pretensão levantada no discurso é intersubjetiva, i. é, está exposta imediatamente à avaliação e crítica dos outros, e isso significa, que toda pretensão é, em princípio, resolúvel por razões válidas intersubjetivamente e que, portanto, em todo discurso, mesmo no pensar solitário, estamos pressupondo necessariamente uma comunidade de seres racionais que, em princípio, estão capacitados para controlar e verificar o sentido e a validade da pretensão levantada e que por isso mesmo é possível em princípio chegar a um consenso ou entendimento com os outros ou consigo mesmo.

2. A norma moral fundamental

Se o discurso argumentativo representa uma instância última da qual não podemos sair, e se o discurso é a mediação necessária para tematizar todo possível objeto, então a descoberta de que nele se encontra já necessariamente presente a norma moral fundamental, será de vital importância para todas as dimensões teóricas e práticas da vida. Com efeito, entre os pressupostos necessariamente implicados em todo discurso, encontra-se o princípio moral originário que, por ser condição de possibilidade de todo discurso, tem um alcance universal, i. é, ele está necessariamente presente, como um dever moral, na tematização de todas as questões, de todos os conflitos teóricos ou práticos da vida dos homens.

Pois se, como acabamos de ver, 1) todo discurso (mesmo o do pensador solitário) levanta pretensões à validade, que podem ser satisfeitas ou não; 2) se toda pretensão levantada no discurso é intersubjetiva, por isso pode ser contestada pelo outros; e 3) em princípio, é possível justificar discursivamente toda pretensão intersubjetiva à validade, então em todo discurso estamos pressupondo o princípio da reciprocidade dialógica generalizada de todo sentido e validade, pelo

qual nada pode ser reivindicado unilateralmente como válido a não ser aquilo que possa ser fundamentado e reconhecido racionalmente através de argumentos válidos intersubjetivamente. Trata-se pois de um imperativo categórico dialógico que prescreve resolver todas as pretensões à validade argumentativamente, de onde resulta que todo conteúdo que se apresentar como digno de ser reconhecido como válido, terá que ser capaz, em princípio, de consenso racional.

“Quem argumenta, reconhece implicitamente todas as possíveis pretensões de todos os membros da comunidade de comunicação que podem ser justificadas por argumentos racionais... e se obriga, ao mesmo tempo, a justificar todas as pretensões em face dos outros, mediante argumentos” (TPh. II, 425).

Portanto, quem argumenta seriamente, já reconheceu, pelo fato mesmo de argumentar, o princípio moral, como sua condição de possibilidade.

Ora, se o discurso é a instância última, da qual não podemos sair, e ele pressupõe, como sua condição de possibilidade, o princípio da reciprocidade generalizada na resolução discursivo-consensual de todas as possíveis pretensões levantadas no mundo da vida, então ele supõe necessariamente:

- a) que todo sujeito falante e agente é livre e autônomo, pois se todo sujeito deve poder levantar e satisfazer pretensões no mundo da vida e deve poder tomar posição sobre as pretensões levantadas pelos outros, isso implica que todo ser humano é livre e autônomo para poder pensar, conhecer e agir sem restrições externas e para poder participar em discursos reais e poder expor seus pontos de vista. E por isso o princípio da reciprocidade dialógica exige o reconhecimento mútuo da liberdade de todos e
- b) que todo sujeito falante e agente, enquanto ser livre, tem a mesma responsabilidade, iguais direitos e iguais obrigações na colocação e solução discursivo-consensual de todos os problemas, capazes de discurso, no mundo natural, social, político e cultural. E por isso o princípio da reciprocidade exige o reconhecimento da igualdade de direitos e igual co-responsabilidade de todos os possíveis parceiros do discurso.

3. Fecundidade do discurso argumentativo

A ética assim encontrada tem como característica principal o fato de descobrir a norma moral fundamental no mesmo discurso argumentativo que, como vimos, representa uma situação intrascendível e que, por isso mesmo, é imensamente fecundo. Pois se nós, no simples fato de argumentar com sentido ou pensar solitariamente já temos reconhecido o princípio moral da reciprocidade generalizada, então cada um pode perceber por estrita auto-reflexão que todas as pretensões da vida humana devem ser resolvidas de modo dialógico-discursivo e não, por exemplo, pela violência, e que o princípio moral já implica um conceito pós-convencional de co-responsabilidade, pois ele contém a obrigação de colaborar na solução de todos os problemas do mundo da vida, capazes de discurso.

Isso significa: a presença ineliminável do princípio moral no discurso argumentativo (mesmo do pensador solitário) contém a exigência de participar em discursos reais com os outros como a única maneira de resolver de modo justo todos os problemas da vida humana.

Com efeito, a Ética do discurso se distingue das outras éticas universais de princípios, mesmo da kantiana, pelo fato de que ela não reivindica a capacidade de poder deduzir de seu princípio, suposto como válido universalmente, normas ou valores da moral ou do direito, também válidas universalmente para as situações históricas. E a razão é muito simples. Na medida em que o princípio moral é formal-universal, ele não pode fundamentar normas situacionais, porque sendo puramente formal, não pode avançar qualquer conteúdo. Estes virão da experiência do mundo da vida. Ele abre assim o maior espaço possível à experiência e à corrigibilidade de toda experiência humana. Mas o princípio moral fornece a norma procedimental para todos os discursos reais. Vou formular primeiro de modo geral esta norma que é válida para todo discurso, para poder perceber melhor depois a sua formulação na relação do discurso real com o mundo da vida e com as suas situações concretas. A norma moral procedimental que regula todo discurso e que concretiza de alguma maneira o princípio da reciprocidade dialógica é: válido será o discurso cuja argumentação possa ser aceita responsabilmente por todos os participantes.

Esta exigência de participar em discursos reais é essencial à Ética do discurso, e vou dar cinco razões que nos mostram a importância deste

ponto para a construção comum de uma vida humana.

- 1) A participação nos discursos reais é essencial à Ética do discurso, em primeiro lugar, porque ela parte da tomada de consciência de que a linguagem é um medium intransponível para a formação dos sujeitos em sua conexão com a sociedade e, mais fundamentalmente ainda, com o mundo da vida. Isso significa: sob a base de suas propriedades pragmáticas, os discursos reais tornam possível a formação discursivo-consensual da vontade, conceito essencial para a ética, essencial para a vida humana, porque inclui a idéia de aprendizado, essencial para a permanente melhoria da sociedade, essencial para a democracia, porque é só errando e aprendendo dos erros que aprendemos a votar, que percebemos as conseqüências de nossas omissões, que é com consensos racionais e não com violência estratégica que avançamos na formação de um Estado de Direito, essencial para uma participação cada vez maior nos processos de solução dos problemas que nos afetam mais diretamente. Mas sobretudo é essencial, porque é nos discursos reais que aprendemos a adotar o ponto de vista dos outros, que aprendemos a adotar o “ponto de vista moral”, i. é, o ponto de vista do outro generalizado, o universal. Nos discursos reais, a idéia do acordo entre sujeitos originariamente isolados é substituída pela idéia da formação do consenso racional entre sujeitos socializados no marco de um mundo da vida. Pois todo discurso real é realizado com participantes que vivem numa situação real, que pertencem a uma comunidade real, que trazem suas vivências positivas e negativas e as preocupações de seu mundo da vida. Por isso, o processo de formação discursiva da vontade dá razão à conexão interna dos dois aspectos implicados nos discursos reais: da autonomia dos sujeitos insubstituíveis e da incorporação originária deles na forma de vida intersubjetivamente compartilhada.
- 2) É por isso que, em segundo lugar, a exigência de participar em discursos reais, responde à necessidade de validar as necessidades ou interesses reais de todos os afetados pelo problema em discussão, pois ninguém melhor do que eles

mesmos sabem quais são suas necessidades e os problemas concretos de sua vida.

- 3) A exigência de participar em discursos reais responde, em terceiro lugar, à necessidade de validar o saber de que hoje dispõem os especialistas sobre as conseqüências que previsivelmente se seguirão das normas, leis ou ações a validar, o saber dos fatos relevantes nas situações reais e o saber necessário para a avaliação adequada da situação em que se deve agir. Aqui aparece um ponto muito importante para a democracia. Algumas concepções da democracia sugerem ou levantam a seguinte objeção. Quando se trata da comunidade científica é possível chegar a um consenso racional porque ela é composta de *experts*. Mas quando se trata da comunidade política, esse não é o caso. E hoje as sociedades modernas se tornaram sumamente complexas e não é possível resolver os problemas com o voto de todos, pois estes não possuem o saber necessário. Defendem então que os problemas políticos sejam transferidos para os políticos profissionais e a democracia “possível” consista apenas em votar periodicamente, reduzindo à este ritual o *ethos* do cidadão. Embora não se diga explicitamente por razões óbvias estratégico-políticas, mas por todos os meios fomenta-se a “apatia” do cidadão como atitude desejável diante da complicação dos assuntos públicos que desborda amplamente sua capacidade intelectual. Pelo contrário, a Ética do discurso, que exige os discursos reais e a real participação dos afetados pelos problemas, mas também a participação dos especialistas, possibilita a atuação da corresponsabilidade pelas conseqüências de nossas possíveis ações. É claro que a avaliação das possíveis conseqüências e efeitos colaterais de uma lei, de uma norma ou de uma decisão é apenas uma avaliação de prognósticos, portanto, inteiramente falível e revisável. Mas é assim que se abre espaço à maior experiência possível.

Assim, na medida em que os discursos reais levam em conta a corresponsabilidade pelas conseqüências de nossas decisões, a norma procedimental para os discursos reais pode ser assim formulada:

“válidas serão aquelas normas cujas conseqüências, que previsivelmente se seguirão de seu cumprimento por todos para a satisfação dos interesses de cada um, puderem ser livremente aceitas por todos os participantes do discurso”.

- 4) A exigência de participar em discursos reais possibilita, em quarto lugar, a organização da responsabilidade solidária. É evidente que evitar o assassinato de crianças de rua, a fome dos que vivem na miséria, a corrupção na política e na sociedade em geral, construir uma nova ordem mundial, etc., etc., tudo isso supera de longe as iniciativas dos indivíduos. Mas o que individualmente é absolutamente impensável, poderá ser conseguido através de processos públicos de entendimento discursivo em todos os níveis em que se colocam os diferentes problemas, realizados pelos sujeitos respectivamente afetados. É nesses processos públicos de entendimento, realizados nos discursos reais, que se poderá organizar a responsabilidade solidária em todos os níveis de cooperação humana. É desses processos de entendimento, realizados em discursos reais, que poderá surgir a necessidade de organizar instituições até com estrutura jurídica capaz de fixar competências, de estabelecer um sistema de responsabilidades que se refere não só a pessoas de direito, mas também a pessoas jurídicas como corporações e institutos. É através desses discursos reais que poderão ser canalizadas as iniciativas dos diversos grupos sociais, a criatividade que só pode surgir da progressiva participação nos discursos reais de todos os afetados pelos problemas. Enfim, é através dos discursos reais que se pode fazer valer a co-responsabilidade de todo ser humano na empresa comum de construir uma história mais humana.
- 5) É por isso que a exigência de participar em discursos não só possibilita, mas exige, finalmente, a institucionalização dos discursos reais como o maior desafio político a ser enfrentado, porque é dessa institucionalização que dependerá a permanência da primazia da racionalidade comunicativo-discursiva sobre todos os outros tipos de racionalidade, certamente válidos, mas coadjuvantes, e

sobre a irracionalidade da vida humana. É evidente que a Ética do discurso não propõe e muito menos visa uma espécie de democracia radical em todos os níveis de atividade humana que, no fundo, levasse a acreditar que unicamente a força não coactiva do melhor argumento pudesse ser suficiente para superar a violência do ser humano, a força estratégica dos interesses dos diversos grupos, o poder incrustado em todas as manifestações do ser humano. Isso não só seria simplesmente impossível, mas representaria a maior das ingenuidades.

A Ética do discurso parte sempre dessa realidade humana, no fundo sempre cruel até um certo ponto, mas ela descobre no discurso, como instância intranscendível, que a racionalidade comunicativo-discursiva é constitutivo originário do ser humano, que portanto podemos e devemos distinguir entre a racionalidade discursiva e a racionalidade estratégica, porque esta última nem seria inteligível sem a primeira. É pois da primazia da racionalidade discursiva que decorre a necessidade de dar um sentido humano a todas as outras realidades que, inegavelmente, fazem parte da vida humana.

É por isso que a humanidade descobriu o Direito como a instituição talvez mais importante de sua história. E as sociedades modernas descobriram a instituição do Estado de Direito como a melhor fonte e a condição *sine qua non* de toda democracia. É por isso que a exigência de institucionalizar os discursos reais encontra sua primeira fonte de aplicação no Direito.

O Direito tem a característica de que ele faz valer sua legalidade com sanções e assim disciplina o arbítrio humano. Mas para a validade de suas leis exige-se a sua legitimidade. E esta se mede pela resolução discursiva de suas pretensões à validade. Por isso, é preciso que o processo de formação discursiva da vontade comum seja institucionalizado num procedimento legítimo de instauração do Direito.

Assim o Direito poderá exercer uma mediação entre a Moral e a Política, entre o princípio moral da resolução discursiva das pretensões à validade e a racionalidade estratégica, própria dos interesses particulares da política.

Mas a institucionalização dos discursos reais deverá também ser

cumprida no âmbito mais geral da sociedade civil ao nível da organização dos diferentes grupos e instituições, porque só com processos de formação discursiva da vontade e de formação discursiva da opinião pública, disseminados por toda a sociedade, é que poderemos amadurecer como seres humanos capazes de resolver discursiva e responsabilmente todos os problemas da vida humana.

Alguém poderia levantar a objeção de que os discursos reais não cumprem de fato os pressupostos universais e o princípio moral da reciprocidade dialógico-discursiva. É conhecido de todos que a força das pressões, o poder dos interesses, das preferências afetivas, dos privilégios já conseguidos, costumam se sobrepor à força não coactiva do melhor argumento, exigida pela Ética do discurso. Portanto, a Ética do discurso não ofereceria grandes perspectivas para a solução racional dos problemas e menos ainda para a transformação da sociedade atual.

É evidentemente inegável que grande parte dos discursos reais, seja no âmbito até familiar, seja no âmbito político regional e nacional e, sobretudo, no âmbito internacional, não satisfaz as condições de simetria e de reciprocidade implicadas como dever na estrutura de um discurso ideal. No entanto, temos que proceder aqui com cautela e por etapas.

Em primeiro lugar, é muito importante ter presente que a descoberta do discurso como situação intrascendível, não é só a descoberta de algo muito importante, porém, apenas ideal, mas ela já é de fato uma conquista real da humanidade. A exigência do discurso e da racionalidade discursiva já é um fato reconhecido, por ex. na elaboração das ciências naturais, hermenêuticas e culturais e nos seus respectivos métodos. É um fato já reconhecido que a sociedade, a sua história e suas tradições devem ser submetidas à crítica discursiva e que, portanto, a racionalidade comunicativa já faz parte de seu cabedal adquirido. É um fato já reconhecido que os governos e, em geral, as instituições se vêem continuamente submetidos à crítica racionante da opinião pública através dos jornais, rádios, televisões, revistas, etc. É um fato já reconhecido que atualmente se organizam por toda parte debates públicos, conferências nacionais e internacionais para discutir problemas que afetam a grupos, a comunidades, a toda a humanidade. Nós temos que reconhecer que, mesmo sabendo que nesses foros ainda predomina a força dos interesses, é já uma conquista a aceitação do debate, porque quando

se debate publicamente é preciso apresentar razões, justificações, e pode ficar claro que não existem argumentos fortes para sustentar os interesses defendidos. Fica então patente que é a força que continua predominando, a qual se torna uma fraqueza. A continuação dos debates força sempre, pelo menos, a negociar uma solução que, mesmo insatisfatória, é melhor do que a solução anterior e, aos poucos, os elementos de negociação irão se transformando em elementos verdadeiramente discursivos.

Em segundo lugar, a exigência da presença cada vez maior dos afetados pelos problemas nos discursos, abre a perspectiva muito mais promissora do que a tomada de decisões pelas elites em círculos fechados que afetam a todos.

E em terceiro lugar, e isto é o mais importante, os discursos reais promovem a formação discursiva da vontade comum. Dizia antes que a exigência de participar em discursos reais é a única maneira de resolver de modo justo todos os problemas da vida humana. Pois os discursos promovem simultaneamente a justiça e a responsabilidade solidária. Com efeito, a justiça se refere à igualdade das liberdades e dos direitos dos indivíduos. A responsabilidade solidária se refere ao bem dos grupos ou das comunidades no seu mundo da vida, porque na medida em que os sujeitos estão incorporados numa forma de vida intersubjetivamente compartilhada, eles estão envolvidos com os problemas de seu mundo da vida, e é nos discursos que eles poderão comprometer-se e responsabilizar-se pelas soluções dos problemas. Sem participação nas discussões dos problemas e nas soluções adotadas, não haverá responsabilidade na sua execução, não haverá solidariedade com as dificuldades dos outros. Mas o que une justiça e solidariedade é a formação discursiva da vontade comum. É pois no exercício contínuo da formação discursiva da vontade, realizada nos discursos reais, que a justiça e a responsabilidade solidária poderão ser paulatinamente conseguidas e simultaneamente vividas. É no exercício permanente da formação discursiva da vontade comum que os participantes do discurso poderão fundamentar normas que protejam as relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco e que exijam a co-responsabilidade na solução dos problemas do mundo da vida. É no exercício contínuo da compenetração solidária de cada um com a situação de todos os outros que se poderá chegar a uma solução apta para o consenso. Assim, os discursos reais, realizados cada vez com maior justiça e com maior solidariedade, poderão cada

vez mais abrir-se à discussão de todos os problemas e conflitos sociais e institucionais da sociedade.

A Ética do discurso, que parte do discurso e nele encontra a situação que supõe, exige e possibilita a participação discursiva e responsável de todo ser humano como ser livre e solidário na solução racional de todos os problemas da vida, oferece a fundamentação de uma Ética pós-convencional e a possibilidade de uma organização da responsabilidade solidária, capaz de enfrentar os grandes desafios nacionais e mundiais que a condição humana atual nos coloca.

Ela mostra um alcance universal, porque descobre na instituição do discurso a instância última ou meta-instituição de todas as instituições culturais, que exige que todas estas tenham que legitimar-se, diante de nossos discursos, por argumentos. Esta é a dimensão moral por excelência que garante a dignidade de todo ser humano e a participação na construção de uma história, de resto sempre dolorosa e penosa, que mereça o nome de história humana.

Referências Bibliográficas

1. APEL, K-O. "Das Apriori der Kommunikationsgemeinschaft und die Grundlagen der Ethik, em: *Transformation der Philosophie*. Bd. II, Frankfurt: Suhrkamp, 1973, p. 358-435, (trad. esp. Taurus, Madrid, 1985).
2. *Diskurs und Verantwortung. Das Problem der Übergans zur postkonventionellen Moral*. Frankfurt: Suhrkamp, 1988.
3. "Diskursethik als Verantwortungsethik. Eine postmetaphysische Transformation der Ethik Kants" FORNET-BETANCOURT, R. (Hrsg.). *Ethik und Befreiung*. Aachen: Augustinus-Buchhandlung, 1990, p. 10-40, (trad. esp. em: K-O. Apel, *Teoría de la verdad y ética del discurso*, Barcelona, Paidós, 1990, 147-184).
4. *Estudios Éticos* Barcelona: Alfa, 1986.
5. *Diskursethik vor der Problematik von Recht und Politik: Können die Rationalitätsdifferenzen zwischen Moralität, Recht und Politik selbst noch durch die Diskursethik normativ-rational gerechtfertigt werden?* APEL, K. O KETTNER, M. *Zur Anwendung der Diskursethik in*

- Politik, Recht und Wissenschaft.** Frankfurt: Suhrkamp, 1992, p. 29-61.
6. **Estudos de Moral Moderna** Petrópolis: Vozes, 1994.
 7. "Ist die transzendental-pragmatische Auffassung der Diskursrationalität eine Unterbestimmung der Vernunft? KOLMER, P., Korten, H. (Hrsg.). **Grenzbestimmungen der Vernunft.** Freiburg/München: Alber, 1994, p. 77-101.
 8. **HABERMAS, J. Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln.** Ffm: Suhrkamp, 1983. (Trad. bras.: **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989) .
 9. **Erläuterungen zur Diskursethik.** Ffm: Suhrkamp, 1991.(Trad. franc. **De l'éthique de la discussion.** Paris: Ed. du Cerf, 1992).
 10. **Escritos sobre moralidad y eticidad.** Barcelona: Ed. Paidós, 1991.
 11. **Justicia y solidaridad, em: AA. VV., Ética comunicativa y Democracia.** Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 175-205.

Discursos práticos e a busca pela ética

ROUSILEY C. M. MAIA

1. Cenários de uma Sociedade Globalizada e Multicultural: o Discurso do Eu e o dos Outros

O mundo no qual falamos atualmente é um mundo global, numa escala planetária, e isso em um sentido cada vez mais literal. As sociedades contemporâneas com suas interpenetradas redes de informação de alta densidade interligam os mercados de produção e de consumo mundializados e propiciam formas de exercício de poder que transcendem as fronteiras do Estado-nação. A mídia eletrônica e as novas tecnologias de informação permitem que os indivíduos possam interagir uns com os outros, ou possam agir dentro de quadros de quasi-interação mediada, mesmo se eles se encontram situados, em termos dos contextos práticos de suas vidas diárias, em diferentes partes do mundo.

Ao mesmo tempo em que assistimos a disseminação homogeneizada de uma indústria cultural global, a crise política do Estado-nação e a globalização da economia, somos confrontados com um novo pluralismo de formas de existência, uma crescente individualização de projetos de vida e uma grande diversidade cultural, estendendo-se a severos modos de fundamentalismo. A imbricação de tendências conflitantes na modernidade - a extensão de forças globalizantes de um lado, e a intenção de disposições pessoais, por outro - tem sido um dos temas centrais tratados pela teoria social contemporânea.

Em linhas gerais, tem sido discutido que as sociedades modernas, como consequência de uma modernidade reflexiva¹, requerem, para o próprio funcionamento, o desenvolvimento de um grau distinto de autonomia de suas partes componentes. O controle crescente se aplica à rotina da existência das pessoas pelo aparato de regulamentação, o qual exige identificação e consenso. Paralelamente, a pluralização dos contextos de ação e a diversidade de sistemas de valor demandam que o planejamento da vida e os projetos pessoais sejam alcançados *reflexivamente*, através da natureza contraditória das normas dos sub-

sistemas abstratos e de uma variedade de dilemas morais. Na vida diária, reconstituída em termos da interconexão do local e do global, os indivíduos são obrigados a lidar com problemas gerados socialmente, problemas esses que podem ser custos externos ou perturbações dos sub-sistemas internamente referenciais. São obrigados a negociar estilos de vida e a responder de forma prática a questões do tipo “como devemos viver a nossa vida”. Respostas a tais questões quase sempre pressupõem a apropriação dos discursos dos especialistas e a reformulação de informações dos sub-sistemas funcionais. Ao mesmo tempo em que impõem novas questões, dificuldades e conflitos, exigem novos esforços de respostas. As práticas de indivíduos e de coletividades produzem, de tal modo, um tipo de “agenda política” da vida, expondo os limites dos procedimentos instalados nas instituições e nos governos, e deslocando os parâmetros de entendimento e julgamento dos princípios normativos.

Também em nível de lutas coletivas, problemas locais se interconectam com influências distantes mediatizadas e questões globais. Os movimentos sociais contemporâneos tendem a acentuar o caráter cultural das mobilizações². Diferentemente de épocas modernas anteriores, em que o pertencimento a grupos, a classes ou ao Estado-nação constituíam as bases do interesse e da solidariedade, grande parte dos movimentos sociais contemporâneos associam indivíduos *enquanto* indivíduos, os quais não mais se encontram unidos pelo compartilhamento de um local comum. Tendo como eixo agregador uma identidade particular, uma diferença, ou uma crença, as associações voluntárias podem se tornar - e têm freqüentemente se tomado - o fulcro para um apelo mais geral ou uma alavanca através da qual são expostos problemas e interesses que vão muito além da natureza específica do grupo. Novos atores, reclamando a própria autonomia na produção de sentido de suas vidas, têm trazido à tona grandes dilemas éticos de nosso tempo: problemas de identidade, de solidariedade e responsabilidade, as conexões entre os seres humanos e o planeta, nossas relações com o invisível e o encantador.

Dada a rede de interconexão global na qual as sociedades modernas encontram-se inseridas, talvez não seja exagero afirmar que as culturas humanas nunca estiveram anteriormente expostas a tal gigantesco confronto recíproco e nunca a dimensão cultural da ação humana esteve tão diretamente ligada a metas que dizem

respeito a interdependência global de nosso destino como seres humanos. O problema não é o da mera *diferença* dos diversos atores, mas da necessidade paralela constante de ouvir e compreender uns aos outros. Nesse quadro, questões culturais, de ética e de linguagem se mostram cruciais e desafiadoras para a reflexão contemporânea.

Procurarei demonstrar, em minha exposição, que a perspectiva da Ética do Discurso, nos moldes de Habermas, apesar de ser freqüente e justificadamente criticada por sua abstração e dificuldade empírica parece acomodar a diversidade cultural de uma maneira mais satisfatória que abordagens contextualistas, e pode, portanto, ser de maior interesse para as teorias sociais e da comunicação para tratar questões relativas a problemas de valor e de mudança social. Apreciarei como os discursos práticos, a partir da perspectiva habermasiana, procuram dar resposta a alguns dilemas de questões éticas contemporâneas do bem viver.

2. Discursos Práticos e a Busca pela Ética

Ao invés do modelo tradicional de sujeito-objeto sustentando a linguagem, ou ao invés da visão logocêntrica da linguagem, Habermas propõe, seguindo Wittgenstein, Gadamer e Searle, ver a linguagem como “discurso”, como uma atividade social através da qual um falante busca chegar a um entendimento com seu parceiro de diálogo sobre algo, e, assim, se fazer entendido. A estrutura tríptica das reivindicações de validade deriva dessa estrutura formal do ato de fala: nós nos comunicamos com *alguém* sobre *algo* no mundo e nos fazemos *compreendidos*. Em cada ato de fala há, assim, uma reivindicação sobre a verdade ou a falsidade de seu conteúdo proposicional; sobre a “veracidade”, “adequação” ou “correção” do contexto normativo no qual o ato de fala ocorre, e sobre a “autenticidade” ou a “não autenticidade”, conforme o caso, do falante.

Em seus trabalhos recentes, Habermas estende a categoria de “discurso” para incluir a fala do dia a dia.³ E isso porque é através do discurso prático que poderão ser tematizadas todas as questões substanciais do mundo da vida – problemas pessoais, conflitos sociais e institucionais da sociedade. “Em discursos éticos os participantes clarificam como querem ver a eles mesmos como cidadãos de uma certa república, como habitantes de uma certa região, como herdeiros

de uma certa cultura, quais as tradições desejam perpetuar ou descontinuar, como pretendem lidar com seus destinos históricos, lidar uns com os outros, com a natureza e assim por diante” (Habermas, 1993:23). Discursos ético-políticos são, assim, os fóruns para a explicação hermenêutica das orientações valorativas compartilhadas guiadas pela norma da autenticidade; os participantes desejam alcançar um entendimento deles mesmos do ponto de vista de suas identidades específicas, através da referência das concepções substantivas de bem viver que informa essas identidades e vidas.

Fica óbvio que, em sociedades pluralistas e altamente diferenciadas, não podemos supor que a força solidária que une os indivíduos no nível da vida cotidiana ou em torno de questões específicas - o *re-ligare* e o sentimento compartilhado com o que está próximo - possa ser transportada de modo imediato, e não agonístico, para o debate em esferas públicas ampliadas. Em direção ao multiculturalismo numa sociedade particular; ou em direção a uma sociedade mundializada, em nível internacional, uma questão se impõe: parece cada vez menos provável que iremos concordar com as interpretações compartilhadas nas disputas. “Podemos nos valer cada vez menos de experiências e de exemplos imediatos, contendo *a mesma* significação para indivíduos e grupos *diferentes*. Podemos contar menos e menos com razões que possuam um peso semelhante para diferentes indivíduos e grupos dentro de *diferentes* sistemas de relevância” (Habermas, 1993:90).

Habermas argumenta que quanto mais os princípios de universalidade ganham um ponto de apoio em práticas sociais, mais as formas de vida e os projetos de vida se tornam diferenciados uns dos outros. E, quanto maior tal diversidade, mais abstratas as regras e os princípios que protegem a integridade e a coexistência igualitária de sujeitos que se tornam crescentemente estranhos uns aos outros em suas diferenças e discrepâncias (Habermas, 1993:90). Com efeito, quando há divergências é necessário que se passe para o discurso, a argumentação liberada da ação. Opera de tal modo o processo reflexivo do discurso, no qual os contextos culturais e a própria identidade podem ser exteriorizados.

É preciso que se tenha claro que “chegar ao entendimento”, no sentido hermenêutico, não se efetua na forma de um discurso concreto que possa neutralizar o poder ou excluir as ações estratégicas. “Chegar

ao entendimento” (segundo Habermas, o *telos* implícito do uso da linguagem) não implica de nenhum modo imediato em “acordo” (*consent*, o mecanismo pelo qual o ato de fala coordena a interação social) e também não precisa implicar “consenso” uma vez que entendimentos compartilhados podem gerar, e, na verdade, geram, profundos desacordos e desentendimentos (Johnson, 1994: 432). O “consenso comunicativo” é o ideal normativo: aquele que respeita igualmente cada indivíduo como uma fonte de reivindicações e de opiniões e que se apoia inteiramente nos recursos da resolução discursiva. Um “consenso normativamente assegurado”, por outro lado, seria aquele que bloqueia, de algum modo, o processo crítico, o diálogo comunicativo (White, 1988:102).

Essa perspectiva hermenêutico-formal de discurso procura afastar-se de uma visão puramente moral de um mundo como expresso nas suposições básicas da vida diária ou nos conteúdos não refletidos das tradições culturais, para situar-se “naquelas formas de discurso ou formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento da validade da ação orientada para o entendimento e, em última instância, da própria estrutura da comunicação lingüística (Habermas, 1992; 1995(b): 46). Contra a tentativa de se derivar os princípios de legitimação de convicções éticas estabelecidas ou de “virtudes públicas”, Habermas insiste na importância das pressuposições comunicativas que permitem ao melhor argumento vir a jogo. “Na argumentação surge o dever de fazer valer exclusivamente argumentos e nenhuma outra instância alheia à argumentação, i.e., nada pode ser argumentado como válido a não ser aquilo que possa ser fundamentado discursiva e responsabilmente por argumentos”. Nessa perspectiva, apenas normas que podem, *em principio*, encontrar a aprovação de todos aqueles potencialmente afetados podem ser consideradas válida.

Afirmar que a ação comunicativa (a pragmática do discurso) permite que venha a tona a “força do melhor argumento”, liberto da ação, não implica que os indivíduos abandonem suas identidades quando entram em debate público. Não podemos ignorar nossas histórias de vida e nem a cultura à qual já sempre pertencemos, as quais fundam as nossas visões compreensivas. E nem devemos eliminar do debate o exame público de nossos valores e crenças privadas e públicas, e as considerações mesmas que as fizeram emergir. O que se requer é um processo auto-reflexivo de discurso, o qual reflita sobre seus próprios

pressupostos, promovendo um alargamento da contestação discursiva e abrindo maior espaço para a correção da experiência humana. O ponto em questão é proporcionar um fundamento normativo para as reivindicações de legitimidade, buscando um ponto de reflexão ética, o qual encontra-se tanto no que é exterior à imediaticidade do mundo da vida quanto, ao mesmo tempo, faz parte dele.

Podemos dizer que, quando entramos no processo argumentativo, assumimos o papel de argumentantes. Como participantes do debate, podemos estar cientes de que nossas diferenças interpretativas e perspectivas valorativas encontram-se enraizadas em tradições particulares, práticas e experiências. Podemos desejar justificar para os outros nossas ações de modo que tais justificativas possam ser racionalmente aceitas por todos. Podemos até mesmo antecipar que algumas das razões aceitáveis por nós não o serão para os outros. No entanto, o próprio pensar já é um processo necessariamente intersubjetivo e dialógico, porque é a interiorização, sempre deficiente e sempre passível de revisão, do discurso público⁴. O uso público da razão é também inevitavelmente aberto e reflexivo. Os interesses emancipatórios não são entidades aguardando para serem libertadas, mas devem ser discursivamente formados. As identidades não são estáticas e nem completamente constituídas. São articuladas e transformadas no processo concreto do debate, e só podem ser construídas no processo da ação social⁵.

Interessa ressaltar que, quando assumimos o papel de argumentantes, reconhecemos o “outro” como parceiro de interlocução, como sujeito com o qual tenho que me entender reciprocamente no sentido hermenêutico do compartilhar dos significados, e, isso, mesmo que não esteja disposto a entender-me no nível das pretensões de validade. E mais, interagir discursivamente significa buscar estender o debate a esferas cada vez mais amplas. Os membros de uma comunidade, independentemente de quão limitada possa ser sua manifestação empírica em qualquer tempo determinado, compreendem a si mesmos como parte de um público potencialmente mais amplo, i.e, como membros potenciais de uma comunidade ilimitada de argumentantes, em relação à qual a reversibilidade e a reciprocidade devem ser exercidas.

Poderíamos dizer que todo encontro dialógico se realiza sempre nas condições históricas e sociais da comunidade concreta, num contexto

determinado, constituído e institucionalizado, onde os vínculos da linguagem, da tradição, as próprias configurações sociais e os interesses dos interlocutores situados, se mostram como os pressupostos reais do discurso. Assim, os discursos práticos e todo o sentido a ser encontrado e realizado com os outros são inevitavelmente marcados pela própria *historicidade* e *situacionalidade* e são, portanto, sempre limitados. Não obstante, diante das possibilidades ilimitadas e a infinitude antecipada performativamente do conteúdo proposicional do ato de fala, não podemos nos contentar nunca com os sentidos reconhecidos e eventualmente efetivados, nas condições limitadas de compreensão, de competência e de discurso da comunidade real de comunicação (Herrero, 1995: 95-7). Contudo, podemos colocar-nos permanentemente em relação ativa (por estrita auto-reflexão lingüística) com tudo aquilo que pressupomos extravasar os sentidos alcançados ou extrapolar os regimes de significação estabelecidos. Podemos, em nossa liberdade crítica, retornar sobre todas as opressões e dominações que podem ser, mais uma vez, refletidas e reformuladas pelo evento de um novo encontro dialógico.

3. Ética e Política Deliberativa

Diante desse quadro, podemos retomar nossa questão inicial: a questão do “bem viver” sob a rubrica da ética clássica não pode ser respondida de modo geral, diante do pluralismo irreduzível da vida moderna. E a deliberação prudente sobre o bem viver dentro do horizonte de tradições e mundos-de-vida particulares não permite prescrições universais (McCarthy, 1994). Habermas diria que a ética do discurso, exatamente por causa de sua natureza formal procedimental, é compatível com diferentes concepções substantivas do sentido e valor da vida. Aceitando que questões de auto-entendimento e de auto-realização enraizadas, como efetivamente estão, em histórias de vida e culturas particulares não admitem respostas gerais, o autor aponta para as condições de deliberação e de decisão implícitas nos discursos práticos, e deixa para os afetados a tarefa de buscar por eles mesmos uma resposta para os problemas morais-políticos e prático-políticos. Habermas preocupa-se mais em elucidar as formas procedimentais da comunicação que produzir julgamentos sobre modos concretos de vida. Os próprios participantes políticos ficam com a tarefa de encontrar, criar, expandir, contrair, deslocar, desafiar, e desconstruir

o solo comum das normas situacionais.

Algumas inquietações parecem surgir. Se o modelo habermasiano se aplicasse somente a culturas políticas racionalizadas e a instituições democráticas já consolidadas, não poderia escapar da acusação de eurocentrismo. Em casos como o do Brasil, onde a forte exclusão de grande parte da população em termos materiais e culturais e as mais severas assimetrias sociais predominam, esperar que os setores destituídos, pobres e desinformados, venham poder realizar por si mesmos a ação conseqüente significaria remeter para um futuro longínquo e indeterminado essa eventual conquista. Isto implicaria, no nível prático, no perigo de condenar gerações inteiras a viver na situação de destituição e carência. E, ainda, esperar que os interesses e orientações valorativas que entram em conflito possam conquistar um equilíbrio possível, em princípio, sem a perspectiva de um acordo realístico para problemas imediatos, em condições de profunda violência social, de medo e de deterioração nas relações sociais, redonda numa postura irresponsável.

Devemos, assim, estar alertas para o riscos da apologia da vida cotidiana e o apoliticismo que a acompanha, caso ignore-se a dimensão institucional da sociedade e seus procedimentos político-normativos. Ater-se ao sentido radical da auto-organização da sociedade por indivíduos unidos comunicativamente mostra a vantagem de não entender os fins coletivos como o mero resultado de um arranjo entre interesses privados. No entanto, corre-se o risco de abraçar um idealismo excessivo, caso se suponha que o processo democrático e a realização da política deliberativa devam depender das virtudes de cidadãos já emancipados, orientados para o bem comum e capazes coletivamente de ação.

Vale insistir que a força da integração social não pode ser extraída *somente* das fontes de ação comunicativa. Como lembra o autor, "discursos não governam. Eles podem gerar um poder comunicativo; contudo, não podem tomar o lugar da administração, mas apenas influenciá-la" (Habermas, 1992: 452). Para que os indivíduos possam exercer sua ação comunicativa e seu agir moral sem riscos, é preciso que as estruturas e as prerrogativas da ação comunicativa estejam suficientemente institucionalizadas. Isto é, os espaços comunicativos do mundo da vida, as esferas públicas alternativas e os processos espontâneos de formação da opinião devem estar assegurados institucionalmente. E, ainda, para que o poder gerado

comunicativamente possa se transformar em poder passível de ser empregado em termos administrativos, é preciso que os interesses sociais e as orientações valorativas, derivados dos encontros dialógicos da vida cotidiana, sejam legitimamente considerados nos processos de entendimento que se realizam nas formas institucionalizadas das deliberações e nas instituições parlamentares.

Ao lado dos espaços públicos auto-regulados, os princípios básicos do Estado constitucional podem ser vistos como resposta à questão de como as condições para a deliberação racional, que asseguram o envolvimento justo dos participantes, pode ser implementada. A teoria da política deliberativa de Habermas, em suas formulações mais recentes⁶, se desenvolve ao longo de um linha dupla: distingue e proporciona uma descrição normativa (a) do processo informal da formação da vontade na esfera pública política e (b) da deliberação política que é regulada através de procedimentos democráticos e é orientada em direção da tomada de decisão. Discussões éticas de bem viver, de identidade coletiva e de interpretação de necessidades devem acontecer não apenas na “estrutura anárquica” da esfera pública que se segmenta através do espaço em uma multiplicidade de arenas – internacional, nacional, regional e comunal - que se sobrepõem, mas também em processos de legislação política mais formalmente organizados e democraticamente regulados, no Estado constitucional, ele mesmo eticamente constituído.

NOTAS

- ¹ Em teorias sociais e da comunicação, o tema da reflexividade tem se mostrado central nos quadros interpretativos e explicativos dos processos institucionais e das práticas sociais, e tem recebido diversas formulações em autores de diferentes filiações teóricas, como Bourdieu 1989; Giddens, 1991(a), 1991(b), 1995; Lash 1995; Touraine, 1994; Thompson, 1995; Melucci, 1996 (a), 1996 (b) e Habermas 1989, 1990, 1996.
- ² Podemos nos lembrar que os grandes temas morais e pessoais das últimas décadas – questões ecológicas e riscos envolvidos no uso pacífico da energia atômica e nos experimentos de engenharia genética; o empobrecimento dramático do terceiro mundo, e problemas da nova ordem mundial e a crescente alteração étnico-cultural decorrente de emigrações; tópicos como o feminismo – têm sido trazidos à tona primeiramente por associações não governamentais, sobretudo por iniciativas cidadãs e novos

movimentos sociais. Ver R. Eyerman (1992), A. Touraine (1994) e A. Melucci (1996).

- ³ Em *Teoria da Ação Comunicativa* Habermas restringia o termo “discurso” a formas de argumentação que lidam com reivindicações de validade, dizendo respeito ao consenso universal alcançado discursivamente, em princípio, possível. O autor mantinha, em adição, que apenas as reivindicações de validade de verdade e de moral pertenciam a tal categoria; e que somente as discussões de tais reivindicações eram classificadas (potencialmente) como “discurso”. Nos finais dos anos 80 Habermas estende a categoria para incluir discussões sobre questões éticas (na verdade, pragmáticas), propondo que questões de bem viver dependentes do contexto podem ser racionalmente discutidas e julgadas em discursos éticos.
- ⁴ Tenho aqui em mente a pragmática transcendental de Apel que nos diz que “não podemos entender o pensamento (e também a argumentação interiorizada) e com ele a validade racional do conhecimento como funções de uma consciência solipsisticamente concebida, mas como funções dependentes da linguagem e, portanto, da comunicação” (Apel, 1985:337).
- ⁵ A construção de identidade coletiva em contextos de mobilização e conflito tem se tornado um tema central em teoria sociológica. Pesquisas sobre os novos movimentos sociais têm demonstrado que as identidades são articuladas no processo de comunicação e não são sempre racionalmente compreensíveis e nem bem definidas anteriormente à sua mobilização (Calhoun, 1991; 1994; Melucci, 1996 (a); 1996 (b); Touraine, 1994; Keith, 1993; Cohen, 1992).
- ⁶ Em *Between Facts and Norms*, Habermas propõe três teorias interdependentes: uma teoria discursiva do direito, uma teoria discursiva da política deliberativa; uma teoria discursiva da validade moral.

Referências Bibliográficas

1. ALEXANDER, J. *Modern, Anti, Post, and Neo: how intellectuals have coded, narrated, and explained the “new world” of our time.* In: *Fin de siècle social theory – relativism, reduction and the problem of reason.* London: Verso, 1995, p.6-64.
2. APEL, K. Normatively grounding “critical theory” through recourse to the life-world? A transcendental-pragmatic attempt to think with Habermas against Habermas. In: HONNETH, A.; McCARTHY, T. *Philosophical interventions in the unfinished project of enlightenment.* Cambridge: MIT Press, 1992, p.125-170.

3. _____. El concepto hermenéutico-transcendental del lenguaje. In: **Transformacion de la filosofia**. Madrid: Taurus, 1985, p. 315-340.
4. BAYNES, K. Democracy and the *rechtsstaat*: Habermas's *Faktizität und Geltung*. In: WHITE, S. **The Cambridge companion to Habermas**. Cambridge: Cambridge UP, 1995, p.201-232.
5. BENVENISTE, S. In the shadow of Aristotle and Hegel: communicative ethics controversy and current controversies in practical philosophy. In: KELLY, M. (Ed.) **Hermeneutics and critical theory in ethics and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p.1-31.
6. CALHOUN, C. **Social theory and the politics of identity**, Oxford: Blackwell, 1994.
7. CHAMBERS, S. Discourse and democratic practices. In: WHITE, S. **The Cambridge Companion to Habermas**, Cambridge: Cambridge UP, 1995, p.233-259.
8. COHEN, L. J.; ARATO, A. Social movements and civil society. In: **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1992, p. 492-563.
9. COOKE, M. **Language and reason: A study of Habermas's pragmatics**, Cambridge: Cambridge UP, 1994.
10. _____. Authenticity and autonomy: Taylor, Habermas, and the politics of recognition, **Political Theory**, n.25, v.2, p.258-288, April 1997.
11. DELANTY, G. Habermas and occidental rationalism: the politics of identity, social learning and the cultural limits of moral universalism, **Sociological Theory**, v.15, p.30-59, 1997.
12. EYERMAN, R. Modernity and social movements. In: HAFERKEMP, H.; SMELSER, N. **Social change and modernity**. Oxford: University of California Press, 1992, p. 37-54.
13. FRASER, N. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: ROBBINS, B. (Ed.) **The phantom public sphere**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1993, p. 1-32.
14. GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**, São Paulo: Unesp, 1991(a).
15. _____. **Modernity and self-identity - self and society in the late modern age**, Stanford: Stanford UP, 1991(b).

16. GIDDENS, A.; BECK, U; LASH, S. *Modernização reflexiva*, São Paulo: Unesp, 1995.
17. HABERMAS, J. *The theory of communicative action*, Boston: Beacon Press, v.I e v. II, 1989.
18. _____. Soberania popular como procedimento - um conceito normativo de espaço público, *Novos estudos*, n.26, p. 100-113, 1990.
19. _____. O conteúdo normativo da modernidade. In: _____. *O Discurso filosófico da modernidade*, Lisboa: Dom Quixote, 1990 (a), p. 335-350.
20. _____. *Moral consciousness and communicative action*, Cambridge: The MIT Press, 1990(b).
21. _____. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*, Cambridge: MIT Press, 1993, p. 421-461.
22. _____. *Justification and application - remarks on discourse ethics*, Cambridge: The MIT Press, 1993, p.1-112.
23. _____. Três modelos normativos de democracia, *Lua Nova*, n. 36, p. 39-54, 1995.
24. _____. *The past as future*, London: University of Nebraska Press, 1994.
25. _____. *Between facts and norms*. London: MIT, 1996.
26. HERRERO, F. J. Sujeito e ética, *Kriterion*, n.88, p. 87-97, ago/dez 1993.
27. _____. O problema da fundamentação última, *Kriterion*, n.91, p.7-16, jul. 1995.
28. INGRAM, D. The limits and possibilities of communicative ethics for democratic theory, *Political theory*, n. 21, v.2, p. 294-32, May 1993.
29. JOHNSON, J.; VILLA, D. Public sphere, postmodernism and polemic, *American Political Science Review*, n. 88, v. 2, p. 427-433, June 1994.
30. KEITH, M.; PILE, S. *Place and politics of identity*. London: Routledge, 1993.
31. McCARTHY, T. Kantian constructivism and reconstructivism: Rawls and Habermas in dialogue, *Ethics*, n.105, p. 44-63, 1994.
32. MELUCCI, A. A search for ethics. In: _____. *Challenging codes - collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 (a), p. 163-175.

33. _____. **The playing self, person and meaning in the planetary society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996 (b).
34. MOON, J. D. **Constrained discourse and public life**, *Political Theory*, v.19, n.2, p.202-229, 1991.
35. SOMERS, M. R.; GIBSON, G. D. **Reclaiming the epistemological "other": narrative and the social construction of identity.** In: CALHOUN, C. **Social theory and the politics of identity.** Oxford: Blackwell, 1994, p.37-99.
36. THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 144-161.
37. _____. **Towards an Ethics of Global Responsibility.** In: _____ **The media and modernity**, Cambridge: Polity Press, 1995.
38. TOURAINE, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.
39. VAZ, H. C. L. **Ética e razão moderna. Síntese nova fase**, v.22, n. 68, p.53-85, 1995.
40. WHITE, S. **The recent work of Habermas: reason, justice and modernity.** Cambridge: Cambridge UP, 1988.

Análise do discurso e argumentação

PAULO ROBERTO MARGUTTI PINTO

1. Observações preliminares

O presente texto apresenta alguns dos principais aspectos do método de análise argumentativa de textos filosóficos que venho desenvolvendo no Departamento de Filosofia da UFMG desde 1991, no interior de um projeto integrado de pesquisa, intitulado “Elementos para uma Teoria da Argumentação”. O método foi elaborado sem preocupações maiores com respeito a possíveis conexões com a Análise do Discurso. Desse modo, a apresentação do mesmo no presente Simpósio constitui uma rara oportunidade de reflexão a este respeito.

Para encaminhar o assunto, dividirei a presente exposição em dois momentos fundamentais. No primeiro deles, apresentarei uma descrição sumária do método de análise argumentativa e os resultados de sua aplicação a dois textos filosóficos, sendo um de Nietzsche e outro, do jovem Wittgenstein. Esta será a parte mais desenvolvida do trabalho que ora apresento. No segundo momento, à guisa de reflexão inicial, aproveitarei para sugerir os principais pontos de contato que pude vislumbrar entre o método de análise argumentativa e a Análise do Discurso. Esta parte será menos desenvolvida, pois sua intenção principal é estabelecer um início de discussão.

2. O método de análise argumentativa

De acordo com Thomas Conley, muitos filósofos contemporâneos perderam a confiança na capacidade da filosofia formal em resolver problemas de decisão e ação. Em virtude disso, estes filósofos retornaram aos estudos de Retórica. Neste retorno, que constitui uma das características marcantes do século XX, destacam-se os trabalhos de McKeon, Toulmin, Perelman e Habermas (Conley 1994: 285). Estes autores partilham um consenso que aponta em direção ao ressurgimento de uma retórica de tipo neo-ciceroniano (ib.: 295; 303-4). Com efeito, todos eles coincidem no combate ao dogmatismo, na

grupo da filosofia com a vida cotidiana e na tentativa de fundamentar a filosofia na noção ciceroniana de 'controvérsia' (ib.: 304). Esta última envolve uma fusão dos usos do discurso filosófico e do método retórico, na qual a filosofia se torna uma atividade em que não são mais as intuições ou a verificação sensível que atuam como os fundamentos da discussão, mas sim, os 'lugares' (*topoi* ou *loci*). Nesta perspectiva, o filosofar se torna uma atividade de 'invenção' a partir das *sedes argumentorum* (ib.: 34-8; 289).

Dentre as obras dos autores citados, interessa-nos particularmente o Tratado da Argumentação, de Perelman & Olbrechts-Tyteca, publicado em 1958, em virtude do seu estudo pormenorizado dos esquemas argumentativos. Sob este aspecto, a obra constitui um marco nos estudos contemporâneos ligados à Retórica. Na opinião de seus autores, o Tratado marca uma ruptura com a concepção cartesiana de razão e raciocínio (1958: 1). Com efeito, a natureza da argumentação se opõe à necessidade e à evidência. O domínio da argumentação é o do verossímil (ib.). Ora, no Discurso do Método, Descartes considera a evidência como marca distintiva da razão e toma como falso tudo aquilo que é apenas verossímil (ib.: 2). A Teoria da Argumentação rejeita a idéia de que toda prova racional seja uma redução à evidência, considerando que seu verdadeiro objeto de estudo são as técnicas discursivas permitindo provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas (ib.: 5). Neste sentido, Perelman & Olbrechts-Tyteca afirmam que esta teoria se aproxima da Dialética e da Retórica antigas, tal como definidas por Aristóteles (ib.: 6), embora pareça mais razoável supor, como o faz Conley, que a sua verdadeira fonte está em Cícero. De qualquer modo, tendo em vista que toda argumentação se desenvolve em função de um auditório, os autores do Tratado consideram que as mesmas técnicas argumentativas se encontram em todos os níveis, desde aquele de uma discussão familiar até aquele de um debate entre especialistas (ib.: 7; 10). Isto permite concluir que a lógica matemática é limitada, pois aquilo que ela não consegue formalizar fica fora de seu domínio. Os lógicos devem completar sua Teoria da Demonstração com uma Teoria da Argumentação (ib.: 13), que também pode ser chamada "Nova Retórica".

Estas idéias levam Conley a afirmar que a obra de Perelman & Olbrechts-Tyteca tem três características fundamentais. Primeiro, seus assuntos primários são a invenção e a expressão (Conley, 1994: 298).

Segundo, o livro mostra que as ligações entre fatos ou proposições são muito mais sutis, flexíveis e particularizadas do que as ligações reconhecidas como legítimas pelos lógicos (ib.). Na verdade, Perelman & Olbrechts-Tyteca têm pouquíssimo interesse em silogismos, já que boa parte dos esquemas argumentativos que estudam dificilmente poderiam ser reduzidos à forma silogística. Terceiro, a obra combate qualquer tipo de oposição filosófica absoluta e irreduzível (dualismo razão versus imaginação, conhecimento versus opinião, objetividade universal versus subjetividade incomunicável, etc.). Somente uma argumentação que não é nem coercitiva, nem arbitrária, pode dar sentido à liberdade humana, entendida como possibilidade de escolha racional (ib.: 299).

Apesar dos elogios de Conley, os italianos Plebe & Emanuele criticam a noção de argumentação de Perelman & Olbrechts-Tyteca, considerando que estes últimos enfatizam o aspecto da persuasão, deixando de lado a imaginação inventiva (*héuresis*). Para Plebe & Emanuele, a função da Retórica é sobretudo inventar os temas e seus respectivos tratamentos (1992: 12-3; 106). Assim, a ênfase na persuasão produz duas seqüelas interligadas e indesejáveis. Em primeiro lugar, Perelman & Olbrechts-Tyteca são levados à atitude congenitamente contraditória de ver na Retórica uma atividade inovadora e simultaneamente estudá-la como um procedimento conservador (ib.). Com efeito, eles sustentam que a eficácia de uma argumentação depende da regra de justiça, segundo a qual o argumento que já valeu em casos precedentes valerá também para casos futuros. Todavia, a regra de justiça funciona não em virtude de algum princípio criativo, mas sim do princípio de inércia, que fundamenta a importância dada ao que já valeu no caso precedente (ib.: 107). Em segundo, Perelman & Olbrechts-Tyteca tendem a deslocar o mundo da Retórica do plano lógico-filosófico para o sócio-psicológico (ib.: 106). De fato, o princípio de inércia, que fundamenta a força persuasiva dum argumento, é de caráter psicológico (ib.: 108). Isto os induz a pensar que o argumento mais forte é o psicologicamente mais eficaz, não o logicamente válido. Em que pesem estas dificuldades, Perelman & Olbrechts-Tyteca foram capazes de desvencilhar-se destas seqüelas na Terceira Parte do Tratado da Argumentação, que é dedicada à Retórica como disciplina “quase lógica” e estuda as técnicas argumentativas em geral (1958: 109).

Contra Plebe & Emanuele, temos as seguintes considerações a fazer.

primeiro, e importante observar que, por um lado, como os próprios autores italianos reconhecem, Perelman & Olbrechts-Tyteca realizam, na Terceira Parte do Tratado, um estudo em que a invenção ocupa um lugar importante. Por outro lado, convém lembrar que a retórica não é pura invenção. No Capítulo II de seu Manual de Retórica, onde estudam a arte de inventar, Plebe & Emanuele são forçados a reconhecer que não se inventa a partir do nada. Com efeito, as técnicas heurísticas por eles consideradas são a do antimodelo, a da iteração de conceitos, a dos paradoxos e a das definições retóricas. No caso do antimodelo, parte-se de uma posição considerada inaceitável, buscando idéias antitéticas (Plebe & Emanuele 1992: 36); no da iteração de conceitos, imita-se ou varia-se livremente um modelo, que é tomado como *pattern* (ib.: 41)¹; no dos paradoxos, procura-se inventar algo que vá contra a opinião comum, uma “contra-opinião” (ib.: 43); no caso das definições, olha-se para conceitos já existentes em uma perspectiva diferente, obtendo novas formas de concebê-los. Ora, em nenhuma destas técnicas se inventa a partir do nada. Em todas elas, na verdade, o princípio de inércia parece desempenhar um papel importante, seja pelo fato delas pressuporem a existência de um padrão argumentativo prévio que serve de referência para a criação, seja pelo fato delas estabelecerem novos padrões, que funcionarão como pressupostos para novos casos. Assim, parece perfeitamente plausível afirmar que a Retórica só pode inventar a partir de um patrimônio argumentativo estabelecido. Nesta perspectiva, é mais conveniente reconhecer que a invenção, embora importante, não constitui a única dimensão da retórica. O desenvolvimento histórico dos processos argumentativos se dá a partir de um jogo balanceado entre imitação e inovação.

Segundo, embora seja plausível acusar Perelman & Olbrechts-Tyteca de deslocar o mundo da Retórica do plano lógico-filosófico para o sócio-psicológico, o que este debate consegue mostrar é que o primeiro destes planos não está imune às influências do último. De fato, apesar do princípio de inércia possuir o caráter psicológico denunciado por Plebe & Emanuele, ele não fundamenta apenas os argumentos psicologicamente mais eficazes. Como a própria História da Lógica bem o demonstra, desde Aristóteles, os argumentos logicamente válidos também têm sido fundamentados pelo princípio de inércia. A discussão deste problema, contudo, vai além dos objetivos do presente trabalho.

O ponto mais importante a ser destacado nesta discussão é que, do ponto de vista de uma Teoria da Argumentação, a retórica não constitui uma disciplina autônoma, mas, acima de tudo, um dos componentes do discurso. Em nossa opinião, a atitude de separar retórica e discurso, para depois estudá-la como disciplina independente, cujas técnicas poderemos aplicar ou não, segundo nossas conveniências, pode conduzir ao erro. Realmente, isto pode induzir-nos a pensar que existe algo como “a” Retórica e levar-nos a esquecer que não há discurso argumentativo sem elementos retóricos, os quais, embora possam existir em maior ou menor grau, sempre estarão presentes. A retórica constitui uma parte integrante de todo discurso que visa alguma forma de adesão do auditório a que se dirige. Com efeito, se o autor desse tipo de discurso busca a adesão, então ele se vê na contingência de, para ser eficaz, ter que adotar as técnicas argumentativas mais adequadas ao objetivo pretendido. Isto vale para os mais diversos tipos de discurso, como, p. ex., o filosófico, o científico, o poético. Não foi à toa que Platão admitiu a existência de duas espécies de Retórica, a saber, a boa, que caracteriza seus diálogos, e a má, que caracteriza os discursos de seus inimigos sofistas. Desse modo, o estabelecimento da Retórica como disciplina independente só faz sentido se a entendermos como o estudo das técnicas argumentativas presentes em todo discurso que visa a adesão, mas com a condição de reconhecermos que tais técnicas constituem parte essencial do discurso e não existem fora do mesmo. Sem isso, seremos levados à falsa idéia de que a Retórica equivale à Oratória, ou ao estudo das Figuras de Estilo, ou à propaganda de massa. Visando à adesão de seus respectivos auditórios, todas estas formas de discurso envolvem a componente retórica. Mas não são as únicas a incluí-la, como bem o demonstram os diálogos de Platão.

Estas considerações nos mostram que a palavra ‘retórica’ já está muito contaminada pelo seu passado histórico e que, em virtude disso, talvez fosse melhor substituí-la. Por suas ligações com o método hegeliano, a palavra ‘dialética’ não se encontra em melhor situação. Assim, seguindo o espírito dos autores mencionados, parece-nos que a palavra ‘argumentação’ é mais adequada. Se a entendermos no sentido perelmaniano, ou seja, como o estudo das técnicas discursivas que produzem ou fazem crescer a adesão dos interlocutores, veremos que a argumentação assim concebida se aproxima da Retórica e da Dialética antigas, sem, contudo, identificar-se com elas. Ela envolve

nao so a componente retórica e os argumentos logicamente válidos da dialética, mas também, e principalmente, todo um conjunto de esquemas argumentativos mais flexíveis e diversificados, que vão muito além dos puramente formais. Nesta perspectiva claramente pragmatista, poderíamos dizer que a Teoria da Argumentação corresponde a uma espécie de *Órganon* das teorias pragmáticas em geral.

Com base nas idéias acima, temos, já há alguns anos, trabalhado no sentido de fornecer elementos para a construção deste *Órganon*. Nosso objeto de estudo tem sido, até agora, a argumentação filosófica. Isto nos permitiu elaborar um método de análise argumentativa que combina elementos provenientes de Perelman & Olbrechts-Tyteca e de Plebe & Emanucl. A idéia central do método é a de que todo discurso argumentativo de caráter filosófico envolve uma combinação de repetição e invenção. Esta combinação é única em cada discurso filosófico específico. Em alguns casos, inclusive, a própria noção de argumentação é alterada. Isto mostra que a expressão 'técnicas discursivas que produzem ou fazem crescer a adesão' deve ser entendida em sentido muito *lato*, e não somente como 'técnicas de fornecer razões' em sentido tradicional. A "regra do polegar" do método consiste em respeitar a especificidade do discurso filosófico a ser estudado.

Em suas linhas gerais, o método consiste em considerar um dado texto filosófico como uma peça argumentativa. Isto permite supor que ela tenha sido elaborada nas seguintes condições: o seu autor, inspirado por um determinado contexto (envolvendo circunstâncias históricas determinadas e, muito possivelmente, outros textos, filosóficos ou não), experimenta uma determinada vivência e expressa-a através dum texto filosófico, que é escrito para provocar a adesão dos membros de um auditório específico (em geral, a comunidade filosófica de sua época). Em outras palavras, um dado contexto influencia e motiva o autor, que, em resposta, vivencia uma experiência filosófica e tenta transmiti-la ao auditório correspondente. Assim, o texto, enquanto peça argumentativa, não pode ser separado de seu contexto, das intenções do autor e do público a que se dirige. A análise argumentativa considera o texto em pelo menos três aspectos fundamentais: quanto à vivência que ele pretende expressar (o texto encarado da perspectiva de seu conteúdo); quanto ao problema e o ponto de partida do autor (o texto encarado da perspectiva do contexto

que o produziu); quanto à solução dada pelo autor com vistas a um auditório específico (o texto encarado da perspectiva do público a que se dirige). Esta análise mostra claramente que autor não cria do nada, mas inventa a partir daquilo que já existe.

Para efetuar adequadamente a análise argumentativa de um dado texto, o método percorre, em geral, os seguintes momentos: a) exposição da solução do autor (conjetura hermenêutica); b) contextualização (problema e ponto de partida do autor); c) identificação das principais técnicas heurísticas utilizadas (parte inventiva); d) análise dos principais esquemas argumentativos utilizados para justificar pontos específicos da solução (táticas argumentativas); e) análise da linha geral de argumentação utilizada para expor e justificar a solução encontrada (estratégia argumentativa). A ordem em que estes momentos estão sendo apresentados não é a única possível, já que eles são relativamente independentes entre si e interagem uns com os outros. Pode-se começar a análise, p. ex., pela contextualização e depois passar para a exposição da solução do autor. Em todos estes momentos, deve-se levar em conta que é a especificidade do texto que determina a aplicação do método, e não o contrário.

Embora o objetivo principal da análise argumentativa não seja propriamente hermenêutico, acreditamos que a aplicação deste método introduz uma série de elementos que auxiliam grandemente na construção duma hipótese interpretativa adequada, facilitando a compreensão da obra. Há uma interação entre a hipótese hermenêutica e os aspectos argumentativos do texto, de maneira tal que estes últimos contribuem para refinar e reforçar a primeira. Assim, o resultado da análise que estamos aqui propondo é não somente a explicitação dos procedimentos argumentativos utilizados, mas também o reforço e a maior clarificação da conjetura interpretativa proposta para o texto. Para mostrar como isto é possível, consideraremos em detalhe os diversos momentos do método, de conformidade com a ordem em que foram apresentados acima.

O primeiro deles consiste na exposição da solução encontrada pelo autor. Este momento envolve a elaboração duma conjetura interpretativa que está sujeita aos mesmos problemas de qualquer exegese. Com efeito, se, por um lado, a interpretação do texto depende dos instrumentos de análise do sujeito interpretante, por outro, a elaboração e utilização dos instrumentos de análise deste sujeito é

determinada pelo texto a ser interpretado. Assim, o inevitável problema do "círculo hermenêutico" ocorre aqui. Há, porém, uma circunstância atenuante. Na medida em que o texto é encarado fundamentalmente como peça argumentativa, todos os fatores que contribuem para a sua produção devem ser igualmente considerados na construção da conjetura interpretativa: o próprio texto enquanto dado, as intenções do autor, o contexto, o público a que se dirige e as características do intérprete. Desse modo, alguns dos perigos dos métodos hermenêuticos tradicionais ficam evitados, como, por ex., o psicologismo (obtenção do sentido do texto com ênfase nas intenções do autor), o historicismo (obtenção do sentido com ênfase no contexto histórico-cultural), o relativismo (obtenção do sentido com ênfase no público a que o texto se destina), o subjetivismo (obtenção do sentido do texto com ênfase na leitura do intérprete que o reconstitui), o positivismo (obtenção do sentido com ênfase no próprio texto enquanto dado). Além disso, os demais momentos do método, embora não evitem a dificuldade do círculo hermenêutico, são capazes, pelo menos, de atenuá-la, já que os dados neles obtidos podem interagir positivamente com a interpretação proposta. Cada um deles introduz elementos que contribuem para tornar mais fundamentada a hipótese interpretativa geral a respeito da vivência filosófica envolvida pela obra.

O segundo momento considera o contexto no qual a obra se insere. Por 'contexto' entendemos aqui todo o conjunto de fatos e idéias relevantes para a compreensão do ambiente cultural que leva à produção da obra. Em virtude disso, torna-se importante, na análise argumentativa, a consideração das circunstâncias, fatos e autores que repercutem de alguma forma na elaboração do texto final. Mas convém lembrar que o tipo de circunstâncias, fatos ou autores relevantes variam de acordo com a especificidade do texto analisado. É este que determina até que ponto a contextualização deve chegar.

Com base nessa contextualização, é possível identificar qual o problema que motivou o autor e quais as premissas por ele aceitas. Isto constitui aquilo que entendemos como 'ponto de partida', que é tomado num sentido diferente de Perelman & Olbrechts-Tyteca. Para estes últimos, a expressão 'ponto de partida da argumentação' significa o conjunto das premissas que servirão de fundamento à construção do discurso (1958: 87). Tais premissas são analisadas segundo três planos diferentes: sua aceitação pelo auditório, sua

escolha pelo orador e a apresentação das mesmas em forma de discurso (ib.: 88). Ora, é certo que as premissas que servem para fundamentar a construção do discurso constituem elementos importantes do seu ponto de partida. Todavia, a análise segundo três planos que Perelman & Olbrechts-Tyteca delas fazem neste ponto enfatiza aspectos que, na perspectiva do método que adotamos, devem ser considerados numa momento posterior. Com efeito, os planos da aceitação das premissas pelo auditório, da sua escolha pelo orador e da forma de apresentação das mesmas correspondem ao momento do vivenciar e expressar a solução encontrada. Em nossa perspectiva, antes de se encontrar a solução, aceitam-se determinadas premissas e enfrenta-se um determinado problema. É por isso que entendemos a expressão 'ponto de partida da argumentação' num sentido diferente de Perelman & Olbrechts-Tyteca, deixando os aspectos da análise que eles fazem neste ponto para um momento posterior.

Além de localizar o texto no espaço e no tempo, o procedimento de contextualização introduz a seguinte vantagem hermenêutica: ao procurar pelo problema e pelas premissas da argumentação, contribui-se duplamente para maior clareza na construção da interpretação da vivência filosófica do autor. De fato, a determinação do problema que inspirou e motivou o autor determina também, até certo ponto, o conjunto de respostas possíveis, reduzindo, assim, o campo das hipóteses interpretativas apropriadas ao caso. Além disso, o estabelecimento das premissas dum determinado discurso argumentativo condiciona de alguma forma o conjunto das conclusões possíveis, reduzindo também o campo das hipóteses interpretativas apropriadas.

O terceiro momento consiste na análise das técnicas argumentativas utilizadas pelo texto. Esta análise envolve três estágios, relativos à consideração das técnicas heurísticas, da linha geral de argumentação e dos esquemas argumentativos. O primeiro estágio consiste na análise das técnicas heurísticas adotadas, no espírito do modelo proposto por Plebe & Emanuele (1992: 35-52). Como sabemos, esses autores assumem a posição de que a retórica é, antes de mais nada, a arte de inventar conceitos, temas e soluções. Nesta perspectiva, eles fazem a classificação, já citada, das principais técnicas inventivas: antimodelo, iteração de conceitos, paradoxos e definições retóricas. Mais acima, discutimos até que ponto elas poderiam constituir uma atividade de pura invenção. Neste ponto, cabe observar que, do ponto de vista

argumentativo, as afirmações que os autores italianos fazem a respeito destas técnicas merecem alguns reparos.

Primeiro, parece-nos que elas podem ser colocadas em dois grandes grupos, em paralelo com a distinção entre estratégia e tática argumentativa. Com efeito, duas dessas técnicas têm a ver com a estratégia geral de invenção. Com base nelas, é possível estabelecer o fio condutor da atividade inventiva. Estas duas são a do antimodelo e a da iteração de conceitos. Quando se adota a primeira, estabelece-se o seguinte fio condutor para a invenção: procurar, em um modelo escolhido, os elementos que permitam a construção de um antimodelo, ou seja, um modelo alternativo que se oponha ao de partida. Quando se adota a segunda, o fio condutor da invenção passa a ser outro: buscar, em dado modelo, os elementos que possam ser alterados e recombinados de modo a produzir um novo modelo, que constitua uma variação do modelo de partida.

Segundo, as características próprias dessa segunda técnica impõem uma modificação também na terminologia de Plebe & Emanuele. Sabemos que eles a denominam 'iteração de conceitos'. Para justificar o uso dessa expressão, tais autores recorrem à seguinte distinção:

“Hoje possuímos, na língua inglesa, dois termos que podem indicar com bastante clareza de um lado a desconfiança, de outro a atenção da retórica antiga para com a imitação: é considerado perigoso seguir um model, isto é, um modelo que seja reproduzido em todas as suas características essenciais, mas é útil e em nada nocivo à originalidade seguir um pattern, isto é, um esquema articulado, de que se possa reproduzir apenas um motivo, variando livremente os demais. (...) A iteração retórica dos conceitos pode, portanto, utilizar também a técnica de uma livre imitação de um modelo, entendido como pattern” (Plebe & Emanuele 1992: 41).

Para eles, portanto, enquanto técnica de invenção, a iteração de conceitos não é uma mera repetição do modelo original. Ela consiste em assumir um aspecto fundamental daquele modelo, ou seja, um padrão articulado do mesmo, e modificar os demais, de acordo com as necessidades do novo modelo a ser criado. Nesta perspectiva, o aspecto selecionado funciona como um padrão conceitual que é

livremente imitado. Ora, isto significa que esta técnica heurística envolve dois aspectos básicos. Se é verdade, por um lado, que ela constitui uma imitação, também é verdade, por outro, que tal imitação é de caráter criativo. Em virtude disso, preferimos chamar esta técnica de 'livre variação de modelo'². A palavra 'modelo' remete à dimensão da imitação, enquanto a palavra 'livre variação' remete à dimensão criativa. Em um paradoxal contraste com a definição de retórica como arte da invenção, a denominação 'iteração de conceitos', utilizada por Plebe & Emanuele, enfatiza exclusivamente o aspecto imitativo, deixando de lado a dimensão criativa dessa técnica.

Terceiro, as duas outras técnicas heurísticas da classificação de Plebe & Emanuele correspondem não a planos gerais, mas a processos particulares que podem ser empregados para implementar um projeto mais amplo de invenção. Em outras palavras, elas constituem táticas de invenção que podem ser utilizadas para realizar uma dada estratégia geral de invenção. Essas duas técnicas são a dos paradoxos e a das definições retóricas. Nessa perspectiva, depois de adotar a estratégia geral do antimodelo, o autor pode utilizar, como procedimento particular para um fim específico, ou a tática do paradoxo, ou a da definição retórica. Todas as duas podem ser consideradas processos inventivos menores, que ajudam a implementar uma estratégia inventiva mais ampla.

Quarto e último, já ponderamos que não apenas a retórica, mas também as diversas formas de argumentação envolvem simultaneamente uma dimensão criativa e uma repetitiva. Desse modo, embora a posição dos autores italianos apareça como extremada e perigosamente reducionista, é verdade que toda forma de argumentação envolve, em maior ou menor grau, uma componente inovadora. Isto torna útil a lista que Plebe & Emanuele fazem das técnicas inventivas. Uma vez corrigidas a partir das considerações acima, elas podem ser incluídas no método proposto, passando a constituir mais um elemento importante na clarificação do texto enquanto peça argumentativa, com a vantagem adicional de contribuir também para a fundamentação da hipótese interpretativa a respeito da vivência filosófica envolvida. Com efeito, a identificação das técnicas heurísticas utilizadas pelo autor permite que percebamos, com clareza, onde ele está sendo original e onde está imitando a tradição. E os dados assim obtidos contribuirão para reforçar ou enfraquecer a interpretação adotada.

O segundo estágio do terceiro momento do método proposto concerne à identificação da linha geral de argumentação do texto. Ele procura fornecer a estrutura argumentativa do mesmo, a sua estratégia geral. A idéia básica que fundamenta este estágio pode ser formulada como segue: se o autor tem uma dada vivência filosófica e se deseja transmiti-la a um certo auditório, então certas estratégias argumentativas são mais adequadas. Achamos que isto não constitui uma afirmação vaga, já que vivências filosóficas específicas restringem grandemente a escolha das estratégias argumentativas adequadas para expô-las. A consideração da vivência permite supor qual o melhor tipo de estratégia a ser utilizada em sua exposição. É claro que esta estratégia talvez não seja única. O conjunto total das estratégias possíveis pode incluir um subconjunto mais ou menos extenso de estratégias adequadas. Ademais, a adoção da estratégia prevista não confirma a interpretação que a implica. Se pensássemos que isto fosse possível, estaríamos caindo na falácia da afirmação do conseqüente. Mesmo assim, duas vantagens hermenêuticas podem ser exploradas no primeiro estágio. Em primeiro lugar, a tentativa de adequar a vivência filosófica à estratégia argumentativa produz uma redução do número de estratégias a serem consideradas. Ao invés do conjunto formado por todas as estratégias possíveis, podemos restringir nossa atenção ao subconjunto das estratégias mais adequadas à expressão da vivência. Em segundo, se o autor adota uma estratégia argumentativa diferente da esperada, então temos um forte indicador para supor que a interpretação construída não é a mais correta. Podemos, dentro de certos limites, falsar uma dada interpretação, a partir da sua incompatibilidade com a técnica argumentativa utilizada pelo autor. Em outras palavras, embora não tenhamos condições de determinar com certeza se uma dada interpretação é correta, existem, pelo menos, determinadas situações em que a incorreção de uma interpretação se apresenta como uma hipótese bastante viável. Estas duas vantagens propiciadas pelo método de análise argumentativa aqui proposto podem constituir elementos importantes para facilitar a compreensão do texto analisado.

No terceiro e último estágio, passa-se para a consideração dos esquemas argumentativos empregados, entendendo-os como táticas utilizadas pelo autor com a finalidade de realizar sua estratégia geral. Para a execução dessa tarefa, os dados soberbamente recolhidos na Terceira Parte do Tratado da Argumentação de Perelman & Olbrechts-

Tyteca constituem uma referência fundamental. Estes autores consideram cada esquema argumentativo como um 'lugar' (*topos, locus*), através do qual é realizada a ligação ou a dissociação de conceitos. Seu mérito maior está na coleta e classificação de uma grande quantidade de tais lugares em um sem-número de textos relevantes para a história do pensamento ocidental, o que faz da lista por eles obtida o estoque mais completo dos principais esquemas argumentativos até agora elaborado. Além disso, tais esquemas são concebidos no interior duma visão daquilo que constituiria a argumentação em sentido tradicional. Em virtude disso, o estoque de lugares argumentativos que eles elaboraram serve de ponto de referência não só para as análises argumentativas de textos que se encontram mais próximos do sentido tradicional, mas também daqueles que se afastam da tradição estabelecida. Em outras palavras, o estoque de argumentos desses autores pode ser utilizado na análise de textos tanto "comportados" como "desviados". O que estabelece a perspectiva segundo a qual eles devem ser considerados é a especificidade da vivência filosófica do autor, que determina o tipo de estratégia argumentativa adotada e o modo particular de utilização dos lugares argumentativos.

Aqui também, ao lado da clarificação dos procedimentos argumentativos utilizados pelo autor, é possível introduzir novos elementos que irão auxiliar na comprovação da interpretação da vivência filosófica apresentada na primeira momento do método. Com efeito, se é certo que a vivência determina até certo ponto a estratégia argumentativa, também é verdade que esta última determina de alguma forma as táticas argumentativas particulares a serem empregadas. Desse modo, o estabelecimento do tipo de estratégia argumentativa mais apropriada, a partir duma dada interpretação do texto, leva também ao estabelecimento dos tipos de esquemas argumentativos, ou seja, das táticas ou procedimentos particulares mais adequados à realização daquela estratégia. Nesta perspectiva, as duas vantagens do primeiro estágio se repetem aqui, *mutatis mutandis*. Primeiro, a opção por uma dada estratégia argumentativa pode condicionar a escolha de certos esquemas argumentativos como mais adequados, reduzindo-se, assim, o campo dos esquemas a serem analisados. Segundo, a escolha de determinados esquemas argumentativos pode levar ao falseamento da hipótese de que uma dada estratégia argumentativa foi adotada e, até mesmo, em casos mais raros, ao

falsameamento da hipótese interpretativa geral sobre a vivência do autor. Como se pode ver, aqui também o método introduz uma vantagem hermenêutica complementar, no sentido de tornar mais fundamentada a interpretação do texto.

Recapitulando e sintetizando, podemos dizer que o fundamento do método de análise aqui proposto consiste em considerar um determinado texto como peça argumentativa. A partir daí, elabora-se uma conjectura interpretativa a respeito do texto e, com base nela, analisam-se, em momentos, os procedimentos argumentativos utilizados. À medida que estes últimos vão sendo clarificados, a conjectura é reforçada ou modificada pela comparação entrecruzada dos dados obtidos nos diversos momentos. O resultado do método é, assim, duplo: por um lado, ele revela os principais elementos argumentativos do texto; por outro, ao fazer isso, ele fundamenta, de maneira mais consistente, a interpretação geral do texto. A vantagem do método está em que, ao enfocar o texto como peça argumentativa, somos levados a considerar, na interpretação do mesmo, todos os fatores que intervêm na sua composição: o próprio texto, as intenções do autor, o contexto e o público. Assim, a leitura da obra dá nascimento a uma hipótese interpretativa sobre o seu conteúdo. Tal hipótese pode ser melhor fundamentada através da comparação e interação com os dados provenientes da análise do contexto, que nos dá o ponto de partida do autor (problema geral e premissas assumidas); com as técnicas argumentativas utilizadas, que envolvem as técnicas heurísticas, a linha geral de argumentação e esquemas argumentativos. As técnicas heurísticas esclarecem o processo inventivo a partir do qual nasceu a obra (estratégia geral de invenção e táticas adotadas). A linha de argumentação, por seu lado, nos fornece a estratégia argumentativa geral, enquanto os esquemas argumentativos nos dão as táticas empregadas para implementar tal estratégia. Este procedimento torna possível, dentro de certos limites, testar a conjectura feita, podendo-se conseguir, em alguns casos mais privilegiados, elementos que conduzam até mesmo ao falsameamento da interpretação que não se adapta à contextualização ou às técnicas argumentativas usadas. E certamente uma conjectura compatível com a contextualização e as técnicas argumentativas se apresentará como uma interpretação mais adequada da obra analisada. É verdade que a compatibilidade observada pode não confirmar absolutamente a conjectura feita, mas destaca-a como mais provável no conjunto das

conjeturas possíveis.

Convém observar que o método descrito acima não deve ser entendido em sentido absoluto, mas apenas como uma proposta possível, com vantagens e desvantagens, estando aberto a modificações que possam ser sugeridas pela sua própria aplicação ou pelo avanço da pesquisa. Além disso, as relações entre o método de análise argumentativa e a própria hermenêutica ainda não estão muito claras para nós: embora pareça constituir uma peça chave para a hermenêutica, a análise argumentativa não se confunde com ela. Tal estudo será realizado em futuro próximo, quando tivermos em mãos mais informações, através de novos exemplos de textos analisados argumentativamente.

De qualquer maneira, a conclusão mais importante até agora sugerida pela aplicação do nosso método é a de que as diversas formas de argumentação filosófica não são independentes das contingências históricas ou culturais. Este resultado é mais amplo do que o apontado por Toulmin, que considera ser a validade dos argumentos dependente de considerações que vão além daquelas de tipo meramente geométrico da lógica formal. Com efeito, não é apenas a noção de 'validade lógica' que está sendo ampliada aqui, mas também o conceito de 'racionalidade' que fundamenta os diversos tipos de argumentação analisados. Cada discurso filosófico que envolve uma argumentação específica parece pressupor um conceito correspondente de racionalidade. A comprovação desta hipótese ambiciosa depende de se encontrar um bom número de exemplos bem sucedidos de formas argumentativas específicas, em épocas e locais determinados. Nesta perspectiva, aquelas obras que constituem "desvios" dos padrões argumentativos estabelecidos se apresentam como particularmente atraentes.

Foi com este espírito que realizamos duas análises argumentativas cujos resultados foram promissores. A primeira delas concentrou-se em *A Origem da Tragédia*, de Nietzsche. Aqui, foi possível mostrar que este texto efetua um tipo de argumentação "trágica", em que os assuntos são tratados não do ponto de vista de sua relevância para uma demonstração de tipo socrático, mas do ponto de vista de sua relevância para a expressão das teses trágicas. A justificação se faz sobretudo pela expressão de razões. Isto permite a utilização de provas retóricas, como a analogia, a ilustração e o exemplo. Avaliada segundo critérios socráticos, a argumentação nietzschiana revela-se deficiente e arriscada; segundo os critérios "trágicos" que ela mesma estabelece,

ela se mostra econômica e eficaz, tratando exclusivamente os pontos que interessam para atingir seus objetivos expressivos.

A segunda foi a análise argumentativa do *Tractatus* de Wittgenstein. Ela permitiu mostrar que este texto efetua um tipo de argumentação iniciática. Nela, a crítica à linguagem constitui uma operação suicida que desemboca no contra-senso. Trata-se, todavia, de uma operação necessária, pois é apenas através dela, da tentativa desesperada de encontrar a forma correta para expressar aquilo que não pode ser dito, que se consegue obter, no momento da "morte" do dizer, o "renascer" para a clarificação que ocorre no âmbito do silêncio.

As bases filosóficas do método se encontram nas teorias pragmatistas contemporâneas, principalmente no segundo Wittgenstein, de onde foi extraída a idéia de que não existe "a" argumentação, como querem os filósofos tradicionais, que seguem a inspiração socrática, mas sim tipos contingentes de argumentação, que variam com o autor e a época histórica e que apresentam, no máximo, semelhanças de família. A análise mostrou que Nietzsche e Wittgenstein argumentam de maneira não convencional, ilustrando diferentes formas de realizar aquilo que denominamos 'racionalidade'. Deste ponto de vista, os resultados obtidos apontam para uma concepção mais ampla de racionalidade, na qual o conceito aristotélico de 'lugar' - que se aproxima daquilo que hoje chamamos 'variável' em lógica - parece desempenhar um papel fundamental. Isto certamente deverá envolver uma discussão com os autores contemporâneos que se preocupam com o tema, como, por exemplo, Apel, Habermas, Rorty, Putnam, Davidson etc. Há também uma expectativa de que esta discussão poderá contribuir para esclarecer as relações entre o método de análise argumentativa, a hermenêutica e a análise do discurso, que ainda estão obscuras. É neste sentido que a pesquisa deverá avançar no futuro.

3. Análise argumentativa e análise do discurso

Até o momento, acreditamos que o desenvolvimento do método de análise argumentativa produziu os seguintes resultados teóricos. Primeiro, a aplicação concreta a textos mostrou a viabilidade do método. Segundo, foi possível testar com sucesso o potencial do método para identificar casos argumentativos que não se enquadram propriamente nos padrões convencionais, constituindo aquilo que denominariamos "desvios". Terceiro, e mais importante, foi revelado que estes casos, embora considerados "anômalos", possuem sua

própria especificidade e validade, sugerindo que o conceito de 'argumentação', em filosofia, envolve não uma propriedade essencial que constitua a sua natureza, mas sim aquilo que o segundo Wittgenstein denomina 'semelhanças de família'. Isto aponta no sentido de uma reavaliação da própria noção de racionalidade, já que é esta última que fundamenta os diversos tipos de argumentação estudados.

As relações entre o método de análise argumentativa, a hermenêutica e a análise do discurso ainda não estão muito claras para nós. Como já foi observado, a expectativa é que o presente Simpósio poderá fornecer algumas pistas para posterior reflexão. De qualquer modo, em relação à análise do discurso filosófico, o presente método de análise argumentativa sugere as seguintes considerações:

Em primeiro lugar, a perspectiva pragmática parece ser a mais adequada para a análise do discurso ou de aspectos importantes do mesmo, como a argumentação. Isto porque não envolve a perspectiva reducionista das análises tradicionais, levando em conta todos ou a maior parte dos fatores relevantes para a análise. Neste sentido, parece que o método de análise argumentativa que estou propondo constitui um tipo de análise do discurso. Além disso, os seus resultados parecem inteiramente compatíveis com a orientação da análise do discurso que encara a argumentação não como condição inerente ao uso da linguagem, mas como construída por força da apropriação particular de certos arranjos da língua por sujeitos-enunciadores, efetivados em práticas discursivas determinadas.

Em segundo e último lugar, a ausência de um *corpus* teórico que caracterize a análise do discurso pode ser uma consequência do próprio objeto estudado, que envolve heterogeneidade e multiplicidade. Isto parece sugerir a adoção de estudos regionais, ao invés de estudos totalizantes. Isto torna a perspectiva pragmática mais atraente também aqui, pois ela parece ser mais compatível com diversidade dos discursos e suas respectivas análises. Neste sentido, talvez os modelos de análise mais poderosos buscados pela análise do discurso não sejam necessários. Isto envolve a formulação de teorias muito ambiciosas, cujos comprometimentos com a metafísica tradicional são mais difíceis de evitar. A análise baseada num componente chave, como, p. ex., a argumentação, pode produzir resultados satisfatórios, suficientemente amplos e compreensivos, embora modestos, sem a necessidade de compromissos teóricos mais

abrangentes, tais como os esperados pelo programa da análise do discurso, que me parece, por vezes, excessivamente ambiciosa. A construção duma teoria geral da significação e do discurso, como pretende Maingueneau, p. ex., pode ser excessivamente ambiciosa e resvalar exatamente para o tipo de metafísica que ela pretende evitar. Sua análise do discurso filosófico como discurso constitutivo (ver Maingueneau, 1995) parece baseada em considerações apriorísticas que desconsideram a especificidade, p. ex., do discurso do *Tractatus*: como pode um texto que se reconhece autofagicamente como puro contra-senso ser constitutivo de qualquer coisa?. O caso das análises de Bordron relativas ao 'eu sou' como condição formal do sentido parecem ainda mais graves neste sentido, pois apontam claramente na direção duma filosofia de caráter transcendentalizante (Cf. Bordron, 1995). Nos dois casos, a adoção duma perspectiva menos apriorística e mais modesta poderia realizar melhor os objetivos da análise pretendida. A diversidade dos métodos e perspectivas em análise do discurso sugerem que estamos diante de um programa interdisciplinar, mas a idéia de aglutinação de programas deverá ser considerada com muito cuidado, para evitar que a ambição da teoria completa interfira e produza uma teoria abrangente demais para lidar com uma coisa tão diversificada como é o discurso.

NOTAS

- 1 Ver a explicação disso mais adiante.
- 2 Embora os autores citados entendam a palavra 'modelo' no sentido de 'padrão', consideramos que a expressão 'livre variação de padrão' não é a mais adequada. Além de não soar bem em português, ela obscurece o fato de que, apesar do "modelo" ser tomado como "padrão", o resultado final da aplicação da técnica é uma variação do modelo originário, que funciona como ponto de referência.

Referências Bibliográficas

1. BORDRON, J.-F. Signification et subjectivité. *Langages*. L'analyse du discours philosophique, n 119. Larousse, p. 63-78, sep. 1995.

2. CONLEY, T. M. **Rhetoric in the european tradition**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.
3. MAINGUENEAU, D. L'énonciation philosophique comme institution discursive. In: **Langages**. L'analyse du discours philosophique, n. 119. Larousse, p. 40-62, sep. 1995.
4. MARGUTTI PINTO, P. R. Nietzsche, a filosofia e a retórica: uma análise de "A origem da tragédia" enquanto forma de argumentação. **Kriterion**, Revista de Filosofia, v. XXXV, n. 89, p. 45-73. 1994.
5. _____ **Iniciação ao silêncio: análise do *Tractatus* de Wittgenstein**. São Paulo: Loyola, 1998.
6. PERELMANN, CH. & OLBRECHTS-TYTEKA, L. **Traité de l'argumentation. La Nouvelle Rhétorique**. Paris: PUF, 1958.
7. PLEBE, A. & EMANUELE, P. **Manual de Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Algumas notas sobre a interlocução entre a análise do discurso e a teoria da comunicação

CÉSAR GUIMARÃES

1. A Comunicação e a Análise do Discurso

O conjunto heteróclito de teorias e saberes que - à maneira de um núcleo epistêmico - orienta atualmente os estudos acerca da comunicação tem recorrido cada vez mais ao *discurso*, noção disputada por concepções variadas, muitas vezes abertamente conflitivas e até mesmo excludentes. Tal situação evidencia a necessidade de se avaliar - histórica e epistemologicamente - as relações entre o escopo ampliado das teorias da comunicação e as proposições da Análise do Discurso, ela também constituída por diferentes correntes.

No que diz respeito à abordagem dos fenômenos de linguagem, a situação da Teoria da Comunicação, na forma como a conhecemos, é compartilhada por outras disciplinas, se pensarmos no elenco diversificado de autores que forneceram categorias e conceitos apropriados por uma gama diversificada de domínios, cada um a seu modo. Para mencionar os mais citados, lembremos - dentre outros - os nomes de Bakhtin, Foucault, Barthes, Peirce e Wittgenstein, postos em circulação por um movimento contínuo de transferência, de tradução e de assimilação conceitual, que ultrapassa as fronteiras das disciplinas particulares.

No que concerne às diferentes teorias da comunicação, é preciso lembrar que o enfoque dado à linguagem foi triplamente modulado: pelo contexto social, histórico e econômico que possibilitou o surgimento deste ou daquele modelo teórico acerca dos meios de comunicação de massa; pelo tipo de teoria social pressuposta, subjacente a cada modelo; pelo modelo de processo comunicativo, enfim, desenhado por cada teoria.¹ Se queremos estabelecer uma interlocução entre esses dois campos heterogêneos - as teorias da comunicação e as análises do discurso - devemos conceber então um

movimento de mão-dupla: de um lado, como escreve Bonnafous (1992: 46-57), precisamos indicar o momento em que o encontro entre Linguística e Comunicação tornou-se obrigatório, quando então a primeira reconheceu a importância dos fatores sócio-culturais e colocou a língua em contato com seu exterior: a história, o social, a política, o poder e seus jogos; de outro lado, e na direção inversa, seria preciso descrever as condições que, no interior das disciplinas que até então tratavam dos fenômenos comunicativos, elevaram o discurso à condição de categoria operatória.

A aproximação entre a Teoria da Comunicação e as Ciências da Linguagem só ocorreu após um longo período de provação, num arco teórico em que a prevalência do sentido centrado no emissor - típica dos modelos behavioristas e funcionalistas - cedeu lugar, inicialmente, ao papel dos intermediários e, em seguida, ao do destinatário. De início tensionado pela oposição entre duas forças opostas, a chamada pesquisa "administrativa" (voltada para os objetivos cognitivos inerentes ao sistema dos *mass media*) e a pesquisa "crítica" (observadora atenta das relações entre a mídia e a vida social), esse arco teórico passará por uma *distensão* gradativa. Nos países anglo-saxões as investigações de base empírica, conduzidas por uma sociologia de caráter experimental e quantitativo, levaram à geração de modelos que, pouco a pouco, acabaram por ressaltar a capacidade interpretativa do receptor. Já na Europa, a tradição crítica - alimentada pelos mestres da suspeita - privilegiando os determinismos de tipo estrutural, relativizava o peso de seus postulados iniciais (como aqueles da Escola de Frankfurt), mas permanecia presa à concepção de que a comunicação mediática é uma "injúria à verdade das relações sociais, à verdade de uma 'verdadeira' comunicação"². Ainda assim, é preciso assinalar - como o faz Castro (1997: 2) - , que é nesse momento que a comunicação deixa de ser entendida como simples meio técnico e aparece como uma relação social configuradora da sociabilidade contemporânea.

"Ao se transformar de "meio difusor" em "sistema produtor de bens simbólicos" - transformação cuja percepção foi o grande mérito da análise adorniana da indústria cultural, a comunicação altera basicamente o registro do seu funcionamento e pode ser considerada como uma instância autonomizada de enunciação."

Como sabemos, será somente a partir do Estruturalismo - considerando-se a recepção relativamente tardia da obra de Bakhtin - que os modelos extraídos da estrutura da língua serão aplicados à compreensão dos fenômenos comunicativos. Reconhecemos, entretanto, as limitações que os pressupostos da Linguística, orientadores da análise semiológica, impuseram à compreensão da globalidade dos processos comunicativos, exatamente porque combinavam a instrumentação técnica dos meios com a instrumentalidade do sentido por eles produzido - tomada então como inevitável. Com a ironia que lhe é peculiar, Debray (1995: 74-75) criticou a conveniência da conjunção entre o desenvolvimento de uma cultura de massa e o crescimento dos "cultos semióticos", o que redundou - a seu ver - numa metaforização e culturalização do paradigma mecanicista americano:

"Por um lado, o desenvolvimento das comunicações de massa ampliava o campo da significação, por outro, os teóricos do código ampliavam seu campo de interpretação: a cultura de massa já não era vulgar, a disciplina universitária já não era elitista. No amor cruzado da agência Publicis pela semiologia e do semiólogo pelas massas alimentícias Panzani, estabelecia-se a troca insólita, à revelia dos protagonistas, entre a popularidade e a sofisticação."

Eliseo Verón, por sua vez, ainda no início da década de 70, dirigia sua crítica não ao curto-circuito Saussure/James Bond ou Hjelmslev/Hitchcock (conforme Debray se refere às análises inauguradas pela revista *Communications*) e sim à pertinência ideológica da noção generalizada de código, tornada equivalente à de norma social. Verón criticava então a conjunção entre dois funcionalismos: o semiológico e o sociológico, responsável por transformar o código no "nome do *consenso social* que torna possível a comunicação"³. Contudo, o modelo linguístico, que encobria todo vestígio social de produção do sentido, já se encontrava à beira da dissolução, e deixava ver - ao contrário - o lugar real do trabalho produtivo do sujeito enunciator: o *discurso*. A partir daí, os componentes sociais da enunciação, manejados por distintos pontos de vista - de Bakhtin a Labov - são eleitos como os índices decisivos para a análise dos discursos.

Em que pese o imperialismo da linguística e sua redução *científica*

do sentido ao signo, a perspectiva estruturalista, contudo, em sua dimensão mais ampla, acabou por possibilitar uma certa contraposição aos modelos comunicativos funcionalistas, que tomavam a mídia como uma estrutura autônoma e auto-suficiente, capaz de formar e controlar os processos sociais, instituindo normas, valores e atitudes sociais.⁴ Porém, no campo das ciências do signo, a questão propriamente discursiva - entendida como produção de efeitos de sentido entre locutores - só emerge verdadeiramente quando a Semiologia abandona a análise imanente do texto (calcada nas noções provenientes da Linguística e da Antropologia) e, apoiada num aparato que combinava marxismo e psicanálise, passa a reenviar o sentido a um modo de produção que é tanto lingüístico quanto social. A esse respeito, é necessário reconhecer a importância de uma noção fundadora como a de *formação discursiva*, criada por Michel Pêcheux, que aliava a noção althusseriana de ideologia àquele assujeitamento à língua assinalado por Lacan⁵. A partir daí, a distinção entre o que cabe ao social e o que cabe ao lingüístico, bem como a maneira pela qual um se articula ao outro, tornar-se-ão o divisor de águas entre as diferentes tendências que passam a disputar a análise do discurso.

Dito isso, nos permitimos um salto, para retomar, numa outra chave, essa origem da significação discursiva, que é *tanto lingüística quanto social*, ou então, de acordo com as formulações de Patrick Charaudeau, que é uma resultante de duas forças ou aspectos: o situacional (material de natureza psicossocial), e o lingüístico (material de natureza verbal). Buscando distanciar-se tanto de um ponto de vista por demais sociologizante, quanto de um outro puramente lingüístico, Charaudeau propõe uma *"teoria do discurso como jogo de comunicação"* em que a significação é apanhada numa espécie de duplo enganchamento entre dois movimentos: um, que vai do psicossocial à linguagem; outro, que vai da língua ao discursivo. Que esse enganchamento se dê na linguagem, mas que não seja exclusivamente lingüístico, é condição fundamental para uma análise do discurso de novo tipo, desafiada pelo dilema enfrentado pela vertente semiótica das filosofias modernizadoras, nesse período em que elas sucumbiram à *miragem lingüística*, conforme apontou Pavel (1990: 7-30).

Se as disciplinas que erigiram o "império dos signos" tiveram o mérito de retirar os mediadores da condição de simples intermediários ou veículos encarregados de transportar o sentido da natureza aos locutores ou destes à natureza, elas acabaram, contudo, por conduzir

à uma autonomização excessiva do discurso, separado tanto do referente quanto do contexto social⁶. O discurso, entretanto, não é verdadeiramente um objeto - no sentido de que não é inteiramente objetivado numa visada puramente linguística - mas um quase-objeto (nos termos de Michel Serres): “*uma população de actantes que se misturam tanto às coisas quanto às sociedades, que sustentam ambos, e que os mantêm*”, tal como escreve Latour (1994: 89).

Nesse sentido, algumas das proposições de Charaudeau - como a do duplo circuito comunicativo, por exemplo - contribuem para relativizar dois papéis comumente atribuídos a uma modalidade particular do discurso midiático: o jornalístico. Esses dois papéis ocupam pólos extremos: um primeiro, privilegia seu caráter *transmissivo*, elegendo-o lugar de reprodução ou de ressonância de um discurso pertencente a uma outra instância; outro, superestima seu poder de determinar os diferentes domínios da experiência e da vida social, transformando-o numa espécie de filtro ou lente que detém o poder de, não apenas induzir ou forçar os sujeitos a uma compreensão unívoca dos acontecimentos, mas capaz de, no limite, produzir o próprio acontecimento, de maneira auto-suficiente. Como anotou Michel Serres, em outra situação, aqui também “*a linguagem quer que o mundo venha somente dela*”⁷.

Nos dois casos, o que conta, na verdade, é o papel que se atribui ao discurso da mídia. Por um lado, ela mesma procura controlar ao máximo sua economia significativa interna, “dobrada” à verdade do objeto que ela deve simplesmente representar, fiel à ilusão referencial que a chamada objetividade jornalística teima em sustentar, de uma maneira paradoxal. Não existem fenômenos nem fatos absolutos, eles são construídos pelo discurso, sabemos bem, mas, mesmo assim, deve-se controlar, regrar, regulamentar (sob a forma de um protocolo) esse movimento da linguagem que não apenas relata o referente, mas o significã. No entanto, seria fácil - e enganoso - atribuir à mídia um *efeito de real* que ela apenas denegaria.⁸ Na verdade, de acordo com a leitura que Maurice Mouillaud extrai de Bakhtin, o discurso jornalístico serve-se de uma estrutura de citações encaixadas, de tal modo que o jornalista não se conecta com fatos, mas com falas, obedecendo a uma estratégia que permite tanto a aproximação quanto o distanciamento diante do discurso de outrem.⁹

Por outro lado, assim que nos pomos a criticar essa auto-legitimação

midiática, arriscamo-nos a conceder a este ou a aquele meio um papel de mediador absoluto, de tal modo que sua economia discursiva, super-dimensionada, acaba por colocar entre parênteses tanto o referente (isso que, no fenômeno, resiste ao discurso), quanto o contexto social mais amplo, que abre o sentido às mais diferentes interpretações. 10 É certo que a mídia possui uma lógica própria, relativamente autônoma, mas não auto-suficiente. Desse modo, a produção de sentido que aí tem lugar deve ser procurada em um gradiente contínuo entre aquilo que o discurso midiático captura e produz (com seus próprios meios, com seu regime significante particular) e aquilo que não apenas lhe escapa, por ser de uma outra ordem, mas que pode, inclusive, produzir um efeito de inversão, de tal modo que o próprio discurso tenha que se dobrar à especificidade dos fenômenos.

Diante disso, algumas abordagens recentes da comunicação procuram realizar dois gestos: ultrapassar a concepção meramente transmissiva da mídia, e relativizar tanto a força com que ela determina outros domínios da vida social, quanto o seu próprio papel de mediador, concebido aqui, segundo Debray (1995: 28-29), como “o conjunto dinâmico dos procedimentos e dos corpos intermédios que se interpõem entre uma produção de signos e uma produção de acontecimentos”. De certo modo, é para resolver esse problema, com seus próprios meios, que Charaudeau propõe a noção de *contrato mediático*, apoiado no postulado de um contrato comunicativo fundador de todo ato de linguagem. Desse modo, a análise do discurso deve ser precedida pela descrição do contrato comunicativo que o regula.

Diferentemente de Debray, que encarrega a *midilogia* da tarefa de “compreender o processo pelo qual os signos tornam-se mundo” (e não apenas de decifrar o mundo dos signos, tal como se propôs a Semiologia), Charaudeau preocupa-se, antes, com o que ele chama de *duplo processo de semiotização*: um processo de transformação, em que um “mundo a significar” é transformado em “mundo significado” pela ação de um sujeito falante; e um processo de “transação”, que faz desse “mundo significado” um objeto de troca com um outro sujeito, que desempenha, então, papel de destinatário desse objeto. (Ressaltemos que o processo de transformação depende do processo de transação)

Encontramos aí o encaixe do duplo circuito comunicativo, habitado por dois tipos de sujeito: os parceiros da troca comunicativa, os *interlocutores*, seres sociais dotados de uma intencionalidade, denominados sujeito comunicante e sujeito interpretante; e os *protagonistas*, os intra-locutores, seres de fala, donos de um ato de enunciação, denominados sujeito enunciador e sujeito destinatário. Como ressalta o autor, entre esses dois tipos de sujeito há um condicionamento relativo, mas não uma transparência absoluta. 11

2. O postulado do contrato comunicativo

Antes de propor uma *tipologia das condições de realizações dos textos* capaz, por exemplo, de distinguir um contrato *propagandista* de um contrato de *debate*, Charaudeau serve-se de três observações acerca das condições mínimas de todo e qualquer contrato comunicativo: a) os parceiros devem atribuir um ao outro o papel de interlocutantes; b) os parceiros, ao produzirem signos de intercâmbio, constatarem que suas intenções de comunicar não se refletem nos propósitos de um e de outro; c) o reconhecimento recíproco dos parceiros não existe como dado, por isso deve ser construído socialmente; d) para que o interlocutante possa atribuir pertinência a seu propósito, o sujeito falante deve ligar-se a um domínio do saber, do contrário será desqualificado. 12

São essas condições que asseguram o postulado da intencionalidade ou o direito à fala, desdobrado em três tipos de reconhecimento: do Saber (“um domínio em termos de *discurso sobre o mundo*”), do Poder (que mede o “*grau de adequação que se estabelece entre a identidade psicossocial do sujeito e seu comportamento enquanto ser linguageiro*”) e do Saber fazer (“*que permite julgar o sujeito competente em sua ação de sujeito que comunica*”). Transposto para o domínio da *informação mediática*, esse contrato, agora caracterizado como situacional, se abre numa dupla chave: 1º) um *espaço (externo) de limitações*, que condiciona, respectivamente: a identidade dos parceiros (“*instâncias de produção e de recepção*”); a finalidade do ato de comunicação (ser, simultaneamente, um portador de informações e um desencadeador do desejo de consumir mais informações) e as circunstâncias materiais dos meios (o tempo, o espaço e o canal de transmissão); 2º) um *espaço (interno) de estratégias*, dependentes do primeiro, e que diz respeito ao comportamento propriamente discursivo. Essas estratégias são de dois

tipos: de *credibilidade*, visando à produção de efeitos de verdade; e de *captação*, atingindo os universos de crenças e os estados emocionais, através dos efeitos de dramatização e de ludismo.¹³ Esse contrato também comporta aquele duplo ato de semiotização do mundo, firmado na transformação e na transação, tal como descrevemos anteriormente.

Não é difícil reconhecer a rentabilidade de um modelo como esse descrito acima, aplicável a todas as formas de comunicação estratégicas, guiadas por uma finalidade precisa - informar ou persuadir - e firmadas num conjunto de procedimentos profissionais rigidamente organizados. Sabemos quanto o rendimento de um procedimento metodológico depende do controle sobre o recorte que ele efetua. Entretanto, gostaríamos de ressaltar o quanto a “*problemática comunicativa-descritiva*” (nos termos de Charaudeau) ainda não se distanciou suficientemente daquele paradigma, que, de acordo com Parret (1977: 16), reduz o “*sujeito social e comunitário a um comunicador, e em seguida a um informador, como se a intersubjetividade (ou co-subjetividade) fosse equivalente à comunicabilidade e toda comunicação, a uma transferência de informação*”. Parret critica aqui a transformação generalizada das disciplinas pragmáticas em pragmáticas da comunicação, animadas pelo vínculo – indissolúvel ? - entre a teoria da comunicação e a intencionalidade, e distingue radicalmente o conceito de *ser-em-comunidade* ou de *intersubjetividade* do conceito de comunicação guiado pelo princípio do cálculo, do jogo finito, da racionalidade estritamente econômica:

“É difícil imaginar, por exemplo, como se evitaria a intencionalidade numa teoria da comunicação - o conceito pivô sendo então o de intenção de comunicação, em sua dialética com o reconhecimento dessa intenção, reconhecimento esse que completa um miniciclo comunicativo. É difícil ver, por outro lado, como injetar a intencionalidade num definiens mínimo da intersubjetividade ou do ser em comunidade, sem que seja perigosamente caracterizada por uma transparência excessiva, por uma consciência excessiva ou por idealização exagerada. O sujeito-em-comunidade, mesmo e principalmente no nível de seu discurso, é mais que um comunicador, é mais do que um informador 14 .

O abandono desse paradigma, como já ressaltou o próprio Charaudeau, implica a incorporação de uma outra problemática, do tipo “representacional-interpretativa”. Será necessário, então, identificar em que medida essa dupla noção de contrato - um mais fundamental, de natureza ontológica, outro firmado na finalidade particular - situacional - de cada meio, recebe aí uma outra modulação. Se não nos enganamos, aquilo que Charaudeau denomina *situacional* atende, em parte, às reivindicações de um modelo *praxeológico* da comunicação, tal como descrito por Quéré. O que é decisivo aqui é o abandono de uma concepção “representativista” ou “representacional” da comunicação, enquanto um “*processo de produção e interpretação de signos através dos quais os parceiros da interação tornam mutuamente manifestos os fatos, as hipóteses e os pensamentos que querem veicular uns aos outros*”¹⁵, em favor de uma concepção “praxeológica”, em que a comunicação torna-se uma atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista partilhado, como base para a inferência e a ação.

Sabemos bem o quanto é exigente a metodologia adequada à análise do discurso, que parte das limitações do contrato comunicativo, com suas finalidades particulares, desenha um espaço de estratégias e alcança a caracterização de gêneros e a determinação de suas variantes. Gostaria, mesmo assim, de insistir em algumas perguntas, talvez por demais imantadas ao registro do empírico: quem é que firma o contrato comunicativo e em que condições? Isso parece ser fundamental para se compreender o papel desempenhado pelo sujeito, para saber, enfim, se ele ocupa o lugar de um isso ou de um eu (relembrando a conferência inaugural deste Simpósio, proferida por Charaudeau). Como então transpor esses tipos ideais de situação para o domínio do discurso mediático, para além do campo do discurso publicitário ou jornalístico? Quais seriam, por exemplo, os contratos situacionais que animam a histeria 24 horas da rede Cartoon-Network? Ou então: qual o contrato que se estabelece quando as crianças se vêem diante da antropomorfização alucinada dos objetos conduzida pelo Gato Félix? Certamente, os contratos não são todos do mesmo tipo. Os exemplos, mencionados desse modo, parecem caricatos, eles parecem não levar o conceito a sério, eles são desprovidos de mediações, eles literalizam a noção de contrato, eles parecem ter saltado da via empírico-dedutiva...

Talvez seja mais do que isso. E se estes exemplos indicassem, ao

contrário, que não há nenhuma evidência de que a linguagem começa pelo contrato? Nada assegura que a linguagem seja informativa ou comunicativa. Nada garante que a comunicação, portanto, comece pelo contrato. Sabemos o quanto esse contrato é construído social e intersubjetivamente - como Charaudeau sempre sublinha - contudo, insistimos em perguntar como e quando ele é firmado. Esperamos que essa insistência não seja tomada como implicância... O que importa é assinalar que a comunicação não é de todo comunicativa - no sentido de que ela não é apanhável de todo pela problemática "comunicativo-descritiva", e daí o aceno - como faz o próprio Quéré (cada vez mais constante na abordagem hermenêutica), essa inimiga feroz da semiologia...

3. Para além do contrato comunicativo: a comunidade e o desentendimento

E se fosse possível recuar ainda mais essa origem do contrato comunicativo, até alcançar os postulados primeiros da lingüística e compreender de um outro modo a relação entre o situacional e o lingüístico? Ao invés de definir a linguagem apenas como estrutura comunicativa (ainda que intersubjetiva) ou informativa, Deleuze, Guattari (1995: 21) definem-na por uma dimensão pragmática que lhe é imanente, e que não recorre, portanto, a fatores extrínsecos, mas "*destaca variáveis de expressão ou de enunciação que são para a língua razões internas suficientes para não se fechar sobre si*". Trata-se, aparentemente, de uma afirmação paradoxal: o que é imanente à língua é justamente aquilo que a faz escapar a todo fechamento auto-referencial (é isso o que está em jogo na passagem daquilo que está implícito na língua para o que lhe é co-extensivo). A linguagem é um vasto conjunto de palavras de ordem - função que lhe é co-extensiva, indo sempre de um dizer a um dizer (reconhecemos logo Bakhtin e o discurso indireto livre.). Para Deleuze e Guattari, a pragmática - essa política da língua - se insinua por toda parte, livre daquela purificação científica levada pela Linguística, firmada em quatro postulados: a) concepção da linguagem como puramente informativa e comunicativa; b) pressuposição de uma máquina abstrata da língua, inteiramente independente de qualquer fator extrínseco; c) caracterização da língua como um sistema homogêneo, constituído por constantes e universais; d) eleição da língua padrão como o único objeto digno de um estudo *científico*.

Na direção contrária à da Linguística e à da Semiologia, uma

pragmática assim reformulada aborda os regimes de signos de uma outra forma. Para Deleuze e Guattari, um regime semiótico não se confunde com o regime *do* significante, na sua acepção lingüístico-lacaniana. Um regime de signos é uma formalização de expressão específica, constituída por uma forma de expressão e de conteúdo (nos moldes de Hjelmslev) que remetem a agenciamentos de sentido que não são exclusivamente lingüísticos, mas acolhe toda uma heterogeneidade de matérias expressivas, que abrangem tanto os domínios semióticos quanto os domínios extra-lingüísticos, não-humanos, tecnológicos, biológicos, estéticos. Mais do que uma semiótica, o que se busca é uma pragmática na qual a linguagem “nunca possui universalidade em si mesma, nem formalização suficiente, nem semiologia ou metalinguagem gerais”.¹⁶

Também Parret (1988: 73) atribui à busca dos fundamentos da pragmática a possibilidade de reencontrar as heterogeneidades discursivas, constituintes do ser-em-comunidade, para além dos valores do paradigma dominante, calcados na *veridicção*, na *comunicabilidade* e na *economia das trocas*. Ao contrário do que prescreve esse paradigma, toda troca comunicativa apresenta-se como a dialética de um fazer persuasivo e de um fazer interpretativo. O discurso, aqui, só é significativo na medida em que é apanhado *na e pela* comunidade comunicativa ou enunciativa:

“O dizer verdadeiro que é veridicção não existe enquanto ato solipsista mas através de uma sanção que emana da comunidade intersubjetivante. Não há veridicção fora da contratualidade que consagra o caráter de qualquer enunciado. A veridicção repousa sobre transações epistêmicas: o dizer-verdadeiro é um fazer-creer, sancionado por parte do enunciatário, por um creer verdadeiro. A transferência da verdade, função primária do discurso, é opacificada por sobre-determinações epistêmicas que são essencialmente dialógicas, conversacionais ou interacionais.”

Parret irá ainda mais longe, ao propor uma estetização da pragmática, conduzida - à maneira de Kant - por um *modus aestheticus* (em contraposição a um *modus logicus*), dedicada à busca das fimbrias estéticas do objeto pragmático¹⁷. Se o *campo dos media*¹⁸ só é objetivado em parte, quando aparece recortado em um contrato ou

em um gênero discursivo, não seria preciso procurar também pelas margens ou fimbrias da comunicação? É possível que encontremos aí um objeto de novo tipo, oferecido à Análise do Discurso: um objeto estético. Certamente, ele surge no lugar o mais inesperado, como música ouvida ao acaso.

Se isso for possível, a Teoria da Comunicação e a Análise do Discurso, no momento de construção de seus objetos, não mais terão que estabelecer uma fronteira rígida entre as linguagens “poéticas”, de abertura para o mundo, e as formas intramundanas de argumentação e validação. Sob esse prisma, a noção de comunidade, antes de sugerir o estabelecimento de um consenso despido de conflitos, base das significações compartilhadas pelos atores sociais, concerne também - como escreve Jacques Rancière - ao “paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos em uma articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser. 19

Se é assim, a análise da produção de sentido que envolve os discursos midiáticos deverá submeter as noções de contrato e de transação, de comunidade e de intersubjetividade, ao crivo das questões que enlaçam o consenso e o desentendimento.

NOTAS

- 1 WOLF. Teorias da comunicação, p. 17.
- 2 SFEZ. Crítica da comunicação, p. 99. Como aponta Mario Wolf, essa oposição foi superada graças à combinação de 3 fatores: a fusão entre a sociologia do conhecimento (de matriz européia) e a *mass communication research* (matriz americana); a ampliação do quadro explicativo sociológico através da abertura à multidisciplinariedade; adoção de uma perspectiva temporal que passou a estudar os efeitos proporcionados pela mídia a longo prazo, buscando mais a influência de fundo que as causas imediatas. Cf. WOLF. Teorias da comunicação, p. 13.
- 3 VERÓN. A produção de sentido, p. 96. Para Verón, a configuração ideológica da noção de código comporta 4 traços: 1) concepção “repertorial” do sistema signifiante; 2) postulação do paralelismo entre a ordem do signifiante e a do significado; 3) concepção subjevista-instrumentalista

- do sujeito enunciador, que serve-se do repertório significante com a intenção de comunicar; 4) ao sujeito enunciador só resta a possibilidade de escolher e combinar unidades já prontas. Cf. VERÓN, op. cit. p. 92.
- 4 FAUSTO NETO. *Estruturalismo e comunicação*, p. 175.
- 5 Sobre a noção de formação discursiva, cf. PECHEUX. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio, pp. 151-185.
- 6 Sobre essa questão, cf. LATOUR. *Jamais fomos modernos*, p. 62-64.
- 7 SERRES, apud LATOUR. *Jamais fomos modernos*, p. 82.
- 8 Cf. BARTHES. *O efeito de real*. p. 158-165.
- 9 MOUILLAUD. *Crítica do acontecimento ou o fato em questão*, p. 26-27.
- 10 LATOUR, B. 1994, p.62-64.
- 11 CHARAUDEAU. *Une analyse sémiolinguistique du discours*, p. 99-102.
- 12 CHARAUDEAU. *Para uma nova análise do discurso*, p. 23-25.
- 13 CHARAUDEAU. *Le contrat de communication de l'information médiatique*, p. 8-19.
- 14 PARRET. *A estética da comunicação*, p. 17.
- 15 QUERÉ. *D'une modèle épistémologique de la communication a um modèle praxéologique*, p. 73. (Cito aqui a tradução inédita de Lúcia Lamounier e Vera Lígia Westin. DCS/FAFICH-UFMG, 1996).
- 16 DELEUZE e GUATTARI. *Mil Platôs*, vol. 2. p. 62-63.
- 17 PARRET. *Estética da comunicação*, pp. 24-25. Essas fimbrias constituem "pequenas ontologias", e seu efeito é da ordem do "ofuscamento, do tremor, do transtorno, da convulsão, do delírio".
- 18 O conjunto dos meios de comunicação de massa deve ser compreendido com relação à sua maior ou menor inserção no domínio daquilo que Adriano Duarte Rodrigues denomina campo dos *media*: "instituição de mediação que se instaura na modernidade, abrangendo (...) todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objetivos e ao respeito dos seus interesses". Cf. RODRIGUES. *Estratégias da comunicação*, pp. 152-196. Aqui é importante ressaltar que nem todas as funções dos *mass media* se inserem na lógica institucional do campo dos *media*, assim como diferentes formas de mediação encontram sua realização fora do âmbito dos meios de comunicação

- 19 RANCIÈRE. **O desentendimento**, p. 67. Ainda sobre esse tema, cf. o texto de Francis Jacques, "Consensus et conflit: une réévaluation", in PARRET (Org.) *La communauté en paroles*, p. 97-124.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 158-165: O efeito de real
02. BONNAFOUS, Simone. Linguistique et communication: une rencontre obligée. *CinémAction*. Les théories de la communication, n. 63. Paris: Corlet-Télérama, mar. 1992, p. 47-52.
03. CASTRO, Maria Céres S. **Elementos constitutivos da mídia na contemporaneidade**. Belo Horizonte: DCS/FAFICH, 1997, p. 2. (Inédito).
04. CHARAUDEAU, Patrick. Le contrat de communication de l'information médiatique, *Le français dans le monde*. Médias: faits et effets". Paris: EDICEF, jui., 1994.
05. _____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*. Les analyses du discours en France. n. 117, Paris: p. 96-111, mars 1995.
06. _____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. (Org.) **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-43.
07. DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
08. DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
09. JACQUES, Francis. Consensus et conflit: une réévaluation. In: PARRET, Herman (Org.) *La communauté en paroles: communication, consensus, ruptures*. Liège: Mardaga, 1991.
10. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
11. MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão,
12. MOUILLAUD, M., DAYRELL, S. (Org.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
12. NETO, Antônio Fausto. **Estruturalismo e comunicação**, MARI, H., DOMINGUES, I., PINTO, J. (Org.) **Estruturalismo: memória e repercussões**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

13. PARRET, Herman. *A estética da comunicação: além da pragmática*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
14. _____. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
15. PAVEL, Thomas. *A miragem lingüística. Ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas: Pontes, 1990.
16. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1988.
17. QUÉRÉ, Louis. "D'une modèlle épistémologique de la communciation a un modèlle praxéologique". *Reseaux*, n. 46-47. Paris: Tekhe, mar./abr., 1991.
18. RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Rio de Janciro: Ed. 34, 1996.
19. RODRIGUES, A. Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1990.
20. SERRES, Michel. *Éclaircissements. Entretiens avec Bruno Latour*. Paris: Flammarion, 1994.
21. SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
22. VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
23. WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1997.

Discursos e psicanálise

CÉLIO GARCIA

Questão preliminar

A ronda dos discursos constitui a realidade humana, ou ainda, a língua, já que incompleta, fala de algo externo à linguagem. Quando passamos de um discurso para outro, estaríamos enunciando a dita realidade, com articulação que é própria a cada discurso, considerando-se homogêneo, para cada caso, o respectivo discurso, ou o discurso e sua teoria carecem de uma proposição, essa que diria que falta sempre alguma coisa?

Certamente que o problema não escapa às observações mais recentes, como esta encontrada em Maingueneau (1995)¹: *“Na realidade, uma disciplina não pode se dar, como objeto de estudo o uso real da língua, sem declarar a partir de que ponto de vista ela veio a constituir o real nomeado”*.

Jacques Lacan e a teoria dos quatro discursos

A teoria dos quatro discursos nos é apresentada sob a forma de um elegante grafo orientado com quatro lugares 1. Agente, 2. Verdade, 3. Significante mestre, 4. Produção de saber, a serem ocupados por quatro figuras a saber, S (o sujeito), S1 (o significante mestre), S2 (o saber produzido), e a tal coisa exterior, ou seja, (a), no lugar da verdade. Dispensava essa teoria a declaração, a saber, se há ou não um saber no real; efetiva, ela nos diria como conduzir o analisante através de sua cura, já que o discurso do analista permite passar ao avesso dos outros três discursos, respectivamente, discurso do mestre, discurso do universitário, e discurso da histérica.

Questão 1. Saber no real?

De fato, há um saber no real de que se ocupa a ciência, cabendo à Psicanálise, num gesto “hiper-científico”, acrescentar ao discurso da ciência uma proposição a mais; precisamente a proposição que diz:

não há relação sexual. Mas, essa proposição não é detectável por um discurso. Assim, a Teoria dos quatro discursos não é uma teoria do discurso. Ela é o avesso da Psicanálise, para o qual, toda vez em que o sujeito ocupa o lugar da verdade, como nas máquinas de Turing, há uma “parada”, a fita da máquina assim como a análise não são intermináveis.

Questão 2. Conjunto dos discursos?

Os quatro discursos em conjunto perfazem o conjunto dos quatro discursos? Não. Não há universo do discurso. Não existe o discurso completo $S, S, \dots S=A$ é uma ficção. Não existe A como universo total dos significantes, de fato a notação nos daria $S1, \dots, S2$, conforme Miller². A expressão $S \rightarrow A=A$ repete o paradoxo denunciado por Russell, ou seja, a função não pode se predicar a ela mesma. Assim, a notação $f(f(x))$ teve que ser retirada de circulação. No caso presente, A aparece uma primeira vez como significante, uma segunda vez como termo geral. Russell já o havia previsto, quando aponta para o paradoxo. O termo não pode se predicar a si mesmo. Em vez de enveredar pela teoria dos tipos, solução de Russell, Lacan vai lançar uma série de enunciados existenciais negativos, em contribuição original, muitas vezes em contraponto à lógica. É uma ronda complicada! Se há um saber no real que é não integrado no discurso, se o conjunto dos quatro discursos também não obedece à regra da integralidade, então qual seria o estatuto da teoria dos quatro discursos?

Nesse sentido, encontramos uma advertência em Lenoble³ “haveria, eventualmente, paradoxo em se tentar isolar a estrutura da linguagem ao mesmo tempo em que pretendêssemos fundar sobre ela uma tipologia definida para os discursos. Por esse expediente (estrutura da linguagem), Lacan teria caído no pressuposto, já criticado por Wittgenstein, que consistiria em considerar a linguagem como uma abstração, pois como o assinala Bouveresse, “é somente nesses termos que ela pode pretender possuir unidade e sistematicidade.”.

Questão 3. Discurso do capitalista.

No plano do coletivo (político), o discurso do capitalista a que faz menção Lacan⁴, único a não ser incluído na quadra, (por isso, chamei-o o “discurso que sai fora”) daria conta do que não foi integrado pelos outros quatro?

Articulado num ciclo fechado de livre acesso ao gozo (encontrando-se a castração forcluída), este discurso não se deixa transformar pela rotação de um quarto de círculo a cada vez (como na meia volta, volver! à direita e à esquerda), o que permitiria passar de um discurso para outro. A referida rotação, aplicada aos outros discursos, permite o trajeto de um para outro, contanto que se observe a direção ora num sentido ora num outro, pois que um ponto cego impede a passagem entre produção e verdade. Diante de tal discurso, nosso interesse se volta para a “análise do discurso” de Michel Pêcheux. Jovem pesquisador, freqüentador do círculo onde ensinava Jacques Lacan, Pêcheux se destaca pela originalidade de sua proposta. Na mesma época, Michel Foucault, Barthes e outros pesquisadores demonstraram grande interesse pelo discurso. Ao avaliarem o que tinha sido a grande voga da Linguística saussureana (suas pretensões de unidade, sistematicidade, seu caráter abstrato), estes autores punham em marcha uma abordagem que não se reduzia aos aspectos comportamentais vigentes em autores, como Berelson (*Content Analysis*). Daí resulta a noção de “discurso”, tal como a entendeu a “escola francesa”, “discurso” a meio caminho entre a língua e a palavra, enriquecida pelo aporte da Psicanálise, marcada pelo interesse e relevância na análise política, sem os inconvenientes trazidos pela *content analysis*. Desse debate logo tomou parte Pêcheux⁵.

A teoria do discurso político de Michel Pêcheux

Havia por parte de Michel Pêcheux uma tentativa de manter compatibilidade da análise do discurso com a Psicanálise de Jacques Lacan (determinismo do inconsciente, desconhecimento por parte do sujeito, interpretação sem fazer apelo ao sentido), ao mesmo tempo em que se resgatava a análise política da situação, isto é, o impasse devido à ilusória homogeneidade dos discursos. Que pensar da hegemonia, caso ela existisse, de um dos discursos? Logo em seguida trataremos do tema, crucial para nós, na atualidade.

Vejam algumas definições fornecidas pelo próprio Pêcheux, ainda que sob o pseudônimo de Herbert⁶: *Com efeito, “acrescentemos que por um lado, esse Sujeito, com S maiúsculo, - sujeito absoluto e universal – é exatamente o que Lacan designa como grande Outro, e que por outro lado, ainda segundo a fórmula do mesmo Lacan, ‘o inconsciente é estruturado como uma linguagem’, isto é, o recalçamento inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente interligados’.*

Pêcheux⁷, ao articular formação ideológica, grande Outro e discurso, nos fornece uma teoria do discurso, graças a três elementos:

Formação ideológica:

Elemento susceptível de intervir na conjuntura ideológica característica de uma formação social: cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais. Formações discursivas (formações sociais): componente das formações ideológicas, a serem apreendidas em função das condições de produção, das instituições que as implicam, das regras constitutivas do discurso.

A forma sujeito:

Graças à forma-sujeito, expressão introduzida por Althusser, todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática, se ele se reveste da forma sujeito. A “forma –sujeito” é, com efeito, a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente de práticas sociais, pois as relações sociais de produção incluem, necessariamente, como parte integrante, as relações sociais, juridico-ideológicas, as quais para funcionar impõem ao indivíduo a forma sujeito.

O discurso:

A forma sujeito, graças à qual o sujeito do discurso se identifica à formação discursiva que o constitui, tende a absorver (ou fazer esquecer) o inter-discurso no intra-discurso, de sorte que o inter-discurso aparece como o anteriormente-dito do intra-discurso, com o qual ele se articula por co-referência.

A saga da noção de discurso

Alguns anos se passaram...e com eles havíamos vivido um “desastre obscuro”⁸ com o final da União Soviética, a queda do muro de Berlim, o descrédito das ideologias e sua análise, o que resultava numa verdadeira saga em torno da noção de discurso. Em 1983 Michel nos deixou “Le discours: structure ou événement?”. A partir de um acontecimento em 10 de maio de 1981 com a eleição de François Mitterand para a presidência da República e o slogan “on a gagné”, Michel levanta a questão até hoje em pauta: qual o estatuto das discursividades que atravessam um acontecimento, ao se cruzarem proposições de aparência estável, susceptíveis de resposta unívoca,

sem esquecer desta vez formulações irremediavelmente equívocas. Citando Jean Claude Milner, Michel reconhece que a pesquisa lingüística atestava esse jogo de diferenças e alterações finalmente reconhecido, não como uma amostra de conteúdo amolecido de um núcleo lógico duro, mas como heterogeneidade constitutiva. O termo estava lançado, e com ele se anunciava um desastre para a noção de discurso. Ao comentar o que escapava à intuição estruturalista, comenta em nota ao pé da página que este problema constitui um dos pontos fracos da reflexão althusseriana...e as aplicações desta reflexão no domínio da análise do discurso na França.

Exemplos de nossa prática aqui no Brasil

A linguagem e diferentes registros ou tipos de forma na língua.

Michel assinala que, no momento em que se faz a revisão do estruturalismo na Europa (início dos 80), há, no espaço latino-americano, grande implicação com os princípios da análise do discurso, provenientes do estruturalismo, isto é, a linguagem como defesa e como ataque: o “dissenso” e o “prejuízo” e a linguagem como instrumento da comunicação: “competência comunicativa” e “intenção de se fazer entender”. Há, portanto, obstáculos na comunicação verbal não necessariamente a serem imputados à dificuldade de compreensão; vejamos o que acontece no plano do discurso.

A linguagem coloquial, essa de todos os dias, oferece oportunidade para emprego e estabilização de variadas formas de comunicação verbal. Há, sabidamente, uma forma de falar intitulada “norma culta”, habitualmente preferida, ou privilégio de uma camada social, certamente aquela que mais tempo permaneceu na escola. A “norma culta” é a única admitida em documentos oficiais, nos jornais de prestígio; a Academia Brasileira de Letras está encarregada de zelar por ela. Ao lado desta, há outros modos de falar. A “análise do discurso” pode ser de alguma utilidade na abordagem da questão.

Tomo um exemplo concreto. O confronto entre forças sindicais (FUP, ou seja, Federação Única dos Petroleiros) e o Governo sempre foi admitido, nos momentos mais tensos da crise, como susceptível de negociações, cada um lançando conclamações para um início de entendimento entre as partes. Na base do conflito está, como fica documentado na decisão do TRT, um acordo firmado durante o governo Itamar Franco, acordo este considerado como não válido

pela Justiça do Trabalho. Qual teria sido a dificuldade? Formalismo por parte do poder judiciário?

Vamos examinar a questão do ponto de vista da linguagem enquanto meio de comunicação e veículo dos enunciados a serem interpretados uma vez formulados e postos em circulação por ambas as partes. A linguagem seria um meio de integração social, de compreensão? Estariam os falantes sempre imbuídos de uma intenção de se fazerem entender? É pouco provável.

Consideremos o confronto por ocasião do diálogo e mesmo por ocasião da argumentação em termos de “dissenso”. Estabeleçamos distinção entre “dissenso” e os tradicionais conflitos jurídicos conhecidos pelo nome de litígio. Diferentemente de litígio, “dissenso” seria o caso de conflitos entre duas partes para as quais não haveria solução equitativa já que não existe regra que se aplique à argumentação em jogo. Se aplicássemos às duas partes a mesma medida como acontece em se tratando de um contencioso jurídico, estaríamos causando um “prejuízo”. O termo não estando no âmbito do direito e da moral não assume as conotações habituais; a tese a justificar diria: um “dissenso” produz um “prejuízo”. Faço questão de esclarecer: não se trata, tampouco, de “dano”. “Dano” provém de infração a regras, e pode ser reparado desde que voltássemos às regras do discurso transgredido. “Dano” pode ser compensado, “prejuízo” é irreparável. Temos um “prejuízo” quando as regras do discurso que fundamentam nossos julgamentos não são mais as mesmas que as regras do discurso e julgamento do outro. “Prejuízo” pesa mais que “dano”, pois que ele priva os que são por ele afetados da condição de recorrer a um meio discursivo para se chegar à prova graças a regras intersubjetivamente reconhecidas. Não existiria, por conseguinte, uma regra com validade universal para os diferentes discursos em pauta.

Pode haver “dissenso” quando houver: 1) heterogeneidade quanto às fontes das frases reunidas por ocasião de um discurso; 2) incompatibilidade dos diferentes regimes de frases, no caso de um único gênero de discurso o qual aplainaria a pluralidade conflituosa; 3) heterogeneidade não menos radical dos diferentes gêneros de discursos entre si. Os três aspectos definidos podem ser encontrados no encadramento das frases de uma mesma situação. Se não há regras aplicáveis a um discurso de nível mais elevado que venha integrar todos os gêneros de discurso a fim de termos um texto coerente, não

há regime de frases englobando todas as frases; o encadeamento de unidades do discurso permanece injustificado, assim como sua necessidade intrínseca. “Prejuízo” reside na impossibilidade de haver um encadeamento após uma frase, após um acontecimento, um e outro exigindo uma frase ou uma resposta. Mas se a inevitabilidade do “prejuízo” persiste, se ela é uma exigência, ela não é propriamente amoral; bastaria trabalhar tanto quanto possível com a noção de “acontecimento”. Trata-se do que é acontecimento antes mesmo que sua significação, sua conotação sejam determinadas ou determináveis. Vamos prosseguir em nosso estudo da linguagem.

Uma segunda questão será trazida à nossa consideração - ela diz respeito à negação. Se há uma palavra que as crianças empregam desde a mais tenra idade, esta é certamente “não”. Além das crianças, outros falantes empregam de maneira por vezes ardilosa esta palavrinha. Tão conhecida nossa, ela merece atenção especial se quisermos compreender as técnicas, os jogos embutidos na linguagem. Eu disse “técnica”, “jogos de linguagem” para chamar a atenção para a necessidade de uma análise da linguagem. Vamos a Freud, grande estudioso de *linguagens que jogam*; nesse autor encontraremos uma análise fina da questão que nos ocupa.

Freud: o jogo da negação

Volto a Freud inclusive, pois no tratamento dado à negação vamos encontrar uma pista para a última parte de meu trabalho, ou seja, a duplicidade, aqui encarada sem conotações morais, mas meramente discursiva. A esta figura demos o nome de “bifurcação”, ou “a nova ordem discursiva”. Aguardemos.

O texto de 1925 intitulado “A negação” traz contribuições indispensáveis para a análise que nos propomos. Inicialmente, Freud reconhece a grande habilidade demonstrada pelo paciente que lhe diz, após o relato de um sonho: “o sr. vai pensar que era minha mãe que estava no sonho”...mas, continuaria o falante astucioso, “não é minha mãe”. “Enfim, era e não era”, poderia ter concluído. De fato, a habilidade do falante está demonstrada em poder ele atribuir a Freud, seu analista, seu interlocutor, uma das alternativas no manejo da negação no interior do discurso, ou seja, “era minha mãe”, guardando a segunda alternativa para si mesmo, ou seja, “não era minha mãe”. Assim é, pois os falantes manejam, com grande habilidade, a negação; ou seja, o falante tem pressa, uma vez que ele tem uma frase que

afirma, ele a transforma em seu contrário atribuindo-a a seu parceiro-interlocutor. Mais tarde ele (“cínico”) verá o que se pode fazer.

A pesquisa de Freud não se restringiu ao capítulo da negação; foi ele encontrar um outro tipo de negativa que ele chamou “denegação”. Aqui o falante tinoso, vai declarar - “eu sei, mas mesmo assim...”. Menos bem sucedido no uso do artefato, este falante termina por mentir a si mesmo. Não nos interessam aqui as patologias logo constituídas graças às análises de Freud, nem os rótulos psicopatológicos que vêm enquadrar o discurso em questão. Procuramos identificar recursos articulados pelo discurso; a Clínica do Social tem que os levar em conta⁹.

O “cinismo”. O discurso dos MMR (Meninos e Meninas de Rua)¹⁰

Como disse acima, valho-me de observação que dá conta de obstáculos na comunicação, na abordagem de MMR, quando são assinalados aspectos peculiares do falar do MMR. De início, atribuímos o termo “discurso cínico” a este falar. Vamos elaborar uma aproximação para a noção de “cinismo”.

O “cinismo” antigo, pelo menos em sua origem grega, era insolente. Sua insolência é sugestiva, merece nossa atenção. Ele não se limitava a um jogo, nem sempre suas intervenções terminavam em episódio cômico; nele podemos descobrir uma curiosa maneira de argumentar que nos afasta de ideais inacessíveis. O “cinismo” encontra uma maneira nova de dizer a verdade. Encontraremos, desde o início de sua história, a Psicanálise envolvida com o “cinismo”; podemos dizer que, de início, ela hesita em atribuir ao “cinismo” um estatuto claro. Há mesmo um texto que toma como objeto de estudo o “cinismo”, onde pacientes “portadores de traços de cinismo” foram objeto de observações; para este autor, o “cinismo”, em suas manifestações, quase sempre resultava em agressões ao analista. Rotulado como infantilismo, sinal de neurose grave, ambivalência, oferecia finalmente o mecanismo “cinismo” oportunidade de descarga afetiva para o portador de tal traço. Na mesma linha, dizia-se - “o cínico ataca o mundo externo ao tentar resolver ou liquidar um conflito interno”; livra-se ele assim, temporariamente, de um sentimento de culpabilidade. A eventual cólera do outro lhe fazendo prazer, o “cínico” encontra prazer narcísico em seus próprios comentários. Entretanto, a própria Psicanálise pôde mudar de abordagem: vamos reconhecer que há um exagero em certos discursos; há uma

“patologia” a ser diagnosticada.

Patologia do “discurso cínico”

Existe efetivamente uma patologia do “discurso cínico”, sendo ela encontrada no discurso da propaganda produzida pelo nazismo, para tomar exemplo radical entre outros. Tal tipo de discurso, para desespero dos estudiosos, analistas de discurso e autores que sobre ele se debruçaram, foi chamado “discurso como si”, a tal ponto ele é inabordável, a tal ponto a verdade é submetida a processo psicotizante. Aliás, a mesma expressão “como si” foi usada por psicanalistas ao se referirem ao processo de desrealização encontrado na psicose. Em termos abrandados, porém de grande atualidade, o mesmo “discurso cínico” pode ser encontrado na sociedade do “simulacro”, que é, precisamente, a nossa nos tempos que correm, onde a verdade é posta de lado contanto que se consigam eficácia e lucros.

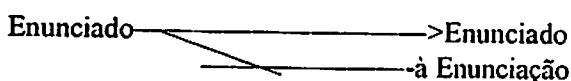
A questão do “cinismo” (entendido como duplicidade, bifurcação) terá que ser por nós retomada, agora já no plano de um discurso político atual. Uma curiosa tensão que nos interessa sobremaneira desvendar, vai nos ajudar a progredir em nossa análise. Com isso teremos, eventualmente, desvendado a saga em que se constitui o episódio “discurso” na história das disciplinas que lidam com a linguagem, seus jogos.

A nova ordem do dois

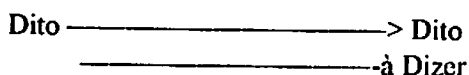
Com o desgaste das ideologias, com o “desastre obscuro”, tivemos que reconhecer a heterogeneidade inscrita no discurso do próprio sujeito: donde os termos bifurcação, transação. “Transação”, nós a encontramos, por exemplo, em Milner¹¹; ela articula duas posições funcionais localizadas de um lado e de outro do operador. Em vez de uma única posição, dita posição progressista, sustentada que foi nos anos 60 por nossos ideais revolucionários, temos agora duas posições. O mesmo esquema fornece cada vez uma única resposta; uma única solução vem a ser considerada no desdobramento habitual de uma proposição. A ordem própria à transação, na sua versão geral, tem o seguinte enunciado: nossos princípios podem e devem transigir com a inevitável realidade. A figura da transação se apresenta como múltipla; corresponde ela inteiramente ao espírito do nosso tempo. Também chamada de “reflexividade generalizada” (confira Giddens¹²). Freud conhecia esse tipo de operador. Assim, pôde ele responder a Jung: mesmo considerando que a libido é uma só, temos

que dizer que há dois tipos de pulsão. O tratamento dado por Freud ao problema da negação (1925), o manejo hábil da questão faria com que ele pudesse dizer ao seu paciente: não é sua mãe (e ao mesmo tempo é falso dizer que não é sua mãe”). Assim também, ao abordar a questão dos “sentidos opostos em se tratando de termos primitivos”, nos deu Freud um belo exemplo de duplicação, de desdobramento, de especulação enfim.

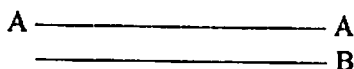
Finalmente, o exemplo freudiano, modelo de toda especulação, vem a ser, certamente, o tratamento dado (1919) aos termos “*heimlich*” (familiar) e “*unheimlich*” (estranho). Para Lacan, enunciado e enunciação devem estar articulados tais que:



assim como o “dizer” e o “dito”:



A notação especular tem o mérito de tornar claro o comentário de Lacan, quando nos adverte, nos anos que se seguiram à criação do grafo do desejo, que enunciado e enunciação não deveriam estar separados; com efeito, a cada andar do grafo estava reservado, no início, uma das duas vertentes do binário enunciado/enunciação. Em nossa atualidade a teoria da bifurcação explora os dois braços da alternativa: “não só isso, mas também aquilo”. “A nova ordem do dois” apresenta-se como típico de nossa contemporaneidade. Possivelmente, Rorty, com suas metáforas que redescrivem a realidade, não está longe.

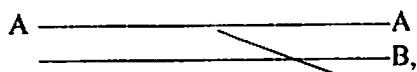


aqui entretanto lugar para se marcar heterogeneidade entre os dois braços da bifurcação.

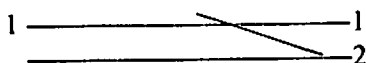
Para o tratamento dessa situação, tipicamente discursiva, propomos a Lógica Especular.

A Lógica Especular de René Guitart

A duplicação, a bifurcação, a transação, a especulação, figuras equivalentes encontradas em nosso discurso, funcionam como verdadeiros operadores lógicos; de uso freqüente, eles se tornaram típicos de um certo modo de raciocínio. A “Lógica Especular”, criada e desenvolvida por Guitart¹³, vem a ser uma linguagem capacitada para o manejo desse gênero de operador; em vez de se limitar em dar por resolvida a questão posta quando nos deparamos com A e não-A, ela nos adverte para a existência efetiva de duas vertentes, o que dá:



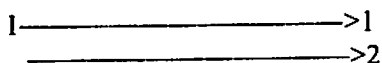
ou ainda, para deixar assinalada a nova lógica trazida pelo tratamento dado à questão onde $1=2$:



Eis a modalização que a Lógica Especular vem introduzir; na presente nota, tentaremos dar conta da transação, e outros desdobramentos graças à Lógica Especular.

Heterogeneidade das duas vertentes da alternativa.

A apresentação geral da especulação nos permitiu registrar “a nova ordem do dois”:



trata-se agora de ressaltar a heterogeneidade das duas vertentes. O par, figura com a qual designamos o dois, corresponde ao universo clássico. Nesse universo, a solução pode ser a seguinte: P ou não-P, o que corresponde bem à lei dita do “terceiro excluído”. Com efeito, entre P e não-P nada é reconhecido nesse universo. Na notação clássica, diremos:

NNP<—————>P,

isto é, “não não-P dá P”, e vice-versa. Para a Lógica Especular, trata-se de levar em consideração a negação da negação sem que por isso sejamos levados a uma solução do tipo conhecido em Filosofia, dita “saber absoluto”. O operador em questão nos remeteria, na verdade, à castração muito mais que a um saber que se completasse. Finalmente, chegamos a :

X—————>(X————>NX),

isto é, se evidência (distinção) há em se tratando de X, então, a partir dessa mesma evidência, há dúvida, há algo não-sabido de x (fusão).

Evidência—————> Evidência
—————> Dúvida

A expressão “a sociedade é complexa”

A propósito da transação, vamos anotar que a constatação, seguida de eventual auto-crítica quanto a uma resposta única, tem sido acompanhada de conclusão que nos parece insuficiente. A referida conclusão, ao se limitar à declaração de que “a sociedade é complexa”, tem incentivado leitura relativista, enfeixando a transação em nível trivial. A sofisticada, desde a Grécia dos sofistas, conhecia bem a transação, ela também apresentava as duas vertentes da alternativa como homogêneas. Ora, a heterogeneidade das duas vertentes remete uma à outra, sem nenhuma solução do tipo síntese. Parece-me que o neo-pragmatismo (Rorty) oferece um exemplo de sensibilidade marcante ao procedimento “transação”, em nossa contemporaneidade. De fato, a Filosofia pragmática norte-americana não esperou os movimentos europeus de auto-crítica após os anos de hegemonia do progressismo, nem tampouco a astuciosa interrogação de Milner; para Rorty, desde já algum tempo, a transação vem sendo objeto de sua análise fina e simpática. Todavia, se Rorty insiste enfatizando tolerância com relação a critérios de verdade, tal como o sofista frente a Platão, ele não demonstra a mesma sensibilidade nem disponibilidade para examinar as conseqüências de uma tal transação. Permanecendo ao nível trivial, está ele dispensado em considerar a

heterogeneidade das duas vertentes da alternativa.

Já uma intervenção em sua forma bifurcada por parte do analista, ou seja, uma vez que a questão foi submetida ao tratamento especular, sempre foi um meio de veicular a interpretação; trata-se agora de propor uma formalização adequada. Se a interpretação não faz cálculo, o sujeito calcula, e o faz com frequência. De início, nós o vemos angustiado, pois encontra-se ele diante da contradição A e não A (já se disse “double bind”, o que não deixa de ser sugestivo); preso ao seu sintoma, vai ele dar um sentido a esse sintoma garantindo com isso uma parcela de gozo. Por outro lado, todo saber implica um processo graças ao qual a ele se chegou; assim, os dois pólos “ato” e “saber” dão um “saber-ato”. Graças a uma intervenção do sujeito (ato), há suspensão da dúvida (evidência do saber). Uma vez encontrada a escrita que convém (matema), o sujeito abandona sua “moleza” e constitui-se em termos de rigor; a “moleza” do sujeito impedia, justamente, que ele chegasse ao final de uma demonstração, ou ainda, de fazer o gesto, o ato, capaz de remetê-lo ao saber.

Ética

Milner nos propõe buscar uma ética da transação; acredita ele poder falar em uma verdadeira ética da transação, de uma “sabedoria moderna”. Assim, ela (a figura da transação) encontrando sua extraordinária força em marcante princípio já por Freud reconhecido, será ela o que o mesmo Freud disse ser a lei de toda vida, na medida em que esta só conhece um princípio: continuar. Quanto a avaliar (analisar, como pretende a psicanálise?) a pulsação que parece percorrer a bifurcação, só os desdobramentos de uma Lógica Especular poderão nos dizer. Os trabalhos atuais de Guitart apenas anunciam tentativas.

NOTAS

- 1 MAINGUENEAU, D. “Présentation”. In: *Langages*, n. 117. mar. 1995. “En réalité, une discipline ne peut se donner pour objet “l’usage réel de la langue. sans préciser de quel point de vue elle constitue le réel”.
- 2 Miller, J. Alain “Matemas II”. Manantial, Buenos Aires: p. 19.
- 3 Lenoble, L. La théorie des quatre discours et le paradoxe du langage. *Cahiers du Lycée Logique*. Louvain, Belgique. 13 Avril 1986. “...n’y

aurait-il pas paradoxe, chez Lacan, à tenter de dégager la structure même du langage, et à fonder sur celle-ci, une typologie définie des discours? Par ce biais, Lacan ne tombe-t-il pas dans le présupposé, critiquable pour Wittgenstein, qui consiste à envisager le langage comme une abstraction, car, comme le signale Bouveresse, c'est seulement comme tel "que le langage possède unité et systématité?"

- 4 Lacan in Italia. Milano: La Salamandra, 1978.
- 5 Pêcheux, M. "Analyse du contenu et analyse du discours". *Bulletin du CERP*, n. 169, v. 3, 1967.
- 6 Herbert, T. (Leia-se Pêcheux, M.) – "Remarques pour une théorie générale des ideologies". *Cahiers pour l'analyse*, n. 9, Paris: Bibliothèque du Graphe. Ecole Normale, 1968. "ajoute d'une part que ce sujet, avec un grand S - sujet absolu et universel - est précisément ce que J. Lacan désigne comme l'Autre avec un grand A, et d'autre part que toujours selon la formulation de Lacan 'l'inconscient est le discours de l'Autre', on discerne comment le refoulement inconscient et l'assujettissement idéologique sont matériellement liés."
- 7 Pêcheux, M. "Sur la de-construction des théories linguistiques". In *DRLAV – Revue de Linguistique*, n. 27., Paris: 1982. "...la forme sujet par laquelle le sujet du discours s'identifie à la formation discursive qui le constitue tend à absorber/oublier l'inter-discours dans l'intradiscours, de sorte que l'interdiscours apparaît comme le pur déjâ-dit de l'intradiscours, dans lequel il s'articule par co-référence..."
- 8 Badiou, Alain. *D'un desastre obscur*. Paris: Editions de l'aube, 1991.
- 9 Garcia, C. *A clínica do social*. Edição Mestrado em Psicologia da UFMG. Belo Horizonte: 1997.
- 10 MMR é a denominação habitualmente dada aos meninos e meninas com trajetória de vida nas ruas das grandes cidades.
- 11 Milner, J. Cl. *L'archéologie d'un échec*. Paris: Seuil, 1993. Ou ainda: *Retour à Saussure*. *Lettres sur tous les sujets*, n. 12. Le Perroquet, avril 1994.
- 12 Giddens, A. *La transformación de la intimidad*. Buenos Aires: Catedra, 1992.
- 13 Guitart, R. *La courbure de la raison*. *Les conférences du perroquet*, n. 31, dez., 1991. Também "Logique spéculaire". In *Effets et méfaits du discours de la science*. Paris: Dimensions Freudiennes et Lysimaque, 1992. Também *Psychanalyse et réforme de l'entendement*. Paris: Collège International de Philosophie. Lysimaque, 1997.

Parte II

PARTE II: DIMENSÕES TEÓRICAS DO DISCURSO

8. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso Eddy Roulet	139
9. Harris - O discurso e a questão da forma: controvérsias e perspectivas Samuel Moreira da Silva	173
10. Bakhtin: precursor? Carlos Alberto Faraco	189
11. Do enunciado à enunciação: Benveniste Eliana Scotti Muzzi	201
12. Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe Sírio Possenti	211
13. Semântica e análise do discurso José Luiz Fiorin	225
14. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações Hugo Mari	239
15. Análise do discurso literário: pontos de vistas e controvérsias Maria Nazareth Soares Fonseca	259
16. Produção lexical, exterioridade e sentido Luiz Carlos Travaglia	269
17. Lugar da sintaxe nas antigas gramáticas luso-brasileiras Leonor Lopes Fávero	287

Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso¹

EDDY ROULET

1. Um modelo e um instrumento de análise

Existem tantas concepções de discurso e formas de se analisá-lo, que convém, inicialmente, definir o objeto discurso, precisar o que se entende por organização e definir as exigências que devem ser satisfeitas por um modelo de organização do discurso.

O objeto discurso não se reduz ao texto ou ao diálogo observável: estes não passam do reflexo de uma interação predominantemente linguageira², oral ou escrita, sobre uma determinada língua (ou variedades de uma língua) e sobre uma determinada situação, assim como pelas interpretações que ela suscita.

Quanto à organização do discurso, postulo que se trata de um sistema (ou de um processo, dependendo do ponto-de-vista adotado) complexo, no qual intervêm informações lingüísticas, textuais e situacionais, podendo ser decomposto em sistemas reduzidos a informações simples e descrito sob diferentes aspectos: organização tópica, polifônica, inferencial, etc.

Um modelo de organização do discurso deve satisfazer ao menos a estas nove exigências:

- 1) deve ser capaz de engendrar estruturas lingüísticas, textuais e referenciais de todas as produções discursivas dialógicas e monológicas possíveis numa língua particular, o que implica a existência de mecanismos recursivos;
- 2) deve definir com precisão os constituintes dessas estruturas e as relações por elas estabelecidas;
- 3) deve dar conta do encadeamento das informações no discurso;
- 4) deve dar conta dos discursos de diferentes vozes que o discurso pode representar em diferentes níveis de encaixe,

- bem como da integração entre os mesmos;
- 5) deve dar conta dos diferentes tipos de seqüência que podem constituir o discurso em diferentes níveis e também dos seus arranjos;
 - 6) deve dar conta do sistema de pontuação do discurso;
 - 7) deve dar conta da situação de interação do discurso e também de outras situações que ele pode representar, em diferentes níveis de encaixe;
 - 8) deve dar conta do(s) universo(s) do discurso, isto é, das representações dos mundos sobre os quais o discurso fala e nos quais ele se inscreve;
 - 9) *deve dar conta das inferências que regem a organização do discurso.*

Pode-se admitir que a elaboração desse modelo de organização do discurso constitui um primeiro passo para a elaboração de um modelo da competência discursiva.

Uma vez satisfeitas essas exigências, nossas pesquisas visam a um duplo objetivo: elaborar um modelo³ recursivo que permita, com a ajuda de um número limitado de unidades, de relações e de princípios universais, dar conta, de forma refinada e completa, da complexidade de organização de todas as formas de discurso possíveis e realizáveis, sejam elas dialógicas ou monológicas, escritas ou orais, espontâneas ou fabricadas, nas línguas particulares, além de propor um instrumento de análise que permita descrever de maneira sistemática toda forma de discurso.

Para mim, a pedra de toque de um modelo de organização do discurso reside na combinação de uma capacidade descritiva (levando-se em conta a complexidade dos discursos observados) e de uma capacidade explicativa (ligada à consideração de restrições e à formulação de generalizações ou princípios). Advém daí o movimento dialético constante, após o início das nossas pesquisas sobre este tema, em 1979, entre a análise de diálogos e de textos autênticos (isto é, não fabricados para fins de análise) e a formulação de hipóteses, com a maior previsão possível, sobre a organização do discurso.

De uma maneira geral, nosso modelo adota uma posição intermediária entre uma visão indutiva, ilustrada em particular pela análise conversacional anglo-saxônica, que tende a privilegiar os dados empíricos e as categorias *ad hoc* em detrimento dos princípios gerais,

e uma visão reducionista, ilustrada pela teoria da pertinência, que tende a privilegiar a formulação de princípios gerais a partir de exemplos curtos, em detrimento da descrição da complexidade dos dados discursivos. Todo o nosso trabalho apóia-se sobre dois movimentos dialéticos constantes: de um lado, entre a concepção e aplicação do modelo, de outro lado, entre a visão global da organização do discurso e a descrição refinada de certos aspectos dessa organização.

2. Breve Histórico⁴

2.1. Primeira etapa (1979-1989): dar conta da infinidade de discursos

Em 1979, constatamos a necessidade de ultrapassar os estudos conduzidos nos anos 70, acerca dos atos indiretos de fala⁵, a fim de descrever suas formas e funções nos discursos autênticos (ou seja, não fabricados para fins de análise). Por considerar, após Bakhtin (1978) e Benveniste (1970), que o diálogo é a forma primeira do discurso, começamos a coletar e analisar diálogos gravados numa livraria, numa agência de viagens e outros diálogos gravados em entrevistas radiofônicas (cf. Roulet, 1981). Mas a análise de tipos de diálogos muito diversificados apresentou-nos um problema: como deprender as regularidades diante de tamanha diversidade de diálogos observados? Partindo dos trabalhos de Pike (1967) sobre a estrutura hierárquica do comportamento humano; das hipóteses de Goffman (1973, 1974) sobre os ritos de interação e sobre a estrutura da troca⁶; das pesquisas de Ducrot (Ducrot & al., 1980) sobre os encadeamentos e sobre os conectores argumentativos; e, também, do primeiro modelo hierárquico de diálogo proposto por Sinclair & Coulthard (1975), fomos levados, progressivamente, a elaborar um modelo recursivo da estrutura hierárquica do diálogo fundado sobre o conceito de negociação e na adoção de: a) três categorias de base: a troca, a intervenção e o ato de linguagem; b) relações ilocucionárias e interativas entre esses constituintes; c) marcadores dessas relações (vide Roulet & al., 1985). Esse modelo foi, pouco a pouco, sendo estendido à análise de textos monológicos, da mesma forma que às dimensões dinâmica e polifônica do discurso. Foi ainda aplicado à descrição de tipos variados de diálogos e conectores em outras línguas, além do francês: chinês (Auchlin, 1993), wobé (Egner, 1987), alemão (Drescher & Kotschi, 1988), italiano (Rossari, 1994).

Se, por um lado, esse modelo se mostrava capaz de dar conta de uma diversidade de discursos, diálogos e monólogos, a partir de um número reduzido de constituintes e de relações, por outro lado, ele gerava outros problemas, a saber:

- ele propunha uma descrição precisa da estrutura hierárquica da troca e das funções dos seus constituintes, mas não propunha um tratamento satisfatório das unidades de nível superior, como a transação e a incursão;
- ele estava centrado na descrição das relações entre os constituintes do discurso, sem, entretanto, propor uma solução satisfatória para o tratamento dos encadeamentos, bastante frequentes, envolvendo os implícitos (Berrendonner, 1983);
- de uma maneira mais geral, ele se contentava em propor descrições correspondentes a uma ou mais interpretações de um discurso, sem procurar explicações sobre como alcançar tais interpretações. Isso provocava toda sorte de problemas para o enfoque inferencial, particularmente colocados em evidência nos trabalhos de Sperber & Wilson (1986);
- naquele estágio, o modelo mal se ocupava da integração de outras dimensões do discurso que já se evidenciavam em outras orientações: são elas as dimensões dinâmica, interacional, acional, polifônica, temática, inferencial ou composicional. Em todo caso, percebia-se claramente que não se poderia contentar em justapor ou adicionar os componentes, uns aos outros, o que nos deslocou do problema do tratamento da infinidade de discursos para o problema da descrição das suas múltiplas dimensões, levando-nos assim a adotar um novo paradigma: a hipótese modular (cf. Roulet, 1989b).

2.2. Segunda etapa (a partir de 1990): o enfoque das múltiplas dimensões da organização do discurso

As pesquisas acerca do discurso, nesses últimos vinte anos, colocaram em evidência a diversidade e a complexidade das dimensões a serem consideradas no estudo do discurso⁷, além da necessidade de se integrar, hoje em dia, todas essas dimensões em um tratado racional⁸. Muito mais do que aprofundar, de maneira bastante pontual, uma das dimensões a ser levada em conta segundo um método bem definido, como o faz a maioria dos pesquisadores em artigos

publicados em periódicos especializados, nós preferimos encarar de frente os problemas da complexidade do objeto, da globalidade da proposta e da integração entre as dimensões, ainda que isso nos obrigue a nos satisfazer com avanços modestos, ou mesmo aproximações, na descrição de dimensões específicas.

O problema mais perceptível encontra-se na extensão e na diversidade do campo a ser focalizado, uma vez que o discurso intervém, necessariamente, nos dados lingüísticos, textuais e situacionais, de acordo com as hipóteses de Halliday (1978), da *Critical discourse analysis* (cf. Fairclough, 1992 e 1995) e, no caso das pesquisas de origem francófona, de Charaudeau (1989a e b) e de Ghigliione & Trognon (1993). Assumidas as contribuições desenvolvidas até o momento por pesquisadores de várias correntes, optamos por renunciar ao desenvolvimento do estudo das dimensões lingüísticas, para as quais julgamos dispor de um mínimo de informações suficientes; quanto às dimensões situacionais, que escapam, em grande parte, ao campo tradicional da Lingüística⁹, proporemos uma análise elementar do que poderíamos chamar universo do discurso, ou seja, das representações do mundo, da interação e dos sujeitos que são ativados no discurso; em compensação, nós nos empenharemos em desenvolver uma análise mais precisa e mais complexa da organização textual, na direção apontada por Charolles (1988), mas situando-a numa perspectiva mais ampla.

Cómo então articular as exigências que havíamos formulado no início deste trabalho, ou seja, a construção de um modelo recursivo, fundado sobre um número limitado de unidades, de relações e de princípios simples, levando-se em conta a diversidade e a complexidade da organização do discurso? O estudo dos sistemas complexos, tal como esboçado por Simon (1962) numa perspectiva metodológica, e a hipótese modular, tal como desenvolvida mais recentemente por Fodor (1983) numa perspectiva cognitivista, apresentam propostas que permitem dar conta, de maneira simples, progressiva e sistemática, da organização dos objetos complexos, decompondo-os em um certo número de sistemas e de subsistemas de informações¹⁰. Pode-se considerar, assim como Garfield (1987, 17), a hipótese modular como um paradigma científico (no sentido de Kuhn), ou seja, como um modelo embasado em hipóteses novas na maneira de definir os problemas, as estratégias e as metodologias de pesquisa.

O campo do discurso se mostra particularmente propício a esse tipo de tratamento. De fato, as pesquisas lingüísticas levadas a cabo após o início deste século mostraram ser possível descrever o sistema da língua independentemente dos textos e das situações de interação nas quais era utilizado. Mais recentemente, nossas pesquisas sobre a articulação do discurso mostraram ser possível descrever a sua estrutura hierárquica independentemente das descrições do sistema da língua ou da situação de interação (cf. Roulet & al., 1985). Temos, pois, boas razões, da mesma forma que Motsch (1989, 1991), Viehweger (1989), Rubattel (1990), Kashner (1991) et Nölke (1994), para formular a hipótese de que o objeto complexo que constitui o discurso pode ser decomposto em sistemas de informações capazes de ser descritos de maneira independente.

É importante precisar, assim como Motsch (1989, 1991) e Nölke (1994: 86), que nós adotamos a perspectiva modular apenas como hipótese metodológica. É prematuro considerar a modularidade como um reflexo de mecanismos psicológicos e do funcionamento do espírito humano, mas, por outro lado, ela se constitui como uma valiosa hipótese para descrever a complexidade de organização do discurso. Temos em vista a construção de um modelo que permita simular essa complexidade sem, entretanto, enfocar a maneira como a mente humana possa desenvolvê-la.

Foi assim que, em 1991 (cf. Roulet, 1991), propusemos um primeiro modelo constituído de três componentes: lingüístico, textual e situacional, abrangendo quinze módulos. Em cada componente um módulo ocupava um lugar central e determinava, de forma recursiva, as estruturas-base do discurso: o módulo sintática para o componente lingüístico, o módulo hierárquico para o componente textual e o módulo referencial para o componente situacional; a arquitetura global do modelo se apresentava heterárquica (cf. Sabah, 1989) e as informações provenientes de um determinado módulo podiam ser associadas a qualquer outro módulo. Tratava-se, pois, de um inventário ético, que retomava, grosso modo, as principais dimensões do discurso até então focalizadas por diversas correntes consideradas autônomas do ponto de vista conceitual¹¹¹. Além dos módulos lingüísticos (fono-prosódico, lexical, sintático e semântico), nós distinguimos: quatro módulos situacionais, a saber, referencial, interacional, social e psicológico; sete módulos textuais: hierárquico, relacional, enunciativo, polifônico, periódico, informacional e

composicional (cf. Roulet, 1991 e 1995). Essa primeira versão, bem próxima do modelo modular, foi aplicada ao espanhol por Miche (1998), ao português por Pires (1997), ao alemão por Kranz (1997), ao francês por Espuny (1997) e por Burger (1997a).

2.3. Terceira etapa (a partir de 1996): como dar conta apenas da complexidade da organização do discurso

As pesquisas que foram sistematicamente conduzidas após 1995, com o apoio do Fundo Nacional da Pesquisa Científica¹², sobre os módulos informacional, enunciativo, periódico, referencial e interacional, permitiram não apenas tratar com maior precisão e profundidade essas dimensões dos diálogos (vejam-se os *Cahiers de linguistique française* 17, 18 e 19), mas também evidenciar certos problemas decorrentes pela primeira versão modular. De um lado, constatou-se, rapidamente, ser impossível defender a autonomia de certos módulos; por isso não se pode tratar as dimensões relacional, enunciativa ou polifônica sem levar em conta as dimensões lingüística e referencial. De outro lado, o elevado número de módulos apontados complicava sobremaneira a formulação de regras que associavam as informações provenientes dos mesmos. Em outros termos, ficou claro que o caminho adotado, que poderíamos qualificar de multidimensional, prestava-se, sem dúvida, à elaboração de um primeiro inventário e de uma descrição preliminar das diferentes dimensões a serem consideradas na organização do discurso, sem, entretanto, permitir que se desse conta, de maneira adequada e simples, da complexidade organizacional do discurso. Para tanto, seria necessário não só reduzir o número de módulos, como também reduzir o sistema de informações próprio de cada módulo a noções mais elementares possíveis, como procuraremos mostrar a seguir.

3. Apresentação do Modelo Atual

A perspectiva modular de organização do discurso, tal como a concebemos hoje, pressupõe uma dupla exigência: a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de subsistemas (ou módulos), reduzidos a informações as mais elementares; b) descrever, de maneira bastante precisa, a forma através da qual essas informações podem ser combinadas para dar conta das diferentes alternativas de organização dos discursos analisados.

... nos levaram a distinguir o que chamamos de dimensões do discurso, correspondentes a diferentes módulos do sistema (sintático, hierárquico, referencial, etc.) daquilo que chamamos de formas de organização (polifônica, tópica, inferencial, etc.), cuja descrição se faz através da associação entre as informações modulares. Falamos, portanto, da organização tópica ou polifônica, mas não de dimensão, pois, diferentemente de outras abordagens teóricas, consideramos tratar-se de estruturas compósitas, resultantes da combinação de informações provenientes de diferentes dimensões.

A combinação das informações é garantida por regras de *couplage* 13, que apresentam a forma global se x e se y , então z . Essas regras permitem, de um lado, definir os tipos de constituintes discursivos e

modules > dimensions		formes d'organisation		Interrelations
		élémentaires	Complexes	
LINGUISTIQUE TEXTUEL SITUATIONNEL	lexical	phono-prosodique		
	syntaxique	sémantique		
	hiérarchique	relationnelle	inférentielle	
		périodique	topicale	
		informationnelle	polyphonique	
	référentiel	énonciative	compositionnelle	
	séquentielle	hiérarchique		

as categorias discursivas complexas e, de outro, derivar as formas de organização discursivas complexas.

As regras de *couplage* permitem, então, definir, primeiramente, os diferentes tipos de constituintes discursivos que não são oferecidos diretamente pelos módulos hierárquico e interacional (como a troca, a intervenção, o ato e o turno conversacional)¹⁴, e até mesmo os constituintes periódicos, enunciativos, informativos e seqüenciais. Cite-se como exemplo a regra que define o movimento periódico. A partir dessas definições, pode-se depreender o que chamamos de formas de organização elementares de um discurso: principalmente as formas de organização enunciativa, informativa, periódica e seqüencial, que correspondem, grosso modo, aos planos de organização de Charolles (1988). Referimo-nos a formas de organização elementares, pois elas decorrem essencialmente de uma decomposição do discurso em constituintes enunciativos (discursos produzidos e representados), informativos (unidades e movimentos periódicos) ou seqüenciais (seqüências típicas narrativa, deliberativa, procedimental), em diferentes níveis de encaixe.

Em segundo lugar, as regras de *couplage* permitem definir as categorias discursivas complexas que são derivadas das categorias próprias dos módulos e/ou categorias discursivas complexas. Pode-se, dessa forma, definir a noção de objeto principal do discurso juntando-se as informações de origem informativa e hierárquica, ou definir a noção mais complexa de discurso diafônico representado implicitamente, juntando-se as informações de natureza lingüística, enunciativa e interacional. Tem-se como exemplo a regra que define o objeto principal do discurso.

Em terceiro lugar, as regras de *couplage* possibilitam combinar informações provenientes de diferentes módulos e/ou informações complexas (isto é, decorrentes de combinações anteriores), para dar conta das formas de organização complexas de discursos específicos; dessa forma, seremos levados a combinar as informações modulares, por exemplo de natureza lingüística, hierárquica e referencial, para explicarmos a organização inferencial de um diálogo (cf. Roulet, 1997d).

Em quarto lugar, as regras de *couplage* permitem combinar as estruturas provenientes de diferentes módulos e: ou de combinações anteriores, para se descrever as formas de organização mais

complexas de discursos específicos; podemos, assim, conjugar as descrições de estruturas hierárquicas e conceituais, geradas respectivamente nos módulos hierárquico e referencial, e da forma de organização elementar enunciativa, para descrever a organização tópica complexa de um diálogo.

Passa-se assim, sucessivamente, como nos mostra o quadro abaixo, da descrição das dimensões modulares à descrição das formas de organização elementares, seguindo-se a descrição de formas de organização complexas, antes de abordar o estudo das interrelações significativas que se podem observar entre as formas de organização complexas (por exemplo, entre a organização inferencial e a organização polifônica, em Roulet, 1997d):

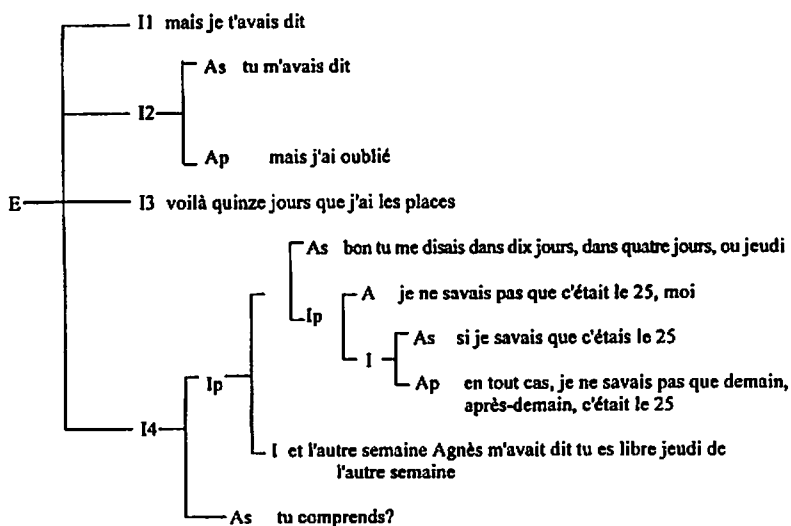
4. Ilustração através de um exemplo: a organização polifônica de um diálogo romanesco extraído de *Blanche ou l'oubli d'Aragon*

Para ilustrar nossa proposta, gostaria de mostrar aqui como é que se pode descrever a organização polifônica de um discurso complexo que se observa em um fragmento de diálogo romanesco extraído de *Blanche ou l'oubli d'Aragon* 15. Mesmo que essa análise não permita ainda pôr em evidência os dois aspectos sobre os quais nossos estudos mais progrediram durante este ano, vou focalizar a dimensão referencial e a organização tópica (veja-se Fillietaz, 1996 e 1997; Grobet, 1996 e 1997; Roulet, 1996 e 1998). Essa opção me oferece a vantagem de abordar, numa perspectiva modular, um aspecto do discurso bem conhecido e que constitui objeto de numerosas descrições após os escritos programáticos de Bakhtin (cf. Roulet, 1997b).

A análise da organização polifônica será feita sobre este trecho:

Le 25, de ce côté-ci du chapelet, Philippe est hors de lui, voilà trois, quatre jours qu'il dit à Marie-Noire. c'est dans quatre jours, dans trois jours, après-demain, demain... et le jeudi vingt-cinq novembre, elle avait oublié, plus on lui repète les choses, et mieux elle oublie. Justement ce soir-là, elle était prise, mais je t'avais dit, tu m'avais dit, mais j'ai oublié, voilà quinze jours que j'ai les places, bon, tu me disais dans dix jours, dans quatre jours ou jeudi, je ne savais pas que c'était le 25 moi, et si je savais que c'était le 25, en tout cas, je ne savais pas que demain, après-demain, c'était le 25, et l'autre semaine Agnès m'avait

dit tu es libre jeudi de l'autre semaine, tu comprends? Philippe avait la tête à l'envers, et d'ailleurs Marie-Noire le préfère décoiffé. Le drame était que, ce soir-là, Johnny Halliday faisait sa rentrée à l'Olympia. On n'allait tout de même pas manquer ça! Tu ne peux pas lui dire, à cette Agnès? Ecoute, mon petit Philou, je ne peux pas faire ça à Agnès. D'abord, qui c'est, Agnès, tu en parles comme si, d'où elle sort... Ma meilleure amie, voyons, je t'ai dit cent fois! Jamais de la vie, jamais de la vie. Agnès, voyons. Eh bien, Agnès, quoi, qui, Agnès? Même que je t'ai demandé... Tu ne m'as rien demandé, première nouvelle. Toi, tu me coupes tout le temps, tu prétends que tu m'aimes, et puis tu ne m'écoutes pas. Je t'écoute, Marina, je t'écoute, mas j'oublie...



Tu m'oublies? Mais non, je ne t'oublie pas: j'oublie, voilà tout, j'oublie. Bien, tu iras seul. Oh, tu ne vas pas me faire ça? Et pourquoi je ne te le ferais pas? Mais après ça, Marina, avec qui, Marina, je pourrais en parler? J'ai deux places et, tu sais, c'est difficile... Eh bien, tâche d'en avoir une troisième pour Agnès. Justement elle est seule. Une troisième, le jeudi matin, comme c'est commode! Tu rêves. Bon, bien, va-z-y sans moi, emmène un copain... Ecoute, je vais essayer, je ne crois pas pouvoir, mais je vais essayer.

Descrever a organização polifônica desse fragmento de discurso significa identificar os discursos de diversas vozes que se fazem entender nos diferentes níveis de interação e analisar as formas e funções destes últimos (cf. Roulet, 1997b). Essa descrição faz com que as informações de ordem enunciativa intervenham nos diferentes discursos produzidos e representados¹⁶ no texto; as de ordem interacional, na dimensão material da interação; as de ordem lingüística, na maneira de inserir e de (re)formular os discursos no texto; as de ordem periódica, na pontuação do texto; as de ordem hierárquica e relacional, na integração desses discursos representados na estrutura do texto; e, finalmente, as de natureza informativa, na progressão da informação dentro do texto. Examinaremos, sucessivamente, as dimensões hierárquica e interacional, as formas de organizações elementares relacional, enunciativa, informativa e periódica. Em seguida, trataremos dos diferentes aspectos da organização polifônica complexa desse fragmento.

4.1. As dimensões

4.1.1. A dimensão interacional

O módulo interacional, tal como concebemos atualmente (veja-se Burger, 1997b), define as propriedades da dimensão material das interações, em diferentes níveis de encaixe¹⁷: interactantes (número, posição material: locutor ou escritor, ativo ou passivo, co-presença espacial e/ou temporal ou não), ocupação do canal (alternância ou superposição de turnos de fala).

Em um diálogo romanesco, é importante distinguir ao menos duas situações de interação encaixadas uma na outra, pois é nesse quadro da interação entre o narrador e o destinatário que se representa a interação entre os personagens do diálogo. Tem-se, portanto, o esquema seguinte, no qual os diferentes níveis de interação são

indicados entre colchetes e os itálicos caracterizam a interação entre os personagens:

[narrador	[<i>Philippe Marie-Noire</i>]	destinatário]
[escritor	[<i>interlocutor interlocutor</i>]	leitor]
[distância esp.-temporal	[<i>co-presença esp.-temporal</i>]	dist. esp.-temporal]
[não interativo	[<i>interativo</i>]	não interativo]

Convém estabelecer uma distinção nítida entre esses dois níveis na análise da organização polifônica de um discurso e, ainda, precisar, para cada dimensão, em que nível se situa a descrição.

4.1.2. A dimensão hierárquica

O módulo hierárquico define, além dos constituintes de base da estrutura do texto: a troca, a intervenção e o ato, as relações de dependência, interdependência e de independência entre os mesmos. (cf. Roulet, 1996). Esse módulo baseia-se em um princípio de recursividade (uma intervenção pode ser formada de constituintes de nível superior, igual ou inferior), que permite engendrar as estruturas hierárquicas dos textos dialógicos e monológicos, desde as mais simples até as mais complexas. Como já apontei em Roulet & al. (1985), a estrutura hierárquica é o resultado de um processo dinâmico de negociação (cf. Roulet, 1992); ela apresenta, pois, intrinsecamente, uma dimensão dinâmica, como confirma Clark (1996).

Não abordarei aqui a estrutura hierárquica da narração, que não é de forma alguma pertinente para a análise da sua organização polifônica. Limitar-me-ei à descrição da estrutura hierárquica de um fragmento da troca entre Philippe e Marie-Noire, por considerá-la importante para alcançar a organização polifônica. Utilizarei as seguintes abreviaturas: E = troca (*échange*), I = intervenção, A = acte, p = principal, s = subordinado.

4.2. As formas de organização elementares

4.2.1. A organização relacional

A organização relacional trata tanto das relações ilocucionárias e interativas que se estabelecem entre os constituintes da estrutura hierárquica, como das informações relativas à memória discursiva (via de regra, correspondentes ao constituinte anterior, mas nem sempre). Até o momento, admitimos tratar-se de uma dimensão

independente, decorrente de um módulo específico (cf. Roulet, 1991, 1995, 1996). Ora, parece-me, assim como a dimensão periódica, ser possível tratá-la combinando-se as informações provenientes do módulo hierárquico (sobre os constituintes do texto, em diferentes níveis) com as informações de natureza lexical (as instruções fornecidas pelos conectores), ou com as informações de natureza referencial (por exemplo, sobre uma relação de consequência entre dois fatos). Trataremos, portanto, da organização, em vez da dimensão relacional.

Não me aterei ao exame das relações entre os constituintes da narração nem das funções ilocucionárias iniciativas e reativas das intervenções constitutivas da troca (configuração abaixo). Examinei mais detalhadamente as estruturas relacionais das intervenções I1, I2 e I4, que desempenham um importante papel na organização polifônica. Na análise que se segue, indico em maiúsculas a relação (eventualmente, logo abaixo, com o conector que marca a relação), seguida da informação da memória discursiva e do constituinte; a informação da memória discursiva encontra-se entre parênteses quando ela não se refere ao constituinte anterior.

I1 C-ARG [(tu dis que tu es prise)] [je t'avais dit].
mais

I2 C-ARG [tu m'avais dit] [j'ai oublié]
mais

I4 COM [COOR [C-ARG[(tu me disais dans dix jours, dans quatre jours ou jeudi)]
et mais

COOR [[je ne savais pas que c'était le 25 moi] [HYP [[je savais que c'était le 25]
et si

REF [(que je le sache ou non)] [je ne savais pas que demain, après-demain,
en tout cas

c'était le 25]]]] [l'autre semaine Agnès m'avait dit tu es libre jeudi de l'autre
 semaine]] [tu comprends?]]

4.2.2. A organização enunciativa

Essa forma de organização elementar resulta da combinação das informações dos módulos hierárquico e lingüísticos (ou do

referencial, para as formas não marcadas). Partindo das definições dos discursos representados marcados e não marcados que se baseiam na combinação das informações hierárquica e lingüística ou referencial, pode-se analisar a forma elementar de organização que se encontra na *estrutura enunciativa* de um texto, ou seja, efetuar uma decomposição em discursos produzidos e representados em diferentes níveis de encaixe (cf. Roulet, 1997d). Dessa forma, em um diálogo romanescos, a narrador pode representar, no seu discurso, os discursos do seu interlocutor ou de outros personagens, e assim por diante.

Na análise que se segue, os diferentes discursos que constituem o texto estão indicados entre []. Tão logo o discurso representado esteja simplesmente indicado, segue-se a indicação de colchetes vazios. Os colchetes são precedidos da identificação da fonte (voz), sendo aqui utilizados: N para o narrador, P para Philippe, M para Marie-Noire, A para Agnès e X para um enunciador não definido.

N[...Le 25, de ce côté-ci du chapelet, Philippe est hors de lui, voilà trois, quatre jours qu'il dit à Marie-Noire, P[c'est dans quatre jours,] P[dans trois jours,] P[après-demain,] P[demain...] et le jeudi vingt-cinq novembre, elle avait oublié, P[plus on lui répète les choses, et mieux elle oublie]. M [Justement ce soir-là, elle était prise], P[M[] mais je t'avais dit P[]], M[P[tu m'avais dit P[]] mais j'ai oublié], P[voilà quinze jours que j'ai les places], M[bon, tu me disais P[dans dix jours], P[dans quatre jours] ou P[jeudi], je ne savais pas que c'était le 25 moi, et si je savais que c'était le 25, en tout cas, je ne savais pas que P[demain], P[après-demain], c'était le 25, et l'autre semaine Agnès m'avait dit A [tu es libre jeudi de l'autre semaine], tu comprends?] Philippe avait la tête à l'envers, et d'ailleurs Marie-Noire le préfère décoiffé. P[Le drame était que, ce soir-là, J.H. faisait as rentrée à L'Olympia. On n'allait tout de même pas manquer ça! Tu ne peux pas lui dire, à cette Agnès?] M[Ecoute, mon petit Philou, je ne peux pas faire ça à Agnès.] P[D'abord, qui c'est, M[Agnès], tu en parles M[] comme si, d'où elle sort...] M[M[Ma meilleure amie], voyons, je t'ai dit cent fois!] P[Jamais de la vie, jamais de la vic.] M[Agnès, voyons]. P[M[] Eh bien, M[Agnès], quoi, qui, M[Agnès]]? M[Même que je t'ai demandé []...] P[Tu ne m'as rien demandé, première nouvelle]. M[Toi, tu me

coupes tout le temps, tu prétends que P[*tu m'aimes*], et puis tu ne m'écoutes pas.] P[*Je t'écoute, Marina, je t'écoute, mais j'oublie...*] M[*Tu m'oublies?*] P[M [] Mais non, je ne t'oublie pas: j'oublie, voilà tout, j'oublie.] M[*Bien, tu iras seul.*] P[*Oh, tu ne vas pas me faire ça?*] M[*Et pourquoi je ne te le ferais pas?*] P[M[] Mais après ça, Marina, avec qui, Marina, je pourrais en parler? J'ai deux places et, tu sais, c'est difficile...] M[P[] Eh bien, tâche d'en avoir une troisième pour Agnès. Justement elle est seule.] P[M[*Une troisième,*] le jeudi matin, X[*comme c'est commode!*] Tu rêves.] M[*Bon, bien, va-z-y sans moi, emmène un copain...*] P[*Ecoute, je vais essayer, je ne crois pas pouvoir, mais je vais essayer.*]]

Essa análise não é a única possível. Acontece frequentemente de o tipo representado no discurso ou, então, as fronteiras de um discurso representado não serem marcadas, o que autoriza diferentes interpretações. Assim é que o enunciado *plus on lui répète les choses et plus elle oublie* pode ser interpretado como um comentário do narrador. Da mesma forma, *Justement ce soir là, elle était prise* pode ser interpretado como uma representação do discurso de Marie-Noire (veja a análise que se segue) ou, ainda, como uma informação fornecida diretamente pelo narrador (voltarei a esse assunto na segunda parte deste artigo). Devo esclarecer que a finalidade da análise aqui desenvolvida não é determinar a boa interpretação nem descrever a boa organização de um texto, mas descrever as interpretações e as formas de organização possíveis.

4.2.3. A organização periódica

Até o momento, nós associamos ao módulo periódico tudo o que decorre da pontuação do texto, isto é, da decomposição do texto, em diferentes níveis de encaixe, em segmentos (ou etapas), apresentados como distintos ou autônomos do ponto de vista temporal e/ou espacial: as unidades periódicas, apresentadas como distintas, mas não autônomas, e os movimentos periódicos, apresentados como distintos e autônomos (vide Grobet, 1997). Parece-nos, pouco a pouco, que não se trata de uma dimensão independente. É possível proceder à divisão em unidades e movimentos periódicos, enfim, do que se convém considerar como a organização periódica, combinando-se informações procedentes dos módulos hierárquico e fono-prosódico ou gráfico. Constata-se, pois, que as fronteiras das unidades e dos movimentos periódicos coincidem quase sempre, ainda que maneira

não biunívoca, com as fronteiras de atos e intervenções (uma unidade periódica, caracterizada por uma vírgula, um ponto-e-vírgula ou por uma unidade entoacional continuativa, pode englobar vários atos ou mesmo intervenções, da mesma forma que uma movimento periódico, caracterizado por um ponto ou por uma unidade entoacional conclusiva, pode englobar várias intervenções).

Dispensaremos a análise da estrutura periódica do nosso trecho, uma vez que ela já se encontra representada pela pontuação utilizada no texto. Voltaremos a isso quando combinarmos a estrutura periódica com outras informações (4.3.3).

4.2.4. A organização informacional

A organização informacional, componente importante da estrutura do texto aqui focalizado, interfere muito pouco na organização polifônica, motivo pelo qual deixaremos de apresentá-la e desenvolver-lhe uma análise detalhada (para um tratamento preliminar, vide Grobet, 1996 e 1997; Roulet, 1996 e 1998). Voltaremos a esse assunto, de forma breve, no item 4.3.5.

4.3. Os diferentes componentes da organização polifônica

Apresentaremos agora as diferentes combinações que permitem descrever os tipos, as formas e as funções dos discursos representados que constituem a organização polifônica do texto que está sendo analisado.

4.3.1. A combinação 18 entre a dimensão interacional e a organização enunciativa

Num primeiro momento, a combinação entre as informações afetas às dimensões interacional e enunciativa permite derivar e definir uma primeira propriedade constitutiva da organização polifônica do diálogo romanesco: a ligação dos discursos e das vozes a diferentes planos de enunciação. Observe-se, a partir daí, uma correspondência entre os encaixes das duas situações de interação ressaltadas em 4.1.1 e dos dois planos de enunciação que aparecem na análise feita em 4.2.2: o plano delimitado pelos colchetes externos, correspondentes ao discurso do narrador, e o plano delimitado pelos colchetes imediatamente internos, correspondentes aos discursos dos dois interlocutores (ao qual se junta o terceiro plano da representação, por Marie-Noire, do discurso de Agnès, que corresponde a uma terceira situação de interação evocada breve e superficialmente).

Esses dois planos de enunciação devem ser cuidadosamente separados, em todas as etapas da análise da organização polifônica. Dessa forma, a distinção usual entre discurso produzido ou assumido¹⁹ (retomando os termos de Perrin, 1995) e entre discurso reproduzido ou representado está necessariamente relacionado ao plano de enunciação analisado. Se os enunciados do narrador que se situam dentro dos colchetes mais elevados na descrição enunciativa são, salvo alguma contra-indicação, assumidos (por exemplo, *Le 25, de ce côté-ci du chapelet, Philippe est hors de lui...*), o enunciado de uma personagem na forma direta deve ser considerado como representado ou assumido, em conformidade com a sua localização, se no plano da narrativa ou do diálogo.

A combinação entre as dimensões enunciativa e interacional permite também definir dois conceitos-chave da organização polifônica do discurso: diafonia e polifonia. A cada plano de interação, o que importa de fato é distinguir a pessoa a quem o locutor fala sobre outras e, corolariamente, a representação do discurso do interlocutor destinatário imediato (de acordo com análise de Miche 1998), para a qual atribuímos o termo diafonia (Roulet & al., 1985), e as representações dos discursos de outras pessoas, para as quais utilizamos o termo polifonia. Conforme já assinalado por mim e muito bem desenvolvido por Perrin (1996b), essa distinção é importante, pois os dois tipos de representação desempenham diferentes papéis no discurso.

As narrativas quase nunca apresentam construções diafônicas, pois raramente o narrador representa o discurso do leitor (veja-se, entretanto, uma exceção, digna de comentário, no primeiro capítulo do romance de Calvino *Si par une nuit d'hiver un voyageur*, analisado em Kuyumcuyan, 1997); por outro lado, como já apontara Bakhtin (1978), as narrativas são, em geral, fortemente polifônicas, pois cedem um amplo espaço às representações dos discursos dos personagens e, em particular, dos diálogos que se constroem entre os mesmos. Quanto às intervenções dos personagens de um diálogo, seja este independente ou encaixado em uma narração, elas podem apresentar construções polifônicas, como no nosso exemplo, no qual Marie-Noire menciona o convite de Agnès. Tais intervenções são, contudo, freqüentemente marcadas por numerosas representações dos discursos efetivos ou potenciais do interlocutor, que desempenham relevante papel na gestão da interação (cf. Roulet,

1993 e Espuny, 1997).

4.3.2. A combinação entre a dimensão lingüística e a organização enunciativa

Pôde-se alcançar uma análise enunciativa decompondo-se um texto em segmentos de discursos através dos quais se captaram diferentes vozes: a do narrador, as vozes dos personagens e as de outras pessoas. A combinação entre as informações enunciativas e interacionais permitiu, em seguida, distinguir, de um lado, dois planos de enunciação e, de outro, os discursos representados diafônicos dos polifônicos. A combinação entre essas informações e as análises lingüísticas nos permitirá, agora, descrever com precisão as diferentes formas de discursos representados nos discursos do narrador e dos personagens, nos dois planos de enunciação que se distinguem abaixo.

Observaremos, logo de início, que a distinção que aqui se faz entre diafonia e polifonia, baseada na designação do discurso representado ao interlocutor destinatário imediato, ou a outras pessoas, é geralmente marcada por formas lingüísticas, como nos dois exemplos que se seguem, extraídos do diálogo entre Philippe e Marie-Noire (as marcas lingüísticas estão sublinhadas):

bon tu me disais dans dix jours (construção diafônica)

et l'autre semaine Agnès m'avait dit tu es libre jeudi de l'autre semaine (construção polifônica)

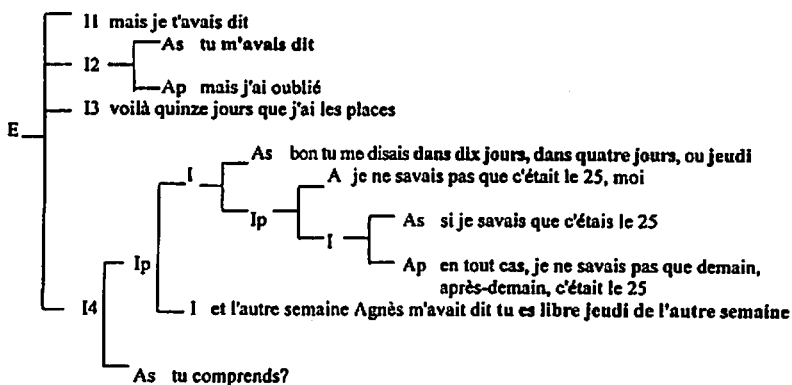
Note-se que, dessa forma, o locutor pode representar seus próprios discursos anteriores dentro do seu discurso, como se mostra neste exemplo

Mais je t'avais dit

no qual Philippe se refere a um discurso que ele havia construído anteriormente.

A combinação entre informações enunciativas e lingüísticas permite, em seguida, distinguir os discursos representados que são simplesmente referidos²⁰ dos que são formulados e dos que são mencionados implicitamente:

- a) o discurso representado pode ser simplesmente designado por um verbo ou por um sintagma nominal, geralmente por uma nominalização, como se vê neste exemplo:



tu en parles comme si

b) o discurso representado pode ser formulado,

- seja sob a forma de uma representação direta (o que não equivale a dizer que ele seja literal, como bem observa Perrin, 1995: 218), eventualmente introduzida por um verbo do tipo do “dizer”, dois pontos, um travessão e/ou aspas (veja-se o exemplo):

il dit à Marie-Noire c'est dans quatre jours (aqui, sem dois pontos nem aspas);

- seja sob a forma de uma representação indireta, caracterizada por uma modificação dos dêiticos e/ou eventualmente introduzida por um verbo do tipo do “dizer” e por um complementizados, conforme o exemplos seguintes:

tu prétends que tu m'aimes.

Justement, ce soir là, elle était prise.

c) ele pode, ainda, estar somente expresso implicitamente, geralmente através de um conectivo no início da réplica. Veja-

se a diferença entre os dois encadeamentos seguintes, nos quais se encontram o *mais*:

Justement ce soir-là, elle était prise,

mais je t'avais dit.

tu m'avais dit, mais j'ai oublié.

Enquanto o segundo *mais* articula-se com uma reformulação explícita do discurso da interlocutora, o primeiro, que está no início da réplica, articula-se necessariamente, no caso de estar relacionado às instruções dadas pelo conectivo, a uma retomada implícita do discurso do outro.

Sempre lançando mão de informações lingüísticas, é preciso distinguir, assim como o faz Torck (1994) e Espuny (1997), as retomadas diafônicas locais das retomadas diafônicas à distância, segundo os propósitos de maior ou menor imediatismo da representação da fala do interlocutor realizada pelo locutor no seu discurso. Observe-se a diferença, entre a retomada imediata das palavras do outro no segundo ato em:

mais je t'avais dit.

tu m'avais dit, mais j'ai oublié

e a retomada mais distante em:

bon tu me disais dans dix jours, dans quatre jours ou jeudi.

Deve-se também estabelecer uma distinção entre as construções apresentadas como efetivamente ou potencialmente diafônicas ou polifônicas. Embora essas construções não possam ser ilustradas através do fragmento aqui analisado, cito estes dois exemplos:

Tu dis que c'est une erreur, eh bien je ne suis pas d'accord
(diafonia efetiva)

Tu vas me dire que c'est une erreur, eh bien je ne suis pas d'accord
(diafonia potencial).

Finalmente, convém distinguir os discursos que são meramente representados, sem que seja levados em conta pelo locutor e que constituem os casos não marcados, de outros discursos que são ao mesmo tempo representados e levados em conta pelo locutor. Veja-se o exemplo seguinte, no qual Marie-Noire sempre considera e reconsidera um enunciado anterior:

Ma meilleure amie, voyons, je t'ai dit cent fois.

A combinação entre as informações enunciativas e lingüísticas permite, assim, caracterizar de maneira precisa as diferentes formas de discursos representados. Vale notar, entretanto, que, ao lado dessas marcas, que se relacionam à combinação entre as informações enunciativas e lingüísticas, existem numerosos casos não marcados, que intervêm na combinação entre as informações enunciativas e referenciais (veja-se o tratamento proposto em Roulet, 1997d).

4.3.3. A combinação entre as organizações enunciativa e periódica

É interessante verificar como se dá a relação entre as estruturas enunciativa e periódica do nosso fragmento. Se nós nos situarmos no plano de enunciação da narrativa, observaremos que a seqüência transcrita a seguir, bastante complexa do ponto de vista enunciativo, por representar cinco intervenções sucessivas de uma troca, forma um único movimento periódico, aqui delimitado pelas chaves ({ }):

{M[*Justement ce soir-là, elle était prise*], P[M[] *mais je t'avais dit,*] M[P[*tu m'avais dit,*] *mais j'ai oublié*], P[*voilà quinze jours que j'ai les places,*] M[*bon, tu me disais* P[*dans dix jours,*] P[*dans quatre jours*] ou P[*jeudi*], *je ne savais pas que c'était le 25 moi, et si je savais que c'était le 25, en tou cas, je ne savais pas que demain, après-demain, c'était le 25, et l'autre semaine Agnès m'avait dit* A[*tu es libre jeudi de l'autre semaine,* *tu comprends?*] }

Essa seqüência distingue-se, portanto, nitidamente do restante do fragmento analisado, no qual, assim como no trecho seguinte, cada intervenção ou réplica representada corresponde a um movimento periódico:

{P[*Tu ne peux pas lui dire, à cette Agnès?*]} {M[*Ecoute, mon petit Philou, je ne peux pas faire ça à Agnès.*]} {D'abord, qui c'est, M[*Agnès*], *tu en parles* M[] *comme si, d'où elle sort...* } {M[M[*Ma meilleure amie,*] *voyons, je t'ai dit cent fois!*]} {P[*Jamais de la vie, jamais de la vie.*]} {M[*Agnès, voyons.*]} {P[M[] *Eh bien, M[*Agnès*], quoi, qui, M[*Agnès*]?*]} {M[*Même que je t'ai demandé...*]} {P[*Tu ne m'as rien demandé, première nouvelle.*]} }

Dito isso, no conjunto do fragmento, as representações das intervenções não são demarcadas nem por travessões, nem por aspas (diferentemente do diálogo de Proust descrito em Roulet, 1995); além disso, elas estão dispostas seqüencialmente, mas não alinhadas (conforme se observa, por exemplo, nas intervenções das trocas em Flaubert ou Maupassant). Conforme já aponte, essa disposição gera efeitos, de um lado, como o de tornar às vezes fluidas as fronteiras entre os enunciados emitidos e representados pelo narrador; de outro lado, gera o efeito de criar uma tensão entre as formas diretas, que põem no primeiro plano a troca entre os interlocutores, e a disposição seqüencial, que tende a narrativizar a troca.

4.3.4. A combinação entre as estruturas hierárquica, relacional e enunciativa

A combinação entre as dimensões hierárquica e enunciativa confirma uma observação já feita em Roulet et al. (1985), ou seja, de que os constituintes diafônicos têm, em geral, um estatuto subordinado. Aí o locutor retoma, num primeiro momento, o discurso do seu interlocutor para subordiná-lo ao seu próprio discurso. É este o caso das três intervenções analisadas a seguir, como o mostra a combinação das análises apresentadas em 4.1.2. e 4.2.2., no esquema abaixo, no qual indicamos, na estrutura hierárquica, os segmentos representados (em negrito):

A combinação entre as estruturas enunciativas e relacionais vêm confirmar uma outra constatação feita no decorrer das análises de uma carta de George Sand (Roulet, 1993) e de um diálogo romanesco de Proust (Roulet, 1995), ou seja, a de que as construções diafônicas são as mais freqüentemente ligadas por uma relação interativa de contra-argumento com o discurso do locutor. Isso está ilustrado, através combinação das análises representadas em 4.2.1. e 4.2.2., no esquema abaixo, no qual as três retomadas diafônicas são seguidas de *mais* 21 :

I 1 C-ARG [(*tu dis que tu es prise*)] [*je t'avais dit*].
mais

I 2 C-ARG [*tu m'avais dit*] [*j'ai oublié*]
mais

I 3 COM [COOR [[C-ARG(*tu me disais dans dix jours, quatre jours ou jeudi*)
et mais

COOR [je ne savais pas que c'était le 25 moi] [HYP [je savais que c'était le 25]]]]
et si

REF [(que je le sache ou non)]je ne savais pas que demain, après-demain c'était le en tout cas
25]] [l'autre semaine Agnès m'avait dit tu es libre jeudi de l'autre
semaine]](tu comprends?)

Podem-se encontrar vários outros exemplos dessas reprises diafônicas marcadas por *mais* no nosso diálogo:

Eh bien, Agnès. quoi, qui, Agnès?

Mais non. je ne t'oublie pas: j'oublie, voilà tout.

Mais après ça, Marina. avec qui, Marina. je pourrais parler?

Eh bien, tâche d'en avoir une troisième pour Agnès

Nos quatro casos, o conectivo inicial da réplica, *mais* ou *eh bien*, marca um encadeamento implícito, de uma relação de contra-argumento, com o discurso do interlocutor (vide os desenvolvimentos em Perrin, 1996b: 146, sobre a função das retomadas diafônicas como argumentos de autoridade no diálogo). Trata-se de uma das estratégias de negociação mais hábeis e a que melhor controla a face do interlocutor, apoiando-se em uma representação do discurso deste para inverter a sua orientação argumentativa.

4.3.5. A combinação entre as organizações enunciativa e informativa

O módulo informativo descreve, além dos objetos do discurso que são sucessivamente ativados no texto, os eventuais traços dos pontos de ancoragem de tais objetos do discurso no texto (cf. Grobet, 1996, 1997 e Roulet, 1996, 1998). Geralmente esse processo não intervém na retomada do discurso do outro. Assim, nesta seqüência:

Bien, tu iras seul

Oh, tu ne vas pas me faire ça

Onde o *ça* é o traço do ponto de ancoragem na memória discursiva, “*tu iras seul*”, do objeto do discurso: “*tu ne vas pas me faire*”.

Acontece, entretanto, que o enunciador começa por reativar, reformulando, o objeto do discurso introduzido pelo interlocutor, sobretudo se este não figura no ato precedente, para fazer deste, mais

explicitamente, o ponto de ancoragem da sua reação. Dessa forma, no exemplo seguinte:

Eh bien tâche d'en avoir une troisième pour Agnès.

Justement, elle est seule.

Une troisième.

Le jeudi matin, comme c'est commode.

Une troisième constitui uma retomada diafônica cuja função é, sem dúvida, reativar o objeto do discurso ativado pelo penúltimo ato, fazendo dele, o mais claramente possível, o tópico da reação.

O mesmo vale para estas seqüências:

D'abord, qui c'est.

Agnès.

tu en parles comme si

Eh bien Agnès.

quoi, qui,

Agnès?

A combinação entre as estruturas enunciativas e informativas permite, assim, explicar o emprego tópico das retomadas diafônicas. Já tive a oportunidade de mostrar, em Roulet (1993), que a situação de interação tipicamente diferenciada da troca epistolar²² favorecia esse tipo de emprego.

4.4. Sobre a organização polifônica do texto

Se recapitularmos brevemente as observações feitas até aqui, constataremos que o nosso texto apresenta uma organização polifônica bastante complexa, em dois planos de enunciação, interferindo em todos os tipos de discursos representados e ilustrando de maneira satisfatória as diversas funções de tais formas na narrativa e no diálogo.

A narrativa é predominantemente polifônica, pois está centrada na representação das sucessivas intervenções da troca entre os personagens. A organização polifônica da narrativa é caracterizada, do ponto de vista lingüístico, pela predominância de representações diretas das intervenções (mas sem travessões nem aspas). Já do ponto

de vista periódico, caracteriza-se por um alinhamento de falas do narrador e dos personagens, ou até mesmo uma fusão parcial na passagem na qual as falas são apenas separadas por vírgulas. Daí o duplo efeito, já salientado, de atenuação das fronteiras entre os discursos, uns dos outros, e de tensão entre a forma dialógica (privilegiando a experiência direta das falas dos personagens) e a forma narrativa (na qual se privilegia a voz e o pontos de vista do narrador). Tudo isso atende, sem dúvida, ao duplo objetivo, etnológico e experimental, do narrador (que acredita ser um linguísta) e do autor de *Blanche ou l'oubli* (vejam-se os comentários de Bounoux, 1973).

Se se examina agora o próprio diálogo entre os personagens, observa-se ser ele fortemente marcado do ponto de vista diafônico, uma vez que possui uma dezena de menções do discurso do interlocutor ou da interlocutora, em sua maioria implícitas (através do *mais, eh bien* ou *voyons*). A própria escolha e frequência desses conectivos (oito ocorrências) indica que a alusão ao discurso do interlocutor ou da interlocutora é feita para reverter a orientação argumentativa. Encontra-se aí o tipo de estrutura diafônica predominantemente implícita e contra-argumentativa que já havia sido por mim descrita num diálogo de *Sodome et Gomorrhe* (cf. Roulet, 1995), e que equivale, indubitavelmente, à estrutura típica das negociações entre casais, sobre projetos antagônicos, que são bastante ameaçadores para as faces dos interactantes.

5. Conclusão

Parti da necessidade de construir um modelo baseado em um número limitado de hipóteses simples e restritivas, de tal forma que pudesse dar conta da organização complexa de discursos particulares. Espero ter conseguido mostrar que esse projeto é realizável e, ainda que restem seguramente numerosos pontos a serem aprofundados com precisão, em particular a formação de regras de *couplage* (combinação), é possível dar conta, de maneira construtiva e racional, partindo de hipóteses simples, da organização do discurso em geral e da organização polifônica de um discurso específico.

NOTAS

1 Texto traduzido do original por Sueli Pires (junho/98).

2 Utilizamos o termo *linguageiro* no lugar de verbal, para recobrir as ações ilocucionárias que podem ser executadas de forma não-verbal: saudar, aquiescer, recusar, etc., e a expressão *predominantemente lingueira* para indicar que estamos centrando nossa atenção nas atividades lingueiras, sem descartar, entretanto, as atividades não lingueiras intersticiais (quando um balconista de uma livraria acende um cigarro durante uma operação de venda) ou concomitantes (quando ele consulta um catálogo durante a mesma transação).

3 Veja-se a caracterização de modeló formulada por Berrendonner (in COSNIER & al. 1982: 15): “*Toda atividade científica é uma tentativa de um objeto liberado pela experiência, um material observável qualquer. A sua representação equivale à sua reprodução abstrata, à sua simulação através de conceitos, significados produzidos por um discurso. um 'modelo' só pode ser concebido como o produto da prática científica assim concebida. Ele se define como simulação abstrata de uma dada experiência*”. Para se tornar atraente, esse modeló deve assumir a forma de um conjunto organizado de hipóteses explícitas e restritas, para definir um objeto, no caso o discurso, do qual deve ser capaz de dar conta.

4 Para um histórico mais detalhado acerca do modelo de Genebra, vide ROULET (1989 a, b).

5 Veja-se os trabalhos reunidos em COLE & MORGAN (1975) e em *Communication*, n. 32 (1980).

6 Tradução do termo *échange*, em francês.

7 Mencionem-se as dimensões argumentativa (Ducrot, Plantin), polifônica (Bakhtin, Ducrot), ilocucionária (Searle, Vanderweken, Trognon), composicional (Adam, Bronckart), hierárquica (Sinclair & Coulthard, modelo genebrino, Teoria da Estrutura Retórica), relacional (Ducrot, modelo genebrino, Teoria da Estrutura Retórica, Schiffrin, Asher), periódico (Berrendonner, Vincent), informacional (modelo de Praga, Combettes, Chafe, Berthoud), inferencial (teoria da pertinência), interacional (Goffman, etnometodologia, Brown & Levinson, Kerbrat-Orechioni, Vion, Charaudeau), psicológica (Auchlin), acional (Bange), social (análise crítica do discurso), prosódica (Coulthard, Selting & Couper-Kuhlen).

8 Veja-se, inicialmente, SCHIFFRIN et al. (1994), a título de uma primeira tentativa mais elaborada, a abordagem sistêmica de HALLIDAY (1978).

9 Isso, entretanto, não implica deixar de levá-las em conta, pois são constitutivas do discurso.

10 Segundo Simon (1962), a análise de um sistema complexo em subsistemas apresenta as seguintes vantagens: possibilita a decomposição de um grande problema em problemas de dimensão razoável (473); ganha em cumulatividade, graças à possibilidade de se construir, passo a passo, e de se estabelecer os avanços (ao menos provisoriamente): “*In problem solving, a partial result that represents recognizable progress toward the goal plays the role of a stable sub-assembly.*” (472); veja-se o exemplo da fabricação do relógio (470).

11 Lembre-se de que, segundo NÆlke (1994: 77) “*cada módulo deve fornecer uma descrição do dispositivo que lhe cabe, de forma exaustiva, coerente, bastante econômica e nocionalmente independente dos outros módulos; cada módulo deve ser construído de forma a assegurar a máxima compatibilidade com os outros módulos, o que permitirá a postulação de um número razoável de meta-regras.*”

12 Processo no. 1214-043145.95.

13 Grosso modo, poderíamos traduzir como acoplamento.

14 Em francês, respectivamente, *échange, intervention, acte e tour de parole.*

15 Paris: Gallimard, 1967: 141-142.

16 Assim como Fairclough (1988), utilizo o termo ‘discurso representado’, em vez de terminologias usuais como ‘discurso reportado’ ou ‘reprise’, pois o discurso em questão não foi necessariamente enunciado anteriormente (pode tratar-se de uma antecipação do discurso de outrem) nem foi necessariamente formulado (ele pode estar somente indicado ou implícito), como procurarei mostrar mais adiante.

17 Assim como Clark (1996: 355), estabeleço a distinção entre *emboitement (layering)*, que indica somente a inserção de uma estrutura em outra, sem relação hierárquica e relacional entre as mesmas, do termo *enchâssement (embedding)*, que implica uma relação de subordinação.

18 Em francês, *couplage.*

19 Em francês, *tenue*

20 A decisão de se levar em conta os discursos referidos está ligada ao que se observa nos encadeamentos análogos que se dão sobre os mesmos e, ainda, ao que se pode observar sobre os discursos representados; vejam-se as semelhanças entre *Tu dis que tu n'es pas d'accord, eh bien je maintiens ma position; tu protestes, eh bien je maintiens ma position; malgré tes protestations, je maintiens ma position.*

21 Equivalente ao *mas*, adversativo, em português.

22 Em francês, *échange épistolaire.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUCHLIN, A. **Faire, montrer, dire. Pragmatique comparée de l'énonciation en français et en Chinois.** Berne: Lang, 1993.
2. _____. **Présentation, Cahiers de linguistique française, n. 18.** p. 331-338, 1978.
3. BAKHTINE, M. **Esthétique et théorie du roman.** Paris: Gallimard, 1978.
4. BENVENISTE, E. **L'appareil formel de l'énonciation. Langages, n. 17,** p. 12-18. 1970.
5. BERRONDONNER, A. **Connecteurs pragmatiques et anaphore. Cahiers de linguistique française, n. 5,** p. 215-246, 1983.
6. BOUGNOUX, D. **Blanche ou l'oubli d'Aragon.** Paris: Hachette, 1973..
7. BURGER, M. **L'enjeu identitaire: pour une pragmatique psychosociale.** Thèse. Université de Genève, 1997a.
8. _____. **Positions d'interaction: une approche modulaire. Cahiers de linguistique française, n. 19,** p. 11-46, 1997b.
9. CHARAUDEAU, P. **Le dispositif socio-communicatif des échanges langagiers. Verbum, v. XII.** p. 13-25, 1989a.
10. _____. **La conversation entre le situationnel et le linguistique. Connexions, n. 53,** p. 9-22, 1989b.
11. _____. **Le dialogue dans un modèle de discours. Cahiers de linguistique française, n. 17,** p. 141-178, 1995.
12. _____. **Le discours d'information médiatique.** Paris: Nathan, 1997.
13. CHAROLLES, M. **Les plans d'organisation textuelle: périodes, chaînes, portées et séquences. Pratiques, n. 57,** p. 3-13, 1988.
14. CLARK, H.H. **Using language.** Cambridge: C.U.P, 1996.
15. COLE, P., MORGAN, J.L. (eds.) **Syntax and Semantics III : speech acts.** New York: Academic Press, 1975.
16. COSNIER, J. et al. **Les voies du langage.** Paris: Dunod, 1982.
17. DRESCHER, M., KOTSCHI, T. **Das 'Genfer Modell'. Diskussion eines Ansatzes zur Diskursanalyse am Beispiel der Analyse eines Beratungsgesprächs. Sprache und Pragmatik, n. 8,** p.1-42, 1988.
18. DUCROT, O. et al. **Les mots du discours.** Paris: Minuit, 1980.

19. EGNER, I. *Analyse conversationnelle de l'échange réparateur en wobé*. Bern: Lang, 1987.
20. EHLICH, K. (ed.) *Diskursanalyse in Europa*. Francfort: 1994.
21. ESPUNY, J. *Etude de la diaphonie dans des dialogues en face à face*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1997.
22. FAIRCLOUGH, N. *Discourse representation in media discourse*. *Sociolinguistics*, n. 17, p.125-139, 1988.
23. _____. *Discourse as social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
24. _____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Londres: Longman, 1995.
25. FILLIETTAZ, L. *Vers une approche interactionniste de la dimension référentielle du discours*. *Cahiers de linguistique française*, n. 18, p. 33-64, 1996.
26. _____. *Des enjeux actionnels dans les interactions verbales: une définition de la dimension référentielle du discours*. *Cahiers de linguistique française*, n. 19, p. 47-82, 1997.
27. FODOR, J. A. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT Press, 1983.
28. GARFIELD, J.L. (ed.) *Modularity in knowledge representation and natural-language understanding*. Cambridge: MIT Press, 1987.
29. GHIGLION, TROGNON, A. *Où va la pragmatique?* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993.
30. GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Minuit, 1973.
31. _____. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.
32. GROBET, A. *Phénomènes de continuité: anaphoriques et traces de point d'ancrage*. *Cahiers de linguistique française*, n. 18, p. 69-93, 1996.
33. _____. *La ponctuation périodique dans les dimension périodique et informationnelle du discours*. *Cahiers de linguistique française*, n. 19, p. 83-123, 1997.
34. HALLIDAY, M.A.K. *Language as social semiotics*. Londres: Arnold, 1978.
35. KASHER, A. *On the pragmatics modules: A lecture*. *Journal of pragmatics*, n. 16, p. 381-397, 1991.
36. KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris: Colin, 1990, 1992 e 1994 (3 vol.).

37. _____. A multi-level approach in the study of talk as interaction. *Pragmatics*, n. 7, p. 1-20, 1997.
38. KRANZ, B. *Fragen und Befragungstypen. Die Befragung in Vorstellungsgesprächen un anderen Gesprächstypen*. Thèse. Université de Genève, 1997.
39. MICHE, E. *Secuencias discursivas del desacuerdo*. Santiago de Compostella: Verba, 1998.
40. MOTSCH, W. Dialog-Texte als modular organisierte Strukturen. *Sprache un Pragmatik*, n. 11, p. 37-66, 1989.
41. _____. Anforderungen an eine modulare Textanalyse. *Sprache un Pragmatik*, n. 24, p. 47-61, 1991.
42. NÆLKE, H. *Linguistique modulaire: de la forme au sens*. Louvain: Pecters, 1994.
43. PERRIN, L. "Du dialogue rapporté aux reprises diaphoniques". *Cahiers de linguistique française*, 16, 1995, p. 211-240.
44. _____. "De la structure énonciative et de l'organisation polyphonique d'un échange épistolaire". *Cahiers de linguistique française*, n. 18, p.129-156, 1996b.
45. PIKE, K. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. La Haye: Mouton, 1967.
46. PIRES, S. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
47. ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation*. Berne: Lang, 1994.
48. ROULET, E. *Linguistique et comportement humain. L'analyse tagmémique de Pike*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1974.
49. _____. "Échanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation". *Études de linguistique appliquée*, n. 44, p. 7-39, 1981.
50. . "L'Unité de linguistique française et l'analyse du discours. Du passé récent au futur proche". *Cahiers de linguistique française*, n. 10, p. 3-12, 1989a.
51. _____. "De la structure de la conversation à la structure d'autres types de discours", in *Modèles du discours. Recherches actuelles en Suisse romande*. Berne: Lang, 1989b, p. 35-60.
52. _____. "Vers une approche modulaire de l'analyse du discours" *Cahiers de linguistique française*, n. 12, p. 53-81, 1991.

53. _____. "On the structure of conversation as negotiation", SEARLE, J.R. & al., 9, 1992, p. 1-99.
54. _____. "De la structure diaphonique du discours épistolaire: à propos d'une lettre d'Aurore Dupin à sa mère", *Mélanges offerts à Peytard. Annales littéraires de l'Université de Besançon*, t. 1, 1993, p. 84-99.
55. _____. "L'analyse du dialogue dans une approche modulaire des structures du discours: l'exemple du dialogue romanesque. In: HUNDSNURSCHER, F., WEIGAND, E. (éds.). *Future perspectives of dialogic analysis*. Tübingen: Niemeyer, 1995, p. 1-34.
56. _____. "Une approche modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien". *Cahiers de linguistique française*, n. 18, p. 11-32, 1996.
57. _____. "A modular approach to discourse structures". *Pragmatics*, n. 7, p. 125-146, 1997a.
58. _____. "Polyphony", in VERSCHUEREN, J. ÖSTMAN, J.-O., BLOMMAERT, J. (eds.). *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: J. Benjamins, 1997b.
59. _____. "L'analyse du dialogue comme forme et comme activité discursives", LUZZATI, D. & al. (éds) *Le Dialogique*, Berne: Lang, 1997c, p. 97-122.
60. _____. "L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romanesque". *Cahiers de linguistique française*, n. 19, p. 149-179, 1997d.
61. _____. "Dialogism and modularity: the topical organization of dialogues", CMEJROVA, S. & al. (éds.). *Dialoganalyse VI. Referate der 6. Arbeitstagung*. Prag 1996. Tübingen: Niemeyer, 1998, p. 49-60.
62. ROULET, E. & al. *L'articulation du discours en français contemporain*. 3ème éd., Bern: Lang, 1991.
63. RUBATTEL, C. "Polyphonie et modularité". *Cahiers de linguistique française*, n. 11, p. 297-310, 1990.
64. SABAH, G. *L'intelligence artificielle et le langage. Processus de compréhension*, vol. 2. Paris: Hermès, 1989.
65. SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Oxford: Blackwell, 1994.
66. SEARLE, J.R. & al. (On) *Searle on Conversation*. Amsterdam: J. Benjamins, 1992.
67. SIMON, H.A. "The architecture of complexity". *Proceedings of the American Philosophical Society*. 106, 1962, p. 467-482.

68. SINCLAIR, J., COULTHARD, J.M. **Towards an analysis of discourse.** Oxford: University Press, 1975.
69. SPERBER, D., WILSON, D. **Relevance.** Oxford: Blackwell, 1986.
70. VIEHWEGER, D. "Coherence – Interaction of modules". HEYDRICH, W. & al. (eds). **Connexity and Coherence**, Berlin: de Gruyter, 1989, p. 156-274.

Harris - o discurso e a questão da forma: controvérsias e perspectivas

SAMUEL MOREIRA DA SILVA

1. Introdução

Falar sobre Harris pode parecer, à primeira vista, tarefa fácil. Fácil porque, enquanto teórico da linguagem, ele pode ser tomado, em certa medida, como canônico. Fácil porque muito se tem a dizer sobre ele, sua obra, seu rigor, o pensamento bloomfieldiano levado a conclusões lógicas. Seu livro *Methods in Structural Linguistics*, 1951, é a expressão maior do Distribucionalismo, a direção do estruturalismo americano, que determina as unidades fundamentais de uma língua em lhes estabelecendo a distribuição. Aqui a contribuição de Harris faz-se requinte.

O texto *Discourse Analysis*, 1952, extensão dos mesmos métodos distribucionalistas de análise, levados além das fronteiras da frase, pode ser tomado - e há quem o faça - como o marco da pesquisa inicial em análise do discurso. Embora nele predomine o morfo-sintático e nenhuma atenção se dê a aspectos semântico-cognitivos e/ou pragmáticos.

Com a análise do conjunto de uma língua, tem-se a *Linguística Descritiva*¹, a LD. Com a análise dos conjuntos todos de um só texto, tem-se a *Análise do Discurso*, a AD. LD e AD fazem-se assim equivalentes. [Na fórmula de equivalência do próprio Harris: LD=AD]. Um ponto de vista puramente formal percorre a ambas, e busca listar classes, segmentos, estruturas, tipos, extensional-objetiva-e-sistematicamente, sem recorrer ao sentido, “*sem sair do quadro puramente formal de ocorrências*” (Harris, 1952: 378/382). Posição metodológica elementar que rejeita os recursos do conteúdo e os da situação. Onde a análise do discurso?

Por outro lado, pode parecer que tudo isso faz parte de uma história que já se passou, e quem quer que seja estará livre de se estender, ou não, sobre Harris, sua obra, sua influência. “... *aussi ne faut-il*

pas s'illusionner sur la référence à Harris dans les travaux contemporains" (Guespin, 1971: 14). O estudo distribucionalista de Harris ficou sem ressonância na lingüística textual feita depois (Marcuschi, 1983: 5). O distribucionalismo - ele mesmo - é paradigma caduco.

Falar sobre Harris pode também ser tomado como uma tarefa difícil. Difícil, primeiramente, porque não é atraente e descontraída a leitura de sua obra. Paga-se, por assim dizer, o preço da precisão. Difícil porque - **num domínio de controvérsias** - encontram-se razões para diferentes pontos de vista sobre propostas como as dele. Pode-se argumentar, por exemplo, que há vantagens em não envolver questões de conteúdo na análise do discurso, ou que, em algum momento, o discurso é um nível estruturável, além da frase, visão das ocorrências intra-textuais em sua coesão puramente formal, definindo-se em nível interno. Difícil ainda porque, de seus métodos, é mais acessível a compreensão que a aplicação. Se a identidade de dois ambientes não é sempre evidente para o 'cálculo' dos morfemas, no nível da palavra, será raríssima no da distribuição frástica. A análise de texto não poderá ser entendida como sendo, para morfemas em seqüências maiores, mera extensão das condições de distribuição que lhes definem as classes.

O paradoxo da situação *fácil e difícil ao mesmo tempo* se acentua quando, no quadro de uma mesa redonda, Harris se coloca ao lado de Benveniste e de Bakhtin³, e o tema é o movimento do *enunciado* e da *enunciação*. Bakhtin busca a evolução criadora ininterrupta, Benveniste acentua a importância do sujeito e o papel da intersubjetividade no exercício da língua, Harris - o "cryptoanalista" -, representa o objetivismo abstrato, centrando-se na só forma aparente idêntica a si mesma, nela e por ela, pretendendo-a alheia a toda humana lide. Provost-Chauveau (1971: 13) dizia "*de pure incompatibilité*" as relações entre, de um lado, Harris e, de outro, Benveniste e Jakobson. Essa incompatibilidade será certamente acentuada com Bakhtin substituindo Jakobson.

2. O "discurso" para Harris

O discurso - para Harris, já na primeira linha de seu texto de 1952 - conceitua-se como "*connected speech (or writing)*", "*énoncé suivi (écrit ou oral)*", na tradução francesa. Trata-se de um "todo específico", uma seqüência estruturável individualmente, frases

"pronunciadas ou escritas uma depois da outra por uma ou várias pessoas numa só situação"- restrição sem importância em face do fato de que "todas as ocorrências da língua são internamente conectadas", dispondo de coerência interna. Mas, discurso, para Harris, é uma palavra, simplesmente, para "connected speech". Exprime "um todo específico", produzido "numa só situação". Concorre com "text". É um conjunto não arbitrário de frases. Já na introdução de seu trabalho, - antes dos preliminares - pode-se contar pelo menos dez ocorrências do termo "text", usada em substituição a "connected speech", equivalentes no sentido de estrutura fechada e acabada, os elementos se definindo no conjunto de suas relações.

Independentemente do uso de uma expressão ou outra, a língua(gem) não se manifesta - "em palavras ou frases independentes" - escreve ele - mas em discurso seguido. que este seja um enunciado reduzido a uma palavra ou uma obra em dez volumes. um monólogo ou uma discussão política." (Harris, 1952:357/10). Levanta-se a hipótese da existência de uma organização na sequência de frases, de um conjunto de regras que não se reduz obrigatoriamente à enumeração das restrições sintáticas recuperáveis no interior das frases. No entanto, seja no "conglomerado arbitrário de sentenças", quando se pode "checar a descrição gramatical", seja nas "sucessivas sentenças do discurso conectado", a preocupação de Harris é com o "campo fértil" da descrição linguística e da extensão da metodologia que abraça. Sua meta é o estudo "da distribuição relativa de elementos numa cadeia de fala seguida", tendo o além-da-frase como escopo. Parece difícil para Harris, como para muitos linguistas da época, deixar de ver a descrição da língua e a explicitação sempre mais rigorosa dos próprios métodos como as únicas tarefas de sua ciência. Ultrapassar os limites da frase, sim, mas sem perder seu quadro teórico de referência. Bem ao contrário, importa fortalecê-lo sempre mais.

Vemos assim o termo discurso ainda com seu uso pluralizado, faltando-lhe ajustes conceituais. "Longe de ser um primitivo-escreve Gadet (1990: 7): discurso "é um conceito que a reflexão deve visar a construir". O discurso na sua fluidez, enquanto seu objeto é o invisível, e o discurso na sua concreção, enquanto expressão em corpo sonoro.

3. A LD de Harris

A Linguística Descritiva, a que Harris sempre se refere, na extensão de seus textos, é a metodologia distribucionalista, com seus processos

de descoberta. Seu objeto de análise são as ocorrências e a distribuição dos elementos - as unidades discretas, identificáveis, de uma língua. Harris não tem os dilemas do estruturalista europeu. Para ele - conforme o ensaio de Leeman (1973) - a descrição sincrônica é automática. Nada de *substância e forma*, nada de "langue" e "parole", nada de dupla articulação. Harris busca as regularidades dos traços da fala, estocados no *corpus*, base da análise. O ensaio de Leeman (1973: 9) traça o perfil dessa proposta. O postulado básico de Harris é assim descrito:

"Les hommes communiquent entre eux; l'acte de parole ne peut être une simple suite de sons émis au hasard, on doit donc pouvoir y déceler des éléments qui se retrouvent dans d'autres actes de parole, par conséquent isolables et descriptibles."

Explica-se assim a rejeição das noções mentalistas e dá-se foco ao rigor, à precisão, à clareza das noções em relação biunívoca com os fenômenos - tudo matematizável, formalizável, asemântico, quase assepsia. A linguística descritiva não se preocupa do sentido dos morfemas. Não está armada para dar conta da situação social. Ela pode somente definir a ocorrência de um elemento lingüístico em função da ocorrência de outros elementos. Buscando pôr ordem no *corpus*, persegue - inúteis os critérios semânticos e funcionais da lingüística tradicional - a classificação distribucional dos constituintes imediatos. A tarefa é árdua. Os segmentos têm raramente a mesma distribuição. Há diferenças, a cada passo, que devem ser consideradas ou desprezadas. *Para todo elemento da classe A, encontra-se pelo menos um elemento da classe B - distribucionalmente de mesma natureza - tal que sua justaposição constitui um constituinte imediato no corpus.* Regras assim, etapa por etapa, reconhecem classes e regularidades de sua combinação mútua. As fórmulas individuais, difíceis de manejar, "não constituem uma base satisfatória para proceder a uma análise comparada e para deduzir conclusões gerais". Eis por que "reagrupam-se em uma classe os elementos que têm distribuições semelhantes e, a partir daí, fala-se da distribuição da classe considerada como um todo, ao invés da de cada um dos elementos tomados separadamente" (Harris, 1952: 360/14). A homogeneidade de distribuição das classes aumenta e se faz mais rigorosa em cada nova etapa - e isso leva Harris a idealizar a estrutura distribucional da língua, definida assim, noção puramente formal,

longe de noções intuitivas e finalistas como as de sentido ou de função.

Orientada para o problema de prover a lingüística com um procedimento mecânico de descoberta da gramática correta de algum *corpus* dado, a teoria de Harris pode ser vista como tendo a forma melhor e a mais resoluta. Persegue-se a explicitação rigorosa desse mecanismo, espera-se que o automatismo se faça possível e que se produza mecanica e automaticamente a descrição gramatical de um *corpus*.

4. A "análise do discurso" de Harris

Método formal, extensão da LD, a AD de Harris analisa a distribuição dos morfemas no *emunciado seguido* - o texto. A particularidade de não ter a frase como limite e o limite de cada frase - na LD considera-se cada frase separadamente - cria um problema para a descrição. Agora, tem-se o texto como um todo, e os membros das classes de eqüivalência podem ser diferentes em cada frase. A esse liga-se um outro problema: a questão das relações entre a "cultura" e a língua (i.e: entre o *comportamento* não-verbal e o verbal). Há uma co-ocorrência da situação e do discurso, e correlações formais podem existir entre os dois, na escolha gramatical e lexical de morfemas, na seleção de recursos morfo-sintáticos.

Nada de novo, no entanto, como nos diz o próprio Harris: "*As técnicas lingüísticas foram elaboradas para permitir estudar todo emunciado, qualquer que seja sua extensão*". (Harris, 1952: 356/9). A descrição lingüística tem processos similares em todos os níveis. A frase como o limite da análise - uma vez que as interdependências de dois elementos não ultrapassam esse limite - não impediu que se fizessem gramáticas adequadas. É argumentando assim que Harris sugere solução para o problema do prolongamento da análise lingüística para além dos limites da só-frase, quando correspondências diferentes podem caracterizar-se como particulares de um texto, de um grupo de textos semelhantes, de um autor, etc. (Harris, 1952: 363/18). O segundo problema, que, em última análise, deveria fornecer subsídios para o entendimento do primeiro - "*como vai?*" é uma forma de polidez antes que uma pergunta sobre a saúde do interlocutor, escreve Harris -, continua sendo tomado como extra-lingüístico. Dado que o problema da distribuição das frases num texto, "*um todo específico*" não foi ainda estudado com precisão - essa parece ser a linha de reflexão de Harris - não há como afirmar que não se possa depreender

a existência de relações entre as frases, e que essa tarefa não possa ser feita por meio de procedimentos formais do quadro metodológico distribucionalista. Mesmo armando-se de precauções contra generalizações precipitadas, há a indicação de direções de pesquisas abertas pela aplicação do método a numerosos textos. Questões de gramática num nível superior ao da frase terão sido tratadas e um problema lingüístico terá sido resolvido, se os agrupamentos característicos de seqüências de frases puderem ser recuperados e formalizados por regras distribucionais. Se, por outro lado, as análises depreenderem estruturas formais que correspondem a certos textos, e não a outros, se detectarem relacionamento dessas estruturas com dados situacionais precisos, então, fundada sobre princípios de análise ao mesmo tempo explícitos e rigorosos, ter-se-á uma primeira direção para a constituição de estudos sociolingüísticos. Pode-se pensar que se vislumbra assim parte elegante de solução do segundo problema.

De fato, com a análise da ocorrência de elementos feita em função de um texto particular, Harris quer mais que a simples maneira de como a gramática da língua se ilustra nesse discurso, quer depreender estruturas, e particularidades no interior delas, semelhanças e diferenças entre elas, mais do que o que diz o texto, as significações próprias na escolha de morfemas, quer o como o diz, depreender esquemas de recorrência de morfemas, correlações formais, e evidenciar padrões definidos para textos, para indivíduos, para estilos, para temas dados.

Claro, para essa análise ele tem de contar com a repetição de elementos, com as recorrências. É o de que se deve constituir um discurso, para que uma análise distribucional possa ser feita. Excetuando os nomes próprios, os nomes de pessoas, poucas palavras, no entanto, têm distribuição idêntica no conjunto de uma língua. O discurso terá se de fazer de texto repetitivo, com frases paralelas idênticas, legendas em eco, provérbios, slogans ou relatos científicos 'secos', precisos. Só assim, sobre relações que ultrapassem os limites da frase poderão ser esperados resultados, que requeiram apenas, como conhecimento lingüístico, os limites dos morfemas, as classes gramaticais a que pertencem, e as relações gramaticais possíveis entre as frases [Harris 1953: 375/34].

Seqüência de formas lingüísticas dispostas em frases sucessivas compõe o material de análise. Não há elementos que sejam mais

importantes que outros. Eventual tratamento especial será devido a particularidades estabelecidas gramaticalmente. A distribuição de cada elemento será feita nos limites estritos da seqüência conectada de frases - seja um parágrafo, seja um livro. A análise formal localiza elementos lingüísticos no interior desse material. Procura estabelecer empiricamente como se apresentam no texto; a ocorrência relativa dos elementos, e as correspondências entre eles: quais se encontram ao lado de quais outros, ou no mesmo ambiente etc. Vale-se de regras da gramática, verdadeiras para toda frase com certa forma dada. Por exemplo: de toda sentença ativa pode-se - [é a estrutura mesma do texto que determina quando a transformação se dá] - obter uma passiva. Com esse recurso pode-se transformar certas frases em outras gramaticalmente eqüivalentes, as operações fazendo-se possíveis em diferentes passagens do texto. Como objetivo, busca-se, reagrupando elementos com distribuição semelhante, uma representação da estrutura textual, caracterizando as classes de segmentos recorrentes. O princípio das classes de eqüivalência tem papel altamente relevante. A noção de eqüivalência aproxima duas seqüências do enunciado, até à mútua substituíbilidade, em algumas instâncias. A concepção de enunciado em discurso exige que sejam formuladas as regras de encadeamento, na hipótese dos discursos se apresentando com traços formais característicos.

Pertencem a uma mesma classe de eqüivalência aqueles elementos ou seqüências de elementos que, ou se encontram nos mesmos ambientes (identidade) ou em ambientes eqüivalentes. Temos então as classes de eqüivalência.. O esquema abaixo permite o estabelecimento destas noções:

(1) As seqüências:

(i) AM e $AN \rightarrow M=N$ (eqüivalência de 1º grau)

(ii) BM e $CN \rightarrow B=C$ (eqüivalência de 2º grau)

(iii) BK e $CL \rightarrow K=L$ (eqüivalência de 3º grau)

M e N, em (i), encontram-se no mesmo ambiente, isto é: precedidos de A. Dizemos que M e N são eqüivalentes - em 1º grau. B e C, em (ii), precedem M e N. Como sabemos que M e N são eqüivalentes, dizemos que B e C também o são. Eqüivalência de 2º grau. Dizer que B é eqüivalente a C, isto é: $B=C$, não quer dizer que B e C sejam iguais, nem que signifiquem a mesma coisa. Trata-se de simples questão de distribuição. "Uma etapa na cadeia de eqüivalências".

M, N, K e L, em (III), são equívales, uma vez que B e C se equívalem. Dois elementos ou seqüências de elementos (duas partes do enunciado) que têm o mesmo ambiente em um lugar do texto são equívales, em outro lugar do mesmo texto, onde não têm o mesmo ambiente. Uma cadeia de equívaleância se forma, então, de que participam as classes de equívaleância A, B e C (classe I) e M, N, K, L (classe 2). Com base nisso, podemos distinguir, e falar em a) ambientes idênticos e b) ambientes equívales.

Harris ilustra seu método, supondo, num texto em análise, as seguintes sentenças (tomei-as da tradução francesa):

(2)

<i>Ici les feuilles tombent vers le milieu de l'automne.</i>	TE
<i>Ici les feuilles tombent vers la fin du mois d'octobre.</i>	TE
<i>Les premiers froids arrivent après le milieu de l'automne</i>	TE
<i>Nous commençons à chauffer après la fin du mois d'octobre</i>	TE
<i>Nous avons toujours des tas d'ennuis quand nous commençons à chauffer</i>	E'T
<i>mais il faut bien être prêt quand les premiers froids arrivent.</i>	E'T

Classe de equívaleância T

- les feuilles tombent vers (T1)*
- les premiers froid arrivent après (T2)*
- nous commençons a chauffer après (T3)*

Classe de equívaleância E (depois de T)

- le milieu de l'automne (E1)*
- la fin du mois d'octobre (E2)*

Classe de equívaleância E' (depois de T)

- nous avons toujours des tas d'ennuis quand*
- mais il faut bien être prêt quand*

As seis fórmulas seguintes TE, TE, TE, TE, E'T, E'T são propostas. Sugerindo a atuação de transformações, Harris chega mesmo à fórmula TETE para as seqüências E'T, E'T, quando, ao invés de preceder, a classe E' ocorre depois da classe T4. Ele justifica esse tratamento, quando afirma que "nossos conhecimentos lingüísticos da estrutura da frase nos permitem tratar os elementos independentemente de sua ordem" (Harris, 1952: 363/19). É preciso

garantir no entanto - acentua - que tudo não fique equivalente a tudo, diluindo a análise.

Cada frase sucessiva do texto, como se viu do exemplo, é representada por uma seqüência de classes. No entanto, há a ordem das frases a se levar em conta. Uma representação estrutural é proposta então de um quadro de dupla dimensão - uma tabela - que represente os esquemas de ocorrência das classes de equivalência em todo o texto: o eixo horizontal, com os elementos que compõem as frases ou subfrases do texto; e o eixo vertical indicando os diferentes membros de uma classe de equivalência, na ordem sucessiva de aparição, no texto, das frases em que ocorrem. A ordem dos símbolos no eixo horizontal refletem a descrição estrutural, em função das categorias da gramática. Já foi dito que nossos conhecimentos lingüísticos da estrutura sintagmática o permitem. Aqui autorizam-se inclusão de elementos, substituição de uma ordem de morfemas por outra gramaticalmente equivalente (ativa/passiva, por exemplo) e outras transformações. No eixo vertical, no entanto, nenhuma intervenção é possível. A insuficiência da pesquisa lingüística o explica. " *Um estudo mais aprofundado* - diz Harris - *das seqüências de frases na língua nos dará talvez um dia indicações sobre isso (...) mostrará talvez que certas seqüências de frases inteiras são intercambiáveis ou equivalentes: (...). Esperando, - o eixo vertical deve permanecer uma reprodução exata da ordem das frases e subfrases do texto*". (Harris, 1952: 363/19). Para que tenha interesse, o quadro deverá conter classes de equivalência se repetindo, configurando algum esquema característico. Desse quadro se poderá colher análises e exegeses sobre o texto: quanto à distribuição das classes de equivalência e quanto a características da estrutura do texto em sua totalidade.

Até aqui nos limitamos a traçar as linhas gerais do método formal proposto. Na discussão dos processos operatórios, Harris analisa o texto publicitário, apresentado abaixo:

(3)

Millions Can't Be Wrong!

Millions of consumer bottles of X- have been sold since its introduction a few years ago. And four of five people in a nationwide survey say they prefer X- to any hair tonic they've

used. Four out of five people in a nationwide survey can't be wrong. You too and your whole family will prefer X- to any hair tonic you've used! Every year we sell more bottles of X- to satisfied customers. You too will be satisfied!

Trata-se de texto repetitivo, do gênero “*meta isso na sua cabeça*”. É o texto canônico da análise harrissiana. É um texto assim que também se encontra em Ruwet (1980: 204-5), com proposta elementar de apresentação, em tabela, do arranjo das classes de equivalência e da ordem das frases no eixo vertical. Trata-se de propaganda dos cigarros St. Moritz, texto extraído da revista *Realidade*, de maio de 1972:

(4)

Define nobreza. Nos gestos, nas exigências, nos hábitos.

Cigarro St. Moritz é nobreza. Na distinção de seu filtro Gold Band, na mais alta qualidade de seus fumos.

St. Moritz é tão especial que você só o encontrará em Revendedores distinguidos com a placa de Revendedor Autorizado.

A	B	C	D	E
	<i>define</i>	<i>nobreza</i>	<i>nos gestos nas exigências nos hábitos</i>	
<i>Cigarro St. Moritz</i>	<i>É</i>	<i>nobreza</i>	<i>na distinção</i>	<i>de seu filtro Gold Band</i>
			<i>na mais alta Qualidade</i>	
<i>St. Moritz</i>	<i>É</i>	<i>tão especial ...só encon- trará</i>	<i>em revendedores distinguidos com a placa</i>	<i>de Revendedor Autorizado</i>

Outros exemplos ainda, também envolvendo repetições que lembram as cartilhas, tem-se nas propostas de análise, ambas apresentando e ilustrando o método de Harris, de Provost-Chauveau (1971: 14-15)

(5)

Je porte ma jupe rouge.

Je porte des pantalons.

La couturière fait ma jupe rouge

Ce n'est pas la saison des pantalons.

J'ai l'habitude de porter des pantalons

*mais, ce n'est pas la saison des vêtements chauds
et je préfère mettre ma jupe rouge.*

e de OZAKABE (1979: 12):

(6)

O menino viu o quadro.

O quadro era belo.

O menino gostou do quadro.

Mas o pintor não deu o quadro ao menino.

Limitamo-nos até aqui, como já dissemos, a traçar as linhas gerais do método formal de Harris. Mais se aprofunda a leitura do texto *Discourse Analysis*, mais se dá conta de que se trata de uma “obra aberta” - o que não seria de se esperar. Não há unicidade na determinação das classes de equivalência. Não há clareza quanto à maneira, que possa ser operatória, de conduzir a busca dessas classes. A coluna especial, que seria reservada, no início do quadro, para elementos “conjuntivos”, e eventuais seqüências introdutórias que não encontram classes de equivalência, (Harris, 1952: 377/37) teria de receber muitos outros hóspedes, se tentássemos fazer uma matriz, por exemplo, do primeiro parágrafo do discurso do Presidente (Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jul. 1997), por ocasião do terceiro aniversário do Real, um dos discursos do gênero “*meta bem isso na sua cabeça*”:

(7)

Boa noite. O Brasil continua mudando.

Para melhor.

Desde o início de 1994, a economia cresceu quase 14%.

A inflação continua caindo.

O povo, cada vez mais consciente, reivindica mais.

E com razão.

Dentro da democracia.

Para criarmos uma sociedade mais igualitária e mais justa.

*É nesse clima, de otimismo, que desejo recordar
que amanhã o plano real completa três anos.*

Outros expedientes são propostos que alargam o método. A intervenção de relações gramaticais que permitem regularizar, normalizar as frases, é requerida para ampliar a extensão das classes de equivalência. Técnicas são propostas para esse fim, afirmando

generalizações do tipo '*se tal relação vale para duas seqüências nesta língua do texto, também valerá para as seqüências do texto nessa língua*'. Tipos de dependência entre elementos - principalmente pronominal - podem ser exploradas. Harris analisa pronomes pessoais e orações relativas, explorando frases soltas extraídas de uma crônica sobre discos postos à venda, na época (ver: Harris, 1952: 379/39, nota 20):

(8)

Casals, who is self-exiled from Spain, stopped performing after the fascist victory... The self-exiled Casals is waiting across the Pyrenees for the fall of Franco... The memorable concerts were recorded in trades... The concerts were recorded first in tape.

Por fim, há o grande recurso das relações de equivalência que são as transformações. Trata-se de certas constantes fornecidas pela gramática, resultantes de operações de equivalência gerais para toda a língua. Assim, tem-se uma transformação relativa, completiva, nominalizações, coordenação etc. Essas equivalências gramaticais conservam os morfemas e suas relações gramaticais, mas sob outra forma gramatical. (Harris, 1952: 375/36). São os recursos externos ao texto, e permitem a comparação de uma frase do texto com sua transformada na língua. Manipulações no interior da frase, mas com operações explícitas, rigorosas, que não impedem a recuperação inteira da frase do texto. Têm por função regularizar os segmentos que pertencem às frases, conservando sempre os morfemas e as relações gramaticais existentes entre eles. Pode-se constatar, empiricamente, que é relativamente pouco elevado o número de equivalências gramaticais às quais se pode recorrer para reduzir frases de um texto a segmentos semelhantes. Por isso, mesmo não sendo linguista, podemos aprender muito sobre o texto, utilizando (além do método de análise interna do texto) uma lista pré-estabelecida das principais equivalências gramaticais para a língua em questão. (Vale, a propósito, a leitura de Perini, 1995, cap. 7). Pouco importa que seja o sentido que condicione a produção textual, mas Harris, como linguista, contenta-se em gravar as unidades sobre o critério da repetição ou da não-repetição. Ele se coloca no plano do decodificador e utiliza as oposições possuídas pelo locutor da língua que estuda - mesmo que essa língua seja a sua.

Temos de nos contentar aqui com esboço. Também Harris se contentou

em traçar um esboço de seu método. É o que afirma no final de seu texto... De fato, creio que se pode dizer que a análise do discurso de Harris não saiu do projeto (feliz ou infelizmente? - haverá quem pergunte), e encerrou sua carreira apenas como esboço - com a pretensão de dizer coisas sobre vasto domínio. Até onde pude saber, - aparte a influência que exerceu - não foram feitos trabalhos aprofundados nas linhas demarcadas. Os textos ordinários não têm o caráter repetitivo que caracteriza o discurso do “*meta bem isso na sua cabeça*”, fórmula com que Guespin (1971:14) caracteriza textos como os de (2) a (6) acima, que se subordinam mais claramente ao método de análise harrissiano.

5. Harris na “Análise do Discurso”

Harris trouxe a ilusão de que há uma “verdade do texto”, imanente, e o sonho de um tratamento gramatical neutro. A lingüística estruturalista como “*ciência piloto*” - o grande delírio de um tempo - viu privilegiado o distribucionalismo de Harris, caminho para a formalização e a informatização, ambições de tratamento alternativo à análise do discurso, na busca de maior coerência, suporte morfo-sintático para a definição de heurísticas, a lingüística devendo prover procedimentos mecânicos de descoberta da gramática correta de um *corpus* dado. O distribucionalismo de Harris, embora simples conjunto de “procedimentos”, simples metodologia de processos de descoberta, com metas extensionais, inspira Michel Pêcheux e o grupo de Nanterre, no “*estabelecimento do dispositivo formal para o registro da superfície discursiva*”, a fase de análise propriamente lingüística. A proximidade com Harris é muito grande - relata Gadet. A Análise Automática do Discurso quer a redução do texto a enunciados elementares, que lembram a frase “núcleo”, quer o recurso das transformações (técnica gramatical essencial do método), quer alcançar, através dessas operações, uma regularização ótima do discurso, com vistas à constituição de domínios semânticos.

A Gramática Gerativa Transformacional, de Noam Chomsky - uma teoria instigante, dispondo de princípios e regras, visando à explicação, mais que à descrição, que busca e que integra em seu conjunto, sem subjetividade e sem subjetivismo, a criatividade da linguagem - também se encontra na praça. Mas o distribucionalismo de Harris, mais que a Gramática Gerativa de Chomsky, permite manter - como explica Gadet - a superfície discursiva do enunciado como o

espaço da enunciação. Também, na busca de listas, na preocupação simplesmente taxinômica, no caráter atomizado dos resultados, com os elementos da língua e suas classes em unidades discretas, permite que se reconheça a palavra, matéria prima da Lexicologia Estrutural. Com a Análise do Discurso, Harris revelava ainda a espessa rede das relações sintáticas, e a noção de construções transformadas favoreciam as análises de conteúdo.

Outras orientações, no entanto, foram dadas à metodologia de Harris - na pesquisa de textos mais amplos. Maingueneau (1976: 78) se refere a essas orientações sob o nome *Analyse Harrissienne au Sens Large*. Exemplo sempre citado é o do trabalho de Maldidier (1971a, b) que refuta que o estabelecimento de correlações formais feitas com base na seleção de vocábulos, seja assimilado à perspectiva de estudo de conteúdo. Se o conteúdo retido é o problema da relação entre Algéria e França, se o discurso político da guerra da Algéria é definido como o discurso que engaja uma representação da relação entre esses dois termos, parece legítimo submeter à análise os enunciados formados em torno das unidades Algéria e França e adjetivos *algeriano* e *francês*. (Maldidier, 1971a: 59). Inspirando-se em Harris e em seu método, Maldidier estabelece o modelo lingüístico de enunciados, que repousam sobre duas frases de base, *L'Algérie est la France* et *L'Algérie dépend de la France*. Serão postas em relação as diferenças na performance dos diversos quotidianos. (Eu me pergunto como poderia ser pensada a relação Real e Brasil, nos discursos do Presidente).

Até aqui, pode-se dizer que este texto cuidou de controvérsias. Chegou o momento de se pensar nas perspectivas. A história sempre se repete: o momento sempre vem de uma tomada de consciência dos limites que a lingüística se impôs, e a necessidade de os ultrapassar. Que perspectivas o modelo de Harris oferece, num tempo em que muitas outras reflexões já se fizeram? Sabemos hoje, de forma vivida, que “*um texto não é algo como uma sentença, simplesmente maior*”, não é uma super-sentença. Não consiste de sentenças e não tem a natureza da sentença. Se pensamos em Halliday e Hasan (1976) diremos que ele “*é uma unidade, não de forma, mas de sentido*”. Na proposta de análise de Harris, as relações lingüísticas inter-sentenciais não se dão, de fato. Harris permanece no nível do intra-enunciado. Em seu trabalho, a AD é simplesmente um nível mais alto de LD. As reservas que Harris faz quanto à ordem das frases do texto, confirmam a

ausência de uma perspectiva de análise que envolva as relações inter-enunciados. As relações de dependência que analisa, no caso dos pronomes, permanece no domínio da sentença. Creio que não ofereço nada de surpreendente se disser que não há grandes perspectivas de desenvolvimento do discurso e de sua análise, com base no **Discourse Analysis**, de Harris. Não quero dizer que a leitura e o estudo desse modelo não valha a pena. Há sempre lugar para pericia.

NOTAS

- 1 LD é a sigla aqui adotada para abreviar 'Linguística Descritiva' expressão usada por Harris, na extensão de seus textos para referir-se a seu modelo de análise linguística distribucionalista.
- 2 O texto **Discourse Analysis**, de Harris, 1952, apareceu primeiramente na revista **Language**, 28, p. 1-30, 1952 e foi reimpresso na coletânea de Fodor & Katz (eds.), 1964, p. 355-383. A tradução francesa, de Françoise Dubois-Charlier, *Analyse du discours*, foi publicada na revista **Langage**, n. 13, p. 8-45, 1969. As citações de Harris, 1952, feitas neste trabalho remetem a páginas dessas duas últimas publicações.
- 3 Não resisto à tentação de uma metáfora que pusesse numa mesma mesa um democrata cheio do sentimento de cidadania, um socialista com a chama da utopia e um neo-liberal empedernido.
- 4 Poder-se-ia dizer, por exemplo: "*Nous commençons à chauffer avec toujours des tas d'ennuis, mais les premiers froids arrivent si brusquement qu'il faut bien être prêt*". (Harris, 1952: 362/17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GADET, Françoise et al. II. Apresentação da Conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969. In: GADET, F., HAK, T. (Ed.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1990, p. 39-60.
2. _____. Prefácio. In: GADET, F., HAK, T. (Ed.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1990, p. 7-10.
3. GUESPIN, L. *Problématique des travaux sur le discours politique*.

- Langage*, n. 23, p. 3-24, Paris: set., 1971.
4. HALLIDAY, M.A.K e HASAN, R. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976, 390 p.
 5. HARRIS, Zellig S. **Discourse Analysis**. *Langage*, n. 28, p. 1-30 New York. (Reimpresso em FODOR & KATZ (eds.) **The Structure of Language**, New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1964, p. 355-383. Tradução francesa: **Analyse du Discours**. (tradução de Françoise Dubois-Charlier) *Langage*, n. 13, p. 8-45, Paris: mar.1969.)
 6. _____. **Methods in Structural Linguistics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1951, 400p.
 7. _____. **Co-occurrence and Transformation in Linguistic Structure**. In: HOUSEHOLDER, Fred W. (Ed.) **Syntactic Theory I: Structuralist**. Middlesex, England: Penguin Books, Harmondsworth, 1972.
 8. LEEMAN, D. **Distributionnalisme et Structuralisme**. *Langage*, n. 29, p. 8-45, Paris: 1973.
 9. MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de l'Analyse du Discours: Problèmes et Perspectives**. Paris: Hachette, 1976, 192p.
 10. MALDIDIER, D. **Le discours politique de la Guerre d'Algérie: Approche Synchronique et Diachronique**. *Langage*, n. 23, p. 56-86, Paris: 1971a.
 11. MALDIDIER, D. **Lecture des Discours de de De Gaulle par Six Quotidiens Parisiens: 13 Mai 1958**. *Langue Française*, n. 9, p. 34-57. Paris: 1971b.
 12. MARCUSCHI, Luiz A. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Série Debates I. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado de Letras e Linguística. 1983, 63p. (Mimeogr.)
 13. OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Kairós, 1979, 200 p.
 14. PERINI, Mário Alberto. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995, 380p.
 15. PROVOST-CHAUVEAU, Geneviève. **Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours**. *Langue Française*, n 9, p. 6-21, Paris: 1971.
 16. RUWET, Nicolas. **Introdução à Gramática Gerativa**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Bakhtin: precursor?

CARLOS ALBERTO FARACO

Gostaria de atingir três objetivos com esta apresentação: recuperar algumas correlações entre Bakhtin e os estudos contemporâneos do discurso; problematizar um pouco a noção de precursor; e situar Bakhtin no eixo de uma temporalidade que não se inicia com ele e tampouco se esgota no nosso presente ou no futuro imediato.

Recentemente, Barros (1996) publicou um interessante texto em que aproxima Bakhtin dos estudos contemporâneos do discurso. Nele, a autora - partindo do pressuposto de que o princípio dialógico (ou, em outros termos, o dialogismo) é constitutivo do pensamento bakhtiniano - organiza essa aproximação a partir de um rastreamento, nos escritos daquele autor, de uma dupla direção desse dialogismo (ambas interseccionadas): o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos.

A primeira direção permite à autora - ao destacar aspectos antecipados por Bakhtin e que terão diferentes expressões entre os teóricos contemporâneos, tais como a variação lingüística funcional e discursiva; a reversibilidade e a construção dos interlocutores no diálogo; o jogo de imagens, os simulacros e as avaliações entre eles - fazer uma pertinente crítica dos modelos tradicionais da comunicação humana, aos quais, aliás, Bakhtin costumava atribuir a qualificação de ficção científica (cf. *Os gêneros...* p. 290).

Com a segunda direção, a autora projeta, nos escritos de Bakhtin, as questões contemporâneas de discurso e enunciação, discurso e contexto sócio-histórico, discurso e ideologia, juntamente com as noções de intertextualidade, interdiscursividade, polifonia, heterogeneidade discursiva. Em meio a estas noções, encontraremos um dos aspectos particularmente caros a Bakhtin, ou seja, os diversos tipos de bivocalidade discursiva (a hibridização, a estilização, a polêmica interna velada, os discursos parodísticos), dependentes dos diferentes modos de orientação atinentes ao discurso do outro.

Por esse rápido resumo, podemos perceber, sem dificuldade, que estamos diante de um pensador que antecipa em quase 50 anos, “com sensibilidade e acuidade” (nos termos de Diana Pessoa de Barros: 22), questões que viriam a estar no centro das formulações dos estudos posteriores do discurso.

Se tomarmos a designação *análise do discurso* em sentido amplo, vamos observar que Bakhtin tocou em pontos do universo das mais diferentes tendências, sejam aquelas mais ocupadas com uma espécie de empiricismo da interação face-a-face (como a Análise da Conversação e a Etnografia da Comunicação) até as tendências mais direcionadas às macrovisões do discurso, isto é, mais voltadas à problemática da enunciação e das formações discursivas, como, por exemplo, a chamada análise do discurso de linha francesa ou aquelas saídas do materialismo cultural de Raymond Williams, na Inglaterra.

É claro que, pela concepção bakhtiniana de linguagem - que sempre busca articular o verbal e o axiológico - são em maior número os pontos de contacto entre suas antecipações e as formulações deste segundo grupo de tendências.

De qualquer forma, Bakhtin - em sua reconhecida atração pela eventicidade da existência e em sua manifesta má vontade com as metanarrativas - faz, em contraposição ao gesto rebaixador dos formalistas, um gesto restaurador da relevância das práticas interacionais cotidianas (daquilo que ele chama de gêneros primários) para a compreensão das dinâmicas discursivas, considerando que tais práticas, muito longe de um conjunto de procedimentos meramente automatizados, são, pela sua vitalidade, uma espécie de área de manguezal da vida discursiva, área de encontro, renovação e transformação dos gêneros primários e secundários.

É nesse sentido que Bakhtin coloca questões para a análise da interação face-a-face. É importante destacar, porém, que ele nunca se ocupa dela isoladamente ou apenas sob uma ótica empiricista, mas sempre na dimensão axiológica e nas relações intergenéricas.

Ao mesmo tempo, buscando instrumentos de desvelamento da quase infinita heteroglossia social e de sua intrincada rede de conexões, Bakhtin explicita uma semiose sempre saturada de refração, o que nos remete necessariamente aos vastos temas do ideológico e, portanto, às macrovisões do discurso.

Esses vastos temas do ideológico constituem um continente nos escritos de Bakhtin. Tivéramos tempo, seria interessante explorar, neste ponto, face à sua relevância para os estudos contemporâneos do discurso, quer a questão do terceiro, do superdestinatário dos nossos enunciados (cf. *O problema do texto*. p. 355-356) ; quer a questão do conflito do chamado consciente oficial e do consciente não oficial na constituição de nossa realidade psíquica (cf. *Freudianism*, em especial cap. 9).

Vamos, no entanto, nos concentrar aqui em alguns dos aspectos mais propriamente metodológicos avançados por Bakhtin para os estudos do discurso. Um deles é a defesa da necessidade de duas disciplinas para a análise da linguagem, uma delas, de certo modo, identificada com a lingüística tradicional e seu olhar abstrato e sistêmico; e a outra, denominada de *metalingüística* (designação traduzida, em geral, por *translingüística*, para se evitar confusões terminológicas desnecessárias), que se ocupa com “a língua em sua integridade concreta e viva” (cf. *Problemas da poética...* p. 157), isto é, com o discurso.

Esse objeto, segundo nosso autor, escapa a análises puramente lingüísticas, na medida em que as relações que aí interessam não são aquelas definíveis entre signos, mas entre diversas posições sociais interpretativo-dialógicas.

Bakhtin, nos textos em que fala daquelas duas disciplinas, enfatiza que a translingüística não pode simplesmente se apoiar na lingüística; ela precisa construir outras categorias e outros métodos, já que são outras as relações sob estudo. E vai ainda mais longe, propondo que será preciso retrabalhar o modo lingüístico de fazer o estudo da linguagem a partir das elaborações da translingüística.

Embora costumemos repetir em nossas exposições que o estudo gramatical e o estudo do discurso são diferentes, temos de reconhecer que estamos ainda longe de uma análise lingüística *stricto sensu* iluminada de ponta a ponta pelas questões postas pelo discurso, nos termos bakhtinianos. Nesse sentido, podemos dizer que o projeto epistemológico envolvido na distinção lingüística/translingüística, principalmente o desafio de uma refacção da análise lingüística *stricto sensu*, continua em aberto.

Voltemos à operacionalização da perspectiva translingüística. Nela, como dissemos, interessam fundamentalmente as relações não entre

signos, mas entre diversas posições sociais interpretativo-dialógicas. É nesse sentido que Bakhtin vai falar da heteroglossia (cf. *O discurso no romance*), isto é, das múltiplas linguagens ou vozes sociais, entendidas como o cruzamento do verbal e do axiológico e constituindo conjuntos difusos, já que sob permanentes processos de interanimação, designada, no texto mencionado, pelo termo *heteroglossia dialógica*.

Da relevância desses processos decorre a recomendação metodológica de que, mais importante que explicitar as linguagens sociais em si, interessa explorar as diferentes interrelações entre elas e seus efeitos.

Por outro lado, considerando que o dizer se dá não por si, mas sempre no contexto das atividades sociais, Bakhtin entende que a heteroglossia e a sua dialogização se manifestam no interior de diferentes gêneros do discurso (entendidos aqui como formas relativamente estáveis de enunciados).

Ainda mais: cada dizer, além de remeter a diferentes linguagens sociais e a diferentes gêneros, se dá em diferentes cronotopos sociais, isto é, sob as diferentes coordenadas de espaço-tempo com as quais orientamos nossas ações. A heterocronotopia e suas virtuais dialogizações não são, segundo Bakhtin, elementos externos ao enunciado, mas constitutivos de sua organização semântica.

Com isso, o enunciado em Bakhtin não é conceituado ou identificado por critérios lingüísticos, mas - levando o dialogismo às últimas conseqüências - pelo critério da responsividade. Por decorrência desse entendimento, nosso autor critica tanto aqueles que querem abordar o discurso como mera extensão da sentença ("O enunciado não pode ser reconhecido como unidade de um nível superior, último, da estrutura da língua (situado acima da sintaxe), pois entra num mundo de relações totalmente diferentes (dialógicas), sem paralelos possíveis com as relações lingüísticas que se estabelecem em outros níveis." - cf. *O problema do texto*. p. 355.); como aqueles que, iludidos por situações em que "a sentença figura a título de enunciado completo" (cf. *Os gêneros...* p. 297), confundem as duas realidades distintas e, prisioneiros dessa confusão, operam com uma espécie de híbrido, donde decorrem inúmeros problemas metodológicos.

Não parece difícil perceber que Bakhtin estava pondo em xeque (aparentemente *avant la lettre*, se considerarmos as datações

aproximadas de seus escritos) tanto a perspectiva de algumas tendências da análise contemporânea, que buscam entender o discurso por critérios apenas lingüísticos; bem como alguns dos teóricos das chamadas abordagens funcionais da sentença ou dos atos de fala, cujo objeto parece ser exatamente o híbrido a que se referia Bakhtin.

Depois desse rápido e talvez injusto (por simplificar demais sua complexidade) panorama das idéias de Bakhtin para o estudo do discurso, avançamos nossa apresentação para seu segundo objetivo.

Acreditamos poder dizer que, quase 30 anos depois de seu aparecimento no Ocidente, Bakhtin continua carregando a marca de um curioso enigma. Menos certamente pela hoje já bastante desgastada questão dos textos assinados por V.N. Voloshinov ou por P. N. Medvedev e mais pelo próprio tracejado de seu pensamento que continua escapando às nossas tentativas de redução.

Ainda não sabemos bem, por exemplo, como classificá-lo profissionalmente (terá sido um lingüista, um teórico da literatura, um analista do discurso, um especialista em estética, um filósofo?); ainda polemizamos sobre suas possíveis filiações teóricas (ele já foi apresentado como mais um formalista e, em contraposição, como o mais corrosivo de seus adversários; já se viu nele um piedoso fiel cristão-ortodoxo, mas também um marxista radical (de "raiz"); já houve quem o visse como um pós-modernista *avant la lettre*, como um respeitável fenomenólogo, como um disciplinado neokantiano, como um ambíguo e contraditório teórico da cultura, como um ingênuo humanista, como um brilhante materialista); e, por fim, ainda nos foge seu estatuto no fluxo das idéias do século (terá sido ele um precursor, um antecipador - e, como tal, nestas alturas, apenas um capítulo interessante da história das idéias; ou é ele uma espécie de interlocutor de nossas elaborações, cujo projeto heurístico continua em aberto e, portanto, produtivo? Neste sentido, é pertinente ainda a proposta com que Todorov (1981: 172) encerra seu livro de apresentação do pensamento de Bakhtin, justificando-o como uma tentativa de fazer a voz de Bakhtin ser de novo ouvida para que o diálogo com ele possa enfim começar? Podemos ainda admitir com Brait (1994) que o pensamento de Bakhtin, pelo seu caráter intrinsecamente dialógico, se nos apresenta como um discurso inconcluso ("ou seja, aquele que se movimenta constantemente nas águas revoltas de outros discursos passados e presentes" - p. 16) e,

por isso, se mantém vivo?

Não é tarefa pequena se envolver com todas essas perguntas. Arriscamos, porém, algumas formas tentativas de enfrentá-las!

Se retomarmos a questão dos estudos do discurso do início deste texto, podemos destacar de novo o fato de que quem lê Bakhtin hoje e está familiarizado com as questões postas por esses estudos, não deixa de se impressionar vivamente ao encontrar - em seus textos, a maioria produzida nos anos 20 e 30 - temas e problemas; noções e direções investigativas muito semelhantes (quando não idênticos) àqueles que nos têm ocupado dos anos 70 para cá.

Talvez esteja aí uma das razões para as repetidas manifestações de seus leitores quanto à atualidade de boa parte de seus escritos. Assim é que, por exemplo, o filósofo russo Aleksei Shevchenko (citado por Emerson 1995:1), trabalhando com os primeiros textos de Bakhtin, qualifica-os, num ensaio de 1991 (portanto na era imediatamente pós-comunista, período em que se dá início a uma vigorosa retomada de Bakhtin pelos seus conterrâneos), como *notavelmente contemporâneos*.

Ou, para ficarmos em casa, lembremos a apreciação de Freitas (1994: 157), em seu livro de apresentação do pensamento de Vygotsky e Bakhtin de que esses dois pensadores, submetidos a longo ostracismo e silêncio, ao serem redescobertos, ressurgiram ainda como autores de vanguarda.

Não deixa de ser surpreendente - principalmente numa época que vive agudamente a ânsia da devoração de teorias e modelos - que o lapso de quase 50 anos entre aqueles escritos e elaborações contemporâneas não tenha recoberto Bakhtin de pátina.

Parece-nos que essas percepções - que não são isoladas - do caráter contemporâneo e até de vanguarda do pensamento bakhtiniano são suficientemente interessantes para problematizarmos um pouco seu estatuto de precursor, entendida essa designação num sentido estrito, isto é, como referindo-se ao pensador que disse antes e que serviu de ponto de partida para elaborações posteriores, tendo sido nelas suficientemente diluído e transmudado que só lhe resta o chamado valor histórico.

A relação entre William James e Franz Bopp, na constituição da lingüística comparativa, talvez pudesse servir de exemplo, no interior

da história dos estudos modernos da linguagem, dessa situação de precursor, com a percepção do primeiro impulsionando as elaborações do segundo. Tal leitura histórica implica uma espécie de cronologia natural do dizer; de uma continuidade dos dizeres; da instauração de uma tradição.

Ora, longe estamos de uma situação como essa quando se trata de discutir o lugar de Bakhtin no conjunto dos estudos do discurso. É óbvio que ele disse antes muitas das coisas que se veio a dizer depois. Ocorre, porém, que os pósteros, quando começaram, desconheciam aquele já-dito, de forma que não partiram dele.

Quando se deu a descoberta do antes-dito, ele entra não como uma curiosidade histórica, mas como um problematizador dos caminhos trilhados, justamente porque a revelação do antes-dito tende, nesse caso, a danificar, como pensa Lacan, os significantes portadores de nossas identidades teóricas.

Nesse sentido, e como exemplo do que estamos dizendo, é interessante fazer referência ao resumo histórico que Sirio Possenti elabora de um certo modo de fazer análise do discurso que, iniciado nos fins dos anos 60, teria passado por três fases de sucessivas reelaborações.

Numa primeira, entendeu-se o discurso como uma entidade discreta e uniforme; numa segunda, abandona-se essa concepção por força das análises paralelas de Foucault que apontavam para a dispersão de enunciados como característica das formações discursivas. E, por fim, uma terceira fase em que, a partir de vários autores, entre os quais Possenti inclui Bakhtin, começa-se a perceber mais claramente a existência da *multivocalidade* como marca característica dos discursos, no sentido de que os enunciados de cada discurso têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos.

Parece-nos claro que a relação que se estabelece com Bakhtin nesse processo de reordenação de uma concepção de discurso é antes de interlocução produtiva do que de precursoridade. A aproximação se dá não na trilha de uma tradição estabelecida, mas nos desvios e sobressaltos de um diálogo tumultuado pela absoluta acronologia e fragmentação das publicações e traduções dos textos de Bakhtin.

Para entender essa vitalidade interlocutiva do pensamento bakhtiniano, tem havido diferentes chaves. Como vimos antes, Beth Brait (1994) vê essa vitalidade emergindo da própria concepção

dialógica de linguagem que aponta para um diálogo inconcluso e “não cessa de instaurar a polifonia diante de sua obra”(p.26).

Sem abandonar essa interpretação, vamos tentar, na seqüência, articulá-la com duas outras possibilidades de compreensão desse fenômeno da permanência produtiva do pensamento bakhtiniano, uma na perspectiva da própria obra do autor e a outra na sua localização em toda uma linha de pensamento que vem se constituindo desde os fins do século XVIII.

Para isso, será interessante lembrar que, à medida que se foi completando a tradução de seus textos e foi possível olhar sua obra um tanto mais em conjunto, foi ficando nítida a sensação, entre os leitores de Bakhtin, de que estávamos diante de um filósofo e não de um especialista em uma ou outra área do conhecimento.

Era assim, aliás, que o próprio Bakhtin se via (cf. entrevista dele a Viktor Duvakin em 1974 e citada por Emerson: 192, n.11). Isso quer dizer que Bakhtin não é propriamente um homem de ciência; não segue na esteira estreita da positividade e da modelização. Ao contrário, pratica o jogo aberto e arriscado de um pensar mais intuitivo e holístico. No dizer de Emerson (p. 9-10), uma eslavista americana de renome e destacada leitora e exegeta de Bakhtin, essa abertura é uma predisposição da própria tradição filosófica russa.

Segundo ela, a palavra *myslitel'*, que Bakhtin usa para se designar na referida entrevista, tem especiais ressonâncias na cultura acadêmica russa. Um *myslitel'* (um ‘pensador’) pode ser eclético e excêntrico; ele é mais livre que a pessoa de ciência para transcender as fronteiras de disciplinas e metodologias estabelecidas. Em suas próprias palavras:

In Bakhtin's case, the term suggests a person who is less concerned to apply his thought to illuminate literature than he is to utilize literature, selectively and at a high level of inspiration, to illustrate his thought. It is of some interest that Bakhtin's lofty self-appellation and intellectual trajectory have now become his identifying marks rather than his flaws. (p.10)

Essa característica de seu modo de pensar, aberto e sem as amarras da retórica do rigor científico, é certamente uma das razões para sua vitalidade e para sua dimensão de vanguarda. Descomprometido do

peso limitante dos modelos formais; recusando o teoreticismo (que em seu entendimento separa o conhecer e o agir, a ciência e a vida e, portanto, reifica as realidades humanas- cf. *Toward a philosophy of the act*); centrando sua atenção na eventicidade da existência em oposição a estruturas e sistemas, Bakhtin acaba por fornecer, ao pensamento contemporâneo, um quadro de referências ainda bastante produtivo; um conjunto de projetos ainda por realizar.

E essa situação adquire uma dimensão particularmente interessante quando lembramos a crescente percepção do esgotamento dos paradigmas hegemônicos do cientificismo nas ciências humanas deste nosso século. Tais paradigmas transformaram o ser humano em coisa, em matéria inerte; levaram ao extremo a fragmentação e a especialização no trato das realidades humanas; homogeneizaram o real sob a desculpa de que de outra forma as questões humanas seriam inaprecensíveis pela ciência; impuseram a frieza dos sistemas formais (cuja possibilidade se assenta inapelavelmente sobre o gesto primeiro de transformar o humano em coisa).

O enfrentamento dos dilemas epistemológicos trazidos pela progressiva percepção do esgotamento daqueles paradigmas abre espaço justamente para formas de pensamento capazes de fornecer meios para se compreender não coisas e fragmentos de coisas, mas a própria condição humana, isto é, formas de pensamento capazes de acomodar a heterogeneidade, a plurivocidade, a polissemia, o movimento incessante, o sempre inconcluso. Formas de pensar que recusam as grandes sínteses, as ordens pasteurizadas das estruturas, a submissão de vozes, o esforço de finalização.

É justamente essa a perspectiva que se encontra em Bakhtin (entre outros pensadores dos anos 20 como Walter Benjamin, por exemplo) e, talvez, esteja nela uma das fontes da vitalidade de seus escritos nas interlocuções contemporâneas.

Mas parece-nos necessário acrescentar a essas ponderações uma outra dimensão que, transcendendo um pouco os limites de nossa temporalidade, projeta Bakhtin numa linha de pensamento que vem adquirindo forma e agregando valores pelo menos desde os fins do século XVIII e que se vai instaurando em contraposição ao império axiomático do indivíduo e à dicotomia sujeito/objeto, certamente dois dos pressupostos mais fortes do pensamento moderno.

Essa linha de pensamento, difusa como tudo que se constitui apenas

no eixo da grande temporalidade, vai adquirindo contornos nos séculos XIX e XX e continua em processo, o que não é de espantar, se considerarmos que o pensamento ao qual ela vai-se contrapondo precisou de aproximadamente 300 anos para sair de suas primeiras expressões na Renascença e atingir sua plenitude no Romantismo, passando pelo *cogito* cartesiano no século XVII e pela filosofia política do século XVIII.

Trata-se de uma visão de mundo que vai assumir como pedra angular a intersubjetividade, isto é, a impossibilidade de pensar o ser fora das relações com o outro; e, em conseqüência, vai pôr em xeque a precedência do indivíduo e vai explorar caminhos alternativos à polarização subjetivismo/objetivismo nos mais diversos campos da atividade intelectual.

Encontramos em Hegel talvez uma das primeiras expressões dessa nova visão, quando, na *Fenomenologia do Espírito*, ele argumenta que a auto-consciência nasce do outro, passa necessariamente pela consciência do outro.

Com essa formulação, a atividade intelectual começa a se abrir para a relevância da alteridade, da interação, da subjetividade social; e, por conseqüência, para um progressivo senso de que a apreensão e a compreensão do real passam sempre e necessariamente por processos interrelacionais. Essa percepção voltará em Marx com a ênfase nas relações sociais no quadro dos modos de produção; e também nos grandes romances de Dostoiévski, com o senso estético da realidade multivocal e dialógica da verdade, do que, por sua vez, encontraremos ecos em Nietzsche.

No século XX, estará em formulações religiosas e éticas como em Buber ou Lévinas; na psicologia social de Mead; na teoria da cognição de Vygotsky; na psicanálise de Lacan; e em várias correntes filosóficas, bastando lembrar do existencialismo, ou de Habermas, ou de Ricoeur.

Não nos interessa, nem seria possível aqui, aprofundar essa questão. Basta-nos situar Bakhtin nessa grande temporalidade. Coube a ele explorar extensamente essa questão justamente no âmbito da linguagem que, por razões óbvias, está no cerne de toda essa concepção, mas que, por força das poderosas ideologias da língua unitária, é ainda motivo de inúmeros embaraços e dilemas, o que, por si só, aponta a relevância e a contemporaneidade do pensamento

de Bakhtin, dando força à idéia do diálogo inconcluso, nos termos de Brait (1994); e reforçando nossa problematização da qualificação de precursor aplicada a Bakhtin..

NOTAS

¹ Evito repetir aqui, do texto de POSSENTI, o termo *polifonia*, preferindo *multivocalidade* por entender que, ao designar uma forma específica de representação artístico-literária (o romance polifônico), *polifonia* tem um sentido restrito e não amplo em Bakhtin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAKHTIN, M.M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio: Forensc-Universitária, 1981.
2. . *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
3. . *O discurso no romance*. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1988. p. 71-210.
4. _____. *O problema do texto*. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.
5. /VOLOSHINOV, V.N. *Freudism*. New York: Academic Press, 1976. (reed.: Bloomington: Indiana University Press, 1987.)
6. BARROS, D.L.P. de. *Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso*. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (orgs.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p.21-42.
7. BRAIT, B. *As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso*. In: BARROS, D. L. P. de & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 11-27.
8. EMERSON, C. *Introduction: dialogue on every corner. Bakhtin in every class*. In: MANDELKER, A. (ed.) *Bakhtin in contexts: across the disciplines*. Evanston(IL.): Northwestern University Press, 1995. p.1-30.
9. FREITAS, M.T. *Vygotsky e Bakhtin - psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática; Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1994.
10. POSSENTI, S. *Apresentação da análise do discurso*. mimeo, 1995.
11. TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

Do enunciado à enunciação: benveniste

ELIANA SCOTTI MUZZI

Émile Benveniste é referência fundamental na constituição da análise do discurso, no final dos anos 50, pelo fato de eleger, como ponto fulcral de sua reflexão sobre a língua, os modos de inserção do sujeito nos enunciados que produz e pelo aprofundamento dessa reflexão no sentido da elaboração de uma teoria da enunciação.

É interessante observar que, unindo dois aspectos que geralmente se manifestam em relação de exclusão - inovação e tradição - esse precursor de um novo modo de apreender o funcionamento da linguagem foi o maior especialista do indo-europeu do século XX, tendo ensinado essa disciplina nas mais prestigiosas instituições de ensino francesas: a École des Hautes Études en Sciences Sociales e o Collège de France. Se o trabalho do filólogo é reconhecido desde a década de 20, só no final dos anos 60 é divulgada a importante e revolucionária contribuição do lingüista. Entretanto, esses dois aspectos de sua obra não se opõem, ao contrário, são complementares, enquanto abordagens diferentes de uma mesma questão: a da significação.

Considerado um pesquisador original e independente das escolas e dos modismos, Benveniste reconhece sua filiação intelectual a alguns lingüistas que o antecederam: Michel Bréal, Ferdinand de Saussure e Antoine Meillet. Do mais conhecido deles, Ferdinand de Saussure, considerado o pai da lingüística moderna, Benveniste herdou, grosso modo, o abandono da perspectiva historicista em favor da sincrônica e a preocupação com o sujeito falante, além de um modelo de interpretação que, partindo do estudo da língua, visa à constituição de uma "ciência da cultura".

Naturalmente influenciado por uma teoria que, desde o início do século XX, modificou as concepções da lingüística e das ciências humanas - o estruturalismo - e até mesmo considerado um de seus

representantes, Benveniste foi também um de seus críticos, denunciando vigorosamente o modismo que envolveu o estruturalismo, acabando por deformar seus conceitos e por deturpar sua recepção. Outro alvo das críticas de Benveniste são as teorias da lingüística estrutural americana, baseadas numa concepção formalista da estrutura e na recusa da significação.

Benveniste define sua própria posição teórica e metodológica, nos dois livros por ele publicados, que resumem uma vida de intenso trabalho de pesquisa, onde a exigüidade do espaço ocupado é inversamente proporcional à riqueza e profundidade da reflexão aí desenvolvida: *Problemas de Lingüística Geral I e II*. O centro de interesse da obra de Benveniste é a questão da significação, do sistema e do valor e o objetivo por ele visado é a constituição de uma antropologia da linguagem, construída a partir da noção de comunicação - não no sentido de transmissão de mensagens, mas de elaboração de valores constitutivos de uma sociedade.

Na perspectiva da busca de uma especificidade do tipo de comunicação caracterizado pela linguagem humana, o artigo "Comunicação animal e linguagem humana" analisa, sob uma ótica original, os estudos do zoólogo alemão Karl von Frish sobre a dança das abelhas, que tem por função transmitir à colméia mensagens referentes à descoberta de fonte de alimento. Observa-se que a mensagem compõe-se invariavelmente de três dados: a descoberta do alimento, a distância e a direção em que se encontra. O que é absolutamente extraordinário nessa constatação é o fato de que ela aponta uma aptidão das abelhas para simbolizar, para formular e interpretar um signo que remete a uma realidade exterior e para manter uma memória da experiência - capacidade até então somente verificada entre os humanos. Ainda que rudimentar, trata-se inegavelmente de uma simbolização que transpõe objetos em gestos formalizados, válidos para toda a comunidade, cada membro sendo igualmente capaz de utilizá-los e de compreendê-los.

Examinando esse tipo de comunicação em relação à linguagem humana, Benveniste observa que a mensagem das abelhas não suscita resposta, ou seja, ela não comporta o diálogo, condição exclusiva da linguagem humana: "*Nós falamos a outros que falam, tal é a realidade humana*".

Não admitindo diálogo, a mensagem das abelhas se restringe a um

dado objeto e não pode ser reproduzida por um membro da comunidade que não tenha vivido a mesma experiência, enquanto que a linguagem humana tem por função substituir a experiência e reproduzi-la ao infinito no tempo e no espaço. Um outro aspecto a considerar é o fato de que só é possível analisar a mensagem das abelhas globalmente, não sendo ela passível de decomposição nas unidades menores, que constituiriam, na linguagem humana, os morfemas.

Essas observações mostram que a mensagem das abelhas não constitui uma linguagem, mas um código de sinais. Fica entretanto uma questão: se não é na capacidade de simbolizar, onde reside a especificidade da linguagem como forma de comunicação humana? Benveniste avança uma hipótese: na linguagem vocalizada, isto é, na enunciação e na possibilidade de diálogo que ela abre. Ou seja, no fenômeno de subjetivação, através do qual os indivíduos se transformam em sujeitos do que Benveniste chama "a palavra dialogada". *"Como forma de discurso, a enunciação coloca duas figuras igualmente necessárias, uma constituindo a fonte e a outra, o alvo da enunciação. É a estrutura do diálogo"*. (Benveniste, 1974: 85). A situação de diálogo, ou seja, a pressuposição do "outro" na linguagem, não é portanto apenas uma das formas da comunicação, mas uma necessidade intrínseca ao caráter social da linguagem.

Essa consideração conduz à questão da natureza da relação entre linguagem e sociedade. Em oposição às teorias evolucionistas, que vêem a língua como produto de um determinado estado de progresso social, ela é, na bela expressão de Benveniste, "a face significante" da sociedade. Entre esses dois termos, estabelece-se uma relação de reciprocidade: se *"a sociedade só se mantém pelo uso comum dos signos de comunicação"*, por outro lado ela é também a condição da linguagem. Em resumo, *"língua e sociedade não se concebem uma sem a outra"*.

Ao contrário de Meillet, para quem a língua é um reflexo ou uma tradução da sociedade, Benveniste recusa essa relação imediata, insistindo na não-coincidência de suas estruturas. Entre língua e sociedade estabelece-se uma relação de interpretante a interpretado: a língua é capaz de pensar, de organizar a sociedade, de constituí-la como sistema significante. Na medida em que o caráter intersubjetivo inerente à dimensão enunciativa da linguagem torna indissociável o

destino do indivíduo e o da coletividade, pode-se dizer, com Benveniste, que ela “permite a sociedade”.

Já aqui é possível avaliar a distância que separa a noção de “discurso” na teoria de Benveniste da “parole” conceituada por Saussure que, embora definida como realização individual da língua e remetendo a uma abordagem enunciativa, inscreve-se na lógica do signo e no plano do enunciado. O discurso, ao contrário, situa-se no plano da enunciação e constitui, como unidade da comunicação, não o signo, mas a frase: “*É assim que nós nos comunicamos através de frases, ainda que truncadas, embrionárias, incompletas*”. (Benveniste, 1974: 223)

Desse modo, Benveniste postula “*uma nova dimensão de significância, a do discurso, que chamamos de semântica, a partir de agora distinta da que se liga ao signo, denominada semiótica*” (Benveniste, 1974: 66). Essa distinção estabelece uma clivagem entre duas concepções da lingüística, a do signo, representada pelo modelo saussuriano, e a da frase, a partir da qual se constitui a teoria da enunciação de Benveniste.

Se o signo, unidade da língua, tem um sentido que lhe é inerente, o da frase implica referência à situação de enunciação. O signo, que existe em si, não tem aplicações particulares, ao contrário da frase, cuja referência é a situação de discurso a que se liga, e que só pode ser particular. Participando do “aqui” e do “agora”, a concepção discursiva da frase torna manifesta a historicidade do discurso.

O estudo da enunciação, através da qual se opera “*a conversão individual da língua em discurso*” é portanto o ponto fundamental da reflexão de Benveniste sobre a linguagem. Esse estudo desenvolve-se em dois patamares teóricos: no nível geral de uma teoria de linguagem, onde a enunciação se define como a condição para a constituição do sujeito no e pelo discurso que produz; e sob o aspecto de estudos específicos de formas lingüísticas que constituem as marcas da subjetividade na língua.

Definida como a capacidade de o ser humano se constituir como indivíduo, de experimentar sua própria coerência e identidade, a subjetividade não consiste em uma essência intrínseca e intransponível, mas em um processo. Não é dada, mas se constrói pelo exercício da linguagem, pela aptidão do locutor em se constituir como sujeito/aptidão que se manifesta numa propriedade fundamental

da língua, que é a categoria da pessoa. Na formulação de Benveniste, “*é ego quem diz ego*”.

Por outro lado, a consciência de si próprio só é possível se ela se institui por contraste. “EU” só me coloco como individualidade quando me situo em relação a um TU, que se torna EU quando toma a palavra e, por sua vez, se dirige a mim como TU. Desse modo, a linguagem e a comunicação só se tornam efetivas quando cada locutor se coloca como sujeito, refere-se a si próprio como EU e, em consequência, postula uma 2ª pessoa a quem ele diz TU e que lhe diz TU. EU se institui portanto em relação a TU e inversamente, numa relação de complementaridade e reversibilidade. Entretanto, daí não se pode concluir uma relação de simetria entre EU e TU: a 1ª pessoa transcende a 2ª porque a enuncia.

A característica dos pronomes pessoais (eu/tu) é que eles não remetem a nenhum conceito, a nenhum indivíduo. O referente de EU é puramente lingüístico, ele se esgota no ato de discurso individual no qual é enunciado para designar o locutor. EU e TU possuem apenas uma referência atual e só podem ser identificados na instância de discurso que os produz, constituindo, cada vez que ocorrem, acontecimentos únicos ou *tokens*. Funcionam como “*signos vazios*”, “*sempre disponíveis, que se tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso*”. (Benveniste, 1966: 254)

A categoria de pessoa, constituída pela 1ª e 2ª pessoas, Benveniste opõe a categoria da não-pessoa, ou da 3ª pessoa que, ao contrário das duas primeiras, enuncia um predicado cujo referente é a realidade externa, colocada entre parênteses na relação eu/tu. Constituída pelos grupos nominais e seus substitutos pronominais, a não-pessoa pertence à sintaxe da língua e é um verdadeiro pronome, visto que pode representar qualquer sintagma nominal de um enunciado.

Ela corresponde à categoria do “ausente” na gramática árabe. Observe-se que a não-pessoa pode ser empregada em referência a uma pessoa presente que se deseja afastar da esfera pessoal, com dois valores opostos: enquanto forma de polidez, o emprego da não-pessoa eleva o interlocutor acima de sua condição de pessoa e, enquanto forma de desprezo, rebaixa-o. De uma forma ou de outra, esses dois empregos constituem uma exclusão da relação de reciprocidade.

Se a subjetividade se instala na língua a partir da relação entre EU e TU - relação fundamental porque independente da presença ou não

de marcas formais no discurso - ela se manifesta também através de outras classes de morfemas, como a dos indicadores da deixis. Também chamados "índices de ostensão", os dêiticos, que assinalam o processo pelo qual um sujeito se refere à situação de seu discurso, pertencem a categorias gramaticais diversas (demonstrativos, advérbios, adjetivos) e têm por função situar as ocorrências discursivas no espaço e no tempo, em relação ao ponto de referência constituído pelo sujeito da enunciação.

Igualmente, a categoria do tempo é afetada pela subjetividade. Como observa Benveniste, "*acredita-se que a temporalidade é uma característica inata do pensamento. Na realidade, ela é produzida na enunciação, e por meio dela*" (Benveniste, 1974: 83). A partir dessa premissa, Benveniste constrói uma teoria do tempo lingüístico - distinto do tempo físico e do tempo crônico - que consegue ultrapassar o clássico dualismo entre tempo objetivo e subjetivo. Considerando que a relação do homem com o tempo, assim como sua relação com o mundo e com os outros homens é mediatizada pela linguagem e que esta constitui não um mero reflexo da realidade externa, mas o que estrutura, organiza e significa o mundo, conclui-se que o tempo lingüístico "*se define e se ordena como função do discurso*".

Nessa perspectiva, o presente se constitui como o ponto de referência por excelência da temporalidade no discurso, a partir do qual se organizam o passado e o futuro. A posição excepcional do presente justifica-se pelo fato de que sua referência temporal é um dado lingüístico: "*a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve*". Como observa Benveniste, "*não há outro critério nem outra expressão para indicar o tempo em que se está, a não ser considerá-lo como o tempo em que se fala*". Cada enunciação cria assim sua temporalidade a partir de um presente sempre outro. Um presente definido sui-referencialmente como a categoria de tempo determinada pela presença do sujeito em seu discurso. Ou, nas palavras magistrais de Benveniste: "*Da enunciação procede a instauração da categoria do presente e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a fonte do tempo. Ele é esta presença no mundo que só o ato de enunciação torna possível pois, pensando bem, o homem só dispõe de um meio de viver o "agora" e de atualizá-lo: o de realizá-lo pela inserção do discurso no mundo*". (Benveniste, 1974: 83)

Uma questão se coloca: se as referências temporais variam cada vez que alguém toma a palavra, como é possível a comunicação? A resposta se encontra na reversibilidade das marcas sui-referenciais, que conferem ao discurso a função de intersubjetividade. Segundo Benveniste, *“essa é a condição de inteligibilidade da linguagem revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é por este identificada à temporalidade que informa seu próprio discurso quando ele se torna por sua vez locutor. Um e outro se ligam assim no mesmo comprimento de onda”* (Benveniste, 1974: 76).

Benveniste analisa ainda outras categorias de linguagem onde a subjetividade se manifesta de modo explícito, como o funcionamento de sintagmas verbais onde o presente intervém concomitantemente à 1ª pessoa - ou seja, os performativos.

Paralelamente a Austin (*How to do things with words*), cujo trabalho se integra no quadro de filosofia analítica inglesa, Benveniste observa que o objetivo dos enunciados onde aparece o sintagma “EU + presente do indicativo” não é descrever um fato, mas realizar um ato. Por exemplo, dizer “eu prometo” é realizar o ato de prometer, enquanto “eu prometi”, onde a 1ª pessoa aparece desvinculada do presente, é apenas uma descrição de um ato de promessa passado.

Além dos casos examinados, as marcas de subjetividade no discurso manifestam-se em todas as formas de modalidades, da enunciação (interrogação, intimação, asserção) e de enunciado (modos verbais, advérbios, etc.). O estudo dos marcadores de subjetividade na língua conduz Benveniste à elaboração de uma outra gramática, não a da língua, mas a do discurso, cujas categorias não são necessariamente determinadas pela presença da manifestação lingüística da subjetividade e se articulam em 2 sistemas: o da HISTÓRIA e o do DISCURSO.

A enunciação histórica, narrativa de acontecimentos passados, consiste *“na apresentação de fatos acontecidos num determinado momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”* (Benveniste, 1966: 239). Ela se caracteriza pela categoria da não-pessoa e por um sistema verbal comandado pelo passado simples ou definido, combinado ao imperfeito. É importante esclarecer que, em francês, o passado simples tem função semelhante à do

oristo, tempo da conjugação grega com valor de passado, mas não indicando uma datação precisa.

O plano do discurso, ao contrário, abriga "*todos os gêneros onde alguém se dirige a alguém, enuncia-se como locutor e organiza o que diz na categoria da pessoa*" (Benveniste, 1966: 242). Entram nesse sistema todos os discursos que Benveniste considera como orais, quer se realizem oralmente, quer por escrito, como é o caso das memórias, das correspondências, do teatro, etc.

O problema do tempo lingüístico abordado por Benveniste consiste, como se viu, na questão da referência temporal, da organização da temporalidade em função de determinado ponto. Enquanto o sistema do discurso tem como referência o presente da enunciação, o da narrativa situa seu ponto de referência temporal num dado momento do enunciado, numa data, por exemplo. Assim, o passado simples, tempo da história, distingue-se do passado composto, tempo do discurso, na medida em que o ponto de referência do primeiro é o momento do acontecido, enquanto que o do segundo é o momento do discurso que o enuncia.

A oposição entre os sistemas da história e do discurso poderia sugerir que as formas que se inscrevem na primeira dessas categorias não constituiriam discursos. Ora, isso não se verifica, pois todo ato de linguagem implica num sujeito de enunciação e constitui portanto um discurso. A oposição entre esses dois planos tem fins metodológicos e visa a estabelecer a distinção entre discursos ou partes de discursos onde a presença do sujeito da enunciação é pouco marcada e aqueles em que essas marcas são predominantes.

É sempre importante reiterar, entretanto, que o tratamento dado por Benveniste à questão da subjetividade na linguagem tende a ultrapassar a presença das marcas formais de enunciação, para considerar o discurso, em sua totalidade, como um índice global de subjetividade.

Desse enfoque decorrem algumas conseqüências como a questão da historicidade. Benveniste afirma: "*a linguagem em si mesma não comporta nenhuma dimensão histórica. ela é sincronia e estrutura e funciona unicamente em virtude de sua natureza simbólica*" (Benveniste, 1966: 6). Isso significa que a linguagem não é um objeto histórico, produzido pelo homem e preso ao fluxo temporal - estamos falando aqui do funcionamento, e não da memória

da língua. Entretanto, se a enunciação não é um produto da história, ela é sua condição pois possibilita a individualização de cada falante na instância sempre outra de seu discurso e funde a temporalidade a partir de um presente sempre novo.

Uma outra consequência dos estudos de Benveniste sobre a linguagem é que a noção filosófica e psicológica de “pessoa” se modifica à luz dessa teoria, sugerindo uma transposição ética de sua definição lingüística: é na medida em que o locutor se coloca como pessoa do discurso, através do uso de EU, que ele é antropologicamente uma pessoa. Para Benveniste, *“a instalação da subjetividade na linguagem cria, na linguagem e, acreditamos, fora dela, a categoria da pessoa”* (Benveniste, 1966: 263). Não é outra a razão pela qual Benveniste vai se interessar pelo trabalho de Freud.

Em um artigo intitulado “Porque gosto de Benveniste”, Roland Barthes aponta diferentes aspectos do papel fundador e absolutamente revolucionário de Benveniste em relação à lingüística, e faz referência à sua independência intelectual e total falta de preconceitos em oposição à tendência geral dos intelectuais em defender vigorosamente o terreno de sua especialidade.

Na perspectiva de Barthes, e à guisa de conclusão, observo que, se Benveniste arrisca seu prestígio na venerável instituição da filologia ao aventurar-se no terreno movediço da lingüística moderna, ele se expõe ainda mais como lingüista ao situar sua reflexão no ponto decisivo em que essa disciplina se articula com tudo o que ela exclui como anterior ou exterior à sua circunscrição. Essa opção heurística pela margem dos saberes constituídos revela sua amplitude e fecundidade a partir mesmo da perspectiva abrangente em que Benveniste situa a lingüística, como uma ciência da cultura, encruzilhada onde se articulam os traços discursivos que desenharam na língua a imagem do homem.

... BIBLIOTECAS BIBLIOGRAFICAS

01. BARTHES, Roland. **Le bruissement de la langue**. Paris: Seuil, 1984: Pourquoi j'aime Benveniste.
02. BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
03. _____. **Problèmes de linguistique générale v. 2**. Paris: Gallimard, 1974.
04. DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste**. Paris: Bertrand-Lacoste, 1993.
05. NORMAND, Claudine. **Le sujet dans la langue**. *Langages*, n. 77, 1985.
06. _____. "Benveniste: linguistique saussurienne et signification". *LINX*, n. 26, Nanterre: Centre de Recherches Linguistiques - Université de Paris X, 1991-2.

Notas sobre as relações entre discurso e sintaxe

SÍRIO POSSENTI

“...a linguagem (é) a um só tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais” (Maingueneau, **Novas Tendências em Análise do Discurso**)

Durante um bom tempo, e mais por razões de ordem circunstancial do que propriamente relativas às condições de produção do discurso da Análise do Discurso, sempre repeti o que deveria parecer uma obviedade: que não pode haver discurso sem língua, o que equivale, de certa forma, a dizer que não pode haver Análise do Discurso sem uma teoria sintática. Mas, nunca me dediquei mais do que perfunctoriamente ao tema. Por isso, agradeço a oportunidade que esta mesa me propicia de elaborar um pouco mais sistematicamente, embora com caráter obviamente preliminar, algumas observações sobre a questão.

0. Uma anedota

Gostaria de começar recordando uma passagem da argüição, em uma tese de doutoramento em Análise do Discurso que seguia a chamada linha francesa, por parte de um reconhecido lingüista, então às voltas basicamente com questões de gramática, mais especificamente, de gramática gerativa. Depois de alguns mal-entendidos previsíveis, ele expressou muito claramente sua posição: “Já que me convidaram para esta banca, agora vou ser muito claro: quero saber em que medida esses trabalhos em análise do discurso ajudam a resolver problemas de sintaxe”. A resposta era óbvia: em nada! Só ele não a percebia, não podia percebê-la, e isso se devia ao fato de que, postado em sua teoria, e avaliando-a como a mais relevante para a lingüística, imaginava que todas as águas deveriam ajudar a mover o mesmo moinho.

A moral da anedota seria que eu defendo, então, que não há nenhuma relação entre discurso e sintaxe? Certamente, não. Mas, qualquer que seja a posição que assumo, ela inclui a aceitação de uma condição prévia: que fique claro que as teorias de discurso não têm como seu objetivo principal, e, eventualmente, nem têm como parte de seus objetivos, resolver problemas de sintaxe, ou, de maneira mais geral, os problemas postos por outras teorias, de forma que a pergunta mencionada na anedota é ilegítima, se ela significar que, para ser relevante, a análise do discurso deveria contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da sintaxe, em especial, da sintaxe gerativa. O mesmo vale, evidentemente, para a relação inversa: nenhum sintaticista, gerativista ou não, tem, em princípio, obrigação de resolver problemas de análise do discurso. De nenhum tipo, e ainda menos os problemas típicos postos pela linha francesa.

O que gostaria de fazer, nesta oportunidade, é elencar um pequeno conjunto de possibilidades alternativas para a relação entre discurso e sintaxe, começando por dizer que parece óbvio que tais alternativas dependem em grande parte de como se concebe o discurso e de como se concebe a sintaxe. Para esta exposição, não me ocuparei de definir uma concepção de sintaxe e uma de discurso. Direi apenas que, no que se refere ao discurso, flutuarei entre duas concepções amplas - discurso como posição e como sentido - e, no que se refere à sintaxe, esta será concebida genericamente como arranjo dos recursos de expressão.

1. Dependência estrita

É na sintaxe gerativa - ou melhor, em uma intersecção entre sintaxe e semântica, como proposta em *Aspects*, isto é, mais ou menos ao tempo em que começava a desenvolver-se a análise do discurso - que se pode buscar, se não uma resposta, pelo menos um certo tipo de procedimento para entender o que o discurso tem a ver com a língua, em especial se se aceitar que uma língua é, a rigor, sua gramática, em cujo centro estaria a sintaxe. A figura da GGT de então, à qual quero referir-me, é a das restrições de seleção, uma das formas de definir a gramaticalidade ou não de uma seqüência (uma gramática que a incluísse era considerada uma gramática sensível ao contexto). Assim, por exemplo, se explicava que "A alface perseguiu a vaca" é uma sentença agramatical porque o verbo "perseguir" exige um sujeito [+animado], como ocorre em "A vaca perseguiu o menino" e "O menino perseguiu a borboleta". Ora, indo mais fundo na direção

indicada pela noção de contexto, ao qual uma gramática podia ser sensível, e refinando os critérios que explicam a possibilidade de coocorrência de certos elementos de uma língua, um dos resultados seria a descoberta de aspectos de natureza discursiva. Aqui, valho-me de outra anedota, que tem tudo para ser verdadeira: um pesquisador - também era gerativista, mas não é essa a questão, a não ser marginalmente - perguntou a um falante de determinada língua indígena (seu informante), que então pesquisava, como se se tratasse de fazer uma pergunta daquele tipo a um branco com longa experiência escolar, se se podia dizer “O chefe tem uma filha” na língua dele. O informante respondeu que não e, inquirido sobre a razão, respondeu, simplesmente, que o chefe não tinha filha alguma. Esta anedota indica o lugar em que as relações entre sintaxe e discurso podem ser formuladas, para o bem ou para o mal: do ponto de vista daquela sintaxe, podem ser consideradas gramaticais (dizíveis) tanto a sentença “O chefe tem uma filha” quanto a sentença “O chefe não tem uma filha”. Mas, a questão fica diferente no que se refere ao discurso, pois, se se permite a enunciação de um desses enunciados (isto é, que um locutor enuncie um desses enunciados, o que implica, no caso, um compromisso com uma “verdade”), exclui-se que ele possa enunciar o outro, dado que os critérios de enunciabilidade não coincidem com os de gramaticalidade (ver Maingueneau, 1984: 5-6). De forma similar, pode-se dizer que, numa mesma posição (sintática), uma língua, do ponto de vista de suas regras de sintaxe, pode aceitar dois elementos alternativos. Mas o discurso, não. Por exemplo, um militante do MST dirá “Fizemos uma ocupação”, enquanto que um membro da UDR dirá “Fizeram uma invasão”. A língua portuguesa admite as duas sentenças (ambas são gramaticais, dizíveis), ou, mais especificamente, admite tanto “invasão” quanto “ocupação” como complemento de “fazer”, mas, para cada sujeito, em princípio, na medida em que ele ocupa uma ou outra posição (agora, ideológica, discursiva), essa possibilidade não se realiza. Poderíamos lembrar aqui o clássico exemplo de Pêcheux (1969), destinado a pôr de lado a hipótese de a Análise do Discurso aceitar uma semântica universal e a-histórica (na esteira da GGT): até determinada época, uma sentença como “A Terra gira ao redor do Sol” não podia ser enunciada como verdadeira, de forma que a ocorrência de “Terra” diante de “gira” era, então, tão problemática quanto a ocorrência de “uma filha” depois de “tem” para o informante acima mencionado, ou de “alface” diante de “perseguir” para um

gramático atual que estudasse o português. Ou seja: uma alternativa para falar da relação entre sintaxe e discurso é dar-se conta da diferença que faz colocar-se no domínio da enunciação e no domínio das possibilidades do sistema lingüístico. Assim, verifica-se a diferença entre o que pode ser dito em uma língua e o que um sujeito posto em uma posição determinada pode dizer: das alternativas teoricamente à disposição de um falante que estivesse submetido apenas às restrições da língua ele emprega efetivamente apenas algumas, dado que também está submetido a restrições discursivas. Eventualmente, a relação pode ser formulada assim: as regras da língua (da sintaxe da língua) representam um conjunto de restrições sobre o material verbal, que equivale a uma somatória do conjunto de empregos reais ou virtuais de uma língua, definida a língua por um conjunto de critérios independentes de cada discurso (o que pode incluir nacionalidade, etnia, país, Estado, etc). As restrições discursivas, ao contrário, são verificadas considerando os empregos efetivos (os acontecimentos discursivos), restringidos por fatores menos genéricos do que nação, por exemplo, mas, em seu lugar, vigorando também fatores não lingüísticos, tais como pertencer a uma doutrina, ocupar uma posição de classe, ter aderido a uma crença, a uma teoria ou a uma religião (o que, às vezes, não faz diferença), etc. Sumariamente, poder-se-ia dizer que as combinações de elementos de uma língua efetiva são, para cada sujeito, um subconjunto das combinações possíveis em uma língua. Segundo esta hipótese, o discurso impõe restrições sobre ocorrências de construções sintáticas permitidas por critérios apenas sintáticos, ou, mais adequadamente, por critérios sintáticos e pelos de uma semântica supostamente neutra.

Esta concepção de sintaxe pode ser bem relevante para uma fase ou uma etapa da análise discursiva de um corpus, seguindo-se, por exemplo a heurística da primeira (e mesmo da segunda) épocas da AD francesa. O corolário que esta teoria sintática implica e que a AD francesa não pode aceitar é o de uma semântica neutra, isto é, a suposição de que todos os falantes da mesma língua estão submetidos às mesmas restrições semânticas (isto é, a nenhuma, além das gramaticais). Em outras palavras, um analista de discurso não aceitaria a suposição ideológica, de uma sociedade submetida a convenções, de uma sociedade cujos embates ideológicos e de classe não se manifestassem de alguma forma no discurso.

2. *Independência total*

Outra alternativa para apreender a relação entre sintaxe e discurso poderia ser exposta da seguinte maneira: supondo-se que a sintaxe seja absolutamente sistemática e que obedeça apenas à “ordem própria” da língua, isto é, que não esteja submetida a influências “extralingüísticas”, a única alternativa para conceber-se a relação entre ela e o discurso seria a conhecida metáfora das camadas, ou dos níveis. Se a semântica pode ser considerada uma camada ou um nível da língua, com mais razão poderia sê-lo o discurso. Dir-se-ia, talvez, que o discurso apenas usa a língua para funcionar, ou que se realiza nela ou através dela, ou que ocorre sobre a base da língua. A língua seria a mesma para qualquer discurso, nenhuma característica do nível gramatical seria resultado do fato de que se trata do discurso x ou y. Essa forma de abordar a questão exigiria que o grau de, digamos, abstração fosse maior do que na alternativa anterior para definir o caráter estrito da sintaxe, na medida em que aquela levaria em conta, por exemplo, os próprios itens lexicais (ou um conjunto de traços que fossem por eles substituídos numa determinada etapa “gerativa”), enquanto que nessa alternativa, para que se pudesse postular, com alguma relevância, que a sintaxe nada tem a ver com discursos, seria necessário tomar como base o próprio nível das classes e/ou categorias (definindo, por exemplo, regularidades como SVO, mas sem preocupar-se com a possibilidade ou não de coocorrência de um N determinado, ou de determinada subcategoria, e de um V definido por critérios equivalentes). Assim, poder-se-ia afirmar que tanto em um discurso de esquerda quanto em um de direita, em um discurso feminista tanto quanto em um machista, para ficar em exemplos bem gerais, certamente não haverá restrições à ocorrência de adjetivos depois de substantivos, ou que as regras de distribuição dos advérbios de intensificação permanecem as mesmas em todos esse discursos e independentemente de se tratar de um ou de outro. O mesmo ocorre se se tomarem como elemento de teste os gêneros discursivos: tanto nas fábulas quanto nas bulas de remédio, os artigos definidos estarão em distribuição complementar com os pronomes demonstrativos, o Princípio da Ilha ou do C-comando (ou qualquer alternativa que a eles tenha sido proposta) podem ser confirmados tanto em conversas corriqueiras de cidadãos muito comuns quanto em testes com alunos bastante treinados em lingüística, ou, quem sabe, até mesmo em poemas e provérbios ou

em *corpora* de literatura clássica. Nesta maneira de ver as coisas, seria como se a sintaxe não recebesse do discurso nenhuma interferência. Esta, eventualmente, poderia dar-se em outros níveis, tipicamente suprasentenciais (textuais, co-textuais, que exigiriam considerações sobre anaforização, entre outras coisas), mas não no domínio estritamente sintático ou em termos estritamente gramaticais. Isso porque, neste nível e nesta concepção de sintaxe, a questão não é, evidentemente, por que em determinado ponto de um texto ocorre um elemento como “ele”, “isto” ou “assim”, ao invés de outro, mas a possibilidade de tal elemento ocupar determinada posição por razões estritamente de sintaxe (antes ou depois de um certo constituinte, e como, então, se interpreta). Perguntar-se pela ocorrência de um elemento dêitico-anafórico ao invés de outro ou de outra expressão equivaleria a perguntar-se pelas razões que levam um locutor a proferir um enunciado ao invés de outro, o que não seria uma pergunta sintática, mas, exatamente, discursiva. Segundo esta hipótese, a sintaxe é completamente independente do discurso e escapa a qualquer restrição decorrente dele. Talvez, nesse caso, a sintaxe possa ser concebida como natural, quem sabe herdada e/ou universal.

Esta concepção não tem nenhuma serventia relevante para a análise do discurso, embora, evidentemente, em qualquer texto de qualquer discurso se possa verificar que tal ordem (ou qualquer outra coisa) ocorre.

3. *A não imanência radicalizada*

A terceira alternativa seria aceitar que os discursos (os sentidos) são tão organizados em um universo próprio que sua relação com a sintaxe é apenas circunstancial: qualquer recurso de expressão serviria para qualquer discurso. Sabendo ou não, assim opera quem postula que as regras da língua não só não são capazes de garantir sentidos, como sequer são capazes de restringi-los, ou, em outros termos, quem supõe que qualquer significante pode suportar qualquer sentido ou qualquer leitura. A análise do discurso, sabe-se, pôde aceitar tanto que o mesmo enunciado tenha mais de um sentido quanto que enunciados diferentes tenham o mesmo sentido (uma certa noção discursiva de paráfrase era a garantia da leitura, considerada uma formação discursiva). Exacerbando a última alternativa, poder-se-ia chegar à posição de postular que determinado discurso pode ser “veiculado” por não importa qual suporte verbal (se não há sentido

literal, tudo é permitido, isto é, qualquer sentido pode ser expresso por qualquer recurso lexical e sintático). A hipótese se torna tanto mais forte quanto mais se considerarem possibilidades de sentido divergentes daquele que seria um sentido literal, seja como conseqüência de usos figurados da linguagem, seja em função dos sentidos indiretos, dos implícitos, das inferências, etc, isso sem considerar os múltiplos sentidos, aceitáveis como decorrência da natureza polifônica da língua e dos discursos, ainda multiplicáveis pelas teorias que tornam os leitores e os suportes outros tantos produtores de sentido. O mesmo discurso, vagando por aí, em múltiplos lugares, instâncias, textos, tipos de textos, tipos de veículos de textos, podendo realizar-se em muitíssimas figuras, quiçá em número infinito, é certamente a tentação que seduz aqueles que aderem aos exageros de uma vulgata mal digerida da psicanálise, da pragmática radical e das leituras apressadas de Derrida e de Barthes, entre outros, na medida em que todos eles, cada um a sua maneira, minam a relevância da relação entre a ordem da língua e a do discurso, por excesso de medo do “positivismo” das lingüísticas mais ou menos bem sucedidas, receio que os faz jogar fora a criança com a água. Segundo este modo de ver as coisas, a sintaxe seria irrelevante para o discurso, para o sentido, que, em última instância, emanaria dos leitores (individuais ou coletivos). Tal concepção não colabora de forma alguma para uma análise do discurso que tome os enunciados como seu material. Equivale a dizer que não serve para nada.

4. A indeterminação

Outra alternativa possível consistiria em conceber tanto a língua quanto o discurso como não sendo propriamente estruturados, embora altamente organizados, de forma que os mesmos esquemas sintáticos podem, em tese, servir de base lingüística para mais de um discurso (especialmente se se considerar o efeito interdiscurso...) e vice-versa. Nesta hipótese, que me parece forte, “postulados” mais ou menos óbvias seriam os seguintes: se a sintaxe não impõe sentidos, pelo menos os restringe; pode haver muitos sentidos para o mesmo enunciado (ou o mesmo texto), mas não qualquer um; pode haver muitas formas de expressão de um mesmo sentido (discurso), mas não em número infinito, pode haver muitas leituras, mas elas não são infinitas e muito menos individuais, etc. A questão central não estaria numa eventual relação direta entre uma estrutura sintática e um certo discurso, mas na ocorrência sistemática de determinadas

estruturas em determinados discursos. Por exemplo, se sujeitos (agentes) nunca estão expressos na superfície textual, ou se nunca estão topicalizados, isto pode ser para o analista uma pista para a descoberta de características relevantes (em geral produzidas de forma não consciente) de determinados discursos. Se a pista sintática apontar para uma direção que, além disso, um léxico marcado corrobora sistematicamente, multiplicam-se os indicadores de que, neste caso, certas estruturas estão a serviço de determinado discurso (Kress, 1985) fornece bons exemplos, pode-se ver um excelente em Lavandera (1985), mas também podem-se encontrar exemplos diariamente nas manchetes dos jornais). Segundo esta forma de ver a questão, as relações entre sintaxe e discurso são em boa parte circunstanciais, no sentido de que não precisam ser sempre os mesmos os recursos expressivos para que ocorra um dado discurso, nem precisaria ser sempre o mesmo o discurso, dados certos recursos de expressão. Uma das teses básicas da análise do discurso considera que a língua tem uma ordem própria. Penso que vale a pena manter a idéia da ordem própria da língua, mas, provavelmente, ela seria mais adequadamente apreendida se não se insistisse na idéia da estrutura (mesmo que furada, já que uma estrutura furada, a rigor, não é uma estrutura), embora a língua seja, evidentemente, bastante organizada. Assim como o olhar atento sobre o discurso vê basicamente interdiscurso, vale dizer, percebe cada "sentido" como efeito, entre outras coisas, de polifonia, de entrecruzamento de discursos (palavras atravessadas por muitos discursos), da mesma forma pode perceber a própria ordem da língua como sendo constantemente afetada pelas enunciações, que não deixam marcas apenas nos sentidos, mas também nos recursos de expressão. Há tempo, já, que os analistas da língua, em especial os sociolinguistas, se deram conta de que a língua não é uniforme, e que essa heterogeneidade tem a ver com o fato crucial de que as sociedades que falam uma língua não são comunidades uniformes (ou, pelo menos isso pode ser visto por um olhar que considere fatores históricos), do que resulta que as manifestações linguísticas refletem esta falta de coesão, para dizer pouco, ou esta história de confrontos, para ser mais exato. Ganha-se, eu penso, concebendo o discurso - os sentidos - como afetados pelo outro, pelo múltiplo. Mas perde-se, se se supuser, incoerentemente, e contra todas as evidências, que a língua mesma, mesmo aquela que seria a língua dos linguistas, não é por sua vez "atravessada" por múltiplas alternativas no que se refere aos

recursos expressivos. Muitas dessas opções são tão marcadas quanto muitos sentidos (de forma que os interdiscursos não os afeta tanto). Mas, em geral, todas “servem” a múltiplos discursos, em boa parte indistintamente. Estou me referindo, neste momento, àquela que considero a mais consistente concepção de sintaxe das línguas naturais, pois que a toma basicamente como indeterminada (Franchi, 1977), o que quer dizer que não se pode esperar que a sintaxe garanta, por si só, determinados efeitos de sentido, embora fixe restrições para a interpretação. Sendo adequadamente explicitada, diria que se trata da concepção de sintaxe (vinda da sintaxe2) mais relevante para a análise do discurso.

5. A heterogeneidade (suas marcas)

Analistas da discurso como Authier-Révuz, sem negar a ordem própria da língua, consideram, no entanto, que a análise do discurso deve tomar como seu objeto o “fio do discurso”. Isto significa, entre outras coisas, que o sintaticista não deveria depurar o fato linguístico de resíduos da oralidade, daquilo que seria eventual, subjetivo, ou conversacional, até porque certos elementos que então seriam eliminados costumam comparecer em textos escritos³. Considerado o fio do discurso como objeto de análise, algumas formas tradicionais de conceber a sintaxe (as de base proeminentemente formal seriam as principais candidatas) de certa forma explodem. É que, como o demonstra também a análise da conversação, ou, mais genericamente, a análise da língua falada, aparecem no fio do discurso muitos elementos que a sintaxe não prevê (mesmo as sintaxes funcionais), ou dos quais ela se desvencilha, na medida em que define como seu projeto buscar apenas determinados tipos de relações entre certos tipos de elementos, ou então, porque se baseia, mesmo afirmando o contrário, na escrita, ou melhor, em certos exemplos da escrita, espaço no qual tais elementos são mais raros, embora não inexistentes, como demonstram, por exemplo, as orações intercaladas ou parentéticas.

Se seguissemos os trabalhos que consideram de forma relevante os elementos que ocorrem “no fio do discurso”, poderíamos talvez descobrir alguma coisa a mais sobre a natureza da sintaxe, a natureza do discurso e, eventualmente, também sobre suas mútuas relações. Geralmente (talvez por causa da obsessão francesa pela significação), os exemplos e as análises de Authier-Révuz referem-se a interferências metaenunciativas que tomam como objeto palavras e,

fundamentalmente, na medida em que seu sentido é de alguma forma problemático. Assim, o comentário metaenunciativo se converte freqüentemente no sintoma de uma relação tensa entre um discurso e outro(s) - aumentando o prestígio do interdiscurso. Mas, pode-se verificar que há também metaenunciações relativas às palavras enquanto tais (que destaca determinado sotaque, estrangeirismos, jargões, gírias, etc), e não apenas na medida em que é seu sentido que é problemático ou sintomático, mas na medida mesma em que se trata de pôr em evidência o traço lingüístico do discurso. Mas, mesmo assim, tais interferências metaenunciativas estouram a frase purificada dos sintaticistas. Mas, eventualmente, também se podem encontrar enunciados metaenunciativos que tomam como objeto estruturas propriamente sintáticas.

Mas, mesmo que não se encontrem evidências empíricas da hipótese de que o locutor avalia também a estrutura sintática, isto é, evidências de que ela lhe parece de alguma forma como problemática (como ocorre com as palavras), podemos encontrar outras evidências de que a sintaxe está submetida aos mesmos problemas aos quais está submetido o léxico, no que se refere a não poder garantir um sentido. Os chistes são os melhores exemplos, pelos múltiplos efeitos e variadas formas de funcionamento. Vejam-se três, cuja "base" é o não funcionamento "previsto" da sintaxe:

- a) O pai reclama da filha que está para sair à noite, porque o decote lhe parece excessivo. A filha se defende, dizendo: "- Papai, eu tenho o direito divino...". O pai a interrompe: "- O direito é divino, o esquerdo também é lindo, mas com essa roupa você não sai".
- b) Dois amigos se encontram depois de algum tempo: "- O que é que você me conta de novo?", pergunta um. E o outro responde: "- Por que você quer que eu conte de novo?"
- c) Um jornalista tenta uma entrevista: "- Podemos trocar umas idéias?", pergunta o jornalista. "- Podemos, mas acho que eu vou sair perdendo", responde o outro.

Explicito rapidamente o que é fundamental no (mau?) funcionamento dessas estruturas. Mais ou menos casualmente (não seria necessário que se tratasse sempre de tais estruturas⁴), estamos diante do funcionamento alternativamente formulaico e "literal" de certas

expressões: em a), a expressão “direito divino”, que significa mais ou menos ‘direito indiscutível’, é entendida pelo pai como se significasse ‘seio direito divino’, isto é, belíssimo (portanto, podendo ser exibido); em b), “contar de novo” significa usualmente “informar sobre alguma novidade” (= ‘o que de novo você tem para me contar?’); a resposta mostra que a seqüência é entendida como se “de novo” significasse ‘novamente’ e a relação de dependência fosse com “contar” e não com “o que”; em c), “trocar uma idéia” significa correntemente ‘discutir’, ‘analisar’, mas a expressão é tomada como se significasse ‘fazer uma troca’. Pode não parecer óbvio, mas as três respostas não deixam de ser comentários sobre as referidas “estruturas” lingüísticas e um sumário ensaio intuitivo sobre seu modo de funcionamento, especialmente sobre seu modo de significar, que é, isto parece óbvio, um jogo entre recursos de expressão e diferentes discursos, mundos, (sub)sistemas de referência.

Gostaria de ousar dizer que os comentários metaenunciativos, por um lado, bem como os chistes, são efeitos de indeterminação⁵, ou seja, exemplos de que nem a sintaxe, nem o léxico podem garantir por si sós a “veiculação” de um sentido - de um discurso. Eventualmente, em circunstâncias muito determinadas, pode não ocorrer que haja mais de um discurso (rápida e circunstancial vitória do um sobre o não-um (para falar como Authier-Révuz⁶), do sistema sobre os movimentos da história e os jogos dos sujeitos. Mas, a estabilidade e a transparência são exatamente circunstanciais⁷. Não são constitutivas nem da língua, nem do discurso.

Gostaria também de explicitar minha descrença, embora avançando em defesa dela apenas um argumento genérico, de que, nesses casos, se trate de uma ação da própria língua (ou da *língua*), e que os vários sentidos ou discursos sejam mero efeito do significante. Creio, ao contrário, que se trata de um lugar de atividade dos sujeitos, simultaneamente com e sobre a língua. A alternativa seria fazer voltar, subrepticiamente, a concepção da língua como organismo, com a conseqüência ideológica de anular, ou de reprimir os efeitos do social e do histórico sobre ela, separando a língua de seu exterior. Prefiro seguir de Certeau, na direção que a citação abaixo permite pelo menos entrever:

Clausewitz compara ainda a astúcia à palavra espiritualosa. “Assim como a palavra espiritualosa é uma espécie de prestidigitação em face das idéias e

das concepções, a astúcia é uma prestidigitação relativa aos atos". Isto sugere o modo pelo qual a tática, verdadeira prestidigitação, se introduz por surpresa numa ordem. A arte de "dar um golpe" é o senso da ocasião. Mediante procedimentos que Freud precisa a respeito do chiste, combina elementos astuciosamente reunidos para insinuar o insight de outra coisa na linguagem de um lugar e para atingir o destinatário. Raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado do sistema, as maneiras de fazer dos consumidores são os equivalentes práticos dos chistes (de Certeau 1990: 101).

CNPq 303984/85-6

NOTAS

¹ Em uma primeira fase, esta ordem era concebida como sendo efetivamente uma estrutura; mais recentemente, o modo de ver as coisas é inspirado basicamente pela psicanálise lacaniana, o que implica conceber essa estrutura como "furada", ou, como mais comumente se tem dito, sujeita ao equívoco, como o demonstram claramente os chistes.

² É que uma concepção de sintaxe pode "vir" da análise do discurso, isto é, esta pode propor problemas às teorias sintáticas.

³ Mesmo neste texto (ver acima), encontra-se a seguinte seqüência: "Essa forma de abordar a questão exigiria que o grau de, *digamos*, abstração fosse maior do que na alternativa anterior...". A inclusão de "*digamos*" entre "de" e "abstração" é um exemplo bastante radical de inserções metaenunciativas: o fundamental é observar aqui a posição quase imprevisível do elemento inserido: no interior de um SN. Para dar outro exemplo que tem a ver com o evento em que estamos, na conferência de abertura do congresso, às tantas, o prof. Charodeau proferiu a seguinte seqüência, que ilustra bem o tipo de questão a que se dedica tipicamente Authier-Révuz: "...problemática dita - "dita", porque se precisa ser prudente - cognitiva" que, obviamente, é um comentário - uma justificativa do emprego - sobre a palavra "dita"

⁴ Podem-se ver numerosos exemplos de outros recursos em Possenti (1998).

⁵ Eu mesmo já empreguei a expressão "equívoco", mas, a rigor, ela só faz sentido para estruturalistas, isto é, a partir da suposição de que o sentido

devesse ser garantido pelos recursos de expressão, se eles não “furassem” seu compromisso...

⁶ Ver, especialmente Authier-Révuz (1995).

⁷ Nas palavras de Eco: “... a Ordem não existe: ela é apenas um entre os muitos estados de possível quietação que a desordem de tempos em tempos alcança” (Eco: 1973:122).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUTHIER-RÉVUZ, J. *Ces mots que ne vont pas de soi; boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.
2. ECO, U. *As formas do conteúdo*. S. Paulo: EDUSP-Perspectiva, 1973, p. 109- 123: Geração de mensagens estéticas numa língua edênica.
3. de CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1990.
4. FRANCHI, C. *Linguagem - atividade constitutiva*. *Almanaque*, n.5. S. Paulo: Brasiliense, 1977, p. 9-27.
5. KRESS, G. *Ideological structures in discourse*. In: van Dijk, T. *Handbook of discourse analysis*, v. IV. London: Academic Press, 1985, p. 27- .
6. LAVANDERA, B. *Ludir y decir: unapropuesta metodológica*. *Filologia*, XX (2). p. 21-31, 1985.
7. MAINGUENEAU, D. *Genèse du discours*. Bruxelles: Margada, 1984.
8. PÊCHEUX, M. “Análise automática do discurso”. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1969, p. 61-161.
9. POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Semântica e análise do discurso

JOSÉ LUIZ FIORIN

*A gente é cria de frases.
Manoel de Barros*

Quando se pensa em discutir a relação entre semântica e análise do discurso, devem-se distinguir duas semânticas: uma que se poderia chamar semântica lingüística, que se ocupa da análise da significação tal como é fornecida pelo código da língua, e outra que se poderia denominar semântica lógica, que se volta para o estudo das condições de verdade de uma frase. Esta tem em mira o exame dos aspectos vericondicionais de interpretação dos enunciados, ou seja, as condições requeridas para que os enunciados sejam verdadeiros, tratadas no quadro de uma semântica formal, que utiliza lógicas como o cálculo dos predicados ou a lógica intensional. A análise do discurso deve ser discutida em confronto com a semântica lingüística e não com a semântica lógica, pois o que lhe interessa não é propriamente a verdade dos enunciados, mas os efeitos de sentido de verdade, isto é, as marcas pelas quais o discurso se apresenta como verdadeiro ou falso. Em outras palavras, importa-lhe o dispositivo que assegura a coerência discursiva. O discurso não é considerado a representação de uma verdade que lhe é exterior, mas produz um parecer verdadeiro no interior de uma dada formação discursiva.

1. Semântica estrutural

No final do século XIX, Bréal estabeleceu os princípios de uma semântica diacrônica, que tinha a finalidade de estudar as mudanças de sentido das palavras, a fim de investigar os mecanismos que regulam essas alterações. Na primeira metade do século XX, nasce uma semântica voltada para a descrição sincrônica dos significados, que visa a delimitar e analisar os campos semânticos. Essa abordagem

taxinômica não se fundamentava em critérios imanentes à linguagem. Pelo fato de a semântica adotar, seja um princípio associacionista, seja um ponto de vista não imanente no estudo do plano de conteúdo, Hjelmslev escreve, em 1957, um texto intitulado *Por uma semântica estrutural* (1991: 111-127), em que vai propor as bases de uma abordagem estrutural em semântica, a partir da constatação de que é cientificamente legítimo fazer essa tentativa (1991: 116). O lingüista dinamarquês começa por mostrar que os domínios da fonologia e da gramática apresentam uma estruturação evidente, o que faz que o estruturalismo seja mais uma continuidade do que uma ruptura em relação a certos modos de análise da Lingüística clássica. Por outro lado, há um certo ceticismo em relação à estruturalidade do vocabulário e, por conseguinte, à possibilidade de estudá-lo de um ponto de vista estrutural, pois, em oposição aos fonemas e morfemas, os vocábulos são, de um lado, numerosos (talvez em número ilimitado e incalculável) e, de outro, instáveis, dado que, a todo momento, palavras novas são criadas, enquanto outras se tornam velhas e caem em desuso (1991: 112-113). Conclui Hjelmslev, dizendo que “o vocabulário se apresenta, numa abordagem inicial, como a negação mesma de um estado, de uma estabilidade, de uma sincronia, de uma estrutura” (1991: 113) e, por isso, uma semântica estrutural “parece estar votada ao fracasso e se torna facilmente presa do ceticismo” (1991: 113). Por essas razões, considera ele que a lexicologia é uma casa vazia e que o estudo do vocabulário se limita a uma lexicografia, cujo trabalho consiste simplesmente em enumerar elementos a que se atribui um conjunto de empregos diferentes e aparentemente arbitrários. A semântica estrutural, diferentemente da fonologia e da gramática estruturais, não tem, pois, predecessores. Seu objetivo deve ser não os objetos, mas as relações entre as partes que os constituem. Como diz Hjelmslev, “introduzir a noção de *estrutura* no estudo dos fatos semânticos é introduzir a noção de *valor* lado a lado com a de *significação*” (1991: 118).

Mudando um pouco a terminologia hjelmsleviana, poderíamos dizer que, no domínio da semântica, o estruturalismo, portanto, terá por objeto não o significado, mas a significação, isto é, os “valores lingüísticos definidos pelas posições relativas das unidades no interior do sistema” (Hjelmslev, 1991: 38). O sentido não é algo isolado, mas surge da relação. Só há sentido na e pela diferença. Assim, os efeitos de sentido percebidos pelo falante pressupõem um sistema estruturado

de relações. Por conseguinte, a semântica estrutural não visa, propriamente, ao sentido, mas a sua arquitetura, não tem por objetivo estudar o conteúdo, mas a forma do conteúdo.

Antes de prosseguir, analisemos mais detidamente o conceito de *relação*, central no estruturalismo. A *relação* é uma “atividade cognitiva que estabelece, de maneira concomitante, a identidade e a alteridade de duas ou mais grandezas (ou objetos de saber), ou o resultado desse ato” (Greimas, Courtés, 1979: 314). Assim, os objetos lingüísticos serão fundados nas relações. Hjelmslev define os eixos paradigmático e sintagmático da linguagem pelo tipo de relações que os caracteriza: *ou...ou* e *e...e*. Na visão estrutural, pois, o mundo adquire sentido para nós, graças à percepção de diferenças. Perceber diferenças significa captar dois termos-objeto como simultaneamente presentes e a relação entre eles. Daí decorrem duas conseqüências: um só termo-objeto não comporta significação e esta pressupõe a existência de uma relação. O conceito de *relação* impõe duas constatações: “1. para que dois termos-objeto possam ser captados juntos, é preciso que tenham algo em comum (é o problema da semelhança e, em suas extensões, o da identidade); 2. para que dois termos-objeto possam ser distinguidos, é preciso que sejam diferentes, qualquer que seja a forma (é o problema da diferença e da não identidade) (Greimas, 1973: 29). A relação tem, pois, uma dupla natureza: conjuntiva e disjuntiva (Greimas, 1973: 29). Por isso, diz-se que estabelece, de maneira concomitante, a identidade e a alteridade.

No âmbito da semântica, a identidade é um eixo semântico, um fundo comum, sobre o qual se articulam as diferenças. Identidades e diferenças, no domínio semântico, são semas, traços distintivos do significado, elementos diferenciais do plano do conteúdo. Assim, por exemplo, a oposição *homem vs mulher* poderia ser analisada, postulando-se a articulação da diferença *masculinidade vs feminilidade* sobre o eixo semântico *sexualidade*. Um problema que se colocava era o do modo de existência das articulações sêmicas. Isso opôs os partidários do binarismo e do não binarismo, que poderíamos representar por Jakobson e Brondal. Os primeiros afirmavam que um eixo semântico se articula em dois semas, seja s^1 vs s^2 , isto é, dois semas efetivamente, seja s vs *não s*, isto é, presença e ausência de um sema. Os segundos diziam que, entre o positivo e o negativo, pode haver um neutro (nem positivo nem negativo) e um

complexo (positivo e negativo). Essas duas posições teórica parecem, à primeira vista, inconciliáveis. No entanto, sua contradição é apenas aparente, pois o que é complexo na postulação de Brondal é a articulação, já que o número de semas permanece constante, o que significa que a estrutura brondaliana é tão binária quanto a de Jakobson (Greimas, 1973: 34). Da mesma forma, não se pode postular, na articulação diferencial de um eixo semântico, a ausência de um sema, pois “a não existência de um sema não é um sema”, mas resulta de uma operação de negação aplicada a cada um dos termos de uma dada categoria semântica (Greimas, 1973: 35).

Postulando o paralelismo dos dois planos da linguagem, Hjelmslev considerava que a *comutação* é a função decisiva para sua análise. É ela uma “correlação que contrai uma relação com uma correlação do plano oposto da língua” (1991:118).

“Dois membros de um paradigma pertencente ao plano da expressão (ou ao significante) são ditos comutáveis (ou invariantes), se a substituição de um pelo outro levar a uma substituição análoga no plano do conteúdo (ou no significado); e, inversamente, dois membros de um paradigma do conteúdo são comutáveis, se a substituição de um pelo outro pode levar a uma substituição análoga na expressão. Dois membros de um paradigma que não são comutáveis podem ser chamados substituíveis (ou variantes) (...) Há sincretismo no caso especial, em que, em condições sintagmáticas determinadas, uma comutação é obrigatoriamente suspensa (e, em conseqüência, suprida por uma substituição): assim, a comutação que se observa, em latim e em alemão, no plano do conteúdo, entre o nominativo e o acusativo, é suspensa sob o domínio do neutro (bonum, gutes) e, cede, nesta condição, lugar a um sincretismo entre dois casos (1991: 118-119).”

Com esses princípios, Hjelmslev pretendia estabelecer as categorias semânticas utilizadas em cada língua ou cada estado de língua para constituir os significados. Agrupava palavras ou expressões que tivessem um sema comum (por exemplo, *parentesco colateral de primeiro grau*) e analisava as diferenças que se articulavam sobre esse eixo semântico (por exemplo, o húngaro articula sobre essa identidade as diferenças: *masculino vs feminino e mais velho vs mais*

novo, já que tem um termo para designar o irmão mais velho, um para o irmão mais novo, um para a irmã mais velha e outro para a irmã mais nova; já o francês opõe sobre esse eixo apenas a articulação *masculino vs feminino*; o malaio não estabelece as oposições sobre esse eixo, pois possui apenas um termo para designar irmão mais velho, irmão mais novo, irmã mais velha e irmã mais nova) (1991: 120). Estava, desse modo, reduzindo as classes abertas do léxico a classes fechadas, o que, para ele, era a condição necessária para efetuar uma descrição estrutural (1991:126).

Para chegar a essas categorias, deveriam ser analisados todos os níveis da substância semântica (por exemplo, o nível físico, o das percepções ou avaliações ou apreciações coletivas) (1991: 124-125).

O objetivo da semântica estrutural seria, pois, o estabelecimento, de um ponto de vista imanente, ou seja, sem recorrer a nenhuma classificação extra-lingüística, de categorias semânticas (articulações semânticas estabelecidas sobre eixos semânticos) responsáveis, numa língua ou num estado de língua, pela criação de significados. Lembra Hjelmslev que isso permitiria comparar estados de língua diferentes ou línguas distintas e estabelecer uma tipologia de base semântica das línguas. Estava enunciada a possibilidade de uma semântica estrutural diacrônica e de uma semântica estrutural contrastiva.

Coseriu desenvolve, com base nesses princípios, os fundamentos de uma semântica diacrônica estrutural, mostrando que, na diacronia, ocorre a dessemantização de oposições, a semantização de traços não pertinentes, a ressemantização de certas relações e assim por diante. Por exemplo, na passagem do latim para as línguas românicas, dessemantizam-se oposições como *luminosidade vs não luminosidade*, estabelecida sobre o eixo *cor*, ou *materno vs paterno*, articulada sobre a identidade *tio* (1964). Para Hjelmslev, uma semântica estrutural era possível: “1) porque as significações particulares dependem de um cálculo de variantes que se deduzem logicamente das relações possíveis previstas na forma; e 2) porque as ‘significações gerais’, ou semantemas, dependem de valores que resultam igualmente da forma e definem as correlações possíveis” (1991, 124).

Finalmente, cabe lembrar que o projeto da semântica estrutural não ignorava a História, como se diz freqüentemente. De um lado,

Hjelmslev não negava as determinações históricas sobre a substância semântica (1991: 124-125). De outro, pensava que a descrição estrutural criaria uma lexicologia análoga à proposta por George Matoré, “disciplina sociológica que utiliza o material lingüístico que são as palavras” (1991: 127). Dessa forma, poderia ela ajudar na compreensão da sociedade de uma dada época.

Essa primeira versão da semântica estrutural enfrentava um problema teórico muito grave, que era o de precisar as regras de compatibilidade e de incompatibilidade semântica, que presidem à construção de unidades maiores do que os sememas, como, por exemplo, enunciados e discursos. Por isso, não obteve resultados satisfatórios, a não ser na descrição de certos campos semânticos bem delimitados. A idéia de construir matrizes semânticas comparáveis às da fonologia foi abandonada.

2. A análise do discurso.

Pode-se dizer que a análise do discurso é uma análise semântica, na medida em que, como diz Dominique Maingueneau, estuda os fundamentos semânticos de um discurso, seus modelos de coerência semântica (1983: 9). No entanto, está muito longe de basear-se nos princípios da semântica estrutural. Ao contrário, produziu deslocamentos importantes, que devem ser considerados.

O discurso define-se como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (Maingueneau, 1984: 5). O discurso é considerado como um objeto lingüístico e histórico e a análise do discurso pretende levar em conta esses dois aspectos, sem sacrificar nenhum deles. Entendido como um espaço de regularidades enunciativas, as múltiplas dimensões textuais devem apresentar uma coerência global (Maingueneau, 1984: 7-8). É Maingueneau ainda quem especifica melhor o que se entende por discurso. Uma formação discursiva é “um sistema de coerções que garante a boa formação semântica”; a superfície discursiva é “o conjunto de enunciados produzidos conforme esse sistema”; o discurso é a relação que une esses dois elementos, ou seja, “o conjunto virtual dos enunciados que podem ser produzidos conforme as coerções da formação discursiva” (1984, 10).

Começam aqui as delimitações desta semântica que é a análise do discurso. Estabelece ela o primado do interdiscurso sobre o discurso

(Maingueneau, 1984: 10). Isso significa que a identidade de um discurso depende de sua relação com outros, isto é, que ele não se constitui independentemente de outros discursos, para, em seguida, pôr-se em relação com eles, mas se constrói, de maneira regrada, no interior dessa oposição (Maingueneau, 1984: 11), define-se nos limites dessa relação polêmica (Maingueneau, 1983: 9). A polêmica não é contingente ou exterior ao discurso, mas acha-se inscrita em sua estrutura, é a condição mesma da sua gênese (Maingueneau, 1983, 10).

Para especificar a noção de interdiscurso, Maingueneau recorre a três noções complementares: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Universo discursivo é o conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem numa dada conjuntura (1984: 27). Campo discursivo é o conjunto de formações discursivas que estão em concorrência, que se delimitam reciprocamente, em uma região determinada do universo discursivo (1984, 27-28). Espaços discursivos são subconjuntos de formações discursivas que estão em relação pertinente para os propósitos da análise (1984: 29).

Um universo discursivo é constituído de muitos campos, cuja delimitação não é tão evidente como parece. Cada campo é formado de vários espaços, que são os interdiscursos. É no interior de cada campo que se constitui o discurso. Essa constituição faz-se trabalhando sobre formações discursivas já existentes. Para Maingueneau, reconhecer o primado do interdiscurso significa “construir um sistema em que a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (1984: 30). No nível da constituição discursiva, não há possibilidade de geração de uma identidade fechada, mas apenas de uma identidade relacional, que se engendraria a partir de trocas enunciativas. Assim, o *Sermão da Terceira Domingo do Advento*, de Vieira, partindo do episódio bíblico que narra a ida a João Batista de uma embaixada de sacerdotes e levitas de Jerusalém para perguntar-lhe quem era e sua resposta de que era voz que clama no deserto, tece toda uma argumentação, para mostrar que a fidalguia, a nobreza, pertence à esfera da ação, do trabalho, e não à herança familiar (sangue). Diz que ela não é qualidade, nem sangue, mas ação. Podemos dizer que esse texto pertence ao discurso burguês, que se constitui em oposição ao discurso aristocrático, que se bascia no fato de que a nobreza é algo ontológico,

um valor herdado pelo nascimento. A ele, opõe-se o discurso burguês que considera a nobreza uma virtude conquistada no trabalho, que nega a existência de uma ordem social natural.

O primado do discurso sobre o interdiscurso significa que a semântica que é a análise do discurso desloca o conceito de totalidade da semântica estrutural. Esta visava a estudar as relações que produziam os significados dos lexemas de uma determinada língua. Aquela estuda interdiscursos. Esta é a totalidade com que trabalha.

O caráter fundamentalmente dialógico de todo enunciado do discurso impossibilita dissociar do funcionamento discursivo a relação do discurso com seu Outro. Todo enunciado de um discurso se constitui em relação polêmica com o Outro, o que quer dizer que rejeita um enunciado, atestado ou virtual, de seu Outro no espaço discursivo. Todo discurso tem um direito e um avesso e essas duas faces são indissociáveis (Maingueneau, 1984: 31-32). Esse Outro não é um “fragmento localizável”, nem uma “citação”, nem uma “entidade exterior”, nem é necessariamente marcado no fio do discurso.

Poder-se-ia pensar que, na medida em que, cronologicamente, é o discurso segundo que se constitui a partir do discurso primeiro, este é o Outro daquele, mas que a recíproca não é verdadeira. Na verdade, a questão é mais complexa. De um lado, o discurso segundo pode remeter ao primeiro de seu primeiro. Ora, o primeiro, a partir da constituição do segundo, rejeita-o, como rejeitou seu primeiro, ou se reformula, a partir do segundo. (Maingueneau, 1984 34-35). A relação entre eles não é, portanto, mecânica, mas dialética. Taguieff, por exemplo, mostra que o discurso racista se modificou a partir do discurso anti-racista. Passou da idéia universalista de que havia uma escala entre as diferentes raças, o que implicava considerar alguns homens mais humanos que outros, que eram apenas semi-humanos, para a idéia diferencialista de que os homens são culturalmente diferentes, de que cada comunidade tem a obrigação de preservar sua diferença, sua alteridade e de que, por isso, deve-se combater, em nome da pureza cultural, a imigração, a migração, a mestiçagem, o sincretismo religioso ou artístico, etc. Esse novo discurso racista fundamenta-se em dois temas centrais do discurso anti-racista que se constitui a partir do discurso racista universalista: a comunidade e a alteridade (1993: 357-392).

Essas relações conflituais permitem entender elaborações e

reelaborações discursivas, dominâncias e apagamentos discursivos, etc. Dessa forma, essa semântica pode ser caracterizada como uma semântica que integra sincronia e diacronia. Não só ela permite circunscrever áreas de estabilidade, ou seja, sincronias discursivas, mas permite examinar a passagem de uma dominância discursiva a outra. Ao mesmo tempo, como não concebe as fronteiras de uma formação discursiva como algo dado de uma vez por todas, mas como algo que se desloca em função da luta ideológica, sendo, portanto, sua estabilidade instável, é uma semântica que se ocupa dos processos de reformulação dos sentidos discursivos (Maingueneau, 1987: 82-83).

A terceira característica dessa semântica é que é uma semântica global. Seu domínio não são o signo ou a proposição. Pretende apreender o sistema de coerções semânticas por meio dos quais se determina que certos textos pertencem a uma formação discursiva determinada (Maingueneau, 1984: 46-47). Essas categorias semânticas são aquelas que permeiam toda a discursividade, que se disseminam na multiplicidade das dimensões discursivas (Maingueneau, 1984: 82). Dessa maneira, essa semântica opõe-se à concepção de que existiria um plano discursivo, em que estaria a especificidade do discurso, em que se condensariam as categorias semânticas, e que o tecido textual seria um aparato acessório, acrescentado ao conteúdo (Maingueneau, 1984: 81). Assim, esse conjunto de categorias semânticas regeria todos os planos discursivos: o vocabulário, os temas tratados, a intertextualidade, os modos de coesão, o estatuto dos participantes da enunciação, a dêixis enunciativa, o modo de enunciação, ou seja, uma maneira de dizer específica (Maingueneau, 1984: 81-108). Nesse ponto, um autor como Maingueneau acolhe certas proposições de Humboldt, mostrando ser preciso aceder ao esquema construtor do discurso, à “inteligência do todo unificado” que constitui o discurso. Vê, portanto, o discurso não como *érgon*, mas como *enérgeia*, não se interessando pelo inventário dos elementos discursivos, mas pelo “princípio dinâmico que rege o conjunto” (Maingueneau, 1984: 81). Apesar de fundamentar-se em Humboldt, esse autor recusa explicitamente a idéia de uma oposição entre profundidade e superfície, que reservaria àquela o lugar de “validade das coerções semânticas”. O que se busca, não é, portanto, um nível mais abstrato da organização discursiva, mas o princípio integrador de todos os planos do discurso, tanto da ordem do enunciado, quanto da ordem

da enunciação, o que, evidentemente, não deixa de ser, num sentido diferente daquele rejeitado por Maingueneau, um nível profundo de estruturação do discurso. Cabe lembrar que esses planos não foram ainda objeto de uma elaboração teórica suficiente para definir um modelo de textualidade (Maingueneau, 1984: 83). Na construção dos planos do discurso, não há qualquer concepção genética da estruturação do discurso, ou seja, não há, por exemplo, inicialmente, a escolha de um tema, em seguida a de um gênero literário, depois a de um vocabulário próprio e assim por diante (Maingueneau, 1984: 83). O mesmo primitivo semântico, que articula o conjunto das coerções semânticas, rege tanto os tipos de relações intertextuais legítimas num dado discurso, ou seja, a maneira de citar e o passado específico que cada discurso constrói para si, atribuindo-se determinadas filiações e não outras (por exemplo, os poetas concretos reescreveram a história da literatura brasileira e atribuíram-se a filiação ao barroco e a poetas como Kilkerry, Sousândrade, etc.), quanto o tom enunciativo do discurso. A filiação a Humboldt permite dizer que essa semântica é gerativa (repetimos que não é genética), por ser preditiva e explícita

Na medida em que, como foi dito acima, busca-se o princípio integrador de todos os planos do discurso, tanto da ordem do enunciado quanto da enunciação, essa semântica não se pensa uma semântica do enunciado ou da enunciação, mas uma semântica que integra essas duas dimensões, que parecem, à primeira vista, inconciliáveis.

Como vimos, o sistema de coerções semânticas opera em todos os planos do funcionamento discursivo e, ao mesmo tempo, define toda uma prática semiótica discursiva, ou seja, rege a estrutura e o funcionamento das instituições que geram esse discurso (Maingueneau, 1984: 136-150). Vamos dar apenas dois exemplos das práticas discursivas: como se concebem as bibliotecas numa dada formação discursiva e quais os comportamento que uma formação autoriza. O discurso nacionalista, cujo representante, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, é o Major Quaresma, afirma a identidade brasileira e sua superioridade. Essa formação discursiva determina como deveria ser constituída uma biblioteca. É o próprio narrador quem explica o espírito que preside a sua organização, são as coerções semânticas da formação discursiva:

“Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião.

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopéia; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afirmar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major.

De História do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente do Salvador, Armitage, Aires do Casal, Pereira da Silva, Haldemann (Geschichte von Brasilien), Melo Moraes, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagen, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o príncipe de Neuwied, o John Mawe, o von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães e se se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além destes, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas.

Vê-se assim que a sua predileção pela poética de Porto Alegre e Magalhães não lhe vinha de uma irremediável ignorância das línguas literárias da Europa; ao contrário, o major conhecia sofrivelmente francês, inglês e alemão; e se não falava tais idiomas, lia-os e traduzia-os correntemente. A razão tinha de ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota (p. 17-19).”

O Major Quaresma resolve aprender a tocar violão. “... o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! que seria?” (p. 15). A própria irmã manifesta suas reservas: “- Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse scresteiro, um quase capadócio - não

é bonito!” (p. 16). A justificativa de Quaresma é que tocar violão era uma prática concorde com sua formação discursiva: “- Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o Padre Caldas, que teve um auditório de fidalgas” (p. 16-17).

Esse sistema regula toda a prática intersemiótica, regendo manifestações verbais e não verbais, como, por exemplo, pinturas e músicas que pertencem à mesma formação discursiva (Maingueneau, 1984: 13).

É também esse sistema de coerções semânticas que permite estabelecer correspondências entre o discurso e outras séries discursivas exteriores ao campo, ou seja, o sistema de correspondências entre campos heterônimos (Maingueneau, 1984: 186-189). Assim, as correspondências entre o discurso literário naturalista e o discurso científico da mesma época seriam regidas por um sistema semântico dessa ordem. Tudo isso mostra que essa semântica é geral, ou seja, tem como postulado a unicidade do sistema de coerções semânticas, que define as semióticas que o manifestarão, bem como as correspondências possíveis entre campos heterônimos.

A heterogeneidade constitutiva funda o que Maingueneau vai chamar uma inter-incompreensão generalizada, dado que “o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica de um discurso como um processo de inter-incompreensão regrada” (Maingueneau, 1984: 11). Os enunciados do Outro são traduzidos nas categorias do Mesmo, o que significa que o conflito é condição da constituição discursiva e que a rede de inter-incompreensão faz parte de sua identidade (Maingueneau, 1984: 12). Assim, ler as categorias do Outro como categorias negativas do Um não pode ser atribuído à má fé, mas ao modo de constituição das formações discursivas. Há um texto de Castelo Branco em que esse descentendimento recíproco fica evidenciado.

“Nessa estranha linguagem, aqueles que desejam o desenvolvimento econômico, na moldura de uma sociedade democrática, pregando a cooperação entre as classes e não a luta de classes, e aberto à cooperação internacional para

evitar a repressão do consumidor, são chamados "reacionários" e "entreguistas"; os que almejam implantar o totalitarismo de esquerda, muito menos benéfico à grande massa trabalhadora do que à oligarquia burocrática do partido, se intitulam "forças populares de vanguarda", quando não pretendem, com trágica ironia, ser paladinos da "democracia popular". Alguns empresários que exploram o nacionalismo para proteger a sua ineficiência e preservar posições de monopólio, não hesitando para isso em apoiar e financiar a esquerda subversiva, passam a ser membros da "burguesia nacional progressista"; enquanto que outros, preocupados em absorver recursos e tecnologia externa, para reforçar nossa poupança e acelerar o desenvolvimento econômico, são acusados de "alienados" e "anti-nacionais". A agressão e a infiltração para acorrentar os indivíduos e nações ao serviço da causa comunista passam a ser descritas como "guerras de libertação nacional"; enquanto os países que preferem resistir a essa subjugação, para decidirem o seu próprio destino, estão arrolados como "vassalos do imperialismo ocidental". E que dizer da suprema deturpação semântica, segundo a qual os que desejam subordinar o nosso sistema de vida e escravizar nossas instituições a ideologias estranhas, passam a ser proprietários e árbitros do "nacionalismo"? (...)

Pois, meus caros amigos, não basta combater a subversão institucional e a corrupção moral: é necessário, também, combater a corrupção semântica, que distorce a realidade dos fatos e procura nos impedir a visão objetiva e racional de nossos deveres e de nossa responsabilidade (Castelo Branco, s.d., p. 110-111)".

Essa semântica concebe o sentido como mal-entendido, considerando que o equívoco não é algo contingente ao discurso, mas constitutivo dele.

A análise do discurso surge na esteira do abandono da ilusão dos anos 60 de que seria possível fazer uma análise exaustiva do plano do conteúdo das línguas naturais, uma vez que isso seria fazer uma descrição completa do conjunto das culturas. Os princípios sobre os quais formula sua semântica são: 1. a totalidade sobre a qual se debruça é o interdiscurso; 2. integra sincronia e diacronia, procurando

apreender o movimento histórico do sentido e, ao mesmo tempo, sua estabilidade instável: 3. é global, ou seja, busca determinar o sistema de coerções semânticas que regem os diferentes planos do discurso; 4. integra enunciado e enunciação; 5. é geral, isto é, postula que o sistema semântico pode manifestar-se por diferentes práticas discursivas, por diversas semióticas e estabelecer o relacionamento de campos discursivos heterônimos.; 6. coloca o mal-entendido no interior do processo de constituição discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Núcleo, 1993.
2. CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. 1965. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. (s.d.).
3. COSERIU, E.. *Pour une sémantique diachronique structurale. Travaux de Linguistique et de Littérature*. Paris/Estrasburgo: Klincksieck/ Université de Strasbourg, 1964. II, 1: 139-186.
4. GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1973.
5. _____, COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
6. HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
7. _____ *Ensaio lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
8. MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.
9. _____ *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.
10. _____ *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
11. TAGUIEFF, Pierre-André "L'antiracisme en crise. Éléments d'une critique reformniste". In: WIEVIORKA, Michel. *Racisme et modernité*. Paris: Éditions de la Découverte. 1993. p. 357-392.
12. VIEIRA, António *Obras completas do Padre António Vieira. Sermões*. vol. I, t. 1, Porto: Lello, 1959., 187-216.

Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações¹

HUGO MARI

A possibilidade de uma aproximação maior ou menor entre análise do discurso e semântica depende, em grande parte, do teor conceitual que podemos conceber à primeira. Se reduzimos análise do discurso a uma metodologia para abordar fatos discursivos, acentuamos possíveis distanciamentos entre um e outro campo. Se a pensamos, entretanto, como uma disciplina lingüística, com um objeto de estudo relativamente definido - a estruturação de processos discursivos - então, estaremos aproximando ambos os campos. Independentemente de circunstâncias específicas, é impossível não reconhecer os interesses de um e outro na análise do processo de significação. Em contrapartida, é impossível também desconhecer as condições conceituais impostas ao modo particular de abordar os fenômenos de linguagem que tradicionalmente identificamos à semântica e à análise do discurso. Há razões, com certeza, para o desafio de se buscar uma aproximação entre elas, até mesmo pela necessidade de a análise de discurso incluir, no seu escopo, questões avaliadas de modo particular no campo da semântica, sem que tenhamos de anular-lhes as diferenças. De qualquer modo, independentemente da concepção que a análise do discurso venha assumir, ela não deve ser considerada, em relação a diversos campos conceituais da lingüística, incluindo a semântica, como algo autônomo, senão como uma relação de parte pelo todo. Afinal, por mais que agucemos as diferenças, não vemos como a análise do discurso possa progredir nas questões de sentido, desconhecendo o trabalho desenvolvido pela semântica, por mais pontual que seja. A semântica deve, assim, ser concebida como uma das condições para a efetivação do campo conceitual da análise do discurso, na dimensão dos processos de significação. É na avaliação da semântica como um suporte para análise do discurso, que analisaremos o contraste entre três categorias.

De um modo geral, podemos admitir o contraste entre os dois campos a partir de três ordens diversas de fatores. A primeira ordem impõe a necessidade de determinação de um *fundamento* que seja capaz de

configurar as condições mínimas para a existência de um objeto de estudo próprio em cada um dos campos. Nesta dimensão, a *semântica* vale-se da convergência entre a estrutura do enunciado e a estrutura conceitual das unidades lexicais, incluindo os aspectos de representação conceitual e de percepção cognitiva, como um padrão catalisador de todos os problemas de significação. A *análise do discurso*, por seu lado, destaca a emergência enunciativa, contemplando o conjunto das relações e dos papéis interlocutivos, como indicadores determinantes de outro padrão conceitual a ser erigido. Assim, nem a tradição das abordagens semânticas mostrou-se sensível a incursões pelo campo dos fenômenos enunciativos, nem os diversos enfoques da análise do discurso puderam desprezá-las em alguma extensão. A segunda ordem de fatores orienta-se pela existência de *procedimentos*, capazes de expressarem a natureza do enfoque desenvolvido em cada um dos campos. Assim, na semântica esse enfoque aparece expresso em diversos formatos de *cálculo do significado*, a partir da construção de instrumentos formais que sejam adequados à captação de fenômenos de significação no plano do enunciado. A análise do discurso, por seu turno, espelha-se na explicitação de estratégias de *produção de sentido*, considerando-se aspectos do plano enunciativo - lugar social do falante, padrões interativos e argumentativos selecionados, intenções acionadas - determinantes na construção do sentido de um discurso. A terceira ordem orienta-se em razão das *conseqüências*, isto é, dos objetos conceituais que podemos derivar em cada uma das instâncias de análise. A semântica instrumentaliza-se, formalmente, a fim de prover justificativas sobre o valor-verdade das proposições, enquanto a análise do discurso se estrutura com a finalidade de prover as condições que possam conferir validade argumentativa às práticas de linguagem, admitida esta última na dimensão do trabalho realizado pelo locutor na tentativa de alcançar uma eficácia argumentativa em relação ao seu alocutário. Orientando-se por estes três parâmetros, *fundamentação*, *procedimentos* e *conseqüências*, podemos avaliar como semântica e análise do discurso, ainda que diferentes na origem, não se antagonizam nos resultados finais. Vejamos, de modo detalhado, as possibilidades de contrastes no âmbito de cada um dos parâmetros acima.

1. *Estrutura do enunciado versus emergência enunciativa*

A comparação entre as categorias presentes não deve supor *estrutura*

e *emergência* como dois conceitos irreconciliáveis. Embora diferentes no seu alcance e na sua autonomia conceitual, devemos considerá-los como integrantes de uma escala contínua de fenômenos lingüísticos. Assim, nenhuma consideração efetiva sobre emergências enunciativas pode desconhecer fatos de sentido que se fundamentam e se estruturam no plano do enunciado, ao menos, enquanto podemos assumir este último como um cenário onde determinações lingüísticas comandam o papel dos interlocutores e, ao mesmo tempo, onde opções lingüísticas demarcam sua individualidade no processo discursivo. Se para construir uma prática enunciativa qualquer os falantes se movem pelos enunciados, devemos admitir que, ao menos em princípio, a concepção daquela torna necessário que reconheçamos aspectos da constituição desses últimos, pois é no plano da enunciação que proposições se transformam em práticas de linguagem efetivas. Entretanto, como podemos verificar ao longo da história da semântica, muito se construiu (até por restrições teóricas) sobre o enunciado, desconsiderando-se conseqüências no plano da enunciação, o que, em resumo, demonstra que não podemos, ainda que por motivos históricos, descartar diferenciações conceituais entre um e outro campo de estudo.

A tradição dos estudos de semântica desde Frege, renovada com pretensões formais mais agudas no âmbito do estruturalismo e do gerativismo, cultuou um padrão de análise do significado, denominado por Welsh (1986) como “...*the gospel according to Frege*” que assim se faz representar:

“The meaning of the sentence must be such that it is a function of the meaning of its component parts and the way in which they are combined. This is the principle of compositionality; and it is a fundamental constraint on semantic theories. And I say unto you, whatsoever is not compatible with this principle, is not within the domain of semantics.” (p.551)

Por opção conceitual e/ou metodológica, a construção teórica no campo da semântica continuou sendo uma extensão desse princípio fregeano de composicionalidade do significado, cujo limite inferior era demarcado em termos de itens lexicais e o seu limite superior em termos da combinação de itens em enunciados. No intervalo desses dois extremos, assistimos ao desenvolvimento da semântica, ora com preferências pelo limite inferior - *análise sêmica e análise*

componential -, ora enfatizando o território do enunciado - *semântica interpretativa, semântica cognitiva*. Katz (1982), num texto introdutório - "*O escopo da semântica*" -, ao polemizar sobre os requisitos para a construção de uma teoria semântica, enumera quinze temas sobre os quais o objeto da semântica deva ser erigido. Curiosamente, os temas aventados pelo autor recobrem o intervalo entre os dois limites enumerados², com destaque para os dois últimos - *o que é uma resposta possível a uma questão, o que é uma resposta auto-respondida* - que representam uma perspectiva de transposição do plano do enunciado³. Assim, uma semântica, construída à base do enunciado, fez-se a partir de componentes claramente definidos - isto é, propriedades e relações lexicais e sintagmáticas - e desconsiderou, na análise, fatores que extrapolavam esse plano lingüístico restrito, mas não os desconheceu, com certeza. Esta opção teórica, ao definir assim um objeto de estudo, resultou num certo compromisso da semântica para abordar apenas um lugar determinado - o interior do sistema -, cuja eficiência descritiva não deve ser descredenciada por força de estágios mais complexos da análise da significação, ainda que as circunstâncias externas - a identidade dos interlocutores, as condições históricas da produção do enunciado, o valor argumentativo nele incorporado - desempenhem um papel fundamental na avaliação global do seu sentido. Vejamos os seguintes exemplos⁴:

(01) Depois da mensagem, deixe o sinal.

(02) "Se devemos uma fábula, então era uma vez." (Nagao)

O plano do enunciado é suficiente para nos desvendar muitos fatos sobre (01) e (02), mas somente a circunstância enunciativa de um e outro podem revelar os efeitos finais para os quais foram formulados. Poderíamos compreender (01), resolvendo parte da ambigüidade contida no enunciado, especificando a polissemia do item 'sinal', que comporta duas leituras diferentes: (i) So_1 : [um evento sonoro (mímico, visual...)]; (ii) So_2 : [quantia de dinheiro usada como garantia inicial de uma transação]; bem como especificar a vaguidão de sentido do verbo 'deixar': (i) So_1 [registrar...]; (ii) So_2 : [passar para alguém...]. A partir desse ajuste, podemos determinar, no plano do enunciado, duas leituras para (01), combinando-se, preferencialmente:

a) So_1 : deixar [registrar] +

So₁: sinal [evento sonoro];

b) So₂: deixar [passar para alguém] +

So₂: sinal [quantia de dinheiro...];

De modo equivalente, podemos resolver a ambigüidade de (02), considerando-se a polissemia de 'fábula': So₁: [grande quantidade de dinheiro...], So₂: [forma de narrativa ficcional]; bem como da expressão 'era uma vez': So₁: [fim de um processo], So₂: [forma introdutória de narrativas ficcionais], cujo resultado em termos de leituras derivadas produz⁵:

c) So₁: fábula [grande quantidade de dinheiro] +

So₁: era uma vez [fim de um processo];

d) So₁: fábula [forma de narrativa ficcional] +

So₁: era uma vez [forma introdutória de narrativas ficcionais];⁶

Se as descrições formuladas são capazes de apontar orientações básicas para compreensões possíveis do processo de significação de (01) e (02), sabemos, todavia, que o resultado obtido não é suficiente para uma compreensão de certas conseqüências que somente o plano enunciativo é capaz de decidir com precisão. Assim, devemos entender, em relação à situação enunciativa de (01), que se trata de mensagem gravada na secretária eletrônica de um personagem da política nacional, para assegurar efeitos relativos à corrupção no meio político, pela simples inversão das proposições que compõem o enunciado⁷. O mesmo podemos afirmar em relação a (02), em termos da importância do conhecimento de seu processo enunciativo. Os efeitos finais de sua enunciação implicam o conhecimento de circunstâncias históricas específicas, ou seja, de se tratar, na década de setenta, da impossibilidade de o Brasil quitar a sua dívida externa, por ser ela uma cifra. Esses efeitos político-sociais, vinculados a cada uma das enunciações, comunicam-se estreitamente com o processo histórico que as engendraram. Assim, enquanto as relações lexicais e sintagmáticas mantêm-se relativamente estáveis, no registro de memória dos falantes, a emergência enunciativa contém uma validade circunscrita à instância de sua produção. Se a semântica se

encarrega de abordar aspectos do processo de significação, que são estratificados e sedimentados no plano cognitivo, cabe à análise do discurso, nesse particular, a complexa tarefa de explicar e de justificar o conjunto dos agregados que se associam aos enunciados, transformando-os em práticas efetivas de linguagem.

Se o padrão estrutural do enunciado, demarcado em termos de propriedades lexicais e relações sintagmáticas, atendeu, em parte, à semântica na dimensão do seu fundamento, a análise do discurso, mesmo recolhendo os resultados dessa formulação, ergueu-se a partir de padrões diferentes. Os elementos oriundos do sistema, na extensão apontada, não se mostraram suficientes como seu fundamento: a análise do discurso, ao privilegiar os processos enunciativos, compromete-se com sentidos datados pela instância enunciativa que os engendram e os efeitos de sentido que ela apura dependem do grau de reconstrução alcançável para todos os componentes que integram uma prática enunciativa singular. Quanto mais nos distanciamos historicamente das práticas discursivas, tanto mais difícil se torna a sua reconstrução e, em consequência, tanto menos podemos apurar sobre os efeitos que as efetivaram. Se para aquelas práticas que nos são contemporâneas a tarefa de reconstrução é sempre um exercício hermêutico melindroso, o distanciamento passa a exigir um esforço interpretativo demasiadamente oneroso, tal o número de cuidados de que nos devemos acercar para sua configuração. Por razões dessa natureza, as práticas enunciativas tornaram imperativo voltar-se para certa exterioridade da linguagem e assumir, como um traço determinante, o jogo entre os interlocutores - o sistema de crenças a que se submetem, as intenções que colocam prática, o lugar social que ocupam...

Desse modo, o padrão de um sujeito ideal centrado no enunciado foi descartado em favor de um sujeito descentrado, onde a individualidade cede lugar à alteridade, onde o universo da linguagem torna-se a partilha da fala entre o eu e o outro. Com esse descentramento, as pretensões sobre a univocidade de um sujeito no plano do enunciado foram repensadas em favor da sua proliferação no plano da enunciação; daí a necessidade de extrapolarmos da estrutura do enunciado para a emergência enunciativa; daí a necessidade de fazer da atividade discursiva um lugar de trocas em decorrência da presença de interlocutores agindo uns sobre os outros. Se a reflexão, no que tange à necessidade de concessão de espaços

para a ação do sujeito, mostra-se com certo valor consensual para a análise do discurso, não existe ainda consenso sobre o modo pelo qual devemos assumir todo o avanço proposto por um padrão de conhecimento concebido na instância do enunciado. Se propriedades lexicais e relações sintagmáticas serviram para disciplinar a compreensão no plano do enunciado, elas se mostram insuficientes para recobrir parte dos fenômenos mais pertinentes no plano da enunciação: aqui os interlocutores transitam por um certo exterior do sistema, minimamente compreendido em termos de convenções e de intenções. Sabemos das dificuldades para abordar tais categorias, nem por essa razão, entretanto, é sensato supor que devêssemos descartá-las, isolando o enunciado, como se ele fosse algo autônomo à sua instância de produção e alheio a interferências convencionais e intencionais. Também não vemos procedência na utilização de tais categorias sem que estejam de fato integradas, de modo orgânico, no plano da enunciação. Enunciado e enunciação são, portanto, categorias que têm aprendido a conviver, sem que uma seja anulação da outra.

2. *Cálculo do significado x produção do sentido*

Um outro ponto a ser considerado na relação entre semântica e análise do discurso relaciona-se ao plano dos *procedimentos*, considerando-se o contraste entre *cálculo do significado* e *produção do sentido* como responsáveis por um manuseio diferenciado de aspectos e de componentes do processo de significação. Tal contraste, de início, já se mostra comprometido com a necessidade de distinção entre objetos de duas ordens conceituais complexas, isto é, a necessidade de se distinguir entre *cálculo* e *produção*, de um lado, e *significado* e *sentido* do outro.

Recorrendo-se ao item anterior desse texto, podemos dimensionar o *significado* como resultante de operações combinatórias entre propriedades lexicais e relações sintagmáticas. Embora o reconhecimento de tal distinção não signifique que alguma teoria tenha cumprido à risca esse preceito ao manipular o conceito de significado, grande parte das abordagens que foram desenvolvidas na semântica a partir do estruturalismo almejavam alcançá-lo. Neste particular, o *significado* constitui uma categoria engendrada no plano do enunciado e conhece os seus limites em termos das alternativas que o sistema oferece ao combinar propriedades lexicais através de relações sintagmáticas. Assim, o significado emana, sobretudo, dos

arranjos que regras e combinações de regras da língua tornam possíveis, excluindo a intervenção dos interlocutores e quaisquer outros aspectos de exterioridade que condicionem essa intervenção. Quanto ao *sentido*, podemos aproximá-lo da instância enunciativa, considerando duas condições que se fazem essenciais à sua existência. Uma representada pelo ato de apropriação de significados disponíveis por parte de um sujeito, aos quais, em razão de circunstâncias enunciativas próprias, acrescentamos uma *convenção* de uso e/ou uma *intenção* de uso⁸. Ao vincularmos a existência do *sentido* a categorias como *convenção* e *intenção*, fazemos dele um objeto conceitual de uma ordem mais complexa, no quadro comparativo que estamos analisando, pois remetemos sua concepção final a compromissos que extrapolam a esfera restrita da língua. Nem por isso, entretanto, o *cálculo*⁹ do significado deve ser considerado um formato de análise qualitativamente inferior a outros comprometidos com o plano da enunciação, mas apenas um procedimento restrito em razão das bases de sua fundamentação, como demonstramos no item anterior. Avaliemos essa distinção, recorrendo a comentários sobre o exemplo seguinte:

(03) Cinema custa muito (caro).

O número de leituras derivadas que podemos assegurar para (03) depende diretamente, no plano do enunciado, das leituras primitivas que pudermos selecionar, em função dos seus itens lexicais integrantes, bem como das relações compatíveis entre eles. Se fixarmos, por exemplo, para 'cinema' e 'custar' - estamos desconsiderando, por economia, a polissemia de 'caro' - as leituras primitivas seguintes, podemos operar um certo cálculo de (03), combinando-se leituras disponíveis dos dois itens lexicais em questão:

Leituras Primitivas:

- i. cinema: So₁: [edificação onde se exibem filmes];
 So₂: [ato de fazer filmes];
 So₃: [sessão de exibição de filmes]

- ii. custar: So₁: [estipular valor monetário];
 So₂: [realizar algo com dificuldade].

O amalgamento das leituras disponíveis de cinema com as de *custar* parece não produzir quaisquer distorções para o enunciado em análise, ainda que uma ou outra venham requerer condições mais explícitas para sua melhor compreensão. Considerando-se os dois itens lexicais destacados, (03) parece propiciar, portanto, seis leituras distintas.

Admitindo-se que (03) possa conter tal número de leituras, a instrumentalização de um *cálculo do significado* torna-se uma estratégia importante para o implemento da *produção do sentido*. Para compreender usos ulteriores que decorrem de tais leituras, devemos admitir a intervenção de convenções e de intenções específicas. Por exemplo, consideremos a leitura derivada seguinte:

(03a) {[So₁: [edificação onde se exibem filmes]_{cinema} +
So₁: [estipular valor monetário]_{custar}]}

A leitura de (03a) deve, quando desprovida de uma situação enunciativa qualquer, ser calculada através da combinação dos conteúdos lexicais que aparecem listados. Quando, porém, estiver acoplada a práticas discursivas próprias, resultará em efeitos de sentido diversos, considerando-se a especificidade dos componentes do seu processo enunciativo. Podemos considerá-la: (a) como integrando o diálogo entre o proprietário do empreendimento e o engenheiro que construiu a planta baixa, cujo efeito de sentido, em razão da identidade dos interlocutores, pode ressaltar *o alto custo das fundações e da edificação básica da obra*; (b) como mediando a conversa entre o proprietário e um projetista do sistema acústico da obra, apontando, por razão semelhante, *o custo de equipamentos e a distribuição de espaços necessários a uma ressonância adequada*. Podemos ainda obter outros padrões de leitura, como:

(03b) {[So₂: [ato de fazer filmes]_{cinema} +
So₁: [estipular valor monetário]_{custar}]}

(03c) {[So₂: [ato de fazer filmes]_{cinema} +
So₂: [realizar algo com dificuldade]_{custar}]}

(03d) {[So₃: [sessão de exibição de filmes]_{cinema} +
So₁: [estipular valor monetário]_{custar}]}

Em (03b), um locutor qualquer, ao colocar em jogo a intenção de apontar as dificuldades do cinema brasileiro, pode sugerir efeitos como a *escassez de filmes disponíveis para exibição*, ou ainda sugerir a *baixa qualidade de recursos técnicos de um filme*, se a intenção acionada é criticar o seu valor estético. Em (03c), podemos orientar sua leitura a partir de uma intenção que pretenda criticar a programação de filmes na televisão, sugerido o efeito *escassez de filmes para atender à exibição contínua nos canais de televisão*. Aqui poderíamos acionar ainda a intenção de crítica ao valor temático de filmes, sugerindo o efeito da *má qualidade dos filmes exibidos na televisão*. Por fim, em (03d), independentemente da identidade dos interlocutores, pode-se, por exemplo, vincular o efeito de *recusa a um convite para ir ao cinema*, se a intenção do locutor é evitar o convívio com aquele que o convida.

Quaisquer circunstâncias que viéssemos a implementar nas leituras previstas resultariam na produção de novos efeitos de sentido, os quais não só estão assentados nas bases do cálculo do significado que acabamos de apontar, - o significado básico determinado por combinações específicas de itens lexicais torna-se uma condição essencial para extensões enunciativas -, mas também em parâmetros a que deveremos recorrer, relativamente a convenções, a intenções, à identidade dos interlocutores envolvidos e à natureza dos compromissos que estes colocam em jogo. Esse aglomerado de fatores que podemos estar sempre acrescentando ao resultado do cálculo ofusca possibilidades limítrofes para o sentido. Os limites que ele pode vir a conhecer decorrem de limites que puderem ser impostos à forma de operar dos processos enunciativos, incluindo restrições históricas, condições éticas determinantes para seus interlocutores. Sabemos, no entanto, que qualquer extensão do cálculo do significado deve submeter-se a uma rede de causalidade, sem a qual os efeitos de sentido não poderiam ser partilháveis. Por exemplo, todas as extensões comentadas para (03) mantêm um nexo de causalidade com o significado que aparece descrito no âmbito do enunciado. É essa vinculação causal que viabiliza exigências racionais que podemos reivindicar para as práticas discursivas: sem ela nossas práticas se revestiriam de padrões absolutamente aleatórios, incapazes de serem partilhadas no circuito interlocutivo. Com certeza, em muitas práticas onde os laços causais não são imediatos, devemos recorrer a um esforço para explicitar convenções e/ou intenções a

fim de assegurar algum acordo interlocutivo entre o significado e os efeitos de sentido pretendidos. Naturalmente, não usaríamos a leitura de (03b), associada à intenção que representasse uma crítica ao *valor temático* do filme, a não ser que reconstruíssemos, de forma mais explícita, a rede causal que possibilitasse gerar certos efeitos de sentido. Em outros termos, o nexó de causalidade entre a leitura em questão e efeitos como *má qualidade temática*, ou *boa qualidade temática* não se faz de forma direta, como nos outros casos.

Esse contraste que estamos formulando entre *significado* e *sentido* - ou aspectos a eles associados - é importante para mostrar uma distinção de fundo, e não uma contraposição, entre os dois campos. Para a análise do discurso, as questões relativas ao processo de significação precisam ser consideradas a partir de instâncias que considerem a identidade dos interlocutores, as normas a que se submetem e os interesses que fazem movimentar no processo enunciativo. Para a semântica, a natureza dos objetos conceituais compõe-se em razão de outra ordem de fatores, aqueles que se ajustam, como propriedades formais e conceituais, ao cálculo do significado. Assim, enquanto convenções, intenções e outras categorias que atuam sobre os interlocutores tornam-se essenciais para o sentido como produção, para o significado apenas os elementos partilháveis no interior do sistema (propriedades lexicais, relações sintagmáticas...) ajustam-se às dimensões de cálculo. A configuração formal desse cálculo, sua justificativa conceitual representam tarefas que atribuímos à semântica, enquanto as novas condições a que submetemos o resultado desse cálculo, os componentes que lhe adicionamos, os percursos interpretativos que ele desempenha em circunstâncias enunciativas próprias são atribuições que esperamos ser a análise do discurso capaz de justificar. Em resumo, se, de fato, efeitos de sentido constituem essa modelagem essencial às nossas práticas discursivas, assegurando o consenso e o dissenso interlocutivo, velando e desvelando o desempenho dos seus participantes, cabe à análise do discurso não apenas qualificar a natureza desses efeitos, como ainda demonstrar os procedimentos, os artificios que são acionados na sua produção.

Por último, outro aspecto do contraste deve ser considerado, contrapondo-se os conceitos de *cálculo* e de *produção*. Não se trata também de duas categorias irreconciliáveis, mas antes devemos admitir o *cálculo* como estágio necessário à *produção*. Logo, *cálculo*,

pelo próprio esquema de análise já desenvolvido, deve ser pensado como possibilidade de construção de algoritmos que possibilitem prover, formalmente, especificações de significado numa escala de unidades simples para unidades complexas. A história da semântica revela uma preocupação constante de se construir algoritmos cada vez mais precisos para expressar fatos semânticos. Nada disso, entretanto, pode ser considerado como um empecilho para a análise do discurso, ainda que as circunstâncias a que o significado deva submeter-se requeiram uma outra ordem de fatores. Assim, em razão da necessidade de se ampliar a concepção dos dados fornecidos pelo *cálculo* é que devemos introduzir uma instância de *produção*: esta admitida em razão da experiência histórica dos interlocutores. Tais experiências devem ser supostas não apenas como determinações, como formações sociais a que os interlocutores se subordinam e que arrastam para o discurso, mas como intervenções de que são capazes, alterando a forma de funcionamento do código, buscando uma feição argumentativa ajustada a seus interesses. A produção, ao contrário do cálculo, não tem um alcance objetivo, universal; ela deve ser condicionada, por natureza, não só a uma apropriação da língua pelos interlocutores, ao fazerem valer certas formas de argumentação, mas também ao lugar social dos interlocutores.

3. Verdade semântica x validade argumentativa

Um terceiro aspecto que merece ser destacado, no âmbito das conseqüências, relaciona-se ao contraste entre os conceitos de *verdade* e de *validade*. Enquanto as abordagens semânticas têm se preocupado em aguçar os instrumentos formais para determinar condições para avaliar se uma dada proposição é verdadeira ou falsa (ou nula), a análise do discurso, sem assumir esta preocupação como um critério central de discussão, mas não a relegando com certeza, orienta-se no sentido de determinar condições através das quais as proposições assumem valores argumentativos próprios, numa dada instância enunciativa.

A tradição semântica, a partir do positivismo lógico, principalmente, e mesmo dentro da própria lingüística, ressaltou, apesar das dificuldades conceituais, a questão da *verdade* como objetivo central a ser alcançado por uma teoria. Independentemente do escopo em que pudermos circunscrever o papel da *verdade*, a instrumentalização de princípios e de procedimentos que permitam justificar parte das nossas intuições sobre o seu teor representa um valor considerável

para seu entendimento. O conceito de verdade¹⁰, sempre polêmico em sua relação com o significado, orientou-se por duas concepções básicas. A primeira - *verdade-por-correspondência* - considera que uma proposição pode ser verdadeira se o seu significado descreve um certo estado de coisas compatível com o mundo vivido dos interlocutores; em caso contrário, a proposição será falsa. A outra concepção - vamos denominá-la de *verdade-por-consistência* - supõe a sua condição de não mais denotar estados de coisa, mas de significar tais estados de coisa. Em outros termos, uma proposição é verdadeira se existe ao menos um mundo possível onde ela possa ser interpretável - e interpretá-la é fazê-la significar em algum mundo possível -, embora o estado de coisas que ela venha a descrever seja apenas um universo de discurso, consistentemente construído com base no significado da proposição¹¹.

Na história da semântica moderna, as duas concepções têm convivido, alternando a importância que lhes é atribuída, embora existam discussões, reivindicando a necessidade de se decidir sobre um formato de verdade que melhor se ajuste a uma teoria semântica para as línguas naturais. Um grupo de partidários reivindica a importância de o significado ser calculado apenas a partir de uma forma lógica que inclua variáveis presas, quantificadores, modalizadores e conectivos; outro grupo demanda, num padrão mais apurado, a necessidade de ampliação da forma lógica onde, além desses indicadores, estivessem incluídas propriedades lexicais e relações sintagmáticas. Vejamos um exemplo, para tentar mostrar alguns desses aspectos.

“(...) Os dois foram levados à presença de Pantufo, que reclinava sobre um almoxarife, abanado por dezessete lupanares enquanto uma lêndea seminua coçava o seu estrôncio. A sala do trono era toda decorada de alvissaras e rocamboles silvestres.

- Sim ? - disse o Rei da Cizânia, mastigando uma véspera e cuspindo os cedilhas na mão de um liminar. (...)”¹²

Este trecho, mesmo na sua forma isolada, não apresenta maiores dificuldades de compreensão, apesar do número de transferências e de ajustes que os leitores estão, de um modo geral, aptos a empreender. Entretanto, não é certo que possamos assegurar que parte

das afirmações nele contidas representem recortes do mundo experimentado dos leitores. Qualquer leitor sabe, por exemplo, que “*alvissaras*” e “*rocamboles*” não se incluem no domínio dos objetos de decoração partilháveis no seu mundo, ou que o verbo “*mastigar*” não seleciona objetos da natureza de “*vésperas*”, ou ainda que “*liminar*” não é um objeto ao qual atribuímos a propriedade de “*ter mão*”. Se existe estranheza na avaliação dessas correlações - disseminadas por todo o texto -, ela se justifica em razão da ausência de equivalência com o mundo vivido. Logo, ao aplicarmos o critério de verdade-por-correspondência ao trecho em análise, devemos concluir ser ele falso, ao menos nas partes marcadas por tais incongruências semânticas. Se ele é, todavia, compreensível, torna-se possível aplicar-lhe o critério de verdade-por-consistência e podemos admiti-lo como verdadeiro. Como podemos justificar, então, a sua verdade na dimensão proposta ?

Aceitar a sua verdade implica formular hipóteses a partir das quais um leitor deve construir um mundo possível, um universo de discurso possível, onde os fatos sejam compatíveis. Considerando-se, para exemplificar, apenas a expressão “...*mastigando uma véspera e cuspiendo cedilhas*...”, devemos, já que ela não funciona no mundo vivido, fazer ajustes para que venha a funcionar no texto. A seqüência “*mastigar... cuspir*...” representa um padrão de ações, às quais submetemos alimentos do tipo de frutas, porque elas compreendem partes que comportam as duas ações. Com essa suposição, já assentamos as bases da extensão pretendida: ambos os verbos requerem um complemento com a marca gramatical [+nome], o que vamos, precisamente, encontrar nos termos recorrentes, *vésperas* _[+nome] e *cedilhas* _[+nome]. Esses dados até agora, já asseguram alguma consistência de interpretação da frase, mas certamente poderíamos completá-la um pouco mais, dizendo que uso de *vésperas* é motivado, pois deve supor que alguns falantes tenham registrado na sua memória léxica o termo *nêspera*, que significa um tipo de fruta. Em resumo, são justificativas dessa natureza - aqui referidas em termos da sintagmatização e da motivação -, entre muitas outras, que possibilitam falar da consistência de um sistema para produzir mundos possíveis.

Por seu turno, em se tratando da *validade argumentativa*, o valor conferido a uma proposição confronta-se com outros desafios que não mais o de formalização de construtos de cálculo, mas o de

demonstração da sua eficiência ou não no processo interlocutivo, de sua importância em validar certos objetos discursivos, ou ainda em engendrar certos efeitos de sentido. Nenhum destes aspectos funcionais, dentre tantos outros, que a análise do discurso resgata nas práticas enunciativas pode ser considerado indiferente ao conceito de verdade: proposições que exibem uma feição de verdadeiro, relativamente consensual, podem alcançar uma fluência argumentativa mais imediata no processo interlocutivo, mas em muitas circunstâncias a verdade é simplesmente pressuposta. É claro, entretanto, que o recorte entre verdadeiro e falso não pode ser mapeável diretamente sobre nuances gradientes da validade argumentativa. Esta, de um modo geral, é construída a partir de circunstâncias próprias de uso da língua, circunstâncias que incorporam não apenas a lógica da língua, mas também a (des)razão dos interlocutores, seus interesses discursivos. Aqui parece, certamente, residir a grande dificuldade: embora contemplando um espaço para essa desrazão discursiva dos interlocutores, deveríamos fazer um esforço para sustentar a discussão num campo de racionalidades possíveis e emergentes. Vejamos um comentário geral sobre o texto seguinte para melhor balizar a questão:

*A última do Céu*¹³

A piada é velha, mas corre com nova versão pelos melhores gabinetes do Palácio do Planalto: Fernando Henrique chegou no Céu e foi ter um acerto de contas com Deus! Impiedoso, Ele sentenciou para o presidente 10 anos de purgatório na companhia de Dercy Gonçalves! Resignado, FH foi conduzido por um anjo ao pátio das penitências, mas, no caminho, protestou ao cruzar com Zé Serra enlaçado à cintura de Vera Fischer:

- Peralá! O Serra cometeu muito mais pecados do que eu, caramba!

O anjo esclareceu a questão:

- É que, no caso, quem está sendo castigada é a Vera Fischer!

Nada impede que viéssemos tecer considerações sobre o texto, destacando o tema da verdade - sobretudo a verdade-por-consistência

-, pois ela será sempre pressuposta ou construída nas circunstâncias em que erigimos nossas argumentações. Podemos, então, estruturar duas formas de argumentação predominantes no texto: uma que prevalece até o reclame do FH e outra que resulta da intervenção do anjo. Ambas as formas estão sujeitas ao princípio geral que vigora no céu e que poderíamos, seguindo Ducrot (1995) e Anscombe (1995), formulá-lo como um TOPOS: *Quanto mais graves forem os pecados, tanto mais desagradável será a estadia no céu*. Vejamos a análise de cada uma das formas de argumentação.

A primeira argumentação estrutura-se a partir de duas verdades pressupostas: (a) *Vera Fischer representa um estado de coisas agradável* e (b) *Dercy Gonçalves representa um estado de coisas desagradável*. Compatibilizando-se (a) e (b) com o TOPOS referido, podemos concluir que aquele que infringe preceitos menos graves merece a companhia da Vera Fischer e vice-versa. A partir desses dados, FH lavra o seu reclame através de uma argumentação, construída com base no seguinte silogismo:

1. Quem comete pecados menos graves purga-os ao lado da Vera Fischer.
2. Eu cometi pecados menos graves (do que o Zé Serra).
3. Logo, devo purgá-los ao lado da Vera Fischer.

A segunda argumentação remonta os elementos do episódio de uma forma diversa, considerando-se como pressupostos (c) *Dercy Gonçalves ou Zé Serra representam um estado de coisas desagradável* e (d) *X ou Y representam um estado de coisas agradável*. Confluindo (c) e (d) na direção do TOPOS anunciado, inferimos que aquele que comete faltas mais graves merece a companhia da Dercy Gonçalves ou do Zé Serra e vice-versa. De posse desse quadro de referências, o anjo constrói o outro silogismo que contrasta com o anterior e fecha a narrativa:

1. Quem comete pecados mais graves purga-os ao lado da Dercy Gonçalves ou do Zé Serra.
2. Fernando Henrique e Vera Fischer cometeram pecados graves.
3. Logo, FH e VF devem purgá-los ao lado da Dercy Gonçalves e do Zé Serra, respectivamente.

O contraste entre as duas argumentações decorre de uma estruturação

específica que dispõe os fatos em análise de modo distinto. Assim, enquanto Fernando Henrique argumenta, assumindo ele e o Zé Serra como ‘usuários do sistema’, daí a sua reclamação - “*O Serra cometeu muito mais pecados do que eu, caramba*” -, o anjo demonstra que Zé Serra e Dercy Gonçalves são, na verdade, ‘suportes do sistema’, isto é, padrões de companhia para aqueles que cometem faltas graves, daí sua afirmação - “*...no caso, quem está sendo castigada é a Vera Fischer.*”

Em síntese, justificativas desse teor extrapolam o plano de análise da semântica, mas se integram com adequação ao quadro de desafios que a análise do discurso tem proposto enfrentar. A orientação de análise procede de modo diferente em um e outro campo, mas nunca deve ser considerada em antagonismo; como nas categorias anteriores, os avanços da semântica sobre a compreensão da verdade devem ser assumidos como perspectivas importantes para uma justificativa mais eficaz da estrutura argumentativa.

4. Conclusão

Para concluir este comentário, gostaria de retomar o quadro geral de contraste que foi aqui proposto, selecionando de um lado *enunciado*, *cálculo* e *verdade* e do outro *enunciação*, *produção* e *validade*. Os dois pólos da discussão refletem, pelos próprios termos apontados, dificuldades conceituais e a fluidez das bases nas quais se assentam. Se o quadro teórico para análise do processo de significação já se evidencia por si mesmo complexo, mesmo quando restrito a variáveis associadas às categorias do primeiro bloco, o grau de complexidade tende a aumentar de modo efetivo, a partir da inclusão de variáveis vinculadas às categorias do segundo bloco. Da mesma forma, se o grau de incerteza já era grande no trato da questão do sentido quando apenas contemplamos variáveis sistêmicas, essa incerteza avoluma-se quando se introduzem variáveis enunciativas. Assim, complexidade e incerteza recortam o território da análise dos processos de significação, indiferentemente do fato de serem eles considerados no interior de uma abordagem semântica restrita, ou de se constituírem no objetivo de uma análise do discurso. A semântica, ao longo de sua história, tem alcançado algum sucesso na compreensão de problemas pautados nesse padrão de incerteza e de complexidade; a análise do discurso, nesses trinta anos de sua existência, tem se constituído num esforço e numa aposta decisiva na compreensão de um outro estágio desse padrão.

NOTAS

- ¹ Trabalho apresentado na Mesa-redonda: AD e Semântica, do *Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas*.
- ² Os temas sugeridos pelo autor compreendem *sinonímia/paráfrase, similaridade/diferença semântica, antonímia, hiperonímia, anomalia semântica, ambigüidade semântica, redundância semântica, verdade semântica, falsidade semântica, inconsistência, implicação, pressuposição*, além dos desdobramentos inerentes a cada uma dessas categorias.
- ³ Embora o teor desses dois temas possa nos remeter a uma dimensão interativa do processo lingüístico, sabemos que a análise de Katz nunca se aventurou por esse território, mantendo-se nos limites do enunciado. Logo, a relação pergunta-resposta era analisada não numa dimensão enunciativa, mas apenas das correlações entre propriedades lexicais de itens constantes nos dois formatos enunciativos.
- ⁴ Os exemplos analisados no texto foram acrescentados depois da sua apresentação oral na mesa-redonda. A finalidade dessa inclusão visa, diante de um tempo-espaco maior, a uma explanação mais completa das três categorias que foram originalmente usadas para contrastar *semântica e análise do discurso*.
- ⁵ Outros detalhes da descrição do significado de (01) e (02) foram deixados de lado, já que não afetavam diretamente o núcleo de nossa discussão.
- ⁶ A leitura derivada, resultante desse amalgamento de significados dos itens lexicais, não apresenta o mesmo grau de naturalidade, se comparada à leitura anterior. Entretanto, parece adequado supor que ela também possa existir, com algum esforço de entonação, isto é, 'se não lhe contamos ainda a fábula (logo, se devemos uma fábula), então vamos começar a contá-la (então era uma vez...)'. Além do mais, é ainda possível supor, em contextos mais específicos, a combinação 'So₁: fábula [grande quantidade de dinheiro] + So₂: era uma vez [forma introdutória de narrativas ficcionais]', isto é, diante da quantia devida, a dívida virou uma ficção.
- ⁷ Quando comparamos as circunstâncias de uso da forma original do enunciado - 'Depois do sinal, deixe a mensagem' -, com a forma alterada, podemos a princípio considerar que nem uma nem outra são, propriamente, ambíguas. Enquanto o enunciado original cunhou a leitura 'So₁: deixar [registrar] + So₁: sinal [evento sonoro]', o enunciado derivado pretende fixar apenas a leitura 'So₂: deixar [passar para

alguém] + So₂: sinal [quantia de dinheiro...]. A descrição semântica, entretanto, não pode decidir em favor de nenhuma das formas, senão descrevê-las em termos de sua potencialização de leitura. Assim também, a forma original do enunciado comporta a mesma descrição semântica já derivada.

⁸ A relevância da distinção entre objetos conceituais que compõem o processo de significação discursiva não deve ser radicalizada em termos da preferência por esse ou aquele termo para representar esse ou aquele conceito. É importante reconhecer que o processo comporta duas aglomerações distintas de fatos: uma comandada pelo sistema da língua, outra representativa de padrões diversos de uma certa exterioridade lingüística. Se devemos chamar à primeira *significado* ou *sentido* é irrelevante, ainda que os termos parecem ganhar estabilidade com a orientação assumida no texto.

9 Na parte final desse item, estaremos considerando o contraste entre o conceito de *cálculo* e o de *produção*.

10 A questão da verdade é, provavelmente, uma das mais complexas no campo da filosofia: a sua importância é proporcional às dificuldades que enfrentamos para analisá-la. Ao importá-la para a semântica, importamos sua importância e seus problemas e ainda acrescentamos outros. O comentário aqui é apenas uma orientação esquemática da questão, que pode ser melhor avaliada em DAVIDSON (1982) e STRAWSON (1982).

11 A consistência é uma noção sistêmica, pois ela só pode ser avaliada com base nas regras de um algoritmo que possibilitam gerar certos objetos. Como a criação de um mundo possível deve assinalar certas diferenças com o mundo vivido (que é também um mundo possível!), o algoritmo que permite o seu cálculo deve conter regras *ad hoc* para produzir tais diferenças. Por maiores que sejam elas, estarão sempre na dependência de um certo traço analógico com propriedades do mundo vivido: se 'cadeiras cacarejam' num mundo possível, é porque 'algo cacareja' no mundo vivido, para registrar apenas um fato associado a relações sintagmáticas.

12 Extrato do texto *Mais Palavreado*, de Verissimo (1982).

13 Coluna do Tutty Vasques, JB Online: 17-12-1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ANSCOMBRE, J. C. *Topique or not topique: formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques*. *Journal of Pragmatics*, 24, 1995.
02. DAVIDSON, D. Verdade e significado. DASCAL, M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística; semântica*. v. 3. Campinas: IEL-UNICAMP, 1982. p. 145-180.
03. DUCROT, O. *Topoi et formes topiques. Théorie des topoï*. Paris: Kimé, 1995. p. 85-101.
04. KATZ, J. J. O escopo da semântica. DASCAL, M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística; semântica*. v. 3. Campinas: IEL-UNICAMP, 1982. p. 43-61.
05. STRAWSON, P. F. Significado e verdade. DASCAL, M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística; semântica*. v. 3. Campinas: IEL-UNICAMP, 1982. p. 181-212.
06. VERÍSSIMO, L. F. *O analista de Bagé*, 69 ed. Porto Alegre: LPM, 1982.
07. WELSH, Cynthia. Is the compositionality principle a semantic universal? *Proceedings of the twelfth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. California: Berkeley Linguistics Society, 1986. p.551-63.

Análise do discurso literário: pontos de vista e controvérsias

MARIA NAZARETH SOARES FONSECA

“Texto não é coexistência de sentidos, mas passagem, travessia: não pode, pois, depender de uma interpretação, ainda que liberal, mas de uma explosão, de uma disseminação”. (Barthes, 1988: 74)

Pensar o discurso literário a partir de pontos de vista advindos de áreas de conhecimento diversas e com eles tecer algumas considerações sobre peculiaridades da interação do texto (literário) com o leitor é o que pretende este trabalho, ainda que de maneira sucinta e circunstancial. Recorro, para construir o meu raciocínio, a alguns pontos de vista que me têm ajudado a trabalhar com uma literatura, que, à falta de melhor designação, tenho chamado de “literaturas de espaços colonizados”. Refiro-me, mais especificamente, à literatura de língua francesa das Antilhas, à africana de língua portuguesa e também a textos da literatura brasileira produzidos por grupos sociais marginalizados, os quais se marcam por uma relação estreita entre o fazer literário e uma intenção política. Neste trabalho, é bem verdade que tenho lidado mais com controvérsias do que com perspectivas tranquilizadoras, para compreender porque textos produzidos nesses espaços culturais querem-se construir como resgate de tradições que foram soterradas pelo ideário colonialista. Para chegar às questões que me ajudam a refletir sobre os enunciados produzidos sobre o mundo num tipo de texto legitimado como literário, vou recorrer a alguns pontos de vista teóricos que, por diversos meios, querem pensar o texto literário mais especificamente a partir da sua estrutura comunicativa.

Roland Barthes, em determinado momento do seu trabalho com a

literatura, mais especificamente no livro *Elementos de Semiologia*, de 1964, recorrendo-se a Hjelmslev, destaca os dois planos que se interrelacionam na narrativa: o plano da conotação que se distinguiria do da denotação, embora se relacionando com ele. Mais tarde, com o livro *S/Z*, de 1970, através da leitura da novela de Balzac, *Sarrasine*, propõe um modo de análise textual que se afirma como prática de leitura das diferentes instâncias significativas do texto. Nesse trabalho é possível observar, com clareza, a interpenetração dos planos de denotação e conotação e referências a particularidades do discurso literário, sua relação transgressora com os códigos culturais. Ao definir o texto literário como uma “galáxia de significantes” e não como uma “estrutura de significados”, Barthes percebia a leitura como acesso ao jogo do texto, pelo qual “tudo significa sem cessar e várias vezes, mas sem se submeter a um grande conjunto final, a uma estrutura última” (Barthes, 1970: 17).

Embora não chegue a construir uma teoria do discurso literário, em vários momentos, Barthes discute pontos de vista importantes sobre o texto literário, vendo-o como um sistema em rede, como prática significativa que excede sempre, porque pode desdobrar-se sem lugar de origem, sem lei, pois, “nclé é o desejo que circula e não a dominação” (Barthes, 1988: 127). A noção de *im-pertinência* vista como um operador de leitura, em particular da leitura do texto literário, fornece elementos importantes para se entender esse texto como uma estrutura cujos *efeitos* se anunciam no “prazer de ler”, evocado por arranjos de palavras, que instalam lugares de fruição. Pode-se notar, no entanto, que, Barthes, mesmo insistindo na materialidade do texto, não constrói uma teoria do discurso literário, ainda que assinale os efeitos produzidos por arranjos verbais, por elementos do texto que sustentam as estruturas de sobrecodificação elaboradas no ato da leitura. É a partir da interação entre *desejo de ler* e *desejo de escrever* que podemos identificar, em Barthes, elementos de uma teoria dos efeitos da linguagem literária, referida como uma semiótica conotativa (Barthes, 1988: 129). A intenção de definir o texto como uma estrutura que se fala “segundo certas regras, ou contra certas regras”, reafirma esse texto como um ato de linguagem, cujo campo é o do significante, ponto de interação e de trabalho que se efetiva no ato da leitura. Mesmo quando se refere ao texto literário, Barthes se utiliza de um conceito amplo de texto, tomado no vasto campo da semiologia e efetiva um direcionamento para o trabalho de linguagem, para

construções que fazem “derrapar o código”, ainda que pareça respeitá-lo.

Por outro lado, Wolfgang Iser, em seu livro *O ato da leitura*, de 1976, tenta pensar o discurso literário fora da oposição com a realidade, não percebendo realidade e ficção como dois pólos distintos. Ao enfatizar aquilo que no texto funciona como “refiguração da recepção”, o teórico insiste em aspectos discursivos do texto ficcional que explicitam o que ele nos diz sobre si, acentuando sua estrutura comunicativa. Por isso, como salienta o teórico, em vez de se perguntar sobre *o que é a ficção*, é mister interrogar sobre os efeitos que possibilitariam estabelecer a função do literário, “que se cumpre na mediação entre o sujeito e a realidade” (p. 102). Para interrogar sobre a comunicabilidade do texto literário, o autor se concentra numa dimensão pragmática do discurso, estabelecendo uma relação entre os signos do texto e o interpretante (p. 103). Como Barthes, Iser acentua os efeitos do texto sobre o leitor e sua reatualização do texto, no ato da leitura.

No campo da Semiótica, Umberto Eco descreve a configuração do leitor no texto, ressaltando a importância do interpretante para o funcionamento do texto que funciona como uma “máquina preguiçosa que pede ao leitor para fazer parte do seu trabalho” (Eco, 1992: 55). Para falar da interação do texto com o leitor, vale-se de metáforas tais como a de “campo de batalha”, no *Lector in fabula* (1979), e a do bosque, em *Seis passeios pelo bosque da ficção* (1992), através das quais elabora uma imagem de leitor, a de *leitor-modelo*, que se aproximando da de *leitor implícito* de Iser, mostra-se mais concretamente como “um conjunto de instruções textuais, apresentadas pela manifestação linear do texto” (p. 22). O semioticista estabelece relações que demonstram serem *autor-modelo* e *leitor-modelo* entidades discursivas que só se tornam claras no processo de leitura, mais especificamente na leitura de textos narrativos. Novamente, estamos no espaço de interrogação sobre mecanismos de construção discursiva que, acionados pelo texto, visam a construir o leitor desejado, capaz de interagir com a ficção, atendendo a dispositivos comunicacionais acionados pelo texto. Deve-se ressaltar, entretanto, que um pacto de leitura é também estabelecido pelo leitor empírico, quando se sente convidado a “assinar um acordo ficcional com o autor” (Eco, 1992: 83). Na visão de Eco, com frequência, o acordo que nos permite atravessar a narrativa literária está de algum

modo relacionado com a sucessão dos eventos narrados e não especificamente com a elaboração de linguagem que o texto materializa. Nesse ponto, Eco reestabelece a relação entre “mundo ficcional” e “mundo real”, que Iser propunha minimizar, já em 1976.

Numa direção mais próxima à da Semiótica narrativa, o *Dicionário de teoria narrativa*, de Carlos Reis et alii, de 1988, arrola uma série de conceitos de discursos e com eles retoma alguns pontos de vista da lingüística e dos estudos literários, principalmente aqueles que permitem esclarecer as diferentes acepções com que trabalha a narratologia. Em outro momento, na obra *O conhecimento da literatura*; introdução aos estudos literários, publicada em 1995, Carlos Reis define discurso literário como “um conjunto de mensagens derivadas, em termos institucionais e em termos técnico-enunciativos, de uma formação discursiva superior que é a linguagem literária”. (Reis, 1995: 155), fazendo referência ao fato de esse discurso ter um certo “índice de especificidade técnica” decorrente da escolha que o autor realiza. O teórico considera a escrita literária como um trabalho com a palavra e a literatura, uma instituição que legitima tipos de discurso. Ainda assim, em seu raciocínio, a especificidade do discurso literário não assegura sua própria descrição.

As considerações de Reis sobre o discurso literário, marcado por regras constitutivas que legitimam composições da produção literária, mostram-se calcadas em posições defendidas pelos formalistas russos. É bem verdade que o teórico retoma - ainda que se distanciando do sentido dado por Pêcheux - o conceito de “formações discursivas” da Análise do Discurso que possibilita pensar que o sentido não se aloca na literalidade do significante, pois é produzido pela articulação interna dos componentes de uma sintaxe narrativa, com outras formas de relações que o texto estabelece com o leitor, com o contexto de sua produção e com a série literária em que se insere.

É, no entanto, Dominique Maingueneau, que, atualmente, tem intensificado a investigação do discurso literário, no âmbito da Pragmática, sem deixar de ressaltar que as “condições de produção” assinalam mais o lugar de uma dificuldade do que a conceituação de um domínio. Salienta, ainda, que a análise do Discurso tem contornado a investigação do “lugar” de produção do discurso da literatura, tentando estabelecer uma relação entre um “cu” implícito, pertencente à classe que seria o suporte de uma formação discursiva e os lugares

de enunciação presumidos pelo discurso. Suas observações permitem inferir que, se a determinação dos lugares de produção pode se mostrar pertinente para o estudo dos discursos produzidos por instituições que se organizam segundo leis específicas de funcionamento, com relação ao discurso literário, as conclusões são muito tênues, porque se referem a dados e situações muito complexas. Sendo produzido a partir de algumas regras específicas, o discurso literário subverte essas mesmas regras, propondo-se como desafio ao estudioso. É o que fica acentuado na citação seguinte:

“Como qualquer enunciado, a obra literária implica uma situação de enunciação. Mas o que é a situação de enunciação de uma obra? Seria possível responder que são as circunstâncias de sua produção: foi redigida no decorrer de tal(is) período(s), em tal(is) lugar(es), por tal(is) indivíduo(s). Resposta insuficiente, pois convém aqui apreender as obras não em sua gênese, mas como dispositivos de comunicação. Pode-se então ser tentado a reduzir a situação de enunciação à data e ao local de publicação. Mas isso de quase nada nos adianta, pois permanecemos ainda fora do ato de comunicação literária.” (Maingueneau, 1995: 121-2)

Carlos Reis, já mencionado, ao considerar a particularidade do discurso literário, prevê a existência de protocolos de escrita literária, que estariam relacionados com as propriedades específicas da literatura. Esse autor arrisca afirmar que, sendo a literatura produzida num cenário institucional, “condicionado por fatores e circunstâncias”, pode ser pensada como um macro-signo que se constitui na articulação de um trabalho com a linguagem, sem excluir uma intencionalidade comunicativa. O raciocínio permite concluir que a identificação do processo de leitura por si só não explica a questão da *especificidade* do texto literário e nem elimina as potencialidades do leitor de transgredir as estratégias acionadas pelo texto, a partir da elaboração de um modo próprio de leitura que o configura como sujeito-leitor (Fonseca, 1995). O texto literário, visto como produção ou comunicação, escapa a uma descodificação formal, porque se mostra como uma multiplicidade de formas, sem limites e sem fundo, como salienta Barthes.

Maingueneau, ao procurar estabelecer uma articulação possível do discurso literário com a pragmática, mesmo prevendo contra o risco de marcar uma separação entre um regime literário e um regime não

literário, que pode nos levar às dicotomias redutoras, retoma a discussão sobre a especificidade do fato literário, insistindo em ver o discurso literário como um ato de comunicação, no qual *o dito e o dizer, o texto e seu contexto são indissociáveis* (Maingueneau, 1995). A obra literária seria, assim, um ato de enunciação submetido às normas da interação verbal. A noção de interação verbal está calcada em M. Bakhtin, quando descreve a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e a palavra como uma “ponte lançada entre o eu e os outros”, logo marcada pelo fato de proceder de alguém *socialmente organizado* e dirigir-se a alguém *também inscrito no social* (Bakhtin, 1979: 98). É pois, no diálogo entre interlocutores que a palavra se mostra em suas duas faces: é uma atualização feita a partir de um “estoque social de signos disponíveis” (Bakhtin, 1979: 99), e também um território comum entre o locutor e o interlocutor, no qual se explicitam as estratégias textuais que organizam o texto como *um bosque*, como *um jardim de caminhos que se bifurcam* ou ainda como uma “constelação” que se movimenta com o trabalho de associações, de contigüidades, de relações (Barthes, 1988). Estou aqui misturando visões de diferentes autores, Bakhtin, Eco, Maingueneau, Barthes, e, certamente, alguma coisa insustentável pode decorrer disto. Prefiro, no entanto, continuar com esse raciocínio, mesmo correndo o risco de não chegar a lugar nenhum, *fora do bosque* que convida a agradáveis passeios, ainda que, como leitora, possa deixar-me perder, negando seguir as pegadas deixadas pelo texto. A metáfora que descreve o texto narrativo como um bosque em que diferentes trilhas podem ser traçadas por aqueles que nele entram, levando o caminhante/leitor a optar o tempo todo, diz bem da intenção lúdica do texto literário que nada mais quer que jogar, mesmo quando se apropria, deliberadamente, de peças bem instaladas no social, no cultural. Por isso, penso ser possível dizer que o discurso literário pode ser entendido como uma prática que explicita um trabalho intencional, com a linguagem, elaborado por um sujeito situado num contexto cultural, numa cenografia, como quer Maingueneau, o qual, no entanto, não se fixa em nenhum desses lugares.

Já aqui é possível perceber uma aproximação entre Umberto Eco e Maingueneau quando se referem à estrutura do texto narrativo como uma rede complexa de artificios que organizam a sua recepção. Maingueneau, mais prudente, adverte para o fato de que o texto não se mostra apenas motivado por uma economia de meios necessários

à sua construção. Em *Porque é literatura*, ele estimula o leitor a não se contentar com descobrir o que, ilusoriamente, parece ser o sentido do texto. É pertinente ressaltar que o trabalho com a linguagem, as transgressões, operadas no código, podem ser entendidas como mecanismos de que o texto se serve para embaralhar sua decifração, ainda que se esforce por preservar um modo específico de leitura. Alguns dos teóricos citados até aqui recorrem às leis do discurso, que definem uma espécie de competência pragmática, para explicar a interação do texto narrativo com o leitor. Esta perspectiva fica evidente em Eco, em *A leitura do texto literário* (Eco, 1979), quando se considera a existência de *um princípio de cooperação*, que explicita a relação entre o leitor e o texto. Ao definir o texto como “artifício sintático-semântico-pragmático”, que elabora seus mecanismos de interpretação, Eco retoma pontos de vista da Linguística do discurso sobre o princípio de cooperação e alude a um pacto entre os protagonistas da interlocução com relação ao reconhecimento de direitos e deveres vinculados à elaboração do intercâmbio. A partir desse ponto de vista, a chamada literariedade do texto, que os estruturalistas tanto defenderam como atributo do texto e somente dele, ficaria também na dependência da atualização do destinatário, que pode reiterar ou não o trabalho de linguagem exibido pelo texto. Visto como peça de um jogo que o texto atualiza, o leitor é também elemento dessa literariedade, pois é figura de papel, construção que se inscreve numa *textualidade*.

Parece ser sobre esses jogos de encenação a que o livro de Ítalo Calvino, *Se um viajante numa noite de inverno*, quer aludir, quando, deliberadamente, se assume como um “plano estratégico”, em que manobras e contra-manobras são construídas para elaborar figuras de leitor: a do leitor ingênuo, que tropeça em todos os lances, a do leitor mais prudente que vai reconhecendo as pistas deixadas ao longo das páginas e se identifica como o parceiro desejado por aquele narrador que, na narrativa, diz “eu”. Estabelece-se um pacto em que o texto literário, mostrando-se como encenação, aponta para mecanismos de persuasão/sedução que atraem o leitor, fazendo-o presa do texto que lê. Nesse palco em que as diversas máscaras de autor e de leitor se exibem, o texto volta-se sobre si mesmo para explicar a sua construção. O leitor encenado é o leitor-modelo criado pelo texto, mas, como numa caixa chinesa, essa figuração de leitor se desdobra em outras. Abrindo-se em caminhos intrincados que se

intercruzam, o romance de Calvino tem como proposta clara evidenciar os jogos armados pelo texto para “programar” suas leituras e, ao mesmo tempo, deixar clara a ineficácia de suas estratégias para controlar a leitura do texto. Mesmo encenando-se como “uma organização poderosa” que manda em tudo (p.37) ou se referindo a uma “sutilíssima rede” (p. 43) que tudo comanda, a trapaça com o leitor pode tornar-se inútil se ele não se faz parceiro do jogo. Para que as estratégias textuais funcionem, o leitor faz-se peça imprescindível.

Uma exibição semelhante dos alicerces de sustentação da obra pode ser assistida quando se vê o filme iraniano *Salve o cinema* (Salan Cinema), de 1995, do diretor Mohsen Makmalbaf. O filme é montado apenas com as tomadas realizadas durante a seleção de possíveis atores para o filme que o espectador vê no cinema. Sem enredo, composto só de testes, funcionando como um grande ensaio, o filme é uma *mise en abyme*, superposição de textos que se entrelaçam. Ao assistirmos ao filme, entramos em sua montagem, assistimos à sua feitura. Tal como o livro de Calvino, o filme é metalinguagem, cruzamento de textos, local onde a arte expõe os mecanismos de sua enunciação. O filme de Makmalbaf e o livro de Calvino, como caixas chinesas que escondem bonecas russas, expõem seus processos de persuasão e de sedução que fazem funcionar uma máquina linguageira. O contrato com a recepção não se esgota na simples encenação dos mecanismos de linguagem.

Referi-me a várias teorias sobre a elaboração discursiva do texto literário para chegar a uma literatura que, desapegada do seu fazer, é mais atenta ao contexto de sua produção. Vários textos dessa literatura, ainda que expondo uma feição lúdica e armando estratégias de interlocução, parecem, todavia, querer anunciar outros pactos de leitura. Talvez a interação com essa literatura requeira uma atenção maior para os significantes da diversidade que, de certo modo, evidenciam estranhezas do processo mesmo de uso da escrita. Lavrados em língua materna (francês, português), tensionam o idioma de que se utilizam para povoá-lo de sons, balbucios e modulações, próprios da vivência poética natural no contexto da enunciação dessa literatura. Nesses textos, a individualidade inscrita num eu que tudo percebe e que arma lances para a descodificação parece se apagar numa voz coletiva que se anuncia enquanto instância da perplexidade, que interroga mais do que afirma sobre o lugar da enunciação do

seu discurso. Alguns textos se elaboram a partir de um “discurso delirante” que se quer expressão de uma multiplicidade de vozes e percussões, silenciadas pela escrita literária modelar. Essas diferentes dicções, produzindo-se a partir de um cauteloso trabalho com a enunciação, talvez requeiram olhares e ouvidos menos armados para apreendê-las nos intervalos em que voz, sonoridades e escrita mostram-se em interpenetração.

Com alguns trechos dessa literatura outra, mais voz e gestos, gostaria de encerrar a minha reflexão:

“Na cidade não se fala mais. Contadores de histórias mortos ou ficaram tagarelas. Mas a palavra não é falar. Você tem que lutar aqui. Inclusive, se aquilombar. (...)”

Escrever a palavra? Não. Mas reatar o fio da vida. sim.”
(Chamoisau, Texaco, p.262)

“Depois do odorro do almoço e do que eu contei das mimalhices da minha senhora do doutoro, eu desalvorava. Assobiava meus assobios e ele vinha, escravo de minha sabença, dono de mim com seus olhos grossos. Efle até usava sapatos e camisinha branca. Voávamos no riso, atrás de quimbiambias e quinjongos até o mar. Ele é que me ensinou a dizer a apalvra assim como eu digo - um búzio ressoando nos meus ouvidos, muadié. Mar!” (Vieira, João Vêncio: os seus amores, p. 53).

“De repente, o boi explodiu. Rebentou sem um miúú. No capim em volta choveram pedaços e fatias, grãos de folhas de boi. A carne eram já borboletas vermelhas. Os ossos eram moedas espalhadas. Os chifres ficaram num qualquer ramo, balouçando a imitar a vida, no invisível do vento.” (Couto, Vozes anoitecidas, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Lisboa: Edições 70, 1983.
2. . **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
3. BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.
4. CALVINO, Ítalo. **Se numa noite de inverno um viajante**. 3 ed. Lisboa: Vega, 1993.
5. CHAMOISEAU, Patrick. **Texaco**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
6. COUTO, Mia. **Vozes anoitecidas**. Lisboa: Caminho, 1955.
7. ECO, Umberto. **Leitura do texto literário**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
8. . **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
9. FONSECA, Maria Nazareth Soares. **A leitura no movimento da produção de sentido**. In: LIMA, Rosângela Borges e MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. **Viva voz; Cadernos do Departamento de Letras Vernáculas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1995.
10. MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
11. . **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
12. REIS, Carlos et alii. **Dicionário de Teoria Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.
13. . **O conhecimento da literatura; Introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 1995.
14. VIEIRA, Luandino. **João Vêncio: os seus amores**. Lisboa: Edições 70, 1995.

Produção lexical, exterioridade e sentido

LUIZ CARLOS TRAVAGLIA

1. Introdução

No estudo da formação de palavras pela Morfologia, uma das grandes questões sempre foi fazer a previsão: a) das palavras que poderiam se formar e a razão pela qual, efetivamente, se formavam ou não se formavam, apesar de possíveis; b) do significado que teriam as palavras formadas.

Nos estudos tradicionais e estruturalistas, a preocupação com a formação de palavras tinha um sentido mais passivo (Basílio, 1987), entendendo-se por isto a preocupação com o como as palavras estavam constituídas, quais os seus componentes (para os estudos tradicionais: raízes, radicais, vogais temáticas, prefixos e sufixos; para os estudos estruturalistas: morfemas, semantemas e afixos) e via-se o significado do item lexical criado como resultado da soma dos significados de seus constituintes e a maneira como os mesmos estavam combinados.

Com a teoria gerativo-transformacional, a formação de palavras passou a ter um sentido mais ativo através da noção de competência lexical que, além do conhecimento: a) de uma lista de entradas lexicais e b) da estrutura interna dos itens lexicais, bem como das relações entre os vários itens, incluía também o conhecimento subjacente à capacidade de formar entradas lexicais gramaticais novas e rejeitar as agramaticais (Basílio, 1987: 8,9).

A partir da noção de competência, foram propostas as regras de formação de palavras (R.F.Ps) que constituiriam a capacidade do falante de formar palavras a partir de uma lista de constituintes disponíveis. Exemplos destas regras seriam as apresentadas em (1) e (2).

- | | | |
|-----|--|----------------------|
| (1) | a) [X] subst. ([[X]subst. + _EIRO] subst. | pedra (pedreiro) |
| | b) [X] verbo ([[X]verbo + _EIRO] subst. | cortar (cortadeira) |
| | c) [X] subst. ([[X]subst + _EIRO] adj. | arte (arteiro) |
| | d) [X] verbo ([[X]verbo + _EIRO] adj | passar (passageiro) |
| (2) | a) [X] subst. ([[X]subst + _ADA] subst. | pedra (pedrada) |
| | b) [X] verbo ([[X]verbo + _ADA] subst. | caçar (caçada) |

Como muitas vezes palavras que poderiam ser formadas pelas R.F.Ps não se formavam, foram propostos mecanismos que buscavam explicar porque isto acontecia. Alguns desses mecanismos são: a) os filtros, propostos por Halle (1973) com função de dar a cada item os traços idiossincráticos que se encontram no conjunto real de palavras da língua, sem contudo especificar como seriam tais filtros o que tornava a proposta vazia; b) o bloqueio (pelo qual uma palavra não se forma se já houver outra com a mesma função na língua), as restrições morfológicas e a idéia de que a R.F.P seria produtiva proporcionalmente à sua coerência (transparência) semântica, ou seja, quanto mais previsível for o significado das palavras formadas por uma R.F.P, tanto mais produtiva ela será (propostas de Aronoff (1976)) ; c) em Travaglia (1979), estudando a produtividade da R.F.P que forma substantivos abstratos a partir de adjetivos com sufixos tais como -(i)dade, (i)dão, -ia, -icie, -ice, (i)tude, -ismo, -ez, -eza, -or, -ura, encontramos a ação do bloqueio, restrições morfológicas como a restrição relativa à categoria da base que leva a R.F.P. a diminuir sua atuação se a base a que ela se aplica puder pertencer a mais de uma classe e a ser altamente produtiva com bases primitivas. Encontramos também restrições fonológicas e semânticas (como a não aplicação da R.F.P aos agentivos) e sugerimos restrições não lingüísticas tais como a utilização apenas coloquial da base; medo do erro e do ridículo, possibilidade e/ou necessidade de analisar a condição intrínseca (a qualidade de X) de algo ou alguém.

Em Travaglia (1992), propusemos uma hipótese de explicação discursiva para a produtividade lexical (para a aplicação ou não das R.F.Ps) que subsumiria os mecanismos elencados no parágrafo anterior, por vê-las como regularidades lingüístico-discursivas, e que daria conta de outros casos que não podem ser explicados por tais mecanismos. Pela hipótese discursiva, então proposta, o aparecimento de novas palavras em uma língua está condicionado ao estabelecimento de novas formações discursivas e campos enunciativos e/ou à modificação destes de modo que se estabeleçam

regularidades que permitam e determinem o aparecimento de novas palavras e também quais palavras não poderão ser formuladas dentro do novo campo enunciativo. Assim, a operação e produtividade das R.F.Ps, propostas pela gramática gerativa transformacional, podem ser explicadas pelas regularidades discursivas e pela ordem do discurso que regulam não só o que pode ser dito, mas principalmente o que não pode ser dito em um campo discursivo e em um domínio associado de enunciados dentro de uma formação discursiva (Travaglia, 1992: 68 e 78).

Em Travaglia (1992), a preocupação era com a produtividade ou não das R.F.Ps. e como as causas propostas para o surgimento de neologismos podiam ser subsumidas à explicação discursiva que propusemos e de que forma a questão das formações discursivas e dos campos enunciativos podia explicar como uma palavra de formação possível por uma R.F.P era vista como aceitável ou inaceitável dentro de certos limites, pois esse limite era o da formação discursiva.. Nesse momento, mostramos alguns fatos sobre a questão do significado das palavras formadas, sobretudo quando o sufixo que entrava na R.F.P. podia ter várias relações de significado com a base.

O objetivo neste artigo é propor que, além da produtividade lexical das Regras de Formação de Palavras, também o significado atribuído ao produto lexical destas regras, isto é, o significado das palavras por elas formadas, depende em proporção considerável de uma exterioridade sócio-histórico-ideológica que se configura em formações discursivo-ideológicas. Para tal, trabalharemos com o significado que terá uma palavra formada por uma Regra de Formação de Palavras por sufixação, quando o sufixo que atua nesta regra puder manter diferentes relações de sentido com a base¹ e com a questão do gênero da palavra formada.

2. Que significado terá esta palavra?

2.1- Alguns conceitos fundamentais

Estaremos entendendo aqui por formação discursiva, de acordo com Maingueneau (1976) e Orlandi (1987), um conjunto de regras históricas, anônimas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definiram ou definem (numa época, para um segmento social e numa área geográfica) as condições de exercício da função enunciativa. Como diz Foucault (1986: 43-44), quando *"se puder descrever, entre um certo número de enunciados um sistema de*

dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” “Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”. Para Foucault, a formação discursiva é um sistema de formação em que se sustenta e apoia um conjunto de enunciados. Estes são para Foucault uma função da existência dos signos e, a partir deles, se pode, pela análise e pela intuição, saber se os signos fazem ou não sentido, como se sucedem e que ato é realizado pela sua formulação oral ou escrita. Os enunciados seriam uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam com conteúdos concretos no tempo e no espaço. Os enunciados são produzidos na enunciação e pela enunciação entendida esta como o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Os enunciados só podem existir uns em relação com os outros e é nessa relação que se estabelece o sentido, os efeitos de sentido. A formação discursiva estabelece, pois, um conjunto de enunciados interrelacionados que constitui o domínio associado de cada um desses enunciados. Se a relação entre os enunciados é que dá o sentido e ela é determinada pela formação discursiva, fica claro que o sentido, os efeitos de sentido obtidos e obtíveis são produtos da formação discursiva. Assim, o sentido das palavras, que é o que nos interessa aqui, vai depender da ordem do discurso em que elas se inscrevem. Importante também para esta questão é a noção de campo discursivo que, para Maingueneau (1984), é um conjunto de formações discursivas que estão em concorrência e que se interdelimitam.

As regularidades lingüístico-discursivas aparecem nas chamadas formações discursivas e são relações entre elementos lingüísticos discursivamente constituídos. A regularidade lingüística é uma espécie de “cristalização” de um processo discursivo caracterizado por sua exposição ao acontecimento da enunciação, tal como definida acima, mas é uma cristalização que funciona como condição de produção de base e que entra no processo discursivo podendo ser alterada por ele.

2.2 – As R.F.Ps. e os sufixos que nelas atuam

Neste estudo, para evidenciar a natureza e validade de nossa proposta, estaremos trabalhando com as regras de formação de palavras especificadas em (1) e (2) e com os sufixos – ADA e –EIRO nelas especificados. Estes sufixos, conforme levantamentos feitos nas gramáticas tradicionais², podem ter os seguintes sentidos ou relações de significado com a base:

2.2.1) – ADA

1) prática da ação ou resultado de ação: laçada, casada (de casar), bocada, pincelada, penada, caçada, chegada, risada, jogada, gargalhada, cartada, trombada (de trombar).

Observe-se que:

a) a maioria destas palavras pode ser usada com os verbos fazer ou dar: dar uma casada, uma bocada, uma pincelada, uma laçada, uma chegada, uma risada, uma jogada, etc.; fazer uma laçada, uma caçada, jogada;

b) algumas apresentam nuances tais como ato ou movimento enérgico ou ligeiro: cartada, saraivada, risada, jogada, gargalhada, lufada;

c) algumas indicam ação própria ou característica de: baianada, quixotada, espanholada, quartelada;

2) série de atos realizados em um período de tempo³: jornada, noitada, temporada;

3) golpe, ferimento (em que o derivante normalmente indica o instrumento usado para golpear ou ferir): umbigada, cabeçada, palmada, dentada, laranjada, papelada, tigelada, cestada, pincelada, punhalada, facada, navalhada, chibatada, cacetada, purretada, cajadada, paulada, machadada, martelada, pedrada, bicada, chifrada, canivetada, foiçada, flechada, enxadada, trombada (de tromba), unhada, ferroadada, patada;

4) preparados culinários (comidas, bebidas, doces, produtos alimentares): laranjada, limonada, bananada, macarronada, feijoada, bacalhoadada, galinhada, cajuada, cocada, marmelada, goiabada;

5) conjunto (multidão, coleção): boiada, papelada, baianada,

carneirada, meninada, mulherada, ramada, criançada, moçada, rapaziada, garotada, galhada, bugrada, porcada, ossada;

- 6) porção contida em um objeto, “medida ou quantidade que comporta o objeto representado pelo termo derivante” (SAID ALI, 1964:109): colherada, baciada, bocada, garfada, braçada, cestada, batelada, fornada, tigelada, carrada, barcada, carroçada.

2.2.2) – EIRO

Este sufixo normalmente forma:

I – substantivos e adjetivos agentivos e desse significado básico derivam diversos sentidos:

- 1) agentivo:
 - a) de base verbal (com o valor de “que X”, em que X é a ação indicada pelo verbo base): ceifeiro, zombeteiro, beijoqueiro, lisonjeiro, passageiro, aventureiro, bisbilhoteiro, agoureiro;
 - b) de base substantivo (com o valor de “que faz X” onde X é o substantivo base indicando o que é feito. Às vezes, há pequenas variações do sentido básico): fricoteiro, arteiro, bagunceiro, desordeiro, mexeriqueiro, boateiro (que espalha boatos), casamenteiro, cachaceiro (que bebe muita cachaça), farofeiro. Com o sentido de “que gosta de X” temos: doceiro, puteiro, femeeiro, igrejeiro, festeiro, misseiro
- 2) profissão, ocupação, ofício, negócios: pedreiro, bombeiro, carpinteiro, carvoeiro, marreteiro, mineiro, farolciro, laranjeiro, barbeiro, toureiro, açougueiro, padeiro, sapateiro, peixeiro, carteiro, sineiro, marinheiro, livreiro, boiadeiro, confeiteiro, leiteiro, passarinho, vendeiro, banqueiro, ferreiro, arqueiro, caixeiro, motorneiro, / copeiro(a), doceiro (a). enfermeiro(a) / lavadeira, bordadeira, parteira, rendeira;
- 3) ferramenta ou máquina com que se faz algo, com que se exerce a profissão: calçadeira, empilhadeira, cortadeira, ceifadeira, britadeira, desempenadeira, masseira, bateadeira, betoneira;
- 4) o sentido de vegetal (geralmente árvore ou arbusto) que produz X (X= substantivo base indicador do produto) que, segundo Almeida (1978: 394), seria originário da idéia de

agente cuja passagem para a idéia de fonte produtora é natural: cajueiro, laranjeira, abacateiro, pequiizeiro, craveiro, jabuticabeira, mexeriqueira, romãzeiro, roseira, amendocira, coqueiro, jaqueira, cafeeiro, caquizeiro, mangueira, tamarindeiro, goiabeira, figueira, castanheira, amoreira, feijoeiro.

II - substantivos com um significado relacionado a lugar:

- 1) lugar onde se guardam ou ficam certos animais (SAID ALI, 1964:110): galinheiro, coelheiro, potreiro, chiqueiro, pulcero, vespeiro, formigueiro, ostreira;
- 2) lugar onde se encontra ou fica determinado tipo de coisa: terreiro, lameiro, palheiro, braseiro, carvoeira;
- 3) lugar onde se faz ou acontece algo: atoleiro, penteadeira, banheira, escarradeira (alguns desses lugares são objetos – Cf. III.1 e 2);
- 4) lugar de onde se extrai algo: pedreira;
- 5) lugar onde se processa algo: madeireira, carvoeira;
- 6) lugar de origem (os adjetivos pátrios): brasileiro, mineiro, campineiro;

4 e 5 podem ser reunidos em um só sentido: lugar onde se produz algo.

III- Há dois sentidos de -eiro que são ligados a objetos, mas que têm a ver com lugar:

- 1) objeto que serve para guardar aquilo que é expresso pelo termo derivante e que, portanto, é o lugar onde se guarda ou coloca tal coisa, lugar continente: cigarreira, açucareiro, manteigueira, paliteiro, saleiro, cinzeiro, compoteira, agulheiro, cafeteira, saladeira, tinteiro, chocateira, licoreira, chaveiro, fruteira, frisqueira, sopeira, farinheira, sapateira, roupeiro;
- 2) objeto para usar em determinado lugar, normalmente uma parte do corpo: pulseira, perneira, tornozela, munhequeira, joelheira, coleira;

IV- substantivos com um significado ligado a sentidos de coletivo, intensidade, aumento, grande massa, acúmulo: berreiro, nevoeiro,

cabeleira, poeira, lameiro, choradeira, ladrocira, catarreira.

2.3 – Exterioridade e sentido

As R.F.Ps. de (1) e (2) prevêm a formação, com o uso dos sufixos _ADA e _EIRO, de palavras por derivação sufixal, como as especificadas em 2.2.1 e 2.2.2, ou seja, estas palavras têm sua formação prevista por estas R.F.Ps. Todavia, estas R.F.Ps não podem prever que sentido, entre os arrolados anteriormente em 2.2.1 e 2.2.2, a palavra terá ou qual dessas relações de sentido o sufixo manterá com a sua base. No máximo, a regra de formação de palavra dirá que a palavra poderá ter um entre os sentidos anteriormente especificados. A grande questão é, então, o que define qual desses significados/sentidos acontecerá, quando uma palavra se formar por tais R.F.Ps.

Nossa proposta é que o significado que a nova palavra terá entre os possíveis e que a relação de sentido que o sufixo manterá com a base serão selecionados (as) /determinado(a) por uma exterioridade definida pela formação discursiva e o domínio associado de enunciados que ela estabelece e pelo campo discursivo dentro dos quais a formação da palavra acontece. Vamos analisar alguns casos que podem ser tomados como evidência da validade dessa proposta.

Vejam os casos do sufixo -EIRO. Pela listagem de suas possíveis relações de sentido com a base, observa-se logo que ele atua dentro de formações discursivas concorrentes em um campo discursivo: a dos agentivos, a dos lugares e a dos coletivos, sendo que as duas primeiras parecem fundamentais e mais produtivas. Na verdade a observação atenta mostra dois fatos importantes:

- a) que as duas formações especificadas em 2.2.2, na verdade, são antes mega formações ou uma espécie de campo discursivo, com algumas formações discursivas em coexistência e concorrência;
- b) que mesmo os elementos da formação relacionada com a idéia de “lugar” têm, muito freqüentemente, uma relação muito forte com a(s) formações da área de agentivo.

Os quatro sentidos da área de agentivo são basicamente indicação de agentes, todavia, tendo em vista a formação discursivo-ideológica⁴ em que se encaixam, acabam criando palavras com quatro sentidos básicos:

- a) agente [“que X” (X= verbo: ação que é feita), “que faz X” (X= substantivo: coisa que é feita)];
- b) profissão [que trabalha com/em X];
- c) objeto ou máquina [que X (X= verbo: ação que é feita com a máquina) ou que faz X (X= substantivo: coisa que é feita)];
- d) vegetal (árvore, arbusto ou outro) que produz X (X= produto/fruto vegetal)

É fácil perceber que estes quatro sentidos, na verdade, são originários de formações discursivas distintas, criadas historicamente pela sociedade e que estabelecem uma ordem do discurso, uma maneira de ver as coisas do mundo. Assim temos:

- 1) o sentido (a): agente aparece porque a palavra é criada dentro de uma formação discursiva em que a atividade é vista como algo feito por um ser humano e que permite a formulação de enunciados que dizem: “X /fazer X é uma atividade de um ser humano”, “A X/faz X” onde A= ser humano;
- 2) o sentido (b): profissão aparece quando a palavra é criada dentro de uma formação discursiva em que a atividade é vista como algo regularmente feito por um ser humano, mas como trabalho para a subsistência, como atividade para ganhar dinheiro, como atividade inserida dentro das relações de mercado;
- 3) o sentido (c): objeto ou máquina aparece quando a palavra é criada dentro de uma formação discursiva em que a atividade é vista como sendo feita não por um ser humano, mas por um instrumento. Em nossa sociedade não se vêem não humanos e não animados como agentes, então o discursivo cria uma regularidade que transforma estes objetos ou máquinas em instrumentos capazes de “X” ou “de fazer X” sob a regência de um ser humano. Assim, a formulação permitida nesta formação para os enunciados é “A X / faz X com B” onde A é um ser humano, X a atividade ou o produto dela e B o objeto ou a máquina cujo nome é formado por X+_EIRO pela R.F.P (1) e que é visto(a) como instrumento;
- 4) o sentido (d): vegetal (árvore, arbusto ou outro) aparece

quando a atividade única de produzir X é feita por um vegetal, que nossas formações discursivo-ideológicas não permitem ver como agentes. Daí a ver estes agentivos como fonte produtora e como nome da fonte produtora (um vegetal) seriam passos naturais como propôs Almeida (1978:394).

É interessante observar que estes processos significativos para as palavras formadas por uma R.F.P. com sufixo formador de agentivos atuam também com outros sufixos, como –OR (menos condicionado pelo traço + HUMANO), por exemplo, para o qual teríamos: a) comprador, esbanjador, sofredor, vingador; b) contador, apontador (profissão existente em algumas firmas de construção civil), entalhador; c) triturador, apontador (objeto que faz ponta em lápis), moedor; d) (não encontramos exemplo com _OR para o sentido de vegetal).

Se em 2.2.2 observarmos todas as palavras formadas com –EIRO pela R.F.P. (1), com o sentido básico de lugar, notaremos que quase todos os nomes de lugares assim formados têm a ver com algum tipo de atividade (Cf. em 2.2.2, na indicação dos significados dos elementos sublinhados). Mesmo os adjetivos pátrios com _EIRO, dos quais só nos lembramos de três exemplos, podem muitas vezes ser explicados diacronicamente por terem relação com atividades⁵. Todavia, a formação discursiva, pelo seu viés sócio-histórico-ideológico que determina uma forma de ver as coisas, faz com que se privilegie o sentido de lugar (II) ou de objeto (III).

O quarto sentido básico de –EIRO, que é ligado à idéia de coletivo, quantidade, intensidade, seria dado por uma quarta formação discursiva que não tem a ver com as anteriores, embora “lameiro” traga também a idéia de lugar.

Como se vê, não é possível prever o significado que terá a palavra formada pelo sufixo tendo em vista as várias possibilidades de relação significativa entre o mesmo e a base, a não ser pela especificação da formação discursiva dentro da qual a palavra será formada. Isto é uma regularidade da língua em nível discursivo e não vemos como fazer com que tal fato apareça dentro de uma R. F. P. Ou seja, a R.F.P. prevê a possibilidade de formação da palavra, mas não pode prever qual sentido ela terá quando há várias possibilidades. A R.F.P. pode sim especificar a possibilidade significativa ou as diversas

possibilidades significativas existentes e já “cristalizadas” como regularidades da língua, mas a escolha/ estabelecimento de qual possibilidade será levada em conta, será atuante, só pode ser feita em função da formação discursiva em que o usuário da língua se coloca no momento de operar a R.F.P. Esta hipótese não só dá conta dessa escolha como também do surgimento de novas possibilidades significativas, tendo em vista a modificação de formações discursivas, e/ou de campos discursivos existentes, e/ou a criação de novas formações discursivas, e/ou de novos campos discursivos.

O que dissemos em Travaglia (1992) sobre o sufixo –ADA evidencia também a validade da hipótese aqui defendida, pois entram em concorrência várias formações discursivas e as restrições que elas impõem não só à formação de palavras, mas também ao significado que elas poderão ter.

Com o sufixo –ADA é interessante observar, além da inserção da palavra formada em uma formação discursiva que lhe determina um dado sentido dos vários possíveis, como é que as formações discursivas e seu domínio associado de enunciados que regulam as formulações lingüísticas possíveis impedem a formação de palavras possíveis com determinados significados. Assim, como observamos em Travaglia (1992), embora possível, “criançada”, com sentido de “preparado culinário”, em formulações como as de (3), e com sentido de “golpe”, em formulações como as de (4), não ocorre, porque estas alternativas são bloqueadas pela ordem do discurso estabelecida por formulações como as dos enunciados de (5) que fazem parte do domínio associado de enunciados das formações discursivas que afetam a formação ou não das palavras com um determinado sentido.

- (3) a- João comeu uma criançada ontem.
b- João comeu uma macarronada/bacalhoadada/feijoadada ontem.
- (4) a- João levou uma criançada nas costas.
b- João levou uma paulada/facada/chicotada nas costas.
- (5) a- Seres humanos não se alimentam de seres humanos.
b- Não se usam crianças como instrumento para golpear.

Observe-se que (3a) seria possível em uma sociedade antropofágica e (4a) em uma situação em que alguém, por qualquer razão, tenha usado uma criança para golpear, contrariando as normas sociais e de

civilidade. Além de impedir a formulação de determinadas palavras com determinados sentidos potencialmente possíveis pelas R.F.Ps. e estabelecer as relações de sentido possíveis para um dado sufixo, as formações discursivas podem estabelecer sentidos preferenciais. Assim, por exemplo, em uma frase como (6) as pessoas tendem a interpretar “papelada” como um conjunto, uma grande quantidade de papéis, embora seja possível também o sentido de “golpe”, simplesmente porque as formações discursivas em jogo contêm enunciados que dizem algo como “Um papel não é propriamente um instrumento para golpear alguém”. Somente em contextos particulares e especiais alguém verá “papelada” em (6) como um golpe dado com um papel.

(6) João me deu uma papelada.

Uma vez formada a palavra com uma determinada relação de sentido entre a base e o sufixo por força de uma formação discursiva em que ela se insere, ficarão bloqueadas as outras possibilidades. Todavia nem sempre isto ocorre. A simples observação das listas de palavras com cada sentido em 2.2.1 já evidencia que várias das palavras listadas para uma determinada relação de sentido entre a base e o sufixo podem também ter uma outra relação de sentido, constituindo homônimos (veja os termos sublinhados em 2.2.1 e o quadro 1 abaixo). Com frequência a decisão sobre qual sentido se tem fica em função do co-texto e do contexto que mostram qual a formação discursiva que está em jogo.

QUADRO 1 - Sentidos do sufixo -ADA (Cf. 2.2.1)

Palavra	Sentido 1	Sentido 2	Sentido 3	Sentido 4	Sentido 5	Sentido 6
Pincelada	X ⁶		X			
Baianada	X				X	
Espanholada	X				X	
Laranjada			X	X		
Goiabada			X	X		
Papelada			X		X	
Tigelada			X			X
Cestada			X			X
Colherada			X			X
Braçada			X			X
Bocada	X ⁷					X

A formação de uma palavra dentro de uma formação discursiva, com um dado significado do sufixo, pode levar a formas alternativas para os outros sentidos. Muito comum é o uso do sufixo -ADA para indicar “preparado culinário” / “golpe” / “medida” e o sufixo -(A)IADA

para “conjunto” (uso mais popular, coloquial) (Cf. (7)).

- a- goiabada / goiabaiada
- b- cestada / cestaiada
- c- mesada / mesaiada
- d- braçada / braçaiada
- e- bocada / bocaiada

Ainda uma evidência de que o significado da palavra que se forma tem a ver com uma regularidade lingüístico-discursiva estabelecida dentro de uma formação discursiva é a questão do gênero da palavra formada. Se considerarmos o gênero como parte do significado da palavra que se forma veremos que ele depende com grande freqüência da formação discursiva. É assim que podemos interpretar os resultados do estudo de Roché (1992), que verificou, para o Francês, que o gênero das palavras formadas por diversos processos depende com freqüência do gênero do nome genérico ou hiperônimo que, na verdade, caracteriza um aspecto de uma formação, pois é um aspecto do viés ideológico (no sentido aqui definido – cf. nota 4) pelo qual uma sociedade, em um determinado momento, vê certos elementos do mundo (biopsicofísicosocial). Roché (1992) registra que houve variações na história do Francês, mas que hoje se observa a tendência de que os nomes formados nas áreas abaixo tenham os gêneros indicados em (8).

(8) Nomes de: Gênero

árvores	feminino
metais	masculino
ciências	feminino
frutas	feminino
músculos/ossos/nervos	masculino
veias/ artérias	feminino
doenças	feminino

(exceto os formados com o sufixo _OMA, porque designam mais um objeto: tumor (mioma, carcinoma, etc.)

- na botânica e zoologia os nomes de classificações superiores (gêneros, famílias classes, ordens) de:

plantas	feminino (alopáceas, cactáceas, rosáceas)
animais	masculinos (ovinos, bovinos, muares,
vertebrados)	

Um exemplo, nesta área que nos parece bastante interessante, é o das profissões. Nesta formação discursiva, a influência da exterioridade é notória: os nomes de profissões sócio-histórica-ideologicamente vistos como de homens são no masculino e dificilmente têm feminino (cf. 9), as de mulher são no feminino e dificilmente têm masculino ou, se o têm, este soa estranho (cf. 10), e as profissões vistas como de ambos os sexos têm os dois gêneros (cf. 11). Como esta é uma formação discursiva atualmente em franca modificação, muitas vezes há flutuações e dúvidas e busca de formas alternativas quando as formas masculinas ou femininas já estão comprometidas com outro sentido.

(9) cabo	*caba	
pedreiro	*pedreira	mulher* pedreiro.
piloto	*pilota	mulher piloto
carpinteiro	*carpinteira	
o motorista	? a motorista	motorista mulher

(10) lavadeira	*lavadeiro	lavador
		<i>(mas não de roupas, mas de carros, etc.)</i>
babá	*babá	
secretária	? secretário	
presidente	? presidenta	a presidente
cozinheira	? cozinheiro	chefe de cozinha, mestre cuca
faxineira	? faxineiro	

(11) médico	médica
professor	professora
digitador	digitadora
agricultor	agricultora

Os nomes de profissão formados pelo sufixo -EIRO(A) parecem seguir este padrão. Veja os grupos de nomes que separamos em 2.2.2, sentido 2, que reproduzimos em (12) abaixo. Os nomes de (12a) dificilmente apresentam uma forma com a variante feminina do sufixo, pois são profissões vistas essencialmente como de homens

(às vezes, tem-se a forma feminina, mas com um sentido completamente diferente); as do grupo (12b) apresentam as duas formas por serem vistas como profissões de homens e mulheres e as do grupo (12c) dificilmente apresentam uma forma com a variante masculina por serem vistas como profissões essencialmente femininas.

(12) a) pedreiro, bombeiro, carpinteiro, carvoeiro, marreteiro, mineiro, faroleiro, barbeiro, toureiro, açougueiro, padeiro, sapateiro, peixeiro, carteiro, sineiro, marinheiro, livreiro, boiadeiro, confeitoiro, leiteiro, passarineiro, vendeiro, banqueiro, ferreiro, arqueiro, caixeiro, motorneiro;

b) copeiro (a), doceiro (a), enfermeiro (a) ;

c) lavadeira, bordadeira, parteira, rendeira.

Não fizemos um levantamento completo de todas as profissões, nem mesmo daquelas cujo nome é formado com o sufixo –EIRO (A), mas é interessante observar como o número de profissões masculinas é significativamente maior que as femininas e as de exercício indiferente para homens e mulheres. Basta pensar como era a participação das mulheres neste campo, para tomar tudo isto como evidência da influência da exterioridade no significado das palavras formadas pelo sufixo –EIRO(A) através de uma regularidade linguístico-discursiva.

3. Considerações finais

Os fatos vistos, embora poucos, pareceram-nos suficientes para mostrar a validade da proposta de que o significado que uma nova palavra formada por uma R.F.P. terá entre os possíveis e que a relação de sentido que o sufixo manterá com a base será selecionado(a) / determinado(a) por uma exterioridade definida pela formação discursiva e o domínio associado de enunciados que ela estabelece e pelo campo discursivo dentro do qual a formação da palavra acontece. É evidente que este campo é muito pouco explorado e a hipótese está posta para ser verificada e falsificada, ou não, por estudos que se interessem por resolver esta questão. Parece-nos uma hipótese forte e respaldada por diversas evidências. Constitui-se desse modo um campo de pesquisas que verificará a sua validade e forma de funcionamento para a grande variedade de meios e recursos na formação de palavras em nossa língua, sobretudo aqueles que permanecem produtivos em nossos dias.

NOTAS

- ¹ Aqui temos duas alternativas: a) dizer que temos um sufixo com várias possibilidades significativas ou b) dizer que temos vários sufixos homônimos. A resolução deste ponto não é necessária para a questão em foco, por isso não vamos nos deter neste particular, embora se possa perceber que parece termos os dois casos, conforme os significados/sentidos que têm os sufixos.
- ² Foram consultados os seguintes autores: ALMEIDA (1978), BECHARA (1968), BUENO (1968), CEGALLA (1976), CUNHA (1972), LIMA (1973), LUFT (1976), MELO (1978), SAID ALI (1964 e 1966).
- ³ SAID ALI (1964:109) propõe o sentido de “atos de duração prolongada”
- ⁴ Ideológico aqui no sentido amplo de forma, ou modo, ou viés pelo qual uma sociedade, através de sua história, vê determinado elemento da realidade.
- ⁵ BUENO (1968: 91-92) falando do sufixo EIRO diz: “Por uma alteração semântica, isto é, da significação da palavra, este mesmo sufixo -eiro passou a significar, entre nós, adjetivo pátrio: brasileiro, mineiro, campineiro. Inventaram alguns menos informados destes fatos da lingüística que não se pode dizer brasileiro aquele que nasce no Brasil, mas, brasileiro ou brasiliense... Puro desconhecimento do assunto! A semântica está acima de tudo e quando a palavra muda de significado, muda também de classificação gramatical. Brasileiro era uma profissão, um ofício: tirador de pau/brasil; mas desde que Brasil passou a ser o nome de um país, brasileiro perdeu a sua primitiva significação e passou a indicar, não mais o profissional, e sim, o natural deste país.” Mineiro era o que trabalhava nas minas (e ainda é), mas quando Minas passou a ser o nome do estado, mineiro passou também a adjetivo pátrio. Não temos informação se, no caso de campineiro, houve alguma mudança deste tipo. No caso de brasileiro e mineiro, mudou o sentido, porque mudou a formação discursiva (TRAVAGLIA, 1992).
- ⁶ De pincelar, enquanto que, com o sentido 3, pincelada vem de pincel.
- ⁷ De bocar, enquanto que, com o sentido 6, bocada vem de boca e corresponde a bocado embora este indique porção que se leva à boca e aquela toda quantidade que a boca pode conter.
- ⁸ O uso do termo mulher mostra que ainda é algo estranho, algo que não é próprio deste sexo e, portanto, o gênero feminino aí é estranho, precisando ser marcado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1978.
02. ARONOFF, Mark **Word formation in generative grammar. Linguistic Inquiry – Monograph one**. Cambridge/Massachussets: MIT Press, 1976.
03. BASÍLIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
04. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1968.
05. BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática normativa da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1968.
06. CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Nacional, 1976.
07. CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Ávares, 1972.
08. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
09. HALLE, Morris "Prolegomena to a theory of word formation". **Linguistic Inquiry**, 4, 1973: 3-16.
11. LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
12. LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1976.
13. MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de l'analyse du discours; problèmes et perspectives**. Paris: Hachette, 1976.
14. MAINGUENEAU, Dominique. **Genèses du discours**. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
12. MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
13. ORLANDI, Eni Pulcinelli **A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso**. Campinas/SP: Pontes, 1987.
14. ROCHÉ, Michel, **Le masculin est-il plus productif que le féminin? Langue Française**, n. 96. Paris: Larousse, p. 113-124, 1992.
15. SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

10. SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
17. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. "Sobre a produtividade da regra de formação de palavras [X]Adj. —> [[X]Adj.+ SUFIXO]Subst. no Português". *Anais do IIIº encontro nacional de lingüística*. Rio de Janeiro: Divisão de Intercâmbio e Edições da PUC-RJ, p. 93-169. out./1979.
18. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. "Hipótese de explicação discursiva para a mudança de significado e a formação de palavras". *Letras & Letras*, v.8, n. 2. Uberlândia, EDUFU, p. 51-87, dez./1992.

O lugar da sintaxe nas antigas gramáticas luso-brasileiras¹

LEONOR LOPES FÁVERO

O. Introdução

O que se denomina sintaxe é até hoje um procedimento de reunião das partes do discurso: nome, verbo, adjetivo etc. e constitui o essencial das gramáticas (as mais antigas terminam por um ou dois capítulos, em poucas páginas, denominados *sintaxe*, que retomam as relações já estabelecidas e precisam algumas exceções).

É não só o plano de Prisciano, mas também o da *Grammaire Générale* de Port-Royal: dos vinte e quatro capítulos, vinte e dois são consagrados às partes do discurso; o vigésimo quarto e último intitula-se *Da Sintaxe ou Construção das palavras em grupo. Das Figuras de Construção*. Explica em duas páginas que é preciso pôr sob *construção das palavras* dois tipos de relação: a de concordância - quando as palavras devem concordar em conjunto - e a de regime - quando uma das duas causa uma variação na outra; isto dito, os autores voltam ao estudo anterior das preposições e dos casos.

Apolônio Discolo (II d. C.) e Prisciano (V d. C.), cuja obra *Institutiones Grammaticale* foi a matriz das gramáticas por mais de doze séculos, haviam considerado a sintaxe uma parte distinta da gramática: em Apolônio Discolo o estudo é mais filosófico do que lingüístico e em Prisciano, o primeiro a sistematizar uma sintaxe do latim, a sintaxe é conceituada como uma disposição que visa à obtenção da *oração perfeita*.

Estamos assim numa perspectiva lógica, porém, como diz Kristeva (1974), parece que Prisciano viu a diferença que existe entre as categorias lógicas que permanecem sempre as mesmas e a construção lingüística (esta sim, varia). Tornou-se modelo de todos os gramáticos medievais que, da mesma forma que os do Renascimento, também negligenciam a sintaxe.

A causa última da sintaxe, continua sendo, para Martinho da Dácia, a *oratio perfecta* e, séculos mais tarde Harris vai afirmar que, se são diferentes os graus de extensão de que o discurso é suscetível, a maior extensão de que a gramática se ocupa é a proposição (leia-se frase, sentença).

A sintaxe - arte de arranjar as palavras - se apresenta como um movimento que vai do simples (a letra, raramente o som) para o complexo (a frase), passando pelo estudo das formas (morfologia) e depois, das funções. É o que diz Scaliger em *De causis linguae latinae* (1540):

“[as parte do discurso] foram inventadas em vista da frase que tem por finalidade especial exprimir o pensamento”.

A progressão inversa é praticamente inexistente e relativamente recente: são as gramáticas que se inspiram na lingüística gerativa distribucional ou transformacional, ou como, por exemplo, a de Souza Lima (1937), inspirada na de Andrés Bello e com o objetivo de apresentar as regras da língua portuguesa necessárias para falar e escrever corretamente.

Considerando se enunciarem os pensamentos em frases, começa pela proposição e é a partir dela que se deve “descer às diferentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjunto, como se limitam e se completam”. Assim, como a linguagem não é uma justaposição de partes, a gramática não se inicia pela fonética nem pela morfologia, mas, sim, pela expressão do pensamento.

1. A sintaxe nas gramáticas luso-brasileiras.

1º momento - exaltação e valorização da língua materna (séculos XVI e XVII).

Como afirmou Kristeva (1974), as obras do Renascimento se revestem de uma forma prática, pois a expansão territorial coloca o homem da Europa em contato com outros povos, impondo-lhes sua língua: isso explica o grande número de gramáticas pedagógicas que vão assumir uma função reveladora do que o gramático pensa de seu destinatário: precisam ser claras e simples.

“*nóssa tenção é fazer algum proveito aos mininos que por ésta arte aprenderem, levando-os de léve a gráve, de pouco a mais*”. João de Barros, (p. 135)

E o mesmo João de Barros (1540) divide a gramática em quatro partes: ortografia (letra), prosódia (sílabas), etimologia (diçã) e sintaxe (construção); com exceção da ortografia que deve muito a Trissimo, Nebrija é seu modelo:

“a 4ª parte os gregos chamam sintaxe, os latinos construção, nós podemos chamar ordem; a esta pertence ordenar entre si as palavras e partes da oração”. (Nebrija - Gramática Castellana, p. 4)

Os termos empregados para traduzir o grego *sintaxe* foram *ordem*, *conceito* e *ajuntamento*; a sintaxe de Nebrija está colocada em termos de ordem, isto é, a sintaxe se ocupa somente da análise da oração simples e se coloca na linha da oração perfeita: sem verbo não há oração.

E diz João de Barros:

“Construção - é ua conveniência entre parte, postas em seus naturais lugares, per as quaes vimos em conchicimento dos nossos conceitos. E, bem como ao homem é natural a fala, assi lhe é natural a conveniência destas duas partes: nome substantivo com adjetivo, nome com verbo, relativo com antecedente”.

E a construção divide-se em:

“Duas cousas aquecem a construção: concordancia e regimento.

Concordancia e ua conveniencia das duas dições correspondentes ua à outra em numero, em genero, caso, pessoa ou em algua destas cousas.

Regimento é quando uma diçã se construe com outra diversa a ela per genero ou per numero, caso ou pessoa...”. (p. 349-50).

No século XVII, a sintaxe é considerada da mesma forma.

Roboredo, o único gramático da época voltado para o estudo e ensino da língua portuguesa e que escreve em português (os outros autores do período ou são ortógrafos ou escrevem gramáticos do português, em latim), apresenta em sua obra *Porta de Linguas* (1623) a mesma divisão: na primeira parte - *Explicação compositiva das partes da oração portuguesa e latina* - examina as partes da oração que para ele são nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção. No último

capítulo *Da Composição (= sintaxe) das cinco partes da Oração que se faz per Concordia e Regencia* mostrando que essas partes (nomes, preposições, verbos, advérbios e conjunções) são comuns a todas as línguas.

Concórdia e Regência são partes da Gramática:

"Concordia pertence ao nome e verbo Regencia toca ao Nome, Preposição, Verbo ou Adverbio ou per figura ou tomado em lugar do Nome". (p. 182)

A gramática não tem por finalidade ensinar a língua, mas fornecer modelos (literários) aos que já possuem a língua padrão; ela é ao mesmo tempo o reflexo e o resultado de uma organização social e ferramenta da classe dominante; o gramático, talvez sem perceber, desempenha o papel ideológico de exclusão do saber (e do poder) das camadas que não constituem a elite.

Ao julgar que há um método para todas as línguas porque há uma equivalência lógica entre elas revela claramente a influência de Sánchez que em *Minerva* (1587) substitui a concepção de linguagem como fluidez, comunicação, pela concepção de linguagem como organização lógica e susceptível de descrição rigorosa.

2º momento - a renovação dos estudos em Portugal - (século XVIII).

O objetivo da sintaxe é, como se vê, o estudo da palavra ou, como diz Chervel (1977: 11) propriedade da palavra e somente no século XX vai tornar-se a lei da proposição e mesmo da frase:

"A exemplo de Port-Royal que identificava ainda a sintaxe com 'a construção das palavras em conjunto', os gramáticos do século XVIII, a definiam a partir da palavra considerada elemento simples suscetível de entrar em combinações, de ser construída".

Ou como diz o Pe. Buffier (1709, p. 87):

"[sintaxe] é a maneira de unir cada palavra de uma língua à outra, em relação às diversas terminações que prescreve a gramática".

ou, ainda, como traz o Dicionário da Academia Francesa:

"[sintaxe] arranjo, construção das palavras e das frases, segundo as regras da gramática".

Como se pode observar continua a ser um movimento que vai do simples ao complexo e que se encontra ainda na gramática de Moraes Silva (1813):

“[sintaxe] - boa composição das partes da oração entre si donde resulta a sentença, ou sentido perfeito, com que nos fazemos entender, falando com palavras”.

Em 1746, Verney publica a obra *Verdadeiro Método de Estudar*, cuja importância reside no espírito que a rege e na ruptura que representa.

A obra de Verney representa não só um corte com as tendências cartesianas vigentes entre os estrangeirados² da primeira metade do século, mas também uma ruptura da mentalidade ilustrada com a barroca: o declínio da metafísica e a ascensão da lógica, da física, da ética natural - trata-se de Locke e Newton; é a ruptura que preserva a fé, mas sem o peripatetismo e a escolástica (Falcon, 1982: 332).

Um contributo significativo da proposta de Verney (1949: 148-9) refere-se à natureza da sintaxe das línguas que se resume em três preceitos básicos:

“a) todas as línguas possuem a mesma ordem natural da sintaxe.

b) a diversidade das línguas na sintaxe é acidental e consiste em ocultar algumas palavras por elipse ou transpô-las por hipérbato ou em aumentá-las por pleonismo e, algumas vezes, em suprir com uma só voz várias idéias ou inventar novas partículas para reger diversos casos.

c) todas as línguas se podem reduzir às mesmas regras da latina”.

Transparece a influência de Sánchez e de Port-Royal, porém essas idéias não parecem determinar a essência da reforma preconizada por Verney porque, não só a gramática racional não se presta a sua proposta prática, mas também porque essa mesma gramática racional começava a ceder terreno à teoria sensualista.

O século XVIII assiste a uma mudança: o termo *sujeito* (da lógica) começa a substituir o *nominativo*: “o nome está no caso nominativo quando é sujeito de um verbo e vem antes dele”. Além da concordância e da regência começa a aparecer a *colocação*, logo, a *oração*.

Moraes Silva (op. cit.) concebe a oração como um sentido perfeito, seguindo Port-Royal, os Enciclopedistas e Condillac, dividindo-a em sujeito, atributo e verbo.

Soares Barbosa, autor da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, publicada em 1822, mas com prefácio datado de 1803, define a gramática, como a maior parte dos gramáticos dos séculos XVI e XVII, como a arte de falar e escrever corretamente:

“... a gramática não é outra coisa senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente”

e, mais adiante:

“Toda a gramática particular e rudimentária deve ter por fundamento a gramática geral e razoada”. (p. XI).

Aqui aceita a distinção metodológica dos Enciclopedistas entre gramática geral e gramática particular: a geral se ocupa dos universais no arbitrário e a particular, do arbitrário no arbitrário. A primeira é uma ciência que tem como objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra e a segunda, uma arte. Aquela é anterior a todas as línguas e esta, posterior.

Separa, como Port-Royal e os Enciclopedistas, *sintaxe de construção*.

Sintaxe - “*ordem sistemática das palavras fundada nas relações das coisas que elas significam*”

Construção - “*uma ordem local autorizada pelo uso das línguas*” (p. 254).

Tem-se, assim, um modelo gramatical indo da fonética à morfologia e à sintaxe. É o mesmo dos Enciclopedistas e das gramáticas estruturalistas.

Se tomarmos, porém, modelo gramatical não na acepção de modelo usado para a elaboração de uma gramática, mas na de modelo do objeto de estudo, seria (Enciclopedistas): sintaxe - morfologia - fonética e Soares Barbosa partiria do pensamento como união de idéias, como fazem os gerativistas, porém, examinando-se cuidadosamente a obra, observa-se que o ponto de partida é a palavra, já que é ela que exprime as idéias, pois a fonética não é um domínio autônomo e a sintaxe é a combinação sistemática das palavras:

“Estes elementos da oração são sinais das idéias” (p. 68).

e, mais adiante:

“Ora, não sendo as palavras senão sinais de nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam os destes mesmos pensamento” (p. 74).

Sintaxe - *“não consiste senão nos sinais escolhidos por qualquer língua para indicar as correlações e relações das idéias exprimidas pelas palavras”* (p. 288).

e, ainda:

“é a parte da gramática que, das palavras separadas ensina a formar e a compor uma oração”. (p. 254)

Distingue sintaxe de construção:

Sintaxe - *“ordem sistemática das palavras, fundada nas relações das coisas que elas significam”*.

Construção - *“uma ordem local autorizada pelo uso nas línguas. Assim a construção pode ser direta ou invertida e ter contudo a mesma sintaxe.*

Em Alexandre venceu a Dario e Dario venceu Alexandre as construções são contrárias porém a sintaxe é a mesma”.
(p. 254).

Ainda:

“A oração ou proposição ou frase é qualquer juízo do entendimento expressado com palavras” e tem necessariamente tem termos: sujeito, verbo e atributo (como os gramáticos racionalistas).
(p. 255).

No Brasil, sob a influência de Soares Barbosa aparecem no século XIX inúmeros gramáticos partidários da gramática filosófica: Frei Caneca, Costa Duarte, Grivet, Sotero dos Reis. Até 1887 o Brasil conheceu poucas novidades fora das propostas herdadas de Prisciano e Condillac e a sintaxe precisou esperar pelo século XX (estruturalismo) para ocupar lugar de destaque.

NOTAS

- 1 Trabalho apresentado na mesa-redonda *O Discurso da Gramática*, no Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Dadas as limitações de uma apresentação dessa natureza, serão examinadas as obras produzidas nos séculos XVI, XVII e XVIII.
- 2 *Estrangeirados* - aqueles que, viajando ou entrando em contato com os que vinham de fora, puderam mudar seu modo de pensar; eram também os que se diferenciavam dos portugueses pelo sangue: judeus e cristãos-novos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ARNAULD, A., LANCELOT, C.. *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Paulet, 1969 (A 1ª ed. é de 1660).
2. BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, 6ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real des Sciencias, 1875. (A 1ª ed. é de 1822).
3. BARROS, J. de. *Gramatica da Lingua Portugueza*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. (A 1ª ed. é de 1540).
4. BUFFIER, C. *Grammaire française sur un plan nouveau*. Paris: Le Clerc, 1965. (1709).
5. CHERVEL, A. *Histoire de la grammaire scolaire*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1977.
6. CONDILLAC, A. E. de. *Essai sur l'origine des connaissances humaines*. Paris: 1746.
7. *Encyclopédie Méthodique: Grammaire et littérature*. Paris: Beauzée et Marmontel, 1782-1786.
8. *L'encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une société des gens de lettres, mis en ordre et publié par M. Diderot, de l'Académie Royale des Sciences et des Belles-Lettres de Prusse; et quant à la Partie Mathématique par M. d'Alembert, de l'Académie Française, 1751-1772*. Paris: Le Breton.
9. FALCON, F. J. C. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.
10. KRISTEVA, J. *História da Linguagem*. Coleção "Signos". Trad. de Maria Margarida Barahona. Lisboa: 1974. (A 1ª ed. é de 1969).

11. LIMA, M. P. de S. **Gramática Portuguesa**. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1937.
12. NEBRIJA, A. de. **Gramática Castellana**. Ed. de R. Galindo e L. Ortiz. Madri, Muñoz, 1946. (A 1ª ed. é de 1492).
13. ROBOREDO, A. de. **Porta de Línguas ou modo muito acomodado para as entender**. Lisboa: Pedro Cracsbeec, 1623.
14. SILVA, A. de M. **Epitome da Grammatica Portugueza**. Lisboa: Tipografie Lacerdina, 1813.
15. VERNEY, L. A. **Verdadeiro Método de Estudar**. Edição organizada por Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949. (A 1ª ed. é de 1746).

Parte III

PARTE III: PRÁTICAS DE ANÁLISE DISCURSIVA

18. Puente del alma: la emergencia de la subjetividad en el escenario mediatico Lucrecia Escudero Chauvel	299
19. L'analyse du discours politique Simone Bonnafous	317
20. A paródia vista sob a luz da análise do discurso Ida Lúcia Machado	327
21. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia Beth Brait	335
22. Discurso, interação e linguagem escrita Maria Sueli de Oliveira Pires	349
23. Diários online na aprendizagem de língua inglesa mediada por computador Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva	359
24. Análise semiolinguística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo erótico, sexual e correlações com o machismo Amadeu Roselli Cruz	379
25. A questão do oral/escrito nos telejornais Eliana Amarante de Mendonça Mendes	403
26. Discurso da mídia: telejornais e ensino de língua portuguesa Maria Aparecida L. Pauliukonis, Leonor Werneck dos Santos, Sigrid Castro Gavazzi	415
27. Análise do discurso e ensino de línguas estrangeiras Rosa Maria Nery	431
28. A nação e a noção de povo nos discursos de Getúlio Vargas Maria Emilia Amarante Torres Lima	445
29. Hélio Costa: do candidato como produto à política como campo de atualização dos desejos Vera Regina Veiga França	453
30. Mito e suas encruzilhadas Haydée Ribeiro Coelho	465

Puete del alma: la emergencia de la subjetividade en el escenario mediático

LUCRECIA ESCUDERO CHAUVEL

El análisis semiótico de los medios de comunicación - sociosemiótica - y el análisis de discurso se encuentran en un lugar teórico crucial: el de la producción de sentido a partir de la organización de los géneros y su enclave en la semiosis social. El análisis de las estrategias textuales de ciertos géneros mediáticos - un fértil territorio de análisis de discurso de los medios - se combina en una feliz amalgama con una reflexión sobre los modos de producción de sentido en las sociedades crecientemente mediatizadas, sociedades por excelencia semiósicas.

Por otra parte, las transformaciones que sufre actualmente el género informativo - un género caracterizado hasta ahora por su vocación de "decir la verdad" y alejado de la ficcionalización - es un espacio donde sociosemiótica aplicada y análisis de discurso encuentran un punto interesante de interface teórica; crisis de la noción de "representación", nuevos criterios para los géneros de la cultura de masas, el lugar de la recepción en la semiosis social, el creciente interés en el género "people" donde el registro de la información y el de la ficción se entrecruzan.

El extraordinario episodio de la mediatización de la historia de la princesa de Gales autoriza reflexionar sobre una tendencia reciente de la comunicación masiva donde narración, transformaciones y reconocimientos colectivos permiten la irrupción de una doble subjetividad en concordancia creciente: la de los medios y la de sus lectores.

Palabras claves: semiosis - mediatización - subjetividad - recepción

1. El contrato mediático de la información¹

El contrato mediático del discurso de la información opera a partir

de un "pacto de verdad" con sus receptores y su única condición de felicidad, a fin de que este pacto se realice, es el establecimiento de la dimensión veredictiva del discurso a partir de una compleja trama de estrategias discursivas de referencialidad y utilización de fuentes textuales. Pero al mismo tiempo asistimos a un cruzamiento de lógicas ficcionales donde los personajes de la información sufren transformaciones, cumplen programas narrativos y se les asignan descripciones y propiedades específicas. Recientemente el Primer Ministro británico Tony Blair y el jefe de la oposición pidieron públicamente la libertad para un personaje de ficción de la telenovela "Coronation Street" que había sido encarcelado por fraude en el programa del pasado domingo: "(...) Tras haber sido criticado por ello, su portavoz declaró que el Primer Ministro no estaba autorizado para intervenir en tales casos de la vida real o de la ficción, sin embargo, como miembro del público, tiene derecho a dar su punto de vista" (Revista *Hola* n. 2801, 16-4/98, p. 99).

El circuito del género "people" por ejemplo impone un tipo de discurso centrado en la producción de la actualidad de un personaje estrella y su seguimiento en verdaderas sagas colectivas con su componente sentimental y romántico. El personaje se vuelve ícono, imagen pura, y su anclaje referencial - típico del discurso de la información - es evanescente y alcanza ribetes de la más pura ficción narrativa.

Por otra parte, el contrato mediático por definición y en cuanto "contrato", pone en marcha en el circuito de lectores, un sistema pasional hecho de adhesiones, dudas, credulidad, e identificaciones. La confluencia entre el creciente borramiento de las fronteras del relato de la información y la narración de las peripecias de los personajes estrellas, con una masa de lectores que se reconocen en estos relatos colectivos, permiten avanzar una hipótesis interpretativa que tenga en cuenta la escenificación de las pasiones y de la subjetividad como uno de los componentes característicos de la mediatización de este fin de siglo. El público "sigue" la saga sexual del presidente americano, la historia de amor de Carolina de Mónaco o el casamiento de las Infantas de España con el suspenso de verdaderas telenovelas (Escudero-Chauvel, 1996a).

El extraordinario episodio de la globalización de la historia de la princesa de Gales autoriza reflexionar sobre los componentes de esta tendencia reciente en los medios donde narración, transformaciones y reconocimientos colectivos permiten la irrupción de una doble

subjetividad en concordancia creciente: la de los medios y la de sus lectores. Asistimos a una nueva tendencia en el contrato mediático: la interacción de las narraciones tradicionales - compartidas con otros géneros ficcionales populares como la telenovela, la novela rosa o el crimen de misterio - propuestas por los medios informativos con la puesta en superficie de un verdadero sistema pasional hecho de emociones, dolor, rabia o desengaño propuesto por los lectores.

2. Problemas de una teoría de recepción de los medios

Cuando hablamos de una teoría de la recepción de los medios estamos abordando en realidad un sistema de intersecciones muy complejo. Por una parte la noción de "poder", que ha evolucionado desde la década de los años cincuenta con su teoría del espectador pacífico, pasando por la idea del poder limitado de los medios, cara a los años sesenta, donde el público selecciona y agenda de prioridades, hasta una posición más o menos generalizada donde los medios ejercen una acción persuasiva en una audiencia de masas urbana, post industrial, no para proponer contenidos - los medios no definirían los "news events" - sino para estructurar las relaciones de los usuarios con el poder.

Resulta evidente que lo que está implícito es un cierto modelo de poder: una concepción del poder monolítico implica una influencia todopoderosa por parte de los medios; un poder atomizado - o como diría Foucault, una "micro-física del poder" - deja espacio a una creciente influencia del público. Los estudios clásicos sobre los medios han señalado una serie de condiciones para marcar el grado de implicación de este espectador cada vez más seguro de sí mismo: la atención casual - puede hacer zapping, no es más cautivo -, la credibilidad de la fuente, la dialéctica entre las actitudes y creencias con el producto propuesto por el medio - sea éste de ficción o de información -, finalmente la concordancia entre la experiencia vivida del sujeto y lo dicho por el medio (Gurevitch, M., Bennett, T., Curran, J., Woolacott, J. 1982; Vilches, 1992)).

En relación con una cierta idea de "poder de los medios" pareciera que éstos cumplen el rol central de consolidar y fortificar los valores y la actitud de los espectadores y/o lectores y juegan un rol estratégico de refuerzo de la norma social. Para Thompson, la articulación del medio con lo social se realiza a través de lo que él llama, siguiendo el pensamiento de Bourdieu, "poder simbólico", es decir la capacidad de usar las formas simbólicas para influir e intervenir en un curso de

acción social (Thompson, J. 1994:31).

Pero la noción de poder está estrechamente vinculada a la de visibilidad, como bien lo ha demostrado Foucault, y la exposición de los personajes estrella en los medios - régimen de máxima visibilidad - produce el curioso efecto de la transparencia, del cuerpo transparente, atravesado por la mirada colectiva y conlleva paradójicamente una absoluta fragilidad de la imagen y del personaje en cuanto objeto de consumo masivo.

El segundo tipo de problemas se presenta por la creciente posición institucional de los medios. Una teoría de la recepción no puede estar ajena al circuito de producción, circulación y consumo que el medio propone - sea éste de información o entretenimiento, con soporte visivo o en prensa escrita - e inclusive de sus regulaciones legales. Es radicalmente diferente la legislación inglesa que la francesa sobre el derecho privado, o la actividad de los lobbys en la producción de la información, que genera la cadena interminable de filtraciones, rumores, desmentidas y secretos clásica en los medios de tradición anglosajona. La tradición latina está en cambio más ligada a una deontología de la información donde el periodista está allí para "contar la verdad de los hechos" (Escudero-Chauvel, 1996b).

En síntesis: los medios en cuanto industrias están ligados al disco duro de la estructura económica de un país y su interacción con el mundo político juega un rol importante en la construcción y sostén de los sistemas democráticos. La incorporación creciente del público en los medios - o la representación de sí mismo en cuanto "opinión pública" - marcaría este lazo estrecho entre la imagen de una sociedad democrática, la ilusión de "todos hablan" o en todo caso, todos tienen acceso a la palabra, con la actividad del medio como lugar de mediación y eco.

Esta posición de autolegitimación lleva al medio a posicionarse como investido de un cierto mandato: publicar o televisar el "interés general". Mc. Quail (Mc. Quail, D. 1994:241) ha trabajado este concepto de "public interest" que lleva a autorizar a los medios de información a investigar y lograr información a cualquier precio, pero que puede enmascarar hipócritamente la simple lógica económica del "scop" o de la "exclusiva". Las fotos de la célebre escena de la chupada del pie de Sarah Ferguson fueron pagadas diez millones de francos, mientras que una foto standard se paga en Francia entre mil quinientos

a dos mil francos. Un millón de francos pagó el periódico *Mirror* por la foto robada a Lady Di mientras hacía gimnasia, En un millón de dólares fueron ofrecidas las contrevvertidas fotos del accidente - las que se publicaron - y la serie de besos de Diana con Dodi en St. Tropez fueron vendidas entre tres y cuatro millones de francos a un pool integrado por *Paris Match*. *Ici Paris e France Dimanche* (*L'Événement de Jeudi* no. 670, 4 - 10/9/1997).

Por último está el problema del contenido, o dicho de otro modo, de la puesta en discurso de los medios, la simple pregunta de qué es lo que reciben los espectadores bajo ciertas estrategias de enunciación y bajo las condiciones de un cierto contrato. Umberto Eco había hablado en los años sesenta del efecto del público sobre los medios, para desarmar la idea de un receptor pasivo y parte de su obra - si la trasladamos en clave mediática - es un esfuerzo para demostrar en qué medida la propuesta de sentido de los medios - o de la literatura - es lacunaria. La competencia del emisor no es isomórfica a la del receptor y en este "decalage" se juega precisamente la actividad preponderante del lector para llenar con inferencias y abducciones los espacios vacíos dejados por la trama del relato mediático. La semiótica de Eco es en gran medida una semiótica de la percepción (Eco, 1997, 1984) pero también una semiótica de la recepción (Eco, 1979, 1992, 1987).

En el territorio de la información televisada o escrita, como en el mundo de las narraciones tradicionales, el medio instauro y propone un contrato de credibilidad precisamente porque se estructura como puesta en discurso de un "hecho" transformado a través de una serie de estrategias enunciativas en "suceso". Lo que llamamos "actualidad" es una forma de relato mediático, una suerte de mundo posible narrativo, un complejo sistema de transformaciones de un mundo factual en relato verosímil.

Como en el mundo posible narrativo, el mundo posible mediático suministra al lector un conjunto de informaciones simplificadas y estereotipadas que presuponen un trabajo de selección, interpretación y ensamblaje. En este sentido, el mundo posible delineado por los medios, es también parasitario porque las propiedades de los objetos de información que predica muy a menudo no son explicitadas y el lector las da por descontadas en el mundo real. Lo que la construcción de la semiosis mediática legitima es no solamente una forma de

narración promovida al estatuto de mundo actual, sino una forma de consumo de la información por definición fragmentaria.

El mundo posible mediático tiene el poder de convalidar enunciados narrativos ficcionales y no ficcionales producidos en el contexto de la información, en tanto estados simultáneos y diferentes de un mundo posible unificado, que pueden entrar en colisión entre sí, gracias a la existencia de un contrato previo e implícito entre medios y espectadores, que le otorga legitimidad (Escudero-Chauvel, 1997, 1996c)

3. Cultura e identidad en los medios

Si a este conjunto de problemas agregamos el de la actividad por la cual los hombres y mujeres de una sociedad producen su propia historia y su propia percepción de la historia, es decir, generan cultura, nos encontramos con que los medios contribuyen - sin duda al lado de la institución escolar - a proponer formas de identidad cultural. En el horizonte de la década de los sesenta los estudios sobre la cultura de masas - Edgard Morin, Walter Benjamin, Herbert Marcuse o el mismo Eco entre otros - redefinen las relaciones entre la élite y la masas, entre una cultura culta y una cultura popular. La crítica a la cultura de masas suponía la idea de una anomia social - los espectadores sufren aislada y pasivamente el bombardeo incesante de los medios - y obviamente el concepto de alienación. Eco hablará ya de la posibilidad de leer a la cultura *sub-especie communicationis* (Eco, U. 1928:28) .

La irrupción de la sociedad de consumo y la globalización de la información y la tecnología proponen un problema diferente de acceso a los bienes culturales - a la historia - pero también dejan libre el camino a una producción colectiva de respuestas. En síntesis, lo que cambia es la naturaleza de la relación que evoluciona de la ecuación pasivo/receptivo hacia una articulación donde lo que prevalece es la interacción entre sociedad y medios, la sociedad se vuelve público. El público se instala cómodamente en los medios, y los "reality show" y los "talk show" son una prueba. Patrick Charaudeau y su equipo han mostrado claramente la función de este público que intercambia civilizadamente puntos de vista en la ilusión democrática del "talk" (Charaudeau, P. , Ghiglione, R. 1997). El público consume personajes con la misma fruición con que toma Coca-Cola, usa zapatillas Nike o asiste a las grandes muestras de arte, contribuyendo al sueño del "supermercado cultural" y de la homogeneización a la que se refería

Stuart Hall (Hall, 1992).

Por otra parte está el problema de la formación de las identidades de estos públicos a través de los medios. Hall ha señalado que la idea de "identidad" presupone la separación entre un espacio interior e exterior, entre un mundo público y un mundo privado. Lo que es público es lo que se puede ver, lo que se vuelve visible y observable, lo que está expuesto a todos los ojos y a todos los oídos: los medios construyen una nueva frontera entre vida privada y vida pública, una diferente visibilidad ligada a las posiciones de poder, se muestra, se espía a los poderosos pero también a los ídolos.

La popularidad del género "people" y de los programas de televisión sobre el discurrir de la vida de los "famosos" está prácticamente armada sobre este registro, sin olvidar que fundamentalmente son géneros-producto de la industria de masas. Pero generan como efecto una especie de "canibalismo" de la mirada que pone el problema de los límites entre lo que está permitido ver y lo que es legítimo esconder.

Que el sujeto no tiene una identidad fija, esencial o permanente ya lo había postulado Erwin Goffman con su teoría del rol y de las posiciones del actor en la trama de la representación de su vida cotidiana. Thompson propone la categoría de "quasi-interacción mediatizada" (mediated quasi-interaction) para analizar los espectadores que están alejados en el tiempo y en el espacio y donde las formas simbólicas son producidas para un público indeterminado y por definición plural. Esta interacción es por definición monológica y crea una suerte de ilusión donde el sujeto está relacionado al cuerpo social por un proceso de intercambio simbólico (Thompson, J. 1994:35). El proceso de globalización de los medios tiene un impacto sobre la identidad cultural, acercándonos a la profecía de McLuhan de la aldea global, rompen la percepción unitaria y causal de la historia individual - o regional - para exponer al espectador a un flujo de discontinuidades.

Hall realiza un recorrido sobre la emergencia y evolución de la compleja noción de "individualismo" para concluir que el modernismo de principios de siglo produce la idea de un sujeto aislado, alienado frente a la metrópolis impersonal - el "El Proceso" de Kafka o "Tiempos modernos" de Chaplin serían un ejemplo - para afirmar que la identidad post-moderna no es una disgregación de la identidad

del sujeto sino una suerte de “dislocación”, de la cual Freud había sido una de sus primeros teóricos: el sujeto es fundamentalmente un sujeto pasional, cuya identidad esta escindida en la negociación entre el registro simbólico y el pulsional.

La cultura femenina, como formando parte de los nuevos movimientos sociales, coloca a la dimensión subjetiva en primer plano, abriendo el territorio del privado - la familia, la vida personal, el discurso amoroso, la sexualidad - como dimensión pública. En su estudio sobre los efectos cognitivos de los medios. Marks Greenfield ha señalado la influencia de éstos en la construcción de una realidad social a partir de la producción de estereotipos sexuales y de belleza. El medio reforzaría el estereotipo como un efecto a largo término en la formación de las creencias y valores (Marks Greenfield, P.1984:38).

Pero el texto de Hall es útil en una ulterior y sumamente vigente perspectiva: la caída de las fronteras entre las culturas nacionales afectadas por el proceso de globalización, siguiendo la definición de McGrew para quien la globalización son “los procesos actuantes en una escala global que atraviesan fronteras nacionales integrando y conectando comunidades en nuevas combinaciones de espacio-tiempo, volviendo la representación que tenemos del mundo, como fuertemente interconectado e interactivo” (McGrew, A. 1992:61). Si la cultura nacional aparece como una suerte de “comunidad imaginada” es porque asume la forma de un discurso en tanto modo de construir y proponer sentidos, que influncian y organizan nuestras acciones y la percepción que tenemos de nosotros mismos - la narración de la tradición, los mitos fundacionales - unificando a nivel imaginario una cierta noción de pertenencia a una gran familia nacional. Hall afirma que tendíamos que pensar a las culuras nacionales como vastos dispositivos discursivos, mientras que Inglis propone definir a la cultura como el “conjunto de relatos que nos contamos a nosotros sobre nosotros mismos”. (Inglis, F. 1990:175).

4. La globalización de la muerte de la Princesa de Gales

Me parece evidente que estos criterios de análisis confluyen espectacularmente en el flujo informativo mundial que siguió al accidente de la princesa, construyendo un verdadero “caso Diana”. Quisiera señalar algunos componentes que me parecen claves como otros tantos problemas que puede presentar una teoría de la recepción mediática.

En primer lugar la conjunción de tres tipos de temporalidades. La del tiempo subjetivo de los espectadores: “Crecimos con su noviazgo, asistimos a su casamiento, vivimos sus sufrimientos de esposa, era como nosotros”, decía un espectador entrevistado durante el funeral. A su vez el tiempo de los medios que va construyendo su propio registro histórico: “El 3 de junio de 1953 fue la primera vez que la TV entró en la catedral de Westminster para el coronamiento de la reina, éste es el otro (...) es un fenómeno extraordinario (...) es un cambio dramático, único en Gran Bretaña”, afirmaba el speaker de la BBC durante la transmisión. Y por último el tiempo de la Historia, la muerte de un personaje público: “Es un momento histórico para la monarquía en Gran Bretaña, nada será como antes” afirmaba el comentarista de la BBC mientras el catafalco entraba en Westminster. Si definimos al contrato mediático como fuertemente estable para evitar precisamente colapsos de credibilidad, la alianza de Diana se imbrica en la vida privada y trasciende la Historia pasando por el tiempo mediático. *The Observer* del 7 de setiembre afirmaba: “Diana redefiniendo a la nación, redefinió a todos y a cada uno de nosotros. Ninguno puede ser el mismo después de esta última semana.”

Pero a su vez asistimos a la irrupción del tiempo privado en el tiempo público: las confesiones de Diana al programa *Panorama* de la BBC el 20 de noviembre de 1995, preparando a la opinión pública para su divorcio, tuvo una de las más altas audiencias de la historia de la televisión británica, visto por veintitrés millones de espectadores, y fue sólo un elemento en la serie de fotografías personales - Diana haciendo gimnasia, saliendo de su casa, entrando en lo de su psicoanalista - y de confesiones sobre su bulimia o confesiones sobre sus relaciones amorosas, como las del mayor Hewditt. Del lado de los espectadores, marcando precisamente la fidelidad con que el personaje había acompañado cotidianamente sus vidas, el periodista de *The Independent* declara en la edición de homenaje: “Ella fue el ruido de fondo de nuestras vidas durante dieciséis años, el líquido amniótico de nuestra seguridad, la radio de la cocina que nunca se apaga (...)”.

En segundo lugar tenemos lo que podemos llamar la serie de las transformaciones narrativas, que también se desarrollan en el tiempo: pasa de princesa de cuento de hadas a mujer moderna y emancipada. Diana encarna una “búsqueda” de la felicidad o del objeto mágico que está en la base de las narraciones folklóricas, como lo ha

demostrado V. Propp y A. J. Greimas. Sólo que las transformaciones del actante se imbrican con las transformaciones de los espectadores “Mientras ella cambiaba nosotros íbamos cambiando” (...) afirma una lectora de *The Independent* (6/9/97)” (...) Ella fue una larga y continuada narración, en la que “usted a lo mejor se perdía algo en la trama, pero de la que nunca se cansaba” afirmaba uno de los periodistas a cargo del número especial de homenaje de *The Sun*. La consagración final del personaje es su martirio y posterior santificación como lo testimonia el artículo de *The Daily Mail* “Una aureola de santidad se extiende alrededor de Diana, Princesa de Gales (...)” Las palabras “santa” y “mártir” aparecían entre las flores en los portones reales. Actante social a escala planetaria, si la televisualización en directo de la guerra del Golfo puso en evidencia el fin de las sociedades mediáticas donde el rol de la información es el de una adecuación con un real que se produce “afuera” y de la que el medio da cuenta en registro directo, la muerte de Diana nos instala de lleno en lo que Eliseo Verón llama las “sociedades mediatizadas”, es decir, aquellas que existen por los medios. (Veron, E. 1984, 1991).

Finalmente el funeral y el duelo colectivo, como evento total porque irrumpe y rompe el flujo de la vida cotidiana y personal. “No sé por qué tengo que estar, siento que tengo que estar en el paso del cortejo” lloraba un participante entrevistado durante la ceremonia. D. Dayan y E. Katz han definido el concepto de evento como la ceremonia donde la sociedad se refleja idolatrando a sus personajes públicos preferidos porque representan valores centrales o fragmentos de la vida colectiva, es decir, de su propia historia. Estos eventos generan audiencias planetarias donde el espectador se siente en la obligación de participar (Dayan, D., Katz, E. 1992). O en las palabras de la periodista Joan Smith “Vivir en la historia mientras la vas haciendo, es lo que hemos hecho en estos ocho días, y está lleno de sensaciones (...) El pueblo británico, con un consenso total, salió a demostrar espontáneamente su pena hacia una figura pública muy amada” (“Are we united in grief or going collectively nuts? *The Independent* on Sunday 7/9/97). La gente se apropia del evento y lo transforma en algo personal y subjetivamente vivido. Las colas para firmar el Libro de Pésame, los altarcitos que emergían aquí y allá, inclusive en París, en el lugar físico de su muerte o la Revolución de las Flores, como fue llamada en Gran Bretaña, atestiguan con sus diecisiete toneladas de ramos una actitud colectiva de transformación del evento en

ceremonia personal.

5. La lectura brasileña²

Los medios brasileños no escapan a la lógica mundial. Una rápida lectura en superficie de titulares y de temáticas permiten constatar que los principales periódicos y revistas de información de circulación masiva en el Brasil participan de la lógica de construcción de agenda europea - monopolio de las primeras páginas durante la semana del accidente hasta el funeral, ediciones especiales - pero también el género "people" brasileño (Revistas *Caras* o *Manchete*, o la versión popular de *Amiga*) aparece en cierta forma contaminado por las preguntas que se hace el género en Europa: ¿quién la mato? ¿existe un culpable? ¿cómo afecta la muerte de la princesa a la monarquía británica ?

Pero el rasgo absolutamente "brasileño" es la apropiación del personaje a partir de dos actores locales: la mujer del embajador brasileño en Londres y gran amiga de la princesa y el médico brasileño que la atendió.

La *Folha de São Paulo* dedica una edición especial a la muerte de la princesa bajo el título "Morre o encanto da realeza" con la foto que también eligió el periódico británico "The Independent". Ya en esta primera edición la lectura brasileña se insinúa: en un copete podemos leer "Melhor amiga viaja para o enterro. Para a embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, Diana era 'da família'"; y en el recuadro a su imagen: "O cirurgião brasileiro Leonardo Esteves Lima, 32, integrante da equipe que tentou salvar Diana, disse ser 'surpreendente que ela tenha sobrevivido até chegar ao hospital' (Folha de São Paulo - Especial Diana - 1/9/97).

El mismo periódico sigue la saga Diana con las hipótesis sobre su muerte: "Motorista de Diana estava alcoolizado. Laudo revela que carro estava a 196km/h na hora do acidente: enterro será sábado no mausoléu da família da princesa" con una editorial de Luis Nassif que recuerda a los textos del periódico francés *Liberation*, a los artículos del *Nouvel Observateur* o de *Paris Match*, solamente que la lectura brasileña es la opuesta. Nassif escribe "Princesa foi rainha da mídia. Longe de vítima da mídia, Diana foi sua rainha absoluta. Não teve a vida destruída pela mídia más por um "chauffeur" bêbado e pelo charme desse jogo instigante de gato e rato, que sabia cultivar como poucos" (Folha de São Paulo) - 2/9/97). Finalmente en el tercer

día del duelo, el periódico elige la estrategia de la investigación - como fue el caso de *Le Figaro* o de *Le Monde* - titulando "Seis fotógrafos e um motociclista serão investigados pela Justiça francesa por suspeita de envolvimento no acidente. Sete podem ser incriminados no caso Diana" (*Folha de São Paulo* - 3/9/97). La enviada especial Marta Avancini informa desde París los pasos de la investigación.

En esos mismos días, la prensa carioca elige una estrategia básicamente visual (*O Globo*, *Jornal do Brasil*). *O Globo* trabajara fundamentalmente los grandes titulares con una solo foto de testimonio. En su primera edición del 31 de agosto titula: "Acidente mata Lady Di. Princesa e namorado fugiam de fotógrafos e morreram quando seu carro capotou em Paris" adelantándose por ejemplo a los titulares argentinos que ese mismo día todavía no habían publicado la noticia de la muerte, sino la de la gravedad del accidente (*Página 12*, *Clarín*, 31/8/97). Este "decalage" informativo muestra por una parte la rapidez casi inmediata del flujo de información, pero por otra parte también la férrea lógica de producción de los medios donde resulta evidente para el caso argentino, que los periódicos rioplatenses cerraron sus ediciones antes de producirse la muerte de la princesa - mientras que la radio ya la había sacado al aire -, mientras que las ediciones brasileñas lo hacían posteriormente.

Rápidamente *O Globo* se hace eco, con una edición especial, como sucede con la prensa paulista y obviamente inglesa - pero no francesa - de la repercusión mundial de la tragedia titulando "Di, no coração do mundo. Morte de princesa provoca comoção internacional e abre debate sobre a imprensa sensacionalista" eligiendo nuevamente una única fotografía - el catafalco llevado por los guardias ingleses llegando a Gran Bretaña, el llanto del príncipe Carlos - siguiendo la misma elección de la mayoría de la prensa británica. (*O Globo*, 1/9/97). Finalmente el tercer día el periódico carioca concuerda con la prensa paulista en la estrategia de la investigación titulando: "Moto-rista de Diana estava embriagado a 196 km/h. Princesa será enterrada sem honras de Estado, sábado em Londres", pero equivocándose - posiblemente por el efecto de "jet lag" del cierre de la ediciones, y el "decalage" horario - sobre la naturaleza de los funerales. Curiosamente la lectura carioca está más próxima del flujo de información internacional, que el caso paulista, donde desde los primeros titulares realizó una suerte de "apropiación" brasileña del caso Diana.

Por su parte **Jornal do Brasil** elige la estrategia enunciativa del “diario testigo” que relata la información a sus lectores: “Princesa Diana morre em acidente”, en un registro impersonal del relato típico del género informativo, pero eligiendo como ilustración una gran foto de la princesa en su viaje a Bosnia, produciendo una disjunción creadora de distancias: el titular refleja el hecho, la foto no lo ilustra. (**Jornal do Brasil**, 31/8/97). Esta tapa fue la misma que eligió **The Daily Mail** en su edición del 6 de septiembre. La elección de los siguientes días no varía de la de sus colegas (“Motorista de Di estava bêbado” - 2/9/97; o bien “Indiciados 6 fotógrafos de Di” del 3/9/97) pero nuevamente la utilización del material gráfico produce un distanciamiento en el tiempo y en el espacio: en efecto, las fotos ilustran escenas del duelo colectivo británico y las toneladas de flores ante el palacio en el segundo día y fotos de Dodi y la princesa saliendo del Hotel Ritz en la edición del tercer día.

Curiosamente y comenzando a crear ese puente de subjetividad entre la imagen de la princesa y el público femenino, el periódico propone en la edición del 6 de setiembre: “Diana Vive. Descubra a princesa que há dentro de você” y una serie de fotos de la princesa vestida para diferentes ocasiones. Por último la lectura “gaúcha” del caso Diana también le dedica ediciones especiales, como el **Zero Hora** de Porto Alegre del 1er. de setiembre con un rico material informativo de agencia (tendencia **Jornal do Brasil - O Globo**) pero con una lectura brasileña como en el caso del periódico paulista **Folha**: “Brasileiro assistiu a agonia” y “Uma amiga brasileira, Lúcia Flecha de Lima e Diana se falavam diariamente por telefone, iam ao teatro e viajavam”. **Zero Hora** está más cerca de los periódicos ingleses y americanos que dedicaron largos reportajes a los diferentes aspectos de la vida de la princesa, como narraciones de una suerte de biografía hecha de imágenes de actualidad y comentarios de los cronistas.

Por su parte las revistas “people” siguen el modelo de **Hola** en el caso de **Caras** y de **Paris Match** en el de **Manchete**. **Caras** (no. 200 del 5/9/97 e 201 del 1/9/97) elige una rubricación del caso puntualizando como en un índice los temas que abordara a revista: “O acidente”, “O médico brasileiro que socorreu”, “A dor dos filhos”, “O último dia de vida”, “A paixão por Dodi” y “O adeus da Inglaterra”. La edición del 12 de setiembre, luego del funeral, presenta a los hijos de la princesa bajo el título “Os funerais da Princesa Diana”. Más interesante es el caso de la popular **Amiga**, que como su

homóloga italiana Chi? o la francesa Voici, la foto de fondo de la princesa no impide una página cargada de rubricaciones sobre otros eventos informativos - el último capítulo de la telenovela "A indomada" o temas de moda por ejemplo - pero donde el apartado "Álbum de fotografías. Momentos inesquecíveis da vida da princesa" recuerdan todos los homenajes fotográficos de la prensa mundial. Por último el nº 2370 de Manchete del 6 de septiembre, le dedica un importante servicio de cincuenta páginas, monopolizando la casi totalidad del número, como lo haría también Paris Match o Life. La estrategia del título "Adeus Lady Di" es un eco de su homónima francesa pero también de las revistas americanas. Por último las revistas de información como Veja o Isto É no se apartan demasiado del género propuesto por la americana Times y la argentina Primera Plana ya en la década de los sesenta: escasos titulares, foto instantánea o de pose del personaje principal. Veja eligió para su tapa la misma foto de Diana coronada que eligiera el periódico español El Mundo para su edición de la muerte de la princesa (n. 36 año 30) y la estrategia de la revista Times (Diana como princesa). Mientras que Isto É (no. 1458) sigue la de Newsweek, Express o Point: Diana como mujer, pero siempre en el registro conmemorativo.

6. La irrupción de la subjetividad

No es éste el lugar para proponer una psicología de masas para explicar el fenómeno Diana. Pero me parece insoslayable abordar el problema de la identificación y el de la apropiación del personaje. Pareciera como si los receptores estuvieran envueltos constantemente en un proceso de incorporación, adaptación y decodaje de los contenidos de los productos de los medios a sus condiciones de vida cotidiana. Las declaraciones de la periodista Melanie Rickey sobre como la princesa había representado para las mujeres británicas una amiga con charme y glamour a la que se podía imitar van en este sentido: "Cuando éramos niñas idolatrábamos a Diana. Y cuando crecimos la entendimos" ("She turned her awkwardness into elegance" The Independent 6/9/97). La memoria individual - es decir la forma subjetiva de la historia - está atravesada por las formas en que Diana se peinaba, qué tipo de moda usaba o como resolvía sus problemas familiares y esto había dejado su traza en los medios que la habían fotografiado en cada detalle, pero también en los espectadores que la habían seguido y copiado con fruición. No es casual que la mayoría de este público haya sido femenino. Según el estudio de

The Times publicado esa misma semana del duelo nacional, el 80% del público era femenino, pertenecían a la clase media en un 56% y a la clase obrera en un 44%, tenían entre 25 y 44 años en un 46% y leían los periódicos populares y “people” en un 48%.

Seis millones de espectadores presentes y un millón a lo largo del cortejo, la pasión que suscita el personaje es más real por mediatizado que si efectivamente la hubieran conocido: “Que voy a hacer sin ella”, “Estamos destruidos y lloramos, tengo miedo de que sea demasiado fuerte para mí” (Espectadores de la BBC). Y del libro de condolencias planetarias extraemos “I don’t know you personally Princess, but you will surely be missed by me and the whole world” (Carla Acera, Covina, California); “So I shall say, I’ll see you tomorrow my sweet Princess” (Lauri Stanger, Sheridan, Wyoming); “Please forgive me. I didn’t realise how much I cared till you had gone” (Hayden Jones, 25, London); “How can I ever forget you ?” (Roger Williams Cruise, 55, Berkshire); “I am ashamed, I am from Paris, forgive me” (Mstari Kadar, 29, Versailles). Las concesiones que hizo el Palacio de Buckingham al funeral que tomó proporciones de funeral de Estado, como el tributado a Sir Winston Churchil, la bandera a media asta y la alocución de la Reina, muestran claramente este “poder simbólico” del que hablaba Thompson ejercido directamente por la acción del público.

Las expresiones en las entrevistas indicaban emociones como “utterly devastated” “shock at the horror”, “sadness at this terrible tragedy” en lo que un periodista inglés llamó “una nación emocionada”. Un ama de casa de Pimlico declaró: “Sollozaba cuando escuché lo de Diana. Teníamos la misma edad, dos hijos, usted entiende lo que quiero decir” expresando la internalización e identificación con el personaje. Hay concordancia entre el tiempo mediático con la subjetividad del espectador: lloraban y se miraban llorar en la pantalla y en los diarios. Pero también emerge sin pudores la dimensión pathémica fundada sobre la identificación pero también sobre los caracteres melodramáticos y trágicos de la historia. En efecto, las características de la acción melodramática han sido puntualizadas por Peter Brook - quien la llamaba “las conmociones cotidianas” - y por Jane Feuer en una serie de rasgos distintivos que podríamos aplicar al caso Diana: la clausura narrativa de la muerte trágica, el final feliz con una relación de amor, la desarmonía de las clases sociales, la polarización moral, el fuerte emocionalismo, los estados extremos del sujeto, la

persecución y complot contra el bueno, el suspenso y la peripecia (Feuer, 1990).

Su último espectáculo público, la campaña de minas antipersonales muestra esa alianza perfecta de la que hablábamos para marcar la imbricación de los medios en la construcción del imaginario social. Un matrimonio perfecto porque respondía y había entendido el sodalicio entre el enunciado y su enunciación - aquí, frente a tus ojos, caminando entre la minas - entre la acción y la representación. Lo que el caso Diana pone en evidencia es hasta que punto está en crisis la noción de representación en la teoría de los medios o, como decía Eliseo Verón "los medios producen real". Pero también evoca un último problema: la exposición del cuerpo, el valor chamánico de su presencia. La circulación del personaje, sus inauguraciones, las apretadas de manos, el entrar en contacto, el dejarse besar pueden sin duda ser leídas como una puesta en escena de las formas modernas y mediáticas del compromiso social con los desheredados, pero también encarna un espesor semiótico. A la pregunta si el evento existe independientemente de su representación y de su registro, la respuesta del caso Diana no podría ser sino compleja. Diana toma a su cargo la representación de sí misma, es decir, el orden icónico de la figuración y los medios son su contacto, la extensión óptica de la que hablaba Mc.Luhan. Pero a su vez construye una relación siempre simétrica con el espectador y allí es donde construye su credibilidad. No importa lo que diga, yo le creo porque estoy en contacto con ella. El contacto es la abolición de la distancia y por consiguiente una de las bases del establecimiento de la intimidad. Una comunicación cómplice por lo paradójica, donde todos se identificaban allí donde la identificación era imposible - ¿qué tenemos en común con la Princesa de Gales ? nada - excelsa a nivel indicial, pura y fatal metonimia.

NOTAS

¹ Sobre las diferentes formas de contrato cfr. GREIMAS, A.J., COURTÉS, J. (1979) *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, para el contrato fiduciario; VERON, E. (1985) *L'analyse du contrat de lecture*. AAVV *Les Médias*. Paris: IREP, para el contrato de lectura; CHARAUDEAU, P. (1983) *Langage et discours*. Paris: Hachette, para el contrato comunicacional o de palabra.

2 Agradezco a mis colegas de las universidades de San Pablo e Federal de Río de Janeiro el envío del material brasileño para su estudio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. CHARAUDEAU, P., GIGHIONE, R. *La parole confiqué*. Paris: Dunod. 1977.
02. DAYAN, D., KATZ, E. *Media Events*. Cambridge: Havard Un. Press, 1992.
03. ECO, U. *La struttura assent*. Milano: Bompiani. 1968.
04. _____. *Lector in fabula*. Milano: Bompiani, 1979.
05. _____. *Semiótica e filosofia del linguaggio*. Milano: Einaudi, 1984.
06. _____. *Sémiotique de la réception*. *Actes Sémiotiques*. n. 81, v. IX, 1987.
07. _____. *I limiti dell'interpretazione*. Milano: Bompiani, 1992.
08. _____. *Kant e l'ornitorinco*. Milano: Bompiani, 1997.
09. ESCUDERO-CHAUVEL, L. *Revelaciones, desmentidos y secretos*. II Coloquio Latinoamericano de Analistas del Discurso. Universidad de Buenos Aires. 1996a. (mimeo.).
10. _____. *Malvinas: el gran relato*. Fuente y rumores en la información de guerra. Barcelona: Gedisa, 1996b.
11. _____. *Mundos posibles mediáticos*. III Congreso de la Federación Latinoamericana de Semiótica. San Pablo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo. 1996c. (mimeo.).
12. _____. *The Media Contract*. In: NÖTH, W.(ed.) *Semicotics of the media*. New York-Berlin-Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1997.

L'analyse du discours politique

SIMONE BONNAFOUS

Il était normal, vu le nom de mon laboratoire et la nature de mes travaux qu'on me demande de consacrer ma conférence à l'«analyse du discours politique». Je voudrais néanmoins interroger cette évidence avant de dresser un tableau de ce que me paraît être aujourd'hui en France l'analyse du discours politique, et en particulier dans mon laboratoire.

I) Y-a-t-il une «analyse du discours politique» comme il y aurait une «analyse du discours des médias», une «analyse du discours littéraire» et «une analyse du discours publicitaire» ?

- *Bien sûr il y a des genres différents dont l'étude relève d'une problématique «communicative et descriptive» au sens donné à cette expression par P.Charaudeau dans sa conférence introductive. Il y a des règles propres à chaque régime de discours, médiatique, politique, publicitaire, etc., et leur connaissance est indispensable pour qui veut travailler sur les représentations. Faute de cette connaissance, le chercheur risque fort d'attribuer à l'«idéologie» ou à l'intentionnalité stratégique ce qui relève simplement des règles de chaque genre discursif.*

- *Une fois ce préalable de la spécificité des genres posé, nous pouvons formuler trois remarques :*

- a) *la première concerne les invariants de «l'analyse du discours», que l'objet étudié soit politique ou non. Je renverrai sur ce point à l'article de Dominique Maingueneau intitulé «L'analyse du discours en France aujourd'hui»¹. Il y présente ce qu'il appelle le «point de vue» propre à l'analyse du discours et qui la distingue par exemple de la socio-linguistique, de l'ethnolinguistique ou des études conversationnelles.*

Ce point de vue consiste, selon lui, à n'»appréhender ni l'organisation textuelle en elle-même, ni la situation de communication, mais le dispositif d'énonciation qui lie une organisation textuelle et un lieu social déterminé». Cinq traits lui paraissent également caractéristiques de la méthodologie d'analyse du discours ainsi définie : les corpus contraints, la matérialité linguistique, la primauté de l'interdiscours, l'énonciation et l'hétérogénéité énonciative.

- b) *la seconde concerne l'imbrication des genres. Y-a-t-il aujourd'hui un discours politique qui ne passe pas par les médias ? Très peu en fait, d'où un déplacement des objets d'analyse dont témoignent mes propres travaux. Mon premier travail de recherche publié sous le titre Processus discursifs et structures lexicales. le congrès de Metz du Parti Socialiste,² portait sur des motions de congrès politique. Dix ans plus tard, ma thèse d'Etat, publiée sous le titre L'immigration prise aux mots³, traite d'un corpus de presse (11 ans et 10 journaux). Travailler sur le discours politique, c'est presque toujours aujourd'hui travailler sur le discours «filtré» (au sens de Chomsky) par les médias et donc tenir compte de leur logique communicationnelle.*

- c) *la troisième concerne le sens du mot «politique».*

Personnellement, je prends «politique» au sens très large que Jean Dubois donnait déjà à ce mot dans sa thèse sur «Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872» : «Un discours politique est ce qui est lu comme politique». En ce sens, le discours managérial, le discours des manuels scolaires, de la publicité mais aussi certaines conversations quotidiennes peuvent être dites «politiques» parce qu'ils véhiculent, consciemment ou pas, des «imaginaires», des «systèmes de valeurs», des «croyances», etc. L'évolution même des genres médiatiques peut recevoir une interprétation politique, comme l'ont montré les travaux de Gérard Leblanc et François Jost⁴, P. Charaudeau et R. Ghiglione⁵, Y. Lavoine⁶ et bien d'autres sur les formes du passage de la paleo à la néo-télévision, le rubriquage de la presse, l'évolution du rôle du présentateur du journal télévisé, etc. Dans certaines productions discursives des médias, trois niveaux peuvent se superposer : celui du discours des acteurs politiques dont les médias

se font l'écho, le discours médiatique comme style de mise en scène et de mise en forme et enfin le discours «politique» des médias les uns par rapport aux autres. Un récent travail de recherche sur le traitement par les journaux télévisés de deux chaînes de télévision françaises de la grève des camionneurs en décembre 19967 a montré ces trois niveaux et comment il y avait bien un «discours de chaîne» (jamais explicite, mais toujours repérable dans les sous-entendus, les présupposés, les effets d'enchaînement) sur cette grève.

Une fois ces préalables posés, je présenterai ce que sont, à mon avis, les objets actuels de l'analyse du discours politique et ses questionnements, en m'appuyant essentiellement sur les travaux menés dans ou autour de mon laboratoire de recherche, le laboratoire de lexicométrie et textes politiques de l'ENS de Saint Cloud (Paris).

2. Les objets actuels de l'analyse du discours politique.

Paradoxalement, c'est dans les années 70/80, à l'époque du «tout est politique», que l'analyse du discours privilégiait les discours institutionnels, produits par des émetteurs politiques patentés : programmes, discours de congrès, journaux partisans. C'est ainsi que le laboratoire de lexicométrie a mené des recherches sur les tracts de mai 688 , sur les congrès syndicaux⁹ , sur le discours communiste¹⁰ .

Depuis, plusieurs facteurs ont fait évoluer la conception de l'objet de recherche. Citons, sans pour autant prétendre à l'exhaustivité :

- 1) l'importance des phénomènes de médiatisation déjà décrits précédemment.
- 2) La prégnance d'un nouveau modèle de communication, ou modèle orchestral, rompant avec la conception linéaire de la communication au profit d'une conception interactionniste, où le sens est produit par le récepteur autant que par l'émetteur.¹¹
- 3) Le reflux des théories mécanistes et déterministes concernant les effets de la propagande politique sur les masses. Jusqu'à la fin des années 60 en effet, «mass communication research» et théories critiques de la communication et des idéologies avaient en commun une représentation des cibles de la communication comme des masses amorphes, totalement soumises aux messages politiques et publicitaires ou à l'»idéologie

dominante». Le développement des études de réception¹², des interrogations sur le sens produit par la lecture (Umberto Eco) ou des cultural studies anglaises¹³ ont poussé l'analyse du discours à prendre en compte d'autres lieux de production du politique que les lieux institutionnels.

- 4) Le succès des théories relatives aux actes de langage et la prise en compte de cet au delà du message qu'est le perlocutoire.
- 5) Une nouvelle vision de l'«espace public», non plus réduit à l'espace politique et à ses acteurs traditionnels, mais élargi aux micro-espaces du local, de l'entreprise, des associations, de l'école, etc.¹⁴

C'est donc sous ce faisceau d'influences que les corpus d'analyse du discours politique ont évolué et en particulier au laboratoire de Saint Cloud.

On travaille ainsi de plus en plus non seulement sur la presse écrite mais aussi sur la presse audiovisuelle, pour analyser, dans les émissions politiques, outre le vocabulaire et les argumentations, la gestuelle, les musiques, la mise en scène des clips, etc.¹⁵.

Profitant des progrès des techniques d'analyse de l'oral, les corpus mêlent parfois écrit, oral et semi-écrit. C'est ainsi que dans le cadre d'une recherche menée au laboratoire de lexicométrie et textes politiques sur l'évolution des usages des mots de la famille «égalité», certains chercheurs étudient des sketches joués par de jeunes collégiens et lycéens dans le cadre d'un travail théâtral avec un humoriste français, des chansons rapp, des débats, entretiens et récits de vie produits par des jeunes de quartiers populaires, mais aussi des circulaires administratives et des articles de presse¹⁶.

On est ainsi passé en une quinzaine d'années de gros corpus homogènes étudiés de part en part à des corpus multisupports au sein desquels les chercheurs, souvent en équipe, essaient de repérer des circulations de formules, des effets de sens ou des argumentations récurrentes, dans un espace discursif à la fois hétérogène et solidaire.

3. Questionnements et méthodes actuels en analyse du discours politique.

Nous pouvons identifier trois interrogations majeures :

1) *La première, classique, porte sur les « imaginaires », les « représentations », les « idéologies ».*

C'est cette quête qui fonde l'analyse du discours depuis ses débuts dans les années 70. Quête du non-dit, du dénié, de l'inconscient, qui s'accorde avec les principes méthodologiques des premières formes d'analyse du discours sur gros corpus, l'Analyse Automatique du Discours (AAD) de Michel Pêcheux et les programmes lexicométriques du laboratoire de Saint Cloud. Avec ces deux méthodes en effet, la destructure du texte et sa délinéarisation paraissaient garantir l'accès au «vrai» sens, comme dans la psychanalyse le lapsus, l'association d'idées et le relâchement du contrôle sur le fil du discours permettent d'atteindre le discours inconscient qui circule sous le discours conscient de l'analysé.

Ces principes demeurent aujourd'hui au fondement des analyses lexicométriques et lexicologiques (l'AAD n'est plus pratiqué). La nouveauté étant que ces recherches se font autant sur des corpus ouverts et hétérogènes, à la recherche des circulations de formes, de syntagmes et d'énoncés, que sur des corpus clos et homogènes, comme c'était le cas dans les années 70 et 80 (voir partie précédente). On travaille ainsi :

- a) sur les recouvrements, c'est-à-dire les effets de contagion sémantiques et lexicaux qui font que les frontières politiques et idéologiques affichées correspondent rarement à des frontières lexicales nettes et infrangibles. «Racisme et antiracisme. Frontières et recouvrements», titrait ainsi le numéro 18 de la revue Mots¹⁷, consacré à l'étude des glissements qui s'opèrent, consciemment ou non, du discours «raciste» au discours «antiraciste», obligeant à définir une troisième catégorie de discours, celle du discours «racisant», c'est-à-dire d'un discours qui véhicule des énoncés catégorisants et excluants, sans pour autant reposer sur une intention discriminative consciente.
- b) sur les ambiguïtés désignatives, ces polysémies d'usage qui font que le mot «immigré» par exemple peut aussi bien référer dans le discours commun français à quelqu'un qui a réellement «migré» qu'à un jeune né en sur le territoire national, mais dont le faciès ou le

patronyme suggère une origine familiale étrangère¹⁸
De même l'usage du mot «intégration», loin d'être clair
chez aucun locuteur, révèle-t'il des confusions
permanentes avec «assimilation»¹⁹.

- c) sur les effacements, disparitions, substitutions lexicales.
Ainsi ai-je montré comment le syntagme «travailleur
immigré», si fréquent dans le discours politique et
médiatique des années 70, disparaissait au cours des
années 80 pour laisser la place au simple terme
d'«immigré», que ne précédait jamais celui de «salarié».
Indice sans doute à la fois d'une évolution générale du
vocabulaire social, tendant à bannir des usages tous les
mots à connotation marxiste («capital», «capitaliste»,
«travailleur», etc.), mais aussi d'une perception du mot
«salarié» comme trop noble pour convenir à des
personnes que la perception usuelle associe encore
exclusivement à toutes les basses besognes²⁰.
- d) sur les stéréotypes : ainsi ai-je analysé la fonction
stéréotypale des expressions «clandestins», «sans
papier» et «jeunes de banlieues», si usuelles aujourd'hui
en France pour parler des «immigrés» ou des «enfants
d'immigrés» et suggéré que ces nouveaux stéréotypes,
remplaçant ceux du «travailleur immigré», des années
70 ou de l'«immigré» et du «beur» des années 80
indiquaient en fait une évolution plus globale des
représentations sociales en France. Représentations qui
en vingt ans sont passées d'une vision scalaire, avec
des gens en haut et en bas de l'échelle sociale, à une
vision en termes de communication, de flux et de
réseaux, où les individus sont «in» ou «out», «intégrés»
ou «exclus»²¹.
- 2) *La seconde est plus récente et concerne les techniques
argumentatives.*

C'est une problématique récente parce qu'elle suppose une prise en
compte de la séquentialité du discours et de l'intentionnalité du sujet
qui va à l'encontre des prémisses initiales de l'Analyse du Discours
: assujettissement du sujet à l'idéologie et délinéarisation des textes.
Avec l'assouplissement théorique des années 80 et la reconnaissance

par les chercheurs en analyse du discours de tout ce que pouvaient leur apporter la théorie des actes de langage²² et celle de la pragmatique intégrée d'Oswald Ducrot²³, plus rien ne s'oppose aujourd'hui à ce que l'on travaille en analyse du discours politique dans deux dimensions à la fois : l'une présupposant un sujet «pensé» et «parlé» par les représentations dominantes en circulation et l'autre, présupposant un sujet stratège, organisant sa parole en vue du mieux convaincre.

Très nombreux sont donc aujourd'hui les travaux qui s'attellent à cette tâche de description des modes argumentatifs de la parole médiatique, politique et publique. Citons le travail récent de Roselyne Koren sur la presse²⁴, celui de Marianne Doury sur les débats médiatiques concernant les parasciences²⁵ et enfin le projet collectif dans lequel je suis moi-même engagée. Ce projet associe des chercheurs du GRIC (Groupe de Recherches sur les Interactions Conversationnelles de l'Université Lyon II, dirigé par Catherine Kerbrat-Orecchioni) et du Laboratoire de lexicométrie et textes politiques autour d'une analyse des argumentations sur l'immigration dans l'espace public. Les corpus réunis sont à la fois oraux (conversations chez des buralistes, débats d'étudiants, réunions d'associations de défense des «sans-papiers»), écrits (analyse d'articles concernant la régularisation des sans-papiers par des étudiants en préparation de concours), électroniques (forum internet de plusieurs journaux traitant de la régularisation des «sans papiers» et de deux lois concernant les étrangers), audio-visuels (débats télévisés), quotidiens ou très institutionnels (discours d'assemblée). Notre objectif commun est de repérer des traits argumentatifs circulant d'un corpus à l'autre, d'un genre à l'autre, d'un émetteur à l'autre : arguments, mais aussi figures, références, formules, mobilisation des affects, techniques de cadrage du débat et des participants au débat. Nos références théoriques sont à la fois la théorie argumentative d'Anscombe et Ducrot et les développements récents sur les topoi²⁶, la théorie perelmanienne et ses actualisations dans les formes nouvelles d'étude de la rhétorique²⁷ et les travaux liant argumentation et analyse conversationnelle²⁸.

3) *La dernière, en partie liée à la précédente, a trait aux stratégies interactives et de présentation de soi.*

S'appuyant sur les analyses conversationnelles et la notion d'interactivité autant que sur la sociologie des faces²⁹, ces travaux

sont sans doute les plus faciles à instrumentaliser au service de la communication politique. Ce qui ne signifie évidemment pas qu'ils soient sans intérêt. C'est ainsi que dans le cadre d'interrogations récurrentes sur les raisons du succès médiatique de J.M. Le Pen et de sa capacité à laisser sans voix les journalistes qui l'interrogent, plusieurs chercheurs ont essayé d'analyser la nature de ces interactions³⁰, pour la compréhension du phénomène bien sûr, mais très probablement aussi dans l'idée d'aider à la réaction et à la résistance.

J'espère au terme de ce parcours qui ne prétend pas à l'exhaustivité des références (l'analyse du discours politique est un champ très vaste et j'ai surtout voulu présenter les travaux de mon laboratoire) avoir réussi à montrer l'évolution d'un domaine dont les mutations ne peuvent être dissociées de celles de la linguistique, de la socio-linguistique et des sciences de l'information et de la communication.

NOTAS

1. In: **Le Français dans le Monde**, Paris: Hachette, p. 8 à 15, 1996.
2. In: **Langages**, n. 71, Paris : Larousse, p. 123, 1983.
3. Paris: Kimé, 1991, 301 p.
4. **La télévision française au jour le jour**. Paris : Anthropos, 1994, 143 p.
5. **La parole confisquée**. Paris : Dunod, 1997, 176 p.
6. **Le langage des médias**. Grenoble : PUG, 1997, 142 p.
7. Serge Vassy, Le conflit des routiers salariés de 1996 vu par la télévision, mémoire de maîtrise de communication politique et publique, septembre 1997, département de communication de l'université Paris XII-Val de Marne.
8. **Des tracts en mai 68**. Paris : Editions Champs libres, 1978, 491 p.
9. BERGOUGNIOUX, A., LAUNAY, M.F., MOURIAUX, R., SUEUR, J., TOURNIER, P.M. **La parole syndicale**. Paris : PUF, 1982, 270 p.
10. PESCHANSK, Denis. **Et pourtant ils tournent, Vocabulaire et stratégie du P.C.F. (1934-1936)**, Paris : Klincksieck, 1988, 252 p.
11. Cf. **La nouvelle communication**, textes recueillis et présentés par Yves Winkin (Paris : Points, 1984, 373p.

12. Cf. In : **Réseaux. Sociologie de la communication.** Paris : CNET, 1997, p.733 à 897 : Les travaux sur la réception (et la présentation qu'en fait Dominique Pasquier).
13. Cf. le numéro 80 de la revue **Réseaux , Les cultural studies.** Paris : CNET, 1996.
14. Cf. HABERMAS, Jürgen. **Théorie de l'agir communicationnel**, 2 vol., Paris : Fayard, 1987 et PAILLIART, Isabelle (dir.) **L'espace public et l'emprise de la communication.** Paris : Ellug, 1995, 211 p.
15. Cf. Groupe Saint Cloud. **Présidentielle. regard sur les discours télévisés.** Paris : Nathan, INA, 1995, 218 p. et **L'image candidate. Discours à l'élection présidentielle de 1995.** Paris : L'Harmattan, 1999. (à paraître).
16. Cf. **Les termes de l'égalité et de l'inégalité, flux et reflux. Variations, déplacements, substitutions (18eme-20eme siècles).** Paris : L'Harmattan, 1999. (à paraître).
17. Mars 1989, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, sous la direction de P.A. Taguieff et S.Bonafous.
18. Cf. **L'immigration prise aux mots.** Paris : Kimé, 1991, 301 p.
19. Cf. «Sens et non-sens du terme «intégration». Etude d'un mois d'usage de ce terme dans le journal In : **Le Monde, Hommes et migrations.** Paris : p. 24 à 30.
20. Bonnafous, 1991, op.cit.
21. Cf. «Où sont passés les immigrés ?; étude du discours médiatique contemporain», In : **Cahiers de la Méditerranée**, n. 54. Nice : Centre de la Méditerranée Moderne et Contemporaine, hiver 1997, 1998, p.97 à 107.
22. Cf. Rodolphe Ghiglione et Alain Trognon, **Où va la pragmatique ? De la pragmatique à la psychologie sociale.** Grenoble : PUG, 1993 (et en particulier les chapitres 2 des seconde et troisième parties).
23. Cf. ANSCOMBRE, Jean-Claude et DUCROT, Oswald, **L'argumentation dans la langue,** Bruxelles : Mardaga, 1983, 182 p..
24. **Les enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mot du terrorisme.** Paris : L'Harmattan, 1996, 279 p.
25. **Le débat immobile. l'argumentation dans le débat médiatique sur les parasciences.** Paris : Kimé, 1997, 267 p.
26. Cf. ANSCOMBRE, Jean-Claude (dir). **Théorie des topoi.** Paris : Kimé, 1995, 212 p.

- ²⁷. Cf. PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation*. Paris: Kimé, 1990, 351 p.
- ²⁸. Cf. S.Jacobs et S. Jackson, «Conversational argument : a discourse analytic approach». In : COX, J.R., WILLARD, C.A. (eds) *Advances in argumentation theory and resarch*, Annandale : Southern Illinois University Press, 1987, p. 205-237.
- ²⁹. Cf. «La communication et ses rituels». BOYER, H. (dir) *Sociolinguistique ; Territoire et objets*, , Lausanne : Delachaux et Niestlé, 1996, p. 215 à 273.
- ³⁰. Cf. S.Bonnafous, «L'argumentation de Jean-Marie Le Pen dans l'émission 7/7 du 26 février 1995" In : *Revue politique et parlementaire*. Paris : juin 1998. (à paraître).

A paródia vista sob a luz da análise do discurso

IDA LÚCIA MACHADO

Tomando por base alguns trechos de textos literários e paraliterários, gostaríamos de desenvolver aqui um trabalho centrado sobre um caso especial de apropriação da voz do “outro”: a paródia.

Para tanto, dividiremos esta exposição em três partes. Na primeira, tentaremos estabelecer uma definição para a paródia, centrada em seu processo de construção. A paródia apresenta contornos mais ou menos vagos, o que a torna passível de ser confundida com outros procedimentos também ligados à prática da imitação: a estilização, a paráfrase e, sobretudo, o pastiche. Na segunda parte, explicaremos porque a paródia pode ser estudada numa perspectiva discursiva. Veremos então alguns dos efeitos que ela busca provocar no leitor. Na terceira parte, aplicaremos a definição de *teoria da paródia* por nós julgada mais válida ou prática, enquanto fenômeno *linguageiro*. Para tanto, utilizaremos alguns trechos de textos literários e paraliterários. Tentaremos, então, estabelecer uma análise discursivo-comparativa.

O objetivo maior desta exposição será o de mostrar que a paródia deve ser vista em sua forma explícita, enquanto exercício de escritura, e também em sua forma implícita, enquanto ato transformador/revelador de uma certa visão do mundo, com suas implicações ideológicas e culturais.

1- O TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DA PARÓDIA

O termo “paródia”, se examinado na sua etimologia, já mostra o aspecto paradoxal do fenômeno. “Paródia” é formado por dois elementos: “para-” e “-odia”. “Para-”, por si só é ambivalente, já que significa, ao mesmo tempo, “ao lado” e “contra”, ou seja, “para-” poderia - no caso da palavra examinada - ser visto como uma combinação esdrúxula de “proximidade e distância”. O segundo elemento “-odia” é mais “transparente”, refere-se à “ode”. Assim,

em suas origens, a paródia está ligada à música: seria uma canção, digamos, secundária, cantada ao lado da canção principal ou primeira: em suma, seria uma canção “derivada” de outra.

Brewer, em seu *Dicionário de Literatura*¹, fornece uma definição de caráter bastante prático do termo: “*paródia significa uma ode que perverte o sentido de outra ode*”. Em outros termos, a paródia seria então um ato polêmico de construção de um novo discurso, através da decomposição ou desestruturação do discurso de base.

Já se pode notar que a paródia é um desses fenômenos *linguageiros* não muito fáceis de serem apreendidos ou que não se conformam com uma definição estanque ou única: seus limites não são bem demarcados. A paródia é um fato *linguageiro* singular: a simples busca de definição para o fenômeno implica em escolhas, em polêmicas internas para quem o pesquisa. Digamos, enfim, que se trata de um conceito polissêmico e complexo, no interior do qual, porém, pode-se distinguir algumas utilizações diferenciadas tais como:

- (1) uma utilização bastante ampla, ligada ao uso preconizado pela *vox populi* é a que vê a paródia como uma simples prática de imitação ou de transformação cultural;
- (2) uma utilização mais restrita, unindo “estilização & paródia”, ou seja, a paródia seria a re-apresentação polêmica de uma nova linguagem dentro de um determinado discurso-alvo;
- (3) uma utilização que dá à paródia um caráter não positivo, ou seja, a paródia seria um procedimento que visaria essencialmente à destruição ou à distorção do discurso do outro².

Os diferentes autores contemporâneos que tentam capturar o fenômeno parodístico (citemos, entre tantos: Margareth Rose, Linda Hutcheon, Roland Barthes, Claude Abastado), apresentam-no, *grosso modo*, sob a luz de outros fenômenos, ligados à teoria literária, fenômenos tais como a reflexividade, a junção de diferentes *ethos*, a conotação e a denotação... Sem negar a validade dessas tentativas de definição, preferimos, no entanto, neste trabalho, tomar por base concepções sempre atuais como as de Tynianov e de Bakhtin, ou clássicas, como as de Cícero e de Quintiliano.

Para Tynianov³, a técnica de construção parodística é feita em duas

etapas: na primeira, uma dada técnica é mecanizada; na segunda, o novo material, fruto dessa técnica é organizado no interior do material primeiro.

A paródia não teria assim apenas uma função “destrutiva” como a visão barthesiana do problema deixa entrever, mas uma função “renovadora”, ou seja, ele vem substituir formas “desgastadas” ou quase esquecidas por novas formas criadas, no entanto, a partir das antigas, por mais paradoxal que tal atitude possa parecer.

Isso nos faz lembrar outros fenômenos polifônicos em cuja base argumentativa encontramos uma estranha conclusão que aponta para “P” e, ao mesmo tempo, para “não-P”. Assim, a paródia, enquanto gênero discursivo que traz a intenção irônica em seu âmago, trabalha também no domínio da ambigüidade, pois reúne “P” a “não-P”, ou seja: amalgama construção, renovação à crítica irônico-devastadora.

Tocamos assim no dialogismo bakhtiniano: a paródia seria um desses gêneros que colocam em situação de diálogo dois discursos diferentes, comportando sempre um *déjà-dit*. Citemos, literalmente, Bakhtin (1981) que diz o seguinte sobre a paródia:

“A segunda voz, depois de se ter alojado na outra fala, entra em antagonismo com a voz original que a recebeu, forçando-a a servir fins diretamente opostos. A fala transforma-se num campo de batalha para interações contrárias. Assim, a fusão de vozes, que é possível na estilização ou no relato do narrador/.../ não é possível na paródia; as vozes na paródia não são apenas distintas e emitidas de uma para outra, mas se colocam, de igual modo, antagonicamente.”⁴

A paródia, por outro lado, é dona de um “*tom espirituoso*” como o diz Quintiliano e pode ter por objetivo provocar um efeito “*engraçado*” como diz Cícero. Em outros termos: a paródia pode trazer em si, seja a *vis cômica* (poder de fazer rir), um componente lúdico e um componente satírico. Esses elementos podem se combinar e aparecer juntos em determinadas paródias ou um ou dois deles podem predominar, em outras paródias. A paródia é, antes de tudo, uma construção, em termos de escritura: as maiores ou menores doses de ironia cômica, crítica feroz ou simples jogo de palavras vão depender do estilo do autor-parodista.

De modo geral, a paródia é uma prática ambivalente, já que carrega em si um desejo de imitação e uma vontade de mudança, como o afirmava Schlegel: o texto parodiado, ainda que seja objeto de uma crítica, constitui também um material que será re-utilizado, re-apresentado. O sujeito-parodista mantém, pois, uma posição ambígua face ao sujeito parodiado: afasta-se dele, permanecendo próximo; é-lhe infiel, sendo fiel.

Outro caminho interessante para a apreensão da paródia seria aquele que é proposto por Affonso Romano de Sant'Anna (1991), para quem a representação lingüístico-parodística deve ser vista sob a luz da psicanálise. Assim,

“... o que o texto parodístico faz é exatamente uma re-apresentação daquilo que havia sido recalçado, uma nova e diferente maneira de ler o convencional. É um processo de liberação do discurso. É uma tomada de consciência crítica.”⁵

É esse jogo entre liberdade e dependência do sujeito-parodista que nos interessa aqui. Servindo-se de um fenômeno da linguagem, o sujeito-parodista está, na verdade, querendo causar uma ruptura num sistema formal, subvertendo-o, pela distorção dos traços característicos de um tema, de um gênero, de um código *linguageiro*. Tentaremos mostrar a seguir quais os efeitos procurados pela paródia e porque esta pode ser estudada numa perspectiva analítico-discursiva.

II - A PARÓDIA & A ANÁLISE DO DISCURSO

A paródia pode ser classificada entre os fenômenos da heterogeneidade constitutiva. A paródia comporta tanto a captação/limitação de um gênero quanto a sua subversão.

Gérard Genette, nesse sentido, fala de “*hipertextualidade*”, ou seja, “*Toda relação unindo um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto) sobre o qual ele se amalgama de um modo específico que não é o mesmo do comentário.*”⁶

Maingueneau (1981) (não se referindo especificamente à paródia) diz que toda formulação *linguageira* estaria na intersecção de dois eixos: um eixo “*vertical*”, o eixo do pré-construído, do domínio da memória, e um eixo “*horizontal*”, aquele da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo. Segundo Maingueneau, isto acontece porque o sujeito enunciativo interioriza, de modo ilusório, o pré-

construído que lhe impõe sua formação discursiva.

Poderíamos, seguindo Charaudeau (1984, 1992) chamar este pré-construído de “*saber comum*”. O *saber comum*, no caso da leitura da paródia, é algo importante a se considerar: para que o *Ato de linguagem parodístico* seja percebido como tal, ou para que o *hipotexto* da construção paródica atinja seus efeitos (usando a terminologia de Genette), é preciso que o sujeito comunicante crie um sujeito-enunciador passível de orientar seu texto para o reconhecimento do leitor. Assim, certos sinais vão ajudar o sujeito-leitor a identificar um outro texto mais ou menos escondido sobre o texto que está lendo. Evidentemente, tudo isso vai depender das hipóteses culturais que os sujeitos-comunicante e enunciador fazem face à mensagem enviada pelos sujeitos-destinatário e interpretante.

Observemos um caso concreto: verso da música *Bom conselho*, de Chico Buarque de Hollanda, são parodísticos e sua fonte original é facilmente identificável, já que o sujeito-comunicante trabalha sobre provérbios bastante conhecidos, tais como:

Devagar se vai ao longe

Quem semeia ventos, colhe tempestades

A partir de uma série de provérbios, o sujeito-comunicante ou sujeito-poeta-letrista de “*Bom conselho*” vai criar então um *sujeito-enunciador* parodista que efetua um trabalho de transformação lexical sobre os enunciados iniciais, com evidentes fins de sátira irônica e jogo lúdico: as estruturas frasais originais são alteradas, termos são permutados ou introduzidos. O que se conserva, recebe um novo sentido. Assim, no caso da música citada, nos deparamos com os seguintes provérbios devidamente “desvirtuados” ou parodizados:

Devagar é que não se vai longe

Eu semeio vento na minha cidade/ vou pra rua e bebo a tempestade

Paralelamente, outros casos de apropriação paródica podem ou não ser imediatamente captados pelo leitor. Situam-se aí as histórias desenhadas pela francesa Claire Bretécher.

III - A PARÓDIA SEGUNDO BRETÉCHER

Claire Brétécher tornou-se conhecida, na França, com sua coleção de álbuns intitulada *Les Frustrés*, realizada na década de 70/80. Trata-

se de uma excelente caricaturista e observadora irônica da sociedade francesa. Depois dos *Frustrés* sua produção continuou intensa e sempre centrada neste fenômeno que é o ser social. Bretécher fez assim álbuns que satirizam o comportamento das mães, dos médicos, dos adolescentes, dos velhos ... e até mesmo de personagens de um passado remoto. Claire Bretécher é a tal ponto lúcida em sua descrição do social que o seu talento é reconhecido e citado por sociólogos de renome, como Pierre Bourdieu.

Para esta exposição, escolhemos, entre tantos, um caso típico que ilustra o trabalho paródico de Bretécher. Em função desta apresentação, fiz um recorte no álbum *Les angoisses de Cellulite* (1974), selecionando, assim, apenas seis quadrinhos do volume em questão. *Les angoisses de Cellulite* mostra a história de uma princesa da Idade Média que é, no entanto, bastante moderna, já que assume preocupações femininas bem contemporâneas, como os "dramas" da celulite, da busca do parceiro ideal, da independência feminina ... Essa princesa, além disso, é uma espécie de caricatura da "princesa Léa", personagem do filme de ficção-científica *Guerra nas estrelas*, transposta, então, do futuro longínquo para o passado remoto. A seleção operada pertence ao capítulo intitulado *Bloustorie* (Bretécher, 1974)⁷.

Ai temos uma paródia em quadrinhos - gênero, até bem pouco tempo atrás, considerado como marginal - de um gênero bastante nobre: a medieval canção de gesta. Mais especificamente, trata-se de uma paródia da *Geste du Roi Renaud*, que faz parte da gesta *Les quatre fils Aymon* que pertence ao ciclo *Doon de Mayence*, escrita no século XIII, de autor anônimo.

Lembramos que a paródia, nesse caso, para existir como tal, pede a colaboração de seu leitor: é preciso que, nos quadrinhos cômicos de Bretécher, o leitor reconheça, em filigrana, a dramática história da gesta. É no reconhecimento desta união inusitada do drama à comédia, que virá o prazer de leitura do sujeito-interpretante.

Assim, a desenhista-parodista deixa sinais evidentemente dirigidos aos leitores habituados à freqüentação dos clássicos franceses. Para que tal reconhecimento se faça, vemos, no primeiro quadrinho da série por nós escolhida, os célebres versos da canção de gesta citada:

*"Le roi Renaud de guerre revient
Portant ses tripes dans ses mains..."*

Na canção de gesta tais versos marcam um momento trágico, ou seja, a volta da guerra de um nobre rei, gravemente ferido. Já nos quadrinhos, a situação foi invertida. Note-se que a desenhista subverte as palavras emprestadas à canção ... respeitando-as! Pois seus enunciados icônicos seguem literalmente o que dizem as palavras da canção. Trata-se de um processo paródico, logo polifônico: a desenhista repete a informação primeira, a do sujeito-enunciador “sério” da canção de gesta, mas emprestando-a ao sujeito-enunciador “não-sério” da história em quadrinhos.

Assim, o enunciado verbal da gesta (enunciado 1) entra em choque com sua representação icônica (enunciado 2), ou seja, com a imagem de Renaud que carrega um balde de tripas, não as suas, mas as tripas de um porco que lhe foram oferecidas por um fazendeiro, como ele explica a sua mãe no quadrinho 4. Há então, nesse ato paródico, uma inversão de valores e a nobreza do enunciado 1 é substituída pelo despojamento do enunciado 2, que passa então a dar um outro destino ou um outro sentido à voz imitada ou emprestada da canção de gesta. Pela paródia-icônica, o trágico da gesta se transmuta em cômico.

O mesmo procedimento (enunciado primitivo “nobre” que é contraposto ao enunciado derivado “trivial”) aparece também nos quadrinhos 2 e 3. As palavras da gesta

“Sa mère était sur le créneau

Qui vit venir son fils Renaud”

são interpretadas de modo literal, pelo icônico. Já os quadrinhos 5 e 6, onde o cômico se instala de modo definitivo, seguem um caminho independente, mas, não nos esqueçamos, um caminho que só foi possível pela observação da história de origem. Em termos de uso parodístico, podemos aí destacar o uso dos seguintes elementos: o jogo lúdico/cômico e a sátira mordaz.

Segundo a concepção de Charaudeau (1984), daríamos então à *desenhista-parodista* Claire Bretécher, o estatuto de sujeito-comunicante, ou seja, um indivíduo histórico, dotado da capacidade de ironizar, pertencente ao nosso século.

Para realizar a encenação da paródia, misturando séculos e histórias (amalgamando vozes), este sujeito-comunicante colocará em cena seres comunicantes fictícios, os sujeitos-enunciador e destinatário. O comportamento dessas duas entidades é semelhante ao dos

Os personagens são livres do autor, como criações de ficção, mas, ao mesmo tempo, dele guardam a marca.

Polifonia última: o discurso que os seres de ficção apresentam toca o *sujeito-comunicante Claire Bretécher*, mas o ultrapassa e vai se encontrar com as vozes da *Geste de Renaud*, vozes que, por sua vez, remetem a um *sujeito-comunicante criador*, no caso em questão X (pois anônimo).

Gostaria de concluir, citando Affonso Romano de Sant'Anna que diz o seguinte:

*"Os filósofos da escola francesa dos últimos anos (Foucault, Derrida, etc.) têm nos ensinado que o texto é sempre algo em movimento, que há uma correlação entre as diversas escritas, e que a única maneira de se aproximar o quanto possível de uma certa verdade é estar preparado para ler todos os artificios que os textos nos preparam."*⁸

"*Ler os artificios*" foi o que tentei fazer, ainda que de modo panorâmico, com a ajuda de teorias discursivas, nesta exposição.

NOTAS

¹ Citado por Affonso Romano de Sant'Anna (SANT'ANNA, A. R. de. *Paródia, Paráfrase & Cia.* Rio de Janeiro: Ática, 1991, p. 12).

² Segundo SANGSUE, Daniel. *La parodie.* Paris: Hachette, 1994, p. 41.

³ Segundo Tynianov, "La destruction". *CHANGE*, n. 2 [s.d.].

⁴ BAKHTIN, M. *Problemas da obra de Dostoiévski.* Rio de Janeiro: Forense, 1981.

⁵ SANT'ANNA, 1991, p. 31.

⁶ GENETTE, Gérard. *Palimpsestes.* Paris: Seuil, 1982, p. 11-12 (tradução nossa).

⁷ BRETÉCHER, C. *Les angoisses de Cellulite.* Paris: Dargaud éditeur, 1974, p.53.

⁸ SANT'ANNA, 1991, p. 72.

Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia

BETH BRAIT

1. Considerações iniciais

Na obra *Ironia em perspectiva polifônica* (Brait, 1996), procurei trabalhar a questão da ironia a partir de uma perspectiva discursivo-textual, considerando a hipótese de uma arquitetura textual irônica, a qual necessariamente recorreria à intertextualidade e à interdiscursividade. Sem desprezar importantes especificidades da ironia, tratadas com rigor por diferentes vertentes dos estudos da linguagem, como é o caso da retórica, da semântica e da pragmática, optei por uma “perspectiva discursiva polifônica”, ou seja, construída no confronto de várias vozes teóricas.

Essa opção pela “multiplicidade” pareceu-me a mais adequada ao tratamento estrutural e funcional da ironia, cujo plano de expressão pode resolver-se numa dimensão especificamente lingüística, como é o caso de uma simples palavra, de um curto enunciado oral ou escrito, de um diálogo construído em parceria e interativa cumplicidade, de um longo romance, ou na combinatória verbo-visual, como é o caso da combinatória de segmentos informativos de uma primeira página de jornal, da capa de um livro ou de uma revista, ou mesmo de um anúncio publicitário e de uma charge. Em todos esses casos, a força argumentativa da construção irônica, indiretamente indiciada mas obrigatoriamente partilhada pelas instâncias de produção e recepção, parece ser um dado incontestável na construção dos efeitos irônicos de sentido.

Para harmonizar essas vozes, constatadas de um ponto de vista teórico e verificadas na natureza constitutiva da ironia, optei por um caminho que passa por questões necessariamente ligadas aos seguintes aspectos:

a) presença da subjetividade na linguagem, considerada a partir das possibilidades de reconhecimento de marcas da enunciação na materialidade do plano de expressão, conforme Benveniste e seus interlocutores indicaram e trabalharam lingüisticamente, e que é possível observar também em outros planos de expressão, como é o caso do visual ou do verbo-visual;

b) a presença do que se pode denominar alteridade na linguagem, aspecto considerado a partir do conceito de dialogismo, polifonia e vozes, proposto por Mikhaïl Bakhtin, e mais tarde dinamizados em várias direções, como é o caso da categoria *intertextualidade* esmiuçada por Kristeva, das categorias *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada e marcada*, viabilizadas por Jacqueline Authier-Revuz, e, ainda, dos conceitos de formação discursiva, sujeito e interdiscurso, tratados pela AD francesa e reconsiderados por diferentes fontes da análise do discurso, da semântica e da pragmática;

c) a ironia como um exemplo de construção de linguagem, sentido e efeito de sentido que funciona como um paradigma da heterogeneidade constitutiva da linguagem, na medida em que, articulando enunciações contraditórias, põe em movimento expressivo a subjetividade e a alteridade do discurso, necessitando da manutenção e configuração específica dessa ambígua dualidade para caracterizar-se como fenômeno irônico;

d) a ironia como construção de sentido que permite visualizar, pela argumentação crítica e indireta, as formas das relações estabelecidas entre discurso, instituição e história.

Considerando esses aspectos, o sentido dado aqui às *formas de produção, leitura e interpretação de um texto irônico* passa necessariamente pelo trabalho de organização de arquivos, da maneira como são concebidos enquanto metodologia de trabalho da AD e que caracterizam-se, *grosso modo*, por constituírem conjuntos de textos verbais, e no nosso caso também visuais e verbo-visuais, e que têm como ponto em comum satisfazerem as hipóteses acima enunciadas. Nesse sentido, é preciso acrescentar, também, que as especificidades do plano de expressão e do gênero que os atualiza participam da produção de sentido exigindo, portanto, a verificação,

pelas estratégias de articulação intertextual e interdiscursiva, de algumas formas de relações estabelecidas entre discurso, instituições e história.

Levando-se em conta, ainda, arquivos que permitem a abordagem do processo irônico, um texto jornalístico será o escolhido para leitura, análise e interpretação, considerando-se basicamente a discussão proposta nesta mesa que é justamente o diálogo possível entre a Análise do Discurso, enquanto teoria, e a argumentação enquanto aspecto constitutivo da linguagem.

2. Um exemplo de ironia na primeira página do jornal¹

O texto jornalístico escolhido para análise foi observado, inicialmente, a partir da perspectiva de “gênero discursivo” apresentada Mikhail Bakhtin no ensaio ‘Os gêneros do discurso’ (Bakhtin, 1992: 279). Nesse trabalho, o teórico russo afirma que:

“Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (...) O enunciado reflete as condições específicas e a finalidade de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciado, sendo isso que denominamos gêneros discursivo.”

Acompanhando, portanto, o conceito de gênero discursivo apresentado por Bakhtin, o discurso jornalístico, considerado como um conjunto de gêneros e subgêneros bastante diversificados e complexos, a ponto de abrigar tanto o *horóscopo* quanto o *editorial*, foi aqui compreendido enquanto representante de uma atividade humana com características peculiares e enquanto articulação

específica de tema, construção composicional e estilo. O texto selecionado, "O trabalho não tem futuro", Folha de S. Paulo, 3 de março de 1996, p.1-9, foi observado não apenas em sua dimensão exclusivamente verbal ou visual, mas enquanto conjunção verbo-visual configurada por um projeto gráfico que o instaura e que atua de forma definitiva na produção do sentido e de seus efeitos. Nessa perspectiva, também os conceitos de formas de produção e recepção, o que inclui necessariamente um conceito social, histórico e lingüístico de sujeito(s), obedeceram os caminhos teóricos escolhidos e as especificidades do discurso e do veículo, no caso a imprensa escrita.

O objetivo deste trabalho, a partir dessa concepção específica de linguagem, de discurso, de gênero discursivo, foi explicitar as formas de presença da subjetividade e da alteridade num texto veiculado por uma primeira página de um jornal paulistano. Como já foi esclarecido, o apoio teórico foi buscado em elementos das teorias da enunciação e do discurso advindos de Emile Benveniste, Mikhail Bakhtin e da Análise do Discurso francesa, o que implica a abordagem da materialidade lingüística, da dimensão textual, discursiva e enunciativa, bem como reflexões específicas sobre a ironia enquanto argumentação indireta, aspectos teóricos já apresentados na obra *Ironia em perspectiva polifônica* (Brait, 1996).

Assim, no texto objeto de análise, foram considerados cada um dos segmentos textuais definidos como componentes do conjunto, verificando-se as especificidades (verbal, visual, verbo-visual, os discursos e sujeitos envolvidos etc.), bem como as relações produtoras da textualização, da intertextualidade e da interdiscursividade, participantes ativos da ambigüidade textual e dos efeitos irônicos de sentido. Por meio dessas análises foi possível observar as estratégias utilizadas pela mídia impressa para manter a dimensão informativa, referencial e, ao mesmo tempo, constituir a ambigüidade provocadora de outras leituras.

Em sua primeira página, o jornal estampou uma composição, harmoniosamente planejada, que incluía a reprodução de um quadro da pintora brasileira Tarsila do Amaral, datado de 1933, uma foto, cujo crédito indicava o autor Otávio Dias de Oliveira, datada de 1966, e, ainda, textos curtos, que pelo posicionamento e função estabeleciam a coesão entre a pintura, a foto e o tema que motivou a relação.

Levando-se em conta que a composição tinha o objetivo primeiro de

atrair o leitor para uma edição especial do caderno Mais!, portanto para outros textos que não exclusivamente o articulado nessa primeira página, esta reflexão visa a surpreender, no texto jornalístico em questão, o aproveitamento de algumas estratégias de referencialização texto-imagem que, sendo diferentes na pintura e na fotografia, contribuíram, pela diversidade, para a construção de uma leitura-síntese, mas bastante crítica, da história do capitalismo no Brasil e no mundo, antes mesmo das informações contidas no caderno anunciado.

Considerando-se a existência de um gênero discursivo específico reconhecido como jornalístico, é possível caracteriza-lo, *grosso modo*, como aquele institucionalmente definido pela finalidade de “retratar a realidade”. Ou seja, o gênero cuja função é concretizar “*a idéia segundo a qual a atividade do discurso jornalístico consistiria em representar a realidade como se a linguagem fosse constituída de substitutivos destacáveis do real ao qual nos referimos falando*”.

Aqui, o texto escolhido é bastante especial e descaracteriza, de certa maneira, essa dimensão institucional estratificada que diz respeito ao imaginário que sustenta o “gênero jornalístico”. Ele é formado por uma conjunção verbo-visual e por um explícito diálogo intertextual e interdiscursivo, chamando a atenção para a linguagem com que é construído, o que acarreta importantes conseqüências para sua recepção. Ao contrário do que acontece com o texto jornalístico padrão, esse, para falar do mundo, para mostrar o mundo, recorre à representação artística, isto é, a um quadro e a uma foto, sendo que essa foto é produto de uma construção deliberada e explícita e não do instantâneo de um dado acontecimento.

A análise, consideradas as particularidades do texto-objeto e dos pressupostos teóricos explicitados, estará ancorada, também, em mais alguns aspectos previamente estabelecidos e elencados a seguir:

- a) o discurso jornalístico, enquanto atividade humana institucional, enquadra-se na condição dos chamados discursos realistas e/ou referenciais; sua função no imaginário do destinador e do destinatário é traduzir a realidade de maneira clara e transparente, apagando, tanto quanto possível, a condição de construção e instauração de sentidos característica das linguagens concebidas enquanto sistemas de significação;

- b) do plano de expressão dos diversos gêneros que compõem o discurso jornalístico participam a linguagem verbal e a visual, de forma que a natureza desse discurso implica, necessariamente, a conjunção verbo-visual, configurada não apenas pelas especificidades dos diferentes segmentos verbais e visuais, mas especialmente pelo projeto gráfico, pela diagramação que constitui o texto enquanto unidade significativa; isso significa que o espaço ocupado pelos diferentes segmentos de uma seqüência textual também assume uma dimensão significativa, o que não é novidade levando-se em conta toda a tradição, ao menos ocidental, de leitura e simbolização dos espaços envolvidos na moldura de uma composição visual;
- c) os elos de coesão que interligam os diversos segmentos, quer de natureza verbal ou visual, devem ser localizados de forma a possibilitar a visualização de um eixo sintagmático, de uma sintaxe/semântica textual em que o *status* das unidades integrais, discretas, colhidas paradigmaticamente nos discursos e nas diferentes linguagens aí envolvidas, e que estão configuradas pelos diferentes segmentos, passem a constituir totalidades partitivas, fragmentos de uma mesma unidade significativa;
- d) o conjunto de discursos específicos, das diferentes formações discursivas que participam de cada segmento, deve articular-se de forma a configurar o interdiscurso gerador e construtor dos possíveis sentidos do texto em questão;
- e) sendo a significação, a referência e o referente não elementos próprios da chamada “realidade”, mas dimensões construídas na interação por parceiros envolvidos nessa construção textual e discursiva, e tendo os textos necessariamente uma dimensão discursiva sócio-cultural, o alcance da intertextualidade e da interdiscursividade é produto das particularidades que envolvem essa interação específica;
- f) o texto jornalístico será observado enquanto produto de interações cuja previsibilidade envolve as particularidades do gênero, da situação e do imaginário aí envolvido.

Com base nesse conjunto de pressupostos, derivados da perspectiva teórica escolhida, o texto jornalístico em questão, composto basicamente por três segmentos simetricamente dispostos e emoldurados em forma de retângulo, pode ser considerado como uma metonímia irônica construída esteticamente para produzir o efeito de sentido bastante significativo: o de fatia da realidade histórica do capitalismo no Brasil e no mundo. O recorte irônico funciona como argumentação prévia em relação aos textos que se encontram no interior do caderno. Vejamos como as estratégias argumentativas são construídas.

No alto, à esquerda, ocupando parcialmente o primeiro terço do retângulo, aparece a reprodução de um quadro, cuja legenda explicita: “‘OPERÁRIOS’-1933 [em azul no original] Quadro da pintora modernista Tarsila do Amaral (1886-1973) retrata expansão industrial em SP”. Esse conjunto será compreendido, para efeito de análise, como o segmento textual 1.

Logo abaixo da reprodução e de sua legenda, a seqüência verbal, em letras grandes, “O trabalho não tem futuro”, seguida de dois parágrafos, repartidos em duas colunas, que completam a extensão vertical do retângulo. Também para efeito de análise, consideraremos esse conjunto verbal como o segmento textual 2.

Ao lado desses dois segmentos, e ocupando os outros dois terços restantes do retângulo, uma fotografia, cuja legenda se encarrega de esclarecer: “DESEMPREGADOS-1996 [também em azul] Em foto inspirada no quadro de Tarsila, petroleiros posam em frente à refinaria da Petrobrás, onde vão todos os dias procurar um trabalho temporário”. Esse conjunto será compreendido como o segmento 3, ou seja, o terceiro que compõe o texto.

A observação da unidade textual, do conjunto formado por esses três segmentos, pretende surpreender as estratégias de referencialização utilizadas pelo enunciador que, tomando o cuidado de evidenciar o parentesco intertextual entre a fotografia e o quadro, não apenas sinalizou a intertextualidade para o leitor do jornal, direcionando a leitura, mas também estabeleceu elementos de coesão que, centrados na citação explícita, estabelecem sintagmaticamente os blocos 1 e 3 como seqüências propositalmente interligadas.

Da perspectiva da leitura, o que permite discriminar os segmentos 1, 2, 3 é a condição prévia de leitores, de alfabetizados que, submetidos

à linearidade da linguagem verbal, não hesitam em reconhecer essa estratégia no texto: por mais forte que seja a dominante visual, as componentes da moldura retangular obedecem a uma seqüência evidenciada como “da esquerda para a direita”. Por outro lado, e como elemento de problematização dessa linearidade, basta considerar que o segmento 3 ocupa a extensão maior do conjunto textual, sobressaindo-se visualmente.

Assim, a natureza constitutivamente verbo-visual desse texto jornalístico reside não apenas no fato de haver a reprodução de um quadro, uma foto e algumas seqüências verbais, mas especialmente na organização sintagmática que se apropria e articula as duas dimensões: a da linearidade, característica da linguagem verbal, e a de iconicidade, característica não apenas dos chamados discursos realistas, mas da natureza específica da linguagem visual. Essa complexidade de produção, que se espelha na complexidade da recepção, participa de forma ativa da construção e constituição dos sentidos. O destinatário desse texto é um destinatário previsto que, exercendo suas competências verbais e visuais terá, ainda, pela forma como os mecanismos textuais estão aí organizados, de mobilizar competências discursivas específicas, não necessariamente exigidas pelo gênero jornalístico.

Afinal, a presença de uma fotografia, cuja legenda esclarece que foi inspirada num quadro de uma pintora brasileira significa exatamente o quê? Quais as semelhanças e as diferenças existentes entre esses dois segmentos e que elementos sintagmáticos os unem e os articulam intertextual e interdiscursivamente?

Não esquecendo que há um segmento verbal, aqui denominado segmento 2 e que tem papel significativo no conjunto e nas estratégias de referencialização presentes no texto, é necessário focalizar o primeiro segmento, observando as particularidades que levaram o enunciador a escolher essa unidade textual, discursiva, como motivação, referência explícita, citação essencial para a construção dos sentidos da foto, isto é, do segmento 3.

Trata-se de um quadro, de um discurso de ficção, de uma representação artística da “realidade”. Aqui, é possível entender esse quadro como “construção cognitiva, como representação, e não como uma imagem adequada ou não do mundo”. Essa perspectiva aponta para a necessidade de se considerar o “modo de construção, no discurso,

dos efeitos ou valores referenciais”. No caso, o que se vê são 53 cabeças acumuladas num mesmo plano, exibindo e configurando uma massa humana, que pela combinatória com as torres, chaminés de fábricas que completam o quadro, podem ser identificados como proletários de um mundo industrial.

Incluindo a legenda como elemento constitutivo desse primeiro segmento, como fonte de referencialização, o que se tem como complementação informativa não é apenas o esclarecimento para o leitor-espectador da natureza da reprodução, ou seja, de que se trata de uma pintura, produzida em 1933, e cuja temática está sintetizada no título “Operários”. O que se tem de fato é a reinstauração desse conjunto representativo de um passado, de uma fatia da história do capitalismo no Brasil, para uma resignificação em função do novo texto que dele se apropria como um de seus segmentos. A referencialização de um passado, ou mais precisamente da representação interpretativa de um passado, configurado pelo discurso pictórico, atua como a possibilidade dialógica de necessidade de compreensão de um presente que está sendo enunciado.

No que diz respeito às informações apresentadas pela legenda, é necessário observar que a cada uma delas subjazem discursos referentes a um momento específico da história estético-social do Brasil. A nominalização do quadro, “Operários”-1933, assim como a explicitação do autor e da temática indicam uma escolha do enunciador, uma seleção de paradigmas que despertam o leitor para formações discursivas bastante específicas e que não estariam instauradas se o texto fosse constituído unicamente por um instantâneo, um flagrante fotográfico de operários em frente uma fábrica.

Do ponto de vista temporal, a recuperação desse quadro, dessa irônica metonímia de um passado estético-social brasileiro, reinstaura uma pintora brasileira, das mais representativas do Modernismo, que empregou técnicas inovadoras de expressão com objetivo de buscar uma identidade brasileira, um retrato do Brasil, no caso um Brasil capitalista, industrial, perverso, marcado pelo irônico confronto entre a euforia da expansão industrial e a desumana vivência dos trabalhadores. “Operários”, um quadro de denso motivo social, constitui um marco histórico no que diz respeito à presença de um assunto, de uma temática fortemente social na pintura brasileira.

Esse conjunto de cabeças, meio rostos, meio máscaras, desiguais na raça, na cor, no sexo (há brancos, negros, homens, mulheres) denota miséria, dor, constituindo, assim, um forte e significativo efeito de referência histórica, estética, social e econômica. São formas que, artisticamente reconstituídas, modalizam a identificação dos personagens, assinalando as origens sócio-econômicas, funcionando como a iconização de um universo social de referência. São, por assim dizer, expressões fixas, enunciados coletivos, estereotipados, emblemáticos do universo que designam.

A semelhança existente entre os personagens desse quadro, aspecto que configura a humanização do conjunto, é justamente o efeito de miséria e dor. São rostos sombrios, espremidos, empilhados em formação de pirâmide, solidários no anonimato. Desiguais na cor, na raça, no sexo, são iguais, entretanto, enquanto força de trabalho, efeito produzido pela relação significante estabelecida com as chaminés das indústrias, presentes verticalmente num dos cantos. O que esses personagens figurativizam iconicamente é a situação de massa operária, despida de sorriso, dimensão que possibilita o desvendamento da temática social reivindicatória, de denúncia e não de louvor ao sistema industrial capitalista.

Se com essa estratégia de referencialização, de citação explícita, o enunciador desvendou a dimensão intertextual, o discurso estético aí envolvido e que necessariamente diz respeito à História e a historicidade em que a pintura foi produzida, deixou a cargo do leitor o acesso as formações discursivas que envolvem o tempo que está sendo reinstaurado.

De posse desses elementos discursivo-textuais, a leitura da foto está sinalizada: trinta e três anos após o aparecimento do quadro de Tarsila, o mesmo quadro pode ser recuperado, considerando semelhanças e diferenças. Do ponto de vista do plano de expressão, o enunciador utiliza as mesmas estratégias de referencialização. Lá estão as cabeças, agora sobre meio corpo, reconstituindo a mesma temática social da miséria, da desesperança, da ausência de motivo para o riso. A mesma massa humana caracterizada como força de trabalho, contrastada com as mesmas chaminés que iconizam as indústrias.

Nesse segmento, onde é possível observar que a legenda, cujo título, data e cor iconizam a legenda do segmento textual 1, aparece uma grande diferença, que não se traduz unicamente pela temporalidade:

se o primeiro segmento iconizava operários, agentes ativos do processo capitalista, o segundo iconiza os desempregados, agentes passivos do mesmo processo capitalista.

E é considerando as semelhanças e as diferenças entre esses dois segmentos que é possível surpreender, no segmento textual 2, o elemento de coesão e portanto referencialização interna. Esse segmento, “O trabalho não tem futuro”, não apenas sintetiza e explicita a temática crítica que impulsiona o conjunto textual, mas referencializa a linearidade, a cronologia que delimita essa história crítica do trabalho no Brasil e no mundo. A história do capitalismo, e por consequência do trabalhador e do trabalho assalariado, é surpreendida pela analogia criticamente construída, no passado, no presente e no futuro. O passado fica por conta da representação artística que, mesmo em sua forte reprodução da miséria e de seu irônico e desumano contraste com a euforia industrial, ainda está protagonizado pela presença de ativos atores do capitalismo, ou seja, trabalhadores. O presente, reconstruído pelo dialógico texto fotográfico instaurador de um interdiscurso explícito, que retoma a mesma ironia, está povoado pela presença de passivos atores do capitalismo, ou seja, desempregados. O futuro, por sua vez, exposto unicamente pela possibilidade verbal, caracteriza-se pela ausência das figuras humanas, presentes nos dois segmentos anteriores. A argumentação crítica, irônica, que transparece do conjunto, é que o futuro do trabalho, e portanto do capitalismo, apresenta-se, do ponto vista verbal e visual, como ausência: *o trabalho não tem futuro*, não tem sujeitos, não só no Brasil mas também no mundo, como esclarece o texto para o qual esse segmento funciona como título.

As estratégias de referencialização do texto jornalístico em questão passam, portanto, pela intertextualidade entre textos “artísticos” e não artísticos, sinalizando não a transparência da linguagem jornalística, mas a intencionalidade crítica que passa a ser incorporada como mecanismo interdiscursivo argumentativo, qualificando positiva e subjetivamente produção e recepção.

Antes mesmo da leitura dos textos-reportagens e comentários que nesse dia vão situar o problema do trabalho, do capitalismo e da relação homem/máquina no interior do caderno Mais!, o leitor-observador da primeira página apreende uma dimensão que, configurada metonimicamente pelas relações verbo-visuais aí entretidas, o encaminha para articulações que dizem respeito a um

texto esteticamente argumentativo. A busca de uma analogia estética e social resulta numa intencional identidade de avaliação, construída na confluência de vários discursos e de vários gêneros, possibilitando espelhamentos, analogias, relações que sugerem a releitura do passado, agora com um efeito também de antecipação e não somente de denúncia sobre um dado momento, do presente, pelo deslocamento estético e social da mesma temática, e do futuro antevisto pelas estatísticas, mas principalmente pela força argumentativa do conjunto informativo.

■ mais!



'ÓPERÁRIOS-1913. Quadro da pintora modernista Tarsila do Amaral (1896-1973) retrata operários (indústria) de SP

O trabalho não tem futuro

Há cerca de 800 milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas no mundo. O *Mais!* faz uma edição especial sobre as incertezas no futuro do trabalho.

Em entrevista a Vinícius Torres Freire, o paleontólogo francês Yves Coppin diz que um fóssil de 4 milhões de anos cria uma nova ótica genealógica do homem.



DESEMPREGADOS-1996. Em foto inspirada no quadro de Tarsila, petroleiros posam em frente à refinaria da Petrobrás em Paulínia, onde vão todos os dias procurar um trabalho temporário.

FOLHA DE SÃO PAULO, 03/03/96 Primeira Página

NOTAS

¹ O texto jornalístico está reproduzido na última página deste trabalho. Por questões técnicas, as cores do quadro e da fotografia não foram contempladas o que, para efeito desta análise, não causou maiores problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. 1992: Os gêneros do discurso, p. 277-326.
02. BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Unicamp, 1996.
03. _____. "A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo". *Língua e Literatura* 21. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, p. 19-27.
04. GOTLIB, Nádya Batella. *Tarsila do amaral*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Discurso, interação e modularidade

SUELI PIRES

1. Considerações Preliminares

O tratamento de questões ligadas à perspectiva interacional tem-se desenvolvido, sobretudo, com base nas produções discursivas orais, nas suas mais diversas formas de realização. Essa visível preferência justifica-se pela própria natureza da situação intercomunicativa *in presentia*, que pressupõe ações combinadas e encadeadas de dois ou mais locutores, também concebidos como atores em cena. Vistos sob esse ângulo, os processos interacionais parecem estar sobredeterminados por fatores situacionais, não raro distantes ou desvinculados de outras dimensões do discurso, especialmente as de ordem lingüística e/ou textual.

Em Burger (1997), Filliétaz (1997) e Pires (1997), aponta-se a necessidade de se buscar um enfoque do módulo interacional tanto autônomo, quanto interrelacionado a outras dimensões do discurso. Para tanto, analisaram-se, nos três casos, produções discursivas orais, que constituem, segundo Kerbrat-Orechioni (1990) os espaços privilegiados da interação verbal. No presente volume, Roulet apresenta, dentre outros, os resultados da combinação entre a dimensão interacional e a organização polifônica de um texto escrito. Ao analisar um trecho de um diálogo romanesco, o autor mostra ser possível associar informações próprias da dimensão interacional a questões provenientes de outras dimensões e modos de organização do discurso, de tal forma que se propõe alcançar, ainda que parcialmente, a complexidade de que se revestem as situações comunicativas verbais.

Essa visão modular de funcionamento do discurso faz emergir, em todos os casos analisados, a materialidade textual, provocando, ainda, a redefinição dos parâmetros do que se entende convencionalmente como a co-presença de sujeitos, de interlocutores e de interactantes.

As trocas interpessoais se materializam e se deixam descrever sob vários aspectos, em três diferentes níveis: lingüístico, textual e situacional.

Assim concebida, a dimensão interacional será focalizada de forma a privilegiar algumas interrelações modulares na análise da produção discursiva na escrita.

2. As Diferentes Concepções de Interação Verbal

Interação verbal pressupõe interatividade e mobilidade entre os sujeitos e os seus discursos. Na interação dos sujeitos com os seus discursos, podemos perceber estes dois direcionamentos:

- de um lado, os discursos agindo sobre os sujeitos, como nesta fala de uma personagem de Lobato (1982):

“Quantos jeitos! Exclamou Emilia. Isso é que aborrece na língua. Em vez de haver um jeito só para cada coisa, há muitos. Tal abundância de jeitos só serve para dar trabalho à gente.” (p.325).

- de outro lado, os sujeitos agindo sobre os discursos, segundo esta fala do rinoceronte, também em Lobato (op.cit.):

“As palavras não param – observou Quindim – Tanto os homens como as mulheres (e sobretudo estas) passa a vida a falar, de modo que a trabalhadeira que os humanos dão às palavras é enorme.” (p.326)

Numa concepção intersubjetiva dos processos interacionais, pode-se pensar a interação como ação intercognitiva, interlocucionária, ou, ainda, como ação intercomunicativa. Esta última, de caráter contratual (cf. Charaudeau, 1997), envolve compromisso entre as partes interactantes. Vale lembrar, também, que em Vion (1992), é utilizada a noção de interação como troca, ou seja, como processo de negociação discursiva. Essa noção, que já estava, de uma certa forma presente em Austin (1962) certamente encontra-se melhor definida em Goffman (1974), quando trata dos ritos e dos lugares da interação. Para Roulet (1997) e Burger (1997), o módulo interacional define as propriedades da dimensão material das interações, em diferentes níveis de encaixe, sendo que estes últimos podem estar associados a outros encaixes que se descrevem em outras dimensões ou formas de organização do discurso.

Independentemente da concepção que se venha adotar, convém admitir que toda atividade discursiva, seja ela oral ou escrita, pressupõe uma interação social que visa à co-construção do sentido pelos interactantes, porém não redutível à mera troca de informações e/ou papéis. E, ainda mais, dado o seu caráter interpessoal e, sobretudo, social, a interação pode ser abordada materialmente sob vários ângulos ou dimensões, individual ou conjuntamente.

3. Interagindo Através da Escrita

O privilegiamento das situações orais como instâncias interacionais justifica-se, ao menos, sob três aspectos: a co-presença dos interlocutores, a co-construção do sentido e a co-existência de um quadro envolvendo ações verbais e não-verbais desempenhadas pelos interactantes. A esse respeito, vejamos, dentre outros autores, Burger (1997) e Pires (1997, 1998).

Ao se transporcm esses três aspectos para o domínio da escrita, é preciso, inicialmente, admitir a existência de dois planos interacionais¹: o primeiro deles, externo, envolvendo autor-leitor; o segundo, interno, abrangendo o próprio espaço acional criado no texto pelo autor narrador, que introduz os personagens na cena discursiva².

3.1. Interlocutores *in presentia*

Vista sob a ótica dessa dupla articulação dos planos interacionais, a co-presença dos interlocutores pode ser assim analisada. O autor se apresenta aos seus leitores através da sua palavra, construída sob forma de uma intervenção potencial, capaz de se atualizar constantemente e, portanto, de integrar tantas trocas quantas forem as situações de interação autor(texto)-leitor. Dessa forma, pode-se conceber este trecho de Drummond de Andrade (1952) como uma intervenção iniciativa³:

“Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-las em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa conversa de gerações?” (p.116)

Neste caso, o autor-locutor incita o leitor-interlocutor a participar do diálogo, utilizando-se de atos explicitamente diretivos. É de se supor, também, que, a uma ação verbal materialmente expressa através desses

atos, corresponda uma atividade cognitiva do leitor-interactante. Este, longe de constituir um receptáculo de informações, responde à incitação do seu interlocutor, contribuindo efetivamente para a co-construção da troca discursiva no plano externo. A materialização da sua presença reflete-se no conjunto de sentidos construídos a cada momento da interação, textualmente correspondentes a intervenções e atos hierarquicamente relacionados.

Já no plano interno, mais facilmente depreensíveis, os interactantes são os personagens vivificados na cena textual, conforme se ilustra nesta passagem de Drummond de Andrade (op.cit.):

“Sobre o vale profundo onde flui o rio Maranhão, sobre os Campos de Congonha, sobre a fita da estrada de ferro, na Paz das minas exauridas, conversam entre si os profetas.

...

Na sua temporalidade, são sempre atuais os profetas. Em Qualquer tempo, em qualquer situação da história, há que Recolher-lhes a lição:

- *Eu explico à Judéia o mal que trarão a lagarta, o gafanhoto, o brucos e a alforra – é Joel quem fala. Ao passo que Habacuc, braço esquerdo levantado, investe contra os tiranos e os dissolutos:*
- *A ti, Babilônia, te acuso, e a ti, ó tirano caldeu...*”

(p.56-57)

Observe-se, finalmente, que, na escrita, ainda se pode conceber um plano interacional intermediário, no qual o narrador se lança como interactante, conforme se ilustra no trecho seguinte, destacado em negrito:

“- Contaram que o senhor vendeu um quadro nos Estados Unidos por cinco mil contos ... diz a Portinari o morador Brodóvski.

- Não. Foi só por dois mil e quinhentos.

A verdade é inacreditável, explica-me o pintor. “ (p. 123)

Além dessas marcas textuais intermediárias que configuram um espaço interacional vivenciado pelos interactantes, ou seja, narrador-personagem e pelo personagem-pintor (Portinari), encontram-se, com mais evidência, outras marcas que revelam a existência de um espaço

interacional interno, encenado pelo pintor e pelo morador Brodóvski.

Note-se, finalmente, que as atividades discursivas aqui sumariamente ilustradas correspondem a representações construídas pelos interactantes – autor, narrador, personagens – a partir da percepção do seu meio social e através dos saberes de que eles dispõem para traduzir as situações por eles vivenciadas.

3. 2. O Processo de Co-construção do sentido

Desde há muito, já não se considera o texto escrito como uma obra pronta, acabada. Toda e qualquer produção escrita constitui uma provocação ao leitor, agindo como um impulsionador de interpretações possíveis. Admite-se, portanto, que o texto dialoga com o seu leitor: não apenas apresentando perguntas, mas arriscando respostas; oferecendo-se à indagação e incitando palpites. Ao próprio embate de vozes – dialogismo interno bakhtiniano – contrapõem-se outras que lhe são, sob certa medida, exteriores, produzindo-se, assim, um grande movimento dialógico, mais ou menos aparente.

Ao constatar a existência de todo um universo interpretativo que se lhe abre a cada incursão, o leitor se promove a interlocutor, percebendo-se como parceiro no percurso da construção dos sentidos que lhe parecem possíveis. Assim é que o leitor se dá conta do produto dessa parceria como algo coletivamente construído e apto a se lançar em novas incursões. Diante dos questionamentos e incertezas formulados a partir da sua interação com o texto, o leitor não se vê necessariamente obrigado a formular respostas: pode, simplesmente, acrescentar-lhe novas perguntas (textualmente materializáveis através de intervenções iniciativas encaixadas). Quanto às respostas, se as tem, na certa não são resultado da criação individual, mas, antes de tudo, fruto de uma percepção do seu envolvimento social. Em meio a tantas dúvidas e soluções (estas, nem tanto assim), autor-texto-locutor e leitor-interlocutor co-constroem percursos temáticos geradores de novos sentidos que se imbricam a cada experiência interacional.

3.3. A Interação sob a Ótica da Modularidade

Já se ressaltou, aqui, de um lado, a possibilidade de se descrever o módulo interacional de forma autônoma, enfocando-lhe uma concepção em níveis de encaixe. De outro lado, já foram apontadas as suas interrelações com outras instâncias específicas, como: (i) a dimensão hierárquica (cf. Roulet, 1991), na qual se dá o

engendramento dos constituintes discursivos (atos e intervenções) para a construção das trocas; (ii) o modo de organização enunciativo, através do qual se desvendam vários discursos produzidos e representados em diferentes níveis de encaixe; (iii) o modo de organização informacional, aqui focalizado através do recurso de co-construção do percurso temático. Tentou-se mostrar que a não-presença física dos sujeitos (autor-leitor) não representa um empecilho à emergência de um sentido coletivo socialmente constituído. As trocas interpessoais proporcionadas pelo processo da leitura surgem como um espaço único de co-construção da realidade, cujo ponto de ancoragem é, sem dúvida, a materialidade textual, em todas as suas dimensões. Gostaria, ainda, de tratar do aspecto interacional do texto escrito relacionado a duas outras dimensões da organização do discurso: a referencial e a experiencial ou afetiva do discurso, porém intrinsecamente ligadas à materialidade textual (por exemplo, ao modo de organização composicional, como será visto mais adiante).

No que diz respeito à dimensão referencial, o texto escrito apresenta uma dinâmica acional em parte distinta das interações orais, na medida em que os agentes-interactantes se posicionam internamente no texto. As suas ações, evidentemente, não se restringem àquelas descritas pela lógica ilocucionária (atos locutórios, ilocutórios e perlocutórios), mas se estendem a um universo de atividade mais amplo, que os projeta como atores do mundo psico-social no qual se inserem. Vale observar que os papéis acionais desempenhados externamente pelo autor e pelo leitor ganham corpo em função da dinâmica encenada e materializada no texto: o primeiro, ou seja, o autor, como aquele que produz e conduz as ações; o segundo, o leitor, como aquele que as interpreta. Veja-se, a título de ilustração, esta seqüência construída por Drummond de Andrade:

“Na Vila de São José, por dois homens brancos sapateiros, que estavam limpando uns sapatos, não tirarem os chapéus ou não se levantarem quando passavam o Rei Negro com o seu reinado, os prenderam com tal motim e briga, que foi preciso acudir o capitão-mor Manuel de Carvalho Botelho, então juiz ordinário, com meirinhos e gente armada, para levar os tais homens e serenar a briga. Deixando depois passar os três dias do seu reinado, mando o dito juiz ordinário prender o tal rei e alguns mais.” (p.52)

Através dessa seqüência de ações (destacadas em negrito), o narrador tenta reconstituir um quadro referencial de uma época cronologicamente distante do leitor (1771), na qual os personagens-atores desempenham suas ações individuais engajadas num cenário histórico-social textualmente traduzido pelo autor como uma instância de conflitos entre raças e classes. Embora situado em um plano referencial exterior ao da cena textual, o leitor projeta-se como um espectador que se julga em condições de avaliar a globalidade da estrutura operacional e a interpretá-la como uma atividade coletiva pertencente a um mundo particular, porém inserido num universo social mais amplo, certamente livre de fronteiras e barreiras cronológicas.

Em Pires (1997), ao analisar as formas de composição de produções orais espontâneas, discuti uma estratégia utilizada por determinados locutores através da qual se projetam ações em um tempo ulterior àquele da interação, com chance de serem bem sucedidas. Nessas ações, o interlocutor imediato é lançado como o actante por dois motivos: primeiro, porque o locutor deseja atrair a sua atenção; segundo, porque o locutor busca obter adesão do seu parceiro aos argumentos por ele apresentados. Assim é que o interlocutor privilegiado entra em cena, não raro como personagem principal, para realizar as atividades virtualmente arquitetadas pelo locutor. Analogamente a essa estratégia de negociação oral, no domínio da escrita o autor oferece, ou, mesmo, impõe ao seu leitor um papel acional dentro das estruturas procedimentais do texto escrito. Longe de ser essa uma estratégia privativamente utilizada no domínio do oral e, ainda, na escrita, nos manuais técnicos, tantas outras modalidades textuais podem valer-se desse recurso, que se configura, no mínimo, em três dimensões do discurso: composicional, interacional e referencial.

Finalmente, eu gostaria de abordar a dimensão interacional da produção escrita sob um aspecto bem pouco explorado no campo da lingüística do discurso – trata-se de uma supradimensão experiencial das atividades discursivas, capaz de reconhecer o que Auchlin (1996) denomina intuições finas. Segundo o autor:

“L'expérience immédiate du texte n'est cependant pas le seul facteur propre à alimenter la résonance. Les travaux sur l'impact émotionnel de la lecture (Martins, 1993), qui se sont essentiellement intéressés à la réponse

émotionnelle aux contenus évoqués par la lecture, montrent que le traitement du contenu d' un texte entraîne des réponses affectives déterminées, et qu' il peut donc, dans mes termes, alimenter la résonance, en étant responsable d' effets globaux sur le système.”
(p.352)

O reconhecimento dessas condições afetivas ou emocionais, tanto na instância da produção, quanto da percepção do texto, conduz-nos à compreensão destas constatações de Barthes (1987):

“ Cada vez que tento ‘analisar’ um texto que me deu prazer, não é minha ‘subjetividade’ que volto a encontrar, mas o meu ‘indivíduo’, o dado que torna meu corpo separado dos outros corpos e lhe apropria seu sofrimento e seu prazer: é meu corpo de fruição que volto a encontrar. E esse corpo de fruição é também meu sujeito histórico; pois é ao termo de uma combinação muito delicada de elementos biográficos, históricos, sociológicos, neuróticos (...) que regulo o jogo contraditório do prazer (cultural) e da fruição (incultural) ...” (p.81)

Da mesma forma como Auchlin (1991) admite a concepção de “*bonheur et malheur conversationnel*”, pode-se também admitir um (des)prazer textual, resultado de uma experiência interacional vivenciada pelo autor e pelo leitor, mediada pelo texto.

4. Conclusão

Procurou-se, aqui, ainda que sumariamente, desenvolver uma aplicação da hipótese modular de funcionamento do discurso à análise de produções textuais escritas, com um nítido enfoque na dimensão interacional. Inicialmente discutida de forma autônoma, esta dimensão situacional foi, em seguida, interrelacionada a outras dimensões ou formas de organização do discurso. A produção escrita revelou-se um espaço discursivo permeado de laços interacionais, sobretudo nos planos textual e situacional.

Embora se tenham encontrado algumas soluções de ordem metodológica, que resultaram na apresentação de um esboço da complexa dinâmica das interações discursivas, muitas respostas ainda estão por ser construídas, sobretudo no que diz respeito às

interrelações da dimensão interacional com outras inerentes à materialidade textual, ou mesmo ao plano situacional. Espero que essas lacunas seja, antes de tudo, um estímulo à busca de tais respostas.

NOTAS

- ¹ Veja-se sobre isso a análise desenvolvida por Roulet neste volume.
- ² Esse encaixe também se observa no caso das produções midiáticas e das peças teatrais, uma vez que, no plano externo, os os espectadores (que equivalem, no caso da escrita, aos leitores).
- ³ Em contraposição às trocas apontadas como reativas em Roulet (1991) e Pires (1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AUCHLIN, A. Le bonheur conversationnel. *Cahiers de linguistique française*, n. 12, p.103-126, 1991.
2. AUCHLIN, A. L'approche expérientielle de la communication écrite. *Cahiers de linguistique française*, n. 18, p.331-338, 1996.
3. AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
4. BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
5. BURGER, M. Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de linguistique française*, n. 19, p. 11-46, 1997.
6. CHARAUDEAU, P. *Le discours de l'information médiatique*. Paris, Natan, 1997.
7. DRUMMOND DE ANDRADE, C. *Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro: Edição da Org. Simões, 1952.
8. FILLIETAZ, L. Des enjeux actionnels dans les interactions verbales: une définition de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de linguistique française*, n. 19, p.47-82, 1997.

11. GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.
12. KERBRAT-ORECHIONI, K. *Les interactions verbales*. v. 1, Paris: Colin, 1990.
13. LOBATO, M. *Emilia no país da gramática. Edição Centenário: 1882-1982*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 293-354.
14. PIRES, S. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
15. PIRES, S. *As interações face-à-face sob as perspectivas textual e situacional*. In: MACHADO, I. L. et al. (org.) *Teorias e práticas discursivas*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora, 1998, p. 93-110.
16. ROULET, E. *Vers une approche modulaire de l'analyse du discours*. Cahiers de
17. *linguistique française*, n. 12, p. 53-81, 1991.
18. ROULET, E. *L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romanesque*. Cahiers de linguistique française, n. 19, p. 149-179, 1997.
19. VION, R. *La communication verbale*. Paris: Hachette, 1992.

Diários online na aprendizagem de língua inglesa mediada por computador

VERA LÚCIA MENEZES DE OLIVEIRA E PAIVA

Este trabalho relata uma experiência com o ensino de língua inglesa como língua estrangeira na Universidade Federal de Minas Gerais, através de projetos que utilizam o correio eletrônico, *chat* (bate-papo) e recursos da World Wide Web. Na primeira parte, é feita uma introdução teórica sobre a interação na sala de aula tradicional para em seguida contrastá-la com a interação através de diários on-line. A segunda parte, analisa os dados coletados em cursos de desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita em inglês oferecidos a alunos da Graduação em Letras no laboratório de auto-aprendizagem de línguas, através de projeto financiado pela CAPES.

A interação em sala de aula tem sido estudada através da perspectiva da análise interacional e da perspectiva etnográfica. Segundo Spada (1994:685), a análise interacional descreve e categoriza vários aspectos das práticas instrucionais e interações verbais que ocorrem entre professores e alunos na sala de aula de línguas. Desde o final da década de 70, vêm sendo desenvolvidos modelos de observação de sala de aula e seu uso produziu uma quantidade de informações relevantes sobre esse tipo de interação. Já a etnografia descreve globalmente a cultura da sala de aula através de um conjunto de dados e pontos de vista dos vários participantes.

Inúmeros trabalhos, sob as duas perspectivas, vêm tentando demonstrar a complexidade da interação e do ensino e aprendizagem de línguas em sala de aula. Bellack et al. (1966), Flanders (1970) e Coulthard (1985) descrevem a estrutura da interação na sala de aula; Hatch (1978) enfatiza o papel da conversação na aquisição da segunda língua; Allwright (1980) analisa as estruturas de participação em termos de tomadas de turno, tópicos e tarefas; Seliger (1983) defende a hipótese de que os aprendizes que iniciam mais interações obtêm

melhores resultados em testes de proficiência; Ellis (1984) estuda o desenvolvimento de segunda língua em sala de aula; Slimani (1987) descobriu que há uma relação entre interação e proficiência; Chaudron (1988) demonstra o valor da instrução e da interação na aprendizagem de língua; Tsui (1995) discute a interação em sala de aula e seus efeitos na participação e na aprendizagem; Atkinson (1995) e Majer e Majer (1996) estudam a fala do professor. Em todos esses trabalhos e em muitos outros fica claro que dois fatores são preponderantes na aprendizagem de uma língua estrangeira: o *input* recebido pelo aluno e a participação do aprendiz. Os trabalhos que descrevem a estrutura da interação na sala de aula ressaltam que o professor é responsável pela maior parte dos turnos e que o aluno participa pouco do discurso da sala de aula.

Bellack et al. citado por Allwright e Bailey (1991: 98) descrevem a interação na sala de aula como sendo predominantemente estruturada da seguinte forma: o professor estrutura e solicita, o aluno responde e o professor comenta. Seguindo o modelo proposto, podemos apresentar o seguinte exemplo:

1. Estrutura: Agora você, Pedro.
2. Solicita: Quem descobriu o Brasil.
3. Responde: Pedro Alvarez Cabral.
4. Comenta: Muito bem.'

Flanders (1970), em Coulthard (1985: 95), descreve um sistema de interação na sala de aula dividido em 10 categorias, sendo sete para a fala do professor, duas para a fala do aluno e uma para o “silêncio ou confusão”.

Fala do professor	Responde	1. Aceita um sentimento 2. Elogia ou encoraja 3. Aceita ou usa idéias dos alunos
		4. Faz perguntas
	Inicia	5. Faz exposições 6. Dá orientações 7. Crítica ou justifica a autoridade
Fala do aluno	Responde	8. Aluno responde
	Inicia	9. Aluno inicia
Silêncio		10. Silêncio ou confusão

Sinclair et al, em Coulthard (1985: 102), apresentam a seguinte moldura para o discurso da sala de aula:

AULA: a aula é composta de transações

TRANSAÇÃO: composta de interações onde ocorrem afirmações, permutas e ordens.

INTERAÇÃO: é a unidade central para a análise do discurso em sala de aula e é normalmente composta de 3 movimentos: iniciar, responder e comentar.

MOVIMENTOS: cada parte da interação denomina-se de movimento. Os movimentos são compostos por atos.

ATO: uma unidade menor que um enunciado

Diferentemente da conversação espontânea onde predominam os pares adjacentes, a interação em sala de aula consiste, geralmente, de três turnos: o professor inicia, o aluno responde e o professor comenta. Vejamos os exemplos retirados de McCarthy (1993: 16):

Movimento	Interação 1	Interação 2	Interação 3
Inicia	A: Quantas horas são?	A: Tim vem amanhã.	A: Segure isto.
Responde	B: Seis e meia.	B: É mesmo?	B: (pega uma caixa)
Comenta	A: Obrigado.	B: É.	A: Obrigada

Thornbury (1996: 01) afirma que a seqüência “Inicia-Responde-Comenta”, especialmente quando o comentário consiste num *feedback* sobre a forma e não sobre o conteúdo, restringe o desenvolvimento de discurso autêntico na sala de aula e van Lier, citado por Thornbury (1996: 01), afirma que esse tipo de seqüência torna a participação do aluno na sala de aula não atraente e desmotivante, pois suas respostas serão avaliadas ou examinadas publicamente em vez de serem aceitas como parte de uma conversação construída colaborativamente.

Várias pesquisas indicam que o professor domina o discurso na sala de aula. Musemecl (1996), por exemplo, examinando três professores diferentes em aulas de 50 minutos, detectou que eles falaram 33, 35 e 36 minutos dos 50 de cada aula, ou seja dominaram de 66 a 70 por cento do tempo disponível para suas aulas. Pouco tempo é pois alocado aos alunos, o que pode ser explicado pelo controle dos turnos pelo professor. Johnson (1995: 114) lembra que mesmo na interação aluno/

aluno, o professor ainda mantém um certo controle sobre a fala dos alunos, tanto no que diz respeito à estrutura quanto ao conteúdo.

A tomada de turno tem sido uma das características do discurso em sala de aula mais estudadas. Existem várias categorizações, entre elas a de Allwright (1980:168/169) que descreve 8 tipos de tomada de turno na sala de aula e 4 de entrega de turnos. São eles:

TIPOS DE TOMADA DE TURNO

1. *Aceita*: responde a uma solicitação pessoal;
2. *Rouba*: responde a uma solicitação feita a outrem;
3. *Toma*: responde a uma solicitação geral;
4. *Toma*: pega um turno não solicitado quando um turno está disponível;
5. *Insere*: insere um turno não solicitado, durante o turno de outro, sem a intenção de ganhar o turno (ex. um comentário para mostrar que está prestando atenção);
6. *Insere*: insere um turno não solicitado, durante o turno de outro, com a intenção de ganhar o turno (ex. interrompe, toma o controle);
7. *Insere*: insere um turno particular, a qualquer momento do discurso (ex. para treinar uma pronúncia);
8. *Perde*: deixa de responder a uma solicitação;

TIPOS DE ENTREGA DO TURNO

1. desaparecimento gradual ou abandono por interrupção;
2. *torna um turno disponível sem fazer uma solicitação pessoal ou geral (ex. concluindo um enunciado com a intonação característica de finalização de turno)*;
3. faz uma solicitação pessoal (ex. nomeia o próximo falante);
4. faz uma solicitação geral.

A pesquisa de Allwright, em turmas de inglês como segunda língua na UCLA, demonstrou a preponderância do tipo 4 de tomada de turno (pega um turno não solicitado quando um turno está disponível) atribuído ao professor. O professor, além de deter a maioria dos turnos, também é responsável pela maioria das interrupções e é o que mais rouba os turnos. É ele também quem faz as solicitações pessoais.

Parte desse fenômeno pode ser explicada pela intolerância ao silêncio. É comum o professor oferecer o turno e se os alunos não respondem, ele retoma a palavra após alguns segundos de silêncio. Algumas pesquisas² relatam que se o professor aumenta o tempo de espera

umenta também a participação dos alunos e o tamanho e a qualidade desses turnos. van Lier (1989:66) ressalta que *a questão do tempo de espera é também muito relevante na investigação do reparo e da correção na sala de aula de L2, onde se pode demonstrar que maior tempo de espera aumenta a oportunidade para surgir a auto-correção.*

Ao contrário da interação conversacional, na sala de aula predominam os turnos do professor em forma de perguntas para as quais ele já tem a resposta. Segundo Nunan (1989:29-30), vários estudos examinaram o uso de perguntas para as quais o professor sabia a resposta e aquelas cujas respostas ele realmente ignorava. Nunan cita o experimento de Brock que concluiu que o grupo de aprendizes para o qual foram feitas mais perguntas referenciais produziu respostas sintaticamente mais complexas. Podemos pois, hipotetizar que uma maior autenticidade na interação amplia o potencial da aprendizagem. Slimani (in Allwright and Bailey, 1991: 133) descobriu que há uma relação entre interação e proficiência. Os alunos mais proficientes interagem mais e, aparentemente, essa participação é lucrativa para eles, pois cerca de 50% do que disseram ter aprendido foi em contexto de interação. Por outro lado, os que participavam menos também aprendiam ao ouvir os outros. Isto sugere que uma das tarefas do professor de língua estrangeira é viabilizar contextos propícios à interação e que a sala de aula tradicional parece ser afetada por uma série de fatores que inibem a fala dos alunos. Uma comparação entre a estrutura de uma conversação espontânea e a interação em sala de aula demonstra a posição de desvantagem do aluno nesse evento de fala, já que o professor tem mais domínio do idioma, detém o poder de selecionar tópicos, alocar turnos e interromper.

Geralmente, poucos são os alunos que tentam introduzir um tópico ou interromper o professor. É comum o aluno ter dúvidas e permanecer em silêncio. Segundo Musumeci (1996: 286), os alunos preferem pedir ajuda verbalmente quando em pequenos grupos ou em interação pessoal com o professor. Segundo Tsui (1995: 81), conseguir que alunos façam perguntas, comentários ou ofereçam idéias é um problema enfrentado pela maioria dos professores. Segundo ela, as pesquisas demonstram que a fala dos alunos é, em média, de apenas 30% do total da interação com o professor em sala de aula. Tsui argumenta que as crianças não apenas aprendem a falar, mas também falam para aprender e cita Swain (1985) que ressalta que a produção de output compreensível é também essencial para a aquisição da língua

alvo.

Em contextos de aprendizagem de língua estrangeira, a preocupação com oportunidades de interação é ainda maior, pois, o contato que o aprendiz tem com a língua fica praticamente restrito à sala de aula e esta nem sempre oferece condições ideais para a interação. As oportunidades de interação são na maioria situações artificiais em forma de simulações sujeitas à interferência negativa de fatores sociais e afetivos. Segundo Hoffman (1996:55),

CONVERSAÇÃO ESPONTÂNEA	INTERAÇÃO NA SALA DE AULA DE LE TRADICIONAL
A língua funciona como meio da interação	A língua é o meio e o conteúdo
Os participantes têm o domínio do idioma	O professor tem mais domínio do idioma e os alunos têm competência variada
Os tópicos são escolhidos pelos participantes	O professor seleciona os tópicos
A distribuição de turnos é feita pelos participantes	O professor aloca os turnos e detém mais turnos
O início da interação é aleatória	O professor inicia a maioria das interações
As interrupções ocorrem de forma moderada	O professor pode interromper a qualquer momento sem pedir permissão
Ninguém pede permissão para falar	Só o aluno pede permissão para falar
As perguntas são feitas em busca de informação	O professor já conhece a maioria das respostas
Os participantes normalmente não repetem as respostas dos outros participantes	O professor, geralmente, repete a resposta dos alunos
Todos os participantes podem fazer perguntas	O professor faz mais perguntas
Maior índice de auto-correção	Maior índice de correção iniciada pelo professor

“...redes de computadores podem ampliar a interação entre aprendizes e professores, pois lhes fornece um canal de comunicação sem restrições de tempo e distância. Os aprendizes podem acessar uma ampla variedade de professores - e outros aprendizes, nativos e não nativos - no mundo inteiro.”

Na realidade, as oportunidades de interação através de computadores, seja por correio eletrônico ou por programas de bate-papo (IRC – *internet relay chat*), podem ser ampliadas não apenas em termos de tempo, mas também em termos de tipos de parceiros – não só colegas e professores, mas nativos e aprendizes em várias partes do mundo –

e de tópicos, já que assuntos que, normalmente, não são pertinentes na sala de aula ganham espaço nesse tipo de interação. O mais importante, porém, é a diminuição potencial das ameaças do discurso face a face: ter dificuldades com pronúncia, não conseguir tomar o turno ou não ser escolhido para um turno, não poder introduzir um tópico, não poder interagir com o colega sem a permissão do professor, cometer um erro e ser corrigido na frente de várias pessoas etc.

Nos projetos usando o correio eletrônico, as atividades de redação deixam de ser exercícios artificiais e passam a ser atividades verdadeiramente comunicativas através do uso autêntico da língua. Os aprendizes se comunicam não porque obedecem a instruções sobre o que dizer, mas porque sentem necessidade de se comunicar.

Hoffman (1996:72) acrescenta que a *ausência de informação que promove a interação real é ampliada na rede em função da distância física entre os aprendizes e ausência de dicas visuais e auditivas*. De fato, uma descrição física pessoal em sala de aula, por exemplo, é um discurso artificial, mas pelo correio eletrônico passa a ser significativa. Um outro dado interessante é que o correio eletrônico apresenta muitas características próprias do discurso oral.

Martin (1997: 4) diz que o correio eletrônico é um gênero que se situa entre a formalidade da carta ou relatório e a informalidade da conversação. Para Basallote (1997: 10),

“o correio eletrônico, geralmente, reduz aspectos do contexto social estático tais como gênero, raça, deficiências e status, e reduz dicas da comunicação física (franzir de testa, hesitação, entonação, etc.). Favorece uma participação mais igualitária por aqueles que são freqüentemente excluídos ou discriminados: alunos tímidos com estilos diferentes de aprendizagem, alunos que têm medo de escrever, etc.”

A interação por computador, ao contrário da sala de aula tradicional, parece minimizar uma série de fatores inibidores da participação do aluno. Segundo Ortega (1997: 84), restrições do contexto da interação oral (medo de interromper ou ser interrompido, necessidade de gerenciar o turno, etc.) desaparecem na interação eletrônica. No caso do aprendiz da língua estrangeira, desaparece o problema da pronúncia que exige um alto grau de monitoração. Ortega (1997: 85) cita diversos trabalhos que demonstram

que o meio eletrônico aumenta a participação dos alunos mais tímidos e pouco motivados e acrescenta que a interação por meio eletrônico é feita *sem os perigos de ser interrompido, deixar o interlocutor impaciente ou aborrecido pela monotonia, receber avaliação física ou verbal do(s) interlocutor(es), ou esquecer uma idéia enquanto espera pela vez de falar* (Ortega, 1997: 91).

Pennington (1996: 3) afirma que *a aprendizagem de linguas assistida por computador reconfigura os limites entre o pessoal e os social, o cognitivo e o lingüístico - ou seja, entre os mundos interior e exterior do usuário*. O quadro abaixo traz uma comparação entre a interação na sala de aula e a interação por correio eletrônico.

INTERAÇÃO NA SALA DE AULA	INTERAÇÃO POR CORREIO ELETRÔNICO
Face a face	À distância
O professor pode privilegiar um aluno	O professor pode privilegiar um aluno, mas não de forma ostensiva
Alocação rígida de turnos	"Fala quem quer"
Alguns alunos tomam mais o turno e invadem o turno dos outros	Todos os alunos tem a mesma oportunidade para enviar uma mensagem. Quem envia mais mensagens não toma o turno do colega
Interação centrada no professor	Interação mais centrada no aluno
O professor inicia os turnos	O aluno também inicia turnos
O professor é a autoridade	O professor é um participante
Ameaça mais a face, mais inibidor	Menos ameaçador, menos inibidor
Relacionamento impessoal	Construção de uma certa camaradagem
Dificulta o diálogo entre um professor e um aluno	Possibilita o diálogo entre professor e um aluno
Restrito à cultura local	Possibilita uma interação intercultural
Interação artificial	Interação natural
Audiência fictícia	Audiência real
Ritmo coordenado pelo professor	Cada um interage no seu próprio ritmo
Interação de hora marcada	Interação sem hora marcada
Monitoramento simultâneo	Oportunidade de revisar a mensagem antes de enviá-la
O aluno ausente não participa	A aluno ausente pode participar
Interação restrita à sala de aula	Interação com o mundo
Reprime o desejo natural de se comunicar	Estimula o desejo natural de se comunicar
Foco geralmente na forma	Aumento do foco no significado
Não sofre problemas com equipamentos	Pane no equipamento elimina a interação
Exige pouca supervisão	Exige muita supervisão, pelo menos no início
Número de participantes limitado	Aumento de participantes nem sempre controlável
Acesso ao professor pode ser difícil	Acesso ao professor antes e depois da aula e até depois do encerramento do curso
Intrusos só participam com autorização	Vulnerável a intrusos

A interação eletrônica, ao contrário do que se esperava, vem demonstrando ser um meio menos frio que a sala de aula. Hoffman

(1997: 67) afirma que

“os alunos vêem o uso da conexão via internet como evidência de uma preocupação do professor com as necessidades individuais dos alunos e um desejo de se envolver pessoalmente com eles. Os alunos acham que esse meio “sem rosto” torna a comunicação emocionalmente mais fácil para eles fazerem perguntas (...). Alguns alunos disseram que a atitude cooperativa do professor na comunicação por e-mail tornou-os mais inclinados a interagir face a face.”

E como lembra Robb (1996: 6), *não fique surpreso ao descobrir que alguns alunos estão trocando endereços com seus correspondentes eletrônicos e transformando amizades virtuais em amizades reais.*

Utilizar metodologias que propiciem contextos mais adequados para a aprendizagem de línguas estrangeiras tem sido uma preocupação constante dos pesquisadores em Linguística Aplicada na UFMG. Investigações vêm sendo feitas para conhecer melhor o processo de aprendizagem dos alunos da graduação (ver Paiva 1994 e 1996). Numa primeira etapa, foram levantadas as estratégias de aprendizagem mais utilizadas por alunos da Graduação em Letras e os resultados revelaram que os aprendizes anseiam por oportunidades reais de comunicação com falantes das línguas que aprendem e que os fatores sociais e afetivos interferem nas poucas oportunidades de interação que lhes são proporcionadas.

Em 1996, foi elaborado um projeto para a montagem de um laboratório multimídia de auto-aprendizagem através de recursos do PROIN-CAPES (Projeto de Interação graduação/pós-graduação). O projeto foi aprovado e implantado na Faculdade de letras da UFMG no início de 1997. Entre outros recursos disponíveis, contamos com um laboratório equipado com 29 computadores ligados à Internet, permitindo a introdução de uma nova metodologia de ensino que vem minimizar a interferência dos fatores sócio-afetivos. Acreditando que recursos da Internet, como o correio eletrônico e os programas de bate-papo (*chats* ou IRC) podem diminuir o filtro afetivo³, pois os alunos interagem de uma forma mais protegida, criamos disciplinas para o desenvolvimento de leitura e escrita em inglês através da Internet. Apesar de o curso ser presencial (o professor reúne-se com os alunos no laboratório duas vezes por semana durante uma hora e

40 minutos), a comunicação acontece quase toda através de correio eletrônico. Os alunos interagem com o professor, com os colegas e com pessoas em outros países.

Adota-se a metodologia comunicativa associada aos princípios da construtivismo, onde o professor provê o suporte necessário para que os aprendizes possam construir seu conhecimento. Deste modo, os alunos desenvolvem projetos (escrevem sobre determinados tópicos após pesquisa na rede) e resolvem problemas buscando dados na WWW. As tarefas ora são individuais, ora são em pares ou grupos, com parceiros da sala de aula ou do exterior. Paralelamente às tarefas de leitura e escrita, os alunos escrevem diários online, ou seja, enviam aos professores mensagens eletrônicas, semanalmente, relatando o que fizeram durante a semana, expondo suas dificuldades, avaliando seu progresso e apontando pontos positivos e negativos do curso e da metodologia. Os diários parecem motivar os alunos a interagir mais com o professor. Eles introduzem tópicos e falam não só sobre sua experiência na disciplina, mas também trocam idéias, fazem críticas e dão sugestões ao programa; falam de sua vida pessoal de seus sentimentos e usam o computador para manter uma relação mais pessoal com o professor.

Uma análise de um corpus de mensagens eletrônicas coletadas no ano de 1997 revela algumas características do gênero discursivo interação virtual como um recurso metodológico para a aprendizagem de línguas estrangeiras:

1. A escrita adquire características do discurso oral

Segundo Levy (1997: 223), a forma como os alunos escrevem muda quando o correio eletrônico é o instrumento utilizado. A comunicação escrita, mediada por computador, é uma reminiscência do diálogo falado. O uso do verbo *talking*, no exemplo abaixo, é significativo, pois demonstra que a aluna ao se dirigir à colega usando o correio eletrônico, sente-se como se estivesse realmente falando.

(1) *Mary⁴. I'm so glad I have finally gotten my code. I can't believe that for the first time in my life. I'm talking to someone. using a computer..*

2. O aprendiz tem mais oportunidades para a negociação de sentido

No exemplo abaixo, podemos perceber o ganho em termos de interação através de um programa de bate-papo (*chat*). A “conversa”

pode ocorrer de forma mais natural e em vez das habituais correções iniciadas quase sempre pelo professor, a aluna, segundo seu depoimento, tenta parafrasear suas falas, ou seja, negocia sentido para se fazer entender. Na interação com o professor, é ele, normalmente, quem faz paráfrases para se fazer entender. No *chat* o interlocutor pode ser mais ou menos proficiente e a negociação de sentido pode se dar de duas formas: buscar uma linguagem mais simples para conversar com um interlocutor menos proficiente e parafrasear para tentar se fazer entender com nativos ou falantes mais proficientes.

(2) (...) I think chat improves english because as you said last class it's interactive and if we make a mistake wich the person couldn't understand we have to say it another way... this make us behave like a dictionary because we have to translate one word but in the same language!!!

3. O correio eletrônico permite o diálogo de forma assíncrona

No exemplo abaixo, a professora avalia com uma aluna o andamento da disciplina. Após problemas com a servidora da faculdade, a professora instruiu os alunos a conseguirem endereços em provedoras gratuitas (www.hotmail.com e www.rocetmail.com). Ao responder a mensagem da professora, a aluna conserva partes da mensagem recebida e sua nova mensagem toma a forma de um diálogo. (No exemplo (3) temos a combinação de três mensagens).

(3)Hi Vera!

>Fortunately, we got rid of FALE addresses and the problems with the system administrator. Are you enjoying internet?

Yes, I just love it! I always have a good time when I am in the lab.

>Do you think it can help you learn more English? I hope so.

Sure! I feel I improved a lot my English, specially my writing. Besides my vocabulary has increased and I'm not afraid of mistakes anymore.

Well, I've heard it was your Birthday last Friday. I'm

*sorry but I couldn't sent you a message or a card.
Anyway... Congratulations! Even late. :o)*

Kisses

X

4. Surgem mais oportunidades de uso diversificado de funções da linguagem

Pesquisas como as de Haas (1987) e Wang (1993), segundo Levy (1997: 223), demonstram que os alunos de língua inglesa como língua estrangeira, ao escreverem diários dialogados via correio eletrônico, fizeram mais perguntas e usaram diferentes funções da linguagem com mais frequência que nas redações com papel e caneta. É interessante observar em (3), por exemplo, que a aluna, além de responder as perguntas da professora, introduz um tópico (veja o marcador "well" para indicar mudança de tópico - o aniversário da professora - e usa várias funções da linguagem não esperadas pela professora. A aluna informa sobre algo no passado, desculpa-se e congratula-se. Tal diálogo, em sala de aula tradicional, seria absurdo em um contexto em que a professora pedisse avaliação sobre a disciplina.

5. Negociação e interação com o professor

No exemplo abaixo, a aluna tenta negociar com a professora a entrega de uma tarefa fora do cronograma. Como cada aluno pode trabalhar em seu próprio ritmo, a professora não tem dificuldades em abrir mão do prazo, lembrando à aluna que ainda existem mais dois projetos para concluir. A "conversa" é feita entre professora e aluna, sem testemunhas, o que muito provavelmente não ocorreria na sala de aula. A aluna responde à professora e ainda a tranquiliza sobre o tempo disponível para as outras tarefas. Na mesma mensagem, a aluna deseja boa viagem para a professora que está de saída para um congresso, o que, no entanto, não impedirá o trabalho dos alunos. Tal diálogo, provavelmente, não ocorreria durante uma aula tradicional.

(4) >Hi x,

>>my assignments but I had one of the busiest weeks of my life. Sorry for being late.

>>Bye.

>>X

>Never mind as far as you have enough time for the other two projects.

>Cheers.

>Vera

Hi Vera.

I hope you enjoy your trip. I'll have time for all the projects. Don't worry: Bye.

X

6. Atendimento aos interesses e necessidades individuais

O sala de aula tradicional permite pouco espaço para os interesses e necessidades individuais. Todos têm que realizar as tarefas propostas no mesmo espaço e dentro de um tempo delimitado. Já nos cursos utilizando a Internet, em que cada aluno trabalha no seu próprio ritmo, é possível atender às necessidades individuais. No exemplo (5), temos um aluno que domina bem a tecnologia e expõe seus objetivos pessoais, sugerindo que haja mais tarefas para desenvolver o vocabulário. Ao contrário, no exemplo (6), temos um aprendiz que ainda precisa de mais tempo para dominar os recursos da Internet. No caso em questão, a professora enviou alguns endereços de páginas onde o primeiro aluno poderia encontrar exercícios sobre vocabulário e deu atenção especial ao segundo aluno para que o mesmo pudesse tirar mais proveito da tecnologia.

(5) (...) *My main goal is to improve my vocabulary by learning every word, expression and term I can from internet, so I'd like to suggest we develop any task so that we can do it.*

(6) (...) *I can't deal with internet well up to now, but I've learned to work with e-mail.*

7. A sala de aula vence a barreira tempo e espaço

No exemplo (7), o aluno relata que interagiu com pessoas de várias partes do mundo, vencendo a barreira do espaço; no (8), a aluna diz que não pode vir à aula, mas pede sugestões para seu projeto, superando a barreira do tempo; no (9), uma aluna comenta que está frequentando o laboratório na hora do almoço e no (10) uma outra

aluna tenta estabelecer contato com uma colega que não está comparecendo à aula. Todos os exemplos ilustram a ampliação das oportunidades de aprendizagem que deixam de ficar dependentes de uma sala de aula regida por um professor que obedece a um planejamento único para todos os alunos.

(7) *Dear Vera.*

I'm finding a new world with this class. Last week I told with people from Australia, New Zealand, USA and England. It was very interesting. I'm impressed how the world become small with computers.

(8) (...) *I couldn't come to class this morning but I'm answering your message now!*

I have something to ask you! Do you have any suggestion for the personal project??? I'm lost! About the dream tour I'd like to know if I can include some London history on it!

(9) *I always go to the lab in the lunch time (I don't have lunch anymore and I'm losing weight!) and have a pleasure time. I go to chat and learn a lot of things. New people and mainly new vocabulary. I learn about other countries and cities.*

(10) *X!!!*

*Where are
Why have you lost many class?*

I miss you. I got e-mail of chinese students.

See you.

8. *A presença do professor deixa de ser essencial*

No exemplo (11), o aluno faz um comentário sobre a ausência da professora em uma determinada aula.⁵ No entanto, podemos perceber que essa ausência não impediu que os alunos trabalhassem.

(11) *Hi Vera.*

You've missed the class, er... So bad! :)

I haven't started my Internet Guide yet. I gonna start it on this week.

Thanks for the ideas to the Tour Guide. My suggestion is on my last week report. It is not so good as I wanted, but it can help.

9. O feedback pode vir de fora da sala de aula

O feedback tem um papel fundamental na aprendizagem de línguas estrangeiras. Sua importância cresce quando vem de um nativo ou de pessoas de fora da escola. Nos exemplos (12) e (13), as alunas demonstram sua satisfação com o reforço positivo que recebem de nativos.

(12) *Dear Vera,*

I'd like to tell you how I'm glad to take this course. I've learning a lot how to deal with Internet and also improving my English. Cleo, the farmer in USA, told me that my writing is good and there's not many erros to correct. She's very kind. When I'm chatting in EARTHWEB, some people tell me the same. I just have to learn how to use some abbreviations in order to save time.

Kisses,

(13) *Hi Vera,*

.....

(...) I know that I have to improve my englilhs but in the room chat, basic english, I really received congratulations: "you speak good englilhs", said one. I really like it because I could be well understood by English and American ones!!!

10. Assuntos pessoais ganham espaço na interação por correio eletrônico

No exemplo (14) reproduzimos o comentário final de uma mensagem onde uma aluna fala de sua tristeza por estar no final do curso e ter que deixar de conviver no espaço da universidade⁶. É improvável que tópicos como este, de caráter tão pessoal, apareçam em uma interação tradicional de forma espontânea.

(14) *(...) Sorry for make you my psychologist, but i needed to talk to someone who know what I'm feeling now.*

11. O professor pode aprender com os alunos

O domínio das novas tecnologias não é exclusivo do professor e muitas vezes o aluno possui conhecimentos que pode compartilhar com o professor. No exemplo abaixo, vemos o aluno espantado com a ausência de determinado conhecimento por parte do professor e os papéis se invertem. O aluno ensina e pede ao professor que lhe dê *feedback* para ver se a instrução funcionou.

(15) I'm very surprised to hear that you don't how to deal with hotmail. You are an expert in internet! Anyway it's too easy and for free. You have to dial: (www.hotmail.com) and sign up and then you have your free e-mail and don't need a private provider.

Well, I tried to help you... Tell me later if I got it.

Kisses,

X

12. Interação após término do curso

Em projetos por correio eletrônico, os alunos podem continuar a interagir com o professor após o curso. As mensagens abaixo foram enviadas após o término do curso. No exemplo (16), a aluna pede para o professor continuar a lhe enviar endereços de páginas na WWW e a nota final, já que ela não compareceu à última aula. No exemplo (17), o aluno abandona a língua inglesa e envia mensagem em português, propondo troca de informações. O professor perde o papel de autoridade e ganha o papel de amigo com quem o aluno se sente disposto a continuar a trocar informações, agora não mais como alunos e professor, mas como parceiros.

(16) Please keep on sending us interesting address. they are very helpful. I'll try to do the same. Sorry for didn't come to the last class. I had to work on Friday morning. So it was not possible to come. Could you send me a message telling my grades? If not, don't worry.

(17) Estava aqui terminando o trabalho e pensando como foi legal as aulas Ter conhecido e trocado e-mails com pessoas do mundo inteiro é o que é mais legal nisso tudo é que tornamos amigos e depois das aulas ainda continuaremos amigos e eu espero Vera que continuemos

*a trocar mails e qualquer bom endereço que eu descobrir
comunico a você assim como qualquer novidade na rede!*

Percebe-se, nos exemplos acima, que o uso exclusivo da língua inglesa transformou-a num meio de comunicação natural. Os alunos produziram enunciados originais e a professora não emitiu julgamento sobre a forma das mensagens. Ao evitar as correções explícitas e desviar o foco da forma para o conteúdo, a professora propiciou uma interação mais espontânea e menos ameaçadora. O medo inicial da tecnologia, por parte de alguns alunos, foi imediatamente substituído por prazer e desejo de usar o computador para praticar a língua.

Parece ter ficado demonstrado que aprendizagem de língua estrangeira mediada pelo computador propicia contextos de uso mais significativos para os alunos, aumenta as oportunidades de aprendizagem, incentiva a aprendizagem autônoma, acomoda ritmos e necessidades diferentes, facilita o acesso a material autêntico e ultrapassa os muros da sala de aula propiciando a interação com pessoas no mundo inteiro.⁷

Como lembra McLoni (1998: 10),

“(...) muitos alunos adoram computadores. Ao contrário de alguns professores, os alunos sentem-se à vontade com a máquina e são receptivos a qualquer atividade de aprendizagem que envolve o computador. O aumento de motivação leva ao aumento de uso da língua que por sua vez aumenta a proficiência.”

O uso de diários, associado à nova tecnologia, auxiliou a professora e os alunos a refletirem sobre o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos desenvolveram as habilidades de leitura e escrita em um ambiente sem tensão e se sentiram motivados para utilizarem o laboratório em horários extra-classe. A professora teve a chance de atender as diferenças individuais, analisar críticas e redefinir objetivos do curso.

Podemos concluir que os computadores podem humanizar a sala de aula, diminuindo a distância entre alunos e professores. Para tanto é necessário um investimento em “alfabetização tecnológica” que será altamente benéfica para a educação como um todo. O medo de que computadores tomarão o lugar dos professores não procede e já se tornou clichê, em palestras e artigos sobre as novas tecnologias, a

afirmação a tecnologia não vai substituir os professores, mas, provavelmente, os professores que usam tecnologia substituirão os que não usam. O simples domínio da máquina também não é suficiente, pois é possível reproduzir em ambientes computadorizados modelos de ensino onde a autoridade e o autoritarismo do professor impedem que o aprendiz adquira autonomia e responsabilidade sobre a sua própria aprendizagem. O computador é um simples meio, a forma como o utilizamos é que poderá dar nova dimensão à metodologia do ensino de línguas estrangeiras.

NOTAS

- ¹ Muitas vezes o comentário é precedido pela repetição da resposta pelo professor. Assim teríamos em 4: Pedro Alvares Cabral. Muito bem.
- ² Rowe (1969), Holley e King (1974), citados por Allwright e Bailey (1991) e Long et al. citados por van Lier (1989).
- ³ O termo filtro afetivo é usado por Krashen para se referir a fatores emocionais (motivação, auto-confiança, ou estado de ansiedade) que funcionam como um filtro que controla a quantidade de *input* e sua transformação em *intake*.
- ⁴ Os nomes dos alunos são fictícios e suas mensagens não foram editadas, tendo sido mantidos todos os desvios lingüísticos.
- ⁵ Lembro que a disciplina apesar de usar recursos virtuais ainda estava presa a dias e horários predeterminados, com comparecimento da professora e dos alunos. As próximas experiências pretendem incorporar a modalidade à distância associada com alguns momentos presenciais.
- ⁶ As novas tecnologias permitirão que os ex-alunos possam continuar convivendo com a universidade através de projetos de educação continuada, como listas de discussão ou newsgroups, por exemplo.
- ⁷ Além disso, a nova tecnologia diminui o uso do papel, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLWRIGHT, R. L. Turns, topics, and tasks: patterns of participation in language learning and teaching. In: LARSEN-FREEMAN, Diane. Discourse analysis in second language research. Rowley: Newbury House, 1980.

2. ATKINSON, D. English only in the classroom: why do we do it? **Polish Teacher Trainer**, v.3, n.1, 1995.
3. BASALLOTE, Y. S. E-mail in class? You can do it, too. In: **English Teaching Professional**, v. 5, . p.10-11, oct. 1995.
4. CHAUDRON, C. **Second language classrooms**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
5. COULTHARD, Malcolm. **An introduction to discourse analysis**. Hong Kong: Longman, 1985.
6. ELLIS, R. **Classroom second language development**. Oxford: Pergamon Press, 1984.
7. LEVY, Michael. **Computer-assisted language learning**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
8. HATCH, E. Discourse Analysis and second language acquisition. In: HATCH, E. (ed.) **Second language acquisition**. Howley, Massachusetts: Newbury House, 1978, p. 401-35.
9. HOFFMAN, Robert. Computer networks: webs of communication for language teaching. In: PENNINGTON, Martha C. (ed.) **The power of call**. Houston: Athelstan, 1996.
10. MAJER, Halina & MAJER, Jan. Teacher talk: theory and classroom realities. **Insights**, n.1, p.13-22, 1996.
11. MARTIN, George I. Getting personal through impersonal means: using electronic mail to gain insight into student teachers' perceptions. **Research and Reflection**, v.3, n.1, may 1997.
12. MUSUMEI, Diane. Teacher-learner negotiation in content-based instruction: communication at cross-purposes. **Applied Linguistics**, v.17/3, p.286-325, sep. 1996.
13. NUNAN, David. **Understanding language classroom**. New York: Prentice Hall, 1989.
14. ORTEGA, Lourdes. Processes and outcomes in networked classroom interaction: defining the research agenda for L2 computer-assisted classroom discussion. **Language Learning & Technology**, v.1, n.1, p.82-93, jul. 1997.
15. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Input organization. In: LEFFA, Vilson. **Autonomy in language learning**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

16. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Estratégias de Aprendizagem de línguas estrangeiras. In: Semana de Estudos Germânicos. 11, 1994. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Departamento de Letras Anglo-Germânicas, 1996. p.32-40.
17. PENNINGTON, Martha. *The power of call*. Houston: Athelstan, 1996.
18. ROBB, Thomas N. E-mail Keypals for language fluency. *Foreign Language Notes (Foreign Language Educators of New Jersey)*, v.38, n.3, p.8-10, Fall 1996.
(<http://www.kyoto-su.ac.jp/people/teacher/trobb/keyplas.html>).
19. SLIMANI, A.. The teaching/learning relationship: learning opportunities and the problem of Uptake. An Algerian case study. Tese de doutorado. Universidade de Lancaster. [s.d.].
20. SPADA, Nina. Classroom Interaction analysis. In: CUMMING, Alister (ed) *Alternatives in TESOL Research: descriptive, interpretative, and ideological orientations*. TESOL QUARTELY, v. 28, n. 4, p. 685-688, Winter 1994.
21. SELIGER, H. W. *Learner interaction in the classroom and its effects on language acquisition*. Rowley, Massachusetts: Newbury House, 1983.
22. SWAIN, M. Communicative competence: some roles of comprehensible input and comprehensible output in its development. In: GASS, S. & MADDEN, C. (eds). *Input in second language acquisition*. Rowley, Mass.: Newbury House, 1985.
23. THORNBURY, Scott. Teachers research teacher talk (paper presented at UCLES Diploma TEFLA Conference, London: 1996) (<http://www.ihes.com/Diploma/talkdip.html>).
24. TSUI, Amy B. M. *Introducing classroom interaction*. London: Penguin, 1995.
25. VAN LIER, Leo. *The classroom and the language learner*. London & New York: Longman, 1989.

Análise semiolingüística da publicidade de bebidas alcoólicas. Estudo do conteúdo erótico, sexual e suas correlações com o machismo.

AMADEU ROSELLI CRUZ

A publicidade está presente no cotidiano de qualquer pessoa e tanto oferece produtos materiais para consumo, como também influencia, determina, e constitui valores culturais e morais. Para Gomes (1996), o produto anunciado é construído por três dimensões: a utilitária, a simbólica e a imaginária. As estratégias publicitárias podem oferecer e/ou vender um bem de consumo ou normas sociais, estilos de vida, comportamentos sexuais, fabricar personagens, influenciar votos em eleições ou orientações para a cidadania e valores culturais.

Neste texto, a partir de dados empíricos de consultório de psicoterapia, e do trabalho de extensão universitária, voltado para a prevenção do abuso de drogas e álcool, pesquisamos dados sobre o comportamento machista de alguns homens usuários de bebidas alcoólicas, em relação à suas esposas, companheiras, noivas e namoradas.

Uma vez diagnosticado o comportamento machista e sua influência sobre a relação do casal, tabulamos os dados estatisticamente, discutimo-los e, em seguida, buscamos na publicidade de bebidas alcoólicas um referencial de apoio para o comportamento machista descrito.

Nossa hipótese de trabalho é que as publicidades de bebidas alcoólicas estimulam e desenvolvem o traço machista desse comportamento, trabalhando com representações sociais. Assim, pesquisamos as publicidades de bebidas alcoólicas relacionadas com afetividade e sexualidade e aplicamos no *corpus* constituído a Teoria Semiolingüística, como descrita por Charaudeau (1982, 1983), e a Teoria da Semiologia Icônica, como descrita por Houdebine (1985). Este conjunto teórico permite uma análise lingüística e icônica de publicidades, tal como fez Esteves (1995) comparando publicidades

francesas e brasileiras de roupas-de-baixo femininas e Cruz (1997), que estudou a presença do negro em publicidades de medicamentos.

O Laboratório de Psicofarmacologia Social e Preventiva do ICB da UFMG atendeu 121 mulheres, de níveis sociais alto, médio e baixo, avaliados pelo critério da ABA-ABIPEME (Cruz, 1993), com idades variando de 15 a 45 anos (média de 32,5 anos), e com maridos, companheiros, noivos e namorados com idades entre 16 e 54 anos (média de 38,9 anos). O objetivo foi buscar orientação para abordar questões familiares e de relacionamento com o parceiro, as quais envolviam ou o consumo direto de álcool, ou pressão para que também se fizesse uso de bebidas.

As 121 mulheres foram entrevistadas e responderam a questionário padronizado, enquanto apenas 82 homens, de um total de 121, aceitaram comparecer a uma entrevista e a responder ao questionário. Neste grupo de mulheres, chamou-nos atenção relatos de reação à bebida alcoólica, quando da primeira vez em que a experimentaram, conforme mostra a tabela 1.

TABELA 1. Opinião de 121 mulheres com idades entre 15 e 45 anos, na primeira vez em que ingeriram bebidas alcoólicas, sobre o sabor.

TIPO DE BEBIDA	OPINIÃO	%
1. Cerveja/chope	amarga/cheira mal	72
2. Destilados	queima	92
3. Licores	enjoativos	51
4. Vinho	sobe muito/amarra boca	60

Observa-se pelos dados da tabela que a primeira experiência com bebidas alcoólicas não é muito agradável para as mulheres, em sua maioria. Isto é confirmado pela tabela 2, quando a pergunta dava apenas três opções de resposta, quanto à experimentação da bebida. As respostas observadas nas tabelas 1 e 2 sofrem influência da personalidade e da história de vida das pessoas.

TABELA 2. Opinião de 121 mulheres com idades entre 15 e 45 anos, sobre sua reação ao ingerirem bebidas alcoólicas pela primeira vez.

OPINIÃO	%
1. Agradável	12
2. Ruim	78
3. Indiferente (nem bom, nem ruim)	10
TOTAL	100

Embora as primeiras experiências da mulher com bebidas alcoólicas sejam desagradáveis para a maioria, muitas superam essa dificuldade e acabam se iniciando no uso da bebida, passando a fazê-lo de forma continuada. Uma série de fatores interfere nessa atitude. Entre eles encontramos a pressão do grupo de amigos, a busca de status, a necessidade de afirmação, o consumismo e a interação social entre tantos outros.

Um dado que nos chamou a atenção foi a atitude do parceiro masculino (marido-companheiro-noivo-namorado), pressionando a parceira para fazer ou não uso de bebidas alcoólicas, conforme demonstra a tabela 3.

TABELA 3. Avaliação do tipo de pressão exercida por homens com idades entre 16 e 54 anos sobre suas parceiras em relação ao consumo de bebidas alcoólicas.

SITUAÇÃO	%
1. Começaram e continuaram a beber por pressão do parceiro	28
2. foram abandonadas ou abandonaram o parceiro por se recusarem a beber	10

Isto significa que 28% destas mulheres começaram a beber e continuaram a fazer uso de bebidas por pressão do parceiro. Mais significativo ainda, é que 10% delas, decididas a não utilizar bebidas alcoólicas, se indispuseram com o parceiro e foram abandonadas por ele, ou ainda o abandonaram por não suportarem a pressão.

Este fato é curioso, mas não é estranho. Temos acompanhado, pela imprensa e através de observações pessoais, o depoimento de mulheres que vão ao campo de futebol acompanhando o parceiro por pura e exclusiva pressão. Elas não gostam do esporte ou do ambiente do

campo de futebol, mas comparecem "arrastadas", pressionadas pelo parceiro. O mesmo tem sido descrito em relação a teatro, cinema, restaurantes, exposições ou shows.

Entre as respostas masculinas para justificar a pressão que exerciam para que suas parceiras bebesses, encontramos explicações classificadas como tipicamente machistas, que podem ser observadas na tabela 4.

O machismo masculino no Brasil manifesta-se de diferentes formas e comportamentos, que podem ser detectados por diferentes metodologias científicas nas áreas da psicologia social, sociologia, antropologia e também da lingüística.

Como já visto, Gomes (1996) cita a influência que a publicidade exerce no meio sócio-cultural e destaca que o impacto da publicidade pode se dar nas dimensões da utilidade, do simbolismo e do imaginário. Em outras palavras, a publicidade pode ajudar a construir ou a manter representações sociais, como racismo, segundo descreveu Cruz (1997), ou como o machismo.

TABELA 4. Respostas masculinas mais frequentes, justificando a pressão que exercem sobre suas parceiras para que consumam bebidas alcoólicas junto com eles (algumas respostas foram sintetizadas e editadas). Respostas de 82 homens com idades entre 16 e 54 anos.

-
1. mulher tem que acompanhar o homem
 2. quem manda no casal é o homem
 3. se a acompanhante não beber. é falta de prestígio do homem
 4. tem que ser companheira
 5. falta de poder (do homem) é ruim para o casal
 6. mundo de hoje exige
 7. se ela não bebe comigo. outra bebe
 8. ela bebe por que quer me agradar
 9. se minha mulher não bebe comigo. quem vai beber ?
 10. problema dela. mas se não me acompanhar...
-

Após a análise, os dados foram correlacionados com propagandas de bebidas alcoólicas. Os homens estudados nesta pesquisa exercem um comportamento machista, fruto de sua cultura familiar, escolar, social e dos meios de comunicação. Neste caso específico, o sintoma do machismo é a pressão para que a mulher-parceira beba junto com

ele. Então nos perguntamos se a propaganda de bebidas alcoólicas participa desse processo de aculturação machista.

O conceito de representação social foi descrito por Moscovici e refere-se, como citado por SÁ (1996), a *“um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”*.

O conceito de representação social é um instrumento útil ao estudo das questões extralingüísticas, dentro da pesquisa em análise do discurso. Assim, como já dito anteriormente, postulamos, como hipótese de trabalho, que a propaganda de bebidas alcoólicas, incentiva e/ou apoia a representação social do machismo.

Foram examinadas publicidades de bebidas em revistas semanais de informação, com circulação nacional, como *Veja* e *Isto É*, revistas masculinas como *Playboy* e *Status* e números especiais destas duas revistas masculinas, dedicadas a bebidas (*Playboy Bar* e *Status Bar*). Estas duas últimas revistas apresentaram maior número de publicidades de cunho sexual e machista.

Selecionamos 32 peças publicitárias e as apresentamos para um grupo de 50 alunos de graduação dos cursos de medicina, enfermagem, psicologia e ciências biológicas, de ambos os sexos (25 homens e 25 mulheres), com idades entre 20 e 25 anos, com idade média de 23,4 anos. Esta amostra pertence às classes média alta e alta, segundo os critérios de determinação de renda e classe social da ABA-ABIPEME, como descrita por Cruz (1993).

Solicitamos aos alunos que dividissem as peças publicitárias em dois grupos: Grupo A- peças com apelo mais afetivo e Grupo B - peças com apelo mais sexual. Em seguida, deveriam eliminar as peças com apelos semelhantes, escolhendo as mais significativas do grupo.

A seguir, foram convidados a fazer uma gradação do material dos Grupos A e B, colocando numa seqüência do menos apelativo sexualmente ao mais apelativo sexualmente. Isto foi feito com a orientação de que a última peça do Grupo A (mais afetivo) deveria ficar mais próxima da primeira peça do Grupo B (mais sexual), garantindo a continuidade do apelo e sua gradação.

Esta análise resultou na escolha e ordenamento de 8 peças publicitárias seqüenciadas, sendo as primeiras peças de caráter mais afetivo, e as últimas de caráter mais sexual e machista, como se observa na seqüência dos anexos de número 1 a 8, no final do texto e anotadas na tabela 5.

TABELA 5. Gradiente progressivo do grau de afetividade, sexualidade e machismo, de propaganda de bebidas alcoólicas.

GRUPO	GRADIENTE	NOME DA BEBIDA	TIPO DA BEBIDA
A	1	Carpano Punt e Mes	vermute
	2	Cointreau	licor
	3	Mateus Rosé	vinho
B	4	Smirnoff	vodka
	5	Tillers Club	uísque
	6	Ron Bacardi 1873	rum
	7	Vat 69	uísque
	8	Buchanan's	uísque

A próxima etapa foi apresentar a seqüência das peças relacionadas na tabela 5 para 72 professores, de ambos os sexos (90,3% [65] mulheres e 9,7% [7] homens) do ensino fundamental e médio, propondo uma discussão em grupos de no máximo dez pessoas, seguindo as recomendações de Bacha (1998).

Os professores foram convidados a debater sobre as propagandas, que eram projetadas em transparências, e distribuídas ao grupo em cópias xerox coloridas. A eles foram feitas uma série de perguntas para orientar o debate, sendo que as conclusões eram anotadas por um relator. As perguntas para o estudo da recepção foram:

1. que mensagens as peças publicitárias passam ?
2. qual o conteúdo afetivo, erótico e sexual que as peças revelam ?
3. quais as peças mais afetivas e as mais sexuais ? coloque-as em ordem, seguindo essa seqüência.
4. quais as peças com conteúdos machistas ? Descreva-as.
5. como os seus alunos adolescentes interpretariam essas peças ?
6. planeje uma atividade escolar para a discussão desse assunto em sala de aula com seus alunos.

Com esses resultados em mãos, foi feita uma releitura das peças publicitárias com base na Teoria das Representações Sociais, Teoria

Semiolinguística e Semiologia Icônica. Em outros textos deste livro a Teoria Semiolinguística de P. Charaudeau está didaticamente desenvolvida, por isso, não nos preocuparemos aqui com maiores comentários sobre sua estrutura teórica.

Análise das peças publicitárias

As frases e slogans mais significativos do Grupo A para análise foram reunidas na tabela 6, abaixo, e a descrição icônica das peças foi assim realizada, separando os grupos A e B:

GRUPO A

A peça 1, do vermute Carpano Punt Mês, apresenta a foto de um casal sobriamente vestido, com luz de fundo indireta, em ambiente escuro, parecendo um bar ou um restaurante sofisticado. O homem e a mulher estão bem próximos um do outro, portando copos de bebida. A peça traz um gradiente de luz de cima para baixo.

A garrafa está cheia e fechada, embora ao seu lado apareçam 2 copos cheios e o casal porte também 2 copos cheios. A garrafa não está pronta para o uso, embora os copos estejam disponíveis com a bebida servida *on the rocks*, como sugere o texto e o casal já esteja bebendo. É sugerida assim, a presença de uma outra garrafa, que poderia ser a do consumidor.

O consenso foi de que esta peça é neutra, uma vez que a foto não apresenta toques de corpo, olhares e situações de afeto, e as frases não se referem a relacionamento ou interação social ou afetiva. A argumentação da peça está centrada no produto anunciado, o vermute com sabor levemente amargo, embora possamos identificar dentre as 4 frases de destaque, 3 com caráter afetivo, apesar de não se referirem, diretamente, ao casal. As demais frases referem-se ao produto e ao seu uso.

A peça 2, do licor Cointreau, foi interpretada como sendo mais afetiva do que a anterior, com o casal em situação de descontração, relaxamento, afeto, intimidade e bom relacionamento, tocando-se mutuamente. Destaca-se a posição confortável do homem deitado na rede, e a posição da mulher, no chão, menos confortável, olhando para o homem.

A maioria dos professores referiu-se ao fato de a mulher estar "ajoelhada aos pés do homem", estar em "posição de desconforto em

relação ao homem". Uma maioria, menos expressiva dos professores, afirmou que a mulher está em "posição de inferioridade em relação ao homem", embora reconheça o ambiente como romântico e agradável, classificando a foto como bonita.

A única frase da peça, "*Um momento inesquecível. Depois Cointreau*", tanto se refere à relação do casal, como ao produto. A garrafa está fechada sem que se possa identificar o volume e os copos estão servidos. Assim, aquele é o momento inesquecível e depois é que eles irão tomar o licor.

A peça 3, do vinho Mateus Rosé, apresenta o texto mais longo, com várias frases significativas, como se vê na tabela 6. A peça faz também publicidade institucional, com um slogan identificando o importador da bebida, que é de origem portuguesa.

A garrafa está aberta com a rolha do lado e cerca de $\frac{1}{4}$ dela já foram consumidos. Duas taças estão servidas, não aparecendo pessoas na peça. A frase que chamou mais a atenção foi "*Um simples flerte, pode se transformar em alguma coisa muito séria*". Podemos argumentar que essa "*alguma coisa mais séria*" é um compromisso maior do que o simples flerte. Pode ser um relacionamento mais estável como namoro-casamento, ou pode ser um relacionamento sexual, que também é, em nossa cultura, assim referido. Na análise da peça 8, voltaremos a argumentar sobre a expressão "coisa séria".

Vemos no Grupo A frases que podem ser classificadas como mais amenas quanto a sexualidade, referindo-se mais à própria relação entre as pessoas das fotografias, ou às lembranças que o produto pode trazer de momentos especiais ou como é usado em comemorações. Observa-se na peça 1 expressões de ambigüidade proposital, criando-se ironias entre o sabor característico do produto - sabor amargo - e o fato de deixar para o casal da foto uma "doce lembrança".

A peça 3 permite outra inferência baseada na cultura popular. O texto diz que "*Mateus Rosé é um vinho que desperta no homem as mais nobres emoções*". Entre tantas emoções consideradas como as mais nobres, encontramos a relação sexual e a reprodução, aqui lembradas de forma elegante e educada.

Neste Grupo A, encontramos a sutileza e o apelo ao romantismo e à relação interpessoal nas frases dos textos analisados, em comparação aos textos do Grupo B.

Observe-se também, analisando as tabela 5 e 6, que as peças publicitárias do Grupo A, mais românticas e relacionais, pertencem a bebidas como vermute, licor e vinho, com teores alcoólicos entre 10 e 24 graus GL, portanto, menores do que os destilados do grupo B, onde predomina o uísque e a vodka, com teores alcoólicos médios de 50 graus GL.

Há, na cultura popular brasileira, a representação social de que bebidas destiladas, aquelas que queimam, são bebidas para homem, bebidas de macho; enquanto as bebidas mais leves e as doces, são para as mulheres. A cerveja preta, tipo Malzbier, é doce e é chamada de “cerveja de mulher”, sendo inclusive, desde a década de 50 e até hoje, recomendada para mulheres em período de amamentação, como estimulante da lactação, apesar da ciência não endossar essa prescrição.

TABELA 6. Principais frases e slogans de peças publicitárias de bebidas alcoólicas do Grupo A, relacionadas com afeto.

GRADIENTE	BEBIDA	FRASES/SLOGANS
1	Carpano	<ul style="list-style-type: none"> • doce lembrança • dá outro sabor à sua vida • gostinho amargo da doce vida • um ponto amargo e meio doce
2	Cointreau	<ul style="list-style-type: none"> • um momento inesquecível
3	Mateus Rosé	<ul style="list-style-type: none"> • fim de uma garrafa pode ser o início de alguma coisa • um simples flerte pode se transformar em alguma coisa mais séria • que era somente um bate-papo pode chegar a uma grande amizade • desperta no homem as mais nobres emoções e aproxima os homens

GRUPO B

A peça 4, da vodka Smirnoff, é o texto e o ícone da transição de um grupo para outro. Não aparece a garrafa de bebida e sim um copo de coquetel localizado abaixo da receita da beberagem que leva vodka. Abaixo do copo, temos um diálogo. O texto é rico em palavras e frases de duplo sentido, apoiadas por algumas metáforas. A tabela 7 resume as principais frases e slogans do grupo B.

Na peça, aparece o vagão restaurante de um trem, mostrando um

... frente a frente e se olhando diretamente. Há uma luz suave iluminando o ambiente. Sobre a lateral do trem existem seis blocos brancos onde a palavra Smirnoff aparece borrada, como se estivesse fora de foco, ou como se fosse uma impressão de baixa qualidade.

A receita do coquetel recomenda: “*Numa coqueteleira, coloque suco de meio limão, uma colher de açúcar, uma dose de Smirnoff. Mexa a noite inteira*”. A contra-argumentação é que ninguém “mexe a noite inteira” uma coqueteleira. Porém pode-se “*mexer a noite inteira*” o corpo de um parceiro sexual. No campo semântico da sexualidade, existe a expressão “aquela mulher mexe bem na cama”, significando que aquela pessoa faz sexo com competência, mexendo-se durante a relação sexual e facilitando o parceiro atingir o orgasmo.

Essa inferência é reforçada pelo texto abaixo do copo, que afirma: “*Trem-leito é ótimo*”. Os seis blocos brancos já citados, com o nome da bebida borrado ou desfocado, não devem ser de forma nenhuma incompetência do fotógrafo ou devido ao custo baixo da publicação, uma vez que tudo o mais da produção da peça é de excelente qualidade. Assim, podemos supor que o fora de foco pode ser a metáfora visual daquilo que se mexe (seja o corpo humano, a coqueteleira ou ambos), neste contexto.

A peça 5, do uisque Tillers Club, apresenta uma foto com cinco pessoas, dois casais ao fundo demonstrando bom relacionamento social e, no centro da foto, em primeiro plano, um homem jovem (como os outros dois), bem vestido, com terno e gravata, enquanto os outros dois homens estão com trajes mais esportivos. Das cinco pessoas da foto, quatro delas estão com copos na mão. O casal da esquerda está usando copos tipo *long-drinks*, enquanto para o casal da direita, pode-se ver apenas a mulher com um copo tipo coquetel ou *soft-drink*. Apenas o homem do centro da foto, sozinho, está com um copo próprio para uisque na mão.

Este homem, do centro da foto, está diferenciado dos outros dois homens por vários critérios:

1. está no centro da foto;
2. está em primeiro plano;
3. está melhor vestido, com terno e gravata;
4. é o único homem só, sem a companhia de uma mulher;

5. é o único personagem com copo de uísque na mão, numa peça publicitária sobre uísque;
6. sua foto usa a técnica que permite ao leitor sentir-se encarado de frente, em qualquer posição em que olhe a peça:

Há apenas duas frases na peça. Na parte superior está escrito *"Tillers você conhece na hora de beber"*. Em baixo, ao lado da garrafa, podemos ler *"Beba Tillers. Você não precisa provar mais nada"*. Esta frase tem relação com comportamentos familiares e adolescentes que ainda persistem numa cultura machista como a brasileira.

Por um lado, existe a expressão popular de que a mulher que na noite de lua de mel deixa o lençol manchado de sangue, "não tem que provar mais nada, casou virgem". Por outro lado, existe na cultura popular a expressão dita pelo pai ou tio, ou por quem ajude um jovem a se iniciar na vida sexual que, daquela hora em diante, "ele não precisa provar mais nada", já é homem.

Na peça, essa frase tem um duplo sentido bem configurado. No sentido literal, após tomar Tillers, *"ele não precisa tomar mais nada"*, ou seja, ele não precisa tomar outra marca de uísque, ou outra bebida.

Por outro lado, existe a interpretação, no campo da sexualidade, de que ele "não precisa provar mais nada" no campo sexual, uma vez que o uísque Tillers pode suprir a falta da mulher. Isto pode deveras ser verdade, uma vez que ele é o único homem sozinho (sem a companhia de uma mulher) e é a única pessoa da foto, que está tomando uísque.

Assim, este uísque lhe faz companhia e substitui a mulher ausente. Em outras palavras, o uísque Tillers pode ser compreendido como sendo a metáfora de mulher. A garrafa está aberta, destampada e, em primeiro plano, está um copo de uísque, com uísque e gelo, pronto para ser consumido. Associando isto à técnica de fotografia que faz o personagem encarar o leitor em qualquer ângulo em que se olhe a peça, podemos entender que ele está fazendo um convite ao consumo da bebida, ou ao sexo ou a ambos. Todas as três possibilidades foram aventadas pelo grupo de professores.

A peça 6, do rum Bacardi 1873, apresenta uma foto com a garrafa aberta, tampa ao lado, e um copo já servido com bebida e gelo. Há apenas um slogan com a frase *"Descubra a outra companhia da noite"*

no Ron Bacardi 1873". A expressão "companhia da noite" é uma metáfora de prostituta, comumente usada na zona do meretrício. Admite também um outro significado, como sendo aquela pessoa, homem ou mulher, porém, mais frequentemente mulher, de caráter boêmio, que pode fazer sexo com algum parceiro, não necessariamente por dinheiro, mas pela companhia e/ou aventura.

Esta peça foi a que necessitou de maior número de horas para ser debatida. Os principais questionamentos foram:

1. Se a frase é "*Descubra a outra companhia da noite no Ron Bacardi 1873*" e se "companhia da noite" tem o significado de prostituta ou de liberada sexualmente, então a bebida ajuda a encontrar prostituta ou liberados sexuais.
2. Se existe uma "companhia da noite" me acompanhando e eu posso encontrar "outra companhia da noite no Ron Bacardi", então ele é que é uma outra companhia da noite. E assim, ele é, então, uma bebida prostituta ou sexualmente liberada.

A carga sexual é mais forte e as relações 1 e 2 acima, aventadas pelo grupo de professores, são perfeitamente aceitáveis, respaldando o aforisma de que "comunicação é o que o outro entende, e não aquilo que eu comunico.

A peça 7, do uísque Vat 69, foi a peça de discussão mais rápida e de maior unanimidade. Na parte de cima, há um casal de adultos jovens com copos de uísque na mão se olhando afetivamente, com uma lua cheia ao fundo. Abaixo temos uma garrafa da bebida, aberta, destampada, com a tampa no primeiro plano e um copo já servido com gelo, no lado direito, convidando ao consumo. Consumo do produto, o uísque, ou da mensagem da peça.

Entre a foto e a garrafa aberta, está o slogan: "*Vat 69. O whisky das segundas intenções*". O grupo de professores considerou que "segundas intenções" revela sempre um conceito depreciativo. As chamadas "segundas intenções" conferem ao ato, atitude, comportamento, fala, ou idéia, onde for aplicada, uma noção de desonestidade, falta de ética, levar vantagem sobre alguém, estelionato, ou engano.

A conclusão foi de que alguém com "segundas intenções" não irá fazer alguma coisa correta, ética e clogiável. Essa expressão contém também uma conotação sexual muito usada em piadas e programas

humorísticos de televisão, tipo “A Praça é Nossa”, do SBT. É a situação do ingênuo pai da donzela, perguntando ao namorado da filha se ele tem segundas intenções com relação a ela. E o namorado faz uma expressão de ironia, negando. Ou faz uma expressão de concordância exagerada. Essa pergunta do pai espera uma resposta que pode ser tanto com relação se o rapaz pretende realmente se casar com a moça, quanto se ele pretende ter sexo com ela.

O próprio nome do uísque - Vat 69 - chama atenção pelo número 69 que, segundo Almeida (1981) e Nobre (1986), significa sexo oral recíproco entre duas pessoas. No caso de um casal, como estampado na peça publicitária, seria o exercício do felação e da cunilingua. Essa atividade é bastante freqüente nos jogos sexuais na cultura brasileira, sendo polissêmico e com farta representação social. A palavra *vat*, em inglês significa tonel ou barril.

O importador da marca nos forneceu o histórico da destilaria escocesa, informando a origem do nome do produto. Para eles, inúmeras misturas de maltes, grãos e outros componentes da bebida foram feitas e postas para envelhecimentos em tonéis. Após certo tempo de maturação, amostras foram avaliadas e aquela que estava no tonel de número 69 (o vat 69, em inglês), revelou-se a de melhor qualidade, sendo então engarrafada e comercializada com esse nome. Para os britânicos e escoceses, o 69 pode ter o mesmo significado e sentido que tem para nós no Brasil.

Assim, o “*Vat 69. O whisky das segundas intenções*” sugere uma conotação sexual para o casal que estampa a peça publicitária, uma vez que não se espera que o anunciante relacione o seu produto com algo enganoso, não ético, falsificado¹. É de se esperar, então, que a inferência correta, seja no campo da significação sexual. Ou seja, o Vat 69 pode estimular, induzir, facilitar ou propiciar, um relacionamento afetivo ou uma relação sexual, conforme comporta a análise da representação social de “segundas intenções”.

A peça 8, do uísque Buchanan's, apresenta apenas a foto da garrafa fechada, ao lado de um bastão de cera usado para fazer lacre, e de um carimbo especial para personalizar o lacre. Por unanimidade, o grupo julgou esta peça a mais significativa e machista em termos de sexo.

Acima da foto da garrafa, temos a frase “*Você não abre, simplesmente, uma garrafa de Buchanan's. Você quebra o lacre dela, o que é muito mais sério*”. Existe a representação social de que lacre é o hímen

feminino, ou seja, é a representação da virgindade. A parte final do texto serve para acentuar a gravidade de ter quebrado o lacre da garrafa.

Por isso, a frase da peça pode ser escrita de uma outra maneira: “*Você não abre, simplesmente, uma garrafa de Buchanan’s. Você tira a virgindade dela, o que lhe dá muito mais responsabilidade*”. Existe uma legislação no Brasil, para as questões referentes à perda da virgindade, pois isso é, culturalmente, considerado uma coisa muito séria.

Dependendo da idade dos parceiros, isso pode resultar até em pena de prisão, pagamento de dias-multa, pagamento de pensão e custeio de despesas gerais e do processo. Ou seja, econômica e juridicamente, quebrar o lacre de alguém é uma coisa muito mais séria.

O grupo levantou a hipótese de que alguém com dificuldades afetivas e sexuais, pode sentir apoio e realizar a sublimação sexual, quando exposto a este tipo de propaganda e àquela da peça 5. O raciocínio tem fundamento teórico, mas deve ser pesquisado para se confirmar a suposição.

TABELA 7. Principais frases e slogans de peças publicitárias de bebidas alcoólicas do Grupo B, relacionadas com sexualidade.

GRADIENTE	BEBIDA	FRASES/SLOGANS
4	Smirnoff	<ul style="list-style-type: none"> • Mexa a noite inteira • Trem-leito é ótimo • É como se a gente deitasse em nosso próprio quarto
5	Tillers Club	<ul style="list-style-type: none"> • Beba Tillers. Você não precisa provar mais nada
6	Ron Bacardi	<ul style="list-style-type: none"> • Descubra a outra companhia da noite
7	Vat 69	<ul style="list-style-type: none"> • O whisky das segundas intenções
8	Buchanan's	<ul style="list-style-type: none"> • Você não abre, simplesmente, uma garrafa de Buchanan's. Você quebra o lacre dela, o que é muito mais sério

Na peça 8, abaixo da garrafa, encontramos a frase “*Buchanan's o único whisky lacrado do mundo*”. Isso não é verdade. Lacrado pode ter dois sentidos: 1. que tem um lacre de identificação; 2- fechado com um lacre. Se observarmos a peça 7, veremos que o uísque Vat 69 também tem um lacre na garrafa e da mesma cor deste da peça 8. Quanto ao segundo sentido, também não é verdade, uma vez que

encontramos em lojas especializadas outros uísques com diversos tipos de lacre, inclusive iguais aos deste produto.

Conclusão

Para Chabrol, Charaudeau (1989), em se tratando de discurso publicitário, existe um destinatário que deve ser seduzido/persuadido, uma vez que ele não pode ser obrigado a consumir. E esse destinatário é múltiplo, ou seja, embora possamos desejar um tipo específico de consumidor, podemos atingir outros não previstos inicialmente. Isso implica em recepções de mensagens, percepções, comportamentos e compreensões distintas para uma mesma peça.

Observamos que a pressão do homem para que a mulher beba é uma realidade e é uma das manifestações do machismo em nossa cultura. Concluímos também que a propaganda de bebidas alcoólicas contribui para esse padrão de comportamento com peças que identificam, criam ou estimulam as representações sociais estruturantes do machismo.

Embora a mulher tenha galgado espaços cada vez maiores em todos os sentidos, isso ainda não está acessível para todas elas, com alguns segmentos sociais ainda sofrendo restrições de ordem machista no cotidiano.

É animador perceber que professores do ensino fundamental e médio, percebem esse jogo complexo de imagens e linguagens, extraindo percepções, conclusões e identificando as representações sociais. E mais ainda, planejam atividades didáticas para que seus alunos possam participar da decodificação dessa linguagem machista, criando uma outra cultura de igualdade de direitos e deveres, sem preconceitos. E a lingüística fornece o instrumental teórico e prático para esta análise e para uma transformação social, constituindo-se numa estratégia de mudança social, pela educação.

NOTAS

¹ Isto é possível com o recurso da ironia. Bruna Lombardi anunciou nos jornais Folha de São Paulo e Globo, em 1996, que seu programa de entrevistas naquela semana, seria uma droga. É que o tema do programa seria drogas.



Carpano Punt e Mes.

Punt e Mes é diferente. É o único aperitivo amargo que sempre deixa uma doce lembrança. Puro, bem gelado, on the rocks, com soda ou tônica, Carpano Punt e Mes dá outro sabor à sua vida.

O gostinho amargo da doce vida.



1
"um ponto amargo
e meio doce"

UM MOMENTO INESQUECÍVEL.
DEPOIS... COINTREAU.

O FIM DE UMA
GARRAFA
DE MATEUS ROSÉ
PODE SER O INÍCIO
DE ALGUMA
COISA.



Porba entre você e o mundo uma
garrafa de Mateus Rosé.

Vai acontecer uma grande
transformação em todas as pessoas
que estiverem a sua volta.
Um simples abraço, pode se transformar
em alguma coisa muito ótima.
O que era somente um bom-papo pode
chegar a ser uma grande amizade.

E até mesmo o que era um formal
almooço de negócios, pode vir
a ser para a sua empresa
o fechamento do ano.

Porque Mateus Rosé é um vinho
português que desperta no homem
as suas melhores emoções,
o aproxima pessoas.

Na próxima vez que você ciliar
para o mundo e ele não lhe parecer
muito bonito, abra uma garrafa de
Mateus Rosé.

Junto com a rolha, você vai jogar
fora um monte de problemas, preocupações
e preocupações.

A venda não supermercado
e em boas casas de bebidas.

**Santos
Soares**
IMPORTAÇÃO LTDA.

Importadora exclusiva do vinho Mateus Rosé
Rua Teófilo Otonari, "Afonso"
Av. Senador Cavalcanti, 808 - Conj. - 430
Tel.: 227-0450 e 222-5174 - São Paulo
Av. Presidente Vargas, 417 - 11º - 01704
Tel.: 224-5311 e 224-8678 - Rio de Janeiro

T R A



Ela

Tem feito o jantar

E como se a gente deixasse o mundo pra trás,
quando o quarto como esse a noite, nos deixava a
descansar a noite inteira, de manhã ao acordar, a quarta
noite no Hotel Japão.

Ele

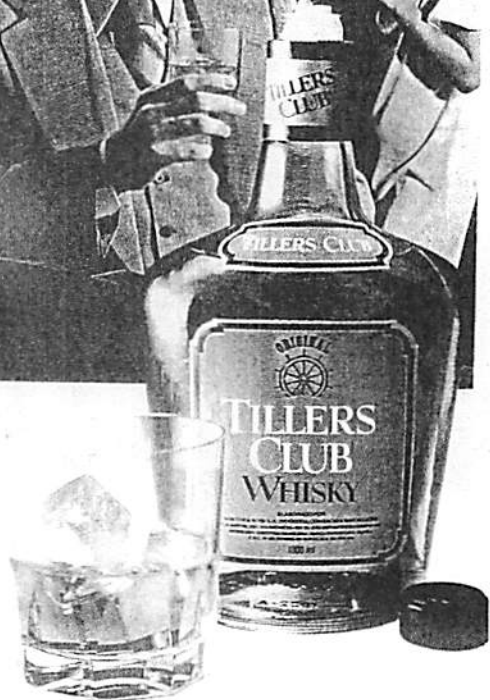
Por que você que a garçoneira está demonstrando
tanto para trazer a bebida?

Você é o que você vive.

Tillers você conhece na hora de beber.



Beba Tillers.
Você não
precisa provar
mais nada.



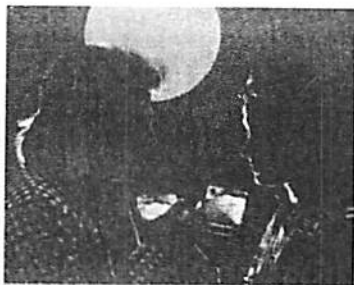
EXTRA SECO

EXTRA SUPERIOR
RUM
Ron
BACARDI
1873

DESTILADO E EMBARRAFADO PELA
RON BACARDI, S.A.
RECIFE, PE

DESCUBRA A OUTRA COMPANHIA
da noite no Ron Bacardi 1873.

no ou on-the-rocks, Ron Bacardi 1873: desde a primeira dose o mesmo bouquet das bebidas nobres e extra-secas que você já conhece.



Vat 69.
O whisky
das segundas
intenções.



VOCÊ NÃO ABRE, SIMPLEMENTE,
UMA GARRAFA DE BUCHANAN'S.
VOCÊ QUEBRA O LACRE DELA,
O QUE É MUITO MAIS SÉRIO.



BUCHANAN'S
O ÚNICO WHISKY LACRADO DO MUNDO.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, H. **Dicionário de termos cróticos e afins**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
2. BACHA, M.L. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Cena Un., 1998.
3. CHABROL, C.; CHARAUDEAU, P. **Lecteurs cibles et destinataires visés**. A propos de l'argumentation publicitaire. Paris: Versus, 1989. p. 52/54.
4. CHARAUDEAU, P. **Eléments de sémiolinguistique**. D'une théorie du langage à une analyse du discours. *Connexions*, n. 38. Paris: ARIPEPI, 1982.
5. CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris. Hachette, 1983.
6. CRUZ, A.R. **Redução do espaço social do idoso por dependência física e psicológica ao abuso de drogas**. Um estudo do neto aos avós. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. FAFICH. Departamento do Psicologia. UFMG, 1993.
7. CRUZ, A.R. **Análise semiolinguística da representação do negro em propagandas de medicamentos em revistas médicas**. In: MACHADO, I.L., CRUZ, A.R., LYSARDO-DIAS, D.(Org.) **Teorias e Práticas Discursivas**. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG/Carol Borges. 1998.
8. ESTEVES, M.C.A.. **Etude comparée du discours publicitaire en France et Brésil: Les sous-vêtements féminins**. Thèse de doctorat en Sciences du Langage. Université Paris-Nord. Paris: 1995.
9. GOMES, M.C.A. **Análise lingüístico-discursiva da representação da figura masculina em publicidades brasileiras**. Dissertação de Mestrado em Lingüística. FALE-UFMG. 1996.
10. MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing**. Metodologia e planejamento. v. 1. São Paulo: Atlas. 1996.
11. METZ, C. et al. **A análise das imagens**. Petrópolis: Vozes, 1973.
12. NOBRE, E. **Dicionário de Calão**. Lisboa: Don Quixote. 1986.
13. SÁ, C. P. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
14. SOUTO MAIOR, M. **Dicionário do Palavrão**. 6 ed., Rio de Janeiro: Record, 1992.

A Questão do oral/escrito nos telejornais

ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES

Com o advento e popularização da televisão, o mais importante meio de comunicação de massa, parece que o texto escrito - que sempre ocupou um papel central nas sociedades ditas letradas - vem, paulatinamente, perdendo terreno para o texto televisivo: lê-se cada dia menos e assiste-se cada dia mais televisão. Utilizam-se muito mais os telejornais como fonte de informação do que os jornais escritos, assiste-se mais a novelas do que se lêem romances, e o que se conhece da literatura são, muitas vezes, adaptações para a televisão.

Proponho, pois, a seguinte questão: O que é esse texto televisivo? Língua oral ou língua escrita?

Segundo Marcuschi, uma das diferenças entre fala e escrita é que, embora ambas sigam o mesmo sistema lingüístico, distinguem-se fundamentalmente quanto ao *medium* utilizado: na escrita o *medium* é um sistema gráfico e na língua oral, um sistema fonético-fonológico. Segundo esse conceito de oral/escrito, o texto televisivo é, sem dúvida, língua oral. Entretanto, escrita e oralidade não se distinguem somente quanto ao *medium*. Para se observar as relações entre a fala e a escrita, é necessário observar as condições de produção, as condições de comunicação e a organização da informação, além dos aspectos estritamente lingüísticos.

Então, para tentar responder à pergunta proposta, analisei um corpus estabelecido para este fim - textos telejornalísticos veiculados em 1993, pela Rede Globo e o SBT - à luz da caracterização de oralidade e escrita proposta por Marcuschi. Lembro aqui, me remetendo a esse lingüista, que em relação ao oral e escrito, não existe uma oposição absoluta, *uma dicotomia polarizadora* mas, sim, um *continuum* de semelhanças e diferenças. Portanto, quando refiro a características da oralidade e da escrita, estou pensando em características prototípicas.

Condições de produção

Marcuschi estabelece 5 diferenças entre oral e escrito, quanto às condições de produção:

Oralidade	Escrita
<ul style="list-style-type: none">• O falante dispõe de um tempo linear	<ul style="list-style-type: none">• O escritor dispõe de um tempo linear maior
<ul style="list-style-type: none">• O falante não pode apagar o dito	<ul style="list-style-type: none">• O escritor pode apagar o dito
<ul style="list-style-type: none">• O falante não pode consultar para prosseguir sua fala	<ul style="list-style-type: none">• O escritor pode consultar fontes e dicionários
<ul style="list-style-type: none">• Os reparos são públicos e podem vir do próprio ouvinte	<ul style="list-style-type: none">• Os reparos são todos privados e não atingem o leitor
<ul style="list-style-type: none">• O falante pode observar seu ouvinte e acompanhar suas reações	<ul style="list-style-type: none">• O escritor não pode observar seu leitor diretamente

Para se verificar as condições de produção do texto televisivo, é preciso, primeiramente, ver o tipo de programa em questão. Programas ao vivo devem partilhar de mais características da oralidade, enquanto os programas gravados ou preparados com antecedência devem partilhar de mais características da língua escrita. Nos telejornais que analisei, por exemplo, há partes ao vivo e partes preparadas com antecedência, em que os textos são escritos para serem lidos como se fossem falados.

Condições de comunicação

Quanto às condições de comunicação, Marcuschi estabelece 6 diferenças entre o oral e o escrito.

Oralidade	Escrita
<ul style="list-style-type: none">• a fala é tendencialmente dialogada	<ul style="list-style-type: none">• a escrita é tendencialmente monologada
<ul style="list-style-type: none">• na fala há a presença de parceiros	<ul style="list-style-type: none">• na escrita há ausência de leitores
<ul style="list-style-type: none">• a fala tem caráter não-público	<ul style="list-style-type: none">• a escrita tem caráter público
<ul style="list-style-type: none">• espontaneidade	<ul style="list-style-type: none">• racionalidade e reflexão
<ul style="list-style-type: none">• envolvimento	<ul style="list-style-type: none">• distanciamento
<ul style="list-style-type: none">• limitação situacional	<ul style="list-style-type: none">• desvinculação situacional

Quanto às condições de comunicação, pode-se dizer que o texto televisivo partilha com a língua escrita a característica de ter caráter público. No que diz respeito à limitação situacional/desvinculação situacional, cumpre notar que o texto televisivo utiliza de referências exofóricas de um modo que lhe é muito próprio, introduzindo outras imagens, outras cenas e interlocutores, de uma forma que só a

tecnologia possibilita. Quanto às outras características, é necessário também observar o tipo de programa. Nas gravações ao vivo, predominariam, em princípio, características de oralidade e nas gravações preparadas, de escrita. Aqui já observei diferenças entre a Rede Globo e o SBT quanto às características espontaneidade versus racionalidade e reflexão e envolvimento versus distanciamento, até mesmo nas partes previamente preparadas dos telejornais.

Segundo Marcuschi, a fala tem um caráter marcadamente interacional e, portanto, o *eu* e o *outro* são nela mais marcados do que na escrita. Quanto ao envolvimento com o *eu* o que constatamos é que o *eu* nos jornalistas da Rede Globo não é marcado, nem nas gravações ao vivo, nem nas gravações preparadas. Isso evidencia-se no perfeito controle das emoções do jornalista, o que se nota, sobretudo, na altura moderada da voz, no comedimento dos gestos e na curva melódica das frases - sem grandes altos e baixos. Parece que o jornalista da Rede Globo é um simples representante da emissora, não se colocando como sujeito de sua enunciação. No SBT, ao contrário, o envolvimento emocional dos jornalistas é evidente nas interjeições, na gesticulação, que chega ao grotesco no jornalista policial Gil Gomes, na altura da voz nas chamadas e outras situações e na curva melódica das frases cheias de dramáticos altos e baixos.

a) Rede Globo

Repórter Sérgio Chapelin

Texto: “*Definido o critério para fechamento de 600 agências de bancos federais.*”

Repórter Cid Moreira

Texto: “*Começa a interdição dos prédios de São Paulo que ameaçam a vida de 25.000 pessoas.*”

Repórter Sérgio Chapelin

Texto: “*Um delegado vai ouvir traficantes na Colômbia, para saber se Pablo Escobar foi estorquido por policiais no Rio.*”

Mesmo na transmissão de notícias dramáticas, como as do exemplo, os jornalistas da Rede Globo não se deixam mostrar.

b) SBT

Letreiro: Um ano depois, Collor tem plano para voltar

Texto: "... e como a coisa muda, meu Deus do céu! ..."

Texto: "...E o mistério do submarino nazista. O que os militares alemães iriam fazer com milhares de camisinhas... Está tudo nas últimas imagens internacionais Aqui e Agora..."

Repórter Gil Gomes

Letreiro: Preso em Itatiba menor que barbarizou velhinho

Texto: "... o atacou, facadas. A sua parte genital foi cortada. Uma tentativa de estupro contra ... um atentado violento ao pudor contra aquele senhor de 65 anos de idade..."

"- Nossa!!!" Mônica Waldvogel

O envolvimento com o *outro* também costuma ser explícito no SBT, como se pode ver no seguinte fragmento :

Texto: *ô Zé, olha aqui no chão os cartuchos oh! Olha, como tem cartucho aqui.*

Nota-se também o uso de diversos marcadores conversacionais como *hein, né, etc.* que marcam a presença do *outro*.

Organização da informação

Segundo Marcuschi, língua oral e língua escrita, quanto à organização da informação, diferem em dois aspectos:

Oralidade

Escrita

rarefação informacional
intuitividade e espontaneidade

maior densidade informacional
planejamento e elaboração

Segundo Marcuschi (1993), a fala evidencia uma maior rarefação lingüística e informacional e uma concatenação lingüística mais livre, ao passo que, na escrita, a atenção para o conteúdo em função do tempo disponível leva a uma condensação informacional, a uma densidade lexical maior e a uma concatenação lingüística mais fechada.

Quanto à condensação informacional, embora ambos os telejornais analisados tenham como um dos objetivos a informação, as duas emissoras diferem. A condensação informacional da Rede Globo é muito maior do que do SBT. A análise de uma mesma matéria tratada ao vivo pelas duas emissoras evidenciou que o SBT gastou um tempo muito maior para veiculação de um mesmo conteúdo informacional. Sob este aspecto, a Rede Globo é mais língua escrita, e o SBT, mais oral.

Também quanto à concatenação lingüística, observa-se no SBT um padrão mais livre, mais oral, enquanto na Rede Globo o padrão de concatenação lingüística é bastante fechado. Vejam-se os seguintes exemplos transcritos dos telejornais, de gravações ao vivo em uma favela carioca:

Letreiro: Guerra na favela: a Bósnia é aqui!

Texto: “Tudo destruído. É impressionante o que é que aconteceu... ô Zé olha aqui no chão os cartuchos oh! Olha como tem cartucho aqui. É impressionante a quantidade oh...”

“Esta aqui que eu encontrei no chão agora, Zé, dá uma olhada... impressionante hein... e tem cartucho. ...mais de cinco mil, marcas na parede, buracos enormes

impressionante o que é que aconteceu aqui...”

“...passa um corpo tranqüilamente aqui. Agora é impressionante olha aqui oh mais, mais cartuchos, mais cartuchos, mais cartuchos, dentro dele também uma quantidade bastante grande. impressionante a quantidade de armas que, que tinham tanto os policiais...”

“...marcas de bala prá todo lado, marcas de bala aqui, aqui, aqui, aqui, impressionante como tá perfurada a parede...”

“...esse rapaz aqui... isso tudo é tudo cápsula calibre 12. impressionante a quantidade, hein?”

“Olha a cápsula de uma bala dessa aqui, é impressionante...”

b) Rede Globo

Texto: “*Esta favela foi destruída a granadas e tiros de escopeta e de fuzis AR15. Durante quatro horas, dezesseis traficantes fortemente armados resistiram ao cerco policial com granadas, fuzis e metralhadoras. Eles só conseguiram escapar depois que abriram buracos nas paredes, pularam para outros barracos e se esconderam no interior da favela. No esconderijo, marcas de balas por todos os lados, paredes destruídas pelas granadas, ferros retorcidos, vidraças estilhaçadas. No chão, centenas de cápsulas das armas dos traficantes.*”

Organização lingüística

Marcuschi arrola diversas divergências lingüísticas entre a oralidade e a escrita. No corpus observado, constatamos as seguintes diferenças entre a Rede Globo e o SBT.

Um aspecto lingüístico mencionado por Marcuschi (1993) é que a escrita tem normas válidas suprarregionalmente e a fala apresenta variações mais ou menos notáveis de região para região. Quanto a esse aspecto, observamos que no telejornal da Rede Globo não se reconhece a origem do repórter pela sua fala, não se identificam sotaques regionais, a não ser muito esporadicamente nos telejornais regionais e locais. Já no SBT, não só em jornais locais e regionais, mas mesmo nas edições nacionais, a marca regional está presente. Os sotaques paulistano e carioca foram facilmente identificados nos telejornais observados.

Segundo Marcuschi, é uma característica sintática da fala o menor número de orações subordinadas e a preferência pela coordenação. Sob este aspecto, a Rede Globo caracteriza-se como língua escrita.

Vejam-se os seguintes exemplos de gravações ao vivo das duas emissoras:

a) Rede Globo

Texto: “*Um dos maiores e também um dos mais pobres da Grande Vitória foi o bairro que mais sofreu com a chuva de granizo, uma vez que*

nenhuma casa escapou das pedras de gelo. ”

Texto: “...A grande luta de Luis e sua família é conseguir dinheiro para o tratamento e a cirurgia. Esse remédio que ele precisa tomar todo dia, para controlar a célula do câncer, custa quinze mil cruzeiros reais a dose e o transplante, caso seja feito no Brasil, vai ficar em doze milhões de cruzeiros .”

No SBT, ao contrário, verificamos o uso recorrente da coordenação, da frase curta e do período simples.

b) SBT

Letreiro: Bala perdida mata garoto na porta de casa

Texto (Repórter Gil Gomes): “Tinha dez anos, era cheio de vida. Estudioso. Educado. Prestativo. Direito. Alegre. Seu corpo está / no necrotério. No I.M.L.. Uma ação de bandidos. Com revide de justiça pelas próprias mãos...”

A presença de expressões generalizadoras, como *um tipo de, coisas do gênero, coisa, trem, troço, fazer*, apontadas por Marcuschi como característica da oralidade, são recorrentes no SBT, como no exemplo abaixo:

Texto: ...*como a coisa muda, meu Deus do céu!*

Na Rede Globo, ao contrário, não se registraram tais usos.

Nota-se também no SBT, em oposição à Rede Globo, o uso reiterado de repetições, de elipses, de autocorreções, de interjeições, de hesitações, de marcadores conversacionais que, segundo Marcuschi, diferenciam a fala da escrita. Na Rede Globo, tais traços de oralidade não foram registrados, mesmo em gravações de rua. Também o uso de expressões de evidência sensorial, tais como *olhe, veja, sinta, perceba*, características da oralidade, foram registradas no SBT, e não na Rede Globo.

Além das características da oralidade apontadas por Marcuschi, registramos no *corpus* ainda outras que nos parecem também importantes:

Notamos que os jornalistas da Rede Globo, mesmo em gravações de rua, ao vivo, esmeram na pronúncia, não omitindo sons em final de palavras, nem em início ou no meio de palavras, o que é comum na língua oral coloquial. Isso, no mínimo, revela uma oralidade muito tratada, muito pasteurizada. No meu entender, o chamado tratamento da oralidade significa, em última análise, a eliminação das características da oralidade. Pessoas que falam muito bem, falam na verdade língua escrita.

Já no SBT todas essas ocorrências são freqüentes, até mesmo em gravações preparadas com antecedência.

a) Rede Globo

Texto: "...OS moradoreS dessa casa puseram gradeS nas portaS e naS janelaS, maS mesmo assim ela foi arrombada depoiS disso, porisso, depoiS da primeira experiênciA, eleS instalaraM alarme em toda casa.

(barulho de alarme)..."

b) SBT

Letreiro: Brasil na ponta dos cascos pra pegar o Uruguai

Texto: "...Aqui...vamu tentá prá encerrá isso aqui agora. Vamu tentá entrá naquele bolo

ali! Aquele bolo ali onde tem aquela..."

Letreiro: Alimento de graça na campanha de combate à fome

Texto: "...vamu chegá até o final da fila. Vem cá, Nilo. Vamu chegamu aqui até o final da fila. Muita gente desempregada... marido tá desempregado... não tem realmente nada prá cumê em casa, óia só, óia..."

São muitas as diferenças no nível do léxico entre a Rede Globo e o SBT. O SBT usa e abusa de gírias, o que é também uma característica da língua oral. Na Rede Globo as ocorrências de gírias, além de raríssimas, são restritas ao telejornalismo assinado por comentaristas

como Joelmir Betting e outros.

SBT (chamada)

Chamada: “Assaltantes fazem rapa em loja de tênis na zona norte de São Paulo.”

Texto: “...Hoje de manhã, o proprietário chegou aqui, a porta estava fechada direitinho. numa boa, ele abriu a porta...”

Texto: “... o plano dos deputados do PDT, com essa grosseria de rasgar o projeto que marcava o início da revisão, era melar o jogo...”

São constantes no SBT as metáforas populares e as frases feitas. Na Rede Globo, esse tipo de recurso é também prerrogativa de uns poucos comentaristas.

a) Rede Globo

Texto: “...os brancos, ainda com muita lenha para queimar...”

b) SBT

Chamada: “Rio em ponto de bala! Centenas de policiais e traficantes travam tiroteio...”

A tolerância do SBT para erros gramaticais foi notável na análise do corpus. Vejamos alguns dos inúmeros deslizes que registramos no SBT.

SBT

Leteiro: Repórter vai às compras com fiscais a tiracolo

Texto: “...está correto? Aqui, quinhentos gramas, peso líquido. No final... o consumidor não sabe exatamente se tem quinhentas ou quatrocentas...”

Texto: “Tem alguma coisa meia secreta que não se pode falar?”

Em 12 horas de gravação de textos telejornalísticos da Rede Globo, não detectamos erros gramaticais.

A pobreza vocabular, que considero mais típica da oralidade, foi também muito notada no SBT. Na reportagem sobre a guerra de Acari, por exemplo, o repórter usa nove vezes a palavra “impressionante.”

Como se pôde ver, a Rede Globo parece optar por um padrão escrito de língua e o SBT, por um padrão oral. A rigor, no entanto, considerando também as condições de produção e as condições de comunicação, embora tendam para o oral ou o escrito, na verdade, não são nem língua oral e nem língua escrita, constituem uma modalidade da linguagem midiática.

De qualquer forma, é necessário entender o porquê de essa modalidade de linguagem midiática tender para o oral ou para o escrito, como ocorre nas duas emissoras. Uma justificativa simplista para essas tendências seria a de que as mesmas refletem opções pelo público receptor: a Rede Globo optou pelas camadas mais privilegiadas da sociedade, mais letradas, e o SBT pelos segmentos mais baixos.

Essa análise se justifica, uma vez que tanto a Rede Globo como o SBT são redes comerciais de televisão, televisões de mercado. Como televisões de mercado, numa sociedade de mercado, buscam fundamentalmente, no dizer do jornalista Artur da Távola, um padrão mercadológico, isto é,

... a adequação de seu produto-programa à vontade, à necessidade e ao universo conceitual do receptor. Nas televisões de mercado, predominantemente voltadas para uma atividade de vendas de bens de consumo, o padrão mercadológico é priorizado em detrimento dos padrões artístico, ético e informativo. E o padrão mercadológico é alcançado através do domínio das técnicas de estimulação da vontade de compra camuflada na aparência da necessidade de compra. As emissoras então aprimoram-se na capacidade de desvendar as características do mercado para ampliar sua relação profunda com o mesmo. (Távola, 1986)

Assim, a Rede Globo teria descoberto que, para atingir sua fatia de mercado, é boa estratégia utilizar um padrão de língua escrita e o SBT, da mesma forma, teria descoberto que é boa estratégia usar um padrão oral para se aproximar de seu mercado. Segundo Artur da

Távola, mesmo nos telejornais, que têm, aparentemente, uma função apenas informativa, o padrão mercadológico é o que predomina. Nesse contexto, informar seria mais uma estratégia de venda.

Explica-se assim, aparentemente, o oral e o escrito na Rede Globo e no SBT.

Como não só o conteúdo, mas também a forma contém ideologia, a questão ideológica, camuflada pelas formas de linguagem, é o que se deve buscar apreender na leitura desses teletextos: a cada uma dessas formas de linguagem - oral e escrita - subjazem diferentes ideologias? Ou cada uma dessas formas esconde a mesma ideologia?

Vou adotar aqui a concepção de ideologia arraigada na tradição marxista, entendida como uma forma de falsa consciência que distorce a imagem que se faz da realidade social e serve aos interesses da classe dominante na sociedade e costuma ser chamada de Teoria do interesse. Mas faço aqui uma releitura pós-moderna dessa definição: para mim, ideologia é, além do constante na definição dada, e sobrepondo-se a ela, uma forma de falsa consciência que se faz da realidade global e serve aos interesses dos países dominantes no mundo.

Para pensar essa questão ideológica, quero referir a Jean Baudrillard em suas interessantes reflexões sobre a publicidade, em seu artigo *Significação da Publicidade*. Baudrillard afirma que a publicidade não tem como função primordial aquela que é sua função presumida, vender produtos. A função da publicidade é vender a sua própria imagem e os parâmetros da cultura abrangente: uma ideologia. Segundo esse autor, *A publicidade que silencia sobre os processos de produção e de mercado, também omite a sociedade real e suas contradições*. (Baudrillard, 1978: 277).

Serva (1997), estende as reflexões de Baudrillard sobre a publicidade - ao jornal e diz que ... *o jornal, da mesma forma que a publicidade, não tem como função primordial aquela que é sua função presumida (o imperativo informativo): informar sobre os fatos e promover sua compreensão*. Com isso, Serva quer dizer que o que o jornal de fato faz é fingir que informa para vender a ideologia reinante da classe dominante (e eu completaria, dos países dominantes). Segundo esse autor, se os jornais veiculassem ... *uma informação que fosse transitiva (cuja leitura plena permitisse transição para o campo prático), isso seria formador das consciências, por um lado, e perigoso para o*

status quo, por outro. (Serva, 1998: 75) Para Serva, o jornal

... organiza-se em um sistema de satisfação do desejo de compreensão e acompanhamento do mundo real no qual nos queremos confortáveis e seguros) ao mesmo tempo em que a ausência de imagens, de informação, é usada para elidir o real, para bloquear a consciência mediante uma satisfação falseada. (Serva, 1998: 76)

Conclui que, como a sociedade quer ser informada, ela se satisfaz com o arremedo de informação que lhe é dado. Entendo que as reflexões sobre o jornal são igualmente aplicáveis aos telejornais.

Voltando agora ao tema, oralidade/escrita/SBT/ Rede Globo, sou levada a crer que ambas as emissoras, quando optam por um padrão de língua escrita ou de língua oral, aparentemente tentando usar a linguagem de seu receptor para melhor informá-lo - e conseguindo satisfazê-lo, pois ele sente que há uma instância que se preocupa com seus desejos - só pretendem com isso prestar serviço à ideologia dominante, à manutenção do *status quo*. A tendência para o oral ou escrito é apenas mais um detalhe na perversa estratégia do desinformar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
2. BAUDRILLARD, Jean. Significação da Publicidade, In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
3. MARCUSCHI, Luiz A. O tratamento da oralidade no ensino de Língua- I. **Congresso Internacional da ABRALIN**, Salvador: 1993 (Apostila do Curso).
4. SERVA, Leão. **Babel: a mídia antes do dilúvio e nos últimos tempos**. São Paulo: Mandarim, 1997.
5. TÁVOLA, Artur da. **Televisão e Sociedade**. In *Painel: A televisão brasileira*. 1986.

O discurso da mídia: telejornais e ensino de língua portuguesa

MARIA APARECIDA L. PAULIUKONIS

LEONOR WERNECK DOS SANTOS

SIGRID CASTRO GAVAZZI

Cria-se uma máquina com uma finalidade definida e limitada: quando concluída descobre-se - às vezes horrorizados, normalmente angustiados e sempre surpresos - que esta possui idéias próprias, não é capaz tão-somente de modificar nossos costumes, mas também a nossa maneira de pensar. (Joan Ferrés)

1. Introdução

A escola não pode mais ignorar a mensagem icônica propalada pela televisão. Na Europa, pesquisas recentes revelam que crianças e adolescentes, desde a idade pré-escolar, dedicam 1/3 de seu tempo em frente ao aparelho de televisão, uma média de 4 a 5 horas por dia, 28 horas semanais. Os brasileiros não se encontram - acreditamos - em situação diversa. A programação é por eles bem internalizada, e o estudante chega a revelar suas preferências até no consumo de produtos ligados à TV.

Ora, fato comprovado que é, faz jus a algumas considerações. A mais óbvia é a substituição da figura materna - mas, diferente dessa, não exige de imediato nada em troca, embora a TV decida o que pode ser visto. E, ao lado da noção de "babá eletrônica", afigura-se a da "escola paralela", com seduções mais eficazes que cadernos, livros, professor e giz.

Os educandários normalmente reagem de forma controvertida ao embate com a televisão. De um lado, ela é considerada como elemento gerador de passividade, alienação, superficialidade e até problemas de visão. De outro, postula-se uma atitude mais flexível que julgue

os meios de comunicação em geral como canais oportunos na democratização do conhecimento e da cultura, ampliando horizontes.

No entanto, a compreensão do fenômeno da mídia televisiva não pode se pautar em posturas simplistas e/ou condenatórias. Tem, pelo menos, de partir das premissas de que (a) a TV é inevitável e (b) cabe, também, ao meio escolar ajudar os alunos a interpretar os símbolos da cultura mediatizada. De fato, caso se queira uma educação em que o cidadão aja na sociedade de forma crítica e reflexiva, deve-se prepará-lo (crítica e reflexivamente) para a atividade à qual dedica grande parte do seu tempo.

Na realidade, enquanto nesse sentido não se registram mudanças, o estudo da imagem continuará ausente dos bancos escolares e permaneceremos com a grande massa de “analfabetos da imagem”, com um ensino que insiste em reproduzir conhecimento e perpetuar cultura manifesta e reconhecida - enfim, em franca desvantagem em relação à vida “que passa lá fora” (ou na TV).

Não é sem razão, portanto, que professores se queixam da dificuldade de leitura (texto escrito) e interpretação de seus alunos, já que os educandos hoje são mais telespectadores que leitores propriamente ditos, concentrando experiências mentais diversas, pois a televisão “... favorece a gratificação sensorial, visual e auditiva, enquanto que o livro favorece a reflexão (...). Se o livro favorece o conhecer, a imagem favorece o reconhecer” (Ferrés, 1996: 21).

Em decorrência, a leitura desenvolve atitudes mais concentrativas, e sua falta - pela interferência da TV - leva à formação de “leitores preguiçosos”, que decodificam mas não interpretam, que lêem mas não entendem. Também ao livro cabem respostas racionais como “concordo/não concordo”; à televisão, reservam-se respostas emotivas, do tipo “gosto/não gosto”.

Um modelo que se queira, então, pragmático no aproveitamento da cultura icônica deve, em princípio, fomentar o conhecimento dos códigos - quanto mais informado estiver o estudante, menos possibilidades de manipulação ideológica pela TV haverá.

Passa-se, assim, neste ensaio, a examinar as estratégias utilizadas para aferir credibilidade à imagem (texto verbal + texto não verbal) veiculada pela televisão, centradas na performance de dois telejornais. A análise comparativa a ser realizada trará, portanto, em seu bojo,

uma proposta metodológica auxiliar ao ensino de língua portuguesa.

2. Pressupostos teóricos

Sem entrar em detalhes e considerações teóricas sobre a Análise do Discurso, vamos nos ater a alguns dos princípios da Análise Semiollingüística do Discurso, concernentes à especificidade da mídia televisiva, que servirão de base para a análise e interpretação dos telejornais diários transmitidos no horário das 20 horas.

O primeiro postulado (Charaudeau, 1997) diz respeito à significação social da mensagem mediática, segundo o qual o significado do discurso televisivo não se apóia apenas nas palavras ou nas imagens veiculadas pela televisão, mas é condicionado, principalmente, pelo “contrato social”, que vigora entre os parceiros. No caso dos telejornais, a base do “contrato” assenta-se no fornecimento de informações atualizadas e de interesse público, por uma instância de produção frente a uma de recepção.

Como decorrente desse, tem-se o segundo postulado básico, que diz respeito ao reconhecimento da identidade dos participantes; é o que se preocupa em responder à pergunta: quem fala a quem? Como o discurso é o resultado de uma “transação” entre os “papéis” que os indivíduos representam, uma análise que pretende interpretar o significado do ato de fala televisivo deve destacar quais são os “papéis” dos atores construídos pelos jornais televisivos, tanto na instância da produção como na instância da recepção.

Um terceiro postulado básico corresponde à *mise en scène* discursiva. Como o discurso tem por função traduzir parte da realidade, não se pode esperar que ele seja um retrato dos fatos, mas uma reconstrução subjetiva do que se passa no mundo. Admitindo-se que não há transparência ou coincidência total entre o mundo e sua representação discursiva, pode-se afirmar que a mídia intenta passar uma visão que possui dele. Para a construção dessa realidade, está prevista toda uma mise en discours específica, isto é, estratégias lingüísticas próprias, cuja descodificação é essencial quando se quer traduzir o significado do discurso mediático.

Todas essas considerações a respeito dos postulados acima permitem que se analisem outras questões referentes aos objetivos da comunicação mediática. A primeira delas reside na finalidade do ato televisivo, ou seja: para que comunicar? Uma resposta possível para

essa pergunta está no fato de que jornalistas, repórteres, comentaristas políticos, enfim, atores sociais falam, trocam confidências e explicam seus pontos de vista para poderem influenciar o Outro.

Uma nova questão decorrente desta impõe-se: quem é esse Outro? É um semelhante e um oposto, ao mesmo tempo, e a única forma de conhecê-lo é fazê-lo entrar para o universo do discurso. Como toda comunicação se faz pela intersubjetividade - há sempre um Eu perante um Tu, que se reconhecem como tais e se definem pelo confronto -, a mídia televisiva intenta sempre captar o Outro para seu universo de discurso. Para tal utiliza-se de estratégias que o seduzam, que o atraiam, ou seja, o discurso da mídia tem que se ater a procedimentos de persuasão e sedução.

Admite-se, pois, que há um duplo objetivo na comunicação mediática: informar e seduzir, captar o ouvinte. Se o objetivo da informação consiste em transmitir ao Outro um saber que, pressupõe-se, ele ignora, para cumprir tal propósito é preciso que esse saber seja apresentado como verdadeiro. Para garantir a instância da *verossimilhança*, a mídia se utiliza de estratégias diversas: uso de imagens, exibição de documentos, testemunhos que tornam "presente" o fato e garantem sua autenticidade. Além dessas estratégias, a participação de repórteres e a presença de entrevistados e comentaristas-âncoras permitem que os fatos ganhem explicações e se convertam em argumentos que garantem *legitimidade e credibilidade*.

Ao lado de um contrato informativo, de referencialidade do real, a televisão não é impedida de criar efeitos que têm por alvo atingir a esfera receptora e conseguir a sua captação. Diversas estratégias, tradutoras de efeitos dramáticos e ficcionais que estão comprometidos principalmente com o uso da imagem, por um lado, realizam sua função figurativa do real, mas, por outro, criam efeitos espetaculosos, graças à cenarização do real que atinge a esfera das emoções coletivas, afeta as crenças populares e pode mais facilmente mudar opiniões.

Com esse duplo objetivo de informar o ouvinte e, ao mesmo tempo, mantê-lo seduzido, a mídia acaba por entrar em uma contradição: enquanto a instância da informação demanda um *fazer saber* austero, próprio do "contrato informativo", a instância da captação requer um *fazer sentir*, que se processa por meio de uma espetacularização que pode e deve levar à deformação do primeiro objetivo. *Em razão*

disso, a informação mediática tem de optar por manter um equilíbrio entre esses dois objetivos, *informar* e *seduzir*, permanecendo, ao mesmo tempo, fiel às leis da lógica que regem sua atuação no mercado, concernentes às esferas comercial, democrática e de influência sobre o ouvinte.

3. Corpus e metodologia de trabalho

Para melhor lustrar, nesta pesquisa, a estrutura discursiva dos telejornais, nosso recorte ateu-se a dois desses programas, de grande audiência às 20 horas: o *Jornal Nacional* (doravante TJ1), veiculado pela Rede Globo, e o *Jornal da Manchete* (TJ2), pela Rede Manchete. Ambos atingem amplo público, constituído por diversos segmentos sócio-econômicos. Possuem em comum o fato de abordarem assuntos políticos e fatos sociais em geral, apresentando-os ao telespectador como um panorama do que aconteceu durante o dia.

As duas notícias analisadas nos telejornais foram destaque na edição de 23 de julho de 1997. A primeira manchete refere-se à greve dos policiais civis no país, especialmente nos estados de Pernambuco - onde também os policiais militares estavam parados - e Rio de Janeiro. O movimento reivindicatório dos policiais causou, na época, alguns transtornos, e o exército, chamado para patrulhar as ruas, precisava controlar a situação, enfrentando ladrões de banco, por exemplo. Durante a cobertura da matéria, os jornalistas mostraram algumas manifestações dos grevistas, que pediam 84% de aumento salarial. Essa notícia, portanto, era de interesse da população em geral, que se sentia, naquele momento, prejudicada quanto à segurança nas ruas.

A segunda reportagem trata da ameaça do líder do Governo, Deputado Luis Eduardo Magalhães, de se afastar do cargo. O deputado, insatisfeito com as acusações do Ministro das Comunicações Sérgio Motta, voltou atrás na sua decisão e manteve-se no cargo, mas o desentendimento abalou o governo e instigou os partidos políticos contra o presidente. Este pronunciou-se criticando o ministro e defendendo Luis Eduardo Magalhães, elogiando a base política do governo. No final, a situação pareceu normalizar-se, e o telespectador viu-se diante de mais um, dentre tantos, desentendimentos no setor político.

A metodologia de análise do corpus propõe-se a contribuir para as atividades profissionais docentes, levando a televisão (e os telejornais)

para a sala de aula, facilitando a compreensão tanto da imagem quanto da linguagem utilizada. Para isso, esta pesquisa divide-se em dois níveis. O primeiro postula a observação de dispositivos visuais, na apreensão do construto icônico tão meticulosamente trabalhado na mídia. Serão observados os modos de organização dos telejornais, especificamente quanto à apresentação das notícias em foco.

Como segundo patamar, no exame das estratégias textuais-discursivas, escolhemos, em livros recomendados para 2º Grau, tópicos normalmente abordados no ensino de língua portuguesa.¹ Nessa parte, analisa-se a estrutura textual-discursiva dos telejornais, destacando a linguagem e os recursos de que se utilizam tais programas para veicular as manchetes.

4. Procedimentos de análise: proposta para uma aplicação pedagógica

4.1. Dispositivos visuais e organização dos telejornais

Quadro: Apresentação das notícias

	Duração do jornal	Duração das notícias	% de tempo do jornal	Tipo de apresentador	Testemunhas ou entrevistas
TJ 1	30'	4'24"	14%	2 relatores	PFL, PMDB, Luís Eduardo Magalhães, FHC
TJ 2	60'	15'06"	25%	2 âncoras + "expert"	Cidadão, comando de greve da polícia, Secr. Adm. (PE), Sind. Policiais (RJ); PFL, PMDB, Luis Eduardo Magalhães, ACM, Michel Temer, FHC (em coletiva)

Conforme se pode observar no quadro acima, os dois telejornais dispensaram tratamento diferenciado às notícias - greve dos policiais e tentativa de demissão do líder do governo -, inclusive no que se refere ao tempo destinado às mesmas.

O TJ 1 apresentou ambas as manchetes separadamente, em blocos diferentes; pelo pouco tempo dispensado à cobertura das notícias, não houve muitas entrevistas, nem os apresentadores-relatores teceram

comentários acerca dos fatos narrados. A ausência de comentários e a aparente objetividade da reportagem são características desse tipo de noticiário, que pretende apresentar uma visão panorâmica dos fatos. Nesse programa, os apresentadores posicionam-se de frente para a câmera, e as imagens são descritivas, acompanhando o que está sendo narrado. Os closes são dados nos personagens de destaque, como o deputado Luís Eduardo Magalhães e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, o TJ 2 relacionou as duas matérias, no terceiro bloco, entremeando-as com comentários de um especialista em assuntos políticos. Também entrevistou várias pessoas envolvidas direta ou indiretamente nos fatos, dando voz, por exemplo, a um transeunte² e a um sindicalista, no caso da greve dos policiais. Nesse programa, o bloco, dedicado exclusivamente às duas notícias em pauta, foi o mais longo, contando com a participação de dois apresentadores-âncoras - um em Brasília e outra no Rio de Janeiro -, além do comentarista político. As imagens são - como no outro noticiário - descritivas, porém mais detalhistas, com aproximação das câmeras para mostrar, por exemplo, o furo de uma bala da parede, ou a carrocinha atingida em um tiroteio durante a greve dos policiais. Entretanto, ao contrário do que aconteceu no primeiro programa, dessa vez os apresentadores interagem, conversando entre si e voltando-se de lado para a câmera, criando um clima de “bate-papo”. Pelo que se percebe, parece haver uma maior liberdade entre os apresentadores, refletida na própria linguagem utilizada, como se verá na análise que se propõe a seguir.

4.2. A estrutura textual-discursiva

Oferece-se ao educador, nesse momento, uma proposta metodológica bastante flexível, com diferentes níveis de análise. Ele poderá optar pelo(s) que considerar mais pertinente(s) para seu trabalho em sala de aula. Assim, inicia-se o exame dos noticiários pela sua própria *macroestrutura* de apresentação, até se chegar a patamares mais refinados, como a *microestrutura* lingüística.

4.2.1. Focalização

Especialmente no ensino da dissertação, muitas vezes torna-se importante ressaltar para o aluno a importância de um texto que vá além do simples resumo dos fatos. Relevante, também, se apresenta o esqueleto argumentativo, o comentário, a minúcia, o detalhe embaixador de uma tese.

A matéria jornalística não foge à regra: intercala informações centrais com outras, que as secundam e complementam. O texto enunciado funciona, portanto, como a “objetiva” de uma máquina - “fotografa” um pensamento, destacando as formas principais das subsidiárias. Sugere-se, então, como atividade de reconhecimento da elaboração da tessitura textual, distinguir um plano mais linear, *figurático*, que condensa informações essenciais, daquele que atua como “pano de fundo”, detalhando, exemplificando e comparando ³.

Na comparação entre os dois telejornais, verifica-se que o primeiro, pela concisão a que visa, apresenta apenas o que julga essencial. Encontra-se, portanto, um *continuum* sem deslocamento de foco. Já o segundo noticiário, em contrapartida, trabalha com os dois planos. Comparem-se os exemplos:

“O trânsito parou em várias ruas do Centro. Depois de duas horas de caminhada pelo Centro da cidade, os policiais chegaram ao objetivo: o Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Estado.” (TJ 1)

Repórter : (plano 1 / principal) *“Ao contrário dos outros estados: aqui, foi a polícia civil que organizou o movimento. A militar, que ontem recebeu 80% de aumento, ajudou apenas a organizar o trânsito. (plano 2 / complementar) As lágrimas escorreram no rosto do policial que se emociona ao som do Hino. Flores, panelas, apitos, faixas. Da arma, ao invés da bala, a flor. A imagem era o retrato do tom pacífico da manifestação. (retomada do plano 1) Com o apoio dos Sem-Terra, da CUT e alguns partidos políticos, eles seguiram pela Avenida Rio Branco no Centro do Rio”.* (TJ 2)

4.2.2. Gêneros discursivos

Em telejornais, encontramos basicamente o discurso narrativo - gênero caracterizado por relato de fatos, com forte seqüencialidade temporal - e o expositivo-argumentativo ⁴ - somatório de idéias, opiniões, argumentos. Como exemplificação, tomemos por base a primeira notícia.

No Telejornal 1 detecta-se uma narrativa extremamente rápida, que sequer deixa espaço para maiores elocubrações. Há uma presença

mação de verbos de ação no modo Indicativo (a maioria no pretérito perfeito), reforçando a idéia do imediato e da certeza. No Telejornal 2, também predomina a narração, porém lenta, fixando-se em detalhes, alternando pretéritos perfeito e imperfeito - e este último ralenta a informação e a presentifica, por meio da noção de passado “não acabado”. Na segunda parte da reportagem sobre a greve, inicia-se o expositivo-argumentativo, quando há a possibilidade de “... expor idéias, desenvolver raciocínios, encadear argumentos, atingir conclusões” (Infante, 1991: 105). Nesse momento, encontram-se verbos no presente além de tempos que expressam dúvida, possibilidade, incerteza. Observem-se os excertos:

“Um policial chegou a deitar na rua em frente a um ônibus. A PM acabou cedendo e a avenida foi ocupada pelos manifestantes. O trânsito parou em várias ruas do centro”. (TJ 1)

“Uma bala de pistola ficou alojada no carro que estava estacionado ao lado da agência. Esta mulher, que trabalhava como ambulante, ficou no meio do tiroteio.” (TJ 2 - 1ª parte da notícia)

“Esse governo não merece confiança (...). Depois que tiver todo mundo bem (...). Eu diria que foi o ponto sensível (...).” (TJ 2 - 2ª parte)

Interessante notar ainda o apelo plástico no uso de técnicas descritivas, em que se unem o icônico com o texto (preenchido por substantivos), como se fossem tela/imagem e respectivos títulos : “Flores, pancas, apitos, faixas. Da arma, ao invés da bala, a flor” (TJ 2). Realmente, para descrever, concorrem a habilidade lingüística e as finalidades a que se propõe em relação ao destinatário, ou seja, transmitir “... impressões ou comunicar-lhe emoções” (Infante, 1991: 89).

Já a argumentação, em sentido restrito, personifica-se na voz e nas idéias dos comentaristas e, positivamente, reflete a tônica do Telejornal 2:

Comentarista: “Esse leque de derrotados denuncia, entretanto, um grave problema de reajuste, porque a policia militar não pode ter nenhuma ilusão de que vai sair intacta disso”.

4.2.3. Níveis de linguagem

Utilizamos a dicotomia adotada por Tufano (1985: 13), opondo um *nível coloquial*, representado "... por formas de linguagem usadas na conversação diária, numa situação de informalidade", ao *culto*, caracterizado por "... uma linguagem mais obediente às normas gramaticais".⁵

Com relação aos apresentadores e comentaristas, o Telejornal 1, mesmo sem referendar itens lexicais mais formais, mantém sintaticamente o nível culto.

Repórter: "*Durante todo o dia nem os próprios aliados do governo tinham a verdadeira dimensão da crise.*"

Apresentadora (RJ): "*A ameaça do líder do governo de deixar o cargo criou uma nova crise em Brasília.*"

O campo lexical também se mostra formal, mas sem rebuscamentos, possivelmente para se adequar a todo tipo de clientela. Na segunda notícia, no entanto, voltada para um público mais restrito, há termos de ordem técnica.

Notícia 1 - "*A panela vazia e o revólver sem tambor foram os símbolos da manifestação. Os policiais rezaram antes de sair em caminhada pelo Centro*"

Notícia 2 - "*No início da noite, o presidente disse que quem fala por ele no Congresso é o líder Luiz Eduardo Magalhães e que a permanência do deputado é fator de estabilização.*"

Verifica-se, como se pôde constatar em item anterior, pouco apoio de entrevistas. Quando se fazem presentes, respeitam o discurso do entrevistado, mesmo quando o líder dos Sem-Terra utiliza vocábulos coloquiais ou o Presidente da República resvala na concordância culta.

João Pedro: "*Assim que o governo der aumento pra eles, eles voltam a bater em nós.*"

Presidente: "*Limites há que serem, ser colocados para todos, para Sérgio Motta, e para todos os demais. Não cabe críticas públicas, de ministro a ministro. Não cabe comentários (...)*"

O Telejornal 2, por sua vez, alterna tom formal (especialmente no relato da notícia) com certo grau de informalismo, sobretudo nos

textos dos apresentadores-âncoras, do comentarista e até dos repórteres.

Apresentador (Brasília): “Teve gente assim em torno de Luís Eduardo pedindo para que ele bancasse, afinal o Tiradentes com o pescoço dele e não com o dos outros.”

Repórter : “Dá pra continuar no cargo se o ministro, continuando o ministro Sérgio Motta?”

A alternância no grau de formalidade se faz inclusive em uma mesma fala. Veja-se o exemplo abaixo em que os termos “oportunistas” e “repulsivos” encontram-se lado a lado com expressão popular.

Comentarista: “... é tolice a CUT e os Sem-Terra imaginarem que vão tirar, não é, a sua casquinha pegando carona nessa greve. O que a CUT e os Sem-Terra estão fazendo é uma irresponsabilidade, de uma demagogia, de um oportunismo realmente repulsivos.”

Entre apresentadores e comentaristas, estabelece-se também clima amistoso, com troca de idéias - uma aproximação que reproduz uma conversação com atmosfera bastante distensa.

Apresentadora (RJ): “Vou conversar agora com o Villas. Ô Villas, (...). Como é que vamos ficar com essa situação, Villas?”

Comentarista: “Olha, o quadro está francamente entrando em processo acelerado de deterioração (...).”

Apresentador (Brasília): “Márcia, aqui pra nós, essa crise, não é apenas política. É uma crise também clínica, é uma crise médica, porque tanto o Sérgio quanto o Inocêncio estão tomando pilulas para emagrecer e pilulas para emagrecimento batem com os nervos das pessoas. Aqui pra nós, nem você nem eu estamos tomando pilulas, hein?”

Apresentadora (RJ): “Ainda bem, hein, Chagas?”

Entretanto, bons exemplos do coloquial igualmente advêm da fala dos entrevistados, especialmente no plano sintático, por meio de transgressões à norma culta. Observem-se, pois, os fragmentos a seguir, o primeiro com a presença de anacoluto e o segundo, com

“erro” no âmbito da concordância nominal.

Sindicalista: “*E o plano, se não sair, evidentemente que a categoria vai até as últimas consequências.*”

Presidente: “*Todos, todos que eu quiser, que sejam ministro.*”

Mas a fala dos entrevistados vai ao ar mesmo quando denota ser típica de classe economicamente desfavorecida.

Cidadão : “*O risco que a gente temos que correr sem nenhuma proteção, certo ? O povo aqui não tem nenhuma proteção nem pra vim pra banco nem pra cidade.*”

4.2.4. Categorias morfossintáticas

No estudo das categorias gramaticais, a título de exemplificação, vamos nos ater à observação de itens lexicais e expressões utilizados no processo de “transformação da realidade em fatos” (Charaudeau, 1992) - analisando as operações referentes à designação dos seres e à sua caracterização.

Durante a construção de um texto, a seleção lexical representa uma das estratégias mais produtivas de que se serve o emissor para a construção do objeto a ser identificado pelo receptor. Decorre daí a importância das considerações feitas aqui a respeito da escolha do léxico na estruturação da notícia. Encontramos, nos dois jornais analisados, diferenças quanto à seleção vocabular utilizada na estruturação das notícias.

No telejornal 1, os jornalistas relatores limitam-se a dar a notícia, não há participação avaliativa dos fatos nem da parte dos apresentadores, nem dos repórteres, os quais se atêm apenas a alinhar sentenças coordenadas, linearmente. A seleção dos dados que compõem a notícia, sua ordenação e relevo, porém, contribuem para a construção de um sentido ideológico sobreposto aos fatos e, no caso deste jornal, nota-se a opção pela objetividade do relato. Para tal, surgem substantivos e adjetivos cuja função é identificar e caracterizar os seres de forma bastante isenta, como se nota nos exemplos a seguir:

“No Rio *policiais civis* fizeram protestos para pedir *aumento de salário*. A *concentração* foi na Candelária,

no Centro da cidade. A *panela vazia* e o *revólver sem tambor* foram os símbolos da manifestação.”

Já no Telejornal 2, onde os locutores têm espaço para comentários e funcionam como âncoras, as posições avaliativas são constantes, e as marcas da subjetividade processam-se por meio do uso de adjetivos e advérbios opinativos, pelo emprego de expressões conotativas, subjetivas e de verbos de sentido modalizador. Nota-se também alteração da ordem dos termos e uma opção pela presença topicalizada de elementos tidos como mais importantes. Observem-se os exemplos:

Comentarista: “Olha, o quadro está *francamente* entrando em um processo *acelerado de deterioração*. É *certo* que essa idéia de balanço da situação a essa altura *parece precipitada e pernóstica* ...”

Apresentadora: “(...) *enfim a gente vê* que em todos os lugares houve quebra de disciplina.. e todo mundo *parece* estar perdendo. Como é que *vamos ficar* com essa situação, Villas?”

Repórter: “*Flores, panelas, apitos, faixas*. (...) *Da arma ao invés da bala a flor*. A imagem era o retrato do tom *pacífico* da manifestação.”

Repetem-se as mesmas estratégias na apresentação da segunda notícia. O telejornal 1 mantém o esquema. A jornalista faz uma síntese da notícia aparentando isenção e mantendo um distanciamento estratégico. Apresenta os fatos por um contrato eminentemente informativo, com os verbos no pretérito perfeito: aparecem substantivos neutros semanticamente, e os adjetivos são de caráter descritivo e denotativo, como vemos pelos exemplos abaixo:

Apresentadora: “A *ameaça do líder do governo* de deixar o cargo *criou* um *nova crise* em Brasília. O presidente Fernando Henrique deu a resposta: *desautorizou* o ministro que *criticou* os aliados e o líder Luís Eduardo Magalhães *aceitou* ficar.”

No Telejornal 2, por sua vez, o apresentador não se limita a dar as notícias. Ao fazer uma avaliação do momento político, as marcas da subjetividade ficam claras no uso de expressões metafóricas e na presença de adjetivos topicalizados, de cunho argumentativo. Observa-se, ainda, o emprego de jogos significativos, com o uso de

conotações, ironias, e a demarcação de pressupostos avaliativos. Os seguintes trechos servem de exemplificação:

Apresentadora (RJ): “Chagas, Brasília, hoje, também pegou fogo, hein?”

Apresentador (Brasília): “Nessa *novela*, aparece, nesse novo capítulo, uma nova categoria de figuras: são os *incendiários*. (...) *Revoltados* com os *ataques* do ministro Sérgio Motta, os partidos aliados resolveram *declarar guerra* ao PSDB. (...) Márcia, *aqui pra nós*, essa crise não é apenas política. É uma *crise também clínica*, é uma crise médica, porque tanto o *Serjão* quanto o *Inocência* estão há meses tomando pilulas para emagrecer...”

5. Conclusões

Um dos objetivos principais desse trabalho foi verificar até que ponto os diversos processos de veiculação das notícias podem ser considerados como estratégias para a construção de um sentido capaz de garantir a credibilidade do jornal, conseguir a adesão do telespectador e atuar na formação da opinião pública. Assim, grandes diferenças se verificam quando se comparam os dois telejornais.

O TJ1, como já se afirmou, dedicou pouco tempo às duas notícias, não as detalhando, nem pormenorizando. Seu objetivo básico parece ser a concisão: há, mesmo, uma manutenção (quase didática) do foco discursivo, predominância de narrativa e um nível de linguagem que ratifica o padrão culto. Além disso, destacam-se substantivos e adjetivos com características de isenção de valores.

O TJ 2, por sua vez, relacionou as duas matérias, comentando-as por intermédio de especialistas. Há maior/melhor refinamento na apresentação da notícia: alternam-se os focos discursivos, narração e dissertação se completam, percebe-se variação nos níveis formal/informal da linguagem. A seleção lexical manifesta, também, comprometimento com a análise.

Cada um dos jornais televisivos sustenta, por conseguinte, sua credibilidade em patamares opostos: à “objetividade” do primeiro contrapõe-se a (maior) “subjetividade” do segundo. Percebe-se, portanto, que, através da análise discursiva de um recorte de notícias, chega-se a fornecer subsídios para uma generalização a respeito de

mídia televisiva: a relação dos temas com as variadas formas de atuação dos atores do ato discursivo televisivo apontam tendências de valores ideológicos de cada emissora, ou do telejornal em questão.

Importante se faz, então, formar a consciência crítica do aluno quanto à apreensão do significado ideológico do texto mediático, colocando-o à frente das estratégias utilizadas na construção do sentido.

NOTAS

¹ Tal divisão possui cunho artificial, já que na mídia televisiva o linguístico se funde com o imagístico. A divisão aqui apresentada decorre, pois, da necessidade de decompor o objeto sob nosso crivo para melhor analisá-lo.

² A esse respeito, Guy Locharde (apud CARNEIRO (org.), 1996) esclarece que a “promoção do anônimo” colabora para uma associação à idéia da defesa do “fraco” sobre o mais “forte”.

³ O professor pode, se quiser utilizar este item, falar apenas em “informações principais e subsidiárias”, deixando de lado as noções linguísticas de “figura” e “fundo”.

⁴ Não acreditamos ser produtivo para o educador insistir em discussões sobre diferenças entre “exposição” e “argumentação”. De modo geral, tais modalidades apresentam-se amalgamadas em compêndios escolares.

⁵ Talvez uma classificação tipológica que abordasse níveis de linguagem como variações/modalidades (do informal ao ultraformal) fosse mais completa e, por conseguinte, melhor adequada. Todavia, não encontramos nos compêndios tal escalaridade. Optamos, então, por fazer uso da que se encontra, embora simplificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARNEIRO, A. D. (org.). *O Discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
2. CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachett, 1983.
3. _____ . *Grammaire do sens e de l'expression*. Paris: Hachett, 1992.

4. _____ .Le contrat d'information médiatique: la spécificité de l'information télévisée. **Anais do II Encontro Franco-Brasileiro de Análise do**
5. _____. **Discurso**. Faculdade de Letras/UFRJ, 1997. p. 13-20.
6. FERRÈS, Joan. **Televisão e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
7. GAVAZZI, Sigrid Castro et al. **Jornal Televisivo: estratégias argumentativas na construção da credibilidade**. In: CARNEIRO, A. D. (org.). **O Discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
8. INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação**. São Paulo: Scipione, 1991.
9. LOCHARD, Guy. **Apprendre avec l'information télévisée**. Paris: Retz, 1989.
10. _____. **Les images de télévision : propositions pour un système de classification**. **Anais do II Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso**. Faculdade de Letras/UFRJ, 1997. p. 40-47.
11. SANTOS, L. W. dos (org.). **Discurso, coesão, argumentação**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
12. TUFANO, Douglas. **Estudos de Redação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1985.

Análise do discurso e ensino de línguas estrangeiras

ROSA MARIA NERY

Refletir sobre as relações entre Análise do Discurso e ensino de línguas estrangeiras constitui, à primeira vista, tarefa bastante simples, visto que a incorporação da AD às práticas didático-pedagógicas do ensino/aprendizagem de línguas parece constituir, hoje, uma unanimidade compartilhada por aqueles que trabalham na área. Mas é precisamente esta unanimidade que faz com que seja difícil abordar o tema com uma certa originalidade. Trata-se, além disso, de um tema extremamente vasto.

Minha tarefa não é, assim, tão simples quanto parece; para cumpri-la tomo uma decisão: restringir meu objeto, situando-o no interior e a partir de minha experiência profissional. Apresentarei, assim, algumas reflexões que se originam - apesar de não serem sempre originais! - da intersecção entre minha formação em Análise do Discurso - esta situada mais especificamente no quadro teórico-metodológico da Semiologia do Discurso proposta por P. Charaudeau - e minha prática enquanto professora de francês língua estrangeira, interessada sobretudo pelo universo da escrita, e, em particular, pela **leitura** - tema de minha tese de doutorado, da qual retirei alguns dados, deslocando o enfoque de tratamento a fim de adaptá-lo ao tema desta mesa.

Gostaria de explicitar, desde já, meu ponto de vista a respeito de nossa temática. Para fazê-lo, amplio, de certo modo, o tema proposto, isto é, acredito que tenha que se pensar a relação entre A.D. e ensino de línguas em geral, tanto materna quanto estrangeiras. Considerando que acabo de afirmar que restringiria meu objeto, esta ampliação pode parecer contraditória; mas ela se justifica, no entanto, justamente pelo fato de eu me situar aqui numa perspectiva discursiva. E, a meu ver, é esta ampliação que consiste numa das principais

contribuições da AD para o processo de ensino/aprendizagem de línguas. Explico-me melhor. O recorte teórico-metodológico da AD é fundamental para o ensino de línguas precisamente porque ele faz com que se desloque o objeto de ensino/aprendizagem: passa-se a um trabalho com a linguagem, ou seja, com atos de linguagem (*actes langagiers*) e não apenas com a ou uma língua, termo este que utilizo aqui em seu sentido estrito, isto é, enquanto código verbal. Nesta perspectiva, ensinar línguas consiste numa *educação linguageira* (no sentido que se dá, em francês, a *langagière*, ou seja, “relativa à, para a linguagem”), que, enquanto tal, engloba língua materna e línguas estrangeiras, mesmo que não se deixem de lado as especificidades de cada língua enquanto um código, um sistema particular. Para ilustrar esse meu ponto de vista - e este será o objetivo desta minha fala - me aterei à escrita e, em particular, à leitura. Antes disso, porém, preciso fazer um breve parêntese teórico - sem nenhuma pretensão de aprofundamento ou exaustividade, pois a ocasião não me permitiria fazê-lo - para que se possa entender o porquê desta minha posição.

Concepção de linguagem e ensino de línguas

Todo processo de ensino/aprendizagem de uma língua - seja ela materna ou estrangeira - pressupõe, evidentemente, uma escolha prévia (ainda que se trate de uma opção não consciente) com relação à concepção que se tem da natureza e do funcionamento da linguagem, a partir da qual se determinarão a metodologia de ensino, os materiais utilizados, os critérios de avaliação, etc.

O que estaria, então, em jogo neste processo quando a opção que se faz é pela AD? Ou seja, numa perspectiva discursiva, o que estaria envolvido num trabalho que vise a uma **competência de linguagem**? A resposta à essa pergunta nos é dada pelos próprios fundamentos da AD: ter uma competência de linguagem implica no domínio, pelo sujeito falante (termo que utilizo aqui em seu sentido mais amplo), dos **componentes constitutivos de todo e qualquer ato de linguagem**, seja ele em língua materna ou estrangeira, qualquer que seja a língua estrangeira em questão, tanto em nível de oralidade quanto de escrita, tanto em produção quanto em recepção.

Partindo dos pressupostos da Semiolingüística do Discurso - dos quais me sirvo aqui de maneira extremamente resumida e simplificada¹ - deter esta competência de linguagem significa, a grosso modo, poder (re)conhecer o ato de linguagem, independentemente do código

semiológico formal através do qual ele se realiza, não como um ato de comunicação (um processo simétrico de transmissão de informações, codificadas por um locutor e decodificadas por um receptor), mas como um “espetáculo” (uma *mise en scène*), recobrando quatro sujeitos: dois parceiros - sujeito comunicante e sujeito interpretante - situados no circuito externo do Fazer, que constitui o lugar situacional determinante dos gêneros situacionais, e dois protagonistas - sujeito enunciante e sujeito destinatário - inscritos no circuito interno do Dizer. É preciso, portanto, considerar que o ato de linguagem apresenta um caráter interacional, resultante de um duplo processo de cálculo - por olhares avaliadores - e de “lances”, ou seja, que:

“...os parceiros se livram a um trabalho - consciente e não-consciente - de avaliação do outro para proceder a “lances” [“coups”] de produção/interpretação do sentido através de jogos de encenação dos protagonistas.” (Charaudeau, 1984b:166 - tradução nossa).

Deter uma competência de linguagem significa, também, ser capaz de (re)conhecer que todo ato de linguagem apresenta, ainda, uma dupla característica. Por um lado, ele resulta de um projeto de significação, ou seja, de um projeto de fala (*projet de parole*) de um sujeito comunicante, ao qual faz eco o trabalho de interpretação de um sujeito interpretante, sem que, na fabricação do sentido, tudo seja, de modo algum, voluntário, intencional e transparente. Em outras palavras, há que se considerar que a significação, por razões diversas, não é única nem totalmente consciente. Por outro lado, o ato de linguagem se define igualmente como um ato ritualizado representando as práticas sociais de um grupo social determinado, supondo, assim, a existência implícita de um contrato de fala (*contrat de parole*). Desse modo, os discursos produzidos e que circulam numa dada sociedade se constituem enquanto gêneros, os quais representam a memória discursiva desta sociedade.

Nessa perspectiva, e em relação ao circuito do Fazer e o do Dizer, o ato de linguagem compreende diferentes componentes, os quais vão definir a competência de linguagem:

- **quadro situacional**: o lugar das imposições físicas e psicossociais inscritas no circuito externo, compreendendo o

comunicacional (formas de: presença dos parceiros, transmissão, presença do referente, de intercomunicação) e o **psicossocial** (identidades: social, das relações de força, psicológica, do grau de conhecimento, do contrato relacional, a partir do qual se situam os gêneros situacionais, os quais interdefinem a posição simbólica dos parceiros):

- **quadro semiossemântico**, compreendendo um componente **semiológico** (composto por marcas referentes aos diferentes sistemas semiológicos - e é aqui que se situa a língua enquanto código - que, num ato de linguagem, transformam-se em índices) e outro **semântico** (o lugar das representações supostamente compartilhadas);
- **quadro discursivo**, que integra três componentes ou cenas: **enunciativa, narrativa e argumentativa**.

São justamente esses componentes que constituem a competência de linguagem, sendo manipulados pelo sujeito comunicante quando da produção de um dizer e pelo sujeito interpretante quando da interpretação de um dizer.

Retomando, então, a questão do ensino de línguas a partir desta perspectiva teórica, pode-se afirmar que é esta competência de linguagem - ou seja: a competência situacional, a competência semiológica, a competência semântica, a competência discursiva, a qual engloba o enunciativo, o narrativo e o argumentativo - que se deve procurar desenvolver no processo de ensino/aprendizagem de uma língua. Desse ponto de vista, ensinar uma língua não se restringe, assim, a um trabalho unicamente sobre o lingüístico - isto é, sobre um código verbal determinado, manifesto na superfície lingüística de textos, orais ou escritos. É claro que dominar este código é fundamental, mas só isto não basta. Como vimos, um ato de linguagem compreende muitos outros elementos além do código lingüístico. Assim, ter uma competência de linguagem significa dominar todos esses elementos, que extrapolam o meramente lingüístico, tratando-se, por isso mesmo, de uma competência "transversal" na medida em que ela "atravessa", é comum a diferentes línguas, sendo, portanto, comum, em muitos aspectos, à língua materna e às línguas estrangeiras. Com o intuito de chamar a atenção sobre este fato, passo, agora, a apresentar alguns dados referentes à leitura.

Ler em língua materna e ler em língua estrangeira: competências distintas?

A partir dos pressupostos teóricos que acabo de apresentar, não é difícil antever a resposta que podemos dar a esta pergunta. Antes, porém, gostaria de fazer uma breve consideração sobre como a escrita tem sido abordada nos métodos destinados ao ensino de francês língua estrangeira², porque, a meu ver, é justamente em relação ao trabalho com a escrita que uma incorporação efetiva dos pressupostos da AD representaria um considerável avanço para o ensino de línguas. Restrinjo-me ao francês porque não conheço os materiais existentes no mercado para o ensino de outras línguas estrangeiras: acredito, porém, que estes não devem ser muito diferentes daqueles.

De um modo geral, pode-se dizer que os métodos de FLE, publicados a partir do final da década de 70, apresentam uma abordagem razoável da oralidade, considerando, em muitos aspectos, a sua complexidade discursiva. Já, com relação à escrita, não se pode dizer o mesmo. Ora, qual é o estatuto atribuído, nesses métodos, ao texto escrito? Excetuando-se a metodologia inaugurada, naquela mesma época, pelo que se convencionou chamar, no Brasil, de "Instrumental" - metodologia essa que não foi, entretanto, incorporada aos métodos ditos "gerais", ou, muito pouco e, hoje, cada vez menos - e alguns raros materiais específicos para o ensino da escrita, esta não é considerada, nos métodos de FLE, em sua especificidade: são raros - quando não, inexistentes - exercícios que propõem um trabalho efetivo e específico com leitura e produção de textos, as quais são abordadas como se fossem práticas espontâneas que se realizariam, portanto, naturalmente a partir da aquisição da oralidade. Observando-se, nesses métodos, os tipos de atividades propostas, constata-se que a escrita é ainda encarada como transcrição/transposição da oralidade, visando-se, na maioria das vezes, à fixação gramatical. A escrita aparece, assim, como um trabalho complementar da oralidade, reservado, quase sempre, a cursos de nível mais "avançado".

Nesse contexto, trabalha-se muito pouco, ou quase nada, a **leitura**: em geral, o que se propõe como "interpretação" de texto - o qual, não raro, é fabricado, contendo os elementos lexicais e morfo-sintáticos apresentados anteriormente num diálogo - não passa de uma série de perguntas incidindo sobre o óbvio, ou seja, sobre a seqüência das informações que se seguem de forma linear e transparente no texto³.

sem que se considere o funcionamento global do texto em sua dimensão realmente textual e discursiva, deixando-se de lado toda a problemática do sentido. Estas propostas de "leitura" constituem, na verdade, exercícios de "pseudoleitura", isto é, um ato mecânico de decifração de enunciados; trata-se, assim, em essência, de um trabalho de *alfabetização* e não de *leiturização* - no sentido que Jean Foucambert atribui a esta distinção⁴.

Uma vez feitas essas considerações - na verdade muito longas, mas necessárias para que se possa instalar um quadro de discussão - passo, finalmente, a apresentar alguns dados referentes a desempenho em leitura, para os quais não apresentarei análises nem conclusões definitivas, pois meu propósito é apenas formular uma problemática a fim de lançá-la para reflexão.

Esses dados foram extraídos de um estudo sobre o desempenho dos candidatos na prova de francês do vestibular UNICAMP - estudo este realizado de 1992 a 1995 por uma equipe por mim coordenada - a qual visa a avaliar a competência de leitura dos alunos, sendo composta por doze questões dissertativas, formuladas em português, devendo ser respondidas igualmente em português, a partir de textos "autênticos" contemporâneos e não literários, em geral em número de quatro, extraídos de suportes diversos, recobrando temas da atualidade sem que esses favoreçam um domínio específico do conhecimento e que possam fazer parte do universo de leitura de um estudante universitário em início de curso; trata-se de textos que, entre si, apresentam diferentes graus de dificuldade e cuja leitura requer diferentes tipos de experiência discursiva⁵.

É preciso salientar que os alunos que optam por francês são muito pouco numerosos (menos de 2%), conhecendo, na sua grande maioria, muito bem a língua francesa, o que se pode observar por alguns trechos de tradução de textos que aparecem em suas respostas. No entanto, a análise de seu desempenho tem revelado algumas dificuldades por eles enfrentadas - que são constantes, podendo ser resumidas pelos seguintes aspectos:

1. Dificuldade, na leitura, com tudo o que é de natureza global e não linear. Constata-se que, na maioria das vezes, o problema do leitor-candidato não se origina do desconhecimento da língua francesa, mas de uma postura linearizada e linearizante diante do texto. Servindo-me da distinção feita por Foucambert,

poderia dizer que parte dos candidatos são **alfabetizados**, mas não **leiturizados**. Isto é, revelam-se muitas vezes como **decifradores** e não como **leitores**.

2. Intimamente ligada à questão da linearidade, percebe-se uma **“visão conteudística”** do ato de linguagem, a qual, ao desconsiderar a materialidade lingüística do texto, dificulta o re-conhecimento de seu funcionamento discursivo.
3. Dai decorre muitas vezes - e ao contrário do que se postula na maioria dos estudos sobre leitura - o fato de o **conhecimento prévio do leitor-candidato se configurar como elemento perturbador e não como facilitador no processo de construção de sentido**. Ora, ler é construir sentidos, mas não qualquer sentido: o texto restringe, **impõe limites ao leitor**.

É preciso salientar que esses problemas resultam, provavelmente, das práticas de leitura às quais o leitor-candidato foi exposto, enquanto aprendiz, no meio escolar. A verificação dessas constantes no que diz respeito ao desempenho dos candidatos na prova de francês do vestibular UNICAMP nos levou a formular uma hipótese, que tem se confirmado nas análises até aqui realizadas: os problemas enfrentados por esses leitores não decorreriam de deficiências relativas ao conhecimento de uma língua estrangeira em particular, enquanto código lingüístico - no caso, francês - mas diriam respeito ao processo de leitura em si, isto é, ao modo como esses sujeitos-leitores se relacionam com o universo da escrita. Trata-se, portanto, de problemas de **leiturização** e, enquanto tal, **não se restringiriam a língua(s) estrangeira(s)**, devendo se manifestar igualmente em língua materna. Ou seja, esses leitores-candidatos, ao lerem textos em português, provavelmente enfrentam os mesmos problemas que enfrentam ao ler textos em francês.

A confirmação dessa hipótese responderia à pergunta formulada anteriormente: a competência de leitura é, em grande parte, comum à língua materna e a língua(s) estrangeira(s), e é nessa dimensão de **“transversalidade”** que deveria ser tratada nas práticas pedagógicas que visam a sua aprendizagem.

Para ilustrar essas colocações, vejamos alguns dados, que, a meu ver, são bastante contundentes, dispensando, assim, maiores comentários. Trata-se de duas questões do vestibular UNICAMP de 1994, formuladas a partir de um excerto extraído de um longo artigo

jornalístico sobre o papel da imprensa escrita, escrito por Ignacio Ramonet:

8. Nesse parágrafo, Ignacio Ramonet defende uma tese, ou seja, uma idéia, contrapondo-a a outra. Qual é a tese defendida por Ignacio Ramonet?

9. Qual é a tese contrária?

O excerto⁶, na verdade, um parágrafo, é essencialmente argumentativo: nele, o jornalista apresenta primeiramente uma tese contrária a sua (*Muitos cidadãos pensam que...*), refutando-a explicitamente em seguida (*É um grande erro*), fundamentando-se em três argumentos (*Por três razões: primeiramente, porque...; em segundo lugar, porque...; finalmente, porque...*), para, somente na última frase, apresentar a sua tese (*Informar-se é cansativo. ...*). A resposta a essas questões exigia que o leitor-candidato reconstruísse a linha de argumentação que filtra e articula a informação, tarefa que representa, em geral, uma dificuldade para os leitores-candidatos mas que, nesse caso, é facilitada pelo fato de cada pergunta, por um lado, incidir sobre apenas um elemento da cadeia argumentativa (sendo portanto de natureza pontual e não global), por outro lado, orientar a leitura (a própria pergunta “mapeia”, para o leitor-candidato, a rede argumentativa do texto)⁷. Vejamos um exemplo de respostas adequadas, dadas por um mesmo candidato:

Ex. 1:

8. Ignacio Ramonet defende a tese de que para se informar seriamente é necessário esforço.

9. A tese contrária é a de que a televisão fornece o número de informações necessárias para o cidadão manter-se bem informado sem fazer esforço.

Vejamos, agora, um exemplo de respostas - igualmente dadas por um mesmo candidato - que ilustram o problema mais recorrente constatado com relação às respostas inadequadas fornecidas a essas duas perguntas, inadequação esta referente à pergunta 9:

Ex. 2:

8. A tese defendida por Ignacio Ramonet é que a televisão e seus jornais falados servem apenas para distrair o cidadão, e não para informá-lo.

9. A tese contrária é que: se informar é cansativo e é a esse preço que o cidadão adquire o direito de participar inteligentemente a uma via (sic) democrática.

Essas duas últimas respostas evidenciam:

- o procedimento linear do candidato para responder às questões: toma a primeira tese que aparece no excerto - na verdade, a negação dessa tese - para responder à primeira pergunta (8), e a segunda tese para responder à segunda pergunta (9), ou seja, toma a negação da tese contrária à de Ramonet como se fosse a dele, e a tese do jornalista como se fosse a contrária a que ele defende, o que acaba por gerar um contrasenso: o leitor-candidato, ao tomar a tese dos "cidadãos" como se fosse a de Ramonet, mas negando-a - emprestando-lhe, assim, o ponto de vista de Ramonet - acaba por contrapor duas idéias que são, na verdade, equivalentes;
- que o problema do candidato não se situa no nível da frase, mas no do funcionamento global do texto: ele compreende o "conteúdo" das frases isoladamente, mas não consegue relacioná-las. Ou seja: sua dificuldade está em recuperar a estrutura argumentativa do excerto e em identificar as vozes que nela se articulam, a do jornalista e a daqueles cidadãos (*Muitos cidadãos pensam que...*) que acreditam ser possível se informar seriamente através da televisão.

Vejamos alguns outros exemplos de pares de respostas que apresentam o mesmo problema:

Ex. 3:

8. A tese que ele defende é que as pessoas não conseguem se informar seriamente assistindo telejornais na televisão.

9. Informar-se é cansativo, não é feito assistindo-se televisão comodamente.

Ex. 4:

8. Não se pode se informar apenas diante da telinha.

9. Não se pode se informar sem fazer esforço.

Ex. 5:

8. A informação não se faz a partir da televisão ou da mídia mas graças a uma verdadeira busca/pesquisa.

9. A informação cansa, portanto é por isso que os cidadãos têm o direito de participar inteligentemente da vida democrática.

Reservo para o final o que me parece ser o mais contundente nesses dados e que deixo aqui como pista de reflexão e de discussão, fechando, de maneira implícita, o círculo de minha fala: os exemplos de número 3, 4 e 5 são oriundos de uma atividade de leitura em língua materna. As respostas do exemplo 3 foram formuladas por uma aluna caloura da UNICAMP que tinha a sua frente, para leitura, o excerto de Ramonet traduzido em português; os exemplos 4 e 5 são respostas redigidas originalmente em francês - e traduzidas por mim - por alunos franceses que tinham em mãos o excerto de Ramonet original, ou seja, em francês, acompanhado das duas perguntas traduzidas em francês⁸. Anexo: texto relativo às questões 8 e 9 do vestibular UNICAMP de 1994

Beaucoup de citoyens estiment que, confortablement installés dans le canapé de leur salon et en regardant sur le petit écran une sensationnelle cascade d'événements à base d'images fortes, violentes et spectaculaires, ils peuvent s'informer sérieusement. C'est une erreur majeure. Pour trois raisons: d'abord parce que le journal télévisé, structuré comme une fiction, n'est pas fait pour informer, mais pour distraire; ensuite, parce que la rapide succession de nouvelles brèves et fragmentées (une vingtaine par journal télévisé) produit un double effet négatif de surinformation et de désinformation; et enfin, parce que vouloir s'informer sans effort est une illusion qui relève du mythe publicitaire plutôt que de la mobilisation civique. S'informer fatigue, et c'est à ce prix que le citoyen acquiert le droit de participer

intelligemment à la vie démocratique.

(Le Monde Diplomatique, n. 475, p.28, oct. 1993)

Tradução

Muitos cidadãos pensam que, confortavelmente instalados no sofá da sala e assistindo na telinha uma sensacional cascata de acontecimentos à base de imagens fortes, violentas e espetaculares, podem se informar seriamente. É um grande erro. Por três razões: primeiramente, porque o telejornal, estruturado como uma ficção, não é feito para informar, mas para distrair; em segundo lugar, porque a rápida sucessão de notícias breves e fragmentadas (em torno de vinte por telejornal) produz um duplo efeito negativo de super-informação e de desinformação; finalmente, porque querer se informar sem esforço é uma ilusão que diz respeito mais ao mito publicitário do que à mobilização cívica. Informar-se é cansativo, e é a esse preço que o cidadão adquire o direito de participar inteligentemente da vida democrática.

(Le Monde Diplomatique, nº 475, outubro 1993, p.28)

NOTAS

¹Sirvo-me aqui de trabalhos de P. Charaudeau publicados até 1987. Em publicações posteriores a essa data, o autor reformulou a apresentação geral de sua teoria, que, em sua versão mais recente, apresenta algumas alterações conceituais e terminológicas. Acredito, porém, que o uso que faço dela não trai suas atuais propostas.

²A esse respeito, ver NERY (1994).

³Considerando-se a exigência que sua compreensão impõe ao aprendiz-leitor, estas perguntas são do tipo *reconstituição da informação pontual linear*. Faço aqui alusão a uma Tipologia de Questões elaborada por uma equipe de pesquisa da qual faço parte e que tem analisado, desde 1992, o desempenho dos candidatos na prova de Francês do Vestibular UNICAMP. Para definição e detalhamento da tipologia, ver CHEREM e NERY (1992).

⁴Distinção que retomo numa outra perspectiva: o autor refere-se em seus trabalhos principalmente à alfabetização em língua materna. Segundo Foucambert, a característica alfabética reside sobretudo na linearidade da utilização da escrita, que seria, na verdade, uma linearidade proveniente da utilização da oralidade e não, de modo algum, uma característica da escrita. Faz referência, aí, às práticas de alfabetização escolar centradas na decifração oral de textos escritos.

⁵Para uma idéia mais detalhada do exame, ver CHEREM e NERY (1993).

⁶Em anexo, texto original em francês e tradução.

⁷São perguntas do tipo *reconstrução da argumentação orientada pontual*. A esse respeito, ver nota 3.

⁸A fim de testar a hipótese relativa à leiturização, ou seja, à transversalidade da competência de leitura (língua materna Ú língua estrangeira), elaborei, a partir de textos e questões que integraram diferentes exames vestibulares da UNICAMP, uma prova de leitura em português língua materna, para a qual traduzi para o português os textos franceses originais, e outra em francês língua materna, para a qual traduzi para o francês as perguntas originalmente em português. Apliquei a primeira para um grupo constituído por calouros da UNICAMP que haviam optado por fazer, no vestibular, o exame de inglês e selecionados de maneira que seu conjunto fosse representativo do perfil dos candidatos que têm prestado a prova de francês daquela universidade. Com a valiosa ajuda de J. Foucambert, a segunda prova foi gentilmente aplicada num liceu em Bordeaux, na França, por um professor de francês a alunos que, em comparação com o sistema brasileiro de ensino, estariam concluindo o segundo grau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours. Eléments de semiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983a.
2. _____. *Problèmes de langage et d'analyse des médias. Sociologie du Sud-Est*, n. 37-38, p. 117-124, jul/dez., 1983b.
3. _____. *Une théorie des sujets du langage. Langage et société*, n. 28 p. 37-51, jun., 1984a.
4. _____. *L'interlocution comme interaction de stratégies discursives. Verbum T.I-II/fasc.2-3*, p. 165-183, 1984b.
5. _____. *Introduction au colloque*. In: VVAA. *Médias et enseignement. Actes du colloque AUELF*. Sitges, avril 1983. Paris: Didier Erudition, 1985, p. 5-7.

6. _____. *Le genre "critique cinématographique" dans la presse écrite*. Mimco, 1987.
7. CHEREM, Lúcia Peixoto e NERY, Rosa Maria. *A prática da leitura em questão*. Análise do desempenho dos candidatos na prova de língua estrangeira - francês no Vestibular UNICAMP 1992. *Letras*, n. 4, p. 97-119. jul/dez., 1992.
8. _____. Francês. In: BASTOS, Lúcia K. X. et al., *Vestibular UNICAMP Inglês/ Francês*. São Paulo: Globo. 1993.
9. FOUCAMBERT, Jean. *La manière d'être lecteur. Apprentissage et enseignement de la lecture de la maternelle au CM2. "La lecture fonctionnelle et dynamique"*. Paris: SERMAP, 1976.
10. _____. *Question de lecture*. Paris: Retz. 1989.
11. NERY, Rosa Maria. *Comparaison d'articles dans la presse brésilienne et la presse française: le "news-actualité" des hebdomadaires d'information*. Dissertação para obtenção do Diplôme d'Etudes Approfondies. Paris: Université Paris-Nord. 1986.
12. _____. Análise do discurso e leitura: elementos para uma "progressão" textual. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, n. 15, p. 49-63 jan/jun., 1990.
13. _____. *"Francês Instrumental", quinze anos depois. Com que objetivos? Quais são seus limites?* *Rencontres*, n. 5, p. 43-57, dez., 1994.

A nação e a noção de povo dos discursos de Getúlio Vargas (*)

MARIA EMILIA AMARANTE TORRES LIMA

A particularidade dos discursos de Primeiro de Maio das duas épocas do governo do presidente Getúlio Vargas (1938-1944 e 1951-1954) se atém à *mise en scène* discursiva de um encontro do Estado com os trabalhadores; é na ocasião dessa encenação que Vargas vai construir discursivamente a noção de “povo” e a noção de “povo brasileiro” através do populismo. O que, entretanto, se encontra em definitivo implicado e construído quando Vargas emprega o termo ‘povo’ nos discursos de Primeiro de Maio? É a esta pergunta que nos propusemos responder ao longo do presente texto.

Na análise discursiva do termo “povo”, tentamos ouvir ao mesmo tempo o que é expressamente dito e o que não é dito, no interior do que é dito; tentar resolver as ambigüidades de um discurso seria apenas pretender tomar o lugar do sujeito do discurso - o que não nos parece ser a posição teórica da Análise do Discurso; esta posição não é nem a que ocupa o sujeito do discurso, nem a que ocupa o “receptor”, a quem os discursos são dirigidos, tomados em uma relação imaginária. Esta posição é dentro/fora, ela só pode reenviar ao que é dito (e no que não é dito), situando-nos nas relações de forças mobilizadoras. Procuramos “ouvir” as ambigüidades discursivas dos discursos de Primeiro de Maio dirigidos por Vargas aos trabalhadores.

Por outro lado, todo discurso é endereçado a “um outro”, qualquer que seja o status dessa alteridade. No caso desses discursos de Primeiro de Maio, “o outro” tomado na relação imaginária é constituído pelos “trabalhadores”; é a eles que Vargas pretende dirigir-se, embora tenha também escolhido responder no interior desses discursos a seus adversários, o que lhe permite, aliás, dirigir-lhes a palavra obliquamente, em um discurso já significativo.

Que os trabalhadores sejam ou não o que Vargas imagina, isto não tem importância; o que conta é construir uma relação imaginária que funcione para ele Vargas (e para os trabalhadores?), e que produza assim efeitos reais.

Antes que o dia 1º de Maio fosse transformado pelo Estado Populista em “dia de festa”, os dirigentes do movimento operário explicavam ao proletariado o verdadeiro significado deste dia, evocando a “Tragédia de Chicago” (as lutas pela jornada de 8 horas começaram em Chicago em 1884, terminando com a declaração da greve geral em 1º de Maio de 1886). Embora o sentido atribuído a esta data variasse segundo as diferentes orientações das organizações anarquistas dos anos 1900, todas elas tinham um ponto em comum: tratava-se de um dia de luta do trabalho contra o capital.

E, no entanto, em 1938 (justamente após a instalação do Estado Novo), Vargas se dirigiu pela primeira vez aos trabalhadores no dia 1º de Maio e transformou esse dia em “dia de comemoração da cooperação entre os empregadores e os empregados”, “dia de confraternização”, dia cheio de alegrias... em suma, em lugar da cooperação das classes sociais com o Estado, em celebração oficial da cooperação do trabalho e do capital.

Vargas escolheu assim este dia, cujo valor simbólico era decisivo para o movimento operário, para introduzir uma relação “nova” do Estado Novo com “os bons trabalhadores”, a quem ele apresentou suas leis, declarou “seu amor” e, ao mesmo tempo, se engajou na luta contra a miséria e os “elementos perigosos” da sociedade (de fato, contra uma parte dos próprios operários). Ele lhes ensinou o que é um governo, uma nação, uma revolução, a união, o sindicato, etc., e também disse como os trabalhadores deveriam conduzir sua luta: no interior do aparelho de Estado. Ele tentou convencer as massas de que a revolução era indesejável, que ela seria nefasta aos próprios trabalhadores, que não lhes traria nada mais que o próprio Estado, dado que, depois de 1930, “as coisas mudaram” em favor dos trabalhadores.

Em suma, o encontro sistemático de Vargas com os “trabalhadores do Brasil”, a cada ano, no dia 1º de Maio, constituiu um momento histórico privilegiado de construção e de interpelação do “povo” e do “trabalhador brasileiro”: além disso, esses discursos constituem um dos elementos discursivos mais representativos da prática

discursiva “populista”: em vez de reforçar as fronteiras entre os operários e o Estado - sob a Primeira República- , o populismo mobilizou as contradições, recuperando as práticas próprias ao movimento operário e, em particular, o dia 1º de Maio. A legislação trabalhista que representa a bandeira dos dois governos varguistas constitui o ponto nodal destes discursos.

Assim, a cada 1º de Maio, a partir de 1938, Vargas convidou “os trabalhadores do Brasil” a escutá-lo, expressão esta que ficou na História brasileira como o signo do paternalismo e do populismo varguista.

O discurso de 1938 tem uma particularidade que nos interessa de perto: *é o único discurso de Primeiro de Maio que não contém o termo povo*. Neste primeiro encontro com os trabalhadores, Vargas se abstém de falar do povo ou dos povos, para falar somente dos operários, *em conexão implícita com o discurso anarquista*; retoma assim a herança discursiva no interior do movimento operário, a partir de suas origens anarquistas, para lhes dirigir a palavra. Ele vai então construir discursivamente o povo brasileiro, apoiando-se na questão operária para se distanciar dela progressivamente, contornando a queda do Estado Novo.

Em um primeiro momento segmentamos o conjunto dos textos constituindo os dois corpus “Primeiro de Maio” em Sequências Discursivas Autônomas (SDAs) - segundo critérios de segmentação apresentados em um artigo anterior elaborado por mim, com a participação de Jacqueline Léon -. O corpus I compreendeu 7 textos: os discursos de 1938 a 1944 (300 SDAs) e o corpus II compreendeu 4 textos: os discursos de 1951 a 1954 (328 SDAs), ambos apresentando um tamanho quase equivalente. Em um segundo momento, extraímos as SDAs contendo o termo “povo”, e construímos, assim, um novo texto, sobre o qual foi feita, efetivamente, nossa análise.

Como ponto de referência da análise discursiva tomamos sobretudo o fenômeno da *pressuposição*, através das *relativas*. A partir deste ponto de referência procuramos por em evidência as ambigüidades discursivas em torno do termo “povo”.

No início de sua trajetória discursiva de Primeiro de Maio, Vargas fará face “a um povo” que não é um povo (quer dizer, operários que vêm do exterior, anarquistas de origem européia, ou trabalhadores

vindos do campo e que não formam uma classe operária). Isto contribui para explicar que no primeiro *corpus*, trata-se sobretudo de geopolítica, quer dizer, da confrontação do “Brasil” com outros povos. Vargas vai mesmo tentar construir uma teoria política dos povos (ele fará referência à Segunda Guerra Mundial e à soluções extremistas indesejáveis dos outros povos...).

Assim, o primeiro episódio varguista (*corpus I*) esboçou o quadro geral da noção política de “povo” designando propriedades, aspirações, garantias do “povo”, sua relação com o Estado, com a Constituição, com a democracia, com os governos. Vargas construiu assim “a identidade do povo”, e o campo no qual ele construirá a noção do “povo brasileiro”, no segundo *corpus*.

No segundo *corpus*, ao contrário, tendo já construído “o povo”, ele construirá o *povo brasileiro falando ao povo do povo* (brasileiro), principalmente quando retoma, em 1951, os fios de sua política e de seus discursos dirigidos às massas, interrompidos em 1944.

É a partir do quadro universal das civilizações e dos povos traçado no primeiro *corpus*, que vamos ver o povo brasileiro, posto em contiguidade com os outros povos. Vargas diz implicitamente: “e o povo brasileiro se toma como tal...” Ele opõe assim a Nação Brasileira às outras nações e faz sistematicamente a comparação do Brasil com o exterior. Ele designa assim “Nós” (o responsável do governo que se identifica com seu povo) face a todos os outros.

A partir do momento em que Brasil existe como “povo” (“povo-nação” e “povo-noção”), quer dizer, depois da queda do Estado Novo, o termo “povo” recebe um uso especializado para o Brasil: o resto são “nações”, “sociedades”, outros países.

Quando, no primeiro *corpus*, o chefe de Estado (Vargas) falava dos “outros povos”, punha em jogo unidades geopolíticas e geohistóricas, e designava o povo brasileiro por identificação indireta. Ao contrário, quando, no segundo *corpus*, Vargas fala de “seu povo”, ele se dirige às massas desse povo: quer dizer que ele fala ao mesmo tempo das relações de classes na sociedade brasileira; ele constrói assim uma *identificação* através da qual as massas falam para si mesmas (!) através dele.

A noção de “povo” e a construção “povo brasileiro” são, então, constantemente superpostas. Assim, a designação “povo brasileiro”,

através do termo “povo”, constitui uma designação *par défaut* na ausência de outra especificação. Vargas diz: “o povo” (isto é, aquele do qual eu falo, a quem me dirijo...), que quer dizer evidentemente “o povo brasileiro”. O “povo” enquanto noção é freqüentemente subordinado à entidade “povo brasileiro”. Mas há casos em que a identificação do “povo brasileiro” com “o povo do qual eu falo”, “a quem eu me dirijo” se confunde com “o povo” enquanto noção política geral.

Essa designação sobredeterminada “do povo” não se fará então por adjetivos ou determinações (com algumas exceções apenas), mas por meio de marcas de enunciação: pronomes (eu, meu), dêiticos (aqui, agora), associados a termos diferentes do termo “povo”; constata-se, aliás, a co-presença de termos tais como *interesse*, *governo*, e de outros, ligados ao termo *democracia*, assim como se sintagmas nominais postos como noções: *a miséria do povo*, *os inimigos do povo*, *o suor do povo*, de expressões tais como: *conhecer o povo*, *falar em nome do povo*, *o povo e eu*, etc.

O “povo” (“povo-noção” e “povo-nação”) será então construído, através de relações de localização, como tendo interesses próprios, quer dizer, ao mesmo tempo colocado em uma relação de forças face aos *inimigos do povo* (e aos adversários de Vargas), noção que Vargas constrói ao mesmo tempo que a de “povo brasileiro”.

Em suma, Vargas faz da subclasse “povo brasileiro” uma classe (remetendo a uma noção) pelo viés da construção discursiva do “povo nação”. Os discursos de 1951/1952 trazem principalmente a marca (não explícita) do “povo brasileiro”; este termo será menos recorrente em 1953 e 1954, na medida em que, dentro do povo, os sindicatos e as organizações do povo predominarão.

Vemos assim, como a “liberdade” tanto buscada pelos anarquistas nas práticas operárias dos anos 1900 acabou por se voltar contra o próprio movimento operário: recusando toda mediação política e toda prática “reformista”, o movimento anarquista foi exposto à recuperação do Estado Novo, e mais tarde, do Estado populista, quando Vargas se torna “o bom pastor” (que os anarquistas tante temiam no interior de suas organizações...), o “coronel urbano” das grandes cidades, o pai nutritivo (alimentar e pedagogo): em suma, o “supremo benfeitor da Nação e do Povo”.

Este povo, Vargas foi obrigado a construí-lo dirigindo-se ao "povo brasileiro" (especificação *par défaut*), pois as massas populares brasileiras, e em particular a classe operária brasileira, não era integralmente brasileira, por causa da imigração européia. Vargas se propôs então a organizar o povo em torno do governo, pois, se o povo (e em particular os "trabalhadores") ficasse organizado em si mesmo, sem se projetar numa garantia governamental, ele se perderia, ele sairia de si mesmo; ele se tornaria um mau povo, egoísta; ou seja, se o povo permanecesse fechado em si mesmo, sem ligação com um chefe governamental, sairia de si mesmo... em um vazio, como foi o caso do anarquismo. Mas se, ao contrário, o povo se projetasse na figura do chefe governamental, ele se reencontraria em si mesmo; ele seria verdadeiramente o povo que estava se organizando em si mesmo, quer dizer que ele seria o bom e generoso povo, aquele que Vargas constituiu através do populismo. O "se" do povo é então Vargas.

Nessa relação de forças no interior da qual o povo pode paradoxalmente se tornar um povo mau (que faz segundo a sua cabeça, que romperia a identificação de espelho com Vargas) está a questão da "autonomia dos trabalhadores" que, para Vargas, traz os germes de uma revolução; esta revolução só podendo significar a catástrofe de um abandono do povo a si mesmo, quer dizer, a seu princípio interno de dispersão.

A ameaça para Vargas era, então, a de um povo que organizasse contra ele (contra Vargas e contra si mesmo) sua própria anarquia. A idéia de que pudesse existir um outro organizador do povo brasileiro era evidentemente insuportável para Vargas; era mesmo seu impensável...

Quer dizer que Vargas representou os interesses dos trabalhadores (e do povo) no nível universal do Estado (assim os operários são representados no Estado); impondo-se como aquele que "tudo fez" pela classe operária, instalando uma legislação trabalhista onde o sindicato corporativo torna-se o único lugar permitido para a luta operária, Vargas defendeu-se contra o retorno do fantasma do anarquismo e impediu que "o comunismo" se tornasse o organizador principal da classe operária.

É assim que a questão da relação entre a auto-organização das massas, de um lado, e o papel do governo como representante dos interesses do povo, por outro lado, constituem o ponto crucial do populismo: o

anarquismo era o povo como dispersão irrepresentável; o reformismo é principalmente um governo, quer dizer, uma representação do povo; o realismo reformista consiste em dizer que o povo não pode ser seu herói todo o tempo; é preciso um momento em que ele repouse... em alguma coisa ou em alguém: . É isto que Vargas quer dizer com: *"Não podeis descansar antes de ter consolidado vossas conquistas"*...

O retorno de Vargas, segunda época, seria como a condensação sobre um mesmo personagem do efeito de repetição histórica que Marx analisa no 18 Brumário a propósito da relação entre Napoleão I e Napoleão III . O princípio da análise de Marx é sobre a decalagem entre a "tragédia" do Primeiro Império de Napoleão, o Grande, e sua repetição "cômica" nas formas do Terceiro Império. Repetição cômica porque não se trata de uma repetição, salvo para a ideologia das massas camponesas que plebiscitaram massivamente Napoleão III, identificando-o ao Napoleão de sua memória, aquele das guerras napoleônicas, que tinha tanto mobilizado (e consumido)... precisamente as massas camponesas. A astúcia da história para Marx é que, sob o significante Napoleão, a burguesia financeira inaugura sua nova época sob a proteção, em continuidade, da memória camponesa. Que repetição (cômica ou não) se dá assim de Vargas I a Vargas II ? Que contradição histórica trabalha entre os dois Vargas? E que contradição trabalhará mais tarde entre Vargas e Goulart (metaforicamente o "filho de Vargas" e, na realidade seu "afilhado") ? Vargas tinha realizado um fantasma de identidade: como não crer nisso ?

Quanto a Goulart, ele representava a ameaça do retorno do último Vargas (para a burguesia ligada ao capital estrangeiro e para a grande propriedade latifundiária) na medida em que, sendo "filho de Vargas", as diferentes organizações de esquerda identificaram o governo Goulart a uma continuação da política varguista em direção às massas, interrompida em 1954, e suscetível de desembocar eventualmente em "reformas de base".

Finalmente, no caso extremo, poderíamos dizer que o populismo se estruturou em torno de uma "relação imaginária" entre o Estado e as massas populares (em particular "os trabalhadores", quer dizer, antes de tudo, "os operários"); Vargas I (o "pai nutriente"), Vargas II (o pai pedagogo); Kubitschek ("o irmão dos trabalhadores") e Goulart (o "filho de Vargas", e por conseguinte Vargas III).

NOTAS

(*) Texto compilado a partir do livro da autora, LIMA, Maria Emilia A.T., **A Construção Discursiva do Povo Brasileiro - Os Discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

Hélio Costa: do candidato como produto à política como campo de atualização dos desejos

VERA REGINA VEIGA FRANÇA

Nessa breve exposição estarei falando sobre o discurso político de uma forma bem específica, partindo de um estudo da campanha do candidato Hélio Costa ao Governo de Minas Gerais em 1994¹. A oportunidade de debater com os colegas da Faculdade de Letras me foi em todo sentido gratificante, significando não apenas um espaço de divulgação do trabalho que estamos desenvolvendo no âmbito de um grupo de pesquisa do Departamento de Comunicação Social, mas sobretudo pela possibilidade do intercâmbio, pela abertura da interlocução - pelo desafio da diferença no encontro de um outro olhar.

No entanto, essa mesma diferença, em todos os sentidos enriquecedora, é também fonte de uma certa inquietude. Ao preparar minha intervenção, me perguntei para quem exatamente eu estaria falando; qual a base de nosso repertório comum e em que medida a minha reflexão estaria em sintonia com uma discussão mais específica sobre a análise do discurso. Preocupada em alcançar a confluência das nossas expectativas, o viés que permitiria nosso encontro, pareceu-me então adequado situar já no início o meu lugar de fala; o contexto da minha enunciação. Em outras palavras, de onde eu venho.

Meu lugar de origem não é exatamente a análise do discurso, mas a comunicação - o que acarreta algumas distinções. Do lugar da comunicação, o discurso (na sua acepção ampla) é instância fundamental, momento privilegiado de análise. Dotado de uma realidade própria e força de determinação, o discurso é chave mestra para adentrar a dimensão simbólica do fenômeno comunicativo, para apreender os outros elementos do processo - a posição dos interlocutores, a intencionalidade do enunciador, etc. Conjugando à sua materialidade simbólica sua natureza transitiva, instância de

mediação, o discurso cristaliza e realiza relações. E são essas relações - a presença dos sujeitos interlocutores, a intervenção de um e do outro num contexto que perpassa os sujeitos e enforma a interlocução - que se convertem, em grande medida, no vértice central de nosso olhar. Nosso ponto de partida é a globalidade do fenômeno comunicativo, onde o discurso é peça e instância fundamental de análise, mas indissociável dos sujeitos interlocutores e do contexto da interlocução. O discurso "realiza" relações que o precedem e o instituem: a presença do um e do outro são instituintes da palavra - que, ao mesmo tempo, numa dialética circular, formata e reconfigura a relação interlocutiva (a noção é circular: a palavra envia às relações, as relações à palavra. Na comunicação, são os homens e suas produções, instalados no mundo).

Explicitando essa perspectiva, torna-se mais claro o tratamento que procuro dar à análise do discurso político - onde "político" é mais que o qualificativo ou o conteúdo do discurso e constitui o indicador da natureza das relações em questão. Assim, ao falar do discurso político, estou falando também de relações de comunicação, e relações que se constroem num campo singular, que é a política.

Com esse breve preâmbulo, dou início à minha exposição propriamente dita, sobre a propaganda eleitoral do candidato Hélio Costa nas eleições para o governo de Minas em 1994. Minha fala estará articulada em dois momentos. A primeira parte, mais descritiva, procura traçar um panorama geral da campanha do candidato. Na segunda parte, buscarei desenhar o quadro analítico que permite compreender o discurso político do candidato articulado às noções de comunicação e de política (inserido no processo comunicativo realizado e no âmbito de relações de natureza política).

1. A casa do ferreiro?

Hélio Costa foi candidato derrotado ao governo de Minas nas eleições de 1990 (quando foi para o segundo turno disputando com Hélio Garcia). Desde então iniciou sua campanha para 1994, através de intensa peregrinação por todas as cidades do estado (aspecto que frisou bastante em seus discursos).

Em agosto de 1994, dois meses antes da data das eleições (3 de outubro), Hélio Costa contava com o confortável índice de 43% de preferência nas pesquisas eleitorais. Quase ganhou no primeiro turno, quando obteve 48% dos votos válidos. No segundo turno, em 15 de

novembro, foi derrotado por Eduardo Azeredo.

A análise de sua campanha indica uma divisão clara de dois momentos, com uma grande ruptura (e total reformulação da linha de intervenção) entre o primeiro e o segundo turno. Sua estratégia inicial foi toda assentada na perspectiva da vitória no primeiro turno. Numa análise de conteúdo de seu material de divulgação, pode-se constatar que sua temática central foi a divulgação de resultados de pesquisa³. Os institutos de pesquisa foram usados como recurso de autoridade (*“Todos os institutos de pesquisa comprovam...”*) e os índices como resultados definitivos (*“Tudo na vida tem dois lados. Conheça agora os dois lados da eleição em Minas. O lado de cima: Hélio Costa, 49%. O lado de baixo: Carlão, 5%, José Alencar...”*). Percebe-se inclusive um trabalho de qualificação de alguns institutos (*“De acordo com a última pesquisa do IBOPE, o instituto mais conceituado do Brasil, Hélio Costa...”*), assim como o movimento contrário, de desqualificação do instituto contratado pelo outro candidato.

No discurso de divulgação dos resultados (em *releases*, nos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral - HGPE), verbos como “confirmam”, “comprovam” dão à vitória um estatuto de verdade (*“Está comprovado em todas as pesquisas. Com Hélio Costa, Minas vai vencer esta eleição no primeiro turno”*).

Na abertura do programa do HGPE na televisão, a locução em *off* anunciava: *“Aqui começa mais um programa da vitória de Hélio Costa”*. Num programa radiofônico, Hélio Costa fala que Minas merece uma chance para melhorar, pois *“a vitória de Minas é a sua vitória”*.

Os slogans foram usados abundantemente, sobretudo nos anúncios veiculados no jornal *Estado de Minas*. O mais freqüente foi: *“Em todo o Estado, todos os mineiros já escolheram”*. É interessante destacar a repetição do pronome (“todo”, “todos” - marcando a unanimidade absoluta), assim como o tempo do verbo (“já escolheram”), indicando que a escolha foi feita no passado. Aqui não há uma chamada ou um apelo para escolher, mas uma constatação. A vitória já existe: o eleitor é chamado a partilhar dela (implicitamente, ele nem é necessário). Dois outros slogans fazem um chamado imperativo no mesmo sentido de engrossar a maioria: *“Vote para vencer”*, *“Vote na vitória”*. O eleitor é chamado a votar - mas não diretamente em Hélio Costa, e sim naquilo que ele representa: a vitória.

No rádio, o jingle "*Hélio, tem que ser Costa*" retoma o tom imperativo, ao mesmo tempo em que dialoga, no fundo, com um outro Hélio e uma outra eleição - o que poderia, inclusive, abrir um outro viés indesejável (a derrota). No entanto, no contexto da vitória anunciada, a frase parece antes buscar a correção de um erro passado, uma espécie de retorno para resgatar aquilo que tem que ser - a vitória do verdadeiro Hélio.

As fotos do candidato, amplamente veiculadas nas várias peças de campanha, não apresentaram grande variação. Foram todas fotos de estúdio (posadas), em que o candidato aparece em meio corpo, de terno escuro, olhar transversal, e praticamente em todas sozinho (apareceu em algumas com Fernando Henrique - os dois justapostos, em fotos que poderiam ser até uma colagem, e uma com Francelino Pereira). Não há cenas de campanha, de intervenções do candidato. O que se vende é sua imagem solitária, vazia - ou plena de si mesmo. A única evocação das fotos de Hélio Costa é o próprio Hélio Costa.

Nos programas de TV, assistimos ao candidato, localizado sempre à direita do vídeo, proferindo discursos veementes e prolongados - discursos que lembravam seu tom enfático de repórter do *Fantástico* ou do *Globo Repórter*, quando sua fala procurava atribuir realidade e conferir credibilidade às reportagens apresentadas. A diferença, no caso presente, é que agora nos deparávamos com um repórter sem reportagem - e sua fala de apresentador não se remetia a outra coisa que a si mesmo.

Além de sua vitória, outros temas foram tratados pelo candidato - políticas de desenvolvimento, reforma urbana, reforma político-partidária. O candidato apresenta as propostas que irá executar (já se refere ao "Governo Hélio Costa"), propostas de cunho bastante geral: descentralização do poder político e administrativo; combate aos "dois dos maiores problemas sociais: desemprego e pobreza" (através de frases bastante genéricas: "*Quem está sem emprego precisa é de remuneração e não de esmola*"; "*O Governo Hélio Costa assume a bandeira da parceria com o cidadão, a sociedade, o município e as regiões*").

Contrastando com a temática mais explorada pelos demais candidatos - que foi "perfil" - o candidato falou pouco de si mesmo. Naturalmente ele se apresentou - falou de sua origem humilde, de sua trajetória e sua experiência no exterior (nos programas radiofônicos, um caipira

estilizado reforça: “*Hélio Costa é que nem irmão, uai. Gente simples, boa de conversar, escutar a gente*”; “*sabe conversa estrangeira...*”). Mas não foram seus feitos, suas qualidades, sua biografia o eixo central do seu discurso, e sim seu atributo de candidato vencedor.

Também em contraste com os outros candidatos, não falou em projeto partidário, não se identificou política ou ideologicamente, não apresentou apoios (sua inserção no campo das forças políticas). Do ponto de vista de sua origem política, apareceu em grande medida como o inventor de si mesmo.

Com relação às atividades de campanha (e contrastando de novo com os adversários), pôde-se perceber, a partir da agenda do candidato, o grande destaque das “carreatas”, atividade seguida (numa proporção menor) pelas “concentrações populares” (os outros candidatos priorizaram comícios, showmícios). Carreatas e concentrações são atividades de certa maneira apotóticas e rápidas: não há o estar com, mas o mostrar-se a, o ser visto por. Traço que se identifica com um outro aspecto da sua campanha no primeiro turno, que foi a não participação em debates⁴. Por outro lado, se estas atividades indicam um certo distanciamento do candidato, que se deixava ver mas não estabelecia relações, outra atividade muito significativa registrada pelas agendas foram os encontros com lideranças políticas, sobretudo no interior.

A relação do candidato (ou de seu comitê) com a imprensa não foi exatamente tranqüila; houve reclamações de repórteres quanto à dificuldade de acesso ao candidato, falta de informações disponíveis, etc⁵.

No segundo turno, há uma completa (e previsível) alteração no eixo da campanha. O mote já não poderia ser mais a vitória ou os índices de pesquisa⁶ (que, numa curiosa inversão, se tornam o tema central do outro candidato), e a temática mais explorada passou a ser a crítica ao adversário, a denúncia do uso da máquina administrativa. Sua verdade do primeiro turno cai por terra; a representação que ele criou se revelou falsa. De vitorioso, Hélio Costa se converte em vítima. E o adversário se torna maior que o candidato concorrente - é o governador Hélio Garcia (a máquina estatal) e até mesmo as velhas forças do mal encarnadas nos partidos de esquerda que apoiaram Eduardo Azeredo no segundo turno.

Uma nova chamada aparece (em jingles, slogans): *Levanta a cabeça*

povo mineiro (no programa televisivo, com a chamada *Está na hora de Minas levantar a cabeça*, uma cena mostra pessoas cabisbaixas que pouco a pouco levantam a cabeça). O referente da frase não fica muito claro: a associação mais imediata seria com a situação do próprio candidato - e não exatamente com Minas. O que indicaria a construção metonímica pretendida: através do candidato, foi Minas que perdeu o primeiro turno (o que atenua um pouco a derrota do candidato vitorioso). No entanto, essa não é uma associação automática.

Houve mudanças substantivas (e tecnicamente positivas) nos programas veiculados pelo rádio e TV. Na televisão, os programas assumem um tom de maior informalidade. O candidato abandona a postura do apresentador arrogante e assume um tom mais intimista, de conversa. No quadro "Alma de Minas", encontramos Costa sentado em uma sala de visitas (que poderia ser da sua casa, com um retrato da mulher e filho ao fundo), em roupas claras (sem o terno), num tom coloquial falando de suas idéias, sentimentos, quase trocando confidências. A mudança, entretanto, não foi suficiente para evitar a derrota.

Para fechar a apresentação da campanha, gostaria finalmente de mencionar (mesmo rapidamente) outros aspectos resgatados por nosso estudo, numa outra instância empírica, que foram as entrevistas sucessivas com uma amostra de eleitores (20 famílias).

Hélio Costa foi o candidato que teve o maior índice de reconhecimento (os entrevistados lembravam seu nome, reconheciam seu rosto, identificavam o jingle da campanha). No entanto, e num movimento proporcionalmente inverso, sua identificação não foi clara; as pessoas não tinham o que dizer sobre ele, a não ser que era Hélio Costa. Sua trajetória política (já foi deputado) e relação partidária, seus apoios políticos não foram identificados (para muitos, a única referência foi a derrota na eleição de 90). Sua origem e história pessoal também foram alvo de confusões - se alguns se lembraram que era de Barbacena (onde teria sido prefeito, segundo um entrevistado), outros o associavam com Brasília ou São Paulo. A imagem de "viajado" foi resgatada.

O que veio mais facilmente foi sua associação com a mídia (com a televisão, com a Globo, com o Fantástico), ainda que alguns tenham se perguntado onde mesmo que ele era visto, se no rádio, na televisão

ou no carro de som.

Solicitados a qualificar o candidato⁷, os entrevistados apresentaram um número bastante alto e diversificado de adjetivos. Os mais citados apontam o perfil de alguém bem sucedido: “fala bem” (o mais citado); “batalhador”, “estudado”, “educado”, “viajado”, “tem muito apoio”. Dentre os adjetivos negativos (que apresentaram um índice baixo), sobressairam “mentiroso”, “não pega no pesado”, “do lado dos ricos”.

Para os que tinham alguma referência sobre a sua campanha, surgiram críticas sobre a exequibilidade de suas propostas, dúvidas sobre a sua intimidade com os problemas de Belo Horizonte e de Minas. Para um entrevistado, a agressividade no debate televisivo no segundo turno não agradou⁸.

No entanto, para a maioria ele era apenas um rosto conhecido - alguém que ia ganhar no primeiro turno: que perdeu no segundo porque não ganhou no primeiro.

2. Campanha eleitoral, consumo e política

A análise dos aspectos gerais da campanha (sintetizados no breve quadro apresentado acima) possibilita algumas conclusões, que procurei sistematizar em duas críticas principais: a campanha cometeu equívocos tanto com relação à forma quanto ao conteúdo.

A imagem do vencedor, do vitorioso, não é ruim ou ineficaz em si⁹ (figuras fortes ativam os mecanismos de projeção: a adesão da maioria é fonte de legitimação, etc). Simplesmente, no contexto de uma disputa em que intervêm vários outros elementos (e onde a imagem de um candidato é construída também em relação e a partir da imagem dos demais), é no mínimo temerário não trabalhar as bases e a ampliação da imagem pretendida; não criar justificativas; não estabelecer pontes - em síntese, não construir um quadro plural de significados e possibilidades de identificação. A idéia da vitória não vinha e não remetia a nenhum lugar¹⁰. O rosto conhecido do candidato não tinha corpo; a frente não indicava o fundo (configurando um grande esvaziamento simbólico, um quadro semântico pobre).

Além disso, o candidato negligenciou inteiramente a complexidade do processo comunicativo, apostando na eficácia de uma lógica meramente transmissiva. Resumiu-se a divulgar sua imagem; trabalhar para tornar-se conhecido. E isso não bastou. O homem da mídia se imobilizou no seu papel de apresentador - que, no caso em tela, sequer

descortinava um mundo fantástico pela frente. Hélio Costa, enquanto enunciador de sua campanha, não soube estabelecer um bom contrato: não levou em conta a natureza interlocutiva da relação - subestimando, no final das contas, seu eleitor-consumidor.

Há que se registrar, no que tange à propaganda eleitoral gratuita, que as candidaturas de 1994 foram muito prejudicadas pela legislação eleitoral em vigência naquele ano. Ainda assim, soluções melhores poderiam e foram encontradas (inclusive as mudanças ocorridas na estratégia do candidato para o segundo turno foram muito melhor sucedidas).

Naturalmente essa análise pode ser bem mais estendida, no sentido de costurar melhor os vários aspectos da campanha. No entanto (dada a exiguidade do tempo), gostaria de fazer um corte para resgatar a dimensão política do processo (procurar o revestimento político que marca a especificidade de tais relações comunicativas).

Para isso, gostaria de introduzir três modalidades, três construções possíveis de relações políticas, que articulam diferentemente o papel e a natureza dos discursos, e que nomearia como:

- o modelo ideológico tradicional;
- relações de barganha;
- espetacularização da política;

advertindo que se trata de uma distinção para fins didáticos - tipos ideais que, na prática, se constroem de forma menos pura, mais misturada.

O modelo ideológico tradicional compreende agrupamentos e relações políticas estabelecidas a partir de recortes ideológicos distintos, tornando-se possível a construção e identificação de programas, interesses, doutrinas específicas. No contexto dessas relações, o discurso argumentativo, as idéias-força, a eloquência e a autoridade do enunciador se revestem de grande importância.

Com o segundo modelo - relações de barganha - estou me referindo às relações de troca quase diretas (não mediadas discursivamente) que podem se estabelecer entre as partes envolvidas (chefes políticos e seguidores: candidatos e eleitores). Constituem sempre relações hierárquicas, marcadas pelo desequilíbrio, pela posse desigual de bens. Compreendem um leque extenso de possibilidades, que vão das relações clientelísticas tradicionais (das quais o coronelismo é a

melhor expressão) às negociações prosaicas que envolvem ações e objetos concretos (asfaltamento de ruas, par de sapatos, uniforme de futebol).

A terceira modalidade - a espetacularização ou estetização da política - surge como resultado da incorporação, por parte da política, da lógica mediática (da linguagem das mídias). Não vou me alongar na apresentação desse conceito (é uma discussão recente, que tem sido feita por vários autores), mas tão somente realçar sua adequação e pertinência para a compreensão das formas atuais da política.

Nessa perspectiva, mais do que a coerência política, o discurso programático ou as possibilidades de ação do candidato, interessa a imagem que ele passa. Ao candidato não basta ter boas qualidades, ser um bom administrador, ter uma sólida tradição político-partidária e nem mesmo sua efetiva condição de provedor material. Assim como a mulher de César, é preciso que ele aparente ter boas qualidades, aparente ser um bom administrador.

Tomado ao pé da letra, esse raciocínio nos leva a anunciar - ou denunciar - (talvez apressadamente) o fim da política, a pasteurização das ideologias, a existência de uma realidade de candidatos que se vendem como produtos e eleitores que votam da mesma maneira como se comportam num supermercado.

No contexto dessa leitura, poderíamos concluir (também apressadamente) que Hélio Costa trabalhou e vendeu mal sua imagem - e por isso perdeu. A conclusão do raciocínio é que uma melhor estratégia de campanha, uma melhor prática comunicativa poderia ter garantido sua vitória.

Tal afirmativa tanto é verdadeira como é simplificadora (e, portanto, falsadora). Primeiramente, a análise da dimensão comunicativa das práticas políticas não esgota o jogo das forças e das articulações que estão atuando no campo da política (mas essa é uma outra análise).

Em segundo lugar - e é onde podemos nos pronunciar - não devemos analisar o cenário político contemporâneo e a prática comunicativa que aí se estabelece com base nas mesmas regras que organizavam as .. práticas políticas anteriores. Em outras palavras, a ausência de construções ideológicas e programáticas não é suficiente para atestar o esvaziamento da luta dos homens pela defesa de seus próprios interesses (e que constitui a essência última - ou primeira - da política).

FUNDAMENTOS E DIMENSÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

ISBN 85-87082-01-9



9 788587 082015

Este livro reúne trinta capítulos sobre a Análise do Discurso, dividido em três partes: Fundamentos do Discurso, Dimensões Teóricas do Discurso e Práticas de Análise Discursiva.

Os temas, desenvolvidos por pesquisadores das principais universidades do Brasil, França e Suíça, são de interesse para estudos nas áreas da Linguística, Literatura, Psicologia, Comunicação Social, Ciências da Saúde, Ciências Políticas e Sociais, e alternam os fundamentos da teoria do discurso com suas práticas de análise.

UFMG